

MACEDO, Erasmo Vieira de

*dep. fed. PE 1912-1917.

Erasmo Vieira de Macedo nasceu em Nazaré (PE) no dia 4 de dezembro de 1870, filho de Manuel de Macedo e de Maria Vieira de Macedo.

Trabalhou no comércio na cidade de Itabaiana (PB) e depois em Recife. Em 1904 ingressou na Faculdade de Direito do Recife e formou-se em 1908. Depois de formado continuou na atividade comercial e em 1912 fundou o Banco Auxiliar do Comércio.

Iniciou sua vida política em Pernambuco, onde foi um dos mais fortes opositores da facção política liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Atuou assim intensamente na campanha que culminou com a chegada de Dantas Barreto ao governo pernambucano em 1911. Depois desse movimento, tornou-se presidente do Banco do Estado de Pernambuco.

Em 1912 foi eleito deputado federal e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito em 1915, licenciou-se em 1917 para fazer uma viagem aos Estados Unidos a fim de tratar de assuntos comerciais relacionados à Primeira Guerra Mundial. Permaneceu na Câmara até dezembro desse ano, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

No campo jornalístico, colaborou com os jornais *A Província* e *Jornal do Comércio*, bem como com a revista *O Batista*, todos de Pernambuco.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*; NASCIMENTO, L. *História* (v.2, 3, 7).

MACHADO, Álvaro Lopes

*militar; pres. PB 1892-1896; sen. PB 1897-1904; pres. PB 1904-1905; sen. PB 1906-1912.

Álvaro Lopes Machado nasceu em Areias (PB) no dia 5 de março de 1857, filho de João Lopes Machado e de Avelina Amália da Fonseca. Seu irmão João Lopes Machado foi presidente da Paraíba de 1908 a 1912.

Ingressou no Exército em janeiro de 1876 e tornou-se alferes aluno em janeiro de 1879. Foi promovido a segundo-tenente em julho de 1880, a primeiro-tenente em julho do ano seguinte e a capitão em novembro de 1887. Com essa patente formou-se em ciências físicas e matemáticas na Escola Militar em 1888. Depois da proclamação da República (15/11/1889), tornou-se major graduado em outubro de 1890 e major efetivo em março de 1891.

Ingressou na política depois que o marechal Deodoro da Fonseca renunciou à presidência da República, em 23 de novembro de 1891. O vice-presidente Floriano Peixoto assumiu então a presidência e destituiu os governantes estaduais que apoiavam Deodoro. Foi o caso de Venâncio Neiva, que deixou o governo da Paraíba em 27 de novembro. Depois de um curto período no qual o estado foi governado por uma junta governativa composta pelo coronel Cláudio do Amaral Savaget, Eugênio Toscano de Brito e Joaquim Ferreira de Carvalho, Álvaro Lopes Machado assumiu o governo, em 18 de fevereiro de 1892. Sua nomeação foi influenciada por João Coelho Gonçalves Lisboa, republicano histórico e florianista.

Ao assumir o governo do estado, fundou o Partido Republicano da Paraíba, revogou a Constituição promulgada no governo de Venâncio Neiva, reorganizou a Assembleia Legislativa estadual e aprovou uma nova Carta magna. Foi então confirmado, via eleição indireta, presidente do estado. Na sua administração, teve como aliado o vice-presidente, padre Valfredo Leal. Reformou o Liceu Paraibano, fez investimentos nos sistemas rodoviário e ferroviário, instalou linhas telegráficas e criou a Imprensa Oficial. Em 17 de maio de 1896 renunciou ao mandato para concorrer a uma vaga no Senado e foi substituído por Valfredo Leal. Este, por seu turno, em 22 de outubro seguinte foi substituído por Antônio Alfredo da Gama e Melo.

Eleito senador pela Paraíba, tomou posse em 1897. Continuou sua carreira militar e em 14 de dezembro de 1900 chegou a tenente-coronel. Em 1904 renunciou ao mandato de senador, pois foi mais uma vez eleito presidente da Paraíba, sucedendo a José Peregrino de Araújo. De volta ao governo paraibano em 22 de outubro, continuou aliado do padre Valfredo Leal, novamente vice-presidente do estado. Um ano depois, em 28 de outubro de 1905, renunciou ao governo para mais uma vez concorrer ao Senado Federal, cedendo o

lugar ao padre Valfredo. Eleito, tomou posse em 1906. Em 5 de agosto de 1908 foi promovido a coronel e pouco depois reformou-se como general. No Senado, foi membro das comissões de Obras Públicas e Empresas Privilegiadas, de Finanças, e de Marinha e Guerra.

Foi também professor militar e sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Recebeu a Medalha de Ouro por serviços militares relevantes.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 30 de janeiro de 1912, no exercício do mandato de senador.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; PINTO, L. *Fundamentos*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MACHADO, Ângelo Gomes Pinheiro

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1896; dep. fed. RS 1900-1905 e 1909-1910.

Ângelo Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 10 de março de 1861, filho de Antônio Gomes Pinheiro Machado e de Maria Manuela de Oliveira Aires. Seu pai, natural de Sorocaba (SP), foi juiz de direito e delegado em Itapetininga (SP); participou da Revolução Liberal de 1842 e depois disso mudou-se para Cruz Alta, onde comprou terras; em seguida adquiriu uma estância em São Luís das Missões, atual São Luís Gonzaga (RS), passando a se dedicar à pecuária; foi deputado provincial no Rio Grande do Sul de 1846 a 1847 e de 1882 a 1883, e deputado geral por essa província em 1863.

Dois de seus irmãos tiveram larga atuação política. José Gomes Pinheiro Machado, bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo e um dos fundadores do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), foi constituinte de 1891 e poderoso senador pelo Rio Grande do Sul de 1891 a 1915, ano em que morreu assassinado. Salvador Aires Pinheiro Machado, estancieiro, lutou na Revolução Federalista (1893-1895) a favor do então presidente do estado Júlio de Castilhos, foi intendente de São Luís Gonzaga em 1895 e 1900, deputado estadual e vice-presidente do estado de 1913 a 1918, no governo de Borges de Medeiros; como tal, assumiu a presidência do estado de 1915 a 1916, durante o afastamento de Borges de Medeiros por motivo de doença.

Ângelo Pinheiro Machado iniciou sua carreira política em São Paulo, para onde se mudou a fim de cursar a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Bacharelou-se em 1882 e, além de exercer a advocacia, dedicou-se à vida agrícola.

Após a proclamação da República, em setembro de 1890 foi eleito deputado constituinte por São Paulo. Assumiu o mandato em 15 de novembro seguinte e, após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, assumiu, em junho desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, para cumprir o mandato ordinário. Permaneceu nessa casa legislativa até dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura. Foi reconduzido à Câmara dos Deputados no período 1894-1896 e logrou ainda retornar nas legislaturas 1900-1902 e 1903-1905, agora como representante do Rio Grande

do Sul. Foi reeleito para a legislatura 1909-1911, porém renunciou ao mandato em 1910 para se dedicar aos negócios particulares.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 2 de agosto de 1931.

Foi casado em primeiras núpcias com sua prima Ana Florisbela Pinheiro Machado, com quem teve oito filhos. Em segundas núpcias, contraiu matrimônio com Maria José Pinheiro Machado, também sua prima, com quem teve uma filha.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CIACCI, P. *Árvore*; DUARTE, L. *Imprensa*; FRANCO, S. *Gaúchos*. Lótus. Disponível em: <<http://pinheiomachado.neobiz.com.br/genealogia/descendentes/pafg03.htm>>.

MACHADO, Antônio

*dep. fed. MA 1924-1926.

Antônio Machado foi eleito deputado federal pelo estado do Maranhão em 1923 e assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano seguinte. Exerceu o mandato até 1926, quando se encerrou a legislatura.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MACHADO, Francisco da Cunha

*magistrado; junta gov. MA 1891-1892; dep. fed. MA 1904-1923; sen. MA 1923-1930.

Francisco da Cunha Machado nasceu em São Luís no dia 14 de abril de 1860, filho de João Gonçalves Machado e de Josefina da Cunha Machado. Seu irmão Raul da Cunha Machado foi presidente do Maranhão de 1918 a 1919 e de 1922 a 1923, e deputado federal de 1923 a 1930.

Fez o curso o secundário na capital maranhense e em seguida cursou a Faculdade de Direito do Recife, pela qual se bacharelou em 1881. De volta ao estado natal, ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal do Império, em cuja legenda foi eleito deputado provincial.

Já no período republicano, com a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca e a posse vice-presidente Floriano Peixoto em 23 de novembro do 1891, vários governantes estaduais aliados do ex-presidente foram destituídos. Assim, no dia 25 de novembro, o presidente do Maranhão Lourenço de Sá e Albuquerque – que fora eleito senador e por isso estava no Rio de Janeiro – foi deposto do poder no estado. Seu substituto, o vice-presidente Carlos Emílio de Andrade Peixoto, foi afastado, e assumiu o governo uma junta provisória da qual Francisco da Cunha Machado fazia parte, ao lado do capitão-tenente Oton de Carvalho Bulhão, Benedito Pereira Leite e Raimundo Joaquim Ewerton Maia. Entretanto, dois dias depois, chegaram ordens do governo federal para que Carlos Emílio de Andrade Peixoto regressasse ao governo. Nesse ínterim, Lourenço de Sá e Albuquerque retornou ao Maranhão e em 29 de novembro assumiu novamente a presidência do estado. Diante das grandes pressões que sofreu, com a intervenção de líderes políticos locais, renunciou, porém, em 18 de dezembro. Como Carlos Emílio de Andrade Peixoto se recusasse a substituí-lo, assumiu o governo o segundo vice-presidente do estado, Agripino Azevedo, que ficou na liderança estadual por apenas um dia. Nova junta governativa foi formada, agora presidida por Cunha Machado e composta ainda por Benedito Pereira Leite e Raimundo Joaquim Ewerton Maia. A junta permaneceu no governo de 18 de dezembro de 1891 a 8 de janeiro de 1892, quando foi substituída pelo novo presidente estadual " Manuel Inácio Belfort Vieira.

Em 1904 Cunha Machado foi eleito deputado federal pelo Maranhão e em setembro assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito para as legislaturas seguintes e ao longo dos anos participou e presidiu as comissões de Petições e Poderes e de Constituição e Justiça da Câmara. Também presidiu a comissão especial criada para apurar denúncias contra o presidente Hermes da Fonseca (1910-1914) e a comissão especial destinada a examinar as emendas do Senado ao Código Civil. Em 1923 foi eleito senador pelo Maranhão. Interrompendo o mandato na Câmara, assumiu sua cadeira no Senado Federal em maio e tornou-se membro das comissões de Constituição e Justiça e de Legislação. Foi reeleito para um novo período em 1930, mas teve o mandato interrompido após a vitória da revolução de outubro, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Foi ainda chefe de polícia de São Luís e do Maranhão, promotor público em São Luís e nos municípios maranhenses de Grajaú e Alcântara, juiz substituto de São Luís, juiz de direito do município de Brejo e desembargador do Supremo Tribunal de Justiça.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.2, p. 861/2); MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*; SENADO. Disponível em: http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1656&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 22/9/2008.

MACHADO, Irineu

*dep. fed. DF 1897-1911; dep. fed. MG 1912-1914; dep. fed. DF 1915-1916; senador DF 1916-1923 e 1927-1930.

Irineu de Melo Machado nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 15 de dezembro de 1872, filho de Antônio José Machado e de Alzira Cristina de Melo.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1892. Um ano antes de colar grau, iniciou sua vida profissional como funcionário público na Estrada de Ferro Central do Brasil, onde permaneceu até setembro de 1892. Em 1894 obteve o título de doutor em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, passando no mesmo ano, no mês de abril, a fazer parte do quadro docente da instituição. Paralelamente à carreira de professor dedicou-se à advocacia, atividade desenvolvida na cidade do Rio de Janeiro a partir do ano de sua formatura.

DEPUTADO FEDERAL

Um dos mais importantes políticos cariocas na Primeira República, o florianista Irineu Machado iniciou sua trajetória política na Câmara dos Deputados lançando-se candidato avulso pelo 2º distrito da capital federal no pleito de 1896. Eleito, passou a engrossar as fileiras do grupo político liderado por Francisco Glicério, chefe do Partido Republicano Federal (PRF), que na época fazia oposição a Prudente de Moraes, então presidente do país (1894-1898). A militância nas fileiras gliceristas lhe valeu, mais adiante, a acusação de envolvimento no atentado a Prudente, em novembro de 1897, que ocasionou a morte do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt.

Durante o governo Campos Sales (1898-1902), aproximou-se de políticos cariocas de perfil mais moderado, reelegendo-se deputado federal em 1903 com o apoio do Partido Republicano do Distrito Federal (PRDF), chefiado por Augusto de Vasconcelos, liderança com quem rivalizaria na política carioca até a morte do prócer do PRDF, em 1915. No quadriênio seguinte, de Rodrigues Alves (1902-1906), esteve à frente de facções políticas

que deram apoio ao prefeito Pereira Passos.

Na Câmara, exerceu mandatos consecutivos, como membro da bancada carioca, de 1897 até 1911, participando das comissões de Diplomacia e Tratados (1897), Constituição, Legislação e Justiça (1899) e Constituição e Justiça (1910). Sua atuação no período foi pautada pela defesa do funcionalismo público, do operariado, dos interesses Distrito Federal, e pelo combate ao que chamava de desmandos do Estado e oligarquização do poder.

Crítico das práticas políticas do senador Pinheiro Machado (RS), entre 1906 e 1915, período em que o líder gaúcho exerceu maior ascendência sobre a política nacional, afastou-se do situacionismo. Nas eleições de 1909, voltou a se lançar candidato avulso. Com a vitória no pleito, no exercício do mandato manteve postura independente, declarando em diversas ocasiões à imprensa carioca ser socialista e estar à espera da construção de um partido com esse perfil.

Na Campanha Civilista, movimento que lançou a candidatura dissidente de Rui Barbosa à presidência da República para o pleito de março de 1910, teve destacada atuação. Defendendo a regeneração dos costumes políticos, tornou-se a principal voz do “civilismo carioca,” transformando Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca, na ocasião, respectivamente, presidente da República e candidato situacionista à presidência, em principais alvos de seu discurso.

Ainda em 1909, usou a tribuna da Câmara para denunciar o uso da violência e da fraude nas eleições municipais de 31 de outubro. Foi também o autor do *habeas corpus* (nº 2.794) em favor dos intendentos eleitos (maioria civilista) para o Conselho de Intendência Municipal (órgão legislativo local da cidade do Rio), que foram impedidos de dar prosseguimento aos trabalhos legislativos em virtude do decreto federal que ordenou o fechamento da Casa.

Em 1912, após ser eleito deputado pelo Distrito Federal e por Minas Gerais, optou pela cadeira na bancada mineira, desenvolvendo uma atuação legislativa sem maior projeção. Em 1915 retornou à representação carioca, apesar de também ter sido eleito para a bancada mineira. Integrou a Comissão de Tomada de Contas, consecutivamente em 1915 e 1916.

Permaneceu, no entanto, por pouco tempo na Câmara. Com a vaga aberta devido à morte de Augusto de Vasconcelos, senador pelo Distrito Federal, elegeu-se para o Senado em março de 1916, renunciando à cadeira de deputado em julho. Nessas eleições, disputando com Tomás Delfino dos Santos, com o apoio de lideranças do PRDF, como Alcindo Guanabara, e do grupo político reunido em torno do Partido Autonomista da capital, liderado pelo intendente municipal Mendes Tavares.

SENADOR

No Senado, Irineu Machado foi membro das comissões de Constituição e Diplomacia (1920) – responsável pela elaboração de pareceres sobre vetos dos prefeitos do Distrito Federal a projetos de lei elaborados pelo Conselho Municipal –, Justiça e Legislação (1921, 1922) e Finanças (1922). Em seu primeiro mandato como senador, usou a tribuna para continuar defendendo o Conselho Municipal e a autonomia político-administrativa da cidade do Rio de Janeiro. Atacou, em várias ocasiões, Carlos Sampaio, prefeito do Rio entre 1920 e 1922, acusando-o de sofrer de “vetomania”, devido ao grande número de vetos opostos a projetos de lei elaborados pelos intendentes municipais. Apresentou também projeto de lei que tornava feriado nacional a data de 1º de maio.

Em 1921, voltou a desempenhar papel de destaque nos debates em torno da sucessão para a presidência da República. No plenário do Senado, defendeu as candidaturas dissidentes de Nilo Peçanha e J. J. Seabra, que deram origem à Reação Republicana. Mais adiante, foi acusado de envolvimento no caso das “cartas falsas,” missivas divulgadas pelo jornal *Correio da Manhã*, supostamente enviadas pelo candidato oficial Artur Bernardes a Raul Soares, contendo referências desrespeitosas aos militares.

Em 1924, experimentou os desdobramentos da sua ação na campanha para as eleições presidenciais de 1922, sendo “degolado” no processo de reconhecimento dos eleitos para o Senado. Fora do Congresso, embarcou para a Europa, onde permaneceu por três anos. De volta ao Brasil, já na presidência de Washington Luís (1926-1930), elegeu-se para o Senado pelo Distrito Federal.

Chamado de “formidável demolidor” pelos redatores do jornal *O País*, em função dos discursos irônicos e polêmicos proferidos nas tribunas da Câmara e do Senado, colecionou muitos desafetos e um grande número de apelidos, como *Tácito de 3ª classe*, *Piolho de Cobra* e *Ofídio barbado ainda não estudado pelo Instituto Butantã*.

Apesar de sua trajetória política ter sido marcada por vinculações com movimentos que questionaram o modelo político vigente na Primeira República, em 1930, ao contrário de grande parte da oposição parlamentar, apoiou a candidatura oficial de Júlio Prestes contra a candidatura dissidente de Getúlio Vargas. Com a vitória da Revolução de 1930, abandonou a vida político-partidária.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 13 de novembro de 1942.

Foi casado em primeiras núpcias com Eleonora de Carvalho e, em segundas núpcias, com Bráulia Pascoal Lopez.

Publicou *A intervenção no Ceará – Habeas corpus impetrado a favor da Assembleia Legislativa Cearense* (1914); Prefácio à compilação e tradução direta do texto polonês da *Constituição da República da Polônia* (1939), e *Contra o militarismo*, em *Rui Barbosa. Campanha eleitoral de 1909 a 1910* (1910).

Surama Conde Sá Pinto

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Anais* (1897-1916); CASTRO, S. *República*; CONNIFF, M. *Política* (p. 95); FREIRE, A. *Fazendo*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LIMA, J. *Figuras*; SENADO. *Anais* (1916-1930); VIEIRA, J. *Cadeia*.

MACHADO, João da Mata

*dep. geral MG 1881-1884; min. Neg. Estrang. 1884; dep. geral MG 1884-1889; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1901.

João da Mata Machado nasceu em Diamantina (MG) em 14 de novembro de 1850, filho de João da Mata Machado e de Amélia Senhorinha Caldeira Brant. Sua família possuiu uma das primeiras lojas de lapidação de diamantes do município de Diamantina, a Fábrica da Formação. Os Mata Machado dividiam com os Santos o controle político e econômico do município. Seu irmão Álvaro da Mata Machado foi médico, deputado provincial (1888-1889) e senador estadual (1890-1894). Outro irmão, Pedro da Mata Machado, foi deputado federal por Minas (1912-1914, 1919-1920 e 1934-1937).

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1874. Ingressou na política ao ser eleito deputado provincial em Minas Gerais em 1878. Permaneceu no Legislativo mineiro até 1879 e em 1881 foi eleito deputado geral. Assumiu então sua cadeira na Câmara do Império, licenciou-se em 1884 por ter sido nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros, e retornou em 1886. Abolicionista, membro do Partido Liberal e conselheiro de dom Pedro II, foi um dos políticos que convenceram o imperador a mudar a proposta sobre a região das Missões, o que garantiu aos brasileiros as terras que possuem no sul do Brasil. Exerceu o mandato até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Sob o novo regime, foi eleito deputado constituinte em 15 de setembro de 1890, como representante do estado de Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Assembleia Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, em 15 de novembro seguinte, foi primeiro-secretário da mesa diretora. Foi também um dos signatários da Emenda Lauro Müller, que propunha a demarcação de uma zona no Planalto Central destinada à construção da futura capital federal. Promulgada a nova Carta em 24 de fevereiro de 1891, e iniciada em 15 de junho a legislatura ordinária, foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Solidário com Deodoro da Fonseca no ato ditatorial da dissolução do Congresso Nacional em 3 de novembro de 1891, combateu o novo presidente Floriano Peixoto. Em 1892, apoiou o movimento separatista deflagrado na cidade da Campanha (MG) visando à criação de um novo estado no território do sul de Minas. Para dirigi-lo foi instituída uma junta que fundou um órgão de imprensa oficial e chegou mesmo a exercer ação governativa na cidade. Dois meses depois estava normalizada a situação, e os chefes do movimento separatista, bem como aqueles que os secundaram, foram presos. Após ser anistiado voltou à Câmara dos Deputados, para a qual foi três vezes reeleito.

Faleceu em Minas Gerais em 6 de fevereiro de 1901, no exercício do mandato de deputado.

Era casado com Luísa Bessa, com quem teve dois filhos.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ANDRADE, M. *Elites*; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; Bib. Dig. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. DEP. *Presidentes da Câmara dos deputados: João da Mata Machado*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresRepublica.htm>>. Acesso em: 11/9/2010; COL. BRAS. GENEALOGIA. Bio. Alvaro da Mata Machado. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_02.html>. Acesso em: 11/9/2010; Emenda Lauro Muller. Disponível em: <<http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em: 14/8/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); MARTINS, M. *Mata; Nossa Gente*. João da Mata Machado (pai). Disponível em: <<http://www.nggenealogia.com.br/tree/individual.php?pid=I639>>. Acesso em: 11/9/2010; VEIGA, J. *Revista*. Wikipédia. Bio. João da Mata Machado (filho). Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_da_Mata_Machado>. Acesso em: 11/9/2010.

MACHADO, João Lopes

*pres. PB 1908-1912.

João Lopes Machado nasceu na cidade de Areias (PB) no ano de 1872, filho de João Lopes Machado e de Avelina Amália da Fonseca. Seu irmão Álvaro Lopes Machado foi presidente do estado da Paraíba de 1892 a 1896 e de 1904 e 1905 e senador pelo mesmo estado de 1897 a 1904 e de 1906 a 1912.

Formado em medicina, ingressou na política na sucessão do então presidente da Paraíba Valfredo Leal (1905-1908). Na ocasião, o senador João Coelho Lisboa esperava conquistar a presidência do estado, mas Valfredo Leal lançou o nome de João Lopes Machado, irmão de seu aliado e antecessor Álvaro Lopes Machado. Sabendo que a candidatura de seu adversário era a mais forte, João Coelho Lisboa retirou sua candidatura e lançou a do deputado Apolônio Zenaides, rompendo com Valfredo Leal. Com o apoio do irmão, João Lopes Machado venceu as eleições em 1908 e governou o estado da Paraíba até ano de 1912, quando transferiu o poder ao sucessor João Pereira Castro Pinto. Durante sua administração, foram instalados o serviço de água e a iluminação elétrica da capital paraibana.

Ao final de seu mandato, concorreu a uma cadeira no Senado Federal, mas foi derrotado por Pedro da Cunha Pedrosa, que tinha o apoio de Epitácio Pessoa, futuro presidente da República (1919-1922).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; ODILON, M. *Pequeno*; PINTO, L. *Fundamentos*; PINTO, L. *Síntese*.

MACHADO, José Inácio Borges

*militar; gov. AM 1892.

José Inácio Borges Machado nasceu em 1839.

Capitão de fragata, chegou ao Amazonas em maio de 1891 com ordens do poder central para intimar o governador Eduardo Ribeiro a passar o governo ao coronel Guilherme José Moreira, barão de Juruá. Cumprida a missão, permaneceu em Manaus, ligado ao Partido Democrático.

No dia 14 de janeiro de 1892 compôs a junta governativa – ao lado do capitão Porfírio Francisco da Rosa e do desembargador Luís Duarte – articulada pelos democráticos com a intenção de afastar o governador Gregório Taumaturgo de Azevedo. Contudo, a junta não chegou a assumir o governo, posto que o governador conseguiu reagir e decretar o estado de sítio por 30 dias. Assumiu afinal o governo do Amazonas em 27 de fevereiro, quando Taumaturgo de Azevedo foi intimado a deixar o cargo, por ordem do poder central. Permaneceu como governador interino do Amazonas até 11 de março, isto é, por menos de 15 dias, até que Eduardo Ribeiro foi reconduzido ao governo do estado a mando de Floriano Peixoto.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em:

<<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 31/3/2010; REIS, A. *História*.

MACHADO, Manuel Francisco

*pres. AM 1889; const. 1891; sen. AM 1891-1899.

Manuel Francisco Machado, futuro *barão de Solimões*, nasceu em Óbidos (PA) no dia 10 de novembro de 1838, filho de Francisco José Machado. Agnelo Bittencourt, contudo, assinalou o ano de 1841 como o de seu nascimento.

Fez seus estudos em Portugal, onde se bacharelou em direito e conquistou o título de doutor na Universidade de Coimbra, em 6 de julho de 1869. De volta ao Pará, dedicou-se à advocacia e à política, estendendo suas atividades ao Amazonas, pelo Partido Liberal.

Em 1º de julho de 1889 assumiu a presidência do Amazonas. Em setembro, recebeu o título de barão de Solimões. Em 21 de novembro seguinte, com a chegada da notícia da proclamação da República, transferiu a chefia do Executivo amazonense para a junta governativa composta pelo coronel Florêncio Pereira do Lago, pelo capitão de fragata Manuel Lopes da Cruz e por Domingos Teófilo de Carvalho Leal.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito senador pelo Amazonas. Assumindo sua cadeira em 15 de novembro seguinte, integrou a Comissão dos 21 e deu parecer sobre o projeto da Constituição, afinal promulgada no dia 24 de fevereiro de 1891. Com o fim da Constituinte e o início da legislatura ordinária, assumiu em junho sua cadeira no Senado Federal, onde passou a integrar a Comissão de Constituição, Poderes e Diplomacia. Em 1895, seu nome foi apresentado pelo Partido Democrata, chefiado pelo coronel Emílio José Moreira, à sucessão do governador do Amazonas, Eduardo Gonçalves Ribeiro (1892-1896), o “Pensador”; este, por sua vez, apoiava o deputado federal e capitão Fileto Pires Ferreira, que foi o vencedor. Após concluiu seu mandato no Senado, afastou-se então da política por vários anos.

De 1913 a 1916, atuou junto ao coronel Antônio Guerreiro, chefe do Partido Democrata, para combater a administração do governador Jônatas de Freitas Pedrosa (1913-1917). Em 1º de janeiro de 1917, no primeiro dia de administração de Pedro de Alcântara Bacelar (1917-1921), a casa de Antônio Guerreiro sofreu um bombardeio. Entre as pessoas

vitimadas, encontrava-se Manuel Francisco Machado, que conseguiu escapar. Não houve inquérito, mas, no Senado, Rui Barbosa condenou o atentado.

Foi também diretor-geral da Instrução Pública. Recebeu as comendas da Ordem da Rosa e da Ordem de Cristo.

Faleceu em Óbidos no dia 18 de agosto de 1928.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL GOV. AM. Disponível em: <http://www.casacivil.am.gov.br/imp_gov.php>. Acesso em: 17/3/2011; Firma Produções. Disponível em: <<http://firmaproducoes.com/2003/01/28/eduardo-ribeiro-primeiro-negro-governador-de-estado-no-brasil>>. Acesso em: 17/3/2011; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p.1991/2).

MACHADO, Manuel Joaquim

* interv. SC 1892; gov. SC 1892-1893.

Manuel Joaquim Machado nasceu no estado de Minas Gerais em 2 de dezembro de 1863, filho de Joaquim José Machado.

Iniciou a vida militar em 1883 como alferes, passando a aluno em 1889 e a tenente em 1891. Sua entrada na vida política aconteceu em 1º de março de 1892, quando foi nomeado pelo presidente Floriano Peixoto interventor federal em Santa Catarina, sucedendo à junta governativa provisória que governou o estado após a renúncia de Lauro Müller em 28 de dezembro de 1891. Incumbido de garantir as metas do governo federal em Santa Catarina e de dirigir as eleições que se seguiriam, foi ele próprio eleito governador pelo Congresso estadual. Tomou posse em 15 de setembro de 1892 e pouco depois criou a Junta Comercial de Santa Catarina. De 13 a 28 de outubro foi substituído pelo vice-governador Eliseu Guilherme da Silva. Aproximou-se, então, dos federalistas, e rompeu com o governo federal em 1893. Em 18 de junho desse ano deixou o governo, denunciado e processado pela prisão de um funcionário federal. Em seu lugar, assumiu mais uma vez o vice Eliseu Guilherme.

Seguindo a carreira militar, foi promovido a capitão em 1900, a major em 1908 e a tenente-coronel em 1912. Reformou-se em 1913, ano em que faleceu.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*.

MACHADO, Marcelino Rodrigues

*dep. fed. MA 1921-1926.

Marcelino Rodrigues Machado foi eleito deputado federal pelo Maranhão em 1920 e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no ano seguinte. Reeleito em 1924, exerceu o mandato até dezembro de 1926.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MARQUES, C. *Dicionário*.

MACHADO, PEDRO DA MATA

*dep. fed. MG 1912-1914 e 1919-1920; const. 1934; dep. fed. MG 1935-1937.

Pedro da Mata Machado nasceu em Diamantina (MG) no dia 28 de janeiro de 1865, filho de João da Mata Machado e de Amélia Senhorinha Caldeira Brant. Seu irmão João, homônimo do pai, foi deputado geral de 1881 a 1884, ministro dos Negócios Estrangeiros em 1884, novamente deputado geral de 1884 a 1889, constituinte de 1891 e deputado federal desse ano até 1901. Outro irmão, Álvaro da Mata Machado, foi médico, deputado provincial (1888-1889) e senador estadual (1890-1894).

Estudou inicialmente em sua cidade natal, concluindo o curso preparatório em Ouro Preto (MG). Ingressou em seguida na Faculdade de Direito de São Paulo e, ainda acadêmico, foi o último redator-chefe do jornal *Liberal Acadêmico*. Bacharelou-se em novembro de 1889.

Nomeado promotor de justiça em Minas Gerais, filiou-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM) e foi eleito presidente da intendência do município de Diamantina, cargo equivalente ao atual prefeito, ao qual acabou renunciando em decorrência de conflitos com políticos locais. De 1907 a 1912 foi senador estadual em Minas Gerais. Eleito nesse ano deputado federal, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados a partir de 1º de junho, com mandato até dezembro de 1914. No ano seguinte foi reeleito senador estadual e exerceu o mandato até 1919. Em 11 de outubro desse ocupou mais uma vez a cadeira de deputado federal. Concluindo o mandato na Câmara em dezembro de 1920, afastou-se durante muito tempo das atividades políticas. Sua ação parlamentar visou sempre o desenvolvimento da agricultura, por ele considerada o único meio capaz de trazer prosperidade ao país.

Após a Revolução de 1930, foi nomeado membro do Conselho Consultivo do Estado de Minas Gerais. Em maio de 1933 elegeu-se deputado à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do Partido Progressista de Minas Gerais. Assumindo sua cadeira em novembro do mesmo ano, participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta (16/7/1934), teve o mandato prorrogado até maio de 1935. Em outubro de 1934 elegeu-se deputado federal para a legislativa ordinária que se iniciou em maio de 1935. Exerceu o mandato até novembro de 1937, quando o advento do Estado Novo suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi também catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais e jornalista, tendo colaborado em órgãos da imprensa mineira e fundado os jornais *Cidade de Diamantina* e *Idéia Nova*.

Morreu em Belo Horizonte em junho de 1944.

Foi casado com Carlota Pereira da Silva e, em segundas núpcias, com Maria José Neves.

Publicou *Um programa, Esboço de curso de extensão universitária, Civilização artificial, Ensino gratuito da agricultura racional, Traços biográficos do dr. João da Mata Machado* e *A voz do povo*, além de discursos, panfletos, circulars, manifestos, conferências, artigos e opúsculos.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); BLAKE, A. *Dicionário*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; *Câm. Dep. seus componentes*; CONSULT. RAMOS, P.; COUTO, S. *Vultos*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; OLIVEIRA, M. *História*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976).

MACHADO, Pinheiro

* const. 1891; sen. RS 1891-1915.

José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 8 de maio de 1851, filho de Antônio Gomes Pinheiro Machado e de Maria Manuela de Oliveira Aires. Seu pai foi deputado na Assembleia Geral do Império. Seu irmão Ângelo Gomes Pinheiro Machado foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1896 e deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1900 a 1905 e de 1909 a 1910. Outro de seus irmãos, Salvador Pinheiro Machado, recebeu a carta-patente de general em reconhecimento aos serviços militares prestados à República, foi vice-presidente do Rio Grande do Sul de 1913 a 1918, e como tal assumiu a presidência do estado entre 1915 e 1916, durante o afastamento de Borges de Medeiros por motivo de doença.

Em 1854, José Gomes Pinheiro Machado e sua família mudaram-se para São Luís Gonzaga (RS), onde passou a maior parte de sua infância e adolescência. Em 1865, matriculou-se na Escola Militar do Rio de Janeiro, então capital do Império. No ano seguinte, sem o consentimento de seu pai, fugiu da escola para alistar-se como voluntário na Guerra do Paraguai (1864-1870), que foi o conflito externo de maior repercussão na América do Sul, não só pela mobilização e perda de homens, mas também por seus aspectos políticos e financeiros. O confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai representou um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Já para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Em 1867, Pinheiro Machado ganhou a estrela de primeiro cadete do 4º Corpo de Cavalaria. Em 1868, diante de um grave problema de saúde e frente à insistência de seu pai, deu baixa do Exército. Embora desejasse seguir a carreira militar, obedeceu à orientação do pai e

passou a dirigir a estância da família em São Luís Gonzaga, onde permaneceu até 1872. Nesse ano, diante dos apelos de sua família para que retomasse os estudos, abandonou a vida rural e foi estudar em São Paulo. Após concluir o curso preparatório, matriculou-se em 1874 na Faculdade de Direito e passou a integrar o movimento republicano radical, que organizou um Clube Republicano e lançou o periódico *A Renascença*. Desde então, passou a dedicar-se ao jornalismo acadêmico, revelando suas tendências para a política. Em 5 de agosto de 1876, ainda estudante, casou-se com a paulista Brasileira Benedita Paula e Silva. Após formar-se em direito em 1878, regressou a São Luís Gonzaga, onde passou a exercer a advocacia.

DA PROPAGANDA À REPÚBLICA

Pinheiro Machado envolveu-se intensamente na propaganda republicana no Rio Grande do Sul. Em 1880 fundou o Clube Republicano de São Luís Gonzaga e nos anos seguintes participou de diversas conferências republicanas, bem como de excursões políticas organizadas pelos republicanos que percorreram a província. Entrou para a política ao lado de Joaquim Francisco de Assis Brasil e Júlio de Castilhos, de quem se tornou grande amigo e o mais leal dos correligionários.

Juntamente com Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Venâncio Aires, Ernesto Alves, Álvaro Chaves e outros, participou da fundação do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), em fevereiro de 1882. O PRR defendia a eleição direta dos chefes do Executivo federal, estadual e municipal; o voto livre e público; a liberdade de pensamento e de expressão, de reunião e de associação, e o ensino primário leigo e gratuito. Propunha ainda a autonomia dos municípios e dos estados, que deveriam, estes últimos, ser regidos por constituições e leis próprias e isentos da intervenção da União, a não ser nos casos em que o regime republicano federativo estivesse ameaçado. O órgão oficial do PRR era o jornal *A Federação*, que foi criado em janeiro de 1884 e foi decisivo para o êxito do partido. Afinal, os jornais foram os mais importantes veículos de comunicação social e de propaganda política ao longo do século XIX.

A partir de 1888, Pinheiro Machado foi vereador na Câmara Municipal de São Luís Gonzaga, onde residia. Lá estava quando, no dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis, derrubou o Império, proclamou a República no Brasil e instituiu um governo provisório tendo à frente o próprio marechal Deodoro.

DA CONSTITUINTE À REVOLUÇÃO FEDERALISTA

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 Pinheiro Machado foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, na legenda do PRR. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte o marechal Deodoro foi eleito pelos constituintes presidente da República. Pinheiro Machado, assim como a maioria da bancada do PRR, apoiou a eleição do marechal. Em junho seguinte, ao ter início a legislatura ordinária, tomou assento no Senado Federal no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal. Na mesma época, no Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos foi eleito presidente do estado.

O governo constitucional de Deodoro iniciou-se sob forte tensão política, agravada pela crise econômica. Descontente com a oposição parlamentar, em 3 de novembro o presidente ordenou o fechamento do Congresso Nacional. Júlio de Castilhos de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro. No dia seguinte, seus opositores obrigaram-no a renunciar. Enquanto Castilhos deixava o poder no Rio Grande do Sul, o chamado golpe de Deodoro despertava reações em todo o país. A ameaça da Marinha de bombardear a cidade do Rio de Janeiro levou o próprio Deodoro a renunciar em 23 de novembro, apenas nove meses após ter assumido a presidência. Seu lugar foi ocupado pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto. Como a Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular, novas crises surgiram, decorrentes da pressão, sobretudo da Marinha, pela realização de eleições.

Em 17 de junho de 1892, após um acordo político com Floriano – que queria evitar que o poder no Rio Grande do Sul caísse nas mãos de Gaspar Silveira Martins –, Júlio de Castilhos, através de um movimento armado, foi reposto no governo do Rio Grande do Sul. Ainda conforme o acordo, porém, renunciou ao cargo, passando-o ao vice-presidente do estado por ele nomeado, Vitorino Carneiro Monteiro, que, por sua vez, deveria convocar eleições estaduais. Carneiro Monteiro afastou-se do cargo em setembro de 1892, para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, e foi substituído pelo segundo vice-presidente estadual, Fernando Abott. Nas eleições que se seguiram, Castilhos foi reeleito presidente do estado do Rio Grande do Sul e em 26 de janeiro de 1893 tomou posse. No mês seguinte, seus opositores deram início à Revolução Federalista.

Com a deflagração da Revolução Federalista, Pinheiro Machado licenciou-se imediatamente do Senado e partiu para os campos de batalha, disposto a lutar ao lado de Júlio de Castilhos, seu amigo e companheiro político. Incorporou-se à divisão do general Francisco Rodrigues Lima e exerceu papel de destaque entre as hostes republicanas. Por sua atuação durante a revolução, recebeu do marechal Floriano Peixoto, por atos de bravura, as honras de general de brigada.

24 ANOS NO SENADO

Com o fim dos confrontos no Rio Grande do Sul, Pinheiro Machado reassumiu sua cadeira no Senado Federal. Foi reeleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1897, 1906 e 1915, para mais três mandatos de nove anos cada. Foi vice-presidente do Senado entre 1902 e 1905 e 1912 e 1915. A eleição para a vice-presidência do Senado era a mais elevada honra que seus pares podiam lhe conceder, já que a função de presidente do Senado pertencia ao vice-presidente da República e, portanto, não estava acessível a um senador.

Em 1897, divergências internas levaram à dissolução do Partido Republicano Federal (PRF), ao qual pertencia o presidente Prudente de Moraes (1894-1898). O partido havia surgido em 1893, a partir da fusão de partidos republicanos regionais, e era liderado por Francisco Glicério. Quando da cisão, Pinheiro Machado, juntamente com seus

correligionários do Rio Grande do Sul, ficou ao lado de Francisco Glicério e passou a integrar a oposição ao governo de Prudente de Moraes. Ainda em 1897, no dia 5 de novembro, durante uma cerimônia militar, Prudente de Moraes sofreu um atentado. O presidente saiu ileso, mas o então ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, faleceu ao tentar defendê-lo. Diante disso, Prudente de Moraes decretou o estado de sítio no Rio de Janeiro. Acusado de cumplicidade no atentado contra o presidente da República, Pinheiro Machado foi preso e recolhido ao couraçado *Riachuelo* durante 33 dias.

Nas eleições presidenciais de 1898, Pinheiro Machado defendeu fortemente o nome de Júlio de Castilhos como candidato à sucessão de Prudente de Moraes. No entanto, essa candidatura não foi aceita pela maioria dos republicanos históricos. Assim sendo, Pinheiro Machado passou a apoiar a candidatura de Lauro Sodré. Contudo, contando com o apoio do governo federal, que utilizou a pressão e as fraudes em seu favor, o eleito foi Campos Sales, candidato do Partido Republicano Paulista (PRP).

Ao assumir a presidência (1898-1902), Campos Sales procurou conquistar o apoio do PRP, sempre liderado por Júlio de Castilhos. O novo presidente tornou-se amigo próximo de Pinheiro Machado, que atuou como um de seus principais sustentáculos políticos, embora fosse contrário à “política dos governadores” inaugurada pelo próprio Campos Sales. Nesse contexto, Pinheiro Machado exerceu acentuada influência sobre as cúpulas partidárias e conseguiu obter várias concessões dentro do intransigente regime da “política dos governadores”.

Durante a presidência de Rodrigues Alves (1902-1906), a proeminência política de Pinheiro Machado acentuou-se cada vez mais entre os republicanos. Já durante o governo de Nilo Peçanha (1909-1910), seu amigo e colaborador, seu prestígio político atingiu o auge. Coube-lhe assim um papel decisivo por ocasião da escolha do candidato à sucessão presidencial. Seu apoio e articulações políticas foram fundamentais para a eleição, em março de 1910, do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). Considerado o grande eleitor da República, o árbitro da política brasileira, tornou-se um dos líderes do Partido

Republicano Conservador (PRC), fundado em novembro daquele ano pelos representantes das elites dos estados descontentes com a chamada “política do café com leite”, pela qual o poder federal vinha alternando entre os estados de São Paulo e Minas Gerais.

Em 1912, enquanto era vice-presidente do Senado, Pinheiro Machado assumiu o cargo de presidente da comissão executiva do PRC, substituindo Quintino Bocaiúva, que faleceu em 11 de julho daquele ano. Como já havia ocorrido em 1910, desempenhou também papel de relevo na eleição de 1914, quando foi eleito Venceslau Brás (1914-1918).

Em 30 de janeiro de 1915, Pinheiro Machado foi eleito pela última vez senador pelo Rio Grande do Sul. No dia 8 de setembro, o senador gaúcho foi apunhalado pelas costas, quando entrava no Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, para visitar seu amigo e adversário político, Rubião Júnior, então presidente do Senado estadual de São Paulo. As motivações do crime, cometido por Francisco Manso de Paiva Coimbra, não foram suficientemente esclarecidas. À época, a polícia concluiu que o assassino agiu por iniciativa própria. O corpo de Pinheiro Machado foi transportado para o Rio Grande do Sul, onde foi enterrado ao lado de seu amigo Júlio de Castilhos, que falecera em 1903. Com sua morte, o PRC, do qual era presidente, praticamente desapareceu.

Pinheiro Machado participou decisivamente do cenário político brasileiro e, embora nunca tenha ocupado o cargo de ministro de Estado, foi o responsável pela indicação de vários ministros para diversas pastas. Além disso, dominou a máquina política de seu estado natal e projetou sua liderança pessoal sobre o Senado e a Câmara, formando um bloco majoritário muito coeso. Tinha ainda o controle da Comissão de Verificação de Poderes do Congresso Nacional, responsável pelos resultados eleitorais finais e pela diplomação dos eleitos. Através desse controle, podia negar uma cadeira no Congresso Nacional a um adversário, fazendo com que a comissão considerasse fraudulentos votos suficientes para dar a vitória a outro candidato. Dessa forma, alcançou um poder que talvez nenhum outro político tenha conseguido ao longo da Primeira República brasileira. E, como tal, elevou o Rio Grande do Sul a uma posição de eminência que o estado ainda não tivera na República e só durante a monarquia alcançara.

Em sua homenagem, muitas cidades no Rio Grande do Sul e em São Paulo batizaram ruas com seu nome. Além disso, diversos colégios e escolas em todo o país também passaram a ostentar o nome de Pinheiro Machado. No Rio de Janeiro, a rua Guanabara, localizada no bairro das Laranjeiras, também recebeu o nome de rua Pinheiro Machado. Era na colina que se inicia nessa rua que Pinheiro Machado residia, no Palacete do Morro da Graça, edifício de estilo eclético comprado em 1897 que logo se tornou um importante centro político da República, frequentado por políticos e autoridades destacadas e palco de importantes decisões partidárias.

Em 1931, foi inaugurado o monumento ao senador Pinheiro Machado, localizado na Praça Nossa Senhora da Paz, no bairro de Ipanema, no Rio de Janeiro. A figura em bronze, em tamanho natural, do senador foi obra do escultor Leão Veloso. Em 8 de maio de 1951, por ocasião do centenário do nascimento de Pinheiro Machado, foi realizada uma cerimônia cívica junto ao monumento em homenagem àquele que era conhecido como o *Senador de Ferro* e se destacou como um dos mais proeminentes políticos da Primeira República no Brasil.

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos*; ABREU, A. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Partido Republicano Rio-grandense (verbetes temáticos). Disponível em: <<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>>. Acesso em: 14/5/2011; BORGES, V. *Morte* (p.296); CÂM. MUN. SÃO LUIZ GONZAGA (RS). Disponível em: <<http://www.camarasaoluiz.com.br/v2/index.php?p=camara>>; CARONE, E. *República*; CIACCIA, P. *Árvore*; DORATIOTO, F. *Maldita*; ESCOBAR, W. *Apontamentos*; Família Pinheiro Machado: <<http://pinheiomachado.neobiz.com.br>>; FAUSTO, B. *História*; FLORES, H. *Revolução*; FLORES, M.; FLORES, H. *Rio Grande do Sul*; FRANCO, S.

Dicionário; FRANCO, S. *Partido*; GERSON, B. *História*; GODOY, O. *História*; *Grande encic. Delta*; GRIJÓ, L. *Entre*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LOVE, J. *Regionalismo*; PASSOS, E. *Mesas*; PESAVENTO, S. *Revolução*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*; REVERBEL, C. *Maragatos*; *Senado Federal*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>; VIDAL, J. *República*.

MACHADO, Raul da Cunha

*pres. MA 1918-1919 e 1922-1923; dep. fed. MA 1923-1930.

Raul da Cunha Machado nasceu no Maranhão, filho de João Gonçalves Machado e de Josefina da Cunha Machado. Seu irmão Francisco da Cunha Machado foi participante da junta governativa que assumiu o poder no Maranhão de 1891 a 1892, foi deputado federal de 1904 a 1923, senador de 1923 a 1930 e desembargador do Supremo Tribunal de Justiça. Fundador do periódico *Diário de Notícias* em 1893, iniciou sua vida política em junho de 1908, quando se tornou intendente de São Luís, substituindo Afonso Gifwining de Matos. Em sua gestão foram concluídas as obras dos passeios e balaustradas da praça Gonçalves Dias, foi construído um pavilhão para a venda de peixe no Mercado Público, foi feito o calçamento da rua de Santaninha e da travessa do Monteiro, e foram realizados melhoramentos nas estradas do Caminho Grande e do Cutim do Padre. Seu sucessor foi Mariano Martins Lisboa Neto. Em 1915 concorreu novamente à prefeitura, mas foi derrotado por Clodomir Serra Serrão Cardoso.

Em 1918, elegeu-se segundo vice-presidente do Maranhão, enquanto Urbano Santos era eleito presidente do estado. Este não assumiu o governo de imediato, sendo substituído na data da posse, 1º de março, pelo primeiro vice-presidente José Joaquim Marques, que faleceu no dia 9 de outubro seguinte. Nesse momento, Raul da Cunha Machado foi chamado a ocupar a presidência do estado. Governou até 21 de outubro, quando Urbano Santos tomou posse para logo se afastar, em 21 de novembro, a fim de assumir o Ministério da Justiça no governo Delfim Moreira. Raul Machado voltou assim ao governo, que exerceu até o retorno de Urbano Santos, em 28 de julho de 1919. Substituiu ainda uma vez o titular, de 25 de fevereiro de 1922 até o fim do quadriênio, em 1º de março seguinte. No entanto, como havia sido eleito primeiro vice-presidente do estado, agora ao lado do novo presidente Godofredo Mendes Viana, e como este ocupava uma cadeira no Senado Federal e lá permaneceu, continuou no governo. No dia 26 de abril, porém, foi deposto por uma revolta liderada pelo tenente Sebastião Correia, decorrente de atritos com importantes chefes da política local e com o capitão Manuel Aurélio Nogueira. Assumiu então o poder uma junta composta por Tarquínio Lopes Filho, Rodrigo Otávio Teixeira, Leôncio Rodrigues e Carlos Augusto de Araújo Costa, que se manteve por menos de um dia, graças

à ação do tenente-coronel Cunha Leal, comandante do 24º Batalhão de Caçadores, que cumpriu ordens do governo federal e recolocou o vice-presidente no governo. Raul da Cunha Machado permaneceu no posto até 20 de janeiro de 1923, quando Godofredo Mendes Viana assumiu efetivamente o governo. Nesse momento, renunciou também ao cargo de vice-presidente, sendo substituído por João Vieira de Sousa Filho.

Eleito deputado federal ainda em 1923, foi reeleito em 1924, 1927 e 1930, mas teve o mandato interrompido em outubro desse ano com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

MACHADO, Salvador Pinheiro

*rev. Federalista 1893; pres. RS 1915-1916.

Salvador Aires Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta (RS) no dia 7 de março de 1859, filho de Antônio Gomes Pinheiro Machado e de Maria Manuela de Oliveira Aires. Seu pai, advogado formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi juiz de direito e delegado em Itapetininga (SP), deputado provincial no legislativo paulista de 1846 a 1847 e de 1882 a 1883, deputado geral em 1863 e participou da Revolução Liberal de 1842. Dois dos seus irmãos se destacaram no cenário político nacional. José Gomes Pinheiro Machado foi senador pelo estado do Rio Grande do Sul de 1890 a 1915 e um dos políticos mais importantes da Primeira República. Ângelo Gomes Pinheiro foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1896, 1900 a 1905 e de 1909 a 1910.

Salvador Pinheiro Machado foi membro do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Antes da proclamação da República (15/11/1889), participou da reunião da Fazenda da Reserva com o grupo de Júlio de Castilhos, Assis Brasil, Venâncio Aires e outros republicanos que conspiravam contra o Império.

Em 1892 participou, em Bagé (RS), do cerco ao general João Nunes da Silva Tavares, mais conhecido como Joca Tavares, junto com os generais Isidoro Fernandes, Hipólito Ribeiro e Rodrigues Lima. Mas não houve combate, graças à ação pacificadora de Gaspar Silveira Martins.

Participou da Revolução Federalista, guerra civil entre federalistas (maragatos) e republicanos (chimangos) que conflagrou o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná de fevereiro de 1893 a agosto de 1895. Os insurretos federalistas opunham-se ao governo gaúcho de Júlio de Castilhos e ao governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894), que o apoiava. O conflito envolveu amplas forças militares locais e remanescentes da Revolta da Armada, aliados aos federalistas, e encerrou-se com a vitória dos republicanos. Durante o conflito, comandou a 4ª Brigada da Divisão do Norte que combateu Gumercindo Saraiva, uma das principais lideranças federalistas.

Após a guerra, de 1895 a 1900 foi intendente municipal de São Luís Gonzaga (RS). Em 1901 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul e reeleito por mais três legislaturas, até 1912. Em 1910 ingressou no Partido Republicano Conservador (PRC), fundado por seu irmão José Gomes Pinheiro Machado para apoiar a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da República, em oposição à de Rui Barbosa. Confirmada a vitória de Hermes, o partido procurou aglutinar as oligarquias dominantes e os militares em torno do novo governo republicano.

Em 1913 foi eleito vice-presidente do Rio Grande do Sul, durante o mandato de Antônio Augusto Borges de Medeiros. Assumiu o governo estadual de maio de 1915 a maio de 1916, quando da licença do titular que se encontrava enfermo. Em 1918 foi novamente eleito vice-presidente em mais um mandato de Borges de Medeiros.

Foi também general honorário do Exército e comandante geral da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

Faleceu em Porto Alegre no dia 18 de dezembro de 1919.

Era casado com Aurélia Ribas, com quem teve três filhos.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERREIRA FILHO, A. *Revoluções*; MARTINS, A. *Escritores*; TIMM, O.; GONZALEZ, E.. *Álbum* .

MACHADO, Urbano Marcondes dos Santos

* const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1899.

Urbano Marcondes dos Santos Machado era filho do comendador Francisco M. dos Santos Machado.

Estudou no antigo Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço, em Minas Gerais, entre 1871 e 1873, e posteriormente formou-se em medicina, mas nunca exerceu a clínica médica. Pertencia a uma família de agricultores e destacou-se à frente de um estabelecimento de lavoura na província do Rio de Janeiro. Participou ativamente da propaganda republicana e da agitação política que marcaram os últimos anos da monarquia no Brasil.

Já sob o regime republicano, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado pelo estado do Rio de Janeiro ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de 15 de junho, quando se iniciou a legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1893. Reeleito em 1894 e 1897, permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1899. Entre 1893 e 1898, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados.

Faleceu em 21 de outubro de 1903.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1 e 2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); COL. CARAÇA. *Livro de Matrículas*. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraca.com.br/cultura/m1870.php>>; COMISS. CONST. CENT. REPÚBL. PRIM. CONST. REP. *Relatório*; ROCHA, R *Parlamento*.

MACHADO, Vicente

* pres. PR 1893-1894; sen. PR 1895-1902; pres. PR 1904-1907.

Vicente Machado da Silva Lima, mais conhecido como *Vicente Machado*, nasceu em Castro (PR), no dia 9 de agosto de 1860, filho de José Machado da Silva Lima e de Ana Guilhermina Laynes Pinheiro, ambos de famílias tradicionais do Paraná.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal e cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde recebeu, em 1881, o grau de bacharel. Como universitário, participou das campanhas abolicionista e republicana. Iniciou sua atividade profissional um ano após a conclusão do curso como promotor público em Curitiba. Em 1883, assumiu o cargo de juiz municipal de Ponta Grossa (PR), logo se afastando para organizar e desenvolver seu escritório de advocacia, simultaneamente aos passos iniciais dados nas lides políticas, por meio do exercício do jornalismo. Retomando a prática jornalística iniciada na faculdade, escreveu artigos para os jornais *19 de Dezembro* e *A Província do Paraná*.

Foi deputado da Assembleia Provincial do Paraná entre 1886 e 1889, pelo Partido Liberal, obtendo apoio de um prócer partidário, o conselheiro Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, destacado personagem da política local e nacional nos estertores do Império. Preconizava então o princípio administrativo e político da descentralização, isto é, defendia uma maior autonomia das unidades provinciais em face do governo central, no seio do seu partido e em conferências e textos jornalísticos. Estava, pois, sintonizado com o ideal que veio a se consolidar com a instauração da República, por intermédio da Constituição de 1891.

Chefe de polícia do governo provisório do almirante José Marques Guimarães no Paraná (4/12/1889 a 18/2/1890), logo foi alçado à função de líder de uma Comissão Municipal, instituída no lugar da Assembleia Provincial que fora dissolvida pelo regime republicano. Tal atribuição lhe permitiu ser escolhido, em 1892, relator geral da Constituinte do Paraná e liderar o processo de elaboração da nova Carta Constitucional do estado.

Eleito vice-presidente estadual em 1892 em chapa capitaneada por Francisco Xavier da Silva, assumiu as funções de presidente estadual entre 12 de abril de 1893 e 1º de janeiro de 1894, em virtude do afastamento de Xavier da Silva por razões de saúde. Teve em sua

administração que enfrentar as vicissitudes da Revolução Federalista (1893-1895), que começou no Rio Grande do Sul e estendeu sua ação política e militar por toda a Região Sul do país. Transferiu nesse intervalo de tempo a sede do governo para Castro, sua cidade natal. Recebeu duras acusações relativas aos fuzilamentos de revolucionários. Em 1894 foi eleito senador, o que lhe possibilitou vocalizar a defesa do seu governo em âmbito nacional, em face das aludidas acusações. Exerceu mandato no Senado entre 1895 e 1902, e em 1903 foi mais uma vez eleito vice-presidente do Paraná. Exerceu o governo de fevereiro de 1904 a abril de 1906.

Faleceu em Castro, a 3 de março de 1907.

Foi casado com Antônia Moreira Lima, de quem enviuvou em 1894. Em segundas núpcias, firmou matrimônio com Helena de Loyola.

Roberto Bitencourt da Silva

FONTES: ANDRADE, P. *Vicente*; CARNEIRO, D.; VARGAS, T. *História*; COL. BRAS. GENEAL. *Artigos genealógicos*. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_p_05.html>. Acesso em: 9/2/2009; Estante virtual. *Carneiro*. Disponível em: <<http://www.estantevirtual.com.br/buscaporautor/David%20Carneiro%20e%20Tulio%20Vargas>>; LIMA, V. *Mensagem* (1905,1907); LOVE, J. *Regionalismo*; SENADO. *Vicente Machado*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1364&li=32&lcab=1921-1923&lf=32>. Acesso em: 9/2/2009; VIANNA, F. *Idealismo*.

MACIEL, ANTUNES

*dep. fed. RS 1915-1917 e 1921-1923; rev. 1923; dep. fed. RS 1924-1927 e 1930; rev. 1930; min. Just. 1932-1934.

Francisco Antunes Maciel Júnior era natural de Pelotas (RS). Segundo seus familiares nasceu no dia 4 de maio de 1881, mas outras fontes indicam o ano de 1879. Filho de Francisco Antunes Maciel e de Francisca de Castro Moreira Maciel, e neto, por parte de mãe, do barão de Butuí, entrou desde cedo em contato com a política, à qual sua família estava tradicionalmente ligada. Seu pai, filiado ao Partido Liberal e durante muitos anos auxiliar de Gaspar Silveira Martins, foi deputado-geral de 1881 a 1888, ministro do Império em 1883-1884 e um dos chefes do Partido Federalista no Rio Grande do Sul depois da proclamação da República. Participou da Revolução Federalista que entre 1893 e 1895 conflagrou os estados do Sul e terminou com a vitória dos republicanos, o que lhe valeu o exílio no Uruguai, e foi ainda deputado federal de 1906 a 1911. Seu irmão, Artur Antunes Maciel, foi interventor em Mato Grosso entre 1931 e 1932.

Antunes Maciel iniciou seus estudos em Pelotas, mas, com a mudança forçada de sua família para Montevideú, passou a frequentar o curso secundário em uma escola anexa à universidade da capital uruguaia. Em 1896, após o término da Revolução Federalista, regressou à cidade natal. No ano seguinte transferiu-se para São Paulo, onde concluiu os cursos preparatórios e ingressou em 1899 na Faculdade de Direito. Depois de frequentar essa escola durante três anos, teve de se mudar para o Rio de Janeiro (então Distrito Federal), onde se bacharelou em 1902. Ainda acadêmico, colaborou em vários jornais do Rio Grande do Sul.

Formado, advogou em Pelotas até 1906, quando foi convidado para dirigir o jornal *A Reforma*, órgão do Partido Federalista. Fundado durante o Império por Silveira Martins como órgão do Partido Liberal, *A Reforma* foi durante toda a Primeira República o instrumento de divulgação das teses parlamentaristas e unitaristas do partido. Antunes Maciel dirigiu o jornal durante seis anos, residindo os dois últimos em Porto Alegre. Em 1912, deixou o jornal e publicou o livro *O Rio Grande: anotações esparsas*, onde criticava a situação do estado, principalmente o sistema de governo dos republicanos, que se encontravam no poder desde 1892. Em 1914 defendeu tese de livre-docência na Faculdade

de Direito de São Paulo com a dissertação *Síntese da evolução do equilíbrio político*, mas não foi aprovado.

No pleito de janeiro de 1915, elegeu-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Federalista com 18.510 votos, concorrendo em acirrada disputa contra uma chapa completa do partido da situação. No início de seu mandato, participou de diversas comissões de inquérito para o reconhecimento de novos deputados. Após três meses de trabalhos, apenas três candidatos “independentes” foram reconhecidos, entre eles o próprio Antunes Maciel. Sua intensa participação na Câmara surpreendeu a grande maioria dos parlamentares, que esperava apenas uma atuação discreta de um iniciante na carreira política. Mesmo assim, não conseguiu ter seu mandato renovado no pleito seguinte. Deixou a Câmara em dezembro de 1917 e dedicou-se ao jornalismo, sustentando na imprensa gaúcha sua posição contrária à situação estadual.

Em 1921 tornou a se candidatar a deputado federal pelo Partido Federalista. Eleito, passou a integrar na Câmara a Comissão de Finanças, presidida por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Ainda nesse ano, em outubro, o *Correio da Manhã* do Rio de Janeiro publicou uma série de cartas atribuídas a Artur Bernardes, candidato à presidência da República, contendo ofensas às forças armadas. Partidário de Bernardes, que já apoiara em 1917 nas eleições para a presidência de Minas Gerais, Antunes Maciel assumiu sua defesa na Câmara, batendo-se para que o Congresso exigisse do jornal carioca explicações sobre a origem dos documentos. Sindicância posterior concluiu que haviam sido forjados — o que fez com que ficassem conhecidos como as “cartas falsas” —, mas sua publicação acirrou a oposição dos militares a Bernardes, o qual, não obstante, foi eleito em março de 1922.

A REVOLUÇÃO DE 1923

Em janeiro de 1923, encerrou-se no Rio Grande do Sul a apuração das eleições de novembro do ano anterior. Pela quinta vez, Antônio Augusto Borges de Medeiros, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), conquistou a presidência do estado, derrotando Joaquim Francisco de Assis Brasil. Este e seus partidários, na maioria antigos federalistas, rebelaram-se contra o governo estadual, convencidos de que houvera fraude nas eleições. No dia da posse do presidente eleito (25 de janeiro), uma série de levantes em diversos pontos do estado deu início a um movimento armado que duraria cerca de dez meses.

Antunes Maciel viajou para o Sul no início de fevereiro, a fim de se unir aos revoltosos. No mês seguinte, em telegrama ao presidente da República, comunicava sua adesão à coluna revolucionária de Filipe Portinho, caudilho da região serrana do estado. Borges de Medeiros declarou mais tarde a João Luís Alves (ministro da Justiça de 1922 a 1925) que Antunes Maciel, antes de integrar-se à luta, propusera-lhe um acordo em que previa a realização de nova eleição para a vice-presidência do estado, o impedimento de nova reeleição do presidente e a ampliação das atribuições da Assembleia estadual. Borges, contudo, recusara a proposta.

Com o estabelecimento do armistício no princípio de novembro de 1923, Assis Brasil e Antunes Maciel — a essa altura membro do estado-maior revolucionário — mantiveram intensos contatos com o ministro da Guerra, o general Fernando Setembrino de Carvalho, que se encontrava no Rio Grande do Sul para obter a pacificação do estado. Nessa ocasião, Assis Brasil, certo do êxito de sua facção, impôs como condição básica para o acordo a realização de novas eleições no estado, sem o que nem ele nem Maciel acreditavam em solução duradoura para o conflito.

Antunes Maciel, entretanto, discordava de Assis Brasil quanto às possibilidades de vitória militar: em seu contato direto com a frente de combate, tomara ciência de que o movimento não contava com recursos para se sustentar por muito mais tempo. Assim, no dia 10 de novembro, Maciel enviou a Setembrino telegrama no qual reconhecia não ser possível o afastamento imediato de Borges, razão pela qual os revolucionários deveriam aceitar a alternativa apresentada pelo governo federal, no sentido de suprimir progressivamente o sistema implantado pelos republicanos. Propunha ainda uma alternativa em caso de impasse: o julgamento da questão por um tribunal composto de três árbitros, um para cada parte e o terceiro representando o governo federal. Sugeria, finalmente, o adiamento das eleições estaduais marcadas para o início de 1924.

Nos primeiros dias de dezembro, as negociações chegaram a um novo impasse. O general Setembrino apelou diretamente para Antunes Maciel, que muito contribuiu para afastar os obstáculos. Segundo Hélio Silva, sua intervenção foi decisiva para que Assis Brasil aceitasse a nova proposta do governo federal, da qual resultou o Pacto de Pedras Altas, assinado em 15 de dezembro de 1923. De todas as exigências dos libertadores, apenas a deposição imediata de Borges não foi aceita, mas foi vedada sua reeleição para a

presidência do estado e foi-lhe retirado o poder de nomear seu vice-presidente.

Em 1924, Antunes Maciel foi novamente eleito deputado federal, dessa vez na legenda da Aliança Libertadora, que havia aglutinado os antigos federalistas e dissidentes republicanos. Ao final do mandato (dezembro de 1926), retornou a Pelotas, onde assumiu a direção de *O Libertador*, porta-voz de sua agremiação.

Entre 3 e 5 de março de 1928, participou, em Bajé (RS), de um congresso que tinha por finalidade transformar a Aliança Libertadora em um partido que reunisse todas as forças de oposição do estado. Dessa reunião resultou a criação do Partido Libertador (PL), no qual ingressaram também os antigos federalistas.

A ALIANÇA LIBERAL E A REVOLUÇÃO DE 1930

Em junho de 1929, tendo em vista a sucessão do presidente da República, Washington Luís, representantes dos estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, reunidos por iniciativa de João Neves da Fontoura, líder da bancada gaúcha na Câmara, firmaram secretamente no Rio de Janeiro o Pacto do Hotel Glória. Segundo o documento, primeiro passo para a formação da Aliança Liberal, ficaram acertados o veto de Minas ao candidato situacionista Júlio Prestes e a retirada da candidatura do então presidente mineiro Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, bem como o apoio ao lançamento de um candidato gaúcho: Borges de Medeiros ou o então presidente do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. No dia 22 de julho, Antunes Maciel, em carta a Assis Brasil, informou que já vinha fazendo, de modo indireto, propaganda da Aliança Liberal em *O Libertador*, embora ainda aguardasse a definição oficial do PL. No mesmo dia recebeu um telegrama de Osvaldo Aranha, republicano e então secretário do Interior do Rio Grande do Sul, pedindo que comparecesse a Porto Alegre. Em 25 de julho chegou à capital gaúcha, onde manteve um encontro com Getúlio Vargas. O presidente gaúcho revelou-lhe a existência do Pacto do Hotel Glória, e afirmou que só aceitaria candidatar-se caso o PL se unisse ao PRR para lhe dar apoio, o que garantiria a unidade política do estado. Pedindo a Antunes Maciel que servisse de intermediário junto a Assis Brasil, Getúlio solicitou-lhe também que anunciasse as condições do PL para formar a frente com o outro partido gaúcho.

Após algumas reuniões e trocas de telegramas, Vargas obteve em 27 de julho a palavra final de Assis Brasil quanto à sua indicação: era favorável, mas só tornaria esse apoio

oficial após a reunião do diretório central do PL. Concluída a 1º de agosto, a reunião — a que estiveram presentes, entre outros, o próprio Assis Brasil, Antunes Maciel, João Batista Luzardo, Raul Pilla e um emissário de Getúlio — ratificou o apoio do partido à candidatura de Vargas, cabendo a Antunes Maciel a tarefa de comunicar a decisão ao presidente gaúcho.

Formou-se então a Frente Única Gaúcha (FUG), reunindo o PL e o PRR. Antunes Maciel passou a integrar o comitê da Aliança Liberal em Pelotas, desenvolvendo intenso trabalho de arregimentação em torno da chapa Getúlio Vargas-João Pessoa também nos municípios vizinhos. Desse modo manteve estreito contato com o candidato gaúcho, e já em dezembro de 1929 anunciou a Vargas que havia em Pelotas grande desânimo, provocado por sua desistência da viagem ao Norte e pela saída de Firmino Paim Filho da Secretaria da Fazenda do Rio Grande do Sul (após deixar o cargo, Paim viajara para a capital federal, ensejando especulações em torno de um possível acordo entre Vargas e Washington Luís). No início de 1930, Antunes Maciel intensificou as atividades de coordenação da campanha aliancista em Pelotas, ao mesmo tempo em que fazia sua própria campanha eleitoral para a Câmara. Nas eleições de 1º de março, enquanto era eleito deputado federal, o candidato situacionista Júlio Prestes foi sufragado presidente da República.

Com a derrota nas urnas da Aliança Liberal, surgiu uma divergência entre seus integrantes: enquanto o grupo de João Neves da Fontoura defendia a organização de um movimento armado, outros aliancistas deram por encerrada a tarefa da coalizão. Nessa ocasião, Antunes Maciel afirmou a João Neves que era necessário dar continuidade à FUG, pois caso contrário todo o esforço despendido até então teria sido inútil. Reiterando essa posição em editorial de *O Libertador*, Maciel enviou na mesma época uma carta a Osvaldo Aranha em que confirmava estar o PL disposto a prosseguir na campanha até a revolução.

Às vésperas da partida de Maciel para o Rio, onde tomaria posse na Câmara, Assis Brasil enviou-lhe um memorando em que estava delineada a atuação que a bancada do PL deveria ter no Congresso. O PL não reconheceria a autoridade de um presidente eleito pela fraude ou pela violência, posição que deveria ser mantida até que o conselho supremo da Aliança Liberal proclamasse a eleição do seu candidato — que assumiria a presidência da República no Rio Grande do Sul — e exigisse a saída de Júlio Prestes.

Antunes Maciel assumiu sua cadeira na Câmara em 3 de maio de 1930 e participou da luta

parlamentar, liderada por João Neves, contra o não reconhecimento de deputados aliancistas eleitos pela Paraíba e por Minas Gerais. Por outro lado, a partir de julho, quando foi assassinado João Pessoa, que concorrera à vice-presidência da República pela Aliança Liberal, intensificaram-se os preparativos revolucionários, embora Vargas se mantivesse em princípio hesitante quanto ao recurso à luta armada.

No princípio de agosto, Antunes Maciel foi credenciado por Osvaldo Aranha e Getúlio Vargas junto a Lindolfo Collor — líder da bancada do PRR na Câmara —, para refazer as articulações revolucionárias no Rio e em São Paulo, abandonadas desde o último adiamento da data da eclosão do movimento. Levando plenos poderes e instruções detalhadas, Maciel entrou em contato com conspiradores paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos, como Francisco Morato, Valdomiro Magalhães, Pedro Ernesto Batista, Mário Brant, Leopoldo Néri da Fonseca, Eduardo Gomes, Ildefonso Simões Lopes e Plínio Casado. Durante sua missão, manteve-se em contato permanente com Osvaldo Aranha, que centralizava a organização do movimento.

Finalmente, a revolução eclodiu em Porto Alegre na tarde do dia 3 de outubro. Antunes Maciel juntou-se a um contingente da Guarda Civil e participou pessoalmente do ataque ao Arsenal de Guerra. Após a forte resistência inicial da guarnição, chegaram os reforços enviados por José Antônio Flores da Cunha, e os revolucionários, forçando o portão de entrada, obtiveram a rendição da unidade.

Consolidada a situação militar no Rio Grande, as forças revolucionárias iniciaram sua marcha para o norte. No dia 12 de outubro Getúlio Vargas resolveu partir de Porto Alegre e assumir pessoalmente o comando do movimento. Antunes Maciel acompanhou-o, integrando seu estado-maior civil durante a permanência do comando da revolução no Paraná. Em 24 de outubro elementos da cúpula militar depuseram Washington Luís, e assumiu o governo uma junta governativa provisória formada por oficiais-generais das forças armadas. Getúlio partiu então do Paraná, chegando ao Rio no dia 31 de outubro e assumindo o poder no dia 3 de novembro, na qualidade de chefe do governo provisório da República.

SECRETÁRIO DA FAZENDA DO RIO GRANDE DO SUL

Com a vitória da revolução, Flores da Cunha foi nomeado interventor federal no Rio Grande do Sul, e por sua vez designou Antunes Maciel para ocupar o cargo de secretário da Fazenda. O estado atravessava uma séria crise financeira, e já em dezembro Maciel enviava carta a João Neves, então assessor jurídico do Banco do Brasil, expondo a situação e pedindo sua interferência para a obtenção de recursos federais. A dificuldade do estado para saldar suas dívidas internas e externas e a insolvência do Banco do Estado, além da falta de recursos para o pagamento do funcionalismo civil e da Brigada Militar, também foram abordadas em nova carta, que Maciel enviou a Vargas no início de 1931. Embora confirmasse o auxílio federal, o chefe do governo provisório respondeu-lhe lembrando que a crise afetava todo o país, o que recomendava a adoção de severas medidas de contenção econômica.

Na mesma época, o Banco Pelotense — que desempenhara importante papel na expansão da economia gaúcha nos anos anteriores — viu-se em uma situação financeira precária. Antunes Maciel tornou a pedir auxílio a diversos contrerrôneos bem situados na administração federal, mas não conseguiu sensibilizá-los. Tentou ainda obter um empréstimo no Banco do Brasil, que o Tesouro do estado se encarregaria de empregar no saneamento financeiro do banco. Também essa ajuda lhe foi negada, e o estado se viu na contingência de solicitar a liquidação do Banco Pelotense, a partir do que a Secretaria da Fazenda estudaria a encampação de seu acervo pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Artur Ferreira Filho, essa medida possibilitou uma recuperação mais rápida das finanças estaduais, uma vez que o governo gaúcho entrou na posse de um grande patrimônio em imóveis e contas a receber, propondo-se a pagar seus credores com apólices a longo prazo.

No início de 1932, intensificaram-se as pressões exercidas por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul em favor da constitucionalização do país, e contra a manutenção do estado de exceção defendida pelos revolucionários mais radicais. Em 24 de fevereiro, Vargas assinou a nova lei eleitoral, uma das exigências da FUG. No dia seguinte, foi empastelado o *Diário Carioca*, órgão de oposição ao tenentismo e que muito lutara por essa lei. Ante a relutância do governo em apurar as responsabilidades, no dia 29 o ministro da Justiça, Maurício Cardoso (ligado à FUG), pediu demissão, sendo acompanhado nessa atitude por vários outros gaúchos que integravam a administração federal.

Em março, agravou-se a situação política do Rio Grande, onde a liderança da FUG se aproximava cada vez mais dos paulistas. No final do mês, Antunes Maciel — que já se encontrava na verdade afastado do PL — escreveu a Assis Brasil afirmando que se manteria ao lado de Vargas. Negando que o atentado ao *Diário Carioca* houvesse sido o real motivo da demissão dos gaúchos, criticava o PL por se aproximar dos paulistas, antigos aliados de Washington Luís.

Durante toda a crise, Maciel sustentou essa posição. No dia 12 de maio, o *Diário de Notícias* de Porto Alegre noticiou sua intenção de afastar-se da Secretaria da Fazenda, já que sua nomeação fora vinculada à representação do PL no governo. O próprio Antunes Maciel confirmou a notícia, em carta à direção do jornal em que afirmava também aguardar apenas a concordância de Flores da Cunha para deixar a cargo. O diretório central do PL decidiu então expulsá-lo do partido em junho, mas Flores, embora Antunes insistisse na exoneração, decidiu preservá-lo em seu secretariado, interessado em manter abertas as possibilidades tanto de aliar-se à FUG quanto de conservar-se fiel ao governo federal no desdobramento da crise política.

Em julho de 1932, a tensão crescente acabou redundando na eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo, dirigida pela Frente Única Paulista (FUP). Flores da Cunha decidiu-se finalmente pelo apoio a Getúlio, enquanto a FUG, embora envolvida na articulação do movimento, não chegou a ter participação decisiva no conflito. Em outubro, foi assinado o armistício que selava a derrota dos paulistas, e o fim da conflagração encontrou ainda mais aprofundadas as divergências na política interna gaúcha.

Embora tivesse derrotado os paulistas, o governo provisório decidiu empenhar-se no processo de constitucionalização do país, convocando eleições para uma assembleia constituinte que deveria reunir-se no final de 1933. Aos interventores coube a tarefa de fundar partidos políticos para concorrer ao pleito.

No Rio Grande do Sul, Flores da Cunha encarregou Antunes Maciel de viajar pelo interior do estado, fazendo contatos para reforçar a articulação do partido situacionista gaúcho. De volta de sua excursão, Antunes apresentou um extenso relatório ao interventor, e integrou a comissão formada para elaborar o programa da nova agremiação, o Partido Republicano Liberal (PRL). Nessa comissão, cabia-lhe fazer com que os princípios fundamentais do

partido coincidissem com a orientação traçada por Osvaldo Aranha, que juntamente com Vargas havia planejado a reorganização política do Rio Grande do Sul.

NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Para fortalecer os laços entre o governo federal e as forças políticas gaúchas comprometidas com o Executivo, Antunes Maciel foi nomeado no dia 1º de novembro de 1932 para o Ministério da Justiça, pasta que vinha sendo ocupada interinamente havia sete meses, primeiro por Francisco Campos e mais tarde por Afrânio de Melo Franco. No mesmo dia 1º, o governo provisório promulgou o Decreto nº 22.040, convocando a Comissão Constitucional, encarregada de elaborar o anteprojeto da Constituição. Empossado no ministério em 7 de novembro, Antunes Maciel deu continuidade ao encaminhamento do processo de constitucionalização, formando a subcomissão conhecida como Comissão do Itamarati, presidida por Afrânio de Melo Franco, para iniciar a preparação do anteprojeto.

Com a constitucionalização, o governo provisório não se limitava a atender à expectativa criada pela Revolução de 1932, mas procurava também absorver novas forças e institucionalizar o conflito político, canalizando-o através da Assembleia Nacional Constituinte. Coube a Getúlio Vargas e a Antunes Maciel todo o encaminhamento legal do processo, desde a regulamentação do Código Eleitoral até a elaboração do próprio regimento interno da Assembleia. Foi o ministro da Justiça que conseguiu, por exemplo, introduzir na Constituinte a representação profissional, que vinha sendo refutada em vários setores.

Durante todo esse período, Antunes Maciel atuou como assessor e porta-voz de Vargas, tendo a seu cargo a coordenação geral do processo de constitucionalização. Coube-lhe assim, no período imediatamente anterior às eleições, dar auxílio ao chefe do governo na tarefa de garantir a vitória das forças que o apoiavam, razão pela qual procuraram fortalecer a posição dos interventores nos estados.

No caso do Rio Grande do Sul, a presença de Antunes Maciel no ministério significava para Flores da Cunha um aliado poderoso, um observador que acompanhava as articulações nos bastidores e fornecia uma visão realista e bem informada da situação política.

Inicialmente, o novo ministro da Justiça constituiu-se num forte ponto de apoio para o

interventor gaúcho, permitindo-lhe neutralizar os esforços da oposição. Por intermédio de Antunes Maciel, Flores recebeu do governo federal a autorização para manter mobilizados dez corpos provisórios — forças militares de sua confiança — e com isso impedir a irrupção de um movimento que se preparava e já contava com o apoio de setores civis e militares contrários ao governo provisório.

O interventor conseguiu também assegurar o domínio de seu partido, obtendo do Ministério da Justiça que só aceitasse o registro do Partido Republicano Rio-Grandense, componente da FUG, no dia 16 de abril de 1933, isto é, às vésperas do pleito de 3 de maio. Em seguida, impugnou a chapa da FUG por meio da cassação de alguns dos seus componentes, obrigando a oposição a apresentar candidatos improvisados às eleições.

Desse modo, nos primeiros meses de sua gestão Antunes Maciel atuou mais no auxílio à campanha do PRL no Rio Grande do Sul do que como intermediário para a intervenção de Flores da Cunha na política nacional, papel que assumiu somente após as eleições, nas quais o PRL fez 13 deputados, contra três eleitos pela oposição.

Em setembro de 1933, dois meses antes da instalação da Constituinte, a morte do presidente mineiro Olegário Maciel desencadeou a disputa entre Virgílio de Melo Franco e Gustavo Capanema pelo cargo de interventor federal em Minas. Virgílio era apoiado principalmente por Osvaldo Aranha, então ministro da Fazenda, enquanto a candidatura de Capanema era defendida por Flores da Cunha. Devido à ausência de Vargas, que se encontrava em viagem pelo Norte-Nordeste, Antunes Maciel foi autorizado pelo chefe do governo provisório a iniciar as negociações. No entanto, para solucionar o chamado “caso mineiro”, Getúlio não poderia preterir nenhuma das facções, já que isso resultaria na perda do apoio de uma delas na Constituinte. Assim, ao retornar, Vargas preferiu articular a indicação de um *tertius*, escolhendo Benedito Valadares, então obscuro deputado federal mineiro.

Há versões segundo as quais Osvaldo Aranha teria considerado que Antunes Maciel foi o responsável por Vargas ter abandonado a indicação de Virgílio de Melo Franco (cujo decreto de nomeação esteve para ser assinado pelo chefe do governo). Assim, a perda da influência de Aranha na condução política do país seria decorrente do crescimento do prestígio de Antunes Maciel (enquanto representante de Flores) na pasta da Justiça.

OS TRABALHOS DA CONSTITUINTE

Desde o início dos debates na Assembleia Nacional Constituinte, instalada em novembro de 1933, foram grandes as dificuldades encontradas pelos coordenadores dos trabalhos para obter consenso em torno da orientação governamental. Isso exigia um crescente entrosamento entre membros do governo e chefes políticos com autoridade para determinar às bancadas alinhadas a posição a ser adotada. Nessa situação, o apoio mais próximo de Vargas era o do novo situacionismo gaúcho, o que realçou a função de intermediário entre Flores e Vargas desempenhada por Antunes Maciel.

No entanto, com a intensificação do processo político, que instabilizou as relações entre o governo provisório e a Constituinte, Flores da Cunha viu reduzida sua capacidade de formular a orientação da bancada do PRL. Assim, Antunes Maciel, engajado nas articulações diárias com representantes de outras forças políticas, acabou por se emancipar de sua condição inicial de assessor e delegado do interventor gaúcho, passando a exercer, com relativa autonomia, a representação do compromisso deste com Vargas, e de ambos com a coordenação e a maioria da Constituinte.

No dia 4 de abril de 1934, Antunes Maciel declarou a *O Estado de S. Paulo* que preferia eleições indiretas para a presidência da República, pois a adoção do pleito direto seria “pelo menos um passo para o retorno ao passado”. Propunha a formação de um colégio eleitoral “numeroso e de muita expressão”, formado a partir de três tipos de representação — popular, estadual e profissional —, e afirmava que Vargas não estava buscando a eleição, embora não pudesse recusá-la.

Três dias depois, *O Globo* publicava as “possíveis modificações” que, segundo Maciel, o texto aprovado na primeira discussão na Constituinte ainda deveria sofrer. Além da composição do colégio eleitoral, defendia um Legislativo unicameral, com a supressão do Senado e sua substituição por um Conselho Federal “sem funções legislativas, salvo em casos especiais”, e a manutenção da representação profissional. Além disso, embora fosse mantido o presidencialismo, os ministros ficariam comprometidos a comparecer à Câmara, para prestação de contas.

Ainda em abril, Maciel intercedeu junto a Flores da Cunha em defesa das eleições indiretas para a presidência da República, o que foi acatado pelo interventor gaúcho, que por sua vez telegrafou ao líder da bancada do PRL, Augusto Simões Lopes, defendendo esse princípio.

A apresentação das emendas gaúchas, contudo, provocou violenta reação nas bancadas de São Paulo e Minas Gerais, que logo promoveram reuniões de coordenação entre as grandes bancadas a fim de elaborar emendas em conjunto a partir de um acordo em torno dos pontos consensuais.

Fiel à orientação de Flores da Cunha e de Antunes Maciel, Augusto Simões Lopes ainda tentou apresentar fórmulas intermediárias, mas não conseguiu suplantar a intransigência das bancadas mineira e paulista. Desse modo, os gaúchos tiveram que abandonar a posição do governo, ficando decidido que a Constituição instituiria o pleito direto para a presidência. No entanto, para o mandato presidencial que se seguiria, as disposições transitórias da nova Constituição fixaram a eleição indireta.

Em maio, agravou-se a crise política na Assembleia, já que se aproximavam as eleições presidenciais e entrava em votação o capítulo das “Disposições transitórias”, relativas à aprovação dos atos do governo provisório, à elegibilidade dos interventores e à resolução sobre a transformação ou não da Constituinte em Câmara ordinária. Para Vargas, era necessário garantir sua eleição, para o que lançou mão de todos os recursos políticos de que dispunha.

Nesse sentido, o ministro da Justiça elaborou os decretos nº 24.297, de 28 de maio de 1934, concedendo anistia aos envolvidos no movimento de 1932, e nº 24.776, de 14 de julho, suspendendo a censura à imprensa. As duas medidas, havia muito reivindicadas por parte da oposição, foram concedidas às vésperas do pleito. No entanto, não foram suficientes para assegurar uma vitória eleitoral, e Antunes Maciel se viu obrigado a desenvolver pessoalmente um cuidadoso trabalho de “boca de urna” junto aos líderes das bancadas.

DA ELEIÇÃO DE VARGAS AO ESTADO NOVO

Embora a oposição se apresentasse dividida, o processo eleitoral foi difícil, tendo exigido grande habilidade de Maciel tanto na esfera da Assembleia quanto nos meios militares, onde estava em curso uma conspiração que constituía uma ameaça considerável. Finalmente, Vargas foi eleito presidente constitucional da República em 17 de julho de 1934, um dia depois de promulgada a nova Constituição.

Segundo Maria Helena de Magalhães Castro, Antunes Maciel ocupou, durante esse período, uma posição “incômoda, comprometido como estava com as orientações nem

sempre concordantes de Vargas e Flores da Cunha. Por outro lado, as funções de seu cargo colocavam-no na situação ambígua de promotor da abertura política e representante da ditadura, responsável direto, por exemplo, pela censura. Isso lhe valeu tanto a crítica constante da minoria opositora como eventuais pressões de setores governamentais, insatisfeitos com o encaminhamento da constitucionalização.” Mas as dificuldades maiores surgiram em seu relacionamento com Flores da Cunha, que muito resistiu em abrir mão da participação direta nos processos decisórios.

Antunes Maciel permaneceu até o dia 24 de julho de 1934 à frente do Ministério da Justiça, reestruturado em função da reconstitucionalização do país. Foi substituído no cargo por Vicente Rao, e em seguida foi nomeado diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Ainda assim, continuava a manter Flores informado dos acontecimentos políticos da capital, chegando a ser considerado por Vargas “delegado político” e “executor das manobras” do interventor gaúcho.

Em 1935, Flores da Cunha, eleito governador do Rio Grande do Sul (15/4/1935), envolveu-se na campanha pela sucessão governamental no estado do Rio, precipitando, em consequência, seu rompimento com Vargas. Antunes Maciel e o deputado gaúcho João Carlos Machado esforçaram-se em vão para evitar a ruptura, e no final do ano Flores recusou a oferta feita por Vargas de entregar a um gaúcho a liderança da maioria na Câmara.

No início de 1936, a continuação das prisões de suspeitos de envolvimento na Revolta Comunista de 1935 e das violências policiais praticadas contra eles provocou forte reação no Congresso, onde senadores e deputados da minoria iniciaram um movimento em favor dos presos políticos. Em 21 de março, o estado de sítio vigente desde o levante foi transformado em estado de guerra. Em consequência, foram suspensas as imunidades parlamentares, e no dia 26 cinco congressistas defensores dos direitos dos presos foram encarcerados sob a acusação de estarem organizando um novo movimento subversivo.

Já nos primeiros dias de abril, Flores da Cunha convocou uma reunião das bancadas gaúchas na Câmara e no Senado, à qual compareceram também Antunes Maciel e o ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa. No fim do encontro, foi divulgada à imprensa uma nota reafirmando o apoio político gaúcho ao governo federal, especialmente na repressão ao comunismo e no fortalecimento do poder civil. O documento ressaltava,

porém, a salvaguarda das imunidades parlamentares.

Em 1937, a questão da sucessão presidencial catalisou todas as discussões, alianças e rupturas políticas. A transferência do poder de execução do estado de guerra no Rio Grande do Sul para o comandante da 3ª Região Militar e a definição do apoio de Flores da Cunha à candidatura de Armando de Sales Oliveira aprofundaram consideravelmente a divergência entre o governador gaúcho e Vargas. Por outro lado, a crise foi sensivelmente agravada pelo rompimento entre Flores e a FUG, consumado em abril.

No dia 27 desse mês, em carta dirigida ao chefe do governo, Antunes Maciel pediu demissão do cargo que ocupava no Banco do Brasil, e ao justificar esse ato fazia previsões — que posteriormente viriam a ser confirmadas — acerca de um golpe de Estado que estava sendo preparado, com o qual não poderia ser solidário em vista de seu passado de político liberal.

A crise atingiu seu clímax em outubro, quando Flores apresentou, no dia 17, seu pedido de renúncia, exilando-se em seguida no Uruguai. Na sessão do dia seguinte da Assembleia Legislativa, a maioria decidiu apresentar o nome de Antunes Maciel para substituí-lo.

Segundo informação de Maurício Cardoso a João Neves, Flores só teria concordado em renunciar ao obter de 20 deputados o compromisso de que votariam em Antunes Maciel. Benjamim Vargas chegou a apelar para seu irmão Getúlio para que decretasse a intervenção federal no estado, a fim de impedir a eleição de seu ex-ministro da Justiça. Embora respondesse inicialmente que preferia estudar mais o caso e que a eleição de Antunes não impediria uma futura intervenção no estado, Vargas acabou por decretá-la dois dias após a renúncia de Flores.

AFASTADO DA POLÍTICA

Com a instauração do Estado Novo (10/11/1937), Antunes Maciel retirou-se da vida pública e não aceitou qualquer cargo até 1945. No governo do general Eurico Dutra (1946-1951) foi nomeado membro do conselho técnico do Instituto de Resseguros do Brasil, e a partir de junho de 1950 assumiu a presidência do Instituto Nacional do Sal. Ocupou esse cargo até fevereiro de 1951, quando o colocou à disposição do novo presidente da República, Getúlio Vargas, que tomara posse no dia 31 de janeiro.

Em julho de 1953, assumiu o cargo de diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico (BNDE), em que permaneceu até agosto de 1960. Em junho de 1958, quando Lucas Lopes deixou a presidência do BNDE, substituiu-o em caráter interino até agosto seguinte, quando Roberto Campos assumiu o cargo. Em diversas ocasiões, integrou interinamente o conselho de administração do BNDE.

Após deixar o banco, presidiu a Termoelétrica Charqueadas, em seu estado natal. Na mesma época, publicou diversos artigos no *Correio do Povo* de Porto Alegre.

Faleceu em 1º de novembro de 1966, no Rio de Janeiro.

Foi casado com Emília Antunes Maciel, com quem teve três filhas.

Seu arquivo pessoal encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (2); ARQ. ANTUNES MACIEL; BOMENY, H. *Estratégia*; CASTRO, M. *Rio*; CORRESP. BANCO NAC. DESENV. ECON.; *Cronologia da Assembléia*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; ENTREV. PEIXOTO, A.; FERREIRA FILHO, A. *História*; FONTOURA, J. *Memórias*; FUND. GETULIO VARGAS. *Guia*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; MELO, L. *Subsídios*; MIN. MAR. *Almanaque*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Relação dos ministros*; SANTOS, J. *Linhagem*; SANTOS, J. *Relação*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1934; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SOUSA, J. *Índice*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MACIEL, Francisco Antunes

* dep. geral RS 1881-1888; min. Int. 1883-1884; rev. 1893; dep. fed. RS 1906-1911.

Francisco Antunes Maciel, futuro *barão de Cacequi*, nasceu em Pelotas (RS) no dia 2 de março de 1836, filho de Elísio Antunes Maciel e de Leopoldina da Rosa Antunes Maciel.

Iniciou o curso de direito em São Paulo, mas bacharelou-se pela Universidade de Montevideu. De volta ao Rio Grande do Sul, filiou-se ao Partido Liberal e foi deputado provincial de 1873 a 1880. Eleito deputado geral pela primeira vez em 1881, foi três vezes reeleito e exerceu o mandato até 1888. Durante esse período recebeu o título de barão de Cacequi, em 1883, e foi ministro do Interior, de 24 de maio de 1883 a 6 de junho de 1884. Na Assembleia Geral, foi líder da maioria em 1884 e da minoria em 1888.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi redator do jornal *O Nacional*, em Pelotas, até 1891. Filiou-se ao Partido Federalista, criado por Gaspar Silveira Martins em 1892, e participou da Revolução Federalista, que eclodiu em fevereiro de 1893. Em consequência, exilou-se no Uruguai, juntamente com Silveira Martins. Impedidos de deixar Montevideu, passaram os dois a dirigir o movimento a partir do território uruguaio. Retornou ao Rio Grande do Sul após ser concedida a anistia aos rebelados. Com a morte de Silveira Martins em 1901, assumiu a direção do Partido Federalista. Na legenda do partido foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911. Durante esses anos, segundo Fernando Luís Osório, por duas vezes foi convidado a ocupar pastas ministeriais: o vice-presidente da República durante o governo de Prudente de Moraes, Manuel Vitorino, o convidou para a pasta da Viação, e o presidente Afonso Pena, para a pasta do Interior.

Recebeu a comenda de oficial da Legião de Honra da França.

Faleceu no Rio de Janeiro em 14 de agosto de 1917.

Casou-se com Francisca de Castro Moreira Maciel, filha do barão de Butuí. Seu filho Francisco Antunes Maciel Júnior, conhecido apenas com Antunes Maciel, foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1915 a 1917, de 1921 a 1926 e em 1930, revolucionário

de 1923 e de 1930 e ministro da Justiça de 1932 a 1934. Outro filho, Artur Antunes Maciel, foi interventor em Mato Grosso de 1931 a 1932.

Teve publicados seus discursos na Câmara dos Deputados e ainda o discurso que pronunciou nas exéquias de Gaspar Silveira Martins em Pelotas em 23 de agosto de 1901 (*Almanaque Literário e Estatístico do RS*, 1903).

Raimundo Hélio Lopes/ Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; MARTINS, A. *Escritores*; OSÓRIO, F. *Cidade*.

MACIEL, Godofredo

*dep. fed. CE 1921-1923.

Godofredo Maciel nasceu em Baturité (CE) no dia 8 de setembro de 1883, filho de Raimundo Maciel e de Emília Barbosa Maciel.

Fez os primeiros estudos no Seminário de Fortaleza, no Ginásio Cearense e no Instituto de Humanidades, e o curso preparatório no Liceu do Ceará. Aí foi redator do jornal *A Reforma*, órgão dos estudantes reformistas, além de colaborar na revista *Praça do Ferreira* e ainda nos jornais *Unitário* e *Correio da Semana*. Frequentou a Academia Livre de Direito do Ceará, mas depois mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito federal, onde se bacharelou pela Faculdade Livre em 1909, tendo sido o orador da turma.

Eleito deputado federal pelo Ceará, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, de 3 de maio de 1921 a 31 de dezembro de 1923. Entre outras funções que exerceu, ressaltam-se a de consultor jurídico do Ministério do Trabalho, prefeito no Acre, prefeito de Fortaleza (1924-1928), delegado de polícia, diretor da Ilha das Flores e diretor da sessão de marcas do Departamento Nacional de Propriedade Industrial.

Publicou *Discurso proferido na Sessão Comemorativa do Tricentenário do Ceará* (1903) e *Sucessão de Estrangeiros* (1909).

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: NOBRE, F. S. *1001* (p. 226); STUDART, G. *Dicionário* (v.1, p. 343-344).

MACIEL, Leandro

*dep. geral SE 1869-1872 e 1877-1885; const. 1891; dep. fed. SE 1891-1893; junta gov. SE 1891-1892; sen. SE 1894-1903.

Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel nasceu no engenho Serra Negra, em Rosário do Catete (SE), no dia 4 de agosto de 1825, filho do coronel Antônio Luís de Araújo Maciel e de Rosa de Siqueira Melo.

Obteve, em 1851, o grau de bacharel em direito pela Academia Jurídica de Olinda. Iniciou sua atividade parlamentar como deputado provincial em Sergipe nesse mesmo ano, pouco antes de receber o diploma acadêmico, conquistando sucessivos mandatos até 1869. Em novembro de 1852, foi nomeado juiz de paz e órfãos no interior de Sergipe, atuando nas jurisdições de Rosário do Catete, Maroim e Santo Amaro. Deixou a magistratura em 1860, quando passou a se dedicar ao exercício da advocacia e à administração de suas propriedades rurais.

Membro do Partido Conservador, foi eleito deputado geral por Sergipe para a legislatura 1869-1872, retornando a esse cargo entre 1877 e 1885. Postulou pela primeira vez uma vaga ao Senado ainda no período imperial, não obtendo sucesso. Em 1888, participou com José Luís Coelho e Campos e Antônio Dias Coelho e Melo, o barão de Estância, da lista tríplice na qual o imperador faria sua escolha, e foi preterido por este último. Com a República, foi eleito em setembro de 1890 deputado à Assembleia Nacional Constituinte pelo seu estado natal. Empossado em novembro seguinte, votou contra o banimento da família imperial. Exerceu o mandato até dezembro de 1893.

Após a deposição do coronel Vicente Ribeiro do governo de Sergipe, participou, ao lado de Marcelino José Jorge e de Olindo Rodrigues Dantas, da junta governativa que comandou o estado entre 27 de novembro de 1891 e 18 de maio de 1892. Nesse momento, juntamente com o monsenhor Olímpio Campos e outros “adesistas” (antigos monarquistas que continuaram atuantes no período republicano), apoiou José Calasans para a presidência de Sergipe. Primeiro governador constitucional, eleito pela Assembleia Legislativa, Calasans

sucedeu à junta governativa, permanecendo no governo até 11 de setembro de 1894.

Pela renovação do terço, Leandro Maciel obteve, em 1894, a vaga no Senado deixada por Tomás Rodrigues da Cruz. Para que isso ocorresse, contou com o apoio de Calasans, a despeito de o governo federal, presidido pelo marechal Floriano Peixoto, ter defendido a candidatura de Manuel Valadão, que acabou impugnada. Diante de tal situação, Valadão pleiteou suceder a Calasans no governo sergipano e venceu a eleição, que ficou conhecida pelos contemporâneos como a mais violenta e fraudulenta da primeira década republicana em Sergipe. A vitória de Valadão levou o grupo que o apoiava a hostilizar o final do governo Calasans, tentando interrompê-lo antes do seu término constitucional. Para defender a continuidade desse governo, Leandro Maciel sugeriu a transferência da capital sergipana de Aracaju para Rosário de Catete, onde ficavam suas propriedades rurais. Essa situação deu origem aos apelidos dos grupos que passaram a rivalizar na política sergipana a partir de então: os “cabaús”, que foram para a região canavieira do interior, e os “pebas”, que ficaram nas areias de Aracaju.

Opositor do governo de Valadão (1894-1896), ao final do governo seguinte, de Martinho Garcez (1896-1898), que representava a continuidade dos “pebas”, Leandro Maciel participou do acordo que possibilitou o apaziguamento da política sergipana com a eleição e a posse, em 24 de outubro de 1899, do monsenhor Olímpio Campos no governo do estado. Em 1902, discordando da indicação de Josino Meneses para suceder ao monsenhor na presidência de Sergipe, fundou, com José Luís Coelho Campos, o jornal oposicionista *O Momento*. Continuou na oposição ao olimpismo mesmo depois do término de seu mandato senatorial em 1903, aproximando-se de Martinho Garcez, Fausto Cardoso e Sílvio Romero, com os quais organizou o Partido Progressista (PP).

Faleceu em Jadaratuba (SE) em 13 de maio de 1909.

Além de artigos na imprensa e discursos parlamentares, publicou *Manifesto à nação* (1890).

Gabriel Machado/Sérgio Montalvão

FONTES: DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SOUZA, T. *Impasses*.

MACIEL, OLEGÁRIO

*dep. fed. MG 1894-1910; pres. MG 1924; sen. MG 1930; pres. MG 1930; interv. MG 1930-1933.

Olegário Dias Maciel nasceu em Bom Despacho (MG) no dia 6 de outubro de 1855, filho do coronel Antônio Dias Maciel e de Flaviana Maciel.

Em 1858 transferiu-se com a família para Patos, atual Patos de Minas (MG), onde o pai se tornou fazendeiro. Fez os estudos preparatórios no Colégio Caraça, em Minas Gerais, diplomando-se engenheiro pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1878.

De volta a Minas em 1880, ingressou na carreira política, elegendo-se deputado provincial pelo Partido Liberal. Cumpriu o mandato até 1883, quando se afastou para ocupar o cargo de engenheiro superintendente da Companhia Belga de Estrada de Ferro de Pitangui a Patos, colaborando ainda na construção das ferrovias Bambu-Patos e E. F. Paraopeba. Responsável pela organização das bases republicanas no município de Patos, após a proclamação da República elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte mineira (1890), revelando em sua atuação grandes preocupações com a questão dos transportes e da industrialização.

Em 1894 elegeu-se deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) e iniciou uma longa permanência na Câmara dos Deputados, à qual foi reconduzido por mais cinco legislaturas consecutivas e de onde só se afastou em 1910 por razões de saúde. Em 1914, com o início do governo do presidente Venceslau Brás, foi nomeado inspetor-geral do Serviço de Vias Férreas do Ministério da Viação e Obras Públicas, permanecendo no posto até 1918. Retornou então a Patos, dedicando-se à administração da fazenda que seu pai deixara.

Em 1922, por ocasião das eleições para a presidência do estado, o PRM o escolheu candidato à vice-presidência na chapa encabeçada por Raul Soares. Eleito, chegou a exercer a presidência de setembro de 1923 a março do ano seguinte por doença de Raul Soares. Com a morte deste em agosto de 1924, voltou a ocupar a presidência do estado até dezembro, quando foi empossado Fernando de Melo Viana, eleito em outubro para

completar o quadriênio. Retornando à vice-presidência do estado, ao mesmo tempo em que ingressava no Senado estadual para preencher a vaga deixada pela renúncia de Basílio de Magalhães, assumiu mais uma vez a presidência interina do estado entre 20 de fevereiro e 31 de março de 1926, pois Melo Viana se afastara do cargo para eleger-se vice-presidente da República na chapa encabeçada por Washington Luís.

Reeleito em 1927 para o Senado estadual com mandato até 1934, Olegário parecia fadado a lá encerrar sua carreira política, pois já contava 72 anos. Entretanto, com as crises que a política mineira atravessaria nos anos seguintes, viria a desempenhar papel relevante nos acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930, na própria revolução e nos primeiros anos da República Nova.

A SUCESSÃO MINEIRA E A REVOLUÇÃO DE 1930

No decorrer de 1929, três líderes do PRM surgiram como prováveis candidatos à sucessão de Antônio Carlos de Andrada no governo de Minas: o vice-presidente Fernando de Melo Viana e os ex-presidentes da República Venceslau Brás e Artur Bernardes. Também nesse período os governos dos estados de Minas, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram a Aliança Liberal, lançando em setembro de 1929 a candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais do ano seguinte em oposição a Júlio Prestes, candidato apoiado pelo presidente Washington Luís.

Antônio Carlos esperou a consolidação da Aliança Liberal para iniciar as articulações sucessórias em Minas. Em 21 de outubro de 1929, após uma série de reuniões das várias facções do PRM, promoveu um encontro com Melo Viana, Venceslau Brás e Artur Bernardes, sugerindo então uma “fórmula conciliatória”. O candidato à presidência do estado seria o presidente do Senado estadual, e o candidato à vice-presidência o presidente da Assembleia Legislativa, na época, respectivamente, Olegário Maciel e Pedro Marques de Almeida.

Esta solução, além de possibilitar a conciliação das diversas facções do partido, encobria possivelmente outras intenções. Olegário Maciel era um homem de idade avançada, podendo-se supor que dificilmente chegaria ao fim de seu mandato de quatro anos. Assim, ao mesmo tempo em que permitia a obtenção de um consenso temporário, a adoção desta “fórmula” assegurava praticamente a continuidade do controle sobre o estado à facção de

Antônio Carlos, sogro do candidato à vice-presidência Pedro Marques de Almeida.

Olegário era amigo de Venceslau Brás e de Bernardes, e equidistante das facções por eles lideradas. Ambos aceitaram sua indicação como *tertius*. Melo Viana, porém, recusou-a e, com aprovação unânime das candidaturas pela convenção do PRM (3/11/1929), afastou-se do partido, aderindo abertamente à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e ingressando na organização que se constituía em Minas para conduzir a oposição à Aliança Liberal, a Concentração Conservadora. A indicação da candidatura de Olegário Maciel provocou, portanto, uma crise sem precedentes na história do PRM, da qual o partido não conseguiria se recuperar e de que resultaria em poucos anos a perda da hegemonia que detinha sobre a política mineira.

Embora candidato praticamente eleito à presidência do estado — o que efetivamente se deu — Olegário Maciel figurou também como postulante ao Senado Federal na chapa apresentada pelo PRM às eleições de março de 1930. Em Minas, o processo de apuração dos votos foi bastante tumultuado, sendo encerrado sem a proclamação dos candidatos eleitos para a Câmara e o Senado Federal. Dessa forma, o Congresso reiniciou seus trabalhos em maio sem a presença da bancada mineira, uma vez que não havia um único candidato diplomado.

Em 21 de maio, a Câmara discutiu o parecer da comissão de inquérito sobre as eleições mineiras, concluindo pela depuração de 14 candidatos do PRM e a diplomação em seus lugares de representantes da Concentração Conservadora. Em seguida, a Concentração Conservadora pretendeu impugnar a eleição de Olegário para o Senado sob a alegação de que teria de renunciar ao mandato para assumir o governo de Minas. Segundo Bruno de Almeida Magalhães, o presidente eleito Júlio Prestes se teria oposto à depuração de Olegário, garantindo o reconhecimento de sua eleição para o Senado.

Nessa altura ainda não era do conhecimento de Olegário o movimento articulado em Minas e nos demais estados aliancistas com o objetivo de derrubar o presidente Washington Luís. Retirado em Patos, Olegário permaneceu à margem da trama revolucionária até o final de junho de 1930. Nessa ocasião foi chamado por Antônio Carlos, principal líder do movimento em Minas, para comparecer com urgência a Belo Horizonte. Antônio Carlos passara a defender uma ação pacífica ao invés da solução armada e, segundo Virgílio de Melo Franco, desejava transferir a Olegário a responsabilidade pelo recuo de última hora.

Nesse meio-tempo, Virgílio de Melo Franco convenceu Cristiano Machado, futuro secretário de governo de Olegário, a escrever-lhe uma carta sugerindo a resposta a ser dada a Antônio Carlos. Olegário não atendeu ao chamado de Antônio Carlos e entrou em contato com Artur Bernardes, solicitando uma “orientação segura” sobre os rumos da política federal e mineira. Na carta enviada a Bernardes, Olegário reputava “uma grande calamidade para o país e especialmente para Minas qualquer movimento armado”. Bernardes respondeu declarando que a “revolução se tornara a única saída digna deixada pelo inimigo”. Devido à adesão de Bernardes ao movimento revolucionário, Olegário redefiniu seu ponto de vista, passando a concordar com a revolução.

Em 26 de julho, quando veio ao Rio de Janeiro para tomar posse no Senado, Olegário assumiu perante Lindolfo Collor e Joaquim Maurício Cardoso, emissários gaúchos da Aliança Liberal, o compromisso de apoiar a revolução, impondo porém a condição de que o movimento fosse deflagrado antes de sua posse no governo de Minas, marcada para 7 de setembro. A partir desse momento e até a vitória da revolução, Olegário manteve-se em contato com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha. Em 18 de agosto obteve de Vargas a garantia de que o governo do Rio Grande do Sul assumiria a responsabilidade ostensiva pela iniciativa do movimento. Em seguida, várias datas foram fixadas para a eclosão do levante, decidindo-se afinal esperar pela mudança de governo em Minas.

A posse de Olegário no governo do estado, em 7 de setembro de 1930, deu ao governo federal a impressão de que Minas abandonaria o caminho da revolução. Havia efetivamente em torno do novo presidente de Minas uma expectativa pacifista. Com base nessa suposição, Washington Luís ordenou a imediata retirada de vários contingentes do Exército estacionados em Belo Horizonte desde o incidente entre aliancistas e concentristas ocorrido na campanha eleitoral em fevereiro de 1930 em Montes Claros (MG), no qual saiu ferido o vice-presidente Fernando de Melo Viana. Na capital mineira permaneceu apenas o 12º Regimento de Infantaria (12º RI), que tinha ali a sua sede.

Logo após a instalação de seu governo, Olegário autorizou a emissão de trezentos mil contos em apólices do Tesouro do estado para fazer frente à grave situação financeira de Minas. Desde 1929 Minas vinha enfrentando sérias dificuldades de ordem financeira em virtude da decisão do governo federal de suspender a entrega dos recursos provenientes do imposto de exportação do café. A medida fora tomada em evidente represália ao governo

de Minas, após o rompimento de Antônio Carlos com o presidente Washington Luís. Destinadas ao pagamento do funcionalismo e da Força Pública, as apólices passaram a ser conhecidas como as “olegárias”, pois tinham no centro a figura em meio corpo de Olegário Maciel.

Em meados de setembro, Olegário entrevistou-se com Lindolfo Collor em Belo Horizonte, aprovando os planos militares da revolução e a imediata fixação da data do levante contra o governo de Washington Luís. Em 3 de outubro, logo após o início da sublevação em Porto Alegre e Belo Horizonte, Olegário comunicou aos prefeitos do interior de Minas a adesão de seu governo à insurreição. Em 48 horas, forças revolucionárias assumiram o controle do Rio Grande do Sul e de várias capitais do Nordeste do país. Em Belo Horizonte, o 12º RI resistiu durante cinco dias, retardando o avanço do movimento no estado.

Após a rendição do 12º RI, o governo mineiro transferiu-se para Barbacena, estabelecendo nessa cidade a base das operações militares contra as guarnições federais aquarteladas em Três Corações, São João del Rei e Juiz de Fora. Olegário permaneceu em Belo Horizonte, continuando a exercer, pelo menos formalmente, a chefia do movimento em Minas. Em 15 de outubro, as forças revolucionárias já controlavam a maior parte do estado, após alguns combates com as poucas tropas federais fiéis a Washington Luís. Tornou-se então evidente que os combates decisivos seriam travados na faixa de fronteira de Minas com o estado do Rio, ocupada por tropas paulistas. Na ocasião, Olegário comunicou a Osvaldo Aranha que as forças mineiras não dispunham de munição suficiente para prosseguir o avanço em direção ao sul e o alertou para o perigo de uma contra-ofensiva paulista em território mineiro. Aranha prometeu redobrar a ofensiva contra São Paulo, a fim de obrigar o recuo das forças que ameaçavam Minas. Em 23 de outubro, o regimento federal de Juiz de Fora rendeu-se finalmente às forças rebeldes após um prolongado cerco. As tropas paulistas ainda ocupavam, porém, importantes posições do sul do estado.

Em 24 de outubro, Olegário foi informado da deposição de Washington Luís no Rio de Janeiro, reagindo com surpresa e desorientação ao novo curso dos acontecimentos. Somente no dia seguinte, após receber instruções de Osvaldo Aranha, assumiu posição em relação à junta governativa que tomara o poder e conclamou a população mineira a prosseguir a luta até a posse de Vargas na presidência da República. Em 3 de novembro, Vargas assumiu o cargo de presidente provisório, na condição de chefe do movimento

revolucionário vitorioso.

Reconhecido como o “general civil” da revolução, Olegário foi o único presidente de estado que se manteve no cargo após a mudança do regime, apesar do empenho de Osvaldo Aranha em nomear Virgílio de Melo Franco interventor federal em Minas. Durante as conversações para a formação do novo governo, Olegário reivindicou a nomeação do ex-secretário do Interior de Minas, Francisco Campos, para o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 14 de novembro por Vargas. Embora a escolha de Campos tivesse sido acertada desde então, sua posse no ministério só ocorreria em 6 de dezembro de 1930.

A LEGIÃO MINEIRA

A manutenção de Olegário Maciel no Executivo estadual não assegurou maior estabilidade política a Minas no período que se seguiu à Revolução de 1930. Desde sua posse, ele vinha se defrontando com sérias dificuldades para constituir dentro do PRM um grupo que pudesse servir de base de apoio ao seu governo. Em novembro de 1930, a ofensiva desencadeada pelos “tenentes” contra o predomínio oligárquico veio agravar esse quadro de instabilidade. Por outro lado, Artur Bernardes, o principal chefe oligárquico visado pelos “tenentes”, intensificou, àquela altura, sua agressiva política de consolidação de bases no estado. Sua força política chegou inclusive a sobrepujar as relações e ligações de Olegário com Antônio Carlos. Diante desse quadro, os “tenentes” passaram a denunciar, por meio da imprensa carioca, a situação de aparente subordinação de Olegário a Bernardes. A facção bernardista contava efetivamente com a anuência de Olegário para chegar ao controle do Executivo estadual. Em 21 de novembro, os secretários Cristiano Machado (Interior e Justiça), Alaor Prata (Agricultura) e José Carneiro de Resende (Finanças) tentaram convencer Olegário a renunciar ao cargo.

Nessa mesma ocasião, Olegário recebeu um telegrama assinado por Francisco Campos, pelos ministros Osvaldo Aranha (Justiça), José Fernandes Leite de Castro (Guerra) e Isaías de Noronha (Marinha), o chefe de polícia do Distrito Federal, João Batista Luzardo, e o ex-chefe do Estado-Maior das Forças Revolucionárias, Pedro Aurélio de Góis Monteiro, sugerindo a criação em Minas da Legião de Outubro, como instrumento de defesa e propagação dos ideais da Revolução de outubro de 1930.

Em 25 de novembro, Olegário formalizou com o porta-voz do governo provisório,

Francisco Campos, o acordo para criar a Legião de Outubro em Minas, desferindo o primeiro golpe contra a facção bernardista. No dia seguinte à visita de Campos, Olegário demitiu os secretários Cristiano Machado, José Carneiro de Resende e Alaor Prata, nomeando em seus respectivos lugares Gustavo Capanema (Interior e Justiça), Amaro Lanari (Finanças) e Cincinato Noronha Guarani (Agricultura). Segundo Helena Bomeny, a Legião de Outubro apresentou-se para Olegário como uma “porta aberta para a aliança com o governo provisório”, imprescindível à recuperação econômica e financeira do estado, seriamente abalado pela crise de 1929 e pelos gastos com a Revolução de 1930. Representava ainda a “garantia de seu fortalecimento como chefe de governo e a possibilidade de se firmar politicamente através da criação de uma nova base social de poder”.

A Legião de Outubro foi fundada em Minas em 27 de fevereiro de 1931, com o lançamento do *Manifesto ao povo mineiro*, assinado por Francisco Campos, Gustavo Capanema e Amaro Lanari. Inicialmente, a Legião encontrou receptividade das diferentes facções perremistas. Em pouco tempo, porém, configurou-se como séria ameaça ao predomínio do PRM, vale dizer, à corrente liderada por Artur Bernardes. Com o beneplácito de Olegário, Gustavo Capanema, Amaro Lanari e Francisco Campos moveram violenta perseguição aos elementos bernardistas, utilizando-se dos instrumentos típicos de pressão da política tradicional. Além disso, criaram um cargo paramilitar semelhante ao das organizações fascistas européias, adotando inclusive o uniforme cáqui que envergavam os nazistas em ascensão na Alemanha.

Olegário procurou inicialmente não tornar ostensivo seu apoio à Legião, mas, em 21 de abril de 1931, compareceu com a camisa cáqui da organização ao comício-parada por ele promovido em Belo Horizonte. Alguns dias mais tarde, Olegário anunciou a dissolução do PRM e sua absorção pela Legião. A partir desse momento, suas relações com o PRM, basicamente identificado com a facção bernardista, tornaram-se cada vez mais difíceis. Em junho de 1931, o ministro da Justiça, Osvaldo Aranha, rompeu publicamente com a Legião de Outubro, criando dentro do governo provisório um centro de oposição a Olegário Maciel. Paralelamente, em Minas, o PRM tentou reaglutinar suas forças com a organização de um congresso partidário em Belo Horizonte.

Em 15 de agosto, o congresso do PRM foi inaugurado com uma série de pronunciamentos e

denúncias contra atos do governo de Olegário Maciel, entre os quais as facilidades concedidas à Cia. Estrada de Ferro e Força e Luz Leopoldina-Cataguases, de propriedade de José Monteiro Ribeiro Junqueira, antigo perremista que aderira à Legião. O deputado Djalma Pinheiro Chagas propôs que o Congresso se declarasse em sessão permanente em claro desafio a Olegário. Em meio a esse clima de tensão, ocorreu a fracassada tentativa de deposição do presidente mineiro articulada por alguns congressistas e o ministro Osvaldo Aranha, com o apoio velado de Getúlio Vargas.

Em 18 de agosto, o coronel Júlio Pacheco de Assis, comandante do 12º RI, intimou Olegário a renunciar, alegando ter recebido ordens do Rio de Janeiro para assumir o governo do estado. Olegário repeliu o golpe com facilidade devido à pronta intervenção da Força Pública, controlada por seu secretário Gustavo Capanema, e às gestões de Antônio Carlos, Venceslau Brás e Francisco Campos junto ao governo provisório. Na tarde de 18 de agosto, o coronel Pacheco de Assis recebeu ordens do ministro da Guerra, Leite de Castro, para desmobilizar suas tropas. Osvaldo Aranha apressou-se em considerar o episódio como um simples “equívoco”, mas nem por isso as relações de Minas com o governo federal deixaram de ser afetadas.

Após a crise de agosto, Vargas reorientou sua estratégia de ação em Minas, procurando reforçar seus vínculos com o governo estadual e promover ao mesmo tempo um acordo entre as forças políticas mineiras. A essa altura, Vargas passara a considerar como fundamental o apoio integral de Minas a fim de fazer frente progressiva à oposição de São Paulo ao governo provisório. Com a ajuda de Capanema, Vargas foi capaz de recompor relações com Olegário, bastante abaladas em decorrência de sua participação nos acontecimentos de agosto.

Olegário impôs como principal condição para a efetivação do acordo a fusão da Legião Mineira com o PRM num partido único de apoio aos governos estadual e federal. Essa fórmula, batizada como “Acordo Mineiro”, foi acertada em fevereiro de 1932 através da formação do Partido Social Nacionalista (PSN). Nessa mesma ocasião, Olegário concedeu ao antigo PRM duas secretarias — Agricultura e Finanças —, comprometendo-se ainda a manter intactas as situações municipais. O PSN — também conhecido como a Frente Única Mineira — reuniu durante um curto período os dirigentes das distintas facções políticas

mineiras, dissolvendo-se em julho de 1932 com a eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo.

O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA

No primeiro trimestre de 1932, Olegário chegou a endossar o movimento pela reconstitucionalização do país, liderado pelas frentes únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, mas, em abril de 1932, colocou-se, juntamente com os demais líderes de Minas, ao lado de Vargas, ajudando-o a vencer a crise ministerial provocada pelas demissões de Maurício Cardoso e Lindolfo Collor, titulares das pastas da Justiça e do Trabalho, respectivamente, de Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal, e de João Neves da Fontoura, consultor jurídico do Banco do Brasil. Francisco Campos preencheu a pasta da Justiça, apesar das pressões dos partidos gaúchos sobre Minas para que o estado não participasse da formação do novo ministério. Ainda em abril de 1932, Olegário, Antônio Carlos, Virgílio de Melo Franco e Artur Bernardes lançaram manifesto declarando ser “dever do povo mineiro apoiar com firmeza o governo originado da revolução” e comunicando que emissários mineiros entrariam em contato com os líderes de São Paulo, do Rio Grande do Sul e do movimento tenentista para tentar um acordo que garantisse a estabilidade do governo provisório.

Em maio, Vargas resolveu afinal convocar as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte para maio de 1933. Essa decisão não impediu, todavia, o aprofundamento da crise política nacional. São Paulo, o principal centro de resistência ao novo regime, intensificou a oposição ao governo provisório. Em junho, após o fracasso das negociações entre Vargas e João Neves da Fontoura, representante da Frente Única Gaúcha (FUG), São Paulo decidiu lançar-se à luta armada, recebendo a promessa de adesão de numerosos chefes políticos gaúchos e do grupo de Bernardes, em Minas. No princípio de julho, Olegário conduziu uma última tentativa de conciliação, propondo a realização de um encontro dos dirigentes de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas em Belo Horizonte. Em 9 de julho, São Paulo rompeu as negociações, deflagrando o levante contra Vargas.

Durante os primeiros dias da conflagração, o governo mineiro permaneceu indeciso frente à Revolução Constitucionalista, hesitando inclusive em ordenar a mobilização da Força Pública. Em 15 de julho, Olegário definiu afinal a posição de Minas, manifestando apoio ao

governo provisório. Logo em seguida, as tropas mineiras foram enviadas para o sul do estado a fim de conter o avanço das forças paulistas na região. No decorrer de julho, Olegário recebeu vários apelos de Mário Brant, Djalma Pinheiro Chagas e Venceslau Brás para defender a causa paulista mas manteve inalterado seu compromisso de solidariedade a Vargas.

Em meados de agosto, o governador de São Paulo, Pedro de Toledo, e o chefe militar da rebelião, general Bertoldo Klinger, entraram em contato com Olegário, propondo a abertura de negociações de paz. Olegário respondeu afirmativamente, encarregando Gustavo Capanema de entrevistar-se com o emissário paulista, Fernando Costa, em Três Corações (MG). A proposta paulista tinha por base a derrubada de Getúlio e a instituição de um governo presidido por Olegário. Capanema rejeitou a fórmula, reafirmando o compromisso do presidente mineiro com Vargas e a convicção de que as promessas de reconstitucionalização seriam cumpridas.

Nesse mesmo mês, as tropas mineiras penetraram em São Paulo pelo eixo da Mogiana com destino a Campinas, enquanto outros pontos do estado eram ocupados por tropas federais. Em Juiz de Fora (MG) Bernardes tentou organizar um grupo de resistência armada a Olegário logo desbaratado pela polícia. Bernardes refugiou-se em seguida numa fazenda de Viçosa (MG), sendo descoberto e preso pelas autoridades mineiras em 23 de setembro. Após a capitulação de São Paulo em 2 de outubro, Olegário reivindicou a Vargas a deportação dos principais implicados no levante, em especial a de Artur Bernardes, como principal garantia para a reconstitucionalização do país e a reorganização partidária em Minas.

O PP E A CONSTITUINTE

Em janeiro de 1933, juntamente com Antônio Carlos, Venceslau Brás, José Monteiro Ribeiro Junqueira, Gustavo Capanema e Virgílio de Melo Franco, Olegário fundou o Partido Progressista (PP) de Minas Gerais. O PRM se tornou definitivamente um partido de oposição, bastante enfraquecido em virtude do exílio de suas principais lideranças: Artur Bernardes, Djalma Pinheiro Chagas e Mário Brant.

Em abril de 1933, Olegário encontrou-se com Vargas na Chácara da Floresta, perto de Juiz de Fora, assegurando o apoio irrestrito da futura bancada progressista na Assembleia

Constituinte ao chefe do governo provisório. Vargas prometeu, por sua vez, apoiar a indicação de um candidato mineiro para a presidência da Assembleia Constituinte. Em maio, o PP obteve uma ampla vitória nas eleições constituintes, conquistando 31 cadeiras contra seis dadas ao PRM. Nos meses seguintes, Minas ascendeu ao primeiro plano da política nacional. Detentora da maior bancada estadual na Constituinte, constituía-se numa poderosa aliada para o governo provisório e os estados. Em princípio de agosto, Carlos de Lima Cavalcanti e Juraci Magalhães viajaram a Belo Horizonte, assegurando apoio à candidatura de Antônio Carlos à presidência da Assembleia Nacional Constituinte em troca do apoio mineiro às reivindicações específicas de seus estados.

Em 10 de agosto, Olegário participou da reunião da comissão executiva do PP com os deputados eleitos para definir a plataforma do partido na Constituinte. Apesar dos entendimentos firmados anteriormente com Vargas, o programa aprovado pelo PP nesse encontro colidia em vários pontos com o projeto de constituição elaborado pela Comissão do Itamarati, por incumbência de Vargas. Foram aprovadas teses como a manutenção do regime federativo, a autonomia de um regime representativo com duas câmaras eleitas pelo sufrágio popular e universal e finalmente a oposição à representação de classes na Assembleia Nacional Constituinte.

Em 5 de setembro de 1933, Olegário Maciel faleceu subitamente em Belo Horizonte. Com seu desaparecimento, Gustavo Capanema assumiu interinamente o cargo de interventor estadual e postulou de imediato sua efetivação, contando para tanto com o apoio do interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha. Virgílio de Melo Franco também lançou sua candidatura, recebendo o apoio de vários dirigentes do PP e do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha. Em 12 de dezembro de 1933, Vargas deu uma solução inteiramente inesperada ao caso, nomeando Benedito Valadares interventor no estado.

Olegário Maciel foi general de brigada honorário do Exército brasileiro.

Permaneceu solteiro até o fim de sua vida. Três de seus sobrinhos seguiram a carreira política. Adélio Dias Maciel e Leopoldo Dias Maciel atuaram na política mineira. O primeiro foi deputado estadual de 1919 a 1930, constituinte em 1934 e deputado federal de 1935 a 1937, ao passo que o segundo foi deputado estadual de 1947 a 1951 e deputado federal de 1951 a 1955. Já Lisânias Dias Maciel trilhou carreira no Rio de Janeiro. Foi deputado federal de 1971 a 1976, quando foi cassado, candidato derrotado ao governo

fluminense em novembro de 1982, constituinte em 1987-1988, novamente deputado federal de 1987 a 1992 e, finalmente, vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro de 1997 a 1999.

Paulo Brandi

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ANDRADE, F. *Relação*; ARQ. OSVALDO ARANHA; BEHAR, E. *Vultos*; CALMON, P. *História*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Revoluções*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Manhã* (28/2, 3, 5/7/1931); CORRESP. ARQ. PÚBL. MINEIRO; *Diário da Manhã* (7/9/1933); *Diário de Notícias*, Rio (6/9/1933); DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, V. *Outubro*; *Grande encic. Delta*; HEILBORN, M. *Oligarquia*; LIMA SOBRINHO, A. *Verdade*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MEIRELES, M. *História*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; RACHE, P. *Homens*; RACHE, P. *Outros*; *Regionalismo*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/76); SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1933; SODRÉ, N. *História da imprensa*; TORRES, J. *História de Minas*.

MACIEL, Otoni

*dep. fed. PR 1918-1920.

Otoni Ferreira Maciel nasceu em Palmeira (PR) no dia 28 de outubro de 1870, filho do coronel Pedro Ferreira Maciel e de Margarida Ferreira Maciel. Seu pai, grande proprietário rural e político prestigiado, foi deputado estadual no Paraná por dois mandatos (1888-1889 e 1891-1892). Seu irmão Luís Ferreira Maciel foi vereador em Palmeira e também deputado estadual.

Fazendeiro, mesmo sem ter-se formado em direito atuou também na área jurídica. Em 1891, após a promulgação da primeira Constituição republicana (24/2), foi eleito para o primeiro Congresso Constituinte de seu estado natal, mas renunciou meses depois por incompatibilidade com os demais congressistas. Em 1893 foi nomeado delegado da 3ª Circunscrição Escolar do Paraná.

Voltou a exercer mandato eletivo em 1896, quando foi novamente eleito deputado estadual. Reeito para a legislatura seguinte, permaneceu na Assembleia paranaense até 1901. Em seguida foi nomeado promotor público da comarca de Palmeira. Manteve-se nessa função até 1907, quando foi escolhido primeiro vice-presidente do Paraná ao lado do presidente estadual João Cândido Ferreira. Após o processo eleitoral, no entanto, os eleitos não foram reconhecidos pelo Congresso Legislativo estadual. Retornou à política em 1914 ao ser mais uma vez eleito deputado estadual. Durante seu mandato, concluído no ano seguinte, foi segundo vice-presidente da Assembleia Legislativa.

Em 1918 foi eleito deputado federal pelo Paraná e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano. Exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1920 e participou da Comissão de Inquérito do Congresso.

Em 1929-1930 foi um dos líderes da Aliança Liberal em seu estado natal, propagando suas idéias em artigos publicados no jornal *A Tarde*, do qual foi um dos fundadores. Atuou ativamente nos movimentos que antecederam a Revolução de 1930, lutando entre as forças que auxiliaram na passagem dos revolucionários para São Paulo. Exerceu seu último cargo político no contexto de consolidação do Estado revolucionário, como conselheiro do governador paranaense Manuel Ribas.

Além das atividades na política e no Judiciário, atuou ainda na imprensa como articulista e colaborador dos periódicos paranaenses *Diário da Tarde*, *Gazeta do Povo* e *O Dia*.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 203); GOULART, M. *Coronelismo*; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 190-192).

MAÇONARIA

Associações criadas no final do século XIX e início do XX, em contextos e locais diferentes, baseadas num conjunto de símbolos e ritos e num ideário geral de caráter universalista e humanista, em defesa da ideia de progresso e de aperfeiçoamento gradual da humanidade. Eram instituições reservadas ou secretas, que praticavam ajuda mútua e filantropia, com tendências políticas variadas e antagônicas. Organizaram-se a partir de hierarquias próprias, estabeleceram vínculos, enfrentaram conflitos ou isolaram-se entre si. Subsistiram até o fim da Primeira República.

PRIMÓRDIOS

A forma maçônica contemporânea surgiu na Inglaterra no século XVIII e expandiu-se rapidamente por vários países. Apesar dos indícios de que haveria maçons nascidos no Brasil e iniciados na Europa já no século XVIII, a existência de atividades maçônicas regulares só se comprovou no território brasileiro a partir de 1801, no Rio de Janeiro, segundo o testemunho de José Bonifácio de Andrada e Silva, que se tornaria o primeiro grão-mestre do Grande Oriente do Brasil (GOB) em junho de 1822, ocasião em que a entidade teve papel importante na articulação da Independência. Nesse período havia considerável quantidade de padres maçons. Ao longo do século XIX a maçonaria foi marcante para a criação de novos espaços de sociabilidade e ampliação das práticas de cidadania no Brasil: seus membros mantinham apoio ou faziam oposição aos governos imperiais, posicionando-se pró ou contra a abolição da escravidão e à forma republicana de governo.

Foram dirigentes maçons no período imperial nomes como Luís Alves de Lima e Silva (duque de Caxias) e Paulino Soares de Sousa (visconde de Uruguai), além de republicanos como Saldanha Marinho e abolicionistas como José do Patrocínio. O conflito entre a Igreja católica e a maçonaria atingiu proporções intensas com a chamada Questão Religiosa na década de 1870, levando a um confronto entre a Coroa imperial e a Igreja, com repercussões no período republicano. Em 1888 o grão-mestre do GOB era João Alfredo de

Oliveira, chefe do gabinete ministerial que decretou a Lei Áurea. A maior parte dos maçons eram pessoas pouco conhecidas que viviam em capitais ou cidades do interior das províncias, como advogados, comerciantes, militares e funcionários.

As maçonarias estruturam-se em lojas (unidades de base) que, reunidas, formavam um Grande Oriente, uma Grande Loja ou Supremo Conselho, a depender dos ritos escolhidos e do perfil de atuação (simbólico ou filosófico). Seus membros formavam uma hierarquia fechada ao exterior e vertical internamente, que ascendia a partir de graus. Os graus básicos eram aprendiz, companheiro e mestre. Cada loja tinha sua própria hierarquia, na qual o posto de venerável era o mais alto. Cada agrupamento maior, como um Grande Oriente, também tinha seus postos hierarquizados, sendo superior o de grão-mestre.

OS MAÇONS E O PODER

Entre os 12 presidentes da Primeira República, oito foram maçons: Deodoro da Fonseca, Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves, Nilo Peçanha, Hermes da Fonseca, Venceslau Brás e Washington Luís. A filiação do marechal Floriano Peixoto, segundo presidente do Brasil, é polêmica entre os próprios maçons. Deodoro e Nilo Peçanha chegaram ao posto de grão-mestre do GOB.

O primeiro ministério do Governo Provisório era todo composto de maçons: Rui Barbosa (Fazenda), Quintino Bocaiuva (Transportes), Demétrio Ribeiro (Agricultura), Aristides Lobo (Interior), Benjamin Constant (Guerra), Campos Sales (Justiça) e Eduardo Wandenkolk (Marinha). A implantação de um Estado laico, separado da Igreja Católica, efetivada pela Constituição de 1891, era uma antiga reivindicação maçônica.

A presença de maçons foi expressiva nos cargos executivos estaduais. O exemplo mais nítido é o de São Paulo onde, dos 17 governantes na Primeira República, 13 foram maçons. O número de membros da maçonaria no poderes Executivo e Legislativo mostrou-se significativo no país durante todo o período, das esferas municipais à federal.

A denominação “República maçônica” no Brasil, apesar das evidências, não é

cabível, na medida em que não foi a maçonaria que nomeou tais autoridades, mas ao contrário, aqueles líderes políticos é que chegaram aos cargos por defenderem determinados interesses, fazerem alianças, participarem de movimentos, representarem idéias e projetos, terem prestígio, enfim, serem representativos de setores da sociedade.

A década final do século XIX e as iniciais do XX foram marcadas por uma expansão da atividade maçônica brasileira, que se explica tanto pelo processo de federalização das entidades, com abertura de novas lojas pelo país, quanto pela atração dos benefícios da proximidade entre a Ordem dos Pedreiros-Livres e o Estado nacional. É difícil contabilizar a presença exata da instituição na sociedade, devido à escassez de arquivos organizados, bem como ao surgimento, fusão, divisões e encerramento de diversas lojas espalhadas pelos estados brasileiros. Ainda assim, registram-se 244 lojas maçônicas entre 1886 e 1890, 280 entre 1891 e 1895, 497 entre 1896 e 1900, 615 entre 1901 e 1905, 553 entre 1906 e 1910, 507 entre 1911 e 1915 e 417 entre 1916 e 1920. Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul eram os estados com maior número de lojas.

As entidades maçônicas entrelaçaram-se, dentro de suas especificidades, ao debate federalismo/ centralização que ocorria na sociedade brasileira. Na busca de contemplar os interesses das maçonarias regionais, foi promulgada (1892) a primeira constituição maçônica da era republicana (“Constituição e regulamento geral do Grande Oriente e Supremo Conselho do Brasil”), prevendo a criação de Grandes Lojas Estaduais federadas ao GOB. As primeiras Grandes Lojas instaladas foram as de São Paulo e da Bahia, no mesmo ano.

Entretanto, essa tendência de federalização institucional encontrou limites no próprio perfil concentrador de poder das instâncias centrais. Logo ocorreram desentendimentos internos, e em 1893 uma parte dos maçons se desmembrou do GOB, formando o Grande Oriente do Estado de São Paulo, independente do órgão central. Na esteira dos acontecimentos paulistas foram criados, no mesmo ano, o Grande Oriente e Supremo Conselho do Rio Grande do Sul, e em 1894, o Grande Oriente Mineiro, também desligados do GOB. Outro fator que descaracterizou a formação de uma “República

maçônica”, portanto, foram as divisões internas que enfraqueciam a entidade.

Além das disputas, a maçonaria possuía atividades congregadoras. Em 1912 criou-se uma Beneficência Maçônica, repartida em duas seções: Montepio e Assistência. Na ausência de procedimentos oficiais de previdência social, seu objetivo era conceder pensão a familiares de maçons falecidos, além de auxiliar financeiramente os confrades em dificuldade financeira. Entidades paramaçônicas, como Asilos de Mendicidade (no Ceará e no Maranhão) e Asilo de Órfãos (em São Paulo) surgiram no mesmo contexto. Ao lado do eclipse do envolvimento nas grandes causas políticas do século XIX, fortalecia-se, assim, a tendência de ajuda mútua e de filantropia, tão marcantes na maçonaria do século XX.

As divisões internas e posicionamentos da maçonaria, ainda que com dinâmicas próprias, relacionavam-se ao contexto nacional e internacional. Já no início Primeira Guerra, em 1914, o GOB lançou campanha pela neutralidade das nações não envolvidas no conflito, por meio do manifesto “Um apelo pró-paz”. Porém, com o desenrolar da guerra, a maçonaria brasileira, na linha da colaboração internacional entre confrades, começou a enviar ajuda financeira à maçonaria francesa, destinada ao socorro das vítimas da guerra. Em 1915, o governo francês agradecia ao GOB o recebimento da quantia de 10 contos de réis. Ocorreram também manifestações hostis ao mundo germânico – rompendo, assim, os propalados laços de fraternidade universal. Após a declaração do estado de guerra entre Brasil e Alemanha, o grão-mestre do GOB afirmou, em novembro de 1917, a “inconveniência” da presença de confrades nascidos no Império da Alemanha nas reuniões maçônicas enquanto durasse o estado de guerra.

Em determinados contextos, como na campanha presidencial de 1921, os maçons envolveram-se mais diretamente no embate político: muitas lojas engajaram-se na propaganda em favor do confrade Nilo Peçanha, uma vez que o outro candidato, o vencedor Artur Bernardes, representava um risco à maçonaria brasileira. Sabe-se que Bernardes não simpatizava com a Ordem dos Pedreiros-Livres e que, na contramão das políticas laicizantes da República, buscou sustentação política na aproximação com a Igreja Católica.

Uma expressiva realização maçônica foi a criação de escolas. Inicialmente o GOB exigiu a obrigatoriedade do ensino básico para todos os filhos de seus membros. Em seguida, a instituição passou a apoiar a implantação de colégios e cursos. Em 1922 havia 132 escolas maçônicas em todo país, atendendo a 7.030 alunos, bem como 22 bibliotecas mantidas pela instituição, abertas a qualquer pessoa interessada. A escolaridade promovida pela maçonaria inseria-se na múltipla perspectiva de ajuda mútua, filantropia, aperfeiçoamento gradual da condição humana através das *Luzes* do saber e, ao mesmo tempo, alternativa ao ensino confessional.

Nessa perspectiva entende-se a campanha movida por entidades maçônicas contra o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930), quando este permitiu o ensino católico nas escolas públicas mineiras. Esse ato do governo estadual foi considerado um desrespeito à Constituição federal e contrário à liberdade de consciência dos brasileiros.

IDEOLOGIAS E CRENÇAS

A Igreja continuou a proibir o pertencimento de seus fiéis às maçonarias e até ameaçou-os de excomunhão, a exemplo do que já ocorria desde o século XVIII, conforme mostra o documento “Constituições para as províncias eclesiásticas meridionais do Brasil”, de 1915, cujas posições foram confirmadas pelo papa Bento XV dois anos depois.

Durante a Primeira República ocorreu verdadeira onda antimaçônica, expressa em campanha acirrada contra a Ordem dos Pedreiros-Livres, atribuindo-lhe práticas satânicas, pactos com o diabo, adoração de um ídolo em forma de bode, intenções tenebrosas nas reuniões secretas, entre outros estereótipos, aos quais se viriam juntar acusações de aliança em torno de um alegado complô judaico-maçônico-comunista internacional. Ainda que sem qualquer comprovação, tais afirmações ecoavam em variados setores da sociedade. Afirmavam os detratores, oriundos do pensamento católico conservador e das tendências autoritárias, que os maçons tramavam ocultamente para destruir todas as pátrias.

Além do *Boletim do Grande Oriente Brasileiro*, órgão oficial publicado desde

1871, havia um largo espectro de publicações periódicas explicitamente maçônicas espalhadas pelo país durante a Primeira República. Entre os títulos figuravam *A Virtude*, *Sigmaringa*, *A Verdade*, *O Mundo Maçônico*, *Fico*, *O Templo* e *O Progresso* (RJ); *O Combate* (CE); *O Pelicano* e *Ramo de Acácia* (PR); *Hiram* e *A Ordem* (SC); *O Oriente* e *O Templário* (SP). Existiam também publicações antimaçônicas – sem esquecer que tais embates ocorriam igualmente nas páginas dos principais órgãos da imprensa.

A maçonaria brasileira teve uma fase de aproximação com os ideais de um socialismo reformista a ser implantado pelas vias legais, da mesma forma que fora marcada pelo iluminismo, pelos liberalismos e pelo positivismo. Antônio Joaquim de Macedo Soares, ministro do Supremo Tribunal Federal e grão-mestre do GOB em 1892, defendeu o direito de greve dos trabalhadores e criticou o artigo 205 do Código Penal, que proibia “seduzir ou aliciar trabalhadores para deixarem os estabelecimentos em que forem empregados sob promessa de recompensa”. Contra a exploração do trabalho, o alto dirigente maçom dizia acreditar “no dia da vitória da causa socialista”. Com o tempo, ficaria claro que tal perspectiva não era a da revolução proletária, nem do anarquismo, cujos movimentos eram habitualmente criticados pelos maçons, que propunham a busca da conciliação dos conflitos por meio de melhorias sociais. Após o entusiasmo inicial causado pela Revolução Russa de 1917, quando foram promovidas “conferências maçônico-socialistas”, o discurso pró-socialista foi desaparecendo do ideário da Ordem dos Pedreiros-Livres. Não se pode afirmar, portanto, a existência de uma ideologia maçônica, mas sim a apropriação (ou o embate diante) das tendências marcantes em cada momento histórico.

NOVOS DESAFIOS

Diante dos movimentos militares que contestavam a ordem política, a maçonaria brasileira teve atitudes ambíguas. Em 1922, seus dirigentes condenaram a rebelião de 5 de julho, apesar da notícia de que confrades dela haviam participado. Quando maçons foram presos por se terem envolvido no Revolução Paulista de 1924, o GOB reafirmou a defesa da ordem pública contra qualquer ação ilegal. Ao mesmo tempo, as instâncias maçônicas

não assumiram postura rígida de crítica a seus membros que participaram desses levantes armados. No caso de 1922, a instituição argumentou que não haveria punição interna para os membros que se rebelaram, uma vez que “é princípio absoluto em maçonaria não considerar delito maçônico o crime político”; dois anos depois, a Ordem dos Pedreiros-Livres forneceu ajuda à famílias de maçons perseguidos e até ajudou a esconder alguns da repressão.

O maior cisma maçônico do período republicano ocorreu em 1927. Havia, até então, uma equilibrada repartição de poderes. Enquanto o GOB era responsável por gerir os graus básicos e simbólicos da hierarquia à qual pertenciam seus membros, o Supremo Conselho do Brasil se encarregava dos graus mais altos, chamados de filosóficos. Porém o GOB acabou centralizando mais poderes e relegando o Supremo Conselho a posição secundária. Foi quando Mario Behring, grão-mestre do GOB até 1925, se manteve à frente do Supremo Conselho e convocou os maçons a separarem-se do outro órgão central. Resultou daí a Confederação Maçônica Simbólica do Brasil, composta das Grandes Lojas estaduais e seguidoras do Rito Escocês Antigo e Aceito (tradicionalmente seguido pela instituição), apoiando o Supremo Conselho e contrapondo-se aos Grandes Orientes estaduais federados, ligados ao GOB.

No final dos anos 1920 desenhrou-se uma crise da própria maçonaria brasileira: ampliaram-se os ataques conservadores, sobretudo católicos, e foi com dificuldade em manter-se coesa que a instituição se viu diante da Revolução de 1930. Encerrava-se a Primeira República e, conseqüentemente, o ciclo intermitente de presidentes maçons e de proximidade com o governo. Todos esses acontecimentos indicavam o esgotamento do modelo de sociabilidade maçônica, que, até então, fora capaz de conferir à instituição um peso considerável na esfera política.

Marco Morel

FONTES: BARATA, A. *Luzes*; MOREL, M.; SOUZA, F. *Poder*; VÉSCIO, L.
Crime.

PRIMO, José César de Magalhães

*dep. fed. RJ 1924-1926.

José César de Magalhães Primo foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro nas eleições federais de fevereiro de 1924, para a legislatura de 1924 a 1926. Concorreu ao pleito na chapa do Partido Republicano Fluminense (PRF), que era liderado pelo então presidente estadual Feliciano Sodré (1924-1927) e abrigava a oposição à corrente política do ex-presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERREIRA, M. *República*.

MAGALHÃES, Agamenon

*dep. fed. PE 1924-1929; rev. 1930; const. 1934; min. Trab. 1934-1937; min. Just. 1937; interv. PE 1937-1945; min. Just. 1945; const. 1946; dep. fed. PE 1946-1951; gov. PE 1951-1952.

Agamenon Sérgio de Godói Magalhães nasceu em Vila Bela, atual Serra Talhada (PE), no dia 5 de novembro de 1893, filho de Sérgio Nunes Magalhães e de Antônia de Godói Magalhães. Seu pai foi juiz de direito e deputado federal por Pernambuco em 1914 e 1915, eleito com o apoio de Hermes da Fonseca e José Gomes Pinheiro Machado, em oposição a Emídio Dantas Barreto. Seu irmão Sérgio Nunes de Magalhães foi deputado federal pelo Distrito Federal e depois pelo estado da Guanabara entre 1955 e 1964, quando teve seu mandato cassado devido à vitória do movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart.

Agamenon Magalhães realizou os primeiros estudos em sua cidade natal e, por sugestão de seu pai, ingressou em seguida no Seminário de Olinda, onde foi companheiro de Temístocles Cavalcanti e Olímpio de Melo. Reconhecendo a falta de vocação para o sacerdócio, deixou o seminário depois de dois anos e se transferiu para o Colégio Arquidiocesano, onde concluiu o curso de humanidades em 1912. Matriculou-se então na Faculdade de Direito de Recife, bacharelando-se em dezembro de 1916.

Iniciou sua carreira profissional como promotor público em São Lourenço da Mata (PE), função que exerceu durante um ano. Ingressando na política, foi eleito deputado estadual em 1918 na legenda do Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelo governador Manuel Borba (1915-1919), com quem estabeleceu fortes vínculos. Começou então a participar de debates políticos através da imprensa e, no ano seguinte, tornou-se redator-chefe de *A Ordem* e redator de *A Província*, jornais de Recife. Escreveu em 1921 a tese *O Nordeste brasileiro*, que lhe assegurou a aprovação no concurso para a cadeira de geografia geral do Ginásio Pernambucano, hoje Colégio Estadual de Pernambuco, a qual ocuparia de 1924 a 1932.

Nas eleições de março de 1922, participou da campanha da Reação Republicana, movimento que patrocinou a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República, afinal derrotado pelo situacionista Artur Bernardes. Reeleito deputado estadual nesse mesmo ano na legenda do PRD, tornou-se primeiro-secretário da Assembléia Legislativa

até o ano seguinte, quando conquistou um mandato na Câmara Federal para a legislatura iniciada em 3 de maio de 1924. Reeleito em 1927, sempre na legenda do PRD, apresentou no ano seguinte, sem êxito, um projeto de criação de um instituto de aposentadoria e pensões para os comerciários.

Em junho de, 1929, na preparação das eleições presidenciais de março de 1930, as forças situacionistas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul organizaram a Aliança Liberal, que contou com a adesão do governo da Paraíba no mês seguinte. Dessa articulação nasceu a chapa oposicionista às eleições presidenciais, formada por Getúlio Vargas e João Pessoa, apoiada em Pernambuco pelo PRD e o Partido Democrático local, que formaram a Frente Liberal. Ao mesmo tempo em que se engajava na campanha eleitoral, essa frente participou dos entendimentos voltados para a preparação de um levante armado contra o governo federal, defendido por setores da Aliança Liberal e oficiais ligados ao movimento tenentista.

Agamenon Magalhães defendeu a Aliança Liberal em discurso pronunciado no dia 12 de agosto de 1929 na Câmara e, durante a campanha, publicou vários artigos na imprensa pernambucana contra os governos estadual e federal, chefiados respectivamente por Estácio Coimbra e Washington Luís. Seu mandato parlamentar terminou em 31 de dezembro de 1929. No mês seguinte, os aliancistas organizaram a chamada Caravana Liberal, que deveria percorrer todo o Norte do país. Ao chegar em Recife, a caravana se dividiu, tendo Agamenon acompanhado os integrantes que, liderados por João Batista Luzardo e Paulo Duarte, foram incumbidos de fazer a propaganda oposicionista nos estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí.

A vitória da chapa situacionista liderada por Júlio Prestes foi considerada fraudulenta pela oposição, acirrando o clima de tensão existente no país. Os preparativos para um levante armado foram intensificados, e o assassinato de João Pessoa em 26 de julho de 1930 fez com que novos setores aderissem à pregação revolucionária.

O movimento foi deflagrado em 3 de outubro em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, e na madrugada do dia seguinte eclodiu na Paraíba, obtendo completo êxito nas suas primeiras operações. Apenas meia hora depois da tomada da capital paraibana, uma coluna composta de cerca de 80 homens fortemente armados partiu para Recife, que foi ocupada no dia 5 com o apoio de grupos locais. Agamenon Magalhães participou ativamente do

levante na capital pernambucana, cujas primeiras ações militares de envergadura foram as tomadas do 21º Batalhão de Caçadores e do depósito de armas e munições da 7ª Região Militar (7ª RM), situado no bairro da Soledade. Com a fuga do governador Estácio Coimbra, Carlos de Lima Cavalcanti foi empossado pelos revolucionários na chefia do governo estadual, recebendo desde o início todo o apoio de Agamenon.

O avanço das forças revolucionárias em todo o país levou à deposição do presidente Washington Luís em 24 de outubro por oficiais de alta patente lotados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Formou-se então uma junta militar que entregou o poder ao Governo Provisório, chefiado por Getúlio Vargas, em 3 de novembro.

Na Constituinte de 1934

O regime de exceção implantado depois da vitória da Revolução de 1930 produziu tensões crescentes em alguns estados, que resultaram na Revolução Constitucionalista de 1932, deflagrada em São Paulo. Depois da vitória militar sobre os paulistas, o Governo Provisório convocou para 3 de maio de 1933 eleições para a formação da Assembléia Nacional Constituinte. Agamenon Magalhães foi um dos articuladores do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco, fundado em 19 de dezembro de 1932, e nessa legenda foi eleito deputado à Constituinte, que se reuniu a partir de novembro de 1933.

Participando de quase todos os debates em pauta, Agamenon foi o parlamentar de maior destaque da bancada pernambucana, dedicando atenção especial ao tema da organização política do país. Defendeu ardorosamente a adoção do regime parlamentarista, “expressão maior da democracia”, afirmando que o presidencialismo era “a ditadura permanente”. Manifestou-se contra a separação absoluta dos poderes Legislativo e Executivo, que deveriam ter funções coordenadas, inclusive no tocante à atuação dos ministérios. Ressaltou a necessidade de os governos concederem maior atenção ao crédito agrícola, facilitarem o acesso à propriedade da terra para os lavradores e planejarem a produção de alimentos de acordo com o potencial de cada região. Sua defesa da intervenção estatal abrangia também todas as outras esferas da vida econômica e social, divergindo assim do liberalismo apregoado por alguns setores presentes na Constituinte.

Agamenon Magalhães votou a favor da emenda que tornava obrigatória a filiação das diversas categorias profissionais a sindicatos, definidos como órgãos responsáveis pela

defesa do trabalho, e combateu a prorrogação dos mandatos dos deputados constituintes para a primeira legislatura ordinária posterior à promulgação da Constituição. Em ambos os casos, sua posição foi vitoriosa.

Além da sua atuação parlamentar, Agamenon atuou como intermediário nas divergências surgidas entre a bancada pernambucana e o interventor federal no estado, Carlos de Lima Cavalcanti, com quem manteve estreitas relações nesse período. Em 17 de julho de 1934, um dia depois da promulgação da nova Carta, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República pelos constituintes e passou a compor seu novo ministério, pedindo então ao interventor de Pernambuco que indicasse um nome para ocupar a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio. Lima Cavalcanti escolheu Agamenon Magalhães, que substituiu Joaquim Pedro Salgado Filho em 25 de julho de 1934, tornando-se no período seguinte o principal intermediário do governo pernambucano junto ao Executivo federal.

Ainda em 1934, Agamenon defendeu a tese O Estado e a realidade contemporânea, conquistando a cadeira de direito público e constitucional da Faculdade de Direito de Recife. Sua atuação no Ministério do Trabalho e as atividades posteriores na vida pública impediram-no contudo de exercer o magistério, reduzindo-se sua atuação a apenas uma aula no curso de introdução à ciência do direito.

Ministro do Trabalho

A gestão de Agamenon Magalhães no Ministério do Trabalho foi marcada, segundo Edgar Carone, por uma postura autoritária e anticomunista. Ao mesmo tempo, Agamenon defendeu ardentemente o fortalecimento do sindicalismo no país como instância coordenadora da integração capital-trabalho, o que implicou o aperfeiçoamento da legislação trabalhista e a consolidação do sistema previdenciário. Nessa atividade, Agamenon projetou-se rapidamente no cenário nacional, iniciando uma trajetória política que provocou seu afastamento gradativo de Lima Cavalcanti, cujo prestígio junto ao governo federal decrescia. O ministro do Trabalho passou então a ser o principal nome de que Vargas dispunha para implementar sua política em Pernambuco, sendo acusado pelo interventor de tentar marginalizá-lo e centralizar as informações, assumindo todos os compromissos e tomando decisões em nome do estado. A candidatura de Agamenon ao governo de Pernambuco chegou a ser veiculada por seus correligionários, mas não foi

concretizada, pois os partidários de Lima Cavalcanti obtiveram maioria na Assembléia Constituinte estadual que, em 15 de abril de 1935, concedeu ao interventor um mandato de governador.

O distanciamento de Lima Cavalcanti em relação ao governo federal aumentou depois do fracassado Levante Comunista deflagrado em Natal, Recife e no Rio de Janeiro em novembro de 1935, ocasião em que o governador de Pernambuco estava na Europa. Mesmo assim, foi acusado por seus adversários de envolvimento com a revolta, pois havia em seu secretariado dois adeptos da proscrita Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente política que estava sob hegemonia dos comunistas. Compartilhando dessas suspeitas, Agamenon foi encarregado por Vargas de documentar as denúncias e indícios, apresentados principalmente pelo deputado Eurico Sousa Leão. A batalha no Judiciário foi longa e o promotor Honorato Himalaia Virgulino chegou a pedir a prisão preventiva de Lima Cavalcanti, que seria finalmente absolvido pelo Tribunal de Segurança Nacional em 17 de agosto de 1937.

Depois do Levante Comunista, o governo federal, preocupado em reprimir mobilizações operárias no país, passou a ter no Ministério do Trabalho um importante centro de formulação e aplicação de políticas de controle do movimento sindical. Entre 1935 e 1937, período em que viveu a maior parte do tempo sob estado de sítio e estado de guerra, Agamenon interveio regularmente nas entidades de trabalhadores, nomeando para sua direção sindicalistas favoráveis ao governo. Ao mesmo tempo, defendeu o cumprimento da legislação social, instituiu o sistema de seguro contra acidentes de trabalho, criou o Serviço de Identificação Profissional, regulamentou a profissão de químico e encaminhou um projeto de lei racionalizando as empresas de seguro e criando o Instituto Federal de Resseguros. Datam também desse período duas leis importantes: a de nacionalização do trabalho (que obrigava as empresas a contratarem pelo menos 2/3 de sua mão-de-obra entre brasileiros) e a que assegurou ao empregado da indústria ou do comércio uma indenização quando fosse dispensado sem justa causa ou sem que existisse prazo estipulado para o término do contrato.

Em janeiro de 1936, Agamenon criou comissões compostas de empregados e empregadores com o objetivo de elaborar estudos para a adoção do salário mínimo. Nesse mesmo ano, participou da elaboração do anteprojeto de criação da Justiça do Trabalho.

Entretanto, essas duas medidas só seriam implementadas durante a vigência do Estado Novo (1937-1945). Em 31 de dezembro de 1936, Agamenon criou o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI).

No Ministério da Justiça

Em 7 de janeiro de 1937, Agamenon assumiu interinamente o cargo de ministro da Justiça e Negócios Interiores em substituição a Vicente Rao, acumulando essa pasta com a do Trabalho. No mês seguinte, o governador baiano Juraci Magalhães e outros líderes políticos do Nordeste indicaram, com o apoio de muitos antigos integrantes do movimento tenentista, o paraibano José Américo de Almeida como candidato às eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938. Apesar de apoiar oficiosamente José Américo contra o governador paulista Armando de Sales Oliveira, também candidato, Vargas não demonstrou entusiasmo pela questão sucessória, deixando perceber suas intenções continuístas. Agamenon, o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, então chefe do Estado-Maior do Exército (EME), e outros líderes políticos e militares apoiavam incondicionalmente o presidente.

Lima Cavalcanti, enfraquecido na esfera federal e pressionado pela possibilidade de Agamenon concorrer ao governo do estado, retardou seu posicionamento público sobre a sucessão presidencial, apesar de nutrir interesse desde o início por um candidato que representasse as forças políticas nordestinas. Concedeu seu apoio a José Américo em 20 de maio de 1937, depois que o diretório central do PSD pernambucano resolveu aderir a essa campanha. Entretanto, o grupo partidário de Agamenon, fiel à política getulista contrária ao reforço das candidaturas, provocou uma cisão no partido. Quatro deputados federais (de um total de 15) e cinco estaduais (de um total de 27) ficaram ao lado do ministro do Trabalho, enquanto o governador conseguiu o apoio dos restantes.

Agamenon transmitiu o cargo de ministro da Justiça a José Carlos de Macedo Soares em 3 de junho de 1937, permanecendo na pasta do Trabalho. Em 18 de agosto seguinte, transformou a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiche e Armazéns de Café, criada em maio de 1934, no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas (Iapetec). Nessa época, junto com Francisco Campos, Gustavo Capanema, Góis Monteiro e outros, participou de debates sobre a

proposição de uma reforma constitucional que permitisse a reeleição de Vargas para a presidência da República. Esse caminho, contudo, se desdobrou em uma articulação golpista que entrou em sua fase final em 30 de setembro de 1937, com a divulgação pelo EME do chamado Plano Cohen, pretensamente elaborado pelos comunistas para a tomada violenta do poder. Conforme comprovação posterior, tratava-se de um documento forjado, utilizado pela alta cúpula militar e a chefia do governo para favorecer o golpe de Estado.

Em 1º de outubro, a Câmara dos Deputados aprovou o pedido de nova decretação do estado de guerra, que fora suspenso em junho. O decreto foi assinado por Vargas no dia seguinte. Mais uma vez, a execução do estado de guerra ficou a cargo dos governadores, com exceção dos estados onde as forças de oposição eram significativas. Assim, no Rio Grande do Sul, São Paulo e Distrito Federal Vargas nomeou militares para essa função e, em Pernambuco, a fim de diminuir o peso de Lima Cavalcanti, formou um triunvirato composto pelo governador, o coronel Amaro de Azambuja Vilanova (comandante da 7ª RM) e o comandante Ildefonso Castilho (capitão dos portos). Pouco depois, colocou a Brigada Militar local sob controle federal.

Em 5 de novembro, dias antes do golpe de Estado, Agamenon teve uma reunião com todos os gerentes de fábrica do Rio de Janeiro para transmitir instruções do governo sobre a propaganda contra o comunismo a ser desenvolvida de forma sistemática junto à classe operária. Ficou então acertado que os trabalhadores seriam obrigados a ouvir diariamente, em todas as empresas, antes de entrar no serviço, uma exposição de cinco a dez minutos sobre os perigos do comunismo. No dia 10 de novembro o golpe foi deflagrado sob a liderança de Vargas e com o apoio das forças armadas e de todo o gabinete, à exceção de Odilon Braga, ministro da Agricultura.

Com a implantação do Estado Novo, que provocou o fechamento dos órgãos legislativos do país e a suspensão das eleições, Carlos de Lima Cavalcanti foi afastado do governo de Pernambuco, sendo substituído interinamente pelo coronel Azambuja Vilanova. Agamenon Magalhães, um dos principais artífices do novo regime, recebeu mensagens de congratulações de representantes de diversos segmentos sociais de Pernambuco e de outros estados, tendo expresso nessa época sua aversão à democracia liberal e sua crítica à Declaração universal dos direitos do homem: “Assegurar todas essas liberdades é dizer morra de fome; a essa democracia não darei o meu voto, a minha colaboração, porque

contra ele clama a minha consciência de cristão.” No dia 25 de novembro, foi substituído no Ministério do Trabalho por Valdemar Falcão, sendo nomeado interventor federal em Pernambuco, cargo que assumiu em 3 de dezembro. Em seu discurso de posse, pronunciado na sacada do palácio do governo, usou uma expressão que se tornaria célebre: “Vim para criar a emoção do Estado Novo.”

Na interventoria de Pernambuco

Embora afirmasse que a situação do estado era tranqüila, pouco depois de sua posse Agamenon telegrafou sigilosamente a Vargas para informar a existência de 269 presos políticos considerados comunistas. Recebeu em seguida 40% dos cinco mil contos de linha especial de crédito aberta pelo governo federal para a repressão ao comunismo em todos os estados, deflagrando um cerrado combate à oposição, inclusive às antigas forças situacionistas, que foram completamente marginalizadas de todos os centros de poder. A consolidação do novo esquema político dominante ocorreu através da nomeação, em todos os níveis, de funcionários comprometidos com o regime recém-implantado.

Ao contrário de Lima Cavalcanti, que valorizava o caráter técnico da atuação das diversas secretarias, Agamenon ressaltava a função política desses órgãos, bem como das entidades classistas, buscando reforçar sua lealdade ao Estado Novo. Em dezembro de 1937, criou o Conselho Legislativo e de Economia do Estado, órgão consultivo da administração pública e composto de quatro seções (legislativa, de economia, de reforma financeira e tributária e de ensino técnico e profissional), nomeando pessoas de sua inteira confiança para exercer essas funções. Mesmo assim, o processo de centralização das decisões governamentais provocou em pouco tempo o esvaziamento desse órgão, que veio a assumir um papel decorativo. Segundo Dulce Pandolfi, a máquina administrativa pernambucana tornou-se autoritária, repressiva e excessivamente voltada para a doutrinação político-ideológica da população. Com efeito, a divulgação das obras e realizações do Estado Novo em Pernambuco foi considerada pelo governo federal um exemplo para os demais estados.

Com o objetivo de reforçar a propaganda oficial, Agamenon fundou em 1938 o jornal Folha da Manhã, que saía em duas edições diárias e tinha uma coluna permanente intitulada “Agamenon Magalhães escreve”, reproduzida também em diversos órgãos de imprensa nos principais estados da Federação. O interventor mantinha assim um contato

permanente com a opinião pública, respondendo a indagações que os leitores lhe enviavam por correspondência sobre diversos temas: cultura, política, problemas administrativos etc. Além disso, Agamenon dispunha de um programa diário na Rádio Clube de Pernambuco. Ainda em maio de 1938, quando o interventor no estado do Rio de Janeiro, Ernâni Amaral Peixoto, tentou organizar a Legião Nacional, partido político de âmbito nacional e de cunho cooperativista, Agamenon apoiou a iniciativa, ao lado de Benedito Valadares, Ademar de Barros e Osvaldo Cordeiro de Farias. O projeto sofreu contudo restrições por parte do general Góis Monteiro e não chegou a se concretizar.

Detentor da confiança de Vargas e consciente de que podia contar com a liberação de recursos federais significativos para seu estado, Agamenon costumava usar a expressão: “Pernambuco cose-se com as próprias linhas.” Seu programa de governo considerava prioritárias a urbanização da capital e a recuperação do mundo rural, destacando também os problemas de habitação popular, educação, saúde pública e o setor rodoviário. Preocupado em ampliar sua base social entre os trabalhadores, aproximou-se rapidamente dos centros educativos operários, criados por um grupo católico pouco antes da implantação do Estado Novo, coordenados por Milton de Pontes. O projeto desses centros era dar aos operários instrução primária e profissional, educação trabalhista e cívica, e assistência médica e odontológica, desenvolvendo intensa propaganda anticomunista e ressaltando a necessidade de cooperação entre os órgãos de representação classista e o poder público.

O governo de Agamenon incentivou sistematicamente a população, através dos meios de comunicação, a cultivar gêneros alimentícios e estabeleceu um acordo com os usineiros do estado segundo o qual 5% da área ocupada pelos canaviais seriam destinados à plantação de culturas de subsistência. No próprio decreto de financiamento da lavoura canavieira foi definido que seriam fornecidas sementes ao trabalhador rural para o cultivo das roças no interior dos terrenos das usinas. Outra iniciativa nesse setor foi o incentivo à criação de cooperativas de pequenos produtores, que começaram a se multiplicar em 1938, atingiram o número de 52 em maio de 1939 (com nove mil filiados) e chegaram a cem em 1941 (com 20 mil filiados). Esse sistema facilitava a distribuição de sementes para o lavrador, ajudava a governo a redefinir a produção agrícola do estado e aperfeiçoava o processo de concessão de crédito, pois o grande proprietário recorria à Carteira Agrícola do Banco do Brasil e o pequeno às cooperativas assistidas e controladas pelo governo estadual.

Essas entidades passaram a financiar a atuação do Serviço de Açudagem e Irrigação, criado para executar obras de pequeno porte. Agamenon criou também a Cooperativa de Produtores de Leite, a Usina de Pasteurização e diversas estações e postos de pecuária nos municípios, incentivando ainda a formação de várias outras cooperativas de leite.

A questão da habitação popular mereceu especial atenção do governo de Agamenon que criou, em 12 de julho de 1939, a Liga Social contra o Mocambo, hoje Serviço Social contra o Mocambo, com o objetivo de construir casas que seriam compradas a prazo pela população favelada, de acordo com o nível de renda de cada família. Agamenon afirmava que todo cidadão deveria ser proprietário de sua moradia e deu prioridade na aquisição de casas aos trabalhadores sindicalizados e contribuintes dos institutos de previdência e pensões do Ministério do Trabalho, procurando assim fortalecer a sindicalização operária. Os fundos da liga advinham inicialmente de donativos do próprio governo estadual, sindicatos, empresas e particulares, complementados mais tarde, em 1940, com uma verba federal de quatro mil contos anuais.

Para superar as resistências dos proprietários de terrenos em que as novas habitações seriam construídas, Agamenon propôs que eles construíssem as casas com financiamento da Caixa Econômica e depois as vendessem aos habitantes dos mocambos. Depois de uma ampla campanha de propaganda, o Departamento de Saúde Pública iniciou a interdição e, em seguida, a expropriação de milhares de barracos, buscando sempre o apoio da opinião pública e das próprias famílias desapropriadas. Segundo dados oficiais, nos seus quatro primeiros anos de existência a Liga Social contra o Mocambo construiu 5.707 casas na capital e 8.109 no interior, quantidade claramente insuficiente para erradicar os 45 mil barracos recenseados em 1937. Agamenon recebeu diversas críticas por essa iniciativa, destacando-se a do intelectual opositor Gilberto Freire, que considerava a obra demagógica.

Prosseguindo em sua política de apoio irrestrito ao Estado Novo, Agamenon organizou em dezembro de 1939 uma grande exposição nacional que recebeu elogios do governo federal, especialmente do ministro do Trabalho, Valdemar Falcão.

A grave seca que chegou a atingir 2/3 do território pernambucano durante o primeiro semestre de 1942 levou o governo estadual a organizar, junto com as prefeituras e cooperativas, um plano de emergência que incluiu a criação de um serviço de distribuição

de sementes para os habitantes de áreas não atingidas e o reforço do serviço de vacinação e assistência médica aos flagelados. Entretanto, o interventor não considerava a seca o único grande obstáculo ao desenvolvimento da agricultura pernambucana. Segundo ele, o latifúndio improdutivo precisava ser energeticamente combatido pelo governo através de uma legislação especial que estabelecesse um imposto territorial progressivo sobre as áreas não cultivadas. Por sugestão de Agamenon, Vargas assinou em 26 de janeiro de 1943 um decreto fixando em 20% no primeiro ano e 50% nos subseqüentes o imposto para propriedades improdutivas, mas os efeitos práticos dessa medida foram insignificantes.

O interventor em Pernambuco foi também um dos articuladores da criação, em 31 de janeiro de 1943, de três grandes federações sindicais de trabalhadores das regiões Norte-Nordeste do país, com sede em Recife. Até então apenas os sindicatos patronais tinham experimentado esse grau superior de organização.

De volta ao Ministério da Justiça

O aumento das pressões internas e externas pela redemocratização do país produziu, a partir de fins de 1943, um crescente enfraquecimento do Estado Novo. Pretendendo controlar a transição em curso na conjuntura nacional, Vargas começou a adotar no início de 1945 uma série de reformas políticas visando a reorganização dos partidos e a convocação de eleições para a Assembléia Nacional Constituinte e para a presidência da República. Agamenon foi chamado para colaborar na elaboração do novo projeto político oficial, sendo substituído por Etelvino Lins na interventoria de Pernambuco em 20 de fevereiro de 1945. Publicou pouco depois no jornal paulista Folha da Manhã um artigo intitulado “O regime vai mudar. E eu também”, onde definia de forma sintética os novos rumos da política nacional e sua adaptação à mudança, afirmando: “Ditadura é bom regime quando somos o martelo, mas péssimo se somos o prego.”

Em 22 de fevereiro, o ministro da Justiça, Alexandre Marcondes Filho, terminou a elaboração de um documento que versava sobre as medidas necessárias para a reabertura dos órgãos de representação política. Com base nesse trabalho, Vargas assinou seis dias depois a Lei Constitucional nº 9, que previa a convocação, dentro de 90 dias, de eleições gerais. No entanto, esse documento foi recebido com muitas críticas pela oposição, pois desaconselhava a convocação de uma assembléia nacional constituinte e afirmava que a

abertura política deveria ocorrer nos marcos da Constituição de 1937, promulgada pelo Estado Novo. A repercussão negativa dessa lei levou Vargas a determinar, no dia 1º de março, a substituição de Marcondes Filho por Agamenon Magalhães na chefia do Ministério da Justiça. A transferência do cargo ocorreu dois dias depois, coincidindo com a realização de uma passeata estudantil em Recife contra a ditadura e em apoio à candidatura oposicionista do brigadeiro Eduardo Gomes para a presidência da República. A polícia dissolveu a manifestação a tiros, matando o estudante Demócrito de Souza Filho, o que provocou grande desgaste do governo junto à opinião pública. No dia 7 de março, enquanto a oposição promovia um comício no Rio de Janeiro em solidariedade aos estudantes pernambucanos, Agamenon assegurava à imprensa seu empenho na elaboração do novo código eleitoral. A comissão encarregada de preparar o anteprojeto reuniu-se pela primeira vez no dia 15 seguinte, composta por José Linhares (membro do Supremo Tribunal Federal), José Miranda Valverde (representante da Ordem dos Advogados do Brasil), Hahnemann Guimarães (consultor-geral da República), Antônio Carlos Lafayette de Andrada e Vicente Pirajibe (ambos do Tribunal de Apelação), que trabalharam tendo como ponto de partida cinco itens básicos definidos pelo ministro: partidos políticos de âmbito nacional, autonomia da Justiça Eleitoral, alistamento eleitoral extensivo, voto secreto e apuração imediata dos resultados.

Com o avanço das articulações oposicionistas em torno da candidatura de Eduardo Gomes, Agamenon sugeriu a Vargas o lançamento do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra e amigo pessoal de ambos, para concorrer à presidência. O chefe do governo concordou com a idéia e se posicionou publicamente a favor dessa candidatura, lançada formalmente pelo interventor em Minas Gerais, Benedito Valadares, em 27 de março.

Em matéria publicada no dia 29 desse mês, o jornal carioca Correio da Manhã acusou Agamenon de incentivar a reorganização da Ação Integralista Brasileira (AIB), organização fascista atuante no país durante a década de 1930. Segundo o jornal, o ministro propusera a José Loureiro Júnior, genro do líder integralista Plínio Salgado, a retomada do movimento para combater o avanço do comunismo no país. Nessa ocasião, Agamenon participava ativamente dos trabalhos de organização do Partido Social Democrático (PSD), fundado em 8 de abril com o apoio de Vargas e dos interventores federais nos estados. Dez

dias depois, o governo concedeu anistia para todos os presos políticos e em 28 de maio decretou o novo Código Eleitoral, logo chamado de Lei Agamenon, marcando a data (2 de dezembro) e definindo as condições das eleições (voto secreto, direto e obrigatório) para a presidência da República, o Conselho Federal (que, na Constituição de 1937 correspondia ao Senado) e a Câmara dos Deputados. O mesmo decreto marcou para 6 de maio de 1946 as eleições para os governos e assembleias legislativas estaduais.

A nova legislação para a formação dos partidos exigia assinaturas de, no mínimo, dez mil eleitores distribuídos em pelo menos cinco estados e previa o cancelamento do registro de agremiações contrárias aos “princípios democráticos”. Permitia ainda que os diretores de órgãos governamentais preparassem listas de trabalhadores a serem registrados em bloco como eleitores, o que favorecia os administradores nomeados pelo Estado Novo. Além disso, o mecanismo adotado, de absorção das sobras dos votos pelo partido majoritário, constituiu um poderoso dispositivo para a consolidação das forças situacionistas. A partir da promulgação dessa lei, os partidos e agrupamentos políticos começaram a tomar as providências necessárias para obter o registro junto à Justiça Eleitoral.

Em 22 de junho de 1945, Agamenon assinou a primeira lei brasileira de orientação antitruste, chamada por seus adversários de Lei Malaia em alusão ao apelido de o Malaio dado ao ministro em virtude de suas feições asiáticas. O poeta Manuel Bandeira chegara a chamá-lo, satiricamente, de China Gordo. A lei antitruste criou a Comissão Administrativa da Defesa Econômica (CADE) e delegou poderes ao governo para expropriar qualquer empresa vinculada a trustes e cartéis cujos negócios fossem considerados lesivos ao interesse nacional. Na exposição de motivos enviada a Vargas, Agamenon afirmava que “os trustes, desorganizando a pequena indústria, colocaram as classes médias e trabalhadoras à sombra da indigência econômica”. A aplicação dessa lei provocou grandes protestos de setores oposicionistas, especialmente a União Democrática Nacional (UDN), que acelerou as articulações para afastar Vargas do poder. Pouco depois, Agamenon elaborou a lei que punia a sonegação de gêneros alimentícios, pretendendo combater assim as manobras especulativas que forçavam a alta de preços de produtos de primeira necessidade nos períodos de extra-safra.

A primeira convenção nacional do PSD foi realizada em 17 de julho de 1945,

ocasião em que a candidatura de Dutra foi oficializada e Agamenon passou a integrar o primeiro diretório nacional do partido. No período seguinte, tomou grande impulso o chamado movimento “queremista”, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (então Partido Comunista do Brasil — PCB) e os sindicatos, que exigia a convocação de uma assembléia nacional constituinte com Getúlio Vargas no poder. Durante a manifestação que cem mil adeptos do “queremismo” realizaram no dia 3 de outubro no Distrito Federal, o chefe do governo chegou a cogitar de anunciar sua decisão de não permanecer no exercício do cargo em virtude das pressões que enfrentava, mas foi dissuadido dessa idéia por Agamenon, Góis Monteiro (ministro da Guerra) e João Alberto Lins de Barros (chefe de Polícia do Distrito Federal).

No dia 27, João Alberto proibiu a realização de um comício programado pelos sindicatos. Getúlio decidiu então substituí-lo por seu irmão Benjamim Vargas, o que provocou forte resistência nos meios políticos e militares, levando Góis Monteiro a pedir demissão. A crise evoluiu rapidamente e em face da crescente oposição dos chefes militares ao governo, Agamenon e João Alberto tentaram, sem êxito, convencer Vargas a retirar a nomeação. No dia 29, Góis Monteiro e oficiais-generais das três armas incumbiram o general Osvaldo Cordeiro de Farias de levar um ultimato ao chefe do governo. Depois de alguma hesitação, esse oficial, acompanhado de Agamenon, seguiu para o palácio Guanabara, residência oficial do presidente, e comunicou a Vargas sua deposição. Em seguida, José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, assumiu o poder, nomeando, no dia 30, Antônio de Sampaio Dória para a pasta da Justiça no lugar de Agamenon. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a anulação da Lei Malaia, que vigorou apenas durante quatro meses.

Na redemocratização do país

As eleições de 2 de dezembro de 1945 foram mantidas, resultando na vitória de Dutra sobre Eduardo Gomes por larga margem. Para a Assembléia Constituinte, o PSD elegeu 26 senadores e 151 deputados, contra dez senadores e 80 deputados da UDN, maior partido de oposição. Agamenon foi eleito deputado por Pernambuco na legenda do PSD, cujo diretório regional presidiria de 1946 até o fim da vida.

Com o início dos trabalhos constituintes em 5 de fevereiro de 1946, Agamenon tornou-se presidente da Comissão Constitucional e da Subcomissão de Ordem Econômica e

Social. Sua atuação na elaboração da Carta foi significativa, especialmente nos capítulos referentes à organização econômica (do qual foi relator), às garantias das liberdades individuais, à organização do trabalho e à proteção do operário e da família. Principal articulador das bancadas do Norte e Nordeste, no decorrer dos trabalhos Agamenon apoiou a proposta parlamentarista apresentada pelo gaúcho Raul Pilla, relutando em conceder delegação de poderes ao Executivo.

Com a promulgação da Constituição em 18 de setembro de 1946, a Assembléia Constituinte foi transformada em Congresso ordinário, cujos trabalhos tiveram início em 27 de dezembro. Agamenon foi eleito líder da bancada do PSD e presidente da Comissão da Constituição, Legislação e Justiça, participando também das comissões especial e mista de leis complementares.

Agamenon viajou para Recife em fins de 1946 a fim de dirigir a fase final da campanha do candidato pessedista ao governo estadual, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, sendo recebido com manifestações de hostilidade por parte de setores da população. No pleito realizado em janeiro de 1947, o candidato apoiado por partidos e grupos de esquerda, Pelópidas Silveira, conseguiu estrondosa vitória na capital, mas Barbosa Lima Sobrinho compensou esse resultado no interior e obteve o primeiro lugar, seguido de Manuel Neto Campelo, lançado pela UDN e uma dissidência pessedista.

Em maio de 1947, o PCB teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral e, no decorrer desse ano, tramitou no Congresso um projeto de cassação dos mandatos dos parlamentares eleitos na legenda desse partido. Agamenon se opôs a essa medida, afinal aprovada por maioria de votos em janeiro de 1948.

Defensor do monopólio estatal sobre a indústria do petróleo, Agamenon integrou, a partir de abril desse ano, o conselho deliberativo do recém-criado Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), entidade voltada para promover uma grande campanha de esclarecimento da opinião pública em defesa das teses nacionalistas. O centro iniciou imediatamente um movimento contra o projeto do Estatuto do Petróleo, enviado em fevereiro de 1948 pelo governo Dutra à Câmara dos Deputados, que propunha a participação do capital privado — nacional ou estrangeiro — na exploração do petróleo. Em outubro seguinte, o centro patrocinou a I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, ocasião em que apresentou um projeto alternativo ao estatuto proposto por

Dutra e defendeu a revogação das concessões de refinarias de petróleo a particulares. A Campanha do Petróleo só chegaria ao fim em outubro de 1953 com a aprovação da Lei nº 2.004, que criou a Petrobras, empresa estatal detentora do monopólio da exploração e refino do produto.

Baseando-se no artigo 148 da Constituição, que reprimia qualquer forma de abuso do poder econômico, Agamenon apresentou em 1948 projeto de lei sobre este tema, que teve longa tramitação e só veio a ser aprovado em 10 de setembro de 1962. Ainda em 1948, os deputados Benedito Costa Neto e Artur Bernardes estabeleceram uma polêmica sobre o artigo 153 da Constituição, que possibilitava a penetração do capital estrangeiro no país através de concessões a empresas aqui instaladas. Nessa ocasião, Agamenon manifestou-se a favor do texto constitucional, argumentando que esses capitais ficavam sujeitos às leis brasileiras e, portanto, sob controle.

Em março de 1950, durante os debates sobre a sucessão presidencial que se aproximava, Agamenon apoiou inicialmente o nome de Afonso Pena Júnior, que fora lançado pelo udenista mineiro Milton Campos e contava com a simpatia do PSD desse estado. Com a retirada dessa candidatura, transferiu seu apoio ao candidato oficial do seu partido, Cristiano Machado, que concorreria contra Eduardo Gomes, da UDN, e Getúlio Vargas, apoiado pelo PTB, o Partido Social Progressista (PSP) e uma facção do PSD. Para a vice-presidência, apoiou o líder político maranhense Vitorino Freire.

Ainda em 1950 Agamenon foi lançado pelo PSD candidato ao governo pernambucano, tendo como principal adversário o udenista João Cleofas de Oliveira. Durante a campanha, Vargas desenvolveu negociações com diversas seções estaduais da UDN e do PSD, prometendo colaborar com qualquer candidato a governador que lhe desse apoio. No caso de Pernambuco, embora preferisse compor com o PSD, teve que fazer esse acordo de ajuda mútua com a UDN.

Em outubro de 1950, Getúlio Vargas e Agamenon foram eleitos presidente da República e governador de Pernambuco, respectivamente. Derrotado nas urnas de Recife, o antigo interventor chamou a capital do estado de “cidade cruel”. Logo depois de sua posse em 31 de janeiro de 1951, estreitou relações com os partidos de oposição a fim de estabelecer um clima de pacificação política no estado.

Durante sua gestão, Agamenon criou novos impostos e taxas rodoviárias para

financiar as obras de pavimentação das principais estradas de Pernambuco, especialmente as situadas na Zona da Mata. Construiu ainda o hospital de pronto-socorro, a Escola Normal e a Biblioteca Pública estadual, e elaborou um plano de perenização dos rios do sertão pernambucano.

Agamenon Magalhães faleceu em Recife no dia 24 de agosto de 1952, em pleno exercício do governo do estado. Seu mandato foi completado por Etelvino Lins de Albuquerque, eleito em outubro seguinte com o apoio de todos os partidos, com exceção do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que lançou Osório Borba para disputar o cargo.

Casado com Antonieta Magalhães, teve quatro filhos, entre eles Paulo Germano Magalhães, deputado federal por Pernambuco entre 1955 e 1959 na legenda do PSD, e Maria do Carmo Magalhães de Queirós Monteiro, que se casou com Armando de Queirós Monteiro Filho, deputado federal de 1955 a 1961, ministro da Agricultura em 1961 e 1962, e novamente deputado até 1963.

Além de discursos, pareceres, relatórios e monografias jurídicas, publicou *O Estado e a realidade contemporânea e O Nordeste brasileiro* (1936).

Sobre o biografado, foram publicados *In memoriam: Agamenon Magalhães* (obra coordenada pela Secretaria do Interior e Justiça de Pernambuco, 1952); *Agamenon Magalhães: uma evocação pessoal* (1973), de Nilo Pereira; e *China Gordo; Agamenon Magalhães e sua época* (1976), de Andrade Lima Filho.

O arquivo de Agamenon Magalhães encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Sílvia Pantoja

FONTES: ARQ. AGAMENON MAGALHÃES; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. NAC. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CARNEIRO, G. *História*; CARVALHO, E. *Petróleo*; COHN, G. *Petróleo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GOV. EST. PE; CORRESP. MIN. TRAB.; *Diário de Pernambuco* (22/3/1973); *Diário do Congresso Nacional*; *Documentário foto-biográfico*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Barsa*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (19/9/1976);

FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; FUND. GETULIO VARGAS. *Guia*; GALVÃO, F. *Fechamento*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; *Jornal do Comércio*, Recife (9/6, 21/9, 25/9/77; JUREMA, A. *Sexta-feira*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA FILHO, A. *China*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. MAR. *Almanaque*; MORAIS, A. *Minas*; *Novo dic. de história*; PANDOLFI, D. *Novo*; PEREIRA, N. *Agamenon*; PERNAMBUCO. *In memoriam*; *Personalidades*; POPPINO, R. *Federal*; RACHE, P. *Outros*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. *1935*; SILVA, H. *1937*; SILVA, R. *Bacharéis*; SOUSA, J. *Índice*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*; *Who's who in Latin*.

MAGALHÃES, Basílio de

* dep. fed. MG 1924-1929.

Basílio de Magalhães nasceu em Barroso (MG) no dia 14 de junho de 1874, filho de Ladislau Artur de Magalhães e de Francisca de Jesus. Assim como seu marido Antônio Inácio Raposo, Francisca era empregada na fazenda Venda Grande, na localidade de Cangalheiro, distrito de Barroso, de propriedade de Ladislau Artur de Magalhães. O batismo de Basílio ocorreu em 28 de julho de 1874 e foi registrado na folha 44 do primeiro livro de batismos da paróquia de Sant'Ana, em [HYPERLINK "http://pt.wikipedia.org/wiki/Barroso_%28Minas_Gerais%29"](http://pt.wikipedia.org/wiki/Barroso_%28Minas_Gerais%29) \o "Barroso (Minas Gerais)"Barroso.

Em 1881 iniciou seus estudos na Escola João dos Santos, em São João del Rei (MG), e foi escolhido para dizer algumas palavras na recepção da família real, que estava de passagem pela cidade para a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas. Suas palavras agradaram a dom Pedro II, que assumiu financeiramente sua educação.

Escreveu para a *Gazeta Mineira*, de São João del Rei, durante o ano de 1889, e em seguida passou a prestar serviços para o jornal *A Pátria Mineira*, da mesma cidade, onde teve os primeiros contatos com as ideias republicanas que influenciariam sua obra. Em 1892 migrou para Campinas (SP), prestou concurso para o magistério e passou a lecionar história do Brasil. De volta a São João del Rei em 1922, foi eleito vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal. Dois anos depois, foi eleito deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1924-1926. Reeleito, exerceu o mandato até dezembro de 1929.

Foi também advogado e professor do Instituto de Educação e do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Lecionou história da pintura e da escultura na Escola Nacional de Belas Artes e foi diretor da Biblioteca Nacional. Foi escolhido patrono da cadeira de número 20 do Instituto Histórico e Geográfico de São João del Rei, e da cadeira de número 7 da Academia de Letras da mesma cidade.

Faleceu em Lambari (MG) em 14 de dezembro de 1957.

Escreveu os seguintes livros: *O folclore no Brasil*; *Estudos de história do Brasil*; *História do comércio*; *O café na história, no folclore e nas belas artes*; *Expansão geográfica do Brasil colonial*; *História do Brasil*; *Teófilo Otoni*; *O grande doente da América do Sul*; *A Renascença e sua floração artística*; *História da civilização para a quinta série do ginásio*; *Bernardo Guimarães*; *A lírica de Stecchetti* e *Patrimônio do Brasil*.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Jangada Brasil. Basílio de Magalhães. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br/revista/novembro84/al84011a.asp>>. Acesso em: 13/6/2010; Obras. Disponível em: <<http://www.gojaba.com/search/qau/BAS%C3%8DLIO+DE+MAGALH%C3%83ES/qst/5>>. Acesso em: 13/6/2010; Usina de Letras. Basílio de Magalhães. Disponível em: <<http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto.php?cod=45423&cat=Artigos>>. Acesso em: 13/6/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

MAGALHÃES, Gabriel de Paula Almeida

*dep. fed. MG 1891-1893.

Gabriel de Paula Almeida Magalhães nasceu em São João Del Rei (MG) no dia 15 de setembro de 1833, filho de Francisco de Paula de Almeida Magalhães e de Mariana Carolina de Magalhães Leite.

Formado em 1855 pela Faculdade de Direito de São Paulo, atuou por longo tempo como advogado nas cidades mineiras de São João Del Rei e Leopoldina, tendo participado ativamente da criação nesta última da Santa Casa de Misericórdia.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado por Minas Gerais na legenda do Partido Republicano Mineiro. Tomou posse em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, com o início, em maio, da legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893.

Faleceu em São João Del Rei, em 10 de dezembro de 1904.

Era casado com Maria do Carmo Monteiro Almeida Magalhães.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 109); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 391).

MAGALHÃES, Landulfo Machado

*dep. fed. MG 1894-1896, 1900-1902, 1909-1914 e 1919-1923.

Landulfo Machado Magalhães nasceu em Ponte Nova (MG) no dia 15 de janeiro de 1861, filho de Francisco Machado de Magalhães e de Antônia Felícia Rosa de Magalhães.

Cursou humanidades no Seminário de Mariana (MG) e em 1884 ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, mas diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1889. Abolicionista e entusiasta da República, já nos tempos de estudante tinha militância política. Em maio de 1888 criou o Clube República Federal, que serviu de núcleo para a organização do Partido Republicano da Bahia. Após a proclamação da República (15/11/1889) elegeu-se vereador no distrito de Pedra da Anta, em Viçosa (MG), e exerceu o mandato de 1891 a 1893, acumulando a atividade de delegado de higiene entre 1891 e 1894. No contexto da Revolta da Armada (1893-1894), deu apoio ao presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

Em 1894 foi eleito pela primeira vez deputado federal por Minas Gerais. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, ocupou-a até dezembro de 1896, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. Voltou a ser eleito deputado federal por Minas Gerais para mais três períodos: 1900-1902, 1909-1911, 1912-1914. Estando em curso a legislatura 1918-1920, ainda uma vez foi eleito deputado federal, em 1919. Reeleito em 1921, cumpriu o mandato até dezembro de 1923.

Foi ainda senador estadual em Minas Gerais, presidente do diretório do Partido Republicano Mineiro (PRM) e diretor da redação do periódico *A República Federal*. Fora da esfera política, clinicou em Pedra do Anta.

Faleceu em Ponte Nova no dia 15 de agosto de 1932.

Era casado com Maria Mosqueira de Magalhães.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 169); Censo-Guia de Archivos de España e Iberoamerica. Disponível em:

<<http://censoarchivos.mcu.es/CensoGuia/fondoDetail.htm?id=562948>>. Acesso em: 9/9/2010; INST. HIST. GEO. BRAS. Disponível em: <<http://www.ihgb.org.br/>>. Acesso em: 9/9/2010; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 392).

MAGALHÃES, Marciano de

*militar; const. 1891; dep. fed. PR 1891-1893.

Marciano Augusto Botelho de Magalhães nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 6 de maio de 1848, filho de Leopoldo Henrique Botelho de Magalhães e de Bernardina Joaquina Botelho de Magalhães. Seu irmão, Benjamin Constant Botelho de Magalhães, foi um dos fundadores da República brasileira e criador do lema “Ordem e Progresso” presente na bandeira nacional; foi também ministro da Guerra (1889-1890) e da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1890-1891).

Assentou praça no Exército como voluntário em 1866, aos 18 anos de idade. Nesse mesmo ano passou a integrar as forças brasileiras que lutaram na Guerra do Paraguai (1864-1870), tomando parte em diversos combates. Com o fim do conflito, retornou ao Rio de Janeiro. Ao longo de sua trajetória no Exército atuou em duas instituições da Corte: foi ajudante do Arsenal de Guerra e como auxiliar de instrução prática da Escola Militar. Foi também inspetor nos corpos e guarnições sediados em Mato Grosso, Bahia, Baixo Paraguai e Forte de Coimbra, e comandante da Escola Militar do Rio Grande do Sul, da fortaleza da Lage e dos 5º e 7º Distritos Militares. No Ministério da Guerra, foi oficial de gabinete do ministro.

Em agosto de 1889 foi promovido a major e designado comandante da fortaleza de Santa Cruz, localizada em Niterói. Já após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi promovido a coronel em 1890. Realizadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro daquele ano, foi eleito deputado pelo Paraná. Tomou posse em 15 de novembro, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e, com o início, em maio, da legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados até dezembro de 1893. Em janeiro de 1908 foi promovido a general de divisão e designado chefe do Estado-Maior do Exército. Exerceu a função até novembro de 1910, quando se tornou inspetor permanente da 11ª Região Militar.

Luciana Pinheiro

Fontes:

CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 189); INST. BENJAMIN CONSTANT. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/>>. Acesso em: 20/6/2010; MUAZE, M. *Império* (p. 169-188); MUS. MAÇONICO PARANAENSE. Disponível em:

<<http://www.museumaconicoparanaense.com/>>. Acesso em: 29/6/2010; NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 21-22); SCHULZ, J. *Exército*.

MAGALHÃES, Olinto de

*diplomata; min. Rel. Ext. 1898-1902; dep. fed. MG 1921-1926.

Olinto Máximo de Magalhães nasceu em Barbacena (MG) em 11 de janeiro de 1867, filho de José Máximo de Magalhães e de Porfíria Heliodora Marques de Magalhães. Estudou em sua cidade natal no Colégio Providência, antecessor do Colégio Abílio, do barão de Macaúbas, e fez o curso preparatório no Colégio Paixão, no município fluminense de Petrópolis. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887 e depois estudou clínica cirúrgica em Paris.

Apoiou o movimento republicano e a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Após a promulgação da primeira Constituição republicana em 24 de fevereiro de 1891, foi eleito para o primeiro Congresso Constituinte de seu estado natal. Em 1892, por indicação do presidente Floriano Peixoto (1891-1894), que era amigo seu e de seu pai, foi nomeado segundo-secretário da legação brasileira em Viena, na Áustria-Hungria. Pouco depois, foi transferido para os Estados Unidos, onde serviu como segundo-secretário junto à missão especial que advogou os direitos do Brasil em Washington, no arbitramento da questão de Missões. A missão foi liderada por José Maria da Silva Paranhos, o barão do Rio Branco, e contou ainda com a participação dos também secretários Domício da Gama e Domingos Olímpio Braga Cavalcanti, do contra-almirante José Cândido Guilhobel e do general Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira. Segundo Luís Viana Filho, o barão do Rio Branco procurou se informar sobre os integrantes da missão antes que chegassem a Washington, e a respeito de Olinto de Magalhães foi-lhe dito que não falava inglês, já havia servido em Viena, fora médico de Floriano Peixoto e era padrinho do filho do marechal. A questão das Missões envolveu o Brasil e a Argentina e girou em torno da posse do território conhecido como Missões. Foi arbitrada com ganho de causa para o Brasil pelo presidente norte-americano Grover Cleveland, em 1895.

Ao término dessa missão, Olinto de Magalhães foi transferido para Vera Cruz, no México, como encarregado de negócios, e ali lhe tocou presidir o Congresso de Americanistas de 1895. Logo em seguida foi transferido para Paris como plenipotenciário, em 1897 foi designado para São Petersburgo e em 1898 para Berna. Foi então convidado pelo presidente da República Campos Sales (1898-1902) para ocupar a pasta das Relações Exteriores. O convite ocorreu quando participava de jantar em Paris organizado pelo barão do Rio Branco em homenagem a Campos Sales, que se encontrava em viagem pela Europa. Ainda de acordo com Luís Viana Filho, Olinto de Magalhães titubeou frente ao convite, por ser muito jovem e considerar-se despreparado. Contudo, após intermediações de amigos, entre eles o próprio barão do Rio Branco, acabou por aceitá-lo.

Manteve-se à frente do Itamarati durante todo o quadriênio seguinte, apenas com breve interrupção ocasionada pela viagem do chefe de Estado a Buenos Aires, em 1900, durante a qual, seguindo também para o rio da Prata, passou o ministério interinamente a Joaquim Tomás do Amaral, o visconde de Cabo Frio. Sua longa permanência no cargo contrastou com o rodízio de ministros na pasta das Relações Exteriores que caracterizou os três governos anteriores. Segundo Clodoaldo Bueno, esse rodízio teria sido gerado por uma ausência de diretrizes na política externa brasileira.

Importantes negócios diplomáticos foram tratados pela Chancelaria durante a presidência de Campos Sales, entre eles a questão de limites entre o Brasil, a Inglaterra e França. Inicialmente, o barão do Rio Branco recebera a incumbência de defender o Brasil frente aos dois países. Contudo, diante da enorme demanda da missão, preferiu se ater ao litígio com a França e acabou por sugerir Joaquim Nabuco para a defesa brasileira frente à Inglaterra. A recomendação foi acatada por Olinto de Magalhães e pelo presidente Campos Sales, e Nabuco foi convidado por ambos a dirigir a questão de limites do Brasil com a Inglaterra acerca das fronteiras com a Guiana, em 5 de março de 1899.

Na época, Sousa Correia era o ministro plenipotenciário brasileiro na Inglaterra e gozava da amizade do primeiro ministro britânico Lord Salisbury. As sugestões para o arbitramento da questão eram, contudo, discordantes, pois a Inglaterra preferia um tribunal, enquanto o Brasil tinha preferência por um chefe de Estado estrangeiro para decidir o litígio. A posição brasileira acabou se sobrepondo, e Nabuco, o barão do Rio Branco e Sousa Correia deliberaram que o chefe de Estado mais favorável ao Brasil seria o grão-duque de Baden. A indicação foi surpreendentemente aceita por Salisbury, mas foi recusada por Olinto de Magalhães, que alegou ser o grão-duque de Baden apenas um suserano e não um chefe de Estado. Assim, a missão brasileira liderada por Nabuco optou por um acordo e não pelo arbitramento, por considerar que a primeira solução lhe seria mais favorável, visto que o árbitro desejado não fora aceito.

Nesse ínterim, o barão do Rio Branco venceu o litígio com a França em torno do território do Oiapoque, que foi arbitrado pelo Conselho Federal suíço, e a Inglaterra viu que não podia subestimar o Brasil acerca de questões de fronteiras. Por outro lado, o governo Campos Sales se aproximava do fim, e tanto o presidente como Olinto de Magalhães reconheceram que seria uma demonstração de fraqueza fazer um acordo amigável com a Inglaterra. Com isso, foi decidido por ambos os países contendores que a questão seria arbitrada por Vítor Emanuel, rei da Itália. A escolha do árbitro foi criticada por Nabuco e sua equipe e pelo barão do Rio Branco, que alegaram estar a Itália sujeita ao poder britânico. Todavia, Olinto de Magalhães e o presidente Campos Sales concordaram com a escolha, que, de fato, se revelou prejudicial ao Brasil quando o rei italiano divulgou a sua

decisão, em junho de 1904. Nesse momento, o Brasil já tinha outro governo e outro chanceler.

Terminada sua gestão no ministério, Olinto de Magalhães retornou em 1903 a seu posto em Berna, na Suíça. Foi depois removido para Paris, onde se manteve por vários anos, competindo-lhe dirigir a missão brasileira durante o agitado período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Após o término do conflito mundial, foi delegado do Brasil à Conferência de Paz de Versalhes, em 1918, sob a chefia de Eptácio Pessoa.

Aposentado, foi eleito deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1921-1923. Reeito para o período seguinte, exerceu o mandato até 1926. Na Câmara dos Deputados, integrou a Comissão de Diplomacia e Tratados.

Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de maio de 1948.

Era casado com Isabel Porciúncula de Magalhães.

Cristina Luna/ Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 201); KOIFMAN, F. *Quixote*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; MIN. REL. EXT. *Relatório* (1898, 1899, 1900, 1901, 1902); MONTEIRO. N. *Dicionário* (v.2, p. 393-394); PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 30/9/2010; VIANA FILHO, L. *Vida*.

MAGALHÃES, Plínio

*dep. fed. BA 1909-1911.

Plínio de Magalhães Costa nasceu em Curaçá (BA) em 24 de janeiro de 1872, filho de Álvaro Antônio da Costa.

Obteve o grau de bacharel Faculdade de Direito de Recife em 1892, passando a exercer a profissão de advogado.

Eleito deputado federal pela Bahia, exerceu o mandato na legislatura 1909-1911. Há poucos registros sobre a sua vida e sua atuação política. Sabe-se, contudo, que sua colaboração foi decisiva para a elaboração do Projeto do Código rural, conforme publicado no *Diário da Bahia* entre os dias 8 e 13 de agosto de 1905.

Faleceu em Juazeiro (BA) no dia 29 de janeiro de 1948.

Escreveu importante ensaio sobre Clóvis Beviláqua e sua obra de criminologia e direito publicado no jornal *A Bahia* em 1897.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: BLAKE, A. *Diccionario; Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (263, 72-73).

MAGALHÃES, VALDOMIRO

*dep. fed. MG 1915-1930; rev. 1930; const. 1934; sen. MG 1935-1937.

Valdomiro de Barros Magalhães nasceu em Passos (MG) no dia 19 de abril de 1883, filho do coronel Lucas Tobias de Magalhães, propagandista republicano, e de Maria Cândida de Barros Magalhães. Descendia da família Silva Xavier, à qual pertenceu Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.

Fez os primeiros estudos em Monte Santo (MG), estudou humanidades no Ginásio Baependi, em Baependi (MG), e prosseguiu no Instituto de Ciências e Letras da cidade de São Paulo. Em 1902 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo e ainda estudante iniciou-se no jornalismo. Formou-se em 1906.

Depois de formado radicou-se em Monte Santo e dedicou-se à advocacia. Ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Mineiro (PRM), ao qual seu pai também pertencia. Em 1907 foi eleito vereador em Monte Santo e deputado à Assembleia Legislativa mineira. Em 1911 foi reeleito vereador e eleito presidente da Câmara de Monte Santo. Ainda em 1911, foi reeleito deputado estadual e foi escolhido para compor o Tribunal Especial do Estado, encarregado de julgar os crimes de responsabilidade de desembargadores, juízes, senadores estaduais e deputados. Presidiu também a Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembleia. Foi diversas vezes prefeito de Monte Santo.

Eleito deputado federal pelo PRM em 1915, teve o mandato sucessivamente renovado em 1918, 1921, 1924 e 1927. Na Câmara dos Deputados, fez parte da Comissão de Redação, foi suplente da mesa e presidiu a Comissão de Poderes. Fez também parte da comissão executiva do PRM, do qual foi secretário de 1922 a 1926. Em 1927 representou o governo de seu estado no Congresso do Café em São Paulo. Apoiou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República pela Aliança Liberal no pleito de março de 1930, no qual voltou a se eleger deputado federal. Participou, a seguir, das articulações para a Revolução de 1930, que, vitoriosa, depôs o presidente Washington Luís no dia 24 de outubro e dissolveu todos os órgãos legislativos do país, interrompendo os mandatos parlamentares.

Foi um dos fundadores, em janeiro de 1933, do Partido Progressista (PP) de Minas Gerais, de cuja comissão diretora participou. Em maio desse ano foi eleito nessa legenda deputado à Assembleia Nacional Constituinte, que iniciou seus trabalhos em novembro. No mês seguinte, teve seu nome incluído numa das duas listas formuladas pelo PP e apresentadas como alternativas para a interventoria em Minas Gerais, vaga com a morte de Olegário Maciel ocorrida em setembro. A escolha do presidente Getúlio Vargas, que terminou contando com o apoio do PP, recaiu, no entanto, em Benedito Valadares.

Como líder da bancada mineira na Assembleia pronunciou-se, em 9 de março de 1934, contra a tendência a transformar a Constituinte em Assembleia ordinária. No mês seguinte, antes do pronunciamento oficial de seu partido, declarou seu compromisso de votar em Getúlio Vargas para presidente da República e assinou um manifesto de lançamento dessa candidatura, juntamente com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente da Constituinte.

Em maio do mesmo ano participou de reunião com as principais lideranças constituintes para acertar uma fórmula que fixasse o calendário político eleitoral de modo que, entre a dissolução da Constituinte e a instalação do Congresso ordinário, não houvesse um espaço muito grande de tempo, o que obrigaria o Poder Executivo a governar através de decretos-leis, possibilidade que estava desagradando a diversas bancadas. Com a promulgação da nova Constituição (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve seu mandato prorrogado até maio de 1935. Nas eleições de outubro de 1934 candidatou-se novamente a deputado federal na legenda do PP e obteve uma suplência. Em 1935 foi eleito senador pela Assembleia Constituinte de seu estado. Assumindo o mandato no mesmo ano, exerceu-o até o dia 10 de novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. No Senado, presidiu a Comissão de Economia e Finanças, foi líder da maioria e presidente da Casa.

Após deixar o Senado, tornou-se ministro-conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, no Rio de Janeiro. Colaborou em diversos jornais de São Paulo e de Minas Gerais e foi redator do *Comércio e Lavoura*, de Monte Santo. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG).

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 14 de janeiro de 1944.

Era casado com Georgina Moreira Maciel de Magalhães, filha do conselheiro **Francisco Antunes Maciel**, deputado-geral de 1881 a 1889, ministro do Império em 1883, um dos chefes do Partido Federalista do Rio Grande do Sul e deputado federal de 1906 a 1911. Sua mulher era irmã de **Francisco Antunes Maciel Júnior**, que foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1915 a 1917 e de 1921 a 1923, revolucionário em 1923, novamente deputado federal de 1924 a 1926, revolucionário em 1930 e ainda ministro da Justiça de 1932 a 1934, e de **Artur Antunes Maciel**, interventor federal em Mato Grosso de 1931 a 1932.

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.*; CÂM. DEP. *Deputados*; CONSULT. RAMOS, P.; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; GODINHO, V. *Constituintes*; HORTA, C. *Família*; *Ilustração Brasileira* (7/9/1922); LEITE, A. *História*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; NABUCO, C. *Vida*; *Rev. Arq. Públ. Mineiro* (12/1976); SENADO. *Anais* (28/4/1935); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MAIA, Alcides

*jornalista; dep. fed. RS 1918-1923.

Alcides de Castilhos Maia nasceu em São Gabriel (RS) no dia 15 de outubro de 1878, filho de Henrique de Castilhos Maia e de Carlinda Leal Maia.

Ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo em 1895, mas abandonou o curso no ano seguinte. Mudou-se para Porto Alegre e passou a se dedicar ao jornalismo. Iniciou sua carreira em *A Reforma* e em 1897 passou a integrar a redação de *A República*, jornal que dirigiu posteriormente. Também trabalhou em *A Federação*, órgão do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), agremiação que integrou durante sua atuação política. Em 1903 mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e dois anos depois passou a colaborar em *O País*, *O Imparcial*, *Correio da Manhã* e *Jornal do Comércio*. Em 1908 voltou para Porto Alegre e fundou o *Jornal da Manhã*, que teve a circulação de apenas um ano. Voltou ao Rio de Janeiro, onde continuou a trabalhar na imprensa, e posteriormente tornou-se bibliotecário do Pedagogium. Em 6 de setembro de 1913 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, para ocupar a cadeira 4, na sucessão de Aluísio Azevedo.

Em 1918 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul e em 1921 foi reeleito. Ocupou uma cadeira na Câmara até dezembro de 1923. De 1925 a 1938 residiu em Porto Alegre e aí dirigiu o Museu Júlio de Castilhos, criado em memória do antigo líder de seu partido. Passou a colaborar também com o *Correio do Povo*. Em 1939 retornou ao Rio de Janeiro, onde viveu os últimos anos de sua vida, colaborando com alguns periódicos e frequentando a Academia Brasileira de Letras. Também pertenceu à Sociedade Literária de Porto Alegre, ao Centro Literário de Porto Alegre e ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de setembro de 1944.

Publicou *Pelo futuro* (ensaio, 1897); *O Rio Grande independente* (ensaio, 1898); *Através da imprensa (1898-1900)* (jornalismo, 1900); *Ruínas vivas* (romance, 1910); *Tapera* (contos, 1911); *Machado de Assis - Algumas notas sobre o humour* (ensaio, 1912);

Crônicas e ensaios (jornalismo, 1918); *Alma bárbara* (contos, 1922); *O gaúcho na lenda e na história* (ensaio, 1922); *Lendas do Sul* (folclore, publicadas na Ilustração Brasileira, 1922); *Romantismo e naturalismo na obra de Aluísio Azevedo* (1926).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. Disponível em: <<http://www2.academia.org.br/>>. Acesso em: 26/10/2010; BRINCHES, V. *Dicionário*; MARTINS, A. *Escritores*; MARTINS, M. *Dicionário*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (ano 24, n. 95, 3º trimestre 1994).

MAIA, Alfredo de

*dep. fed. AL 1915-1920.

Alfredo de Maia nasceu em Atalaia (AL) no dia 7 de fevereiro de 1880, filho de Manuel Melquisedeque de Farias Maia e de Francisca Emília de Farias Maia. Seu pai foi deputado provincial no Império e deputado estadual no início da República.

Estudou em sua terra natal e formou-se pela Faculdade de Direito da Bahia em 1903. Como estudante colaborou no *Diário da Bahia*. Trabalhou depois no gabinete do governador da Bahia Severino Vieira, que o conheceu como orador de sua turma na solenidade de diplomação, e logo voltou a Alagoas, onde apoiou o governador Euclides Malta e foi nomeado consultor jurídico do estado. Exerceu o mandato de deputado estadual de 1905 a 1910. Colaborou também no primeiro número da revista *Exedra*, em 1907.

Em 1915, já filiado ao Partido Republicano Conservador (PRC), foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito para um novo mandato em 1918. Permaneceu no Legislativo federal até dezembro de 1920, quando se encerrou a legislatura. De volta a Alagoas, continuou a atuar na política local.

Encontrava-se na Paraíba em 1930, quando os revolucionários vitoriosos o escolheram como um dos membros da junta revolucionária. Regressou a Maceió e foi nomeado secretário de Fazenda no governo do interventor Hermilo de Freitas Melro (1930-1931). Foi também procurador-geral do estado. Em 1945 foi fundador e presidente da União Democrática Nacional (UDN), tendo renunciado ao posto em 1946. Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas (IHGA).

Faleceu em Maceió no dia 19 de novembro de 1967.

Foi casado com Regina Clark Acióli, com quem teve quatro filhos. Um deles, Emílio Eliseu de Maia, foi deputado federal por Alagoas de 1935 a 1937.

Publicou *Versos íntimos*.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MAIA, Alfredo

*min. Ind. Viação e Obras Públicas 1900-1902.

Alfredo Eugênio de Almeida Maia nasceu em Cabo Frio (RJ) no dia 12 de outubro de 1856, filho do magistrado Domingos de Oliveira Maia e de Maria José de Almeida Maia.

Órfão do pai antes de completar um ano de idade, fez os estudos preparatórios nos colégios Kopke, em Petrópolis (RJ), São Salvador e São Bento, no Rio de Janeiro. Admitido na Escola Central em 1871, pertenceu a uma das primeiras turmas de estudantes formados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, sucessora da Escola Central, obtendo o diploma de bacharel em matemáticas, ciências físicas e naturais em 1876. Viajou em seguida para a Bélgica e prosseguiu os estudos na Universidade de Gand, concluindo o curso de engenharia civil em 1878.

No ano seguinte, regressou ao Brasil e iniciou carreira de engenheiro na Estrada de Ferro Dom Pedro II, antecessora da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). Começou como engenheiro-praticante, foi chefe de seção da via permanente e chegou a mestre geral da principal oficina da ferrovia, instalada no subúrbio carioca de Engenho de Dentro. Em 1886 foi contratado pela Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro, responsável pela ligação ferroviária entre São Paulo e Cachoeira Paulista (SP), ponto terminal dos trens da Estrada de Ferro Dom Pedro II. Iniciou então nova fase de sua vida profissional, estabelecendo relações próximas com o arquiteto e construtor Francisco de Paula Ramos de Azevedo e outras personalidades da elite paulistana.

Em novembro de 1890, foi designado diretor geral da Estrada de Ferro São Paulo e Rio de Janeiro, tendo como principal missão promover o alargamento da bitola da ferrovia, recém-encampada pelo primeiro governo republicano. Tratava-se de obra essencial para a ligação Rio-São Paulo, evitando a incômoda e onerosa baldeação em Cachoeira Paulista. Entretanto, o projeto esbarrou na oposição do ministro Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, responsável pela pasta da Agricultura, Comércio e Obras Públicas no primeiro semestre de 1891. Alfredo Maia e os demais diretores da companhia foram exonerados em

abril daquele ano, quando a ferrovia foi incorporada pela EFCB. O alargamento da bitola do ramal paulista seria iniciado apenas em 1895 e concluído mais de dez anos depois.

Em dezembro de 1891, o engenheiro foi designado secretário de Agricultura e Obras Públicas de São Paulo, cargo que exerceu durante os oitos meses de governo do vice-presidente paulista José Alves de Cerqueira César. Sua gestão foi marcada pelo início dos trabalhos da Comissão de Saneamento de São Paulo, encarregada da realização de estudos e da execução de serviços de saneamento na capital, Santos e outras cidades do estado.

De regresso ao Rio de Janeiro ainda em 1892, abriu uma casa comercial para a venda comissionada de café, permanecendo afastado da administração pública até ser nomeado diretor da EFCB em abril de 1899, em substituição ao engenheiro Francisco Pereira Passos. Durante sua gestão na Central do Brasil, conseguiu atender às exigências do tráfego com relativa regularidade e concluiu algumas obras iniciadas por seu antecessor, notadamente a ampliação do edifício da estação central na capital federal.

Em janeiro de 1900, por designação do presidente Campos Sales (1898-1902), deixou a diretoria da Central do Brasil para comandar o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, em substituição a Severino dos Santos Vieira, que renunciara ao cargo para ocupar o governo da Bahia. Colaborou então na montagem da operação de resgate de ferrovias estrangeiras com garantias de juros, iniciada em 1901. A operação foi marcada por difíceis negociações com os diretores das companhias estrangeiras e forte oposição de políticos nacionalistas. Para realizá-la, o governo brasileiro contraiu um empréstimo de 14,6 milhões de libras esterlinas em julho de 1901. No mesmo mês, Maia aprovou o contrato com a companhia inglesa Great Western of Brazil Railway para arrendamento de cinco estradas de ferro nordestinas, encampadas ou já pertencentes à União. A Great Western, proprietária até então de apenas 100 quilômetros de linhas em Pernambuco, passou a operar uma rede de mais de 1.000 quilômetros de extensão, estendendo sua presença aos estados de Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Em março de 1902, deixou o ministério, supostamente por divergências com o ministro da Fazenda, Joaquim Murtinho, a propósito dos problemas administrativos e financeiros da

Estrada de Ferro Sorocabana, uma das mais importantes ferrovias do estado de São Paulo. Seu lugar no ministério foi preenchido pelo advogado baiano Antônio Augusto da Silva. Em janeiro de 1903, no início do governo Rodrigues Alves (1902-1906), foi nomeado superintendente da Estrada de Ferro Sorocabana, cuja administração passara ao controle federal em decorrência da falência da Companhia União Sorocabana e Ituana. Conduziu o processo de recuperação financeira e regularização do tráfego da Sorocabana, e continuou como superintendente quando a ferrovia foi adquirida pelo governo de São Paulo em 1905. Galgou mais uma posição em 1907, quando a Sorocabana foi arrendada à Brasil Railway, *holding* comandada pelo investidor norte-americano Percival Farquhar e pelo banqueiro francês Hector Legru. Assumiu então o cargo de vice-presidente da Sorocabana Railway Company, nova denominação da concessionária. Jorge Tibiriçá, presidente do estado de São Paulo que firmou o contrato de arrendamento da ferrovia, também passou a integrar a diretoria da Sorocabana Railway antes mesmo do término de seu mandato.

Sua ligação com Percival Farquhar não se limitou aos negócios da Sorocabana. Ainda em 1907, passou a compor, com Farquhar, a diretoria das concessionárias de energia elétrica constituídas pelo grupo canadense Light em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi o primeiro brasileiro a tomar assento na administração das empresas do grupo canadense. Desempenhou o cargo de forma discreta, valendo-se dos contatos com políticos influentes para defender os interesses do grupo Light, notadamente na contenda com os empresários Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée pela primazia do fornecimento de energia elétrica ao mercado carioca.

Um dos mais importantes trabalhos de Rui Barbosa como consultor jurídico da Rio Light foi o parecer a uma consulta formulada em 1908 por Alfredo Maia sobre privilégios exclusivos, justificando o monopólio da concessionária canadense na capital federal.

Em novembro de 1912, envolveu-se em polêmica com o advogado Alberto de Faria por conta do processo movido pela São Paulo Light para reaver a importância das capatazias cobradas pela Companhia Docas de Santos, dos empresários Guinle e Gaffrée. Em artigo publicado no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, desdenhou as denúncias contra o

Sindicato Farquhar, acusado de tentar se apoderar das Docas de Santos, “último reduto de resistência aos seus planos envolventes”.

Foi membro do Clube de Engenharia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), do Instituto de Engenheiros Civis de Londres e da congregação da Escola Politécnica de São Paulo.

Faleceu em 20 de março de 1915 em Montreux, Suíça, onde se encontrava em tratamento de saúde.

Foi casado com Adélia Evelina Torres de Carvalho e, em segundas núpcias, com Amélia Maia. Seu filho primogênito, Alfredo Eugênio de Almeida Maia Júnior, foi superintendente da Rio de Janeiro, Tramway, Light and Power Company. Teve mais três filhas.

Paulo Brandi Cachapuz

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos; Alfredo Maia*; BULHÕES, L. *Relatório* (1903); CASTRO, A. *Empresas*; COL. BRAS. GENAL. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_02.html>. *Diário do Congresso Nacional*. (n.24, 12/3/1902. p. 402); *Correio da Manhã*, RJ. Faleceu na Suíça o Dr. Alfredo Maia (21/3/1915); GAULD, C. *Farquhar*; GERODETTI, J.; CORNEJO, C. *Ferrovias*; *Jornal do Comércio*, RJ. Ligeira réplica (6/11/1912); LOBO, H. *Docas*; MAGALHÃES JÚNIOR, R. *Rui*; MAIA, A. *Relatório* (1901); MCDOWALL, D. *Light*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. RJ (n.78, 1915, p. 814-816); SIQUEIRA, T. *Primeiras*; SOUSA, A. *Estado*; TELLES, P. *História*; VILLELA, A.; SUZIGAN, W. *Política*.

MAIA, Aristides de Araújo

* const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

Aristides de Araújo Maia nasceu em Filadélfia, posteriormente Teófilo Otoni (MG), em 16 de dezembro de 1859. Fazia poucos anos que o ex-deputado Teófilo Otoni tinha fundado, às margens do rio Todos os Santos, o núcleo populacional chamado por ele de Filadélfia, desmembrado do município de Minas Novas. Em 1881, o núcleo recebeu o nome de seu fundador. A família de Aristides de Araújo Maia foi uma das pioneiras na ocupação das terras do novo povoado.

Estudou no Colégio Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, e em 1881 doutorou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo. Regressou então a Minas Gerais para exercer o cargo de promotor público e juiz municipal do município de Rio Novo. Foi também deputado provincial durante os anos de 1888 a 1889.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, por indicação de Cesário Alvim, foi nomeado chefe de polícia de Minas Gerais. Membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), em 15 de setembro de 1890 foi eleito deputado por Minas Gerais ao Congresso Nacional Constituinte e tomou posse em 15 de novembro seguinte. Foi um dos signatários da Constituição de 1891 exerceu o mandato na Câmara dos Deputados na legislatura iniciada em maio de 1891 e encerrada em dezembro de 1893.

Foi também jornalista, com o pseudônimo de Mozambo, e comerciante. Em 1902, publicou o livro *História da província de Minas Gerais*.

Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de julho de 1903.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ANDRADE, M.; HANRIOT, R. *Notas* (v. 5, p.93-104); ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; ARQ. PUB. MINEIRO. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=38>. Acesso em: 20/5/2010; BARBOSA, W. *História*; Biblioteca Digital Câmara. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FARIA, M. *Arquivo* (v.5, p.67-77); PREF. TEÓFILO OTONI. *História do município de Teófilo Otoni*. Disponível em:

<<http://www.teofilootoni.mg.gov.br/index.php?p=paginas&id=19>>. Acesso em: 20/5/2010; SEGISMUNDO, F. *Colégio*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista* (p.48-53).

MAIA, Constâncio Ribeiro da

*militar; pres. GO 1891 e 1891-1892.

Constâncio Ribeiro da Maia nasceu em Goiás no dia 30 de novembro de 1831, filho de Vítor Ribeiro da Maia e de Ana Joana de Artiaga.

Militar, iniciou sua vida política durante o Império como deputado provincial em Goiás de 1884 a 1885, representando o Partido Liberal. Em 1886 tornou-se juiz de paz e em 1889 foi mais uma vez eleito deputado provincial.

Já na República, exerceu o governo de Goiás de 20 de maio a 18 de julho de 1891. Assim como seus antecessores Bernardo Antônio de Faria Albernaz (janeiro a março de 1891) e desembargador João Bonifácio Gomes de Siqueira (março a maio de 1891), substituiu o presidente do estado Rodolfo Gustavo da Paixão, que por determinação do Ministério do Interior se afastara para realizar uma missão externa e em 18 de julho de 1891 reassumiu suas funções.

Durante o afastamento de Rodolfo da Paixão, diante dos sucessivos adiamentos do início dos trabalhos da Assembleia Constituinte estadual, uma maioria de 24 deputados se reuniu clandestinamente para votar e promulgar, a 1º de junho de 1891, a Constituição do estado. Ao retomar a presidência, e tentar sem êxito um acordo com os constituintes rebeldes, Rodolfo da Paixão baixou um decreto pelo qual cassou o mandato dos 24 constituintes dissidentes e os processou pelos crimes de desobediência, sedição e usurpação de funções. No mesmo ato, convocou eleições para o dia 15 de setembro a fim de preencher as vagas dos deputados cassados e manteve a data de 15 de novembro para o início dos trabalhos constituintes. Na ocasião foi eleito presidente constitucional de Goiás. Entretanto, em virtude da renúncia do presidente da República marechal Deodoro da Fonseca e da posse do vice-presidente marechal Floriano Peixoto em 23 de novembro, foi destituído em 7 de dezembro, e seu lugar foi mais uma vez ocupado pelo vice-presidente coronel Constâncio Ribeiro da Maia.

Naquele momento, multiplicavam-se em Goiás os conflitos entre grupos políticos divergentes, especialmente entre os seguidores do Centro Republicano de Goiás, liderado pelas famílias Bulhões e Caiado, e do Partido Republicano Federal, resultante de uma cisão no Centro Republicano, que apoiava Deodoro da Fonseca. Receosa de que a renúncia do marechal Deodoro, associada à provocação de grupos políticos locais que apoiavam o novo presidente Floriano Peixoto, precipitasse uma cisão na guarnição militar do estado, a Assembleia Legislativa pressionou o coronel Constâncio Ribeiro da Maia a renunciar e, no dia 19 de fevereiro de 1892, aclamou Brás Abrantes presidente do estado de Goiás.

Ainda em 1892 Constâncio Ribeiro Maia foi eleito deputado estadual. Exerceu o mandato até 1894.

Faleceu no estado de Goiás no dia 4 de setembro de 1898.

Casado com Maria Rodrigues do Nascimento, teve duas filhas.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MAIA, DEODATO

*jornalista; dep. fed. SE 1918-1920; const. 1934; dep. fed. SE 1935-1937.

Deodato da Silva Maia Júnior nasceu em Maroim (SE) no dia 29 de novembro de 1875, filho de Deodato da Silva Maia e de Umbelina de Oliveira Borges Maia.

Em 1887 mudou-se para a Bahia, onde cursou humanidades no Internato 7 de Setembro. A seguir transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e completou o curso no Colégio Pedro II. Fez cursos preparatórios para engenharia civil no Colégio Gabalda e a seguir matriculou-se no curso anexo da Escola Politécnica, que, no entanto, abandonou para regressar a Sergipe quando eclodiu a Revolta da Armada, em setembro de 1893. Concluiu o preparatório no Ateneu Sergipense e, de volta ao Rio de Janeiro, encontrou ainda suspensos os cursos da Escola Politécnica. Matriculou-se então na Faculdade Livre de Direito de Rio de Janeiro.

Cedo ingressou na imprensa, usando os pseudônimos de Publion Maia, Silva Maia, Del Mário, Luís Peralta, Del Métrio e Dias Moreira. De 1889 a 1890 colaborou no *Maroinense*, de sua cidade; de 1889 a 1891, na *Nova Era*, de Aracaju; de 1890 a 1891, na *Revista Literária*, de Maroim; em 1891, na *Gazeta de Sergipe*, de Aracaju, e em 1893, em *O Fígaro*, do Rio de Janeiro. De 1896 a 1901 enviou artigos para *O Progresso*, de Maroim, e foi redator-chefe da *Revista Acadêmica*, do Rio de Janeiro. Em 1898 foi um dos fundadores e secretário da União Acadêmica, órgão dos estudantes das escolas superiores do Rio de Janeiro, e desse ano até 1902 foi também redator da *Rua do Ouvidor*. Em 1899 colaborou no *Jornal do Brasil*, sempre na capital federal, e no ano seguinte foi redator da *Gazeta da Tarde* e secretário de *O Lar*. Quando cursava o quarto ano de direito foi eleito pelos colegas para representar a faculdade, integrando a comitiva que acompanhou o presidente Manuel de Campos Sales (1898-1902) em sua viagem à Argentina. Lá realizou uma conferência no Centro Jurídico y de Ciencias Sociales e colaborou na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, de Buenos Aires.

Formando-se em 1901, abriu escritório de advocacia no Rio de Janeiro e dedicou-se também ao magistério, como professor de psicologia coletiva na Universidade Popular Livre e de geografia no Instituto Comercial do Rio de Janeiro. Em 1909 atuou como correspondente do *Correio de Aracaju*, escrevendo as “Cartas do Rio”.

Nomeado secretário de governo de Sergipe em julho de 1914 pelo governador Manuel Presciliano Valadão (1914-1918), não chegou a tomar posse, e em novembro seguinte assumiu o cargo de chefe de polícia do estado. No desempenho dessa função, reforçou a parte interna da Repartição Central de Polícia. Em outubro de 1917 exonerou-se para candidatar-se a deputado federal no pleito de 1918. Eleito, foi relator do parecer sobre a constitucionalidade do tratado de paz e membro das comissões de Justiça e de Legislação Social. Em 1919 colaborou no jornal *O Estado*, de Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, concluindo o mandato de deputado em 1920.

Em 1922 tornou-se um dos sócios-fundadores do Instituto Varnhagen e, em 1930, integrou a comissão indicada pelo Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro para visitar as casas de detenção e correção do Distrito Federal a fim de sugerir medidas para a reforma do regime

penitenciário. No ano seguinte, a convite do interventor no Distrito Federal Adolfo Bergamini (1930-1931), foi designado para integrar a comissão encarregada de proceder sindicâncias sobre a utilização de certificados de expediente municipal. Ainda em 1931, atuou como encarregado do governo de Sergipe para tratar de negócios junto ao Governo Provisório. Foi também membro da Comissão Legislativa (8ª Subcomissão de Direito Aéreo), que presidiu, e presidente da comissão do Instituto dos Advogados junto ao Ministério do Trabalho para elaborar pareceres sobre leis sociais.

Em 1932 foi escolhido secretário da Comissão de Defesa do Açúcar, na qualidade de representante do interventor em Sergipe, Augusto Maynard Gomes (1930-1935), e da Associação Comercial desse estado. No mesmo ano foi convidado pelo ministro do Trabalho, Lindolfo Collor (1930-1932), para presidir a comissão de inquérito encarregada de apurar a procedência das alegações contra The Rio de Janeiro Light and Power, no memorial dirigido ao chefe do Governo Provisório pelo Centro dos Operários e Empregados da mesma empresa. Foi também membro da comissão encarregada de elaborar o anteprojeto da Lei de Acidentes no Trabalho, a convite do novo ministro do Trabalho, Joaquim Pedro Salgado Filho (1932-1934). Presidiu ainda a Comissão de Reforma da Lei de Sindicalização o foi representante de Sergipe no Conselho Nacional do Trabalho, que presidiu, bem como na Câmara de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro. Em outubro de 1932 integrou a Comissão de Revisão do Regulamento do Serviço de Estiva do Porto do Rio de Janeiro.

Nomeado em 1933 pelo Governo Provisório para a procuradoria geral do Departamento Nacional do Trabalho, tornou-se membro da comissão designada pelo ministro do Trabalho para elaborar um anteprojeto de lei sobre a locação de serviços, presidindo ainda a comissão encarregada de organizar o Código do Trabalho.

No pleito de maio de 1933 elegeu-se deputado federal por Sergipe à Assembléia Nacional Constituinte na legenda Liberdade e Civismo. Empossado em novembro de 1933, representou seu estado na Comissão Constitucional incumbida de estudar o anteprojeto de Constituição preparado pelo governo, também conhecida como Comissão dos 26, apresentando na ocasião parecer e relatório sobre as “Disposições gerais e transitórias”. Após a promulgação da nova Carta (16/7/1934) e a eleição do presidente da República no dia seguinte, teve o mandato estendido até maio de 1935. No pleito de outubro de 1934 elegeu-se deputado federal por Sergipe na legenda do Partido Republicano, tornando-se, na legislatura que se seguiu, membro das comissões de Justiça, de Obras Públicas e de Redação da Câmara dos Deputados. Exerceu o mandato até novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos os órgãos legislativos do país.

Em 1940 tornou-se o primeiro vice-presidente do Conselho Nacional do Trabalho, de cujo conselho pleno era membro. Participou do primeiro e do segundo Congresso Jurídico Americano e do I Congresso Maçônico Brasileiro, tendo sido ainda vogal na sessão de direito do I Congresso Americano da Criança, realizado em Buenos Aires, além de membro e relator da tese do II Congresso Americano da Criança, no Rio de Janeiro, e presidente da 4ª sessão do I Congresso de Imprensa do Brasil.

Foi ainda sócio do Instituto dos Advogados do Brasil, do Instituto Jurídico y de Ciencias Sociales (correspondente), do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, do Grêmio dos

Estudantes da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro, da Associação dos Cronistas Desportivos, do Círculo dos Operários da União e sócio-honorário do Gabinete de Leitura de Maroim.

Publicou *Pró-Sergipe* (1906), *Projeto de lei do divórcio* (1912), *A regulamentação do trabalho* (1914), *Legislação social* (1918), *Trabalhos parlamentares* (1919), *Discursos e pareceres* (1930), *Pelo divórcio*, *Recurso extraordinário*, *Problemas sociais contemporâneos*, *Contas correntes e Estrias*.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); BITTENCOURT, L. *Homens 1*; *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; *Câm. Dep. seus componentes*; *Cronologia da Assembléia*; *Diário do Congresso Nacional*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; GODINHO, V. *Constituintes*; GUARANÁ, M. *Dic.*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; WYNNE, J. *História*.

MAIA, José Gonçalves

*dep. fed. PE 1894-1896 e 1915-1923.

José Gonçalves Maia nasceu em Recife no dia 1º de setembro de 1866, filho de Dionísio Gonçalves Maia e de Hermínia Gonçalves Maia.

Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e durante o curso escreveu no jornal abolicionista *A Onda*. Depois voltou à cidade natal e iniciou a carreira de advogado.

Após a proclamação da República (15/11/1889) apoiou o governo do marechal Deodoro da Fonseca e em 1893 participou da Revolta da Armada, contra o presidente marechal Floriano Peixoto. Por esse posicionamento foi preso por tropas federais, mas conseguiu fugir em 1894. Nesse mesmo ano foi eleito deputado federal por Pernambuco, com mandato até 1896. Ao deixar a Câmara dos Deputados voltou à advocacia e ao jornalismo em Pernambuco, passando a escrever para os jornais *Gazeta da Tarde*, *Estado de Pernambuco* e *A Província*. Depois de alguns anos, mudou-se para o estado do Amazonas. Aí também fez carreira na advocacia e no jornalismo, além de ter ocupado cargos públicos. Passou alguns meses na Europa e retornou a Pernambuco. Em 1915 foi mais uma vez eleito deputado federal por esse estado. Duas vezes reeleito, ocupou uma cadeira na Câmara de 1915 a 1923 e durante esses anos colaborou assiduamente no jornal carioca *Cidade do Rio*. Publicou um folheto intitulado *A política do assassinato, uma página da história pernambucana*, sobre o assassinato antigo presidente da Assembleia Legislativa e governador de Pernambuco em 1891, José Maria Albuquerque Melo, crime atribuído ao governador pernambucano Alexandre José Barbosa Lima (1892-1896).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MALHO, O

Revista ilustrada de sátira política, que circulou no Rio de Janeiro por mais de meio século entre os anos de 1902 e 1954.

A revista *O Malho*, publicada semanalmente, ficou famosa por suas charges e caricaturas que ironizavam a política nacional. Seu surgimento deveu-se ao caricaturista francês Crispim do Amaral, fundador e diretor artístico da revista. Crispim chegou ao Brasil logo após ter sido expulso de sua terra natal, por haver publicado um desenho em que a rainha Vitória, da Inglaterra, recebia chineladas do general francês Paul Kringer — mais tarde soube-se que a obra era do artista Villete e Crispim apenas havia dado-lhe sua autoria. Ao lado de Crispim, esteve Luís Bartolomeu de Sousa e Silva, diretor da revista desde sua fundação e que já tinha sob seu comando o jornal carioca *A Tribuna*.

Na capa do primeiro número de *O Malho*, publicado em 20 de setembro de 1902 — data que comemorava o aniversário do início da unificação italiana, quando as forças de Garibaldi tomaram a Porta Pia —, Crispim colocou o seu auto-retrato representando o ato de martelar sobre uma bigorna várias brochuras, que significavam as diferentes áreas da política nacional, e já avisava que o “que passar a sua frente será a bigorna”. Seu alvo em potencial era a Câmara e explicava: “...desde que resolvemos fundar *O Malho*, deixar de colocar uma bigorna na Câmara seria falta de consideração ao Poder Legislativo...”

Inicialmente, *O Malho* foi, sobretudo, uma revista de crônica e crítica política ilustrada, inaugurando a fase de predominância da caricatura, em substituição à era do desenho humorístico, representada pela Revista Ilustrada. Em 1904, a revista incorporou a sua equipe de articulistas importantes nomes ligados ao grupo de literatos do Rio de Janeiro conhecido como “geração boêmia”, como Olavo Bilac, Guimarães Passos, Pedro Rabelo, Renato de Castro, Emílio de Meneses e Bastos Tigre.

Em 1910, já propriedade do deputado Antônio Azeredo, motivou por meio de seus ataques séria crise na Câmara, o que resultou na demissão do presidente da instituição, Sabino Barroso. Durante as eleições presidenciais desse mesmo ano, *O Malho* combateu sistematicamente a candidatura de Rui Barbosa, colocando-se ao lado do candidato que tornou-se vitorioso, Hermes da Fonseca.

A partir de 1918, passou a ser dirigida por Álvaro Moreira e J. Carlos, mantendo-se como uma das mais prestigiosas revistas de crítica do país. Em 1929, *O Malho* colocou-se em oposição à Aliança Liberal, o que resultou, após a vitória da

Revolução de 1930, em seu empastelamento. Sua redação foi incendiada e fechada. Após alguns meses sem ser editada, a revista retornou, porém sem o mesmo vigor em suas críticas, atravessando dessa forma a censura do Estado Novo. Em janeiro de 1954, deixou de circular.

O Malho reuniu em suas páginas o maior número de desenhistas da época. Além de J. Carlos, que participou de sua direção, desenharam para a revista Calixto Cordeiro, Raul, Gil (Carlos Leoni), J. Ramos Lobão, Alfredo Storni, Yantok, Cícero Valadares, Ângelo Agostini, Seth, Alfredo Cândido, Vasco Lima, Augusto Rocha, Ariosto, Loureiro, Luís Peixoto, Nássara, Téo, Enrique Figueiroa, Del Pino, Andres, Guevara. Entre os colaboradores podem ser ainda citados João do Rio, Lindolfo Collor, Batista Jor, Miranda Rosa, Elói Pontes, Hildebrando Martins, Claudinei Martins e Raul de Azevedo.

FONTES: *Encic. Larrouse Cultural*; *Grande encic. Delta*; *Malho* (1902 e 1952); SODRÉ, N. *História*.

MALET, João Nepomuceno de Medeiros

* militar; pres. MT 1891; pres. CE 1892; min. Guerra. 1898-1902; min. STM 1898-1907.

João Nepomuceno de Medeiros Mallet nasceu em Bajé, na antiga província do Rio Grande do Sul, no dia 16 de maio de 1840, filho de Joaquina Castorina de Medeiros Mallet e do marechal Emílio Luís Mallet, barão de Itapevi. Seu pai, francês de nascimento, chegou ao Brasil em 1818 e, por convite de dom Pedro I, após a Independência ingressou no Exército brasileiro. Participou da Campanha Cisplatina (1825-1828), da Guerra do Uruguai (1864) e da Guerra do Paraguai (1864-1870), e tornou-se patrono da arma de artilharia.

João Nepomuceno fez o curso primário e parte do secundário em sua cidade natal. Em princípios de 1856, seguiu com o pai para o Rio de Janeiro, capital do Império, onde foi matriculado no Colégio Episcopal de São Pedro de Alcântara. Na Corte, ficou aos cuidados de um velho amigo da família, o tenente-coronel João Carlos Pardal, que mais tarde se tornaria seu sogro. A 12 de março de 1857 assentou praça como voluntário no 1º Regimento de Artilharia a Pé, na fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, e a 10 de outubro foi reconhecido cadete de primeira classe. A 25 de janeiro de 1858 matriculou-se na então Escola Central, tornando-se adido ao 1º Batalhão de Engenharia, e a 4 de junho de 1859 foi nomeado alferes-aluno. Em 1861 bacharelou-se em matemática e ciências físicas e foi promovido a segundo-tenente, sendo classificado no Corpo de Artífices da Corte. Em 1863 concluiu o curso de artilharia e engenharia militar, casou-se com Mariana Leopoldina de Carvalho Pardal e em 3 de dezembro foi promovido a primeiro-tenente.

NAS GUERRAS DO IMPÉRIO

Classificado, a seu pedido, no 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, na época comandado por seu pai e sediado em São Gabriel (RS), ao apresentar-se foi designado para servir na 3ª Bateria, sob o comando do capitão Hermes Ernesto da Fonseca, pai do futuro marechal e presidente Hermes Rodrigues da Fonseca. A 1º de dezembro de 1864, em decorrência do conflito entre o Brasil e a República Oriental do Uruguai, avançou com o

Exército pelo território daquele país. No dia 29 do mesmo mês chegou à cidade de Paissandu, e a 2 de janeiro do ano seguinte participou da tomada daquela localidade pelas tropas brasileiras. Pelos serviços prestados naquele combate, a 18 de fevereiro foi nomeado cavaleiro da Ordem da Rosa. Dirigindo-se a Montevidéu, capital do Uruguai, tomou parte no reconhecimento das trincheiras e trabalhou na comissão que determinou o plano de ataque à cidade. Assistiu ao sítio e capitulação da capital uruguaia a 20 de fevereiro e, naquele mesmo dia, assumiu o comando de uma bateria do seu regimento. No dia 28 seguinte, passou a integrar a 3ª Divisão, comandada pelo brigadeiro José Gomes Portinho. Já durante a Guerra do Paraguai, a 22 de janeiro de 1866, foi promovido, por bravura, a capitão. Deixou então a arma de artilharia, passando ao Estado-Maior de 1ª classe. Em maio daquele ano, tomou parte no combate de Estero Bellaco e comandou uma bateria durante a Batalha de Tuiuti, que foi travada em 24 de maio e teve como resultado a morte de milhares de soldados de ambos os lados. A atuação nessa batalha e os serviços prestados nos combates de 16 e 17 de abril, na transposição do rio Paraná, valeram-lhe a insígnia de cavaleiro da Ordem de Cristo, por decreto de 17 de agosto daquele ano. A 13 de novembro, ainda de 1866, foi nomeado assistente do ajudante-general junto ao comando da Brigada de Artilharia.

No ano de 1867, já comandava a Brigada Provisória do 3º Corpo do Exército, organizada no Rio Grande do Sul pelo marechal de campo Manuel Luís Osório, o marquês do Herval. Em fevereiro de 1868, destacou-se na Passagem de Humaitá, operação, que consistiu na ultrapassagem da fortaleza localizada naquela região do rio Paraguai por uma pequena força da Marinha brasileira, constituindo o primeiro passo na conquista da fortificação, o que, de fato, só ocorreria em julho daquele ano. Também em 1868, a 11 de abril, foi nomeado oficial da Ordem da Rosa e, em 30 de julho, major em comissão, recebendo o comando do 4º Corpo Provisório de Artilharia, encarregado de apoiar a operação do cerco de Humaitá. No mês de dezembro, durante uma série de batalhas que ficaram conhecidas como “dezembrada”, por terem resultado em uma sequência de vitórias das tropas brasileiras, tomou parte no reconhecimento feito sobre as fortificações de Piquissiri, esteve

na tomada de Lomas Valentinas e assistiu à rendição de Angostura.

A 6 de abril de 1869 retirou-se para o Rio de Janeiro em licença, mas, em 30 de julho, voltou ao território paraguaio, ainda a tempo de participar da fase final do conflito, a Campanha das Cordilheiras. A 3 de agosto foi-lhe conferida a medalha de mérito militar em atenção aos atos de bravura praticados nos combates de 21 e 27 de dezembro do ano anterior, em Lomas Valentinas. Em meados de 1870, regressou do Paraguai, reassentando-se ao Corpo de Estado-Maior de Artilharia, e a 6 de setembro foi agraciado com o título de comendador da Ordem da Rosa. Promovido a major graduado a 14 de abril de 1871, com antiguidade de 6 de outubro de 1870, em 27 de fevereiro de 1872 foi nomeado professor da Escola Central, no Rio de Janeiro, onde lecionou várias matérias e serviu até 31 de março de 1874. Também nesse período, a 6 de junho de 1872, recebeu a medalha geral da Campanha do Paraguai com o passador de ouro nº 5, indicativo do número de anos em que permaneceu em combate, e, por decreto de 5 de junho de 1873, foi nomeado cavaleiro da Ordem de São Bento de Aviz.

A 1º de março de 1878 passou a servir no gabinete do ministro da Guerra, marechal Manuel Luís Osório. No dia seguinte foi promovido a major efetivo e, a 7 de dezembro, a tenente-coronel, ambas promoções por merecimento. Em 4 de outubro de 1879 foi nomeado subcomandante da Escola Militar localizada na Praia Vermelha, assim permanecendo até 14 de junho de 1880.

Tendo sua primeira esposa, Mariana Leopoldina, falecido em 11 de setembro de 1875, a 8 de janeiro de 1880 contraiu segundas núpcias com Maria Carolina Veloso Pederneiras, filha do brigadeiro Inocêncio Veloso Pederneiras, o barão de Bojuru. Entre aquele ano e 1882, exerceu o comando do Batalhão de Engenheiros. Em 1884, foi nomeado comandante das Armas da província do Pará, onde ficou até o fim do mesmo ano. Em 1889, tendo sido criada pelo Decreto nº 10.177, de 1º de fevereiro, a Escola Militar do Ceará, tornou-se seu primeiro diretor. Contudo, em meio à crise anterior à proclamação da República, o ministro da Guerra, Cândido Luís Maria de Oliveira, o demitiu, por desacato, do comando da instituição, o que gerou reação por parte dos jornais republicanos.

NA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Derrubado o antigo regime, o tenente-coronel Medeiros Mallet foi encarregado pelo governo provisório de levar ao imperador dom Pedro II a ordem de partida imediata para a Europa e de acompanhá-lo, de modo a garantir o embarque de toda a família imperial, o que ocorreu na madrugada de 17 de novembro de 1889. Por seus serviços em prol da implantação da República, foi promovido a coronel graduado a 29 de novembro de 1889 e, por serviços relevantes, passou a coronel efetivo em 7 de janeiro do ano seguinte. A 15 de fevereiro, ainda de 1890, foi nomeado intendente geral da Guerra.

No ano de 1891, de 6 de junho a 16 de agosto, assumiu o governo do estado Mato Grosso. No ano seguinte, exerceu o governo do estado do Ceará. Seu nome já havia sido cogitado para tal função nos primeiros dias da República, ainda em dezembro de 1889, mas setores político-militares, articulados na capital federal com alguns ministros, chegaram a anunciar uma revolta separatista em resposta a essa indicação. De fato, Medeiros Mallet só assumiu o governo do Ceará por um curtíssimo período, entre 16 e 18 de fevereiro de 1892. Poucos dias depois, a 18 de março, foi promovido a general de brigada, recebendo como primeira missão o comando do Corpo de Estado-Maior de 1ª Classe.

Tendo apoiado o então presidente da República, marechal Manuel Deodoro da Fonseca (1889-1891), quando da crise que o levou à renúncia em 23 de novembro de 1891, e insatisfeito com o sucessor, marechal Floriano Peixoto (1891-1894), em 31 de março de 1892 assinou junto com 12 outras autoridades militares o que ficou conhecido como o “Manifesto dos 13 Generais”, que seria publicado apenas em 6 de abril. No documento, os oficiais sustentavam que, segundo a Constituição da República, deveria ser feita nova eleição para presidente, uma vez que o marechal Deodoro havia renunciado dentro do primeiro biênio governamental. Além disso, criticavam a intervenção do governo federal nos governos estaduais. Floriano Peixoto respondeu com agilidade. Declarando tratar-se de uma revolta de oficiais, em 10 de abril destituiu de seus comandos e prendeu os oficiais signatários do manifesto. Em consequência Medeiros Mallet foi reformado, mas, com a

posse de Prudente de Moraes na presidência da República (1894-1898), foi anistiado e retornou ao serviço ativo em outubro de 1895. Antes, porém, a 19 de julho de 1892, foi agraciado com a medalha da Campanha do Paraguai concedida pela República da Argentina.

A presidência de Prudente de Moraes foi um período favorável aos militares antiflorianistas. Como membro de tal grupo, a 25 de março de 1896 Medeiros Mallet foi nomeado membro da Comissão de Promoções e, em 28 do mesmo mês, foi designado quartel-mestre general. Em 5 de novembro do ano seguinte, a tentativa de assassinato de Prudente de Moraes fortaleceu o presidente da República, enfraquecendo os florianistas que pretendiam usar a vitória militar em Canudos para depor o então chefe do Executivo. Consolidado o domínio dos oficiais antiflorianistas no Alto-Comando Militar, Medeiros Mallet, foi designado ajudante-general do Exército por decreto de 7 de novembro de 1897, e promovido a general de divisão oito dias depois. A 3 de outubro de 1898 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) e a 5 de janeiro de 1900 recebeu a patente de marechal.

MINISTRO DA GUERRA

Quando o presidente Manuel Ferraz de Campos Sales assumiu a presidência da República em 15 de novembro de 1898, o general João Nepomuceno de Medeiros Mallet foi nomeado ministro da Guerra, tornando-se o primeiro filho de imigrante a chefiar a pasta. Exerceria o cargo até o fim do quadriênio de Campos Sales, em 15 de novembro de 1902.

Medeiros Mallet foi o ministro da Guerra sob cuja administração, em meio à crise financeira pela qual passava o país, foi iniciado o lento processo de reorganização do Exército brasileiro, tendo como objetivo último a profissionalização do corpo de oficiais e redução da influência militar sobre o governo. Entre outros objetivos, pretendia mudar a composição das unidades militares; centralizar as nomeações; reorganizar a educação militar; melhorar os critérios de promoção; aprimorar o treinamento militar, focando na necessidade de experiência prática em campo; elevar o nível intelectual do corpo de

oficiais; remodelar quartéis e instalações do Exército e modernizar os armamentos.

Com essas metas, pouco após a sua posse foi aprovado pelo Decreto nº 3.189, de 6 de janeiro de 1899, o primeiro regulamento do Estado-Maior do Exército (EME). As normas tornaram realidade o órgão criado pela Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, em substituição à antiga Repartição do Ajudante General. O EME foi finalmente instalado em 23 de janeiro de 1899.

Ciente da necessidade de treinamento e de que a dispersão pelo território nacional aumentaria o custo de tal empreendimento, Mallet procurou reorganizar as unidades militares, concentrando-as. Para tanto, nomeou uma comissão de oficiais de todas as armas e encarregou-a de elaborar um plano de reorganização do Exército; regulamentou a Intendência Geral de Guerra, criada pela mesma lei que instituiu o EME; regulamentou os comandos dos distritos militares, que eram as regiões militares de então, bem como a Direção Geral de Artilharia, a Direção Geral de Engenharia e a Direção Geral de Saúde. Também visando a questão do treinamento, baixou normas sobre o Tiro Nacional.

Ainda durante seu ministério, foram criadas a nova Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra, as Colônias Militares e os Institutos Militares de Ensino, cuja reorganização fora autorizada por lei de novembro de 1897. Ainda construiu e fez melhorias em diversas fortalezas no litoral brasileiro. É dessa época, igualmente, a criação de uma medalha militar (Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901) em reconhecimento de bons serviços prestados por oficiais e praças do Exército e da Armada.

Em 1902, o marechal Medeiros Mallet coordenou e, após os primeiros estudos realizados, em 4 de fevereiro aprovou a Vila de Vieira de Piquete como o local para a construção daquela que seria a primeira fábrica de pólvora sem fumaça da América do Sul. Iniciadas as obras ainda durante seu ministério, o estabelecimento seria inaugurado apenas em 15 de março de 1909.

Devido a uma enfermidade, Medeiros Mallet foi obrigado a ausentar-se de suas funções ministeriais de 30 de abril a 24 de maio de 1900. Nesse período, respondeu pela pasta da Guerra o marechal João Tomás da Cantuária.

Por decreto de 24 de maio de 1902, foi concedida ao marechal João Nepomuceno de Medeiros Mallet a medalha do mérito militar de ouro, visto contar mais de 30 anos de serviço.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 12 de dezembro de 1907.

Do seu primeiro casamento, deixou duas filhas e um filho, João Carlos Pardal Mallet, jornalista, romancista e patrono da cadeira nº 30 da Academia Brasileira de Letras. No segundo matrimônio, não teve filhos.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v. I, p. 134-135); ACAD. HIST. MIL. TER. BRAS. *Exército entre as guerras do Paraguai E A 2.ª GM*. Disponível em: <<http://www.ahimtb.org.br/confliext16.htm>>. Acesso em: 30/4/2011; ACAD. MIL. AGULHAS NEGRAS. *Comandantes da AMAN*. Disponível em: <http://www.aman.ensino.eb.br/index.php?option=com_content&task=view&id=142&Itemid=155>. Acesso em: 30/4/2011; BENTO, C. *Estrangeiros* (p. 177-179); BLAKE, A. *Diccionario* (v,4, p. 10-11); DELLAGNEZZE, R. 200; *Encyc. Diccionario Internacional*. (v. 12, p. 6915); *Jornal do Brasil* (13/12/1907, p. 3); *Jornal do Comércio*, RJ (12/12/1907, p. 3); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 35-36); LEMOS, R. *Benjamin Constant*; LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 144-145); LUSTOSA, I. *Trapaças*; MACCANN, F. *Soldados*; MIN. DEF. EXER. BRAS. *Patronos*. Disponível em: <<http://www.exercito.gov.br/web/guest/mallet-artilharia>>. Acesso em: 19/6/2011; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1901); PLANALTO. *Titulares do Governo Estadual: Mato Grosso*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MT.htm>. Acesso em: 30/4/2011; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do STM (1808-2011)*. Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011; *Veja*. *Veja na História: O outono do Patriarca*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/republica/imperador-destronado-d-pedro-ii-impresao.shtml>>. Acesso em: 30/4/2011, *Veja na História: A trama da vitória*.

Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/republica/trama-vitoria-era-republicana.shtml>>. Acesso em: 30/4/2011.

MALTA JÚNIOR, João Francisco

*dep. fed. SP 1900-1902.

João Francisco Malta Júnior nasceu na província de São Paulo. Sua família exercia grande influência em Taubaté.

Formou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo e ingressou na política filiando-se ao Partido Republicano Paulista (PRP). Nessa legenda foi eleito três vezes deputado estadual: nas legislaturas 1892-1894, 1895-1897 e 1898-1900. No Legislativo de São Paulo defendeu a adoção de penas severas para o crime de furto. Ganhou destaque na área da educação ao propor, através de projetos de lei, a criação de dezenas de escolas nas cidades de Caraguatatuba, São José dos Campos, Poá, Guaratinguetá, Caçapava e Taubaté, Brotas, Jaboticabal e São José do Paraitinga, entre outras.

Prosseguindo sua carreira política, em março de 1900 foi eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1900-1902, sempre na legenda do PRP. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, nela permaneceu até 17 de julho de 1902, quando faleceu no exercício do mandato.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (18/4/1915); Estudo sobre. Disponível em: <http://www.estudosobre.com/C%C3%A2mara_do_Congresso_Legislativo_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo>; FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara* (1919, 1930).

MALTA, Euclides Vieira

*dep. fed. AL 1892-1893 e 1897-1899; gov. AL 1900-1903; sen. AL 1903-1906; gov. AL 1906-1912; dep. fed. AL 1921-1926.

Euclides Vieira Malta nasceu em Paulo Afonso, hoje Mata Grande (AL), no dia 16 de setembro de 1861, filho de Manuel Francisco Malta e de Maria Vieira Malta. Seu irmão Joaquim Paulo Vieira Malta foi governador de Alagoas de 1903 a 1905 e senador de 1907 a 1911.

Estudou em Maceió e concluiu humanidades em Recife, onde se formou pela Faculdade de Direito em 1886. De volta a Alagoas, foi promotor público em Atalaia, Penedo e Coruripe. Casou-se com a filha de Manuel Gomes Ribeiro, o barão de Traipu, presidente da província durante o Império, governador do estado de 1891 a 1892 e de 1894 a 1897, e senador de 1900 a 1902 e de 1912-1918. O prestígio do sogro iria influir em sua carreira política.

Em 1891 foi eleito deputado estadual constituinte, ao mesmo tempo em que era designado intendente de Penedo. Reeleito, permaneceu na Assembleia Legislativa até 1896. Foi também eleito deputado federal, ocupando uma cadeira na Câmara dos Deputados de 1892 a 1893 e, mais uma vez, de 1897 a 1899. Em 1900 foi eleito governador de Alagoas, sucedendo a Manuel José Duarte, que estava sendo substituído interinamente por Francisco Manuel dos Santos Pacheco. Tomou posse em 12 de junho, e dois meses depois, em 16 de agosto, o Liceu de Artes e Ofícios, que havia permanecido sem funcionar por cerca de seis anos, reiniciou suas atividades. Em sua gestão foi criado o Bispado de Alagoas, e em 15 de outubro de 1901 foi inaugurada a Estação Telefônica do estado. Foi também concluída e inaugurada a nova sede do governo de Alagoas, o palácio dos Martírios, cuja construção estava paralisada havia anos. Quando da sua sucessão, em 1903, rompeu politicamente com o sogro, o barão de Traipu. Seu sucessor foi seu irmão Joaquim Paulo, a quem transmitiu o governo em 12 de junho.

Eleito senador, exerceu o mandato no Senado de 1903 a 1906, quando renunciou para assumir pela segunda vez, em 12 de junho, o governo de Alagoas. Como seu irmão havia

renunciado em janeiro de 1905, recebeu o governo das mãos do vice-governador Antônio Máximo da Cunha Rego. Já no final de seu mandato, em 3 de junho de 1909, foi substituído pelo vice-governador coronel José Miguel de Vasconcelos. Eleito pela terceira vez governador de Alagoas, nove dias depois voltou a tomar posse no governo do estado. Nessa última gestão, foi criado o Banco do Estado de Alagoas e inaugurado o Teatro Deodoro. Em 29 de janeiro de 1912 afastou-se do governo e foi substituído pelo presidente do Congresso Estadual, coronel Macário das Chagas Rocha Lessa. Retornou em 10 de março, mas, em função das resistências que encontrou, renunciou três dias depois. Foi novamente substituído pelo presidente do Congresso Estadual, que permaneceu até o final do período.

Em 1921 voltou à Câmara dos Deputados, onde permaneceu até 1926. Promoveu estudos para o aproveitamento da cachoeira de Paulo Afonso para a produção hidrelétrica e defendeu, em suas mensagens ao Legislativo, o uso do álcool como força motriz e iluminante. Passou depois a viver em Recife, onde faleceu em 16 de julho de 1944.

Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, foi responsável pela doação da sede atual do instituto.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; MALTA, E. *Mensagem* (1901, 1902, 1903, 1907, 1908, 1910, 1911).

MALTA, Francisco de Toledo

*dep. fed. SP 1903-1905.

Francisco de Toledo Malta nasceu em Jacareí (SP) no dia 23 de fevereiro de 1857.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1880 e foi juiz municipal da comarca de Araraquara (SP) de 1882 a 1886. Também foi proprietário rural, além de ter ocupado um dos tabelionatos da capital paulista.

Iniciou a vida política ao ser eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1897 pelo Partido Republicano Paulista (PRP), com 5.120 votos. Foi reeleito para a legislatura seguinte com 31.396 votos. Nesse período, integrou a Comissão de Fazenda e Contas (1895-1900) da Câmara Estadual e apresentou projeto de lei que previa a elevação do distrito de Matão à categoria de município, desmembrando-o do município de Araraquara. A proposta foi aprovada, tornando-se a Lei Estadual nº 567, de 27 de agosto de 1898. Após deixar a Câmara Estadual, foi secretário da Justiça (1900-1901) e secretário das Finanças (1900-1902) de São Paulo. Eleito pelo sexto distrito, exerceu o mandato de deputado federal na legislatura 1903-1905.

Faz parte do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Faleceu em 29 de setembro de 1918.

Casou-se com Ermelinda Augusto Bittencourt. Seu filho, José Maria de Toledo Malta, foi engenheiro da Repartição de Águas e Esgotos de São Paulo de 1911 a 1942. Em 1920, sob o pseudônimo de Hilário Tácito, publicou a obra *Madame Pommery*.

Henrique Sugahara Francisco

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; FERREIRA, S. *Entre*; LEITE, S. *Chapéus*; SIMÕES NETO, F. *Bacharéis*.

MALTA, Joaquim Paulo Vieira

* sen. AL 1903; gov. AL 1903-1905; sen. AL 1907-1911.

Joaquim Paulo Vieira Malta nasceu em Paulo Afonso, hoje Mata Grande (AL) no dia 20 de outubro de 1857, filho de Manuel Francisco Malta e de Maria Vieira Malta. Seu irmão Euclides Vieira Malta foi governador de Alagoas de 1900 a 1903 e de 1906 a 1912, senador de 1903 a 1906 e deputado federal de 1921 a 1926.

Terminou seus estudos preparatórios no Seminário de Olinda (PE), de onde saiu para a Faculdade de Direito de São Paulo e, posteriormente, para a do Recife, pela qual se formou em 1878. De 1879 a 1880 advogou na cidade de Paraíba do Sul (RJ), sendo depois nomeado juiz de direito da comarca de Saquarema (RJ), onde permaneceu até a proclamação da República. Foi, ainda, juiz de direito de Alegre (ES). De volta a Alagoas, ocupou a Secretaria do Interior entre junho de 1899 a junho de 1901, no governo de Francisco Manuel dos Santos Pacheco e no início do governo de seu irmão Euclides Malta. Eleito senador em 1903, no mesmo ano renunciou para assumir a 12 de junho o governo de Alagoas, sucedendo a seu irmão Euclides Malta. Em seu governo ordenou a demolição da construção do que seria o Teatro 16 de Setembro e começou a construção do Teatro Deodoro, na mesma praça. Promoveu ainda a construção, em pontos centrais do estado, de poços artesianos, e mandou executar estudos para a implantação de açudes, a fim de debelar o efeito das secas. Incentivou a policultura – em parte, por meio da Sociedade Alagoana de Agricultura, que passou a publicar a *Revista Agrícola* –, bem como a pecuária. Em 31 de março de 1905 licenciou-se, sendo substituído pelo vice-governador coronel Antônio Máximo da Cunha Rego. Este, em 12 de junho de 1906, cedeu o lugar a Euclides Malta, que iniciou então seu segundo governo.

De volta ao Senado Federal, exerceu o mandato de 1907 a 1911. Em 1913, foi nomeado procurador-geral do estado.

Faleceu em Maceió no dia 14 de setembro de 1913.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; MALTA, J. *Mensagem* (1903, 1904).

MANGABEIRA, JOÃO

*dep. fed. BA 1909-1911 e 1915-1929; sen. BA 1930; dep. fed. BA 1935-1937 e 1947-1950; cand. pres. Rep. 1950; min. Minas e Energ. 1962; min. Just. 1962-1963.

João Mangabeira nasceu em Salvador no dia 26 de junho de 1880, filho do farmacêutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e de Augusta Cavalcanti Mangabeira. O nome Mangabeira — árvore típica do sertão nordestino — foi adotado por seu avô na época da independência do Brasil, no lugar do nome Faria. Seu irmão Otávio foi deputado federal pela Bahia em diversas legislaturas, ministro das Relações Exteriores de 1926 a 1930, constituinte em 1946 e governador da Bahia entre 1947 e 1951.

Fez seus primeiros estudos na capital baiana. Em 1891, durante o curso preparatório, organizou junto com Gustavo de Viana Kelsh e outros estudantes secundários o grêmio literário *A Evolução*, em cujas reuniões se discutia o problema da evolução social e do progresso. Durante o curso superior, realizado na Faculdade de Direito de Salvador, ingressou na redação do jornal *A Bahia*, defendendo soluções republicanas e democráticas para os problemas do país. Em 1896, seu penúltimo ano na faculdade, eclodiu a Guerra de Canudos, rebelião popular de cunho messiânico ocorrida no sertão baiano sob a liderança de Antônio Conselheiro, que resistiu a diversas expedições militares do governo. Seus irmãos mais velhos, Francisco e Carlos (estudantes de medicina e farmácia, respectivamente), alistaram-se como voluntários para os serviços de assistência médica às tropas legalistas. A prática de degolamento de sertanejos capturados levou-o a redigir um violento manifesto junto com seu colega de turma Bernardino Madureira de Pinho, condenando, em nome dos acadêmicos baianos, esse “barbarismo indigno de um povo civilizado e afrontoso às tradições da Bahia”. O documento exigia que o governo encontrasse uma forma de reparar o morticínio, posição semelhante à que Rui Barbosa defendia no Senado Federal.

Formado em ciências jurídicas e sociais em 1897, aos 17 anos, transferiu-se para Ilhéus (BA), região de grandes fazendas de cacau, e começou a praticar a advocacia, atividade a que se dedicou durante toda a vida. Obtendo rápida projeção por sua atuação profissional, tornou-se amigo de alguns fazendeiros importantes na política estadual como Henrique Alves, Antônio Bonfim, Pedro Catalão, Eusínio Lavigne e João Amado de Faria (pai do escritor Jorge Amado). Esse relacionamento propiciou seu ingresso na política de Ilhéus, onde fundou o jornal *A Luta*, que dirigiu até 1907, fazendo oposição às forças dominantes no município.

Em 1906, quando o governador baiano José Marcelino de Sousa (1904-1908) passou por Ilhéus, Mangabeira foi escolhido por seus correligionários para falar em nome da cidade. Segundo seu filho e biógrafo Francisco Mangabeira, esse episódio foi decisivo para seu futuro político, pois foi convidado a integrar a comitiva que acompanhou o governador até o Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tornou-se assim amigo de José Marcelino, cujo apoio favoreceu sua rápida ascensão política, iniciada ainda em 1906, quando foi eleito deputado estadual.

A tradição segundo a qual o governador em exercício indicava seu sucessor ainda não estava plenamente estabelecida na Bahia em 1907, principalmente porque o Partido Republicano desse estado (PRB), dominante na política local, tinha dois chefes de grande peso, o governador José Marcelino e o senador Severino Vieira. Ambos consideravam que a indicação do próximo chefe do governo seria o principal teste de sua futura liderança. Por outro lado, a situação se complicara com o ingresso de políticos novos, que iniciaram sua atividade depois de 1899 e, de modo geral, eram mais leais a personalidades do que ao PRB em si, como os irmãos Miguel e Antônio Calmon, Pedro Lago e o próprio Mangabeira. A maioria dos chefes políticos do interior se inclinava a apoiar o nome indicado pelo governador, que durante seu mandato servira de intermediário para a obtenção de ajuda federal, participara da articulação de acordos eleitorais e estabelecera contatos com os partidos republicanos do Sul do país. Os “coronéis” dos municípios litorâneos, entretanto, estavam divididos.

Nessa época, João Mangabeira foi nomeado prefeito de Ilhéus (cargo que acumulou com o de deputado estadual) e passou a apoiar João Ferreira de Araújo Pinho, candidato ao governo estadual ligado à facção de José Marcelino e do “coronel” Antônio Pessoa, ex-prefeito da cidade. Os adversários locais de Pessoa definiram-se favoravelmente à candidatura de Joaquim Inácio Tosta, lançado pela convenção estadual do PRB que havia sido convocada por Severino Vieira. A eleição de 1907 foi disputada arduamente, rompendo o relativo equilíbrio existente entre as elites políticas estaduais desde 1895 e conduzindo à destruição do partido governamental. Segundo Eul-Soo Pang, a expansão das plantações de cacau “em Ilhéus havia criado um ambiente de rápido crescimento”, radicalizando a disputa entre as duas facções locais do PRB, cujos conflitos provocaram a morte de soldados da polícia e de muitos lavradores. Em 28 de março de 1908, Araújo Pinho foi declarado vencedor do pleito.

A gestão de Mangabeira na prefeitura de Ilhéus, entre 1907 e 1911, foi marcada por uma série de melhoramentos na cidade, como a instalação do sistema de água e esgoto, o início da construção dos serviços de iluminação e energia elétrica, o calçamento das principais vias públicas com paralelepípedos, a abertura de novas ruas e o alargamento de outras, a construção de escolas e a generalização da cobrança de impostos.

No pleito de março de 1909, João Mangabeira foi eleito deputado federal pelo segundo distrito da Bahia para a legislatura de 1909 a 1911, tendo sido o oitavo candidato mais votado num total de 22. Acumulando o mandato com a prefeitura de Ilhéus, participou da Comissão de Reconhecimento de Poderes da Câmara, que era responsável pela ratificação da eleição dos deputados, já que nessa época inexistia a Justiça Eleitoral. Foi encarregado de relatar as eleições do terceiro distrito do antigo estado do Rio de Janeiro, que, como em todo o interior do país, haviam sido fraudadas. Os chefes dos governos fluminense, Alfredo Backer, e federal, Afonso Pena, pressionaram para que os candidatos opositoristas do estado, partidários de Nilo Peçanha, não tivessem sua eleição reconhecida pela Câmara, mas Mangabeira se recusou a aceitar qualquer interferência em seu trabalho. Diante da impossibilidade de realizar novas eleições, propôs que os dois candidatos mais votados de cada lado fossem diplomados. O governo federal, insatisfeito com essa solução, procurou afastar Mangabeira da comissão, mas o apoio prestado ao deputado por Rui Barbosa e José

Marcelino em nome da Bahia garantiu sua permanência e a validade do seu parecer. Pouco depois, em junho de 1909, Afonso Pena faleceu e Nilo Peçanha ascendeu à presidência, determinando a imediata “degola” dos antigos situacionistas do estado do Rio, cujo reconhecimento já era tido como certo. Embora integrasse a maioria governamental, Mangabeira também se opôs a essa manobra e conseguiu fazer prevalecer seu ponto de vista na comissão pela diferença de apenas um voto. Sua atuação nessa fase foi elogiada por Rui Barbosa, o que marcou o início da colaboração e amizade entre os dois.

NA CAMPANHA CIVILISTA

Por outro lado, logo no começo da legislatura de 1909, foram iniciadas as articulações para as eleições presidenciais marcadas para março de 1910. A desistência de Davi Campista de aceitar a indicação de seu nome e a organização de uma chapa situacionista — ainda no governo de Afonso Pena — composta pelo marechal Hermes da Fonseca e um político a ser indicado por Minas Gerais levaram o grupo dominante em São Paulo a preparar o lançamento de um candidato de oposição. Desencadeou-se então intensa campanha liderada por Rui Barbosa e Manuel Joaquim de Albuquerque Lins, presidente de São Paulo, visando alertar a opinião pública para o caráter militar da candidatura de Hermes da Fonseca e apresentar uma alternativa civil. Essa alternativa foi a candidatura do próprio Rui Barbosa, lançada pelo Partido Republicano Paulista (PRP) e imediatamente confirmada pela Bahia. A propaganda foi intensa, com a organização de caravanas e a utilização de trens e navios especialmente fretados para levar Rui Barbosa e seus adeptos a todo o território nacional.

Aderindo à chamada Campanha Civilista, João Mangabeira participou de diversos comícios através dos quais adquiriu grande prestígio, sobretudo na Bahia e em São Paulo, onde seu nome aparecia em cartazes ao lado de Maurício de Lacerda, Pedro Moacir, Irineu Machado, Alexandre José Barbosa Lima e Pinto da Rocha. Em junho de 1909, foi intensamente aplaudido ao defender da tribuna da Câmara, em nome da bancada baiana, a renovação política do país, em resposta a um discurso do deputado gaúcho Germano Hasslocher.

Apoiada por algumas oposições estaduais, a candidatura do marechal Hermes da Fonseca foi vitoriosa nas eleições de 1910. Seu mandato presidencial começou em novembro e, a partir do ano seguinte, as oposições de diversos estados alinhadas com o novo governo federal passaram a utilizar contingentes das forças armadas para atacar os grupos situacionistas locais, iniciando-se assim o chamado período das “salvações militares”. Nessa época, Mangabeira assumiu o posto de redator-chefe do *Diário de Notícias*.

Em meados de 1911, a oposição baiana começou a articular a candidatura de José Joaquim Seabra ao governo do estado nas eleições de 12 de janeiro de 1912, contando com o apoio do Partido Republicano Democrata (PRD) e de uma dissidência do PRB. Apesar da manifesta hostilidade dos situacionistas estaduais, Seabra contava com o apoio da maioria do Exército e do funcionalismo público. Com a renúncia do governador Araújo Pinho em 30 de novembro de 1911, o presidente da Câmara estadual, Aurélio Rodrigues Viana, assumiu a chefia do governo baiano e tentou dificultar a participação dos parlamentares partidários de Seabra na sessão legislativa que reconheceria o candidato eleito. O período final da campanha eleitoral foi marcado por uma grave crise político-militar que resultou

em combates de rua em Salvador entre tropas federais e estaduais e no bombardeio da cidade pelas fortalezas situadas no próprio perímetro urbano. Com o palácio do governo destruído, Aurélio Viana renunciou e Seabra tomou posse em 29 de janeiro de 1912, apoiado pelo presidente Hermes da Fonseca.

Com o bombardeio da capital baiana, João Mangabeira se transferiu para Ilhéus, onde estava sua base eleitoral. Devido à sua participação na Campanha Civilista, não teve sua reeleição reconhecida pela nova Câmara dos Deputados. Em 1914, contudo, candidatou-se novamente a deputado federal e foi eleito, junto com Pedro Lago e Miguel e Antônio Calmon, pela oposição, formada pelo PRB e o Partido Republicano Conservador (PRC). Seu irmão Otávio Mangabeira conquistou o mesmo mandato na legenda do PRD, que obteve 14 dos 22 lugares destinados à bancada federal baiana.

Iniciada a legislatura em maio de 1915, Mangabeira dedicou-se junto com Rui Barbosa à campanha contra a neutralidade adotada pelo governo de Venceslau Brás diante da Primeira Guerra Mundial. Nesse período, Rodrigues Alves, Epiácio Pessoa, Carlos Peixoto e muitas outras personalidades da vida política brasileira manifestavam velada simpatia pelos alemães. Quando finalmente foi declarada guerra à Alemanha em outubro de 1917, o governo solicitou ao Congresso autorização para decretar o estado de sítio em todo o território nacional. João Mangabeira se opôs à aprovação da medida, pois, além de tornar a guerra impopular, o estado de sítio geral não era permitido pela Constituição de 1891. Durante os debates na Câmara, sugeriu a adoção do estado de sítio apenas nas regiões onde havia grande influência da colonização alemã. Ainda durante essa legislatura, Mangabeira foi relator da Comissão Especial Organizadora do Código Penal Militar. Em 1918 teve seu mandato renovado, o que viria a ocorrer sucessivamente até 1929.

Para as eleições presidenciais de abril de 1919, a oposição ao governo federal começou a articular nova campanha, liderada por Nilo Peçanha, Paulo de Frontin, Francisco Rosa e Silva, João Mangabeira e José Eduardo de Macedo Soares, entre outros, que pretendiam combater o candidato oficial Epiácio Pessoa. Os oposicionistas tentaram demover Rui Barbosa da idéia de aceitar uma nova candidatura, mas não conseguiram convencê-lo e acabaram sendo derrotados. Com a posse de Epiácio Pessoa, a oposição baiana começou a articular um movimento de unificação liderado por Rui Barbosa, visando derrotar no pleito estadual de dezembro seguinte o PRD de Seabra, que apoiara Epiácio Pessoa. Apesar da aliança firmada pelas facções de João Mangabeira, Luís Viana, Pedro Lago e outros, em meados de outubro a oposição ainda não definira o nome de seu candidato ao governo estadual, e não contava com uma estrutura partidária organizada. Rui Barbosa estava mais interessado em derrotar eleitoralmente Seabra do que em assumir o governo. Por outro lado, a escolha de um político jovem destruiria a frágil unidade obtida entre as oposições, pois Pedro Lago, João e Otávio Mangabeira (que saíra do PRD em julho, levando consigo muitos partidários), Miguel e Antônio Calmon, e Ernesto Simões Filho eram contemporâneos e tinham o mesmo peso na política estadual. O problema foi resolvido com a candidatura do juiz federal Paulo Martins Fontes, lançada pela comunidade comercial e financeira de Salvador.

Mais uma vez, a violência predominou durante a campanha. João Mangabeira participou de diversos comícios pelo interior, especialmente na região do Recôncavo Baiano, onde Rui

Barbosa concentrou sua atuação em favor do candidato oposicionista. Mesmo assim, dizia-se que Mangabeira e Pedro Lago estavam financiando e armando os “coronéis” do vale do rio São Francisco contrários ao PRD e tentando subornar o destacamento local da Força Pública. Após a realização do pleito em 29 de dezembro, ambos os lados reivindicaram para si a vitória, agravando as tensões e os conflitos armados em curso. A verificação dos resultados pela Assembleia estadual, dominada pelo PRD, foi extremamente lenta, estendendo-se por todo o mês de fevereiro de 1920, em meio a uma situação de virtual guerra civil. No fim desse mês foi decretada a intervenção federal no estado, e na primeira semana de março os “coronéis” do interior aceitaram as condições propostas pelo governo de Eptácio Pessoa, ao mesmo tempo em que o Legislativo estadual se reuniu para proclamar Seabra governador.

Durante todo o governo de Eptácio Pessoa, João Mangabeira se manteve na oposição, em apoio a Rui Barbosa. Mesmo assim, ambos apoiaram no Congresso a decretação do estado de sítio no Rio de Janeiro solicitada pelo governo devido à eclosão da Revolta tenentista de 5 de Julho de 1922 em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e contra as punições impostas por Eptácio Pessoa à diretoria do Clube Militar.

Empossado em novembro de 1922, Bernardes enfrentou de imediato uma grave crise no estado do Rio, onde dois candidatos — Raul Fernandes e Feliciano Sodré, este apoiado pelo presidente da República — também se consideravam eleitos para o governo. A violência atingiu tal intensidade que Bernardes nomeou Aurelino Leal interventor federal no estado. Em 1923, o processo relativo a essa medida foi enviado à Câmara, sendo analisado em primeiro lugar pela Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Afrânio de Melo Franco e composta por Juvenal Lamartine (relator do processo), João Mangabeira, Lindolfo Pessoa, Artur Lemos, Henrique Borges, Godofredo Maciel, Heitor de Sousa, Solidônio Leite e Prudente de Moraes Filho. Este último foi o único que discordou da decisão de aprovar a nomeação do interventor federal encarregado de organizar novas eleições, vencidas afinal por Feliciano Sodré.

Em 1925, durante a Conferência de Montevideu, Mangabeira participou da Comissão de Diplomacia e Tratados, destacando-se no debate sobre policiamento das fronteiras e repressão a movimentos subversivos. Nesse período, a política baiana passou a ser dominada por uma nova coalizão, formada pelos adeptos de Miguel Calmon, Otávio Mangabeira (que liderava o grupo Mangabeira na política estadual) e ex-partidários de Seabra. Segundo Eul Soo-Pang, “a mistura dos tradicionais interesses agrários dos Calmon e as forças populistas urbanas dos Mangabeira, para não mencionar os ex-chefes do PRD de Seabra, constituía um precário equilíbrio de poder”. Essa coalizão foi consolidada em agosto de 1925, quando da reunião que escolheu dois representantes do grupo de Calmon e um dos Mangabeira para comparecerem à convenção que escolheria o candidato à presidência da República, no Rio.

Na reabertura dos trabalhos parlamentares em maio de 1926, ainda no governo Bernardes, João Mangabeira substituiu Herculano de Freitas como líder da bancada governista na Câmara. Nesse momento teve início o segundo turno da tramitação do projeto de reforma constitucional proposto pelo presidente da República desde 1924. O projeto de Bernardes, cujas linhas dominantes eram a proteção da economia nacional e o fortalecimento do

Executivo para fazer frente à instabilidade política, encontrara a oposição de um grupo pequeno mas eficaz, o que obrigara o governo a reformar o regimento interno da Câmara e a retirar a maioria de suas propostas, visando garantir assim a aprovação das que considerava essenciais. Em 3 de setembro, finalmente, o Senado aprovou as emendas de Bernardes, as quais, de modo geral, diziam respeito à intervenção federal nos estados, às atribuições do Poder Legislativo, à competência da Justiça Federal e aos direitos e garantias individuais.

A sucessão de movimentos armados iniciada em 1922 foi interrompida depois da posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926. Com o exílio da Coluna Miguel Costa-Prestes na Bolívia em fevereiro do ano seguinte, deixou de existir o último foco de rebelião armada contra o governo em território brasileiro, fato inédito desde o início da década. A partir de então, João Mangabeira passou a defender a anistia geral para os revolucionários, pois, segundo ele, esta “era uma medida não somente humana, mas ainda de defesa da legalidade, da ordem e da liberdade”. Washington Luís, contudo, continuou contrário à concessão da anistia.

Nesse ínterim, em janeiro de 1927, foi fundado o novo Partido Republicano da Bahia, que desde o início promoveu uma reorganização de forças na política estadual. Logo na primeira convenção, os Calmon tentaram absorver os antigos adeptos de Seabra e dominar o partido, mas encontraram forte oposição dos Mangabeira. Para superar o impasse, foi solicitada a intervenção de Washington Luís, o que resultou na assinatura de um documento estabelecendo a distribuição dos cargos para cada facção: a ala Mangabeira receberia três dos nove lugares da comissão executiva do PRB, um terço dos 42 deputados estaduais e oito das 22 cadeiras de deputado federal. Por outro lado, Miguel Calmon seria eleito senador federal pelo PRB em 1927, e o novo governador seria Vital Soares, seu correligionário. Os antigos seabristas foram colocados de lado, sendo pouco depois absorvidos pelas duas facções.

As eleições de 1927 constituíram a primeira evidência de que o compromisso entre os Mangabeira e os Calmon estava funcionando. Tendo seu mandato na Câmara dos Deputados renovado, João Mangabeira voltou a integrar na legislatura seguinte a Comissão de Constituição e Justiça, mais uma vez presidida por Afrânio de Melo Franco.

A SUCESSÃO DE WASHINGTON LUÍS

A questão sucessória começou a ser discutida em 1928, embora o presidente Washington Luís ainda tivesse mais dois anos de governo. Júlio Prestes, presidente de São Paulo, surgiu como candidato oficial, contrariando os interesses do Partido Republicano Mineiro (PRM), que no decorrer do ano seguinte se aproximou dos principais líderes gaúchos e lançou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul. Os entendimentos entre as forças dominantes desses dois estados criaram as condições para a formação da Aliança Liberal, coligação oposicionista apoiada também pelo governo da Paraíba, pelas oposições de outros estados e por integrantes do movimento tenentista.

Depois de alguma indecisão, João Mangabeira optou pela candidatura de Júlio Prestes. Além do bom conceito que tinha do presidente paulista, foi influenciado pelo fato de que

seus correligionários na Bahia haviam optado pelo apoio à chapa situacionista, que tinha como candidato à vice-presidência o governador baiano Vital Soares. Seu apoio aos candidatos oficiais, entretanto, não impediu que mantivesse as melhores relações com os líderes da Aliança Liberal, sobretudo João Neves da Fontoura e Osvaldo Aranha.

As eleições foram realizadas em 1º de março de 1930. Em 13 de maio, pouco antes da divulgação dos resultados, Mangabeira proferiu uma conferência sobre Rui Barbosa no Teatro Municipal de São Paulo, a convite de estudantes desse estado. A chapa situacionista foi afinal declarada vencedora do pleito presidencial, provocando enérgica reação de setores oposicionistas que denunciaram a fraude e a violência presentes em todo o processo eleitoral e aceleraram a preparação de um movimento revolucionário contra o governo federal. Em Salvador, as principais facções do PRB se reuniram para debater a sucessão de Vital Soares, já que o compromisso assumido em 1927 por Miguel Calmon e Otávio Mangabeira dissera respeito às eleições daquele ano, tornando-se necessário novo acordo para 1930. Vital Soares lançou a candidatura de Simões Filho, editor de *A Tarde* e líder da bancada baiana, que foi recusada pelos irmãos Mangabeira. Miguel Calmon defendeu o nome de Pedro Lago, enquanto Frederico Costa declarava que sua facção aceitaria qualquer candidato indicado por Washington Luís. O acordo foi finalmente obtido em meados de junho, com plena aprovação do presidente da República e de Júlio Prestes: Frederico Costa assumiria interinamente o governo estadual até a eleição de Pedro Lago para o cargo, cabendo a João Mangabeira a cadeira de senador federal pela Bahia.

Em 3 de outubro, contudo, foi deflagrada no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba a revolução que conduziu à deposição de Washington Luís e à formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas. Com o fechamento dos órgãos legislativos do país, Mangabeira perdeu seu mandato e passou a dedicar-se exclusivamente à advocacia.

NA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PAÍS

No início de 1932, intensificaram-se as pressões exercidas por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul em favor da constitucionalização do país e contra a permanência do estado de exceção defendida pelos revolucionários mais radicais. Em 24 de fevereiro, Vargas assinou a nova Lei Eleitoral, uma das exigências da Frente Única Gaúcha (FUG). No dia seguinte, foi empastelado o *Diário Carioca*, órgão de oposição ao tenentismo que se destacara na luta por essa lei. Ante a relutância do governo em apurar as responsabilidades, Maurício Cardoso pediu demissão do Ministério da Justiça no dia 29, sendo acompanhado nessa atitude por outros políticos ligados à FUG que integravam a administração federal, agravando ainda mais a crise política.

Em 16 de março de 1932, o jornal carioca *Correio da Manhã* publicou uma longa entrevista de João Mangabeira em que este defendia a necessidade de realização de reformas políticas para dotar o país de uma nova Constituição. Opondo-se àqueles que consideravam necessário o prolongamento do regime de exceção porque a revolução ainda não atingira seus objetivos, Mangabeira argumentava que até a aprovação final de uma nova Constituição já se teria passado tempo suficiente para que o governo provisório cumprisse seus objetivos. Ainda nessa entrevista, declarou que “todo o surto revolucionário deve ser, por definição, um movimento para a esquerda, procurando atender, por soluções

políticas, traduzidas afinal em fórmulas jurídicas, os interesses, as necessidades, os sofrimentos das massas, espoliadas pelas minorias venturosas... O papel dos governos, sobretudo os revolucionários, e dos capitalistas inteligentes, é procurar novas fórmulas jurídicas que harmonizem os interesses em conflito, reduzindo diferenças de nível na vida das classes... e pondo o barco a seguro, antes que as tempestades se desatem”. Considerava, assim, que a elaboração da nova Constituição poderia ser a oportunidade para a realização dessa “revolução branca”, desde que cada candidato à assembleia constituinte se comprometesse com um grupo de princípios que defenderia durante o exercício do mandato.

Em julho de 1932, a tensão crescente acabou resultando na eclosão da Revolução Constitucionalista de São Paulo, dirigida pela Frente Única Paulista (FUP). Nessa ocasião, Mangabeira e outros políticos baianos manifestaram-se, em nome do estado, a favor dos paulistas, que entretanto permaneceram isolados no confronto militar contra o governo provisório e foram derrotados em outubro. Pouco depois, Vargas decidiu empenhar-se no processo de constitucionalização do país, confirmando para maio de 1933 eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em 1º de novembro de 1932, foi criada a chamada Subcomissão do Itamarati para apressar os trabalhos da Comissão Constitucional formada em maio com a finalidade de elaborar um anteprojeto de Constituição. João Mangabeira foi nomeado membro dessa subcomissão, da qual faziam parte também Afrânio de Melo Franco (presidente), Carlos Maximiliano Pereira dos Santos (redator-geral), Temístocles Cavalcanti, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, José de Castro Nunes, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, Francisco Solano Carneiro da Cunha e Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Durante os trabalhos da Subcomissão do Itamarati, o debate foi polarizado pelo problema da centralização política, ou seja, o reforço das atribuições da União frente aos estados. João Mangabeira, Temístocles Cavalcanti e outros advogaram o reforço da centralização, enquanto Antônio Carlos e Prudente de Moraes defenderam a preservação da autonomia estadual.

Nesse mesmo período, a oposição baiana ao governo provisório organizou-se, com vistas às próximas eleições, em torno da Liga de Ação Social e Política da Bahia (LASP), criada por Otávio Mangabeira em dezembro de 1932, e do Partido Republicano Democrata da Bahia, reorganizado por J. J. Seabra com o apoio de João Mangabeira e de Muniz Sodré. Essas duas correntes oposicionistas se uniram para o pleito sob a legenda “A Bahia ainda é a Bahia”, que elegeu apenas dois representantes, Aluísio de Carvalho Filho e J. J. Seabra, tendo João Mangabeira ficado como segundo suplente.

Ainda em maio de 1933, a Subcomissão do Itamarati aprovou o anteprojeto de Constituição, que tinha como pontos principais a criação de um Poder Legislativo composto de uma câmara única — a Assembleia Nacional — eleita através de voto direto, a supressão do Senado e a formação de um Conselho Federal, a participação dos ministros de Estado no Legislativo, a rejeição da representação classista, a criação de uma legislação trabalhista e de segurança social e a proteção da economia nacional. Os trabalhos da subcomissão só foram divulgados em novembro de 1933, mês em que a Assembleia Nacional Constituinte se reuniu pela primeira vez. Os jornais da época atribuíram a João

Mangabeira um papel essencial na elaboração do anteprojeto, ressaltando como de sua responsabilidade a inclusão do mandado de segurança no texto.

Durante os trabalhos constituintes, os membros da Comissão Constitucional, conhecida como Comissão dos 26, examinaram cerca de duas mil emendas ao projeto apresentado pelo governo, que foi severamente criticado. Nessa época, Mangabeira concedeu novas entrevistas ao *Correio da Manhã* alertando para o “caráter reacionário” das emendas, que alteravam a essência do anteprojeto e punham “em risco as liberdades nos seus direitos mais sagrados”. A maior parte dessas modificações foi rejeitada durante a votação final do texto em plenário, mas a estrutura e a composição do Legislativo foram modificadas, com a manutenção do Senado e a adoção da representação classista. A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e, no dia seguinte, a Assembleia elegeu Getúlio Vargas para a presidência da República.

Nas eleições realizadas na Bahia em outubro de 1934 para compor a Assembleia Constituinte estadual e a bancada baiana na Câmara dos Deputados, a oposição se reuniu na legenda Governador Otávio Mangabeira e elegeu dez deputados estaduais e sete federais, entre os quais João Mangabeira, que assumiu o novo mandato em 3 de maio de 1935. No início do mês seguinte, os partidos oposicionistas realizaram uma convenção conjunta em Salvador e criaram a Concentração Autonomista da Bahia, fundindo todas as agremiações presentes numa organização voltada para defender a posição de Rui Barbosa a favor da autonomia, “usurpada pela invasão revolucionária”. João Mangabeira foi escolhido para integrar seu primeiro diretório, junto com J. J. Seabra, Miguel Calmon, Muniz Sodré, Ernesto Simões Filho, Aluísio de Carvalho Filho e Otávio Mangabeira. A Concentração Autonomista desenvolveu cerrada oposição aos governos estadual, chefiado por Juraci Magalhães, e federal, integrando no Congresso o bloco das Oposições Coligadas, ou Minoria Parlamentar.

No primeiro semestre de 1935, a conjuntura nacional foi marcada pela radicalização crescente da luta política, com a emergência de duas forças antagônicas, a Ação Integralista Brasileira (AIB), de tendência fascista, e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), movimento contra o fascismo, o imperialismo e o latifúndio que congregava diversas correntes e sofria influência preponderante do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Francisco Mangabeira, filho de João, foi um dos signatários do manifesto de fundação da ANL, em março de 1935. Em julho, os aliancistas realizaram comícios comemorativos dos levantes tenentistas de 1922 e 1924, provocando o recrudescimento das medidas repressivas por parte do governo de Vargas, que decretou no dia 13 desse mês o fechamento da ANL e ordenou a punição dos militares que haviam participado das manifestações. Nessa ocasião, João Mangabeira, João Neves da Fontoura, Domingos Velasco, Otávio da Silveira, José Augusto Bezerra de Medeiros e outros líderes da oposição na Câmara foram procurados pela doutora Maria Werneck de Castro e pelo major Carlos da Costa Leite, membros do diretório central da ANL. Durante o segundo semestre de 1935, o PCB ampliou sua influência no interior desse movimento, que passou a atuar na ilegalidade e começou a preparar um levante armado contra Vargas.

João Mangabeira foi um dos 20 deputados que, junto com o senador Abel Chermont, fundaram no início de novembro de 1935 o Grupo Parlamentar Pró-Liberdades Populares

para combater a Lei de Segurança Nacional, em vigor desde março, e defender os direitos inscritos na Constituição. Em 23 de novembro eclodiu a Revolta Comunista em Natal, e no dia seguinte Vargas solicitou ao Congresso permissão para decretar o estado de sítio em todo o país durante 60 dias. Mangabeira, Domingos Velasco, Abguar Bastos, Abel Chermont e outros parlamentares opositoristas votaram contra a medida na sessão do dia 25, alegando que as revoltas se restringiam, até então, ao Rio Grande do Norte e a Pernambuco, não sendo portanto justificável colocar todo o país em regime de exceção. Mesmo assim o estado de sítio foi aprovado, e, dois dias mais tarde, com a eclosão do movimento no Rio, Francisco Mangabeira foi preso e enviado para o navio *Pedro I* junto com muitos outros opositoristas. A revolta foi rapidamente sufocada, dando lugar a uma gigantesca onda de repressão que conduziu milhares de pessoas à prisão. No início de fevereiro de 1936, João Mangabeira impetrou um pedido de *habeas-corpus* em favor de seu filho e dos demais detidos no *Pedro I*, alegando a inconstitucionalidade da prorrogação do estado de sítio, só permitida pela Constituição nos casos de “iminência de agressão estrangeira ou emergência de insurreição armada”. O *habeas-corpus* foi recusado pela maioria dos juízes do Supremo Tribunal Federal (STF). Pouco depois, Mangabeira apresentou novo recurso em benefício de Maurício Goulart, Dionélio Machado e Bernardino Garcia, e conseguiu que alguns parlamentares fizessem o mesmo em relação a outros presos, inclusive o alemão Harry Berger, enviado ao Brasil pela Internacional Comunista, que teve um *habeas-corpus* em seu favor impetrado por Abel Chermont.

A repressão aumentou a partir de 21 de março de 1936, quando o estado de sítio foi transformado em estado de guerra, ampliando os poderes discricionários do chefe do governo. Nesse dia, o senador Chermont e os deputados João Mangabeira, Domingos Velasco, Abguar Bastos e Otávio da Silveira foram presos sob a acusação de atuar como um “comitê parlamentar a serviço do líder comunista Luís Carlos Prestes”, ajudando a reorganizar atividades subversivas. No arquivo de Prestes, apreendido pela polícia, havia diversas cartas contendo referências aos pedidos de *habeas-corpus*, mas Mangabeira recusou-se a prestar qualquer declaração às autoridades sob a alegação de que, na condição de parlamentar, não poderia ser preso ou processado sem licença da Câmara ou da Sessão Permanente do Senado.

Em maio, o governo solicitou ao Congresso a suspensão das imunidades dos parlamentares presos, o que provocou um acirrado debate entre os deputados da maioria e da minoria. No dia 20 desse mês, Mangabeira e seus colegas detidos enviaram uma carta ao comandante do quartel onde se encontravam, protestando contra as condições carcerárias e a incomunicabilidade a que estavam submetidos. Essa carta chegou às mãos do deputado João Neves da Fontoura, que apelou diretamente a Vargas. A prisão dos parlamentares foi também motivo de manifesto endereçado a Osvaldo Aranha, embaixador brasileiro em Washington, assinado por diversas entidades norte-americanas, que denunciavam a onda de prisões e a violação das imunidades garantidas pela Constituição. Apesar dessas pressões, a Comissão de Justiça da Câmara aprovou em 29 de junho de 1936 o parecer de Alberto Álvares a favor da concessão da licença para o governo processar os parlamentares, que permaneceram presos até a data do seu julgamento pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) em 12 de maio de 1937. Abel Chermont e Domingos Velasco foram absolvidos, mas

Otávio da Silveira, Abguar Bastos e João Mangabeira foram condenados, cabendo ao último a pena de três anos e quatro meses de reclusão. Poucos dias depois, Osvaldo Aranha enviou uma carta à senhora Constança Mangabeira, esposa de João, deplorando sua condenação.

Mangabeira e Otávio da Silveira decidiram recorrer ao Supremo — hoje Superior — Tribunal Militar (STM), que concedeu *habeas-corpus* ao primeiro e reduziu a pena do segundo, outorgando dessa forma a liberdade a ambos em fins de junho de 1937. Em 9 de julho, Mangabeira retornou à Câmara de Deputados depois de mais de um ano de prisão e pronunciou um vigoroso discurso contra as violências e crimes praticados pelo governo. Esse discurso levou à elaboração de um relatório das prisões efetuadas, preparado pelo chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller. Ainda nesse ano, Mangabeira realizou um estudo para demonstrar a irregularidade do TSN, tribunal de exceção criado exclusivamente para julgar os revolucionários de 1935.

Com a implantação do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 e o subsequente fechamento de todos os órgãos legislativos do país, João Mangabeira perdeu seu mandato parlamentar pela segunda vez e se refugiou na embaixada da Colômbia, onde permaneceu até que o ministro da Justiça, Francisco Campos, desse plena garantia de respeito à sua liberdade, o que de fato ocorreu.

A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS

Em 1943, Mangabeira fez uma conferência sobre Rui Barbosa que foi em seguida desdobrada em uma série de artigos publicados no *Diário Carioca* e reunidos ainda no mesmo ano no livro *Rui, o estadista da República*. Em outubro, foi lançado o *Manifesto dos mineiros*, que reivindicava a redemocratização do país. Contando com a assinatura de importantes nomes da política mineira, foi a primeira manifestação ostensiva de oposição ao Estado Novo por parte das lideranças liberais e conservadoras. A pronta reação do governo conseguiu evitar o aparecimento de movimentos idênticos em outros estados, inclusive na Bahia, onde João Mangabeira chegou a redigir outro manifesto, que teve sua divulgação abafada pelas autoridades.

Em fins de 1944, Mangabeira foi convidado para paraninfo da turma da Faculdade de Direito de Salvador. Nessa ocasião, pronunciou um longo discurso sobre o Estado, o direito e a conceituação de democracia. Mesmo discordando do “cunho esquerdista” da palestra, Ernesto Simões Filho resolveu publicá-la na íntegra no jornal *A Tarde* sem consulta prévia ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão encarregado da censura durante o Estado Novo. Mangabeira viajou em seguida para o Rio, onde tentou a publicação de seu discurso, que foi vetado pela censura. Muito mais tarde, em 1955, viria a publicá-lo num folheto intitulado *A oração do paraninfo*.

Mangabeira foi um dos delegados da Bahia presentes ao I Congresso Brasileiro de Escritores, promovido pela Associação Brasileira de Escritores em São Paulo entre 22 e 27 de janeiro de 1945. O congresso reuniu um expressivo número de intelectuais oposicionistas de várias tendências políticas, incluindo comunistas, e aprovou por unanimidade uma declaração de princípios a favor da democratização do país. No mês seguinte, o *Correio da Manhã* publicou longa entrevista de José Américo de Almeida, que

elogiou os princípios aprovados pelo Congresso de Escritores sem que o DIP determinasse qualquer punição para o jornal carioca. Esse fato encorajou os demais jornais a tratar com maior liberdade os assuntos políticos. Mangabeira, até então ignorado pela “imprensa controlada”, foi procurado para falar sobre eleições e declarou: “Não temos eleições — nós e as tribos africanas.” Poucos dias depois, escreveu artigo sobre o Ato Adicional nº 9, de 28 de fevereiro, que definia as normas para a reorganização de partidos políticos legais e estabelecia o calendário eleitoral, marcando eleições presidenciais para 2 de dezembro de 1945. Nesse artigo, publicado em 2 de março de 1945, afirmava que a política de Vargas mantinha intacta a estrutura fascista de poder, com a anulação do Legislativo e a abolição da liberdade sindical, e concluía dizendo que “em todo ditador é grande a vontade de ficar, mas muito maior o medo de sair”.

No dia 7 de abril foram lançadas as bases da União Democrática Nacional (UDN), partido político que agrupou a oposição liberal ao Estado Novo e indicou o nome do brigadeiro Eduardo Gomes para concorrer à presidência da República nas eleições de dezembro. Durante a convenção, Mangabeira discursou defendendo o partido das acusações de que a UDN queria chegar ao poder através de golpes de Estado. Com a formação dos grupos de trabalho para a elaboração do primeiro projeto de estatutos do partido em 21 de abril, Mangabeira passou a integrar a Comissão de Estudos Sociais e Econômicos.

Em maio, Otávio Mangabeira foi escolhido primeiro presidente da UDN. No dia 24 desse mês, João Mangabeira representou Eduardo Gomes num comício promovido pelo PCB no estádio do Vasco da Gama, no Rio, para promover a proposta de “união nacional” defendida por Luís Carlos Prestes, libertado da prisão no mês anterior.

Durante a fase de elaboração dos estatutos, surgiu dentro da UDN um grupo denominado Esquerda Democrática (ED), constituído em grande parte por intelectuais e políticos de tendência socialista, cuja primeira aparição pública ocorreu com a apresentação, em 12 de junho de 1945, de uma moção de apoio à candidatura de Eduardo Gomes. A aprovação dos estatutos da UDN em 14 de agosto provocou o acirramento das críticas da ED, que, apesar de manter seu apoio à candidatura de Eduardo Gomes, exigia um programa com “espírito social” e protestava contra a exclusão de certos princípios, como o alargamento das conquistas sociais do getulismo. João Mangabeira, Herculino Cascardo, Domingos Velasco, Juraci Magalhães e outros membros da comissão provisória da ED lançaram um manifesto no dia 24 de agosto reafirmando essas posições e manifestando a necessidade de livrar a UDN de “ranços conservadores”. A capacidade de mobilização da ED para as eleições de 2 de dezembro era reduzida. Por outro lado, a nova lei eleitoral exigia para o registro de partidos nacionais um mínimo de dez mil assinaturas de eleitores de, pelo menos, cinco estados. Assim, tornou-se indispensável ao novo grupo manter a aliança com os udenistas, formando chapas conjuntas UDN-ED.

Com a aproximação das eleições, cresceram as suspeitas dentro da oposição de que Vargas preparava manobras continuístas. A desconfiança levou à deflagração de um golpe de Estado em 29 de outubro de 1945, liderado pelos generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Dutra. A chefia do governo federal foi entregue ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), José Linhares, e as eleições foram realizadas na data prevista, saindo vencedor o general Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD) e apoiado

por Vargas. Nesse pleito, a UDN elegeu 77 deputados à Assembleia Nacional Constituinte. João Mangabeira obteve 3.863 votos e ficou como quinto suplente da coligação UDN-ED na Bahia.

O PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO

O acordo da ED com a UDN terminou depois das eleições. Em agosto de 1946, João Mangabeira participou da primeira convenção nacional da ED, que se transformou em partido político e obteve o registro legal no dia 24 desse mês. Promulgada a Constituição em setembro de 1946, a Assembleia Nacional Constituinte foi transformada em Congresso ordinário, e tornou-se necessário realizar eleições suplementares para as cadeiras ainda não preenchidas. No pleito de 19 de janeiro de 1947, Mangabeira foi eleito deputado federal pela Bahia na legenda da ED.

No início de maio de 1947 o PCB teve seu registro cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), e os senadores Ismar de Góis Monteiro, Georgino Avelino e Dario Cardoso, do PSD, formularam uma consulta ao tribunal para saber como seriam preenchidas as vagas que se abrissem com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas. Quando essa questão foi levada ao debate na Câmara, João Mangabeira fez um pronunciamento afirmando que o cancelamento do registro do PCB não implicava a cassação de seus parlamentares e que a iniciativa dos três senadores pessedistas era inconstitucional e destinada a preparar as condições para uma “distribuição amigável” das cadeiras do PCB aos outros partidos. Voltou a defender a mesma posição quando, em 19 de dezembro, o projeto de extinção dos mandatos dos parlamentares comunistas, de autoria do senador Ivo d’Aquino, foi levado ao plenário e aprovado por maioria de votos.

Ainda em agosto de 1947, a ED realizou sua segunda convenção nacional e passou a denominar-se Partido Socialista Brasileiro (PSB), incorporando alguns membros do antigo PSB que existira na década de 1930 com reduzida expressão. Nessa ocasião, Mangabeira foi eleito primeiro presidente do novo partido.

Em 1948, Mangabeira foi escolhido relator da subcomissão encarregada de definir a tarefa da Comissão Mista de Leis Complementares. Seu parecer, considerado excelente por Afonso Arinos de Melo Franco, definia juridicamente a competência da comissão, apresentava uma lista preliminar de 33 assuntos que poderiam ser objeto de leis complementares e fixava os critérios para a indicação de outros. No ano seguinte, Mangabeira presidiu a Comissão Especial da Câmara criada para estudar um projeto de adoção do regime parlamentarista. A maioria da comissão era claramente contrária a essa emenda, assim como Mangabeira, que indicou Afonso Arinos, também presidencialista, para relator dos trabalhos.

Ainda nessa legislatura, Mangabeira apresentou diversos projetos, propondo a adoção da lei sindical de emergência (aprovada em 1950), a extensão das leis trabalhistas ao meio rural, a anistia aos condenados ou processados por motivo de greve ou crimes conexos, a regulamentação das eleições sindicais e a modificação das leis que regulavam o funcionamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos (IAPM).

Em 1949, João Mangabeira representou o PSB nas articulações com os demais partidos visando definir as candidaturas para as eleições presidenciais de 1950. Convidado a aderir à

campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, novamente lançada pela UDN, respondeu que o apoio ao candidato dos antigos integralistas agrupados no Partido de Representação Popular (PRP) tornava difícil a adesão do PSB. Nessa ocasião, segundo Hélio Silva, o brigadeiro declarou que não lhe cabia recusar o apoio de nenhum partido, deixando implícita a aceitação da aliança com o PRP. Pouco depois, o PSB decidiu lançar chapa própria, formada por João Mangabeira e Alípio Correia Neto, de modo a preservar a identidade do seu programa. A convenção nacional do partido, realizada em 29 de julho de 1950, ratificou a escolha dos dois nomes, reconhecendo contudo sua falta de chances de vitória eleitoral. No pleito de 3 de outubro seguinte, Getúlio Vargas, lançado pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foi eleito presidente da República com 3.849.040 votos, enquanto Mangabeira recebeu apenas 9.466 votos. Nesse mesmo dia, o político baiano concorreu também a uma cadeira na Câmara dos Deputados na legenda da Aliança Democrática da Bahia — coligação entre a UDN, o PSB e os partidos Republicano (PR), Social Progressista (PSP) e Democrata Cristão (PDC) —, ficando como 12º suplente. Com a proclamação dos resultados, os adversários de Vargas tentaram impugnar sua posse alegando que, ao referir-se à “maioria”, a Constituição de 1946 exigia implicitamente “maioria absoluta” de votos. Mangabeira se opôs a essa atitude e defendeu a legitimidade da vitória de Vargas, afinal confirmada pelo TSE.

No ano seguinte, João Mangabeira foi vitimado por uma séria crise cardiocirculatória, que o obrigou a ficar hospitalizado por algum tempo. Restabelecido, pronunciou uma conferência na Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro em 1953, quando a política nacional estava polarizada pelo debate em torno do projeto de criação da Petrobras, que seria afinal aprovado em outubro. Seu pronunciamento se ateve à questão da soberania econômica do país. Declarou ele: “Amigos do povo dos Estados Unidos, sempre. Agentes das grandes empresas norte-americanas, nunca... Permitir que qualquer dessas empresas... penetre, ainda que seja com a posse de uma ação, numa companhia mista de exploração de riquezas essenciais à defesa nacional, é crime contra a pátria.”

Para as eleições presidenciais de 1955, o PSB, então presidido por Alípio Correia Neto, lançou ao lado do PDC a candidatura de Juarez Távora, depois apoiado pela UDN, que completou a chapa apresentando Milton Campos para a vice-presidência. Esses candidatos foram derrotados pela chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart, representantes da coligação PSD-PTB. Durante o governo de Kubitschek, Mangabeira foi nomeado membro do Conselho Superior das Caixas Econômicas, onde procurou manter uma atitude de independência: segundo seu filho, sempre votou contra os empréstimos solicitados pelos grandes jornais com o apoio do governo, pois achava que o objetivo das caixas econômicas era beneficiar a classe operária e as classes médias. Em 1958, Mangabeira candidatou-se ao Senado pelo Distrito Federal na legenda do PSB, mas não conseguiu se eleger.

Em 5 de novembro de 1961, o jornal carioca *Diário de Notícias* publicou entrevista de Mangabeira sobre a crise político-militar decorrente da renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto, que resultou na adoção do regime parlamentarista, através de um ato adicional, como condição para que os ministros militares permitissem a posse de seu substituto legal, João Goulart. Mangabeira afirmou que a oposição à investidura de Goulart não contara com o apoio da tropa e comparou a implantação do parlamentarismo naquelas

circunstâncias com o golpe que originara o Estado Novo em 1937, afirmando: “O Ato Adicional nem sequer poderá ser exculpado sob a alegação de que evitou a guerra civil.”

A experiência parlamentarista decorreu em clima de grande instabilidade política. Com a renúncia do primeiro-ministro Tancredo Neves em 26 de junho de 1962, Francisco Brochado da Rocha o substituiu e reorganizou todo o ministério, nomeando João Mangabeira para suceder a Gabriel Passos na pasta de Minas e Energia. Empossado no dia 25 de julho, o novo ministro permaneceu apenas dois meses no cargo, em virtude de nova reorganização do gabinete.

Nesse período, Goulart travou uma obstinada luta para reimplantar o presidencialismo, insistindo na antecipação do plebiscito destinado a escolher entre os dois regimes, previsto inicialmente para 1965. Em setembro de 1962, o Congresso marcou para 6 de janeiro de 1963 a data da consulta popular e autorizou o presidente a formar um novo gabinete, que teve Hermes Lima como primeiro-ministro e João Mangabeira na pasta da Justiça. Em outubro, Goulart solicitou ao Congresso permissão para decretar o estado de sítio em todo o país durante 30 dias devido à sucessão de greves deflagradas em São Paulo. Mangabeira manifestou-se contrário à aplicação da medida, afirmando que greves existiam em todos os países e não exigiam quebra da normalidade política. Ainda em outubro, denunciou publicamente e intromissão “em escala inédita em todo o mundo” de grupos econômicos nacionais e estrangeiros na campanha eleitoral em curso, através de instituições criadas especialmente para esse fim. Para o ministro, a lisura do pleito estava comprometida, tornando-se necessário coibir legalmente a ação nociva do poder econômico.

Realizado o plebiscito de janeiro de 1963, o presidencialismo foi aprovado por larga margem, e Goulart imediatamente deu início à formação do novo ministério. Juscelino Kubitschek foi convidado para a pasta das Relações Exteriores, mas não aceitou, indicando contudo Abelardo Jurema para o Ministério da Justiça. Goulart preferiu manter João Mangabeira, inclusive porque tencionava substituir seu filho, Francisco, na presidência da Petrobras. Mangabeira permaneceu por pouco tempo à frente do ministério: em maio de 1963 apresentou seu pedido de demissão em virtude da aprovação do empréstimo compulsório pela Câmara.

Afastado desde então da política, João Mangabeira veio a falecer no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1964, menos de um mês depois do movimento político-militar que derrubou o presidente João Goulart.

Em 1975, por iniciativa do Instituto dos Advogados do Brasil, seus restos mortais foram trasladados para a Faculdade de Direito de Salvador e depositados junto à urna de outro jurista baiano, Teixeira de Freitas.

Além de diversos pareceres e discursos e dos trabalhos citados, Mangabeira deixou publicadas as obras *Em torno da Constituição* (1934) e *Rui Barbosa, discursos e conferências* (1958). A seu respeito, Francisco Mangabeira escreveu *João Mangabeira: república e socialismo no Brasil* (1979) e Francisco de Assis Barbosa organizou a coletânea *Idéias políticas de João Mangabeira* (1980).

O arquivo de João Mangabeira encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (2); ARQ. NAC. *Relação*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CARONE, E. *República nova*; CASTELO BRANCO, C. *Introdução*; *Cidade do Ceará*; COELHO, J. *Dicionário*; CONG. BRAS. ESCRITORES. I; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, M. *Cronologia*; *Cronologia da Assembléia*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia 1943*; *Diário do Congresso Nacional*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Escalada*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; *Ilustração Brasileira* (1922); *Jornal do Brasil* (22/6/1975); *Jornal do Comércio*, Rio (25/1/1963, 27, 28/4/1964); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, H. *Travessia*; LIMA, J. *Figuras*; MACEDO, N. *Aspectos*; MAGALHÃES, B. *Artur*; MANGABEIRA, F. *João*; MIN. GUERRA. *Subsídios*; MOREIRA, J. *Dicionário*; NABUCO, C. *Vida*; NÉRI, S. 16; *Ofensiva*; PANG, E. *Coronelismo*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; PERALVA, O. *Retrato*; PORTO, E. *Insurreição*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1954; SOUSA, A. *Baianos*; SOUSA, J. *Índice*; TAVARES, J. *Radicalização*; VÍTOR, M. *Cinco*.

MANGABEIRA, OTÁVIO

*dep. fed. BA 1912-1926; min. Rel. Ext. 1926-1930; dep. fed. BA 1935-1937; const. 1946; gov. BA 1947-1951; dep. fed. BA 1955-1959; sen. BA 1959-1960.

Otávio Mangabeira nasceu em Salvador no dia 27 de agosto de 1886, filho do farmacêutico Francisco Cavalcanti Mangabeira e de Augusta Cavalcanti Mangabeira. O nome Mangabeira, árvore típica do sertão nordestino, foi adotado por seu avô — substituindo o nome Faria — na época da independência do Brasil. Seu irmão João Mangabeira foi eleito pela primeira vez deputado federal pela Bahia em 1909 e renovou o mandato em diversas legislaturas, participou da fundação do Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947, foi candidato à presidência da República em 1950, e ainda ministro das Minas e Energia em 1962, e da Justiça, de 1962 a 1963, durante o governo de João Goulart. Após concluir o curso de humanidades no Colégio São Salvador, atual Ginásio São Salvador, Otávio Mangabeira ingressou em 1900 no curso de engenharia da Escola Politécnica da Bahia. Em 1903 lançou um manifesto político-literário contra a reforma da Constituição baiana, que estabeleceu a exigência de que os candidatos ao governo estadual tivessem residência fixa no estado. No ano seguinte, ainda acadêmico, iniciou-se no jornalismo, assinando inicialmente uma seção em versos no *Diário de Notícias* da Bahia e trabalhando logo depois como redator nos jornais baianos *Gazeta do Povo* e *O Democrata*. Em 1905 formou-se em engenharia civil e bacharelou-se em ciências físicas e matemáticas, tendo sido o orador de sua turma.

Em 1906 passou a integrar o corpo docente da Escola Politécnica da Bahia, lecionando trigonometria esférica, astronomia, geodésia, química, navegação interior e portos de mar e faróis. Ainda em 1906 foi nomeado engenheiro da Comissão Fiscal do Porto da Bahia e engenheiro fiscal da companhia canadense Light and Power, concessionária de serviços públicos no estado.

NA POLÍTICA BAIANA

Em 1907 foi eleito vereador ao Conselho Municipal de Salvador na legenda do Partido Republicano da Bahia (PRB). Assumindo o mandato em janeiro de 1908, logo em seguida foi eleito segundo-secretário da casa e em 1909 deixou os cargos que ocupava

como engenheiro.

Também em 1909, ao se iniciarem as articulações em torno das eleições presidenciais marcadas para março de 1910, o Partido Republicano Paulista (PRP) desencadeou a Campanha Civilista, logo encampada pelo PRB, em favor da candidatura de Rui Barbosa. O movimento visava denunciar o caráter militar da candidatura de Hermes da Fonseca e apresentar uma alternativa civil à sucessão presidencial. Divergindo de seu irmão João Mangabeira, que se manteve ao lado do PRB, Otávio vinculou-se ao chefe político baiano José Joaquim Seabra, que em fins de julho de 1909 organizou a chamada Comissão Republicana em apoio à chapa Hermes da Fonseca-Venceslau Brás. A campanha eleitoral na Bahia se desenrolou em clima de grande violência, principalmente no interior, onde os jagunços ligados aos chefes do PRB e a polícia estadual opuseram resistência à proposta da Comissão Republicana.

Logo após a realização do pleito, que deu a vitória a Hermes da Fonseca, Otávio Mangabeira aderiu ao Partido Republicano Democrata (PRD), então criado por Seabra com os militantes da antiga Comissão Republicana. Aproveitando também o apoio de Hermes, Luís Viana, outro proeminente chefe político, passou a dirigir na Bahia o Partido Republicano Conservador, que se aliou ao PRD na oposição ao PRB, representante das oligarquias agrárias e até então hegemônico.

Em dezembro de 1911, enquanto João Mangabeira, entre outros, foi eleito deputado na legenda do PRB, Otávio elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do PRD, compondo, ao lado de Antônio Muniz Sodré de Aragão e Mário Hermes, filho do presidente da República, o grupo dos 14 novos deputados e um senador estadual eleitos por esse partido. Em janeiro de 1912, após uma campanha tumultuada por inúmeros atos de violência, a Assembleia baiana elegeu Seabra, candidato único, governador da Bahia. Com o PRD no governo, o PRB iria se enfraquecer gradativamente.

Otávio Mangabeira assumiu o mandato em maio de 1912 e logo em seguida tornou-se membro e mais tarde vice-presidente da Comissão de Finanças da Câmara. Ainda na legenda do PRD, foi reeleito para as legislaturas subsequentes, iniciadas em 1915 e em 1918. Em julho de 1919, no entanto, em virtude de divergências com os Muniz, principais líderes do PRD, e com Seabra, que se mostrara solidário a eles, desligou-se do partido e ingressou na oposição, que tinha como lideranças mais expressivas seu irmão João

Mangabeira, Pedro Lago, Miguel e Antônio Calmon e Rui Barbosa.

Para concorrer ao governo estadual nas eleições previstas para o final de 1919, o PRD lançou mais uma vez a candidatura de Seabra, enquanto do PRC, após a recusa de Rui Barbosa, apresentou como candidato o juiz federal Paulo Martins Fontes. Novamente a violência predominou durante a campanha eleitoral. Otávio e João Mangabeira participaram de diversos comícios no interior, fundamentalmente na região do Recôncavo Baiano, onde Rui Barbosa concentrou sua atuação em favor de Martins Fontes. Dizia-se na época que os Mangabeiras e Pedro Lago estavam financiando e armando os “coronéis” do vale do rio São Francisco, contrários ao PRD, e tentando subornar o destacamento da Força Pública local.

Com a realização do pleito em 29 de dezembro de 1919, ambos os lados reivindicaram a vitória, agravando as tensões e os conflitos armados em curso. Em meio a uma situação de virtual guerra civil, a apuração dos resultados pela Assembleia estadual, dominada pelo PRD, foi extremamente lenta, estendendo-se por todo o mês de fevereiro. No final do mês foi decretada a intervenção federal na Bahia e, na primeira semana de março, enquanto o Legislativo estadual se reunia para proclamar Seabra governador, os “coronéis” aceitavam afinal as condições propostas pelo governo central de Epitácio Pessoa.

Reeleito em dezembro de 1920 na legenda do PRB, Otávio Mangabeira manteve-se na oposição ao governo de Epitácio Pessoa. No entanto, apesar das divergências, apoiou mais tarde no Congresso a decretação do estado de sítio no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, solicitada pelo presidente devido à eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1922. Esse movimento — que irrompeu no Rio e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, como o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca — foi debelado em um dia, mas deu início ao ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920.

Em janeiro de 1923, Otávio filiou-se à Concentração Republicana da Bahia (CRB), partido político recém-criado por Pedro Lago, Vital Soares e Ernesto Simões Filho, entre outros. Logo no mês seguinte, Seabra, enfraquecido politicamente, tentou fazer um acordo com os líderes da CRB em torno da candidatura de Francisco Marques de Góis Calmon à sua sucessão no governo do estado. Nessa ocasião, Otávio Mangabeira viajou a São Paulo para

discutir com o presidente desse estado, Washington Luís, a sucessão baiana. Seabra, no entanto, não obtendo êxito nos entendimentos com os líderes da CRB, que mantinham estreitos vínculos com Artur Bernardes, hostil ao PRD, lançou a candidatura de Arlindo Leoni. A CRB, por sua vez, garantiu a indicação de Góis Calmon.

Realizadas as eleições para a Câmara dos Deputados no final de 1923, o PRD e a CRB passaram a reivindicar a vitória de seus respectivos candidatos. Por outro lado, recebendo o decisivo apoio de Bernardes, Góis Calmon foi eleito governador. Com o objetivo de evitar qualquer reação dos adeptos de Seabra, Bernardes decretou o estado de sítio na Bahia em março de 1924, garantindo assim a posse do governador eleito. A intervenção do presidente da República se fez sentir também na composição final da bancada baiana na Câmara, que contou com 11 deputados da CRB — ou seja, a metade do total —, escolhidos para integrar as comissões mais importantes. Incluindo-se entre os deputados eleitos nessa legenda, Otávio Mangabeira participou da legislatura iniciada em 1924 e, embora mantivesse divergências políticas com o novo governador, tornou-se líder da bancada baiana na Câmara.

MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Logo após a posse de Washington Luís na presidência da República em novembro de 1926, Otávio Mangabeira foi nomeado ministro das Relações Exteriores e afastou-se do mandato parlamentar. Permanecendo, entretanto, ligado à política de seu estado, participou da criação, em janeiro de 1927, do novo Partido Republicano da Bahia, que veio a promover uma reorganização de forças na política estadual. Logo na primeira convenção, os Calmon tentaram absorver os antigos adeptos de Seabra para obter a maioria no partido, mas encontraram forte oposição dos Mangabeira. Para superar o impasse interno, foi solicitada a intervenção de Washington Luís, que resultou na assinatura de um documento estabelecendo a distribuição dos cargos para cada facção: a ala Mangabeira receberia três dos nove lugares da comissão executiva do novo PRB, 1/3 dos 42 deputados estaduais e oito das 22 cadeiras de deputado federal. Por outro lado, Miguel Calmon seria eleito senador federal pelo PRB ainda em 1927, e o novo governador seria Vital Soares, seu correligionário. Os antigos seabristas foram colocados de lado, sendo pouco depois absorvidos pelas duas facções.

Como ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira promoveu gestões destinadas a complementar a demarcação das fronteiras brasileiras com os países vizinhos. De sua atuação nos vários litígios relacionados às convenções de limites ganhou destaque o acordo firmado com o Paraguai em 21 de maio de 1927, regulamentado no Tratado do Rio de Janeiro. Ainda em 1927, representou o Brasil na Conferência Parlamentar Internacional de Comércio, realizada no Rio de Janeiro. Em janeiro do ano seguinte, visando à participação do Brasil na Conferência Pan-Americana de Havana, em Cuba, orientou a delegação brasileira, chefiada por Raul Fernandes, no sentido de defender a maior aproximação diplomática e comercial entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. O fato de o Brasil integrar na época o conselho executivo da Liga das Nações foi decisivo para o êxito obtido na defesa dos interesses econômicos e comerciais do país.

Também em 1928, dois anos antes do término do governo de Washington Luís, iniciaram-se os debates sobre sua sucessão na presidência da República. Júlio Prestes, presidente de São Paulo, surgiu como candidato oficial, contrariando os interesses do Partido Republicano Mineiro (PRM), que, no decorrer do ano seguinte, aproximou-se dos principais líderes gaúchos e lançou a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, presidente do Rio Grande do Sul. Os entendimentos entre as forças dominantes desses dois estados possibilitaram a formação da Aliança Liberal — coligação oposicionista que contou ainda com o apoio do governo da Paraíba, das oposições de outros estados e de integrantes do movimento tenentista.

Como membro do governo, Otávio Mangabeira acatou a candidatura oficial de Júlio Prestes, divergindo de seu irmão, que aderiu à Aliança Liberal. Assumiu assim a posição da grande maioria de seus correligionários na Bahia, que optou pelo apoio à chapa situacionista, da qual o próprio governador baiano, Vital Soares, participava como candidato a vice-presidente.

A vitória de Júlio Prestes nas eleições de março de 1930 provocou enérgica reação dos setores de oposição, os quais, denunciando a ocorrência de fraude e de violência durante todo o processo eleitoral, aceleraram a preparação de um movimento revolucionário. Ao mesmo tempo, as principais facções do PRB se reuniram em Salvador para debater a sucessão de Vital Soares, já que o compromisso assumido em 1927 por Miguel Calmon e Otávio Mangabeira dissera respeito às eleições daquele ano, tornando-se necessário novo

acordo para 1930. Esse acordo foi obtido afinal em meados de junho, com plena aprovação do presidente da República e de Júlio Prestes: Frederico Costa assumiria interinamente o governo estadual até a eleição de Pedro Lago, cabendo a João Mangabeira a cadeira de senador federal.

Durante sua gestão como ministro das Relações Exteriores, Otávio Mangabeira promoveu e divulgou a literatura brasileira no exterior e organizou e instalou os arquivos, a biblioteca e a mapoteca do palácio Itamarati, no Rio, então sede do ministério. Em setembro de 1930 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras para a cadeira número 23, mas não chegou a ser empossado em virtude da eclosão, em 3 de outubro, da revolução que conduziria Vargas ao poder.

No dia seguinte à deposição do presidente Washington Luís, ocorrida em 24 de outubro de 1930, Otávio Mangabeira foi destituído do cargo de ministro das Relações Exteriores. Identificado como uma das principais lideranças no combate à revolução, no dia 7 de novembro foi preso e levado para um quartel de cavalaria do Exército, no Rio, por ordem do então chefe de polícia João Batista Luzardo. Em 25 de novembro foi posto em liberdade sob a condição de sair do país e, pouco depois, seguiu para o exílio na Europa, onde residiu em vários países. Regressando ao Brasil em 10 de agosto de 1934, após ser beneficiado pela anistia aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, no início de setembro foi empossado na Academia Brasileira de Letras.

NA OPOSIÇÃO A VARGAS

De volta à vida política no pleito de outubro de 1934, Otávio Mangabeira foi eleito deputado federal pela Bahia com o apoio da coligação entre a Liga de Ação Social e Política (LASP) da Bahia e o PRD. Assumindo o mandato em maio de 1935, tornou-se um dos líderes do bloco parlamentar de oposição a Vargas, cujo governo, a partir de então, iria adotar medidas crescentemente repressivas e fortalecedoras do Executivo.

Enquanto membro da minoria parlamentar, Mangabeira reagiu energicamente à prisão, no início de 1936, de quatro deputados e um senador, acusados de convivência com o Levante Comunista de novembro de 1935. Opôs-se, nesse sentido, ao projeto encaminhado pelo governo ao Congresso em 3 de maio, restringindo as imunidades parlamentares. Contrapondo-se a essas medidas, a minoria apresentou a Vargas dois documentos, cujas

principais reivindicações eram a trégua política até 15 de janeiro de 1937, o respeito às imunidades parlamentares, o direito da oposição de fiscalizar as eleições municipais, a suspensão, e não demissão, dos funcionários públicos indiciados como extremistas e a liberdade de propaganda eleitoral. Com a recusa de Vargas em atender a essas propostas, as divergências entre oposição e governo se acirraram ainda mais.

Em 1937, quando se iniciava a campanha eleitoral visando à sucessão presidencial prevista para 1938, Otávio Mangabeira, juntamente com uma facção do PRD, aderiu à candidatura de Armando de Sales Oliveira, lançada oficialmente em maio pelo Partido Constitucionalista de São Paulo. Em seguida, participou da organização da União Democrática Brasileira (UDB), partido de âmbito nacional criado em 10 de junho de 1937 congregando todas as facções e partidos estaduais que apoiavam a candidatura Armando Sales. Em discurso proferido na ocasião afirmou que “quando os nossos adversários, da esquerda e da direita, se arregimentam em todo o país, nós, os da democracia, vamos, através de um grande partido nacional, coordenar todas as forças políticas estaduais”. Eleito membro da comissão executiva da UDB, anunciou, no primeiro comício do partido, realizado no campo do América Futebol Clube, no Rio, suas principais bandeiras de luta, por ele denominadas “evangelho da UDB”: democracia com preservação do voto secreto, pluralidade partidária e sistema de representação proporcional, defesa das liberdades públicas e educação popular para o exercício do voto.

Em 1º de outubro votou contra a proposição governamental de restabelecimento do estado de guerra, decretado pela primeira vez em março de 1936 e prorrogado sucessivamente até julho de 1937. A proposta de Vargas foi apresentada sob a alegação da necessidade de combater o crescente perigo comunista no país, dramatizado pela “descoberta” do Plano Cohen, documento na verdade forjado, contendo um plano dos comunistas para derrubar o governo e tomar o poder. O estado de guerra foi aprovado por 138 votos contra 52, abrindo assim o caminho para um golpe em preparação no interior do próprio governo.

Quando, em meados de outubro, o governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, foi obrigado a renunciar por pressão de Vargas, a UDB, receando a ofensiva continuísta do presidente, decidiu lançar um manifesto — de autoria de Otávio Mangabeira — denunciando a ação do governo como estratégia golpista. Os parlamentares que subscreveram o manifesto decidiram ainda se ausentar dos trabalhos da Câmara e do

Senado até a data marcada para a leitura do documento, ou seja, 9 de novembro.

Em fins de outubro, já corriam notícias a respeito da chamada Missão Negrão de Lima, viagem realizada nesse período por Francisco Negrão de Lima a diversos estados da Federação com a incumbência de arregimentar o apoio dos governadores ao golpe projetado por Vargas. No dia 9 de novembro, o deputado João Carlos Machado leu na Câmara a carta aberta de Armando Sales aos militares em protesto contra o golpe iminente. Logo em seguida, Otávio Mangabeira tomou a palavra, deixando consignada a denúncia dos membros do Legislativo. No dia seguinte, 10 de novembro, com o apoio das forças armadas e de seus ministros, à exceção de Odilon Braga, da Agricultura, Vargas desfechou o golpe do Estado Novo, que suprimiu os órgãos legislativos do país e garantiu sua permanência no poder. Nesse mesmo dia Otávio Mangabeira foi preso em sua residência, permanecendo detido por algumas horas.

No período que se seguiu, Mangabeira aproximou-se da Ação Integralista Brasileira (AIB), que, com o apoio de oposicionistas liberais, passou a organizar um movimento de resistência ao governo visando à deposição de Vargas. Tornando-se um dos principais articuladores da conspiração, teve suas atividades descobertas pela polícia e, em março de 1938, ao lado do coronel Euclides Figueiredo, entre outros, foi preso na Casa de Correção do Rio de Janeiro e pouco depois transferido para o Hospital da Polícia Militar. Em consequência da prisão, não participou do Levante Integralista, deflagrado em 11 de maio de 1938 e prontamente sufocado pelas forças leais a Vargas.

Acusado de conspiração, Otávio Mangabeira foi julgado pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN) e condenado a dois anos de prisão. Entretanto, após passar quatro meses preso, obteve um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal (STF) e conseguiu autorização para deixar o país. Em 10 de agosto de 1938 foi aposentado por motivos políticos do cargo de professor catedrático da Escola Politécnica da Bahia, do qual já se encontrava afastado efetivamente havia muitos anos.

Em 29 de outubro seguinte partiu afinal para o exílio na Europa. Durante a viagem escreveu o primeiro dos inúmeros manifestos que enviou ao povo brasileiro, de análise da situação nacional, de contestação ao regime ditatorial e de exame da posição do Brasil no contexto mundial. Transferiu-se posteriormente para Nova Iorque, passando a trabalhar como tradutor na edição brasileira da revista norte-americana *Reader's Digest*.

Ao ser decretada a anistia em 2 de abril de 1945, cerca de quinhentos advogados brasileiros impetraram junto ao STF um pedido de *habeas-corpus* em seu favor e ainda de Armando de Sales Oliveira e Paulo Nogueira Filho, também exilados. No dia 11 daquele mês o recurso foi concedido e poucos dias depois os três políticos retornaram ao Brasil.

NOVAMENTE NA POLÍTICA

Por essa época, com o desgaste do Estado Novo, o país iniciava um processo de redemocratização, e os diferentes grupos se organizavam em novos partidos políticos de âmbito nacional visando às próximas eleições. Otávio Mangabeira ligou-se então ao grupo que no dia 7 de abril havia fundado a União Democrática Nacional (UDN), expressão da oposição liberal ao Estado Novo. Engajou-se na campanha do candidato udenista à sucessão presidencial, Eduardo Gomes, e compareceu inclusive ao comício realizado em junho no Estádio Municipal do Pacaembu, em São Paulo. No mês seguinte manifestou-se contrário à chamada Lei Malaia, denominação dada à lei antitruste elaborada pelo ministro da Justiça Agamenon Magalhães. Em agosto, durante a primeira convenção da UDN para a aprovação de seus estatutos e a constituição de seu primeiro diretório, foi eleito presidente do partido.

O progressivo enfraquecimento do Estado Novo, diante da crescente resistência oposicionista desencadeada pelos diversos segmentos da sociedade, culminou na deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945, por um golpe militar liderado pelo ministro da Guerra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro. A chefia do governo foi entregue ao presidente do STF, José Linhares, o qual, ainda em novembro, baixou um decreto determinando a readmissão de Otávio Mangabeira como professor catedrático da Escola Politécnica da Bahia e concedendo uma indenização referente aos anos em que permanecera afastado. Mangabeira se aposentaria apenas no ano seguinte, com o benefício do tempo de serviço.

Nas eleições de dezembro de 1945, Eduardo Gomes foi derrotado por Eurico Gaspar Dutra, candidato lançado pelo Partido Social Democrático (PSD) com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). No mesmo pleito, Otávio Mangabeira elegeu-se deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte na legenda da UDN. Assumiu o mandato ao se iniciarem os trabalhos constituintes, em 5 de fevereiro de 1946, sendo eleito na ocasião vice-presidente da mesa diretora.

Durante o processo de discussão do regimento interno da Assembleia, propôs que a mesa fosse organizada inicialmente de acordo com as normas da Constituinte de 1934, para que se pudesse elaborar em seguida uma regulamentação definitiva. Sua proposta, contudo, foi derrotada pela de Nereu Ramos, que sugeriu que se nomeasse uma comissão de três membros encarregada de elaborar o estatuto final. Ainda no mês de fevereiro, a UDN, em repúdio aberto à Carta de 1937, encaminhou a proposta de que se redigisse com urgência um “projeto de normas gerais” pelas quais o país se regeria até a promulgação da nova Constituição. Essa proposta tampouco foi aprovada.

Em março de 1946, Otávio Mangabeira proferiu um discurso analisando a “situação calamitosa” em que se encontrava o país por força da atuação de Vargas, e terminando com o pedido de “um inquérito nacional que fosse, ao mesmo tempo, o balanço dessa administração”. Em junho propôs uma moção — assinada por mais de cem constituintes — exaltando as forças armadas pela deposição de Vargas e repudiando, como medidas antidemocráticas, a implantação do Estado Novo e a consequente dissolução do Legislativo. Em sessão realizada em agosto, foi escolhido orador oficial durante as homenagens que seriam prestadas ao general norte-americano Dwight Eisenhower em sua visita ao Brasil. A atitude que teve, em meio à saudação, de ajoelhar-se e beijar a mão do famoso general, alcançou grande repercussão no país.

Por sua iniciativa, representando a UDN em negociação com os líderes da maioria na Assembleia, o estado de guerra foi eliminado do projeto de constituição e substituído pela tese do estado de sítio em caráter preventivo. Foi ainda de sua autoria a emenda vitoriosa de redução de seis para cinco anos do mandato presidencial. Com a promulgação da nova Carta em 18 de setembro de 1946, passou a exercer mandato legislativo ordinário e teve seu nome indicado pela UDN — por sugestão de José Eduardo do Prado Kelly — para concorrer à presidência da Câmara. Foi porém derrotado pelo deputado pessedista Honório Monteiro.

Ainda em 1946, combateu a primeira investida em favor da cassação do mandato do senador Luís Carlos Prestes, bem como a hipótese, já comentada na ocasião, de cancelamento do registro do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB). Embora contrário à ideologia comunista, considerava essas medidas não apenas inconstitucionais, como também um erro político dos pontos de vista interno e

externo. Segundo afirmou, “as nações democráticas, na Europa como na América, estão fartas de saber que não é necessário suprimir o Partido Comunista para que se possa exercer sobre as atividades comunistas, sempre que preciso, a vigilância legal, sem ofensa aos princípios democráticos”. Na mesma ocasião, pronunciou a frase que ficaria célebre: “A nova democracia que procuramos estabelecer não é ainda uma árvore que dê abrigo e sombra; é uma planta tenra, que exige todo o cuidado para medrar e crescer.”

Com a inclusão dos udenistas Raul Fernandes e Clemente Mariani no ministério de Dutra em dezembro de 1946, foi dado o primeiro passo para um acordo entre a UDN e o governo. Sempre na presidência da UDN, Otávio Mangabeira foi o maior entusiasta dessa aproximação, que provocou contudo os protestos de uma facção liderada por Virgílio de Melo Franco.

GOVERNADOR DA BAHIA

Em janeiro de 1947, Otávio Mangabeira foi eleito governador da Bahia com o apoio da coligação formada pela UDN, o PSD e o Partido de Representação Popular (PRP). Nesse mesmo mês transmitiu a presidência da UDN a José Américo de Almeida. Em abril tomou posse no governo baiano, substituindo o interventor federal general Cândido Caldas. A partir de então passou a estimular com rigor redobrado uma política de “união nacional”, com a intenção, segundo Hermes Lima, de garantir sua própria candidatura à presidência da República nas eleições de 1950.

Em novembro de 1947, ao lado do governador mineiro Milton Campos, também udenista, Mangabeira começou a discutir com Dutra os termos de um acordo interpartidário de apoio a seu governo. Entre as exigências apresentadas pelos udenistas incluíam-se o respeito à Constituição, que viria a ser violada com a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas (o registro do PCB fora cancelado em maio), a manutenção da ordem nos estados e o direito de a UDN fazer críticas ao governo. Em janeiro de 1948, foi finalmente assinado o Acordo Interpartidário entre o PSD, a UDN e o Partido Republicano (PR), que constituíram assim um bloco parlamentar de sustentação ao governo Dutra.

Em fins de 1949, quando se intensificaram os debates em torno da sucessão presidencial, Otávio Mangabeira chegou a ser cogitado por alguns líderes da UDN como possível candidato. Entretanto, o escolhido foi mais uma vez o brigadeiro Eduardo Gomes, afinal

derrotado por Vargas nas eleições de outubro de 1950.

Entre suas realizações à frente do governo da Bahia, Otávio Mangabeira promoveu a renovação da empresa Navegação Baiana e a construção do Fórum Rui Barbosa, do estádio Fonte Nova e da avenida Otávio Mangabeira, todos em Salvador. Incentivou também o desenvolvimento da instrução e da assistência médica gratuita e impulsionou o setor agrário. Durante sua gestão, ocorreu ainda o empastelamento — por forças do Exército — do jornal comunista *O Momento*, em virtude de uma manchete de primeira página pedindo a renúncia de Dutra.

Otávio Mangabeira governou a Bahia até o final do mandato, em 31 de janeiro de 1951, sendo substituído no cargo por Régis Pacheco.

DE VOLTA AO CONGRESSO

Deixando o Executivo baiano, Mangabeira fez oposição ao governo de Vargas, participando ativamente da campanha que terminou em agosto de 1954 com a virtual deposição e o suicídio do presidente. Nesse período, entrou também em dissidência com a direção udenista, ligando-se à “ala autonomista” desse partido e, em seguida, ao Partido Libertador (PL). Concorrendo ao pleito de outubro de 1954 na legenda da Coligação Baiana — frente eleitoral que congregou o PSD, o PRP e o Partido Libertador (PL) —, foi mais uma vez eleito deputado federal pela Bahia e assumiu o mandato em fevereiro de 1955. Pouco depois aderiu à campanha em favor dos candidatos udenistas à presidência e vice-presidência da República, Juarez Távora e Mílton Campos, derrotados nas eleições presidenciais de outubro seguinte por Juscelino Kubitschek e João Goulart, lançados pela aliança formada entre o PSD e o PTB.

A oposição da UDN e de setores militares à posse dos candidatos eleitos, baseada na inexistência de maioria absoluta nas eleições, levou à eclosão, em 11 de novembro, de um movimento militar liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, visando, segundo suas palavras, barrar uma conspiração em preparo no governo e garantir a posse de Kubitschek. Nesse mesmo dia Otávio Mangabeira lançou um apelo à pacificação nacional, em defesa da democracia, afirmando que, do contrário, “o que aí vem, inelutavelmente, é o governo militar”. O movimento liderado por Lott provocou o impedimento do presidente Carlos Luz, em exercício, e colocou na chefia da nação Nereu

Ramos, presidente do Senado e seu sucessor legal. Quando o presidente João Café Filho, licenciado por motivo de saúde, revelou disposição de retornar à chefia do governo, alguns parlamentares, entre os quais Otávio Mangabeira, o apoiaram. No entanto, Café Filho também teve seu impedimento aprovado pelo Congresso — com o voto contrário de Mangabeira —, e Nereu permaneceu no governo até a posse de Kubitschek e Goulart, realizada com o respaldo das forças armadas em 31 de janeiro de 1956.

Em outubro de 1958 Otávio Mangabeira foi eleito senador pela Bahia na legenda da coligação entre a UDN e o PL. Deixando a Câmara em janeiro de 1959, assumiu no mês seguinte o mandato no Senado.

Em 1960 engajou-se na campanha em favor da chapa Jânio Quadros-Milton Campos à sucessão presidencial e em julho licenciou-se do Senado para tratamento de saúde. Assistiu à vitória de seus candidatos no pleito de outubro, mas veio a falecer logo em seguida, em 29 de novembro de 1960, no Rio, deixando de realizar o desejo de concorrer à prefeitura de Salvador em 1962, como despedida da vida política.

Casado com Ester Pinto Mangabeira, teve dois filhos. Seu sobrinho, Francisco Mangabeira, participou da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e foi presidente da Petrobras de 1962 a 1963.

Além de inúmeros discursos, pareceres, relatórios e conferências, publicou as seguintes obras: *Halley e o cometa de seu nome* (1910), *Voto de saudade* (1924), *Christus imperat* (1930), *Pelos foros do idioma* (1930), *Tradições navais do Brasil* (1930), *As últimas horas da legalidade* (1930), *Um pregador da paixão* (1933), *Palavras... ao vento* (1938), *Pela honra, pelos direitos, pela soberania do Brasil* (1939) e *Machado de Assis (os seus contos e romances em ponto pequeno)* (1954).

A respeito de sua vida e atuação política foram publicadas as obras *Otávio Mangabeira: alma e voz da República* (1971), de Yves de Oliveira, e *Vultos que ficaram: os irmãos Mangabeira* (1977), de Sá Meneses. Em 1978 a Câmara dos Deputados editou *Otávio Mangabeira, discursos parlamentares*.

Sílvia Pantoja

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AUTUORI, L. *Quarenta*; BENEVIDES, M. *UDN*;

Boletim Min. Trab. (5/1936); BRINCHES, V. *Dic.*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal*; CARNEIRO, G. *História*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GOV. EST. BA; CORTÉS, C. *Homens*; COSTA, M. *Cronologia*; COUTINHO, A. *Brasil*; D'ARAÚJO, M. *Cronologia*; DUARTE, P. *Prisão*; DULLES, J. *Getúlio*; *Efemérides paulistas*; *Encic. Mirador*; ENTREV. BARRETO, A.; ENTREV. PEREIRA, J.; FRANCO, A. *Escalada*; GARDEL, L. *Armoiries*; *Grande encic. Delta*; GUIMARÃES, A. *Dicionário*; HIPÓLITO, L. *Campanha*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; HORTA, C. *Famílias*; *Ilustração brasileira* (1922-10); *Jornal do Brasil* (13/6/1979); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; LEVINE, R. *Vargas*; LIMA, H. *Travessia*; MANGABEIRA, O. *Otávio*; MELO, A. *Cartilha*; MENESES, R. *Dicionário*; MENESES, S. *Vultos*; MIN. REL. EXT. *Anuário*; MOURÃO, M. *Dutra*; NABUCO, C. *Vida*; NEVES, F. *Academia*; OLIVEIRA, Y. *Otávio*; PANG, E. *Coronelismo*; SENADO. *Relação*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1938; SILVA, H. 1945; SOUSA, A. *Baianos*.

MANHA, A

Semanário carioca de sátira política e de costumes, fundado por Aparício Torelly, também conhecido como Barão de Itararé, em 13 de maio de 1926.

Após deixar a redação do jornal *A Manhã*, no qual escrevia a coluna de primeira página “A Manhã tem mais...”, Aparício Torelly fundou seu próprio jornal. O primeiro número de *A Manhã* anunciava em seu subtítulo: “Órgão de ataques... de riso”, e já tinha como proposta “morder o calcanhar” das autoridades.

A maior parte dos textos publicados era de autoria de Torelly, que em uma primeira fase do jornal assinava, como diretor-presidente, sob o pseudônimo de Apporely. Entre muitos outros pseudônimos, figuravam em suas colunas alguns escritores conhecidos como Manuel Bandeira, Henrique Pongetti e Mendes Fradique. O jornal era composto de seções bem humoradas de economia, política, denúncias, cotidiano, noticiário policial, esportes e literatura, além de um suplemento de correspondentes estrangeiros, escrito na maneira em que os imigrantes portugueses, italianos e alemães falavam o português.

O projeto gráfico de *A Manhã* acompanhou sempre o tom irreverente de seus textos, utilizando-se de charges, fotografias retocadas e fotomontagens. Como ilustradores, contou com a colaboração de Martiniano, Pedro de Lara, Mollas, Mendes, Hilde e Nássara. Andrés Guevara, diagramador e chargista paraguaio, foi o mais importante colaborador do jornal, atuando desde os primeiros tempos, e mantendo-se no jornal até a década de 1950. Influenciou muitos cartunistas brasileiros e introduziu no país modernos conceitos de diagramação e paginação (tendo sido, também, diagramador da *Última Hora*, na década de 1950). Guevara manteve a colaboração com Torelly, mesmo residindo na Argentina por longos períodos.

Em 1929, durante a campanha da Aliança Liberal, *A Manhã* circulou por quatro meses como suplemento semanal do *Diário da Noite* de Assis Chateaubriand, em apoio ao movimento. Na primeira semana, o jornal dobrou sua tiragem, vendendo 15 mil exemplares, até atingir 125 mil exemplares vendidos na data de publicação do programa da Aliança Liberal.

Após a Revolução de 1930, Torelly passou a adotar o pseudônimo de barão de Itararé, alusão irônica à batalha de Itararé, embate que seria decisivo para os rumos da revolução e que não chegou a ocorrer.

Por causa dos constantes ataques ao governo instalado pela Revolução de 1930, Aparício Torelly foi preso em setembro de 1932. No ano seguinte, o jornal engrossava a campanha antifascista, ironizando o lema dos integralistas, “Deus, Pátria e Família”, que era lido como “Adeus, Pátria e Família”. Em 1934, ainda nos primeiros momentos do regime nazista na Alemanha, Aporelly já se referia em seu jornal à “carnificina dos campos de concentração, onde se encontram presos os adversários do regime (...) e milhares de judeus que curtem o crime de não terem nascidos arianos puros”. Em dezembro de 1935, Torelly seria preso novamente, por suas atividades como fundador e militante ativo da Aliança Nacional Libertadora (ANL), no contexto da onda de repressão que se abateu sobre os aliancistas após a insurreição armada da ANL, realizada sob a liderança do Partido Comunista do Brasil (PCB). Algumas das reuniões da ANL, na época de sua fundação, foram, inclusive, realizadas na redação de *A Manhã*. Desses encontros tomaram parte Roberto Sisson, Francisco Mangabeira, Carlos Lacerda, Manuel Venâncio Campos da Paz e Benjamim Soares Cabello, entre outros.

A Manhã deixou de circular até que em dezembro de 1936 Torelly, já solto, reabriu o jornal. Mas, só conseguiu funcionar por um ano, sob censura. Nesse período, o jornal concentrou suas críticas no fascismo de Hitler, Mussolini, Franco e Salazar, evitando um confronto direto com a extrema-direita brasileira. Com o Estado Novo, *A Manhã* foi mais uma vez fechada e seu proprietário voltou a colaborar com o *Diário de Notícias*.

O jornal voltou a circular em 1945, com o mesmo sucesso anterior. Quando desse relançamento, *A Manhã* vivenciou o clima de instabilidade em que se equilibrava o governo de Getúlio Vargas e que prenunciava a articulação de um golpe para retirá-lo da presidência, noticiando em manchete a frase que, invertida, se tornaria uma das mais célebres de Torelly: “Além dos aviões de carreira há qualquer coisa no ar.”

Nessa nova fase, o jornal contou com a colaboração de José Lins do Rego, Sérgio Milliet, Rubem Braga, Raimundo Magalhães Júnior e Álvaro Lins, entre outros. Arnon de Melo assumiu as tarefas comerciais de *A Manhã* e incentivou o maior aproveitamento da imagem do barão de Itararé como garoto-propaganda na publicidade veiculada pelo jornal. A sociedade com Arnon de Melo foi desfeita pouco depois, quando este passou a apoiar a candidatura de Eduardo Gomes, pela União Democrática Nacional (UDN), nas eleições presidenciais.

Em 1948, *A Manhã* deixaria novamente de ser publicada, em meio às dificuldades financeiras vividas por Torelly. Eleito em 1947 para um mandato de

vereador do Distrito Federal, na legenda do PCB, Torelly foi cassado no ano seguinte, juntamente com os demais parlamentares do partido.

Em São Paulo, em 1949, como resultado da sociedade de Torelly com Guevara, surgiu o primeiro *Almanaque d'A Manhã* ou *Almanhaque*, uma coletânea de textos do jornal. Em 1950, o jornal voltou a circular, também em São Paulo, sendo publicado até 1952, quando deixaria definitivamente de ser editado. Em 1955, Torelly lançou os dois últimos *Almanhaques*.

Em 1960, *A Manhã* reapareceu pela última vez como encarte de uma página na *Última Hora*.

Mais recentemente, a partir de 1989, os *Almanhaques* foram objeto de reedições fac-similares promovidas pela Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo e pela Editora Studioma.

Muza Velasquez

FONTES: FIGUEIREDO, C. *Duas*; KONDER, L. *Barão*; *Manhã* (13/5/26, 14/10/27, 16/2/28); SODRÉ, N. *História*; TORELLY, A. *Almanhaque*.

MARAGATOS, PICA-PAUS E CHIMANGOS

Os termos “maragato” e “pica-pau” surgiram no Rio Grande do Sul em 1893, durante a Revolução Federalista, para definir as duas grandes correntes políticas gaúchas então em conflito. Os “maragatos” representavam os federalistas, liderados por Gaspar Silveira Martins, e eram identificados pelo uso de lenços vermelhos. Os “pica-paus” representavam os republicanos, liderados por Júlio de Castilhos, e sua identificação se dava pelo uso de lenços brancos. O termo “chimango” ou “ximango”, que já havia designado no Império uma facção do Partido Liberal, recebeu novo sentido a partir da publicação, em 1915, do poema épico-satírico de autoria de Ramiro Barcelos intitulado *Antônio Chimango*. A partir de então, foram chamados de “chimangos” os republicanos, agora liderados por Antônio Augusto Borges de Medeiros.

Os revolucionários federalistas de 1893, ao invadirem o Rio Grande do Sul, vindo do Uruguai, receberam dois estigmas: o de restauradores e o de “maragatos”. Restauradores, porque ligados a Gaspar Silveira Martins, líder liberal do Império. “Maragatos”, em referência a mercenários castelhanos. O fato é que havia uruguaio nas fileiras do grupo do chefe revolucionário Gumerindo Saraiva, descendentes de imigrantes espanhóis oriundos da Maragataria, área da província de Leon, entre Astorga, El Teleno, Cambarros e Santiago Millas. Esses espanhóis possuíam uma origem remota e controvertida: viriam dos berberes, povos que habitaram o norte da Espanha durante a dominação moura. Seriam um povo errante, tendo o cavalo como transporte e a guerra como diversão. Criava-se, assim, a associação com os lanceiros de Gumerindo: brasileiros exilados, uruguaio e “maragatos” do departamento de San José, no Uruguai.

A palavra entrou para a lexicografia rio-grandense em 1898 através do dicionário de Romaguera Correa, cujo verbete acentuava as características dos habitantes da Maragataria: ciganos que viviam do roubo (principalmente de gado), nômades e avessos ao trabalho. Essa perspectiva foi contraditada por Manuelito de Ornelas, na defesa do povo maragato. O importante é que os federalistas assumiram a alcunha e, revertendo o sentido, passaram a

autointitular-se “maragatos”. Dessa forma, “maragatos” tornaram-se sinônimo de federalistas, ou seja, membros do Partido Federalista liderados por Gaspar Silveira Martins e opositores ferrenhos de Júlio de Castilhos, o presidente do estado chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). *O Maragato* era também o jornal de Rafael Cabeda e Rodolfo Costa editado na cidade de Rivera, o lado uruguaio de Livramento. Fundado em 1896, o jornal era partidário e denunciante, e foi perseguido pelo regimento do Cati, de João Francisco Pereira de Sousa.

Em contrapartida, o apelido de “pica-pau”, dado pelos “maragatos” aos adversários republicanos, não foi absorvido pelos castilhistas. Segundo Manuelito de Ornelas, a alcunha surgiu em função da divisa branca que os republicanos usavam nos chapéus, que lembrava o topete da ave.

Encerrada a Revolução Federalista em 1895, a divisão política no Rio Grande do Sul perdurou ao longo das primeiras décadas do século XX, voltando a manifestar-se com intensidade principalmente na Revolução de 1923 e em 1928, quando, em oposição ao PRR, foi fundado o Partido Libertador. Desde a morte de Júlio de Castilhos em 1903, o comando do PRR havia passado às mãos de Antônio Augusto Borges de Medeiros presidente do estado de 1898 a 1908 e de 1913 a 1928. Por divergências com Borges de Medeiros a respeito do candidato do PRR ao Senado em 1915, Ramiro Barcelos rompeu com ele e com o partido e escreveu *Antônio Chimango – Poemeto campestre*, dirigido a Borges e sua máquina política. O personagem-título era o senhor todo-poderoso da “estância de São Pedro” (o Rio Grande do Sul), que elegia e depunha deputados e senadores. Como consequência, o termo “chimango”, nome de uma ave de rapina do Rio Grande do Sul, passou a ser empregado genericamente para designar Borges de Medeiros e seus liderados.

Na Revolução de 1923, contra a eleição de Borges de Medeiros no ano anterior para o quinto mandato consecutivo como presidente do Rio Grande do Sul, os “chimangos” enfrentaram a união das oposições, representadas pelos federalistas e pelos dissidentes do PRR liderados por Assis Brasil. Em 1928, os federalistas parlamentaristas e os

presidencialistas de Assis Brasil se uniram sob a sigla do Partido Libertador, que herdou a alcunha “maragata”.

Izabel Noll

FONTES: ALMEIDA, A. *Vultos*; ESCOBAR, W. *Apontamentos*; MORAES, C. *Figuras*; ORNELAS, M. *Gaúchos*; REVERBEL, C. *Maragato*.

MARANHÃO, Alberto

* gov. RN 1900-1904; dep. fed. 1904-1908; gov. RN 1908-1914; dep. fed. RN 1915-1929.

Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão nasceu em Macaíba a 2 de outubro de 1872, filho de Amaro Bezerra de Albuquerque Maranhão e de Feliciano Maria da Silva Pedrosa. Seu avô, o comerciante e senhor de engenho Fabrício Gomes Pedrosa, foi o fundador da cidade de Macaíba e era uma das maiores fortunas do Rio Grande do Norte. Vários de seus irmãos exerceram cargos de destaque na Primeira República: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi o principal líder político do Rio Grande do Norte, presidente do Partido Republicano, governador do estado de novembro a dezembro de 1899 e de setembro a novembro de 1900, deputado federal de 1891 a 1892, novamente governador de fevereiro de 1892 a março de 1896, novamente deputado federal em 1896 e senador de 1896 a 1907; Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, além de inventor e pioneiro da navegação aérea, foi deputado federal de 1893 a 1902; e Fabrício Gomes de Albuquerque Maranhão foi presidente da intendência de Canguaretama (RN) de 1893 a 1913 e deputado estadual de 1894 a 1912.

Formou-se bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1892 e nesse mesmo ano foi nomeado promotor público de Macaíba (RN). De 1892 a 1896 foi secretário de Governo de Pedro Velho. Em 1895 casou-se com a sobrinha Inês Barreto de Albuquerque Maranhão, filha de Juvino César Pais Barreto, pioneiro da industrialização no Rio Grande do Norte, e de sua irmã Inês Augusta de Albuquerque Maranhão Pais Barreto.

Em 1898 foi beneficiado pela reforma da Constituição Estadual de 1892, feita pelo então governador Joaquim Ferreira Chaves, que lhe permitiria ser seu sucessor no governo com apenas 26 anos. De fato, foi eleito governador do Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal e tomou posse em 25 de março em 1900. Em sua administração terminou a construção do Teatro Carlos Gomes, hoje Alberto Maranhão, e iniciou, a partir da morte de seu irmão Augusto Severo em 1902, a monumentalização de sua família no espaço e no território do Rio Grande do Norte, agregando suas representações ao imaginário da sociedade civil. Assim, tornou feriado estadual o dia da morte do irmão e mudou o nome do município de Vila do Triunfo para Augusto Severo. Continuou também com a prática de assegurar os contratos do governo para os familiares

e correligionários. Segundo ele próprio afirmou, na prática o estado continuava sendo governado por seu irmão Pedro Velho, como relata Luís da Câmara Cascudo.

Após encerrar o governo em 25 de março de 1904, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal, substituindo Augusto Tavares de Lira – genro de seu irmão Pedro Velho –, que, por sua vez, o substituiu no governo do estado. Foi reeleito deputado federal em 1906. Na Câmara, fez parte da Comissão de Diplomacia.

Em 1908 foi de novo eleito governador do Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal. Em 1909 contratou um empréstimo externo em Paris de modo a poder operar as grandes transformações na capital que havia planejado – note-se que esse empréstimo só terminou de ser pago em 1954. Introduziu a luz elétrica em Natal, instalou o serviço de bondes elétricos, saneou, pavimentou e embelezou ruas, constituiu o serviço de remoção e incineração de lixo, refez a canalização de água. Construiu o Hospital Juvino Barreto, hoje Onofre Lopes, a Casa de Detenção, a Escola Normal, e reconstruiu o Teatro Carlos Gomes. Na verdade, remodelou a capital do estado, construindo bairros completamente novos e planejados, aos quais deu o nome de Tirol e Petrópolis (em homenagem a Pedro Velho). Numerosas outras instalações foram também construídas no interior. Todas essas obras e serviços foram mais uma vez contratados com familiares e correligionários, beneficiados ainda com a monopolização de importantes setores da economia, segundo Itamar de Souza.

Como em 1913 o fenômeno da “política das salvaçãoes” se estendeu ao Rio Grande do Norte com o lançamento da candidatura a governador de Leônidas Hermes da Fonseca, filho do presidente da República, apoiado pelo Partido Republicano Constitucional, Alberto Maranhão não conseguiu fazer novamente de Tavares de Lira seu sucessor. Foi então obrigado a apoiar Ferreira Chaves, que, uma vez eleito e empossado em 1914, passou a desmontar todo o aparato que havia possibilitado aos “pedrovelhistas” dominar a cena política do estado. O novo governador extinguiu vários cargos públicos e suspendeu os contratos que beneficiavam os “pedrovelhistas”, entre os quais o monopólio do sal e da carne verde. Em 1916 reformou a lei eleitoral do estado, tornando inelegíveis para o cargo de governador os parentes consanguíneos e afins, até o terceiro grau, do governador em exercício ou do governador anterior; e inelegíveis para

deputado os magistrados, governadores, funcionários federais remunerados e o chefe de polícia.

Assim, Alberto Maranhão teve que se contentar com a Câmara dos Deputados. Foi eleito deputado federal em 1915 pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano Federal, e reeleito continuamente até 1929. Contudo, essa continuidade foi mantida a duras penas, já que pelo menos quatro grandes crises ameaçaram seu decrescente poder político e a posição dos “pedrovelhistas” no partido.

A primeira crise aconteceu em 1918, quando Ferreira Chaves rompeu definitivamente com os “pedrovelhistas”, impedindo Tavares de Lira de voltar ao governo do estado. Ferreira Chaves denunciou então publicamente os abusos das administrações de Tavares de Lira e de Alberto Maranhão. A segunda crise ocorreu em 1923, quando da ascensão da facção do Seridó no partido. Nesse momento Ferreira Chaves foi destituído do comando partidário, e José Augusto Bezerra de Medeiros selou um acordo, chancelado pelo presidente da República Artur Bernardes, pelo qual os candidatos e seus mandatos seriam preservados desde que “não criassem embaraços à política e aos interesses do estado”, de acordo com José Antônio Spinelli.

A terceira crise foi a de 1927, quando a facção do Seridó ameaçou novamente Alberto Maranhão e João de Lira Tavares, irmão de Augusto Tavares de Lira, de não serem incluídos na chapa do partido. Essa questão teve de ser resolvida diretamente pela intervenção do presidente da República Washington Luís, que assegurou o acordo que garantiu a candidatura dos dois “pedrovelhistas”. Na quarta crise, em 1930, Alberto Maranhão cedeu finalmente sua posição no partido, sendo-lhe garantida como recompensa a nomeação de delegado comercial do Rio Grande do Norte no Rio de Janeiro, cargo que exerceu de janeiro até outubro de 1930.

Além da política, Alberto Maranhão dedicou-se ao jornalismo. Até 1900 foi um dos redatores do jornal *A República*. Durante o período em que esteve na Câmara, em 1919, foi um dos redatores do jornal *A Opinião*. Após a Revolução de 1930, retirou-se para sua propriedade em Parati (RJ), abandonando a política. Seu filho Juvino César Pais Barreto Neto, usando o nome de Juvino Barreto Maranhão, foi prefeito de Parati, enquanto ele próprio foi nesse período inspetor do Instituto de Açúcar e do Alcool.

Faleceu em Angra dos Reis (RJ) a 1º de fevereiro de 1944.

De seu casamento com Inês Barreto de Albuquerque Maranhão, além do já citado Juvino Barreto Maranhão, teve mais sete filhos.

Publicou *Na Câmara e na imprensa* (1918) e *Quatro discursos históricos* (1918).

Renato Amado Peixoto

FONTES: CASCUDO, L. *Governo*; MAIA, A. *Parlamentares*; NONATO, R. *Bacharéis*; *Ordem* (2/2/1944); SOUZA, I. *República*; SPINELLI, J. *Da Oligarquia*.

MARANHÃO, Albuquerque

*sen. PR 1927-1928.

Luís de Albuquerque Maranhão nasceu em São Paulo o dia 15 de maio de 1878, filho Luís Francisco de Paula Albuquerque Maranhão e de Maria Inácia Mendes de Albuquerque.

Estudou no Seminário Episcopal e no Colégio Avaí, na capital paulista. Em 1893 ingressou na Faculdade de Direito, diplomando-se três anos depois. Advogou em São Paulo até 1899, quando se transferiu para o Paraná e deu início a uma longa carreira como magistrado. De 1899 a 1904 foi juiz municipal na comarca de Campo Largo, entre 1904 e 1909 foi juiz de direito nas comarcas de Rio Negro, Palmas, Guarapuava e Antonina, de 1909 a 1911 esteve em União da Vitória e Lapa, e passou então a juiz de órfãos em Curitiba. Em 1919 tornou-se promotor público e em janeiro de 1923 foi nomeado desembargador do Supremo Tribunal da Justiça (STJ).

Em 1924 foi convidado por Caetano Munhoz da Rocha, à época presidente do Paraná, para assumir a chefia de Polícia do estado. Em 1927 foi eleito senador. Tomou posse em maio do mesmo ano, mas em fevereiro de 1928 renunciou para assumir o posto de vice-presidente do Paraná ao lado do presidente Afonso Camargo. Ambos foram depostos em 1930.

Faleceu em Curitiba no dia 6 de janeiro de 1948.

Era casado com Alaíde da Rocha Küster Maranhão, com quem teve dois filhos.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PR. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 20/6/2010; NICOLAS, M. *Paraná* (p. 28-29); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 20/6/2010; TRIB. JUST. PR. Disponível em: <<http://tj.pr.gov.br/>>. Acesso em: 20/6/2010.

MARANHÃO, Apolinário Florentino de Albuquerque

*dep. fed. PE 1906-1908.

Apolinário Florentino de Albuquerque Maranhão nasceu em Águas Belas (PE) no dia 19 de julho de 1840.

Participou da Guerra do Paraguai (1864-1870) como voluntário. Depois do conflito continuou ligado ao Exército e em 1872 foi nomeado tabelião público na cidade de Recife.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito deputado estadual em Pernambuco. Em sua vida política fez oposição à corrente liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Em 1906 foi eleito deputado federal por Pernambuco e ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio desse ano até dezembro de 1908.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MARANHÃO, Júlio Carneiro de Albuquerque

*dep. fed. PE 1915-1917.

Júlio Carneiro de Albuquerque Maranhão nasceu em Pernambuco.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e, além de exercer a advocacia, foi dono de uma usina de açúcar. Na política pernambucana, atuou intensamente contra a facção liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Por essa militância, esteve ao lado do grupo político que organizou a campanha que culminou com a chegada de Dantas Barreto ao governo do estado em 1911.

Em 1915 foi eleito deputado federal. Permaneceu na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio desse ano até dezembro de 1917, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MARANHÃO, Luís de Gonzaga Albuquerque

*dep. fed. PE 1918-1920.

Luís de Gonzaga Albuquerque Maranhão foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco em 1918. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu o mandato até dezembro de 1920.

No campo jornalístico, foi redator do periódico pernambucano *A República*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3).

MARANHÃO, PAULO

*jornalista; dep. fed. PA 1924-1930 e 1951-1955.

João Paulo de Albuquerque Maranhão nasceu em Belém no dia 11 de abril de 1872, filho de Manuel de Albuquerque Maranhão e de Luísa Francisca de Albuquerque Maranhão. Seu irmão, Raimundo Rodrigues Barbosa, general do Exército, foi interventor federal na Bahia em 1931 e ministro do Superior — então Supremo — Tribunal Militar (STM) de 1938 a 1943.

Após completar os estudos primários, cursou o Colégio Marquês de Santa Cruz e o Liceu Paraense, ambos na capital do estado. Órfão desde cedo, ainda estudante começou a trabalhar como aprendiz de torneiro e serralheiro e como distribuidor da revista *Arena*, impressa nas oficinas do *Diário de Belém*, no qual passou também a colaborar gratuitamente. Devido a dificuldades financeiras, tornou-se embarcadinho em vapores das linhas fluviais amazonenses até 1889, quando passou a suplente de repórter do *Diário do Grão-Pará*. Transferiu-se a seguir desse jornal para *A República*, órgão do Partido Conservador, onde exerceu as funções de revisor, repórter, secretário e, finalmente, diretor. Por essa época, fez concurso para a regência de turmas primárias, obtendo aprovação e sendo nomeado professor em fevereiro de 1892. Lecionou provisoriamente na escola elementar de Maú, município de Marapanim (PA), depois em Capi (PA) e, um ano mais tarde, já como professor efetivo, passou a dar aulas em Quitéria, município de Viseu (PA). Em 1896 começou trabalhar como revisor no jornal *Folha do Norte*, fundado no mesmo ano por Eneias Martins, que fora seu padrinho de casamento. Nesse órgão da imprensa, no qual permaneceria durante toda a vida, chegou mais tarde a redator-chefe. Nessa função, participou intensamente da oposição ao governo de Augusto Montenegro (1901-1909), político do Partido Republicano do Pará apoiado por Antônio Lemos, importante chefe político no estado e proprietário do jornal *A Província*. Devido a desentendimentos com Augusto Montenegro, Eneias Martins transferiu-se para o estado do Amazonas, por onde se elegeu deputado federal, e passou a propriedade de seu jornal a Cipriano Santos. Paulo Maranhão foi mantido como redator-chefe da *Folha do Norte*, mas, devido à forte pressão de Antônio Lemos sobre os opositores do governo, foi obrigado a refugiar-se com sua família nos altos do prédio do jornal. Ali permaneceu durante 12 anos a salvo de possíveis

atentados cometidos por homens de Antônio Lemos.

Em 1912 o governador João Coelho (1909-1913), sucessor de Augusto Montenegro, rompeu com Antônio Lemos, que, perseguido, fugiu do Pará. Nesse mesmo ano, Paulo Maranhão deixou seu refúgio e obteve a nomeação para professor de literatura da Escola Normal. No ano seguinte assumiu o governo do estado Eneias Martins (1913-1917), que tentou conciliar os diversos partidos. Cipriano Santos, proprietário da *Folha do Norte*, rompeu com o governador e foi apoiado por Paulo Maranhão, que redigiu e publicou naquele jornal uma carta intitulada “A você, Eneias”, recriminando sua estratégia política e reafirmando a solidariedade a Cipriano Santos.

A agitação política culminou com a deposição de Eneias Martins em 1917 e sua substituição por Lauro Sodré (1917-1921). Nomeado então secretário estadual de Instrução Pública, Paulo Maranhão adquiriu em 1919 a propriedade da *Folha do Norte* e introduziu importantes modificações no jornal, que o levaram à liderança, não só no Pará, como em toda a Amazônia. No governo seguinte, de Antônio Emiliano de Sousa Castro (1921-1925), foi senador estadual no Pará e diretor da Recebedoria de Rendas.

Em 1924 elegeu-se deputado federal pelo Pará, sendo reeleito em 1927 e 1930. Deixou a Câmara dos Deputados em outubro desse ano, quando, com a vitória da Revolução de 1930, os órgãos legislativos do país foram suprimidos. Nessa época a *Folha do Norte* voltou a sofrer perseguições. Em 1934, o interventor federal no Pará, Joaquim de Magalhães Barata (1930-1935), prendeu Paulo Maranhão e deportou seu filho, João Maranhão, que era gerente do jornal. Após a queda de Magalhães Barata em 1935, a situação política readquiriu certa estabilidade, mas em 1943, quando Barata retornou ao Pará como interventor, mandou prender novamente Paulo Maranhão e nomeou um interventor para a *Folha*, Pedro Timóteo. Este foi substituído por Paulo Eleutério, que permaneceu no cargo até setembro de 1943. Nesse momento, Getúlio Vargas ordenou a restituição do jornal a Paulo Maranhão, o qual, mesmo assim, continuou a sofrer perseguições.

Com a queda do Estado Novo em outubro de 1945, e, consequentemente, do governo de Magalhães Barata, Paulo Maranhão candidatou-se ao Senado pelo Pará no pleito suplementar de janeiro de 1947 na legenda do Partido Social Progressista (PSP), mas foi derrotado por José Augusto Meira Dantas, do Partido Social Democrático (PSD).

Na campanha eleitoral para o governo do estado em 1950, moveu forte oposição a Magalhães Barata através da *Folha do Norte*, conseguindo que este fosse derrotado por Alexandre Zacarias de Assunção. Nesse mesmo pleito elegeu-se deputado federal pelo Pará na legenda da Coligação Democrática Paraense, formada pela União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL), o Partido Social Trabalhista (PST) e o PSP. Assumindo o mandato em fevereiro de 1951, nas eleições de outubro de 1954 candidatou-se novamente ao Senado pelo Pará na legenda do PSP, mas foi derrotado por Magalhães Barata, do PSD. Deixou a Câmara dos Deputados em janeiro de 1955. Em outubro desse mesmo ano, Magalhães Barata foi reeleito governador do Pará, continuando a sofrer forte oposição por parte de Paulo Maranhão através da *Folha*.

Em abril de 1964, Paulo Maranhão apoiou o movimento político-militar que depôs o presidente João Goulart (1961-1964), mas opôs-se ao primeiro governador do Pará após o movimento, o coronel Jarbas Passarinho (1964-1966), que, na época, se disse admirador de Magalhães Barata.

Ao longo da vida, foi também membro fundador da Academia Paraense de Letras, diretor do semanário *Marapaniense*, do interior do estado, e diretor-proprietário da *Folha Vespertina*. Seus últimos escritos foram publicados na *Folha do Norte* sob o título “Sócios de um espírito sonolento” e na coluna diária “Vozes da rua”.

Faleceu em Belém no dia 19 de abril de 1966.

Era casado com Antônio Oeiras, com quem teve oito filhos.

FONTES: BORGES, R. *Vultos*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; ENTREV. BIOG.; *Grande encic. Delta*; ROQUE, C. *Grande*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (2 e 7).

MARCELINO, José

*dep. geral BA 1886-1889; gov. BA 1904-1908; sen. BA 1909-1917.

José Marcelino de Sousa nasceu no engenho Nossa Senhora da Conceição, em São Filipe (BA), no dia 15 de outubro de 1848, filho do coronel Joaquim Anselmo de Sousa, proprietário de terras na região, e de Delfina Rosa de Sousa.

Após os primeiros estudos em Salvador, prosseguiu na Faculdade de Direito do Recife, graduando-se em 1870. Retornou à Bahia para assumir o posto de promotor público, inicialmente na capital, e depois na cidade de Nazaré, onde passou a juiz municipal e de órfãos entre 1875 e 1878. Abandonou então a magistratura e passou a se dedicar à política, filiando-se ao Partido Conservador.

Elegeu-se deputado geral para a legislatura 1886-1889, havendo-se aliado à corrente que defendia a abolição da escravatura e a instituição do regime federalista. Proclamada a República, candidatou-se às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1890, mas não foi eleito. Candidatou-se então às eleições estaduais, conseguiu ser eleito senador para a Assembleia Constituinte estadual e participou da elaboração da Constituição do estado da Bahia. Em novembro 1891 identificou-se com José Gonçalves quando este foi deposto do governo do estado por haver apoiado o golpe de Deodoro da Fonseca, num período de grande instabilidade política. Apoiou o governador Rodrigues Lima (1892-1896) e acompanhou o conselheiro Luís Viana na cisão do Partido Federalista Republicano, em 1893. Logrou ser reeleito para o Senado estadual em 1895. Presidiu a comissão executiva do Partido Republicano da Bahia (PRB), fundado em 1901, e aproximou-se do governador Severino Vieira (1900-1904). Ao término do mandato deste, foi por ele indicado seu sucessor. A dissidência seabrista indicou o nome de Rui Barbosa para concorrer ao pleito, mas Rui não aceitou a candidatura.

Candidato único, José Marcelino foi eleito governador da Bahia para o período 1904-1908, apoiado pelo setor agrocomercial da burguesia. A Bahia vivia grave crise financeira, com atraso de oito meses no pagamento do funcionalismo. Em sua administração, modernizou as técnicas agrícolas produtivas, especialmente as da cana-de-açúcar; ampliou

o sistema de transportes fluvial, marítimo e ferroviário do estado, destacou-se como construtor de vias de transportes e grande reorganizador da Companhia de Navegação Baiana e da Viação do São Francisco. Adotou medidas rigorosas de controle de gastos e aumento da arrecadação, inclusive estabelecendo imposto de 20% sobre os vencimentos do funcionalismo público e 30% sobre os dos aposentados, e reduzindo-o a 20% para os maiores de 70 anos. Contudo, todos os aposentados que apelaram para a Justiça tiveram ganho de causa, apontando a inconstitucionalidade da medida. Decidido a estabilizar o Tesouro, cortou subvenções estatais a instituições de ensino, entre as quais a Faculdade de Direito, a Escola Politécnica, a Escola de Belas Artes e o Liceu de Artes e Ofícios. Diante da impopularidade de tais medidas, também buscou contornar a crise financeira contraindo empréstimos externos.

Em 1906, foi ferido levemente, num atentado a bordo do vapor *Maurício Wanderley*, no trajeto de Nazaré a Salvador. Supôs-se que o autor do atentado, José Circuncisão da Silva, havia sido contratado por seus inimigos políticos, mas nada ficou comprovado.

Em 1907, ao fim de seu governo, José Marcelino rompeu com Severino Vieira, no que ficou conhecido como o “grande cisma do PRB”. O rompimento deveu-se a divergências em relação à sucessão estadual. José Marcelino indicou João Ferreira de Araújo Pinho, mas a escolha não foi aceita por Severino Vieira, que lançou o nome de Inácio Tosta. A crise originou duas correntes políticas no PRB: os severinistas e os marcelinistas. O candidato de José Marcelino ganhou o apoio de Rui Barbosa, Pinheiro Machado, J. J. Seabra, e do presidente da República Afonso Pena (1906-1909). Severino Vieira, em contrapartida, tinha grande força no PRB e no Legislativo estadual. A disputa foi vencida pelo grupo marcelinista, que elegeu Araújo Pinho.

Deixando o governo, em 1909 José Marcelino candidatou-se a senador federal contra Virgílio Damásio, que disputava a reeleição. O controvertido resultado da eleição foi decidido no Senado Federal, que deu a vitória a Marcelino. No mesmo ano José Marcelino participou da Campanha Civilista, a favor da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, contra o marechal Hermes da Fonseca. Tentou impedir a ascensão política de J.

J. Seabra ao governo da Bahia, mas Seabra conquistou o governo, apoiado por ação militar federal que resultou no bombardeio de Salvador em 1912.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 26 de abril de 1917, aos 68 anos, um ano antes de concluir o mandato de senador.

Escreveu *Crise da lavoura* (1887).

Silvia Noronha Sarmiento/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p 266, 352, 441); ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 165-193); *Revista da Fundação Pedro Calmon* (ano II, v. 2, p.161-162, 1997). *José Marcelino*; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.72-84).

MARCIAL, Bulhões

* dep. fed. DF 1903-1911.

João de Bulhões Matos Marcial nasceu na vila de Iguaçu (RJ) no dia 4 de julho de 1860, filho de Antônio Marcial e de Joana de Bulhões Matos Marcial.

Em 1881, obteve o título de farmacêutico. Continuou os estudos e formou-se em 1885 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Durante o período de estudante participou da campanha republicana através do Clube Republicano de São Cristóvão e, junto com José do Patrocínio, João Pernambuco e outros, fundou uma escola noturna e gratuita para adultos, menores e trabalhadores, na qual lecionou por cinco anos. Durante a juventude também colaborou no jornal *Fonógrafo*. Em 1887 foi nomeado médico e diretor do consultório anexo ao Hospício do Socorro, mantido pela Santa Casa de Misericórdia no bairro de São Cristóvão.

Em 1903, elegeu-se pela primeira vez deputado federal pelo Distrito Federal. Reeleito em 1906 e 1909, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados até dezembro de 1911.

Carolina Vianna Dantas

FONTE: ABRANCHES, J. *Governos*.

MARCOLINO, Estevam

*dep. fed. SP 1912-1914.

Estevam Marcolino de Figueiredo nasceu na fazenda Santa Bárbara, no município de Franca (SP), em 11 de dezembro de 1854, filho do capitão José Eduardo de Figueiredo. A região onde nasceu foi desmembrada de Franca, dando origem em 1888 ao município de Patrocínio do Sapucaí, que em 1949 teve o nome alterado para Patrocínio Paulista.

Fez os estudos iniciais em Franca e em 1863 ingressou no Seminário Episcopal de São Paulo, onde estudou humanidades. Com a morte do pai, abandonou os estudos e passou a administrar as propriedades da família na povoação de Patrocínio do Sapucaí. Integrou a Guarda Nacional da comarca, alcançando o posto de coronel comandante superior da 9ª Brigada. Casou-se em 1875 e ficou viúvo 12 anos depois, sem deixar filhos.

Membro do Partido Monarquista de Franca, entre 1884 e 1888 colaborou no jornal *A Justiça*, e mais tarde nos jornais *Tribuna da Franca*, *Cidade da Franca* e *O Francano*. Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime e foi nomeado membro do Conselho de Intendência de Patrocínio do Sapucaí. Em 1890 participou da fundação do Partido Católico de São Paulo, agremiação que reunia monarquistas, muitos deles grandes lideranças políticas que ingressariam no Partido Republicano Paulista (PRP).

Eleito para a Câmara Municipal de Patrocínio do Sapucaí e escolhido seu presidente, respondeu pela administração da cidade no triênio 1892-1894. Iniciando longa alternância entre a Câmara Municipal e o Congresso Legislativo estadual, nos dez anos seguintes exerceu o mandato de deputado estadual, eleito pelo PRP, e integrou as comissões de Comércio, Indústria e Obras Públicas, e de Estatística, Minas e Terras Devolutas. Em 1905 regressou à Câmara Municipal e voltou a ocupar a presidência da casa no triênio 1905-1907. Foi um momento marcante em sua atuação na política e na administração municipal. Participou da edição do novo Código de Posturas, que, buscando adequar a cidade às normas do sanitarismo do período, determinava a construção de um novo cemitério e de um matadouro, e fixava regras mais severas para o comércio e o consumo de carnes.

Paralelamente, participou de negociações junto à Companhia Mogiana com o objetivo de estabelecer um ramal ferroviário, que, partindo de Franca, alcançasse Minas Gerais, passando por Patrocínio do Sapucaí. O conjunto de melhorias urbanas produziu um impulso modernizador na cidade. Em 1907 voltou mais uma vez para o Congresso paulista, para um último mandato estadual. Integrante do grupo dissidente do PRP, nas eleições presidenciais de 1910, em lugar de apoiar a chapa formada por Rui Barbosa e pelo ex-presidente de São Paulo Albuquerque Lins, que alinou-se aos conservadores, e apoiou a candidatura do marechal Hermes da Fonseca, que acabou por derrotar os civilistas.

Em 1911 iniciou seu último triênio como vereador na Câmara de Patrocínio do Sapucaí e mais uma vez ocupou a presidência da casa, fato que evidencia sua liderança política na cidade. Mas não terminou o mandato, pois renunciou em 1º de maio de 1912, após ter sido eleito deputado federal para a legislatura 1912-1914. Outra vez no grupo dos deputados conservadores, o então chamado “partido hermista”, enfrentou o pedido de anulação de sua eleição, mas esta foi confirmada, e assim tomou posse na Câmara dos Deputados em 14 de maio. Empenhado em fortalecer os interesses dos paulistas e dos produtores de café, manteve-se próximo ao grupo liderado por Pinheiro Machado, que contava com o apoio de alguns membros do PRP, e participou da Comissão de Comércio, Indústria e Obras Públicas.

Interessado nos estudos históricos, foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, do Instituto Histórico e Geográfico Fluminense, do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, e sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi ainda membro e presidente da Liga da Boa Imprensa e integrou a Confraria de São Vicente. Faleceu em Franca no dia 14 de junho de 1916. Após sua morte, seus correligionários criaram o jornal *O Estevinópolis*, em sua homenagem.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Correio Paulistano* (15/6/1916); FREITAS, F. *Mão*.

MARCONDES FILHO

*dep. fed. SP 1927-1930; min. Trab. 1941-1945; min. Just. 1942-1945; const. 1946; sen. SP 1946-1955; min. Just. 1955.

Alexandre Marcondes Machado Filho nasceu na cidade de São Paulo em 3 de agosto de 1892, filho de Alexandre Marcondes Machado e de Maria Albertina Marcondes Machado. Depois de exercer o magistério, seu pai tornou-se industrial do ramo da seda.

Marcondes Filho cursou o secundário no Colégio São Luís, em Itu (SP), e em seguida ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1914. Ainda acadêmico, trabalhou no escritório da jurista Alfredo Pujol, companheiro e advogado de Rui Barbosa na Campanha Civilista (1910), e foi secretário de Bernardino de Campos, importante membro do Partido Republicano Paulista (PRP), então dominante no estado e muito influente na vida nacional. Graças a essas atividades, desde a juventude conviveu com o mundo político, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Depois de formado, tornou-se promotor público na capital paulista, mas exonerou-se do cargo para organizar um dos mais movimentados escritórios de advocacia da cidade, especializado em direito comercial. Foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de São Paulo, integrando-se mais tarde à sua diretoria.

POLÍTICO PAULISTA

Em 1926, seu nome foi incluído por Carlos de Campos, presidente de São Paulo, na chapa do PRP para a Câmara de Vereadores da capital. Eleito, foi escolhido líder da bancada situacionista. Impressionado com o crescimento do recém-fundado Partido Democrático (PD), que aglutinava a oposição liberal ao PRP, sugeriu a seus correligionários medidas voltadas para a dinamização das atividades partidárias, como a criação de um jornal popular diferente do *Correio Paulistano*, órgão oficial do PRP.

Eleito deputado federal por São Paulo, na legenda do PRP, para a legislatura 1927-1929, continuou a combater sistematicamente as posições do PD e tornou-se importante auxiliar de Manuel Vilaboim e de José Cardoso de Almeida, que lideravam a maioria parlamentar em apoio ao governo de Washington Luís. Coerente com sua proposta anteriormente

formulada, foi fundador e diretor do *São Paulo-Jornal*.

Concluído o mandato na Câmara dos Deputados, foi reeleito em 1º de março de 1930, no mesmo dia em que Júlio Prestes derrotou Getúlio Vargas na disputa pela presidência da República. A vitória situacionista nessas eleições foi contestada por importantes setores da oposição, que se voltaram para a preparação de um levante armado contra o governo federal. Em meio ao crescimento das tensões, Marcondes Filho pronunciou um inflamado discurso na Câmara em favor do reconhecimento do resultado oficial do pleito. Entretanto, a revolução foi deflagrada em 3 de outubro e, ao cabo de 21 dias de luta, alcançou a vitória, conduzindo à formação de um governo provisório chefiado por Vargas (3/11/1930). As atividades parlamentares foram suspensas, e o *São Paulo-Jornal* foi empastelado, a exemplo de outros jornais situacionistas. Marcondes Filho retornou então ao exercício da advocacia, aumentando o prestígio de seu escritório. Pouco depois, foi eleito para o conselho da seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil.

O período posterior à vitória da Revolução de 1930 foi marcado, em São Paulo, pelo acirramento dos conflitos entre as correntes políticas tradicionais no estado e as forças tenentistas apoiadas pelo governo provisório. Os paulistas reivindicavam a devolução da autonomia estadual e a rápida reconstitucionalização do país, enquanto os “tenentes” defendiam o aprofundamento das medidas revolucionárias. Em 19 de janeiro de 1932, Marcondes Filho foi um dos signatários do manifesto em que o PRP acusava o governo provisório (a “ditadura de Vargas”) de solapar o regime republicano e democrático. Esse documento desempenhou importante papel na aproximação entre os dois grandes partidos do estado, que formaram a Frente Única Paulista (FUP) e lideraram a deflagração da Revolução Constitucionalista em 9 de julho de 1932. Depois de quase três meses de combates, os revolucionários foram derrotados e suas principais lideranças embarcaram para o exílio.

NO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Marcondes Filho só retornou à vida pública depois da implantação do Estado Novo (10/11/1937). Convidado por Vargas, assumiu a vice-presidência do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP), presidido por Gofredo Teixeira da Silva Teles e reunido pela primeira vez em julho de 1939. O DAESP era encarregado de aprovar

empreendimentos e decretos da administração estadual paulista, constituindo-se em uma instância de controle federal sobre São Paulo. Em 1940, Marcondes Filho integrou a representação do Brasil no Congresso de Direito Internacional Privado, realizado em Montevideú.

Em junho de 1941, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Valdemar Falcão, foi indicado para o Supremo Tribunal Federal e substituído interinamente por Dulfé Pinheiro Machado. Em dezembro Vargas convidou Marcondes Filho para o cargo, ressaltando sua ligação com São Paulo, onde se encontrava grande parte da indústria instalada em território nacional. Segundo o historiador John Foster Dulles, essa escolha teve relação com a crise política que em meados do ano levava à demissão do interventor paulista, Ademar de Barros. Nos anos seguintes, a atuação de Marcondes Filho no governo federal ganhou grande expressão, levando-o a acumular a pasta do Trabalho com a da Justiça entre 1942 e 1945.

Em 29 de dezembro de 1941, Marcondes Filho assumiu a chefia do Ministério do Trabalho, criado depois da Revolução de 1930 numa demonstração da maior importância que o governo passou a conceder à indústria e ao operariado. A política oficial em relação aos trabalhadores fora marcada nos anos anteriores pela combinação de concessões efetivas a alguns de seus interesses — como a implantação do salário mínimo em 1940 — com a subordinação crescente do movimento operário ao Estado, expressa inclusive na Constituição de 1937. A Constituição considerava o empregado, o empregador e o Estado como um só conjunto e determinava que a produção seria organizada em corporações que, “colocadas sob a assistência e proteção do Estado, são órgãos deste e exercem funções de poder público”. Somente os sindicatos regularmente reconhecidos pelo Ministério do Trabalho poderiam exercer seu papel de representação, e a greve, definida como “recurso antissocial”, era proibida. Ao Ministério do Trabalho estavam vinculados os institutos de seguro social e de aposentadorias e pensões criados na década de 1930, além do Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS).

Marcondes Filho deu continuidade à política social aplicada pelo Estado Novo. Em 1942, regulamentou o decreto de 8 de julho de 1940 que criou o imposto sindical, obrigando o trabalhador a contribuir com o equivalente a um dia de trabalho anual em benefício da associação profissional de sua categoria, embora esse pagamento não implicasse

sindicalização. A arrecadação do imposto, feita através do Banco do Brasil, conferia ao Estado grande soma de recursos e maior capacidade de interferência na vida sindical. No mesmo ano, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), instituição de direito privado subordinada à Confederação Nacional da Indústria (CNI) e sustentada pela contribuição compulsória das empresas, proporcional à sua folha de pagamentos.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, em agosto de 1942, foram tomadas medidas para aumentar o controle do ministério sobre o movimento operário. No dia 31 desse mês, foi decretado que todas as categorias passariam a colaborar “permanentemente com os poderes públicos... no desenvolvimento da consciência cívica nacional... nos planos de mobilização econômica... na propaganda do serviço militar” etc. As assembleias ou reuniões de conselhos de representantes dos sindicatos passaram a depender de aprovação prévia das autoridades do Ministério do Trabalho, que deveriam também ser consultadas no caso dessas entidades pretenderem se filiar a quaisquer movimentos, mesmo de caráter cívico. Esse elenco de medidas foi acrescido do decreto de 16 de setembro de 1943, determinando que os dissídios coletivos só poderiam ser iniciados depois de audiência dos sindicatos com o ministro do Trabalho, encarregado de apreciar sua oportunidade. Além disso, o quórum exigido para a realização de assembleias passou de 1/3 para a metade dos associados dos sindicatos. Na mesma época, a pedido dos industriais, o governo permitiu o aumento da jornada diária de trabalho para dez horas.

Coube a Marcondes Filho coordenar os trabalhos desenvolvidos por Dorval de Lacerda, Arnaldo Lopes Sussekund e José Segadas Viana, visando a sistematizar e ordenar toda a matéria referente à legislação social e à organização sindical. Desses estudos resultou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), apresentada em 1º de maio de 1943 e, no essencial, **vigente até os dias atuais**. Nela, foram minuciosamente regulamentadas as relações entre empregados e empregadores, a proteção ao trabalhador e as condições do trabalho fabril (horários, férias, higiene, iluminação, segurança, trabalho noturno etc.), com especificações para diversas profissões.

A CLT regulou também as penalidades aplicáveis a operários e patrões em caso de desobediência a seus dispositivos ou de decisões dos tribunais e juntas de conciliação da Justiça do Trabalho, onde, entre os juízes, **teriam** assento representantes classistas. Foi mantido o princípio do sindicato único por categoria, cujo reconhecimento continuou

dependendo do Ministério do Trabalho, que controlava minuciosamente o processo eleitoral e a administração dos recursos da entidade, além de poder interferir em seu funcionamento. Segundo o artigo 528 da CLT, “ocorrendo dissídios ou circunstâncias que perturbem o funcionamento do sindicato, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio poderá nele intervir por intermédio de delegado com atribuições para administração da associação, e executar ou propor medidas necessárias para normalizar-lhe o funcionamento”.

A CLT não foi apenas uma compilação das leis existentes. Representou, em muitos aspectos, uma ampliação dos direitos do trabalhador, o que, junto com outras medidas tomadas pelo Estado Novo, conferiu grande popularidade a Vargas e ao próprio Marcondes Filho, que dispunha de um programa radiofônico semanal durante a *Hora do Brasil*.

NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

A partir de 1942, a evolução da conjuntura internacional começou a provocar divergências no interior do governo brasileiro, que desde 1939 assumira posição de neutralidade em relação à Segunda Guerra Mundial, chegando a manifestar em algumas ocasiões velada simpatia pelas forças do Eixo. A situação mudou com a entrada dos Estados Unidos na guerra e a crescente simpatia da opinião pública pelos Aliados. Esses fatores repercutiram fortemente no governo brasileiro, que foi submetido a pressões internas e externas para romper relações com os países do Eixo. Osvaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores e detentor de grande prestígio no governo, adotou uma posição abertamente favorável à participação do Brasil na luta contra o nazifascismo, sendo apoiado pelo ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa. Entretanto, o chefe de polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, e os generais Eurico Gaspar Dutra e Pedro Aurélio de Góis Monteiro, respectivamente ministro da Guerra e chefe do Estado-Maior do Exército, opunham-se a essa orientação. Segundo Edgar Carone, Marcondes Filho também era contrário ao rompimento com o Eixo.

Entre 15 e 28 de janeiro de 1942, foi realizada no Rio de Janeiro a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, convocada pelos Estados Unidos. Durante o encontro o Brasil se posicionou ao lado dos Aliados e no último dia anunciou o rompimento de suas relações com o Eixo. Tal decisão provocou um

aguçamento dos conflitos internos do governo e fortaleceu a atuação dos setores favoráveis ao envio de tropas para a Europa. Pouco depois, os estudantes, defensores dessa proposta, resolveram promover uma gigantesca passeata no dia 4 de julho, data da independência dos Estados Unidos, obtendo o apoio de Osvaldo Aranha e de Ernâni Amaral Peixoto, interventor federal no estado do Rio de Janeiro. Filinto Müller tentou impedir a realização do ato, o que motivou violenta reação de Vasco Leitão da Cunha, chefe de gabinete e várias vezes ministro interino da Justiça. Eclodiu então dentro do governo uma grave crise ligada à questão da participação brasileira na guerra, que levou ao afastamento dos principais expoentes civis pró-Eixo, como Filinto Müller, Francisco Campos (ministro da Justiça) e Lourival Fontes (chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda — DIP), embora não tenha havido mudanças nos altos postos militares.

Em 17 de julho de 1942, Marcondes Filho assumiu assim, interinamente, a chefia do Ministério da Justiça, que passou a acumular com a pasta do Trabalho. Para a chefia de polícia do Distrito Federal foi nomeado o tenente-coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, e para o DIP, o major Antônio José Coelho dos Reis. Marcondes Filho foi efetivado no Ministério da Justiça em 28 de abril de 1943, quando crescia a oposição ao Estado Novo.

Em agosto seguinte, a Ordem dos Advogados do Brasil organizou um congresso jurídico nacional para comemorar seu centenário, e convidou Marcondes Filho para presidi-lo. Durante o evento, grande número de participantes enviou um requerimento ao ministro solicitando a realização de três sessões plenárias para a discussão de teses sobre direitos humanos e democracia. O pedido foi negado, o que levou muitos congressistas, entre os quais Pedro Aleixo e os demais delegados mineiros, a abandonar o encontro. O incidente motivou um almoço de desagravo a Pedro Aleixo e originou o chamado *Manifesto dos mineiros*, lançado em 24 de outubro de 1943, reivindicando a implantação da democracia liberal. O documento obteve grande repercussão em todo o país.

Nessa época, a oposição passou a defender a realização do plebiscito previsto pela Constituição de 1937 para seis anos após a instalação do Estado Novo, destinado a referendar ou não o regime e a permanência de Vargas na chefia do governo. Em discurso pronunciado no dia 10 de novembro de 1943 durante a Conferência dos Conselhos Administrativos do Estado, Marcondes Filho justificou o adiamento do plebiscito em função do estado de guerra, que provocara a suspensão “dos direitos indispensáveis ao livre

exercício de qualquer processo de voto para a manifestação da opinião pública”.

Diante do enfraquecimento do regime, novas propostas políticas começaram a ser formuladas a partir do próprio governo. Marcondes Filho propôs a realização de eleições através da estrutura corporativa dos sindicatos por considerar esta “a maneira mais exequível e apropriada no Brasil para estabelecer o regime definitivo”. Embora a idéia tivesse encontrado forte oposição entre personalidades ligadas ao governo, Vargas afirmou, em discurso pronunciado no dia do sexto aniversário do Estado Novo, sua intenção de atribuir nova função política aos sindicatos. Segundo ele, depois da guerra a estrutura política da nação seria reajustada através de consultas populares: “das classes trabalhadoras organizadas tiraremos de preferência os elementos necessários à representação nacional”.

A partir de 1944, o quadro político se alterou rapidamente, com o crescimento da oposição nos meios civis e militares. Em agosto, Osvaldo Aranha e João Alberto Lins de Barros (revolucionário de 1930 e presidente da Fundação Brasil Central) pediram demissão de suas funções. Góis Monteiro, Juraci Magalhães, Eduardo Gomes, Cordeiro de Farias e outros influentes militares passaram a criticar abertamente o regime. Em janeiro de 1945, o I Congresso Brasileiro de Escritores se posicionou em defesa da redemocratização. No mês seguinte, a publicação de uma entrevista de José Américo de Almeida no *Correio da Manhã* marcou o fim da censura à imprensa. No plano internacional, a iminente derrota do Eixo contribuía para o fortalecimento das correntes democráticas.

Nesse contexto, Vargas encarregou Marcondes Filho de estudar as providências necessárias para a reabertura dos órgãos de representação política. Em 22 de fevereiro de 1945, recebeu deste uma exposição de motivos quanto à adaptação das normas constitucionais à nova situação. O documento, publicado na íntegra no dia seguinte pelo jornal situacionista carioca *O Radical*, enfatizava que a iniciativa do processo de redemocratização partia do próprio governo e defendia a realização de eleições diretas para os poderes Executivo e Legislativo tanto em nível federal quanto estadual. Desaconselhava, entretanto, a convocação de uma assembleia constituinte, reivindicação oposicionista, defendendo que a liberalização deveria ocorrer nos marcos da Constituição de 1937.

Esse documento, recebido com muitas críticas pela oposição, serviu de base para a elaboração da Lei Constitucional nº 9, também conhecida como Ato Adicional, de 28 de fevereiro de 1945, que fixou o prazo de 90 dias para a convocação das eleições. A reação

oposicionista à nova lei também foi extremamente negativa, chegando o *Diário Carioca* a publicar em manchete: “Em moldes totalitários! Decretado o Ato Adicional. Mantidos os poderes ditatoriais do presidente da República.” Depois dessa reação negativa, Marcondes Filho foi substituído no Ministério da Justiça em 3 de março de 1945 pelo interventor federal em Pernambuco, Agamenon Magalhães, amigo pessoal do general Dutra. Manteve-se, entretanto, no cargo de ministro do Trabalho.

A FORMAÇÃO DO PTB E O FIM DO ESTADO NOVO

Em março de 1945, os agrupamentos que deram origem aos novos partidos políticos já estavam em vias de organização. No dia 27 desse mês, o interventor federal em Minas Gerais, Benedito Valadares, apresentou a candidatura do general Dutra à presidência. Em 7 de abril, importantes setores oposicionistas, que apoiavam a candidatura de Eduardo Gomes, fundaram a União Democrática Nacional (UDN). Em 8 de abril, mais de cinco mil pessoas assinaram a ata de fundação do Partido Social Democrático (PSD), formado principalmente em torno dos interventores federais nos estados, com o apoio de Getúlio. Em meio às pressões, o governo decretou a anistia, em 18 de abril.

Nesse processo de reorganização partidária, Marcondes Filho, também apoiado por Vargas, passou a dedicar-se à organização do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que foi fundado em 15 de maio de 1945. A movimentação em torno do PTB coincidiu com o chamado “movimento queremista”, que reivindicava a convocação de uma constituinte com Getúlio Vargas no poder. Tal política era endossada pelo movimento sindical e também pelo Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que nesse mês retornou à legalidade.

Em 28 de maio de 1945 foi decretada a Lei Eleitoral, definindo as condições (voto secreto, universal e obrigatório) do pleito para a presidência da República, para o Conselho Federal (que, na Constituição de 1937, correspondia ao Senado) e para a Câmara dos Deputados, e fixando a data de 2 de dezembro seguinte para a sua realização. O mesmo decreto marcou para 6 de maio de 1946 as eleições para os governos e assembleias legislativas estaduais. A partir dessa lei, os partidos e agrupamentos políticos começaram a tomar providências para a obtenção do registro junto à Justiça Eleitoral.

A convenção nacional do PTB realizou-se no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1945 e

elegeu o mineiro Paulo Baeta Neves para a presidência do partido. Getúlio Vargas e Marcondes Filho foram escolhidos, respectivamente, presidente e vice-presidente de honra da agremiação. Nesse período, a participação política dos sindicatos aumentou, com a realização de uma série de comícios coordenados pelo Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT). No dia 10 de outubro Vargas discursou sobre os quatro objetivos fundamentais do PTB: “Primeiro, defender os trabalhadores das tentativas de absorção por parte de elementos extremistas; segundo, evitar que os operários constituam massa de manobra para os políticos; terceiro, permitir que os trabalhadores escolham ‘representantes saídos do seu seio’; quarto, permitir a ‘organização constitucional em bases verdadeiramente democráticas’.”

A oposição via com crescente preocupação o surgimento do PTB e o crescimento do “movimento queremista” (apoiado pelos comunistas), temendo que Vargas estivesse preparando as condições para sua permanência no poder. Assim, a antecipação das eleições para prefeitos e governadores também para 2 de dezembro foi interpretada como o início de uma manobra para o cancelamento do pleito, o que levou os liberais a apelar diretamente para a intervenção das forças armadas a fim de forçar a renúncia de Vargas.

No dia 27 de outubro, o chefe de polícia do Distrito Federal, João Alberto, proibiu a realização de um comício programado pelos sindicatos, o que levou Getúlio a substituí-lo por seu irmão Benjamim Vargas. Essa medida encontrou forte resistência entre civis e militares, levando à deflagração, no dia 29, de um golpe militar articulado pelo general Góis Monteiro, que em agosto assumira o Ministério da Guerra. Na ausência de um Poder Legislativo, o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, assumiu a presidência da República e, em consequência, Marcondes Filho deixou o Ministério do Trabalho, permanecendo algum tempo em prisão domiciliar.

Durante o Estado Novo, Marcondes Filho se empenhou também em aprimorar os instrumentos estatais de apoio à industrialização, tendo sido o criador, em 1944, do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC), que contou com a participação do empresário Roberto Simonsen.

NO SENADO

Após a queda do Estado Novo, Marcondes Filho retornou a São Paulo com a saúde gravemente abalada. Encontrava-se ainda internado em hospital quando, no dia 2 de dezembro de 1945, foi eleito senador por São Paulo à Assembleia Nacional Constituinte na legenda do PTB, junto com Getúlio Vargas. Entretanto, só teve condições de assumir efetivamente o mandato durante a legislatura ordinária que se seguiu ao fim dos trabalhos constituintes, passando então a presidir a Comissão Interparlamentar de Direito Social. Nesse período, defendeu na tribuna do Senado sua gestão à frente do Ministério do Trabalho e o próprio Estado Novo, exerceu a presidência da Comissão Técnica de Trabalho e Legislação Social, e apresentou projetos criando a disciplina de psicologia médica no ensino de nível superior e o Código Brasileiro de Radiodifusão.

Em 1951, Vargas retornou à presidência através do voto direto, tendo como companheiro de chapa João Café Filho, que, de acordo com a Constituição de 1946, tornou-se vice-presidente da República e presidente do Senado. Entre julho e dezembro, Marcondes Filho exerceu a presidência da comissão executiva da seção paulista do PTB, que conseguiu, nos pleitos municipais realizados nesse período, elevar de oito para 82 o número de seus prefeitos no estado. Ainda em 1951, apoiado por Café Filho, Marcondes Filho derrotou Fernando Melo Viana na disputa pela vice-presidência do Senado, posto que ocuparia durante três anos através de sucessivas reeleições. Viajou em 1952 para a Europa a fim de estudar uma solução para o problema de novas instalações para o Senado. No dia 1º de junho, obteve uma audiência com o papa Pio XII e tornou-se portador de uma mensagem sua ao povo brasileiro, que teve ampla divulgação no país.

Sempre fiel a Vargas, Marcondes Filho teve seu nome cogitado em 1954 para candidatar-se ao governo de São Paulo, o que não se verificou. Em março desse ano, foi nomeado vice-presidente da delegação brasileira à Conferência de Caracas, que discutiu a situação das colônias e territórios ocupados por potências extracontinentais na América. Os brasileiros defenderam a tese de que a solução do problema fosse buscada no foro da Organização das Nações Unidas (ONU), mas sua proposta foi derrotada pelo projeto argentino, que afirmava a competência da comunidade das repúblicas americanas para buscar sozinha o fim da dominação estrangeira sobre aqueles territórios. Em 12 de abril de 1954, Marcondes Filho ocupou a tribuna do Senado para fazer um minucioso relato sobre sua participação na conferência.

Com o suicídio de Vargas e a ascensão de Café Filho à presidência da República em agosto de 1954, Marcondes Filho passou a ocupar a presidência do Senado. No exercício dessas funções, conseguiu obter o consenso das correntes parlamentares na interpretação do texto constitucional a fim de que o novo presidente pudesse ser formalmente empossado perante o Congresso, e sustentou também — com êxito — a tese de que não havia necessidade de eleger novo vice-presidente. Pouco depois, Café Filho, interessado em obter o apoio do PTB para seu governo, convidou Marcondes Filho a reassumir o Ministério do Trabalho, mas este declinou do convite, afirmando que sua participação no Senado era mais conveniente aos interesses de São Paulo.

Marcondes Filho não foi incluído na lista de candidatos do PTB às eleições parlamentares de 3 de outubro de 1954. Em fevereiro do ano seguinte, substituiu o demissionário Miguel Seabra Fagundes no Ministério da Justiça. Sua nomeação, que contrabalançava a forte posição da UDN no gabinete de Café Filho, foi recebida com hostilidade pelo governador de São Paulo, Jânio Quadros, e pelos ministros militares mais próximos daquele partido, gerando o boato de que Juarez Távora (chefe da Casa Militar), Eduardo Gomes (ministro da Aeronáutica) e Edmundo Amorim do Vale (ministro da Marinha) pediriam demissão, o que não chegou a ocorrer.

DE VOLTA AO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Marcondes Filho elaborou o programa básico do governo de Café Filho, publicado em 30 de março de 1955 com o objetivo de conciliar todas as principais correntes políticas e ampliar a base de sustentação do governo. Entretanto, suas propostas fundamentais geraram grande polêmica. Pretendia reduzir os gastos públicos supérfluos, reprimir a especulação, coibir os lucros ilícitos e taxar rigorosamente os excessivos, atrair capitais estrangeiros e manter a legislação vigente sobre a exploração do petróleo. Falava também em “apressar a adoção de leis e medidas administrativas que... corrijam a inconveniência do nosso regime de exploração da terra”, defendendo o acesso do trabalhador à terra e a extensão do sistema de previdência social ao campo. Do ponto de vista político, propunha que a Constituição fosse emendada, a fim de tornar necessária a obtenção de maioria absoluta de votos para a eleição do presidente, dos governadores e dos prefeitos. Determinava ainda a adoção de uma reforma eleitoral, o cancelamento do registro dos

partidos que não elegessem candidatos para as assembleias legislativas e a proibição aos parlamentares de mudar de legenda durante o exercício do mandato.

Marcondes Filho encomendou em seguida ao ministro Edgar Costa, presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a preparação de um projeto de reforma do Código Eleitoral, tendo em vista o pleito de 3 de outubro de 1955. A proposta então elaborada — e posteriormente recusada pela Câmara dos Deputados por 97 votos contra 11 — indicava providências visando à melhor identificação dos eleitores e instituía a cédula oficial de votação (na época, cada partido imprimia suas próprias cédulas).

Em 18 de abril de 1955, Marcondes Filho pediu demissão do ministério, sendo substituído por José Eduardo Prado Kelly, membro da UDN. Sua decisão foi tomada em consequência do acordo entre Jânio Quadros e Café Filho, pelo qual o primeiro abriu mão de sua candidatura à presidência da República em troca da indicação de José Maria Whitaker e Otávio Marcondes Ferraz para os ministérios da Fazenda e de Viação e Obras Públicas, respectivamente. Essa mudança no gabinete, realizada na primeira quinzena de abril, enfraqueceu a posição de Marcondes Filho, que, ao pedir demissão, ressaltou a falta de apoio do governo de São Paulo a seu nome.

Quatro meses após sua renúncia, partiu para a Europa, cumprindo a missão, confiada pelo Ministério da Educação e Cultura, de estudar as medidas necessárias ao incremento da cooperação intelectual luso-brasileira. Durante a viagem, encontrou-se novamente com o papa Pio XII, a quem entregou uma mensagem de agradecimento de Café Filho pela atenção dedicada pelo Sumo Pontífice à idealização do Congresso Eucarístico Internacional no Rio de Janeiro em 1955.

De volta ao Brasil, retirou-se definitivamente da vida pública e retomou suas atividades profissionais em São Paulo, onde faleceu em 16 de outubro de 1974.

Era casado com Maria Mercedes Marcondes Machado.

Publicou inúmeros artigos, discursos e conferências. Seu arquivo encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. NAC. *Relação*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARONE, E. *Estado*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Correio da Noite* (10/2/1943); CORRESP. MIN. TRAB.; *Diário do Congresso Nacional*; DINIZ, E. *Empresário*; *Documentário foto-biográfico*; DULLES, J. *Getúlio*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (3/4/1945); FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; *Grande encic. Delta*; IANNI, O. *Estado e capitalismo*; IANNI, O. *Estado e planejamento*; *Jornal do Brasil* (17/10/1974); LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Páginas*; MACEDO, N. *Aspectos*; MELO, L. *Dicionário*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; MIN. GUERRA. *Anais*; MIN. MAR. *Almanaque*; *Ministros da Justiça*; *Personalidades*; RODRIGUES, L. *Conflito*; SENADO. *Relação*; SENADO. *Relação dos líderes*; SENADO. *Senado*; SILVA, G. *Constituinte*; SILVA, H. 1945; SOUSA, J. *Índice*; WEFFORT, F. *Origens*.

MARIANI JÚNIOR, Pedro

*dep. fed. BA 1909-1914.

Pedro Mariani Júnior nasceu na cidade de Barra do Rio Grande (BA) em 22 de janeiro de 1855, filho de Pedro Mariani e de Antônia Wanderley Mariani, irmã do barão de Cotegipe.

Após concluir os estudos de humanidades em Salvador, seguiu para São Paulo e ingressou na Faculdade de Direito, onde recebeu o título de bacharel em 30 de outubro de 1878. Em 1880 foi nomeado juiz municipal de Barra do Rio Grande e exerceu o cargo até 1886, quando foi nomeado juiz de direito da cidade de Faxina, em São Paulo. Em 1887 retornou à Bahia, nomeado juiz de direito de Vila Nova.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e empossado José Gonçalves no governo da Bahia em 1º de novembro de 1890, afastou-se do cargo de juiz para desempenhar as funções de chefe de polícia do estado. Em 1892, tomou posse nas funções de conselheiro do Tribunal de Apelação, organizado pela Lei nº 15 do mesmo ano. Foi presidente do tribunal de 1899 a 1900, mas, após o falecimento do pai, resolveu aposentar-se para se candidatar à Câmara dos Deputados. Não logrou êxito por haver-se colocado em oposição ao então governador Severino Vieira. Doente, regressou à cidade natal, onde se recuperou e passou a cuidar de suas fazendas nos municípios de Barra do Rio Grande e Xique-Xique.

Depois de nove anos de ostracismo, seus amigos foram buscá-lo e o elegeram deputado federal. Exerceu o mandato nas legislaturas 1909-1911 e 1912-1914. Em decorrência da cisão entre o senador gaúcho Pinheiro Machado, no qual se apoiava, e o governador da Bahia, J. J. Seabra, não se reelegeu em 1915. Pouco depois, o assassinato de Pinheiro Machado liquidou sua última esperança em termos de política nacional. Mais uma vez regressou à fazenda na Barra, mas não se afastou da vida pública, continuando a chefiar a política local. Por duas vezes foi eleito intendente municipal em Salvador.

Faleceu no dia 9 de maio de 1922, quando exercia o segundo mandato de intendente

municipal.

Casou-se com Maria Joana Mariani, mas não deixou herdeiros.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos; Diário Oficial do Estado da Bahia; Tarde, Diário da Bahia, O Imparcial e O Democrata* (10-17/5/1922). Morreu o conselheiro Pedro Mariani; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n.263, p.72, 75); SAMPAIO, C. *Partidos* (p.125-128).

MARIENSE, Aparício

*dep. fed. RS 1894-1899.

Aparício Mariense da Silva nasceu na estância do Retiro, em São Borja (RS), no dia 30 de maio de 1856, filho de Manuel Francisco da Silva e de Francisca Mariense.

Durante o Império foi vice-presidente do Clube Republicano de São Borja e logo ingressou no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), quando de sua fundação em 1882. Participou também do Congresso Republicano, em 30 de outubro de 1888, ao lado de Júlio de Castilhos, Demétrio Ribeiro, Ramiro Barcelos e Álvaro Chaves. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado coronel superior comandante da Guarda Nacional da comarca de São Borja e do 1º Corpo. Elegeu-se deputado estadual e participou da Assembleia Constituinte estadual de 1891.

Em 1894, foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul. Assumiu em maio o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e no ano seguinte fundou o jornal *13 de Janeiro*. Foi reeleito em 1897 e ocupou uma cadeira na Câmara até dezembro de 1899.

Foi chefe do Partido Republicano Democrático do Rio Grande do Sul em São Borja, que fundou juntamente com Francisco Miranda, passando a apoiar a dissidência que em 1907 lançou Fernando Abbott como candidato ao governo do estado contra os republicanos de Borges de Medeiros. Abbott disputou a eleição, mas foi derrotado por Carlos Barbosa, indicado por Borges.

Foi também intendente de São Borja por duas vezes, e durante sua atividade política defendeu as idéias positivistas.

Faleceu em São Borja em 4 de maio de 1910.

Foi casado com Maria Luísa Dornelles Mariense, com quem teve dez filhos.

Publicou *O filho de uma escrava – drama abolicionista* e *A vingança da cigana – drama*.

Raimundo Hélio Lopes/Izabel Noll

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AITA, C.; AXT, G.; ARAÚJO, V. *Parlamentares*. BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; O'DONNELL F. *Apparício*; PORTO ALEGRE, A. *Homens*; SPALDING, W. *Propaganda*.

MARINHO, ABELARDO

*rev. 1922; rev. 1924; rev. 1930; const. 1934; dep. fed. prof. 1935-1937.

Abelardo Marinho de Albuquerque Andrade nasceu em Fortaleza no dia 27 de outubro de 1892, filho do médico João Marinho de Andrade, que foi deputado federal pelo Ceará de 1897 a 1899, e de Maria Carolina de Albuquerque Andrade.

Iniciou seus estudos no Liceu do Ceará, em Fortaleza, e em 1910 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia. Daí se transferiu em 1913 para a Faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul, onde colou grau em 27 de dezembro de 1915.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Suas atividades políticas tiveram início em 1912, quando participou da campanha do tenente-coronel Marcos Franco Rabelo, candidato de oposição à presidência do Ceará. O presidente em exercício, Antônio Pinto Nogueira Acióli, apoiava o desembargador José Domingues Carneiro, mas foi deposto por representantes da oposição ainda em janeiro de 1912, após um tiroteio contra o palácio do governo. Eleito em 11 de abril, Franco Rabelo tomou posse na presidência do estado em 14 de julho. Esse fato daria origem, em dezembro de 1913, à rebelião encabeçada pelo padre Cícero Romão Batista, movimento que resultou na ocupação de Fortaleza e de parte do estado por multidões de populares que apoiavam a restauração de Acióli. Em março de 1914, porém, o padre Cícero retornou com seus adeptos a seu reduto de Juazeiro do Norte (CE), pondo fim ao levante.

Em 1918 Abelardo Marinho tornou-se inspetor sanitário do Departamento Nacional de Saúde Pública e, quando das eleições para a presidência de seu estado em 1920, apoiou a candidatura de Justiniano Serpa, do Partido Democrático, participando da campanha desenvolvida por esse partido em favor da reforma da Constituição estadual. Justiniano Serpa derrotou o candidato do Partido Conservador, Belisário Távora, e garantiu a implementação da reforma, consubstanciada na Constituição estadual promulgada em 4 de novembro de 1921. Entre outros pontos, a nova Carta vedava a reeleição para a presidência do estado e instituía eleições para as prefeituras dos municípios.

Abelardo Marinho também tomaria parte nas conspirações tenentistas desencadeadas a partir de 1922, incluindo-se aí as articulações que resultaram na Revolta de 5 de Julho de

1922 no Rio de Janeiro, envolvendo efetivos do forte de Copacabana, da Escola Militar e da Vila Militar, e a Revolta de 5 de Julho de 1924, em São Paulo, onde os rebeldes chegaram a ocupar a capital por três semanas. Logo após a Revolta de 1924, novas conspirações foram articuladas na então capital federal, e Abelardo Marinho empenhou-se no aliciamento de revoltosos e na obtenção de recursos materiais para um novo levante, marcado para o dia 2 de maio de 1925. Nessa data, um grupo de oficiais atacou o quartel do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha, e tentou sublevar a tropa, sendo porém derrotado. Ainda nesse mesmo ano Abelardo Marinho foi preso e só alcançou a liberdade em 1926. Nos três anos que se seguiram, reintegrado aos quadros do Departamento Nacional de Saúde Pública, teve relevante atuação na campanha contra a febre amarela. Teve também papel de destaque na Revolução de 1930, atuando no Rio de Janeiro, participando da tomada do forte de Copacabana em 24 de outubro, quando a alta cúpula do Exército depôs o presidente Washington Luís e instituiu uma junta governativa provisória.

NO PÓS-1930

Em junho de 1931, passou a integrar as fileiras do Clube 3 de Outubro, organização de cunho tenentista criada no mês anterior com o objetivo de defender e aprofundar o programa da Revolução de 1930. Nessa ocasião, pronunciou-se pelo “prolongamento da ditadura para realizar a ideologia dos dois 5 de julho, anular os políticos profissionais e os medalhões e destruir os antigos vícios e práticas administrativas”. Em sua opinião os cargos políticos deveriam ser delegados aos “técnicos honestos, preferindo-se, dentre estes, os revolucionários moços”. No decorrer da campanha pela reconstitucionalização imediata do país, que começou a ganhar corpo em fins de 1931, colocou-se ao lado dos elementos mais radicais do tenentismo, a favor da permanência do governo provisório encabeçado por Getúlio Vargas.

Mesmo derrotada a Revolução Constitucionalista de São Paulo em 2 de outubro de 1932, a luta pela volta ao regime constitucional não esmoreceu. Em 26 de outubro, o governo organizou uma comissão para elaborar o anteprojeto de constituição, estabelecendo o dia 3 de maio de 1933 como a data das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Abelardo Marinho tornou-se um dos líderes da campanha em favor da introdução da representação profissional na Constituinte, idéia que foi defendida pelos partidos

identificados com os princípios da Revolução de 1930 e que acabaria por ser incorporada ao Código Eleitoral.

Em outubro de 1932, juntamente com Valdemar Falcão, Herculino Cascardo e Estênio Caio de Albuquerque Lima, Abelardo Marinho elaborou a proposta governamental consubstanciada no anteprojeto da Lei de Sindicalização e Representação Política das Classes. Esse anteprojeto defendia o sindicato único, com uma organização simétrica para empregados e empregadores, a subordinação das entidades sindicais ao Ministério do Trabalho e o seu enquadramento numa ordem corporativa, através da eleição de seus delegados para os conselhos técnicos e as assembleias legislativas.

Em 1933, escolhido representante dos profissionais liberais, tornou-se deputado federal constituinte, ao lado de Ranulfo Pinheiro Lima e Levi Carneiro. Às vésperas da instalação da Constituinte, foi um dos articuladores do movimento contra a eleição de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada para a presidência da Assembleia, por ser este contrário à representação profissional, e propôs a candidatura alternativa do general Cristóvão Barcelos, simpático aos “tenentes”. Entretanto, Antônio Carlos foi eleito a 12 de novembro, enquanto o general obtinha a vice-presidência. Os deputados classistas decidiram dar seu apoio ao eleito, já que o Partido Progressista de Minas Gerais modificou sua posição contrária ao princípio da representação profissional.

Assumindo a liderança da representação classista na Constituinte, Abelardo Marinho foi um dos mais ativos defensores do programa tenentista durante os trabalhos, abordando sobretudo as questões da sindicalização e da representação profissional nos órgãos do governo. Na sessão de 24 de fevereiro de 1934, denunciou a “falência do sistema representativo no Brasil”, sustentando ser “preciso desviar da rotina secular, dos hábitos inveterados a massa votante. É preciso dispor, sob feição acentuada, nova, as unidades constitutivas do eleitorado. É preciso criar para os cidadãos condições que lhes permitam conhecer seus verdadeiros interesses; pleitear diretamente a justa satisfação dos mesmos; e ter consciência do seu próprio valor e da sua própria força”.

Defendia, assim, a representação profissional como a forma mais eficiente de promover “o saneamento da mentalidade e dos costumes eleitorais vigentes no Brasil”; propunha a adoção do “sufrágio corporativo ou profissionalista ao lado do sufrágio universal”, a representação corporativa a par da representação política. A questão da representação

profissional estaria intimamente vinculada à da sindicalização, já que aquela representação se deveria basear na prévia “organização profissional”, sendo a “organização das profissões” a base do “sufrágio profissionalista”. Por outro lado, a implementação do “sufrágio profissionalista” estimularia “a organização das classes na base profissional”. Nesse sentido, apresentou uma série de emendas, todas datadas de 13 de abril e versando não apenas sobre os problemas da representação profissional, mas também sobre a organização sindical.

A proposta da representação profissional nas assembleias legislativas e nos conselhos técnicos foi aprovada na Constituinte. Quanto à questão da organização sindical, a proposta do sindicato único subordinado ao Ministério do Trabalho, também defendida pelas correntes ligadas aos “tenentes”, e particularmente por Abelardo Marinho, não foi aprovada. O artigo 120 da nova Carta estipularia a pluralidade e a autonomia dos sindicatos. Entretanto, dois dias antes da promulgação da Constituição de 1934, o Decreto nº 26.624, de 14 de julho de 1934, reintroduziria medidas que assegurariam a supervisão das entidades sindicais pelo Ministério do Trabalho.

Nos meses de janeiro a março de 1934, Abelardo Marinho teve ainda importante participação no movimento desenvolvido em torno da proposta de inversão da ordem dos trabalhos da Assembleia. Tal proposta — que defendia a eleição do presidente da República antes da promulgação da Constituição e cujo objetivo era assegurar a permanência de Getúlio Vargas no poder —, foi apresentada pelo líder da maioria, Antônio Garcia de Medeiros Neto, tornando-se conhecida como Indicação Medeiros Neto. Após várias articulações políticas, encontrou-se uma solução conciliatória, a Fórmula Simões Lopes, que acabou sendo aceita, garantindo assim a aprovação da Carta antes da eleição presidencial.

Abelardo Marinho participou de uma reunião coordenada pelo ministro Juarez Távora, realizada em 7 de maio, durante a qual foram discutidos os pontos do primeiro capítulo do projeto constitucional apresentado pela Comissão Constitucional, e foram propostas algumas modificações. Tomou parte ainda nos debates que decidiram pela não transformação da Assembleia Constituinte em Câmara Legislativa Ordinária. Encerrados os trabalhos da Assembleia, a nova Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934 e

Getúlio Vargas foi eleito presidente da República no dia seguinte.

NO ESTADO NOVO

Abelardo Marinho foi reeleito representante dos profissionais liberais para a legislatura ordinária iniciada em 3 de maio de 1935. Em 26 de maio de 1937, participou da convenção nacional para o lançamento da candidatura oficiosa de José Américo de Almeida às eleições para a presidência da República previstas para janeiro de 1938. Às vésperas da decretação do Estado Novo, promoveu uma reunião na casa de seu amigo Eudoro Oliveira, à qual levou José Américo. Dessa reunião participou também Otávio Mangabeira, um dos líderes da candidatura oposicionista de Armando de Sales Oliveira. Mangabeira foi o portador de um manifesto que, aprovado pelos presentes e lido no dia seguinte na Câmara dos Deputados e no Senado, confirmava a oposição de seus signatários ao golpe de Estado iminente.

Após o fechamento do Congresso Nacional, em virtude da instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, Abelardo Marinho voltou a exercer a medicina, tornando-se em 1940 membro do Conselho Nacional do Trabalho. Já no período constitucional, foi nomeado em 1954 diretor do Departamento Nacional de Saúde — cargo no qual permaneceria até 1956 — e presidente do Conselho Nacional de Serviço Social — função que exerceu de 1957 a 1960 e de janeiro a julho de 1964.

Membro do Sindicato Médico Brasileiro, do Sindicato dos Técnicos de Higiene e Saúde Pública e da Sociedade Brasileira de Higiene, deixou várias obras no campo da saúde pública, entre as quais se destaca *A sorodiagnose do câncer, pela reação de Abderhalden*, que lhe valeu a medalha de ouro concedida pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de junho de 1968.

Vilma Keller

FONTES: ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio*; ALBUQUERQUE, J. *Cearenses no Rio e em SP*; ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais* (1); *Boletim Min. Trab.* (5/36); CÂM. DEP. *Deputados; Câm Dep. seus componentes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937);

Diário do Congresso Nacional; GIRÃO, R. *Ceará*; GODINHO, V. *Constituintes*; SANTOS, J. *Cearense*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1937.

MARINHO, Saldanha

*dep. geral CE 1848; dep. geral RJ 1861-1865; pres. MG 1865-1867; dep. geral PE 1867-1869; pres. SP 1867-1868; dep. geral AM 1878-1881; const. 1891; sen. DF 1891-1895.

Joaquim Saldanha Marinho nasceu em Olinda (PE) no dia 4 de maio de 1816, filho de Pantaleão Ferreira dos Santos e de Ágata Joaquina de Saldanha.

Formou-se na Faculdade de Direito de Olinda em 1836 e logo depois mudou-se para o Ceará, onde foi promotor público na cidade do Crato, além de secretário de governo, professor do liceu estadual e juiz dos feitos da fazenda em Fortaleza. Também no Ceará ingressou na política, filiando-se ao Partido Liberal e sendo eleito deputado provincial. Em 1848 foi eleito deputado geral e mudou-se para o Rio de Janeiro, então capital do Império. Exerceu seu mandato por cerca de um ano, pois, quando o Partido Liberal deixou de controlar o gabinete de ministros, a Câmara dos Deputados foi fechada. Passou então a se dedicar à advocacia, e em 1860 tornou-se redator do *Diário do Rio de Janeiro*, jornal que passou a editar com Quintino Bocaiúva.

Em 1861 foi novamente eleito deputado geral, mas agora pelo Rio de Janeiro. Foi reeleito em 1863, e em 1865 foi nomeado presidente da província de Minas Gerais. Durante sua administração, que se estendeu até 1867, procurou reabilitar o nome de Tiradentes e construiu monumentos em sua homenagem na cidade de Ouro Preto. Em 1867 foi reeleito deputado geral, agora pela província de Pernambuco, para a legislatura 1867-1869, mas entre outubro de 1867 e abril de 1868 presidiu a província de São Paulo, onde promoveu a criação da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Em 1868 foi eleito senador pelo Ceará, mas não teve sua eleição reconhecida.

REPUBLICANO HISTÓRICO

Ainda em 1868, com queda do gabinete liberal dirigido por Zacarias de Góis e Vasconcelos, houve uma cisão no Partido Liberal, o que levou a ala mais radical a se afastar do partido e iniciar a organização de uma agremiação republicana. Nesse contexto,

em novembro de 1870 participou da fundação do Clube Republicano da cidade do Rio de Janeiro, núcleo de formação do Partido Republicano, e integrou a comissão diretora, juntamente com Quintino Bocaiúva, Lafayette Rodrigues Pereira e Aristides da Silva Lobo. Em dezembro, foi um dos signatários do Manifesto Republicano, redigido por Quintino Bocaiúva e Salvador de Mendonça, lançado na primeira edição do jornal *A República*. Entre os quase 60 signatários do documento, encontravam-se Aristides Lobo, Cristiano Benedito Ottoni, Flávio Farnese, Lafayette Rodrigues Pereira, Pedro Antônio Ferreira Viana, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Rangel Pestana, Miguel Ferreira Vieira e José Lopes Trovão.

Em 1872, integrou a comissão central do Partido Republicano responsável por consolidar a unidade do partido e dirigir o jornal *A República*, órgão oficial da agremiação. Também fizeram parte da comissão Quintino Bocaiúva, Pedro Bandeira de Gouveia, Francisco Cunha, Salvador de Mendonça e Antônio Ferreira de Meneses. Durante o movimento que ficou conhecido como “Questão Religiosa”, ocorrido ainda na primeira metade da década de 1870, defendeu a maçonaria, da qual fazia parte. A contenda surgiu quando maçons foram proibidos pelo bispo dom Vidal, de Olinda, de ingressar nas organizações religiosas, em cumprimento a determinações do papa. Na defesa dos maçons, escreveu artigos publicados no *Jornal do Comércio* sob o pseudônimo de Ganganelli.

Em maio 1877, por orientação de Quintino Bocaiúva, concorreu às eleições municipais do Rio de Janeiro, ao lado dos liberais Antônio Felício dos Santos e Cristiano Ottoni, mas não conseguiu grande votação. Voltou a concorrer nas eleições para deputado geral em 1878, marcadas pelo retorno do Partido Liberal ao controle do gabinete imperial sob a liderança de João Lins Vieira Cansção de Sinimbu, futuro visconde de Sinimbu. Nesse pleito, foi eleito deputado geral pelo estado do Amazonas, onde os liberais lançaram sua candidatura para a legislatura 1878-1881. Durante o mandato, não se afastou das ideias republicanas e as defendeu em plenário, assim como o abolicionismo.

Em fevereiro de 1882 passou a integrar a comissão executiva do Partido Republicano e em junho de 1885 foi eleito para um órgão que o Partido Republicano chamou de Assembleia

Constitucional, composta por 21 membros, entre os quais Quintino Bocaiúva, João Clapp e José do Patrocínio. Voltou a disputar uma eleição em outubro, agora para o Senado, em chapa com Quintino Bocaiúva e Francisco Rangel Pestana, mas foram todos derrotados.

Em junho de 1887, durante o Congresso Republicano Federal, foi eleito presidente do conselho federal, ao lado de Quintino Bocaiúva (vice-presidente), Aristides Lobo (secretário), Campos Sales e Ubaldino do Amaral. O congresso buscava unificar as correntes republicanas do país, e, como resultado do encontro, aprovou-se uma constituição partidária e foi lançado um manifesto que atribuía à monarquia os problemas econômicos e sociais do Brasil e pedia o fim da escravidão. Além de Saldanha Marinho, assinaram o documento Quintino Bocaiúva, Campos Sales, Rangel Pestana, Aristides Lobo e Ubaldino do Amaral. Ficou na presidência do conselho até o encontro realizado em julho de 1889 na cidade de Juiz de Fora (MG).

Depois que o general Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano, em 15 de novembro de 1889, foi eleito senador pelo Distrito Federal. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890, quando foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte, e após a promulgação da nova Carta constitucional em fevereiro de 1891, passou, em junho seguinte, a exercer o mandato ordinário no Senado Federal. Em 1894 foi reeleito para mais uma legislatura.

Foi também grão-mestre da maçonaria do Grande Oriente do Brasil, membro e presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 27 de maio de 1895.

Publicou diversos relatórios, defesas e apelações, além de artigos acadêmicos e políticos em diferentes revistas. Entre suas obras destacam-se *A questão da alfândega e o Dr. Joaquim de Saldanha Marinho* (1862), *O rei e o Partido Liberal* (1869), *Direito comercial, interpretação doutrinal dos artigos 293 e 350 e sua aplicação nos casos de falência* (1869), *A mesa da diretoria do Partido Liberal de Pernambuco e o conselheiro Joaquim de Saldanha Marinho* (1870), *O elemento servil* (1874), *Os atos do papado* (1874),

Decadência do papado (1874), *Propaganda episcopal* (1874), *O assalto de Macapá e o ultramontanismo* (1874), *O governo e os bispos* (1874) *O confessorário* (1874), *O arcebispo da Bahia* (1874), *Julgamento do bispo de Pernambuco* (1874), *A execução da sentença do bispo de Olinda* (1874), *A declaração do senador conselheiro Zacarias de Vasconcelos* (1874), *A Igreja e o Estado* (1876), *A questão religiosa no Brasil, discurso na Câmara dos Deputados* (1880), *A monarquia e a política do rei* (1885).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BLAKE, A. *Diccionario*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

MARIZ, Antônio Marques da Silva

*dep. fed. PB 1894-1902.

Antônio Marques da Silva Mariz nasceu na cidade de Sousa (PB).

Formou-se em medicina e depois de formado clinicou por muitos anos no estado da Paraíba.

Ingressou na atividade política ainda durante o Império, quando se filiou ao Partido Liberal. Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu à República e logo elegeu-se deputado estadual na Paraíba, participando da Assembleia Constituinte do estado. Em 1894 foi eleito deputado federal pela Paraíba. Reeleito em 1897 e em 1900, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1902. Seu filho José Marques da Silva Mariz foi deputado estadual (1928-1930), participou da Revolução de 1930, foi interventor na Paraíba (1934-1935) e voltou à Assembleia Legislativa estadual (1951-1953). Seu neto e homônimo Antônio Mariz foi deputado federal (1971-1983), constituinte (1987-1988), mais uma vez deputado federal (1987-1991), senador (1991-1994) e governador da Paraíba (1995).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MARQUES, Antônio

*dep. fed. SE 1909-1911.

Antônio Pedro da Silva Marques nasceu em Laranjeiras (SE) no dia 29 de maio de 1854, filho de Pedro da Silva Marques e de Adelina Marques da Silva Marques.

Fez o curso de humanidades em Recife e em seguida ingressou na Faculdade de Direito daquela cidade, recebendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1877. Ainda estudante de direito, em 1875 fundou e redigiu com os colegas Francisco de Assis da Rosa e Silva e José Marcelino da Rosa e Silva o periódico científico e literário *A Luta*. Posteriormente, contribuiria para a imprensa política sergipana nos jornais *O Americano* (1877) e *Gazeta de Aracaju* (1879).

Eleito deputado provincial em Sergipe para o biênio 1878-1879, também em 1878 iniciou a carreira no funcionalismo público como promotor da comarca de Amargosa (BA). Em 1879 deixou Amargosa por ter sido nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Belém do Descalvado (SP). Em menos de dois anos regressou a Sergipe, sempre como juiz municipal e de órfãos, agora do termo de Socorro. Em outubro de 1886 transferiu-se para a comarca de Carauru (PE).

Em Pernambuco, exerceu cargos de grande importância no Judiciário, na administração estadual e na política. Foi juiz de direito da comarca do Brejo da Madre de Deus, depois de Limoeiro e Caruaru. Exerceu a chefia da repartição de Polícia de março de 1896 a agosto de 1899, destacando-se pela implementação da estatística criminal e pela criação de colônias correcionais. Em 1898, por determinação do presidente estadual Joaquim Correia de Araújo, passou a desembargador do Supremo Tribunal de Justiça, cargo em que se aposentaria em 1906. Em 1899 foi eleito vice-presidente de Pernambuco, ao lado do presidente estadual Antônio Gonçalves Ferreira, e no decorrer do quadriênio 1900-1904 chegou a presidir o Senado Estadual.

Foi eleito deputado federal por Sergipe em 1908 e exerceu o mandato de maio de 1909 a dezembro de 1911.

Foi membro do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.

Sérgio Montalvão

FONTE: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

MARQUES, Azevedo

*dep. fed. SP 1900-1905; min.Rel.Ext.1919-1922.

José Manuel Azevedo Marques nasceu em São Paulo em 19 de fevereiro de 1865, filho do comendador Joaquim Cândido de Azevedo Marques e de Rita Peixoto de Melo. Seu pai foi o autor do *Índice alfabético explicativo da legislação geral*.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 16 de março de 1886 e seguiu carreira na magistratura no município de Batatais, onde foi nomeado promotor público em 28 de maio de 1886, juiz municipal em 28 de maio do ano seguinte, e juiz de direito em 7 de novembro de 1890. Abandonou a magistratura em 1893, quando se mudou para a capital e passou a se dedicar ao exercício da advocacia.

Em 1898 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1898-1900. Já nesse primeiro mandato destacou-se como jurista, defendendo modificações no processo civil e comercial, tratando da reforma judiciária do Estado, das execuções hipotecárias, dos vencimentos dos juízes de direito e das férias forenses. Também ganhou destaque nas discussões sobre a infraestrutura dos municípios, a educação, em especial a reorganização do ensino agrônômico, a imigração e questões relativas à cafeicultura. Em 1899 foi indicado vice-presidente do Legislativo paulista.

Eleito deputado federal por São Paulo para a legislatura 1900-1902, integrou na Câmara dos Deputados a Comissão de Legislação, Constituição e Justiça e o grupo de trabalho encarregado de rever o projeto do Código Civil, sendo indicado relator do plano geral do projeto e do texto definitivo, que entraria em vigor em 1916. Também foi relator da Lei Preliminar sobre o Direito Internacional Privado. Foi reeleito deputado federal para a legislatura 1903-1905 e, entre outros projetos, tratou dos próprios nacionais, da competência dos estados para legislar em matéria de processo, da precedência obrigatória do casamento civil sobre o religioso e da adjudicação forçada nas execuções hipotecárias. Em 1906, no final da legislatura estadual, voltou ao Congresso Legislativo de São Paulo, sempre eleito pelo PRP. Na eleição seguinte foi reeleito, com mandato de 1907 a 1909.

Professor de teoria e prática do processo criminal na Faculdade de São Paulo, nomeado por

decreto de 15 de outubro de 1913, foi também professor catedrático, nomeado em 24 de agosto de 1916. Foi ainda o primeiro presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo.

Em 28 de julho de 1919, foi nomeado pelo presidente Epitácio Pessoa ministro das Relações Exteriores. Tomou posse no dia seguinte e exerceu o cargo até a 15 de novembro de 1922, período em que ainda eram sensíveis os reflexos da Primeira Guerra Mundial. Sua atuação à frente do Ministério do Exterior foi marcada pela reforma dos regulamentos diplomáticos e pelas negociações sobre os limites do Brasil com o Peru e a Bolívia.

Faleceu em São Paulo em 1943.

Casou-se com Ana Junqueira.

Seu biógrafo J. F. Velho Sobrinho arrolou sua vasta produção na área jurídica.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2); CALIMAN, A. *Legislativo*; CASTRO, Z.; SARMENTO, J.; SARMENTO, C. *Tratados*; FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; RIBEIRO, J. *Chronologia* (v. 2); SILVA, R.; BRIGAGÃO, C. *História*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MARQUES, Costa

*dep. fed. MT 1912-1917.

Oscar da Costa Marques nasceu em Poconé (MT).

Bacharelou-se em direito pela Faculdade do Largo de São Francisco, em São Paulo.

Ingressou na política ao ser eleito deputado federal por Mato Grosso na legislatura 1912-1914. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1912, foi reeleito para a legislatura 1915-1917 e permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro desse último ano.

Voltou a disputar um cargo eletivo em 1930, quando foi eleito deputado estadual. Assumindo sua cadeira na Assembleia Legislativa em maio, teve o mandato interrompido em outubro seguinte após a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi ainda procurador geral da República em Mato Grosso.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MENDONÇA, R. *História*.

MARQUES, Joaquim Costa

*dep. fed. MT 1906-1911; pres. MT 1911-1915; dep. fed. MT 1918-1920.

Joaquim Augusto da Costa Marques nasceu no município de Poconé (MT) no dia 7 de junho de 1861, filho de Salvador da Costa Marques e de Augusta Nunes Rondon Marques, neta do barão de Poconé. Seu pai foi tenente-coronel da Guarda Nacional, chefe político no Império e proprietário de grandes extensões de terras; sua mãe também descendia de família de fazendeiros.

Iniciou seus estudos em Poconé e com 12 anos de idade foi para Cuiabá, onde se matriculou no Seminário da Conceição. Em 1882 foi para o Rio de Janeiro para fazer os estudos preparatórios, e em seguida mudou-se para São Paulo, onde se bacharelou em 1891 pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Retornou a Mato Grosso, abriu escritório de advocacia e iniciou as atividades profissionais na cidade de Cáceres.

Foi deputado estadual nos triênios 1898-1900 e 1900-1902. No movimento armado de 1899, que opôs Generoso Ponce à família Murinho, ficou do lado de Ponce. Em 1906 foi eleito deputado federal e assumiu o mandato na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Ainda nesse ano participou, junto com Generoso Ponce, do movimento político que derrotou o então presidente do estado Totó Pais. Foi reeleito deputado federal em 1909, mas em 1911, já filiado ao Partido Republicano Conservador (PRC), criado pelo senador Antônio Azeredo, de cujo diretório era membro, renunciou ao mandato para assumir a presidência de Mato Grosso, sucedendo a Pedro Celestino Correia da Costa.

Empossado em 15 de agosto de 1911, ainda nesse ano criou a Secretaria de Interior, Justiça e Fazenda e a Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas do estado. Foi o primeiro governante republicano a completar integralmente o mandato sem nenhuma interrupção ou afastamento da administração estadual. Transmitiu o governo em 15 de agosto de 1915 a Caetano Manuel de Faria e Albuquerque. Em 1918 voltou a ser eleito deputado federal e exerceu o mandato até dezembro de 1920. Em 1931 foi prefeito da

cidade de Cáceres por curto espaço de tempo.

Era proprietário da Usina da Ressaca, que produzia açúcar e aguardente, o maior empreendimento no gênero no município de Cáceres.

Faleceu na cidade de Cáceres no dia 2 de dezembro de 1939.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES FILHO, J. *Trajetória*; PÓVOAS, N. *Galeria*.

MARQUES, Manuel de Sampaio

* junta gov. AL 1894; dep. fed. AL 1906-1911.

Manuel de Sampaio Marques nasceu em São Miguel dos Campos (AL) no dia 24 de maio de 1866 (ou 1869), filho de Antônio Jerônimo Marques e de Jucunda Catarina de Sampaio Marques.

Estudou em Maceió, concluindo os preparatórios no Liceu Alagoano. Formou-se em medicina pela Faculdade da Bahia em 1890, com a tese “Histeria no homem”. Foi médico do Serviço de Higiene Municipal de Maceió, secretário da Fazenda e professor de mineralogia e geologia do Liceu Alagoano.

Ao lado de José Tavares da Costa e Francisco Soares Palmeira, integrou a junta governativa que substituiu o governador deposto Gabino Besouro, aclamada em 16 de julho de 1894. A junta só permaneceu no poder até o dia seguinte, quando transmitiu o governo ao presidente do Tribunal Superior do Estado, Tibúrcio Valeriano da Rocha Lins. No ano seguinte foi eleito deputado estadual para a legislatura 1895-1896. Em 7 de janeiro de 1905 tomou posse na intendência de Maceió, pela qual respondeu até 7 de janeiro de 1907. Foi ainda eleito deputado federal para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911.

Médico da Santa Casa de Misericórdia, foi também foi diretor e provedor da instituição. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas e grão-mestre da loja maçônica Perfeita Amizade Alagoana.

Faleceu em Maceió no dia 2 de julho de 1951.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MARQUES, Plínio

*dep. fed. PR 1921-1930.

Plínio Gonçalves Marques nasceu em Antonina (PR) no dia 15 de fevereiro de 1883, filho de João Eugênio Gonçalves Marques e de Josefina de Lacerda Marques.

Formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1921 assumiu a presidência da Sociedade de Medicina e Cirurgia.

Ainda em 1921 foi eleito deputado federal pelo Paraná, para a legislatura 1921-1923. Tomou posse em maio na Câmara dos Deputados e foi escolhido primeiro vice-presidente da casa. Reeleito para as legislaturas 1924-1926, 1927-1929 e 1930-1932, teve o mandato interrompido em outubro de 1930 em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi também deputado estadual.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 211); Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930); NICOLAS, M. *Cem anos* (p. 339); Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/P/verbetes/socmedcirj.htm>>.

Acesso em: 2/7/2010.

MARQUES, Severiano

*dep. fed. MT 1918-1926.

Manuel Severiano Ferreira Marques foi eleito deputado federal por Mato Grosso em 1918, para a legislatura 1918-1920. Assumindo em maio do mesmo ano sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito para as legislaturas 1921-1923 e 1924-1926. Permaneceu na Câmara até dezembro desse último ano, quando se encerraram a legislatura e o seu mandato.

João Edson Fanaia

FONTES: CÂM. FED. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MARQUES, Xavier

*dep. fed. BA 1921-1923.

Francisco Xavier Ferreira Marques nasceu na ilha de Itaparica (BA) no dia 3 de dezembro de 1861, filho de Vicente Avelino Ferreira Marques e de Florinda Agripina Ferreira Marques.

Fez os estudos primários em sua cidade natal, onde também aprendeu francês e latim. Posteriormente transferiu-se para Salvador, onde fez o curso de humanidades.

Iniciou carreira no jornalismo publicando versos no *Jornal de Notícias*, do qual se tornou redator em 1885, em substituição a João Augusto Neiva, de quem era grande amigo e que o indicou para cargo. Em 1890 tornou-se também funcionário da Assembleia Legislativa da Bahia, da qual se aposentaria depois de 20 anos de serviço, em 1910, como primeiro oficial. Em 1891 ingressou no *Diário da Bahia*, onde foi redator até 1896, quando se transferiu para *A Bahia*. Trabalhou depois no *Diário de Notícias* e na *Gazeta do Povo*. Com a substituição desta última, em 1916, por *O Democrata* como órgão de divulgação do Partido Republicano Democrata da Bahia (PRD), chefiado por J. J. Seabra, foi nomeado redator-chefe e depois, diretor do jornal. Deixou o jornal e o jornalismo diário em 1919.

Quando Arlindo Fragoso fundou a Academia de Letras da Bahia, em março de 1917, destinou-lhe a cadeira de nº 33. Escolheu então para patrono da cadeira Castro Alves, de quem foi biógrafo. Na eleição para a primeira diretoria da ALB, foi escolhido por aclamação primeiro-secretário. Em 24 de julho de 1919, foi eleito, como segundo titular, para a cadeira 28 da Academia Brasileira de Letras, na sucessão do romancista e jurista Inglês de Sousa. Em sua cerimônia de posse, a 17 de setembro de 1920, foi saudado pelo acadêmico Goulart de Andrade. Seu romance histórico, *Sargento Pedro*, em que narra os principais aspectos das lutas pela Independência do Brasil na Bahia, foi premiado pela Academia Brasileira de Letras com pareceres elogiosos de José Veríssimo e Araripe Júnior.

Iniciou a carreira política quando ainda era jornalista, ao eleger-se deputado estadual para a legislatura 1915-1916. Reeleito para as legislaturas 1917-1918 e 1919-1920,

nesse último ano foi escolhido terceiro vice-presidente da Assembleia Legislativa. Foi então eleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1921-1923, ao final da qual não pleiteou a reeleição.

Faleceu em Salvador no dia 30 de outubro de 1942.

Casou-se com Georgina Dórea Marques, com quem teve três filhos.

Entre outras obras, publicou *Temas e variações* (poesia, 1884); *Simple história* (1886); *Uma família baiana* (romance, 1888); *Insulares* (poesia, 1896); *Boto e companhia* (romance, 1897); *Jana e Joel* (romance, 1899); *Pindorama* (romance, 1900); *Holocausto* (romance, 1900); *Praieiros*, (edição em conjunto das novelas *Maria Rosa e o arpoador* e *A noiva do golfinho*, 1902); *O sargento Pedro* (romance, 1910); *Vida de Castro Alves* (biografia, 1911); *A arte de escrever* (estudo de estilística, 1913); *A boa madrasta* (romance, 1919); *A cidade encantada* (contos, 1919); *O feiticeiro* (romance, 1922); *Ensaio histórico sobre a Independência da Bahia* (1924); *As voltas da estrada* (romance, 1930); *Letras acadêmicas* (ensaios, 1933); *Cultura da língua nacional* (filologia, 1933); e *Terras mortas* (novela, 1936).

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BLAKE, A. *Diccionario* (v.4); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p.55-86); CASTRO, R. *Fundadores; Diário Oficial do Estado da Bahia* (2004. p. 481-493); SOUZA, A. *Baianos; Tarde* (30/10/1942). Xavier Marques, o falecimento na madrugada de hoje do ilustre baiano.

MARREY JÚNIOR, JOSÉ ADRIANO

*dep. fed. SP 1927-1930; rev. 1932; dep. fed. SP 1950-1953.

José Adriano Marrey Júnior nasceu em Itamarandiba (MG) no dia 7 de agosto de 1885, filho do comendador José Adriano Marrey e de Clara de Barros Marrey.

Fez o curso primário em Teófilo Otoni (MG) e o secundário em São Paulo. Ainda na capital paulista, ingressou na Faculdade de Direito em 1902, bacharelando-se em 1906. Trabalhou a seguir como advogado em Santa Ifigênia, distrito de São Paulo, onde foi também eleito juiz de paz.

NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Ingressou na política como vereador em São Paulo, de 1915 a 1920. De 1919 a 1926, exerceu o mandato de deputado estadual. Foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) de São Paulo, ao lado de Francisco Morato, Frederico Vergueiro Steidel, Valdemar Martins Ferreira, Reinaldo Porchat, José Joaquim Cardoso de Melo Neto, Joaquim Sampaio Vidal e outros. Criado em 1926 sob a liderança de Antônio de Almeida Prado, o PD opunha-se à predominância do Partido Republicano Paulista (PRP) nos níveis estadual e federal.

Em 1927 foi escolhido, com Francisco Morato e Paulo de Moraes Barros, para candidatar-se a deputado federal por São Paulo na legenda do PD. Eleito, marcou sua atuação na Câmara por intensa oposição ao perrepismo, representado pelo presidente do estado, Júlio Prestes, e pelo presidente da República, Washington Luís. Denunciou violentamente o PRP pela utilização de recursos fraudulentos para manter-se no poder. Após as eleições municipais na cidade de São Paulo em 30 de outubro de 1928, chegou mesmo a apelar para que se decretasse a intervenção federal no estado.

Foi um dos líderes mais destacados do PD na campanha da Aliança Liberal, tendo inclusive articulado, com outros, a visita a São Paulo de Getúlio Vargas e João Pessoa, candidatos liberais respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. A visita resultou em importante comício.

NA REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA

A vitória da Revolução de 1930 acarretou o afastamento do PRP tanto da presidência da República quanto da administração paulista. O PD esperava assumir o poder em São Paulo, em vista de sua participação na campanha liberal e nas articulações revolucionárias, mas tal não ocorreu: Vargas, chefe nacional do movimento, relegou as elites políticas paulistas a um plano secundário, prestigiando os “tenentes”, que, após várias insurreições na década de 1920, haviam participado da revolução vitoriosa. Desse modo, em 25 de outubro, um dia depois da queda de Washington Luís, o capitão João Alberto Lins de Barros foi nomeado delegado militar da revolução no estado, com plenos poderes para assegurar “a consolidação definitiva da obra revolucionária”. Esse fato não impediu, porém, que o PD apoiasse o novo governo, o que foi manifestado em nota da direção do partido, assinada entre outros por Marrey Júnior.

Durante o mês de novembro, manteve-se a colaboração entre o PD e o governo revolucionário. No interior do próprio partido, Marrey Júnior liderava uma corrente que, em oposição às facções que encaravam a nova situação com reservas, tendia à estreita colaboração com as lideranças tenentistas. Segundo Paulo Nogueira Filho, esse grupo era “uma legião pioneira de sadio popularismo inclinado para a esquerda”. Assim, Marrey Júnior prestou homenagem ao líder tenentista Miguel Costa, quando este teve restituída sua cidadania brasileira cassada pelo governo anterior. No dia 14 de novembro foi convidado por João Alberto, já nomeado, mas ainda não empossado interventor federal em São Paulo, para integrar uma comissão de exame da questão operária, que emergia em São Paulo com greves e manifestações. O resultado dos trabalhos da comissão foi o Manifesto ao operariado em geral, lançado no dia 16 seguinte, onde se sugeria que diversas reivindicações trabalhistas fossem convertidas em lei. Uma semana após a publicação do manifesto, a comissão foi contudo dissolvida por João Alberto, que tomou posse como interventor federal em São Paulo no dia 25 de novembro de 1930.

Entretanto, o entendimento entre democráticos e “tenentes” foi-se deteriorando à medida que se aprofundavam as divergências entre os dois grupos e que o PD percebia que lhe estava vedado o acesso ao poder em São Paulo. Iniciou-se então um conflito que se avolumou continuamente a partir do início de 1931. Em julho desse ano, João Alberto foi exonerado da interventoria, sendo substituído pelo civil Laudo de Camargo, que se manteve no cargo apenas até novembro. Outro militar, o coronel Manuel Rabelo, assumiu então o

governo paulista.

O conflito ampliou-se de tal modo que, em 13 de janeiro de 1932, o PD investiu violentamente contra a administração federal e seu representante em São Paulo, lançando manifesto no qual denunciava a política econômica do governo provisório, a marginalização política de São Paulo e a atitude discriminatória do interventor em relação aos paulistas. Concluía propondo a luta pela constitucionalização do país e pelo fim da interventoria. Pouco depois, com os mesmos objetivos, o PD e o PRP se uniram, dando origem à Frente Única Paulista (FUP), que lançou seu manifesto em 16 de fevereiro de 1932. Marrey Júnior, como membro da direção do PD, foi signatário de ambos os documentos.

Em maio de 1932 crescia a agitação social em São Paulo. Miguel Costa procurava liderar as lutas operárias, e o governo estadual, às voltas com as divergências em seu interior entre tradicionais líderes paulistas e adeptos do tenentismo, via-se impossibilitado de agir. Marrey Júnior e Antônio Feliciano da Silva, buscando fórmulas capazes de evitar o conflito armado, dirigiram-se a Getúlio Vargas e sugeriram, como meio de apaziguamento, que o governo estadual fosse entregue aos democráticos. Essa proposta causou no interior da FUP desconfianças que se tornaram ainda maiores quando Marrey Júnior manteve contato com o então ministro da Fazenda Osvaldo Aranha, durante a visita, preparada por Miguel Costa, que este fez a São Paulo em fins de maio de 1932. Quase às vésperas da eclosão do levante armado irrompido em julho, Marrey Júnior participou, com Vicente Rao, Henrique Bayma, Vicente Pinheiro e José Joaquim Cardoso de Melo Neto, da elaboração do anteprojeto de programa do PD, que seria posto em prática em caso de vitória do movimento. Nele, o Senado passaria a denominar-se Conselho Federal, e unidades federativas seriam divididas em estados, províncias e territórios. Previam-se eleições indiretas para os cargos de presidente da República, governante estadual e senador, enquanto o voto direto seria reservado para a escolha de prefeitos municipais, vereadores e deputados estaduais e federais. A religião católica receberia tratamento preferencial em relação aos demais cultos. Durante a Revolução de 1932, Marrey Júnior foi um dos intermediários, ao lado de Vicente Pinheiro e Agostinho Rizzo, entre os rebeldes paulistas que se encontravam em Guaxupé (MG) e a Força Pública de Minas Gerais, que os revolucionários procuraram conquistar para o movimento. Frustrada essa tentativa, os insurretos decidiram retirar-se do território

de Minas, cujas forças pouco depois penetraram no estado de São Paulo. Em 19 de outubro de 1932, após o fracasso do levante, Marrey Júnior publicou sobre ele uma análise crítica no *Diário da Noite*. Nesse texto, considerou o movimento uma aventura, por não contar com alianças nacionais sólidas, e acusou de irresponsável a direção do PD. Em consequência, foi excluído do partido.

Em 1933 esteve preso por ordem de Valdomiro Lima, então interventor em São Paulo. Segundo José Carlos de Macedo Soares, citado por Hélio Silva, ao ordenar sua prisão, Valdomiro teria pretendido afastar um possível sucessor no governo do estado, já que Marrey, por suas posições tendentes a conciliar o tenentismo com as elites políticas paulistas, poderia eventualmente ser útil ao governo federal como interventor.

APÓS 1937

Durante o Estado Novo, Marrey Júnior foi membro do Conselho Administrativo do Estado de São Paulo. Entre 1943 e 1945, sob o interventor Fernando Costa, ocupou o cargo de secretário da Justiça e Negócios Interiores. Em setembro de 1945, com a reorganização da vida partidária resultante da erosão do regime, fundou, com outros correligionários, o Partido Popular Sindicalista (PPS), do qual foi eleito presidente, tendo como vice Olavo de Oliveira. Da comissão diretora do PPS faziam parte alguns políticos que haviam colaborado estreitamente com o Estado Novo, como Miguel Reale e Raimundo de Monte Arrais. O partido teve curta duração: em 1946 fundiu-se com o Partido Republicano Progressista e o Partido Agrário Nacional, união da qual resultou o Partido Social Progressista (PSP), dirigido por Ademar de Barros.

Em 1947 Marrey Júnior elegeu-se vereador em São Paulo, tendo sido o candidato mais votado do pleito. Durante o mandato, que exerceu até janeiro de 1951, ocupou a presidência da Câmara Municipal. Como vereador, criou leis de proteção à infância e foi o autor da primeira lei paulista relativa a processo de acidentes de trabalho. Apresentou ainda projeto sobre um patronato para egressos da penitenciária, e outro que visava disciplinar a venda e o uso de bebidas alcoólicas.

Em 1950 elegeu-se deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Ocupando uma cadeira na Câmara em fevereiro de 1951, defendeu os direitos civis da mulher casada, principalmente no que se referia ao exercício de qualquer

cargo, e presidiu a Comissão de Constituição e Justiça em 1952. Renunciou ao mandato em abril de 1953 para assumir a Secretaria dos Negócios Internos e Jurídicos da Prefeitura de São Paulo.

Foi membro do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e dos institutos dos Advogados Brasileiros e de São Paulo, tendo exercido neste último o cargo de vice-presidente. Pertenceu ainda a várias outras associações de profissionais de direito e ao Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Foi presidente do Conselho do Tribunal de Contas paulista, até se aposentar.

Faleceu em 14 de março de 1965.

Foi casado com Zenóbia Tostes Marrey.

Além de artigos na imprensa, discursos, pareceres e folhetos forenses, publicou *Em torno de uma herança (comentários à lei civil)*.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; AUDRÁ, A. *Bancada*; CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Súmulas*; CARONE, E. *Estado*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; CRUZ, E. *História do Pará*; FRANCO, A. *Estadista*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; JARDIM, R. *Aventura*; LEHMANN, O. *José*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; LEITE, A. *Páginas*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1930.

MARTINS JÚNIOR, José Isidoro

*dep. fed. PE 1894-1899.

José Isidoro Martins Júnior nasceu em Recife no dia 24 de novembro de 1860, filho de José Isidoro Martins e de Francisca Emília de Oliveira Martins.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1879 e formou-se em 1883. Depois formado tentou ingressar na faculdade como professor, mas, por seus posicionamentos políticos, nunca foi nomeado. Defensor das causas abolicionista e republicana, considerado um republicano histórico, após a proclamação da República (15/11/1889) tornou-se afinal lente catedrático da faculdade. Depois de anos de serviço, tornar-se-ia diretor da instituição. Em 1889 foi chefe de polícia e fiscal do Banco Emissor de Pernambuco. Eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano, exerceu seu mandato na Assembleia Legislativa de 1892 a 1894. Durante a Revolta da Armada, em 1893, defendeu o governo de Floriano Peixoto (1891-1894), o que o distanciou de outros líderes políticos pernambucanos. Em 1894 foi eleito deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e foi reeleito em 1897. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1899, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Após a atividade parlamentar, continuou a residir no Rio de Janeiro, onde advogou e foi professor da Faculdade de Direito. Foi também auxiliar de governo de Quintino Bocaiúva, presidente do estado do Rio de Janeiro (1900-1903). Em 1902 foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupou a cadeira número 13. Foi ainda um dos fundadores da Academia Pernambucana de Letras. No campo jornalístico, fundou os periódicos *O Progresso* e *O Norte*, e colaborou com diversos outros periódicos em Pernambuco: *Revista do Norte*, *Folha do Norte*, *Idéia Nova*, *A Esmola*, *Revista do Norte*, *A América Ilustrada*, *A Província*, *Correio da Noite*, *A Opinião*, *Jornal da Tarde*, *Revista das Artes* e *Jornal do Recife*.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 22 de agosto de 1904.

Publicou *Vigílias literárias*, em colaboração com Clóvis Beviláqua (1879); *Discurso na sessão magna do Gabinete Português* (1880); *O Crime da vitória* (1880); *O escalpo: estudo crítico de política, letras e costumes*, também em colaboração com Clóvis Beviláqua (1881); *A propósito da conversão de Littré* (1881); *Visões de hoje – poesias* (1881); *Estenógrafo – estudo de crítica genética* (1882); *A poesia científica* (1883); *Retalhos*, poesias (1884); *Estilhaços*, poesia (1885); *Jesus e os Evangelhos* (1886); *Síntese artística* (1886); *Há crime na ofensa à memória dos mortos?* (1887); *Pode-se admitir uma dupla intuição romântica de luta jurídica?* (1887); *O conceito*

de aequitas foi sempre o veneno nos diferentes períodos da história do direito romano? (1891); *Fragmentos jurídico-filosóficos* (1891); *Tela policroma*, poesias (1893); *História do direito nacional* (1895); *Compêndio da história geral do direito* (1898); *Soberania do Acre* (1898). Depois de sua morte, foram publicados *Discursos na Câmara Federal*, *Introdução a policrítica* e *Brados e golpes*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GASPAR, L. *Martins*; *Grande encic. Delta Larousse*; LEVINE, R. *Velha*; MARTINS, M. *Dicionário*.

MARTINS, Alfredo da Cunha

*pres. MA 1892-1893, 1895-1896 e 1897-1898; dep. fed. MA 1898-1902.

Alfredo da Cunha Martins nasceu na cidade de Caxias (MA) no dia 17 de agosto de 1842, filho de Bernardo José Martins e de Ana da Cunha Martins.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1866 e, de volta ao Maranhão, iniciou a carreira jurídica como promotor público em Caxias. Pouco tempo depois foi transferido para a comarca de Brejo, onde permaneceu de 1868 a 1872. Foi então nomeado juiz municipal e de órfãos da comarca de Barreirinhas, onde ficou por quatro anos, e em 1877 foi nomeado juiz de direito de Grajaú. Em 1883 foi transferido para a comarca de Cametá, na província do Pará. Dois anos depois, voltou à província natal e estabeleceu-se por quatro anos na comarca de São Bento. Foi então transferido para a cidade de Corumbá, em Mato Grosso, mas, por não ter concordado com essa determinação, aposentou-se.

Começou sua vida política ainda durante o Império, quando foi eleito deputado provincial no Maranhão para a legislatura 1874-1875, na legenda do Partido Conservador. Já na República, foi eleito deputado estadual constituinte e foi signatário da primeira Constituição republicana maranhense. Em 1892, foi eleito segundo vice-presidente do estado do Maranhão no segundo governo de Manuel Inácio Belfort Vieira. Em 30 de novembro, quando o presidente do estado se afastou para tratamento de saúde, assumiu seu lugar. Permaneceu à frente do governo maranhense até 27 de outubro de 1893, quando foi substituído pelo primeiro vice-presidente Casimiro Dias Vieira Júnior. Em alternância com este e com Belfort Vieira, voltou ao governo de dezembro de 1895 a abril de 1896 e de março de 1897 a março de 1898, quando tomou posse o novo presidente do estado, José de Magalhães Braga. Ainda em 1898 foi eleito deputado federal pelo estado do Maranhão. Reeleito em 1900, exerceu o mandato até 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de fevereiro de 1916.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTE: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*; PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/infger_07/governadores/GOV-MA.htm. Acesso em: 5/3/2010.

MARTINS, Elias Firmino de Sousa

*junta gov. PI 1891; dep. fed. PI 1897-1899 e 1915-1917.

Elias Firmino de Sousa Martins nasceu em Picos (PI) em 1869.

Concluiu o curso de direito em 1890, na Faculdade de Direito do Recife. Depois de formado, passou a exercer a advocacia em Teresina.

Iniciou sua vida política pouco depois da proclamação da República (15/11/1889). Em 21 de dezembro de 1891, após a posse do marechal Floriano Peixoto na presidência da República (23/11/1891), o governador do Piauí Gabriel Luís Ferreira foi deposto e uma junta presidida pelo tenente-coronel João Domingos Ramos e composta por Elias Firmino de Sousa Martins, Higino Cunha, Clodoaldo Freitas, José Eusébio de Carvalho Oliveira e José Pereira Lopes. A junta permaneceu no poder até o dia 29, quando João Domingos Ramos assumiu sozinho a chefia do Executivo estadual até transferi-la em 11 de fevereiro de 1892 para Coriolano de Carvalho e Silva, que fora nomeado para o cargo pelo governo federal.

Elias Firmino elegeu-se deputado federal pelo Piauí em 1897 e exerceu o mandato até 1899, quando tentou, sem êxito, a reeleição. Deu continuidade à sua atuação política, paralelamente ao exercício da advocacia, participando ativamente da oposição ao governo de Antonino Freire da Silva, que governou o Piauí entre 1910 e 1912. Exerceu novamente o mandato de deputado federal entre 1915 e 1917.

Foi também procurador da República no Piauí.

Faleceu em Teresina, em 1936.

Fundou o jornal *República* e colaborou nos periódicos *A Atualidade*, *O Estado*, *O Diário*, *O Apóstolo* e *Jornal de Notícias*. Publicou *O poder das trevas* (1913), *Frei Serafim de Catânia* (1917), *Operário da boa vinha* (1920), *O devaneio da ambição*, *Apelo aos homens de bem* e *Fitas*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BASTOS, C. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GONÇALVES, W. *Grande*; REGO NETO, H. *Fatos*.

MARTINS, Eliseu de Sousa

*pres. RN 1878-1879; pres. ES 1879-1880; const. 1891; sen. PI 1891-1894.

Eliseu de Sousa Martins nasceu em Gurgueia (PI) em 1842.

Bacharelou-se na Faculdade de Direito do Recife e iniciou a vida política ainda no Império, quando se filiou ao Partido Liberal. Foi presidente da província do Rio Grande do Norte de 1878 a 1879 e da província do Espírito Santo de 1879 a 1880.

Proclamada a República (15/11/1889) e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito senador pelo Piauí em setembro de 1890. Tomou posse em 15 de novembro e, durante os trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil, integrou, como primeiro-secretário, a Mesa Diretora da Constituinte. Depois de promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, em junho seguinte passou a exercer o mandato ordinário.

Faleceu em 1894 no exercício do mandato.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* .

MARTINS, Eneias

*jornalista; dep. fed. PA 1894-1896; dep. fed. AM 1897-1899 e 1903-1905; gov. PA 1913-1917.

Eneias Martins nasceu em Cametá (PA) em 1872, filho de um modesto professor primário.

Fez o curso secundário em Belém, no Liceu Paraense, e de lá partiu para Pernambuco, onde se bacharelou em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito do Recife em 1893. Logo em seguida regressou a Belém e, mediante concurso, foi nomeado professor de história do Liceu Paraense.

De 1894 e 1896 exerceu o mandato de deputado federal pelo Pará, eleito pelo Partido Republicano Federal. Em 1895, fundou *A Folha do Norte*, jornal diário de conteúdo noticioso, político e literário, que teve seu primeiro número veiculado em 1º de janeiro de 1896. O objetivo principal do jornal era lutar pelo desenvolvimento político e social da região e defender o Partido Republicano Federal, então chefiado por Lauro Sodré. Nesse período foi também procurador fiscal do estado do Amazonas e, por conta disso, esteve na América do Norte a fim de negociar um empréstimo para aquele estado. Em 1897 foi reeleito deputado federal, mas agora pelo estado do Amazonas. Exerceu o mandato até o fim da legislatura, em 1899.

De volta à Câmara dos Deputados entre 1903 e 1905, destacou-se em 1903 na defesa do Tratado de Petrópolis, que formalizou a incorporação do Acre ao território brasileiro e pôs fim à disputa entre Brasil e Bolívia. Sua atuação lhe valeu o reconhecimento de suas qualidades de diplomata pelo barão do Rio Branco, que o nomeou sucessivamente ministro do Brasil na Colômbia, no Peru e em Lisboa. Entretanto, não chegou a ocupar o último posto, pois, como o barão do Rio Branco foi acometido por graves problemas renais, nomeou-o subsecretário do gabinete do Ministério das Relações Exteriores. Assumiu interinamente o ministério entre os dias 10 e 14 de fevereiro de 1912.

Em 1º de fevereiro de 1913 assumiu o governo do estado do Pará, sucedendo a João

Antônio Luís Coelho. Em 27 de dezembro de 1916 foi deposto por um levante militar, e em janeiro de 1917 embarcou para o Rio de Janeiro. Após sua saída, o governo foi entregue ao desembargador Augusto Borborema, presidente do Tribunal de Justiça do estado. Em 1º de fevereiro, este foi substituído por Lauro Sodré, que iniciou assim seu segundo governo no Pará.

Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de julho de 1919.

Adrianna Setemy

FONTES: *Capital*: Diário Republicano da Noite (Lisboa, 9/2/1912). O sr. Dr. Enéas Martins, ministro do Brasil em Portugal;. Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MARTINS, Manuel Joaquim de Mendonça

*dep. fed. AL 1915-1920; sen. AL 1921-1930.

Manuel Joaquim de Mendonça Martins nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 19 de fevereiro de 1885, filho de Elísio Firmo Martins e de Justina de Mendonça Castelo Branco.

Fez os primeiros estudos e bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1910.

Transferindo-se para Alagoas, aí exerceu a advocacia e se dedicou à atividade agrícola em Camaragibe. Foi eleito deputado estadual na legislatura 1913-1914, e deputado federal por Alagoas nas legislaturas 1915-1917 e 1918-1920. Em 1921 conquistou uma cadeira no Senado Federal com mandato de nove anos. Reeleito, teria o mandato interrompido em outubro de 1930, pela revolução que conduziu Getúlio Vargas ao poder e fechou os órgãos legislativos do país. Em sua passagem pelo Senado foi quarto-secretário de 1921 a 1922 e primeiro-secretário de 1923 a 1930.

Com a reconstitucionalização do país após a promulgação da Constituição de 1934, voltou a exercer o mandato de deputado estadual em Alagoas entre 1935 e 1937. Nesse último ano mais uma vez os órgãos legislativos foram fechados, agora pelo golpe do Estado Novo.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

MARTINS, Silveira

*dep. geral RS 1872-1878; min. Faz 1878-1879; dep. geral RS 1879-1880; sen. RS 1880-1889; pres. RS 1889; rev. 1893.

Gaspar da Silveira Martins nasceu na estância pertencente a seu avô situada em Cerro Largo, na República Oriental do Uruguai, a 5 de agosto de 1834, filho de Carlos Silveira de Moraes Ramos e de Maria Joaquina das Dores Martins. Foi batizado em Bagé, no Rio Grande do Sul, em 5 de março de 1835, data que consta em diferentes registros como sendo a de seu nascimento.

Fez seus primeiros estudos nos colégios Professor Antônio José Domingos e Vitório da Costa, estudou dois anos na Faculdade de Direito do Recife e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1855. Em 1859 foi juiz municipal na Corte e em 1862 foi eleito deputado provincial no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, fundou em 1865 o jornal *A Reforma*, que posteriormente funcionaria como o órgão oficial dos federalistas gaúchos.

UM LIBERAL NO IMPÉRIO

Em 1872 foi eleito deputado geral pelo Rio Grande do Sul e a partir de então se destacou no Partido Liberal. Duas vezes reeleito, licenciou-se ao ser nomeado ministro da Fazenda após a posse do gabinete Sinimbu, organizado pelos liberais em 5 de janeiro de 1878. Sua gestão, entre 13 de fevereiro de 1878 e 8 de fevereiro de 1879, se caracterizou pelo aumento de impostos e uma severa política de economia para fazer face ao déficit orçamentário dos exercícios de 1877 a 1878, anos de grandes despesas, agravadas pela terrível seca que assolou o Nordeste do país. Regulamentou também o Serviço de Loterias da Corte. Por tentar o recurso da emissão, foi severamente atacado no Parlamento, o que o levou a deixar o cargo. Reassumiu então sua cadeira de deputado.

Ainda no exercício do cargo de ministro, Silveira Martins se opusera ao projeto de reforma eleitoral proposto por Sinimbu, por discordar da emenda que retirava dos não católicos os direitos de voto e de elegibilidade. Já de volta à Assembleia Geral, em 16 de abril de 1879 discutiu a questão com Rui Barbosa, que fora incumbido de defender as ideias do gabinete. A discussão entre os dois talentosos tribunos foi um verdadeiro duelo de oratória.

Foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul em 1880, e ocupou uma cadeira no Senado até 1889. Em 24 de julho desse ano foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul. Ao assumir o governo, retirou da Escola Militar de Porto Alegre vários alunos e professores, o que suscitou o protesto do marechal Deodoro da Fonseca contra a ingerência de civis em assuntos especificamente militares. Ocupou o cargo até 6 de novembro do mesmo ano, quando foi substituído por Justo de Azambuja Rangel.

Em meio aos episódios que antecederam a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi cogitado para ocupar a presidência do Conselho de Estado. A sugestão foi feita pelo então ocupante do cargo, o visconde de Ouro Preto, que renunciou frente à pressão do movimento militar liderado por Deodoro da Fonseca. Contudo, havia dois empecilhos que inviabilizavam seu nome como novo presidente do Conselho. Primeiro, o senador gaúcho estava em viagem de sua província para o Rio de Janeiro, onde chegaria somente alguns dias depois. Segundo, seria difícil fazer Deodoro aceitar um ministério presidido por Silveira Martins, pois os dois eram inimigos desde o tempo em que o marechal servira no Rio Grande do Sul, quando disputaram as graças da baronesa do Triunfo. Desde então, Silveira Martins não perdera oportunidade para provocar Deodoro. Para tanto, utilizou-se de todos os espaços possíveis, entre eles a tribuna do Senado, onde proferiu virulento discurso contra o desafeto.

Além disso, de acordo com José Murilo de Carvalho, a sugestão de Ouro Preto teria decorrido, possivelmente, de um desejo de vingança deste em relação a Deodoro. No entanto, conhecedores da desavença existente entre Deodoro e Silveira Martins, os demais integrantes do Conselho de Estado optaram por uma solução conciliadora, ou seja, pela nomeação do conselheiro Saraiva, que foi proposta ao imperador. A mudança não impediu que chegassem a Deodoro boatos de que Silveira Martins substituiria Ouro Preto. Existiram ainda outros boatos, como, por exemplo, o que pregava a dissolução do Exército. A boataria parece ter tido relevância na mudança de atitude de Deodoro, que, apesar de ter desejado apenas derrubar o gabinete Ouro Preto, acabou por proclamar a República.

Com a derrocada da monarquia, Silveira Martins, assim como vários outros, foi preso e deportado. Vivendo exilado na Europa, encontrou-se algumas vezes com dom Pedro II. Em um desses encontros, propôs ao imperador e à princesa Isabel o retorno da família imperial ao Brasil. A proposta foi recusada por ambos, sobretudo pela princesa Isabel, que, frente ao

afastamento da República em relação à Igreja, afirmou não poder entregar a educação de seus filhos ao país, argumento que causou certa indignação em Silveira Martins.

DEFENSOR DA REPÚBLICA PARLAMENTARISTA

Em 19 de novembro de 1890 o presidente Deodoro da Fonseca decretou a anulação do banimento dos monarquistas, e em 5 de janeiro de 1892 Silveira Martins aportou na cidade do Rio de Janeiro, onde foi recebido com aclamações. Àquela altura, a jovem República já havia passado por um primeiro grande embate: em 3 de novembro de 1891, encontrando dificuldades para manter seu veto ao projeto que limitava os poderes do Executivo, Deodoro fechara o Congresso Nacional, provocando forte reação. No Rio Grande do Sul, o presidente estadual Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), hostilizado por ter apoiado Deodoro, renunciara em 12 de novembro e fora substituído por uma junta governativa composta pelos republicanos dissidentes Joaquim Francisco de Assis Brasil, João de Barros Cassal, Manuel Luís da Rocha Osório e o general Domingos Alves Barreto Leite. No plano nacional, diante da ameaça de bombardeio da capital federal, o próprio Deodoro renunciara à presidência da República em 23 de novembro, sendo substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Ao desembarcar no Rio de Janeiro no início de 1892, Silveira Martins encontrou-se com Floriano Peixoto e defendeu a República parlamentarista. Em 8 de fevereiro chegou ao Rio Grande do Sul e, em 26, a Porto Alegre, onde se deparou com um clima de forte instabilidade política, suscitado por movimentos oposicionistas organizados por correntes de ex-liberais e de republicanos com tendências positivistas. Em 19 de março, Barros Cassal passou a responder sozinho pelo governo do estado. A fim de enfraquecer a oposição, decretou a supressão do anonimato na imprensa e o adiamento das eleições estaduais. Tais medidas provocaram a reação tanto dos castilhistas, partidários de Júlio de Castilhos, como dos liberais aglutinados em torno de Silveira Martins, que acusou os governos federal e gaúcho de “ditaduras comtistas”, ou seja, influenciadas pela filosofia positivista de Augusto Comte.

A partir de sua defesa do parlamentarismo, Silveira Martins conseguiu reunir no dia 31 de março de 1892 um grande número de pessoas no encontro que ficou conhecido como Congresso ou Convenção de Bagé. Nele foi lançado o Partido Federalista ou Partido

Republicano Federal, para fazer frente ao PRR de Júlio de Castilhos. Silveira Martins foi, então, aclamado chefe do partido recém-fundado. No encontro, foram aprovados os seguintes princípios: substituição da Constituição estadual considerada positivista por uma Constituição representativa modelada segundo os princípios do governo parlamentar; eleição do presidente do estado por quatro anos, não podendo ser reeleito para o período seguinte; eleição da Câmara pelo período de quatro anos por distritos eleitorais e renovação do mandato bienalmente por metade; iniciativa do governo e da Câmara na apresentação das leis, com exceção das que competiam exclusivamente a esta; autonomia municipal; Poder Judiciário dos estados; liberdade de imprensa etc. Durante o encontro, o general João Nunes da Silva Tavares foi lançado como futuro candidato do partido à presidência do Rio Grande do Sul. Os partidários de Castilhos, contudo, também almejavam reconquistar a presidência do estado e, para tanto, planejaram derrubar Barros Cassal. A decisão do golpe foi registrada em ata que contou com a assinatura de vários políticos locais, entre eles os generais Hipólito Ribeiro e Francisco Rodrigues de Lima, Pinheiro Machado, Manuel do Nascimento Vargas, Evaristo Amaral e mais outros 12 chefes locais.

Temeroso de que Silveira Martins e seus partidários conquistassem a presidência do Rio Grande do Sul e certo de que o grupo defenderia o parlamentarismo, o presidente Floriano Peixoto passou a apoiar Júlio de Castilhos em suas pretensões, apesar de ter antipatizado com o apoio por ele dado ao golpe de Deodoro contra o Congresso. O plano de Floriano era o seguinte: Castilhos assumiria o poder, mas o cederia imediatamente a um vice, escolhido pelo presidente da República.

Em meio às disputas políticas, Silveira Martins encontrou-se com Júlio de Castilhos entre maio e junho de 1892. Nesses encontros, possivelmente articulados por Ferreira Pinto, amigo comum, propôs algumas soluções conciliadoras no intuito de evitar um conflito armado. Sugeriu, por exemplo, a elaboração de uma Constituição estadual capaz de fazer concessões aos partidos de ambos. Todavia, Castilhos se opôs a qualquer conciliação e reafirmou seu propósito de assumir a presidência do estado, independentemente de eleições.

Diante das ameaças dos castilhistas, Silveira Martins, Barros Cassal, o general Barreto Leite e outros se reuniram e entregaram o governo, em 8 de junho de 1892, a José Antônio Correia da Câmara, o marechal Câmara, visconde de Pelotas. A medida significou uma

rápida ascensão dos gasparistas à presidência do estado, mas encontrou forte resistência entre os castilhistas e o governo federal, o que suscitou, em 17 de junho, a queda do visconde de Pelotas, que transmitiu o cargo a seu vice, também gasparista, o general João Nunes da Silva Tavares, conhecido como Joca Tavares. Concomitantemente à posse deste último, Júlio de Castilhos foi empossado por seus partidários como presidente do estado e no dia seguinte transmitiu o governo a seu vice, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro, cumprindo a exigência imposta por Floriano Peixoto. Instituiu-se, portanto, uma dualidade de governos, o que redundou na eclosão de conflitos armados promovidos por ambas as partes, empenhadas em se manter no poder.

Os gasparistas, também chamados de “maragatos”, foram organizados por Silva Tavares, que conseguiu reunir cerca de quatro mil homens. Com armamento precário, os maragatos não conseguiram resistir às tropas castilhistas, que contavam com o apoio do governo. Por insistência de Silveira Martins, Silva Tavares depôs as armas perante as forças federais comandadas pelo general Artur Oscar, com a condição de que estas não invadissem a cidade de Bagé. Em 24 de junho, contudo, Barros Cassal liderou um malogrado movimento naval que tentou depor Vitorino Monteiro. Após esse episódio, os castilhistas iniciaram uma repressão generalizada contra a oposição, criando para tanto a Brigada Militar. Em 27 de setembro Vitorino Monteiro transmitiu o governo a Fernando Abbott, que conduziu as eleições que levaram Júlio de Castilhos ao poder em 25 de janeiro de 1893. A reação dos maragatos a Júlio de Castilhos levou à deflagração, no mês seguinte, da Revolução Federalista, que se estenderia até meados de 1895. Os conflitos da Revolução Federalista foram marcados por ampla destruição material, degola e fuzilamento de prisioneiros. A violência forçou muitos gaúchos ao exílio, e entre eles estava Silveira Martins, que buscou abrigo na Argentina e no Uruguai. A distância, todavia, não o afastou dos problemas políticos nacionais.

Enquanto a Revolução Federalista sacudia o Sul do país, em setembro de 1893, no Rio de Janeiro, eclodiu a Revolta da Armada, movimento de oposição ao governo de Floriano Peixoto liderado pelo almirante Custódio de Melo e, posteriormente, por Saldanha da Gama. Ciente da fraqueza das tropas federalistas no Rio Grande do Sul, Silveira Martins entrou em contato com Custódio de Melo. Seu intuito era o de juntar as duas revoltas e estabelecer em Santa Catarina um novo governo. Contudo, o governo composto pelos

rebeldes na cidade de Desterro (posteriormente Florianópolis) foi caracteristicamente positivista e avesso ao parlamentarismo defendido pelos gasparistas, o que gerou contrariedade entre estes. As divergências políticas redundaram em uma ruptura entre os elementos revolucionários, que partiram de Santa Catarina rumo ao Paraná, Rio de Janeiro etc. Todavia, a correspondência entre Silveira Martins e Custódio de Melo continuou.

Em 4 de janeiro de 1894, após a entrada de Saldanha da Gama na Revolta da Armada, o que deu ao movimento aspectos monarquistas, um emissário foi enviado a Buenos Aires para pedir a Silveira Martins que convencesse os líderes militares federalistas sediados na cidade de Desterro, entre eles o maragato Gumerindo Saraiva, a enviar ao Rio de Janeiro um contingente de mil ou dois mil homens, o que possibilitaria o ataque a Niterói. No entanto, os esforços coordenados entre as duas revoltas foram insuficientes frente à superioridade bélica das forças do governo federal, que contou, ainda, com a ajuda dos Estados Unidos, já que o governo norte-americano vendeu ao Brasil embarcações que foram empregadas no ataque final desfechado contra o movimento da Armada. Assim, a guerra teve seu término em junho de 1895 e acabou com um saldo de cerca de dez mil homens mortos, muitos deles vítimas de degola.

Após o conflito, Silveira Martins continuou a viver no exílio, em sua estância Rincón Pereira, no Uruguai. Sua atuação política nesse período foi reduzida.

Faleceu em Montevideu no dia 23 de julho de 1901.

Ao longo da vida foi agraciado com o título de grão-mestre da Maçonaria e teve vários de seus discursos publicados: *Da necessidade da reforma administrativa* (1869), *Crítica Literária*, *Um ministro negociante* (1877); *Um discurso parlamentar de Silveira Martins* (1921, ed. póstuma); *O radicalismo* (1922, ed. póstuma).

Cristina Luna

FONTES: CARONE, E. *República*; CARVALHO, J. D. *Pedro II*; GONÇALVES, J. *Rui Barbosa*; MACHADO, M. *Rui Barbosa*; MIN. REL. EXT. *Ministros*; Páginas oficiais na internet da Câmara dos Deputados, Senado e Ministério da Fazenda.

MARTINS, Sousa

*magistrado; min. STF 1894-1896.

Antônio de Sousa Martins nasceu em Oeiras, província do Piauí, em 1829, filho de Manuel de Sousa Martins e de Ana Rodrigues de Santana.

Obteve o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Olinda em 1853 e iniciou a carreira na magistratura ao ser, no ano seguinte, nomeado juiz municipal e de órfãos em sua terra natal. Ali permaneceu até 1859, quando assumiu idêntico cargo no termo de Santo Antônio da Patrulha, também no Piauí. Habilitado nos termos da lei, foi nomeado juiz de direito da comarca de Alegrete, no Rio Grande do Sul, por decreto de outubro de 1860. Entre 1862 e 1864, foi chefe de polícia do Espírito Santo e Minas Gerais. Dali foi designado para a comarca de Taubaté, São Paulo, até 1866, quando deixou a província paulista por haver sido removido para a comarca de Itapicuru-Mirim, no Maranhão. Em 1873 foi removido para a comarca da Paraíba.

Em 1878 foi nomeado desembargador da Relação de Cuiabá, e em 1880 foi removido para a de Ouro Preto. Nessa Relação, exerceu o cargo de procurador da coroa, soberania e fazenda nacional, de 1880 a outubro de 1881, quando foi removido para a Relação de Porto Alegre. Em 1882 foi presidente da Relação gaúcha, cargo a que foi reconduzido por decreto em 1885 e 1888 e por eleição de seus pares em sessão de março de 1890, já no período republicano. Com a reorganização da Justiça sob a República, em janeiro de 1891 foi nomeado juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal, nome dado à antiga Relação do Império, e eleito seu vice-presidente. Ainda em 1891, foi nomeado ministro adjunto do Conselho Supremo Militar, em substituição a José da Mota Azevedo Correia, que fora aposentado, razão por que deixou suas funções naquela Corte de Apelação.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tomou posse em outubro de 1894 e foi nomeado procurador-geral da República, permanecendo no exercício de suas funções até falecer. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 25 de

dezembro de 1896.

Foi casado com Gertrudes Ataíde Martins.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>.

MASCARENHAS, Domingos

*dep. fed. RS 1906-1930.

Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas Júnior nasceu em Pelotas (RS) no dia 10 de fevereiro de 1866, filho de Domingos Pinto de Figueiredo Mascarenhas e de Florinda Amália Barcelos Mascarenhas.

Ainda durante o Império, ingressou na Faculdade de Medicina da cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Ainda estudante dessa faculdade, passou a defender as causas republicana e abolicionista, sendo um dos fundadores do Clube Republicano da Escola de Medicina e do Clube Republicano Sul Rio-Grandense. Por sua atividade política, aproximou-se de Silva Jardim e o auxiliou em muitas de suas atividades.

Depois da proclamação da República (15/11/1889) fez parte da brigada acadêmica, criada para preservar as instituições públicas durante as agitações e instabilidades políticas dos primeiros momentos republicanos. Em seguida, tornou-se autoridade policial do Distrito Federal, como passou a ser denominada a cidade do Rio de Janeiro após a promulgação da primeira Constituição republicana brasileira em 24 de fevereiro de 1891.

Passou a fazer oposição ao governo do presidente Deodoro da Fonseca (1889-1891) depois que ele, em 3 de novembro de 1891, diante da impossibilidade de resolver a crise política por que passava o seu governo, dissolveu o Congresso Nacional. A Marinha, apoiada pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, iniciou uma revolta na baía da Guanabara. Nesse momento, Domingos Mascarenhas ingressou no corpo armado de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, sob o comando de Serzedelo Correia, que pedia a revogação da dissolução do Legislativo. Diante da ameaça de uma guerra civil, Deodoro renunciou no dia 23 desse mesmo mês, assumindo o vice-presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Domingos Mascarenhas passou a apoiar o governo de Floriano e foi um dos fundadores do Batalhão Benjamin Constant, um dos agrupamentos militares responsáveis pela defesa do governo federal durante a Revolta da Armada. Essa revolta se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, envolvendo a Esquadra sediada na baía da Guanabara com o objetivo de derrubar Floriano Peixoto. A insurreição, que incluiu a tomada da capital de Santa Catarina por destacamentos rebeldes, encerrou-se com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro.

Após a revolta, ainda em 1894, Domingos Mascarenhas formou-se em medicina e passou a clinicar em Bajé (RS). Alguns meses depois mudou-se para a Europa, estudando dois anos em hospitais de Paris. Retornou a Bajé, onde integrou o núcleo de positivistas, seguidores da filosofia de Augusto Comte. Nesse período, ingressou no Partido Republicano Rio-

Grandense (PRR), agremiação fundada em 23 de fevereiro de 1882 e liderada por Júlio de Castilhos, tornando-se um dos chefes políticos estaduais.

Foi eleito deputado federal pelo estado do Rio Grande do Sul em janeiro de 1903. Assumindo, em maio seguinte, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi sucessivamente reeleito até a legislatura iniciada em maio de 1930, sempre na legenda do PRR. Não concluiu esse último mandato, pois, em outubro seguinte, com a vitória da Revolução de 1930 que depôs o presidente Washington Luís (1926-1930) e levou Getúlio Vargas ao poder, todos os órgãos legislativos do país foram extintos.

João Neves da Fontoura definiu Domingos Mascarenhas em suas memórias como “devotado desde Castilhos ao Rio Grande e ao nosso grêmio partidário”.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 21 de maio de 1940.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FONTOURA, J. *Memórias*.

MASCARENHAS, Pacífico Gonçalves da Silva

* dep. geral MG 1886-1889; const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

Pacífico Gonçalves da Silva Mascarenhas nasceu na fazenda São Sebastião, no município de Curvelo (MG), em 7 de janeiro de 1843, filho de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas e de Policena Ferreira Pinto Mascarenhas. Seu irmão Bernardo Mascarenhas foi um importante empreendedor no município de Juiz de Fora (MG), onde fundou em 1888 a Companhia Mineira de Eletricidade e a Companhia de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas. Também construiu a Usina de Marmelos, primeira usina hidroelétrica da América do Sul, e foi um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Outro irmão, Sebastião Gonçalves da Silva Mascarenhas, foi deputado geral de 1885 a 1889 e deputado federal de 1909 a 1917.

Estudou no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço, em Minas Gerais, e depois formou-se em medicina. Iniciou-se na política por volta de 1870, ao ser eleito vereador e presidente da Câmara Municipal de Curvelo. Em 2 de fevereiro de 1871 casou-se com Catarina Diniz Couto. Em 1886 foi eleito deputado geral pela província de Minas Gerais. Reeleito para as legislaturas seguintes, exerceu o mandato até a proclamação da República em 15 de novembro de 1889.

No novo regime, foi eleito deputado constituinte em 15 de setembro de 1890. Assumindo em 15 de novembro sua cadeira no Congresso Nacional Constituinte, no Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, participou dos trabalhos de elaboração da primeira Constituição republicana do Brasil e foi um dos signatários da Emenda Lauro Müller, que propunha a demarcação de uma zona no Planalto Central destinada à construção da futura capital federal. Depois da promulgação da nova Carta em 24 de fevereiro de 1891 e da eleição do marechal Deodoro da Fonseca como o primeiro presidente da República, participou da legislatura ordinária que se seguiu, entre junho de 1891 e dezembro de 1893.

A partir de 1894 passou a se dedicar, junto com os irmãos Aristides e Antônio, à Companhia Cedro e Cachoeira, empresa responsável pelo cultivo, coleta e venda de algodão e uma das principais fornecedoras de capital para o distrito de São Gonçalo das Tabocas, que permitiu que o distrito se tornasse autônomo de Curvelo com o nome de Pirapora.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 2 de janeiro de 1931.

Seu sobrinho Viriato Diniz Mascarenhas foi deputado federal por Minas de 1900 a 1908.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Achei Curvelo. *Presidentes da Câmara de Curvelo*. Disponível em: <<http://www.acheicurvelo.com.br/camara.htm>>. Acesso em: 8/10/2010; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; BIB. DIG. *Constituição de 1891*. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Blog Carlos Ferreira. Biografia de Bernardo Mascarenhas. Disponível em: < <http://carlosferreirajf.blogspot.com/2009/10/bernardo-mascarenhas-curvelo-mg-1847.html>>. Acesso em: 8/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Emenda Lauro Muller. Disponível em: < <http://doc.brazilia.jor.br/HistDocs/Congresso/18901215emendaLauroMuller.htm>>. Acesso em: 14/8/2010; Colégio do Caraça. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; Genealogy. *Casamento Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas*. Disponível em: < <http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-dsilvaBH/GENE4-0005.html>>. Acesso em: 8/10/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*. Disponível em: < http://static.icmc.org.br/files/newsletters/Livro_formatado.pdf>. Acesso em: 10/8/2010; Velho Chico. *História de Pirapora*. Disponível em: <http://velhochico.net/index_arquivos/Page398Q.htm>. Acesso em: 8/10/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

MASCARENHAS, Sebastião Gonçalves da Silva

*dep. geral MG 1885-1889; dep. fed. MG 1909-1917.

Sebastião Gonçalves da Silva Mascarenhas nasceu no distrito de Tabuleiro Grande, município de Curvelo (MG), em 28 de fevereiro de 1848, filho de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas e de Policena Ferreira Pinto Mascarenhas. Seu irmão Bernardo Mascarenhas foi um importante empreendedor no município de Juiz de Fora (MG), onde fundou em 1888 a Companhia Mineira de Eletricidade e a Companhia de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas. Também construiu a Usina de Marmelos, primeira usina hidroelétrica da América do Sul, e foi um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais. Outro irmão, Pacífico Gonçalves Mascarenhas, foi vereador em Curvelo, deputado geral de 1886 a 1889, constituinte de 1891 e deputado federal de 1891 a 1893.

Por volta de 1860 fez o preparatório no Externato Aquino, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e depois formou-se em direito. Em 14 de outubro de 1874 casou-se com Francisca Calado de Miranda. Ingressou na política ao ser eleito deputado provincial em Minas Gerais em 1880. Reeito para as legislaturas seguintes, permaneceu no Legislativo estadual até 1885, quando renunciou por ter sido eleito deputado geral. Exerceu o mandato até a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

Regressou à política em 1909, quando foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 3 de maio daquele ano e, reeleito para as duas legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1917.

Faleceu no Rio de Janeiro em 13 de fevereiro de 1933.

Teve dois filhos. Seu sobrinho Viriato Diniz Mascarenhas foi deputado federal por Minas de 1900 a 1908.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Achei Curvelo. *Presidentes da Câmara de Curvelo*. Disponível em: <<http://www.acheicurvelo.com.br/camara.htm>>. Acesso em: 8/10/2010; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Blog Carlos Ferreira. *Biografia de Bernardo Mascarenhas*. Disponível em: <<http://carlosferreirajf.blogspot.com/2009/10/bernardo-mascarenhas-curvelo-mg->

[1847.html](#)>. Acesso em: 8/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; COL. BRAS. GENEALOGIA. *Bio. Sebastião Gonçalves Mascarenhas*. Disponível em: < http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_02.html>. Acesso em: 15/10/2010; Genealogy. *Casamento Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas*. Disponível em: < <http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-dsilvaBH/GENE4-0005.html>>. Acesso em: 8/10/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista; Velho Chico. História de Pirapora*. Disponível em: < http://velhochico.net/index_arquivos/Page398Q.htm>. Acesso em: 8/10/2010.

MASCARENHAS, Viriato Diniz

* dep. fed. MG 1900-1908.

Viriato Diniz Mascarenhas nasceu no município de Curvelo (MG) em 21 de abril de 1862, filho de José Soares Diniz e de Francisca Moreira Mascarenhas, também conhecida como Nhanhá das Pedras. Pelo lado paterno era neto de Antônio Filho e de Rita Moreira. Pelo lado materno era neto de Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas e de Policena Ferreira Pinto Mascarenhas. Três de seus tios tiveram participação ativa na política mineira: Bernardo Mascarenhas foi um importante empreendedor no município de Juiz de Fora (MG), onde fundou em 1888 a Companhia Mineira de Eletricidade e a Companhia de Fiação e Tecelagem Bernardo Mascarenhas, construiu também a primeira usina hidroelétrica da América do Sul (Usina de Marmelos) e foi um dos fundadores do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Pacífico Gonçalves Mascarenhas foi deputado geral de 1886 a 1889, constituinte de 1891 e deputado federal de 1891 a 1893; Sebastião Gonçalves da Silva Mascarenhas foi deputado geral de 1885 a 1889 e deputado federal de 1909 a 1917.

Ingressou em 1876 no Colégio do Caraça, localizado na serra do Espinhaço (MG), no qual ficou até de 1877. Na década de 1880 bacharelou-se em direito.

Sua vida política teve início com a eleição para deputado estadual em Minas Gerais. Assumiu a cadeira na Constituinte Estadual em 1891, tendo sido um dos signatários da Constituição do estado, e renovou o mandato até 1895. Nos cinco anos seguintes dedicou-se à advocacia. Retornou ao cenário político ao ser eleito deputado federal por seu estado natal. Assumiu a cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 24 de maio de 1900. Reeleito para as legislaturas seguintes, permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1908.

Faleceu no município de Curvelo em 18 de julho de 1910.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: Achei Curvelo. *Presidentes da Câmara de Curvelo*. Disponível em: <<http://www.acheicurvelo.com.br/camara.htm>>. Acesso em: 8/10/2010; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; Blog Carlos ferreira. *Bio. Bernardo Mascarenhas*. Disponível em: <<http://carlosferreirajf.blogspot.com/2009/10/bernardo-mascarenhas-curvelo-mg-1847.html>>. Acesso em: 8/10/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; COL.

CARAÇA. Disponível em: <<http://www.santuariodocaraça.com.br>>. Acesso em: 19/4/2010; COL. BRAS. GENEALOGIA. *Bio. Sebastião Gonçalves Mascarenhas*. Disponível em: < http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_e_02.html>. Acesso em: 15/10/2010; Genealogy, *Bio. Viriato Diniz Mascarenhas*. Disponível em: <[http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-BH/GE NE4 -0006.html](http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-da-silva-BH/GE%20NE4%20-0006.html)>. Acesso em: 18/10/2010, *Casamento Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas*. Disponível em: <<http://familytreemaker.genealogy.com/users/f/e/r/Roberta-R-Ferreira-dsilvaBH/GENE4-0005.html>>. Acesso em: 8/10/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista; Velho Chico. História de Pirapora*. Disponível em: < http://velhochico.net/index_arquivos/Page398Q.htm>. Acesso em: 8/10/2010.

MASSA, Antônio

*sen. PB 1919-1930.

Antônio Massa nasceu na cidade de Sapé (PB) no dia 31 de dezembro de 1864, filho de João Alves Santos Massa e de Angélica Clara de São José Massa.

Iniciou seus estudos no Liceu da Paraíba e daí transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, onde se formou em 1889.

Ingressou na política depois da instalação do regime republicano, em 15 de novembro de 1889. Foi então eleito deputado estadual constituinte pela legenda do Partido Republicano da Paraíba, mas não chegou a completar o mandato, pois renunciou depois da deposição do presidente do estado Venâncio Neiva em 27 de dezembro de 1891, no contexto da chegada ao poder do presidente marechal Floriano Peixoto. Após essa experiência, passou a se dedicar à carreira de advogado e às atividades agrícolas em seu estado. Em 1906 foi nomeado juiz municipal na cidade de Ingá (PB), em seguida no município de Pilar (PB), posteriormente chamado de Itabaiana, e por fim na cidade de Paraíba do Norte (PB), depois denominada João Pessoa.

Voltou a atuar na política paraibana quando foi nomeado chefe de polícia, durante o governo do presidente estadual João Pereira de Castro Pinto (1912-1915). Em 1916 foi eleito vice-presidente do estado, durante o governo de Francisco Camilo de Holanda (1916-1920). Não completou o quadriênio, pois foi eleito senador em 1919, na vaga aberta com a renúncia do senador Eptácio Pessoa para assumir a presidência da República (1919-1922). Em 1921 foi reeleito senador para um mandato de nove anos, concluído em 1929. Em 1930 foi novamente eleito senador, mas teve o mandato interrompido em outubro com a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Durante os anos em que esteve no Senado, foi membro das comissões de Constituição e Justiça, Redação, Comércio, Agricultura, Indústria e Artes.

Faleceu no dia 31 de julho de 1958.

Sua filha Filomena Massa Lins do Rego casou-se com José Lins do Rego, escritor e membro da Academia Brasileira de Letras.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: LEITE NETO, L. . *Catálogo biográfico*; PINTO, L. *Fundamentos*.

MATARAZZO, FRANCISCO

*pres. CIESP 1928-1931.

Francisco Matarazzo nasceu em Castelabate, província de Salerno, na Itália, em 9 de março de 1854. Foi o primogênito dos nove filhos de Costabile Matarazzo, advogado e proprietário de prestígio local, e de Mariangela Jovane. No Brasil, seu prenome foi usualmente aportuguesado.

Ainda na Itália, decidido a ingressar na Escola de Guerra, foi enviado para a casa de um tio a fim de cursar o Liceu de Salerno, mas a morte do pai em 1872, associada às dificuldades financeiras da família, forçou-o a abandonar os estudos e os planos. Retornou a Castelabate, comunidade baseada na economia agrária, e ali permaneceu até o início da década de 1880. Segundo José de Sousa Martins, sua decisão de emigrar para o Brasil, tomada nessa época, decorreu dos problemas que os proprietários enfrentavam com as crises econômicas ocorridas depois da unificação italiana. No entanto, Donald Rust, técnico inglês que trabalhou para Matarazzo durante muito tempo, e C. D'Agostino interpretaram o mesmo fato como resultado natural de suas aspirações de crescimento.

Acompanhado da mulher e de dois filhos, Matarazzo chegou ao Brasil em 1881 pretendendo atuar no comércio. Trazia consigo apenas um milhar de liras e esperava iniciar os negócios com uma carga de toucinho que lhe foi enviada da Itália. Com o naufrágio da embarcação que a conduzia, dirigiu-se para Sorocaba (SP), onde recebeu ajuda de um conterrâneo, “misto de sapateiro e conselheiro municipal”, abrindo então, em maio de 1882, uma pequena casa comercial. A partir daí dedicou-se ao comércio rural, trabalhando com tropa de carga e percorrendo toda a região para negociar com os fazendeiros.

Verificando que o Brasil importava banha de porco, decidiu abrir uma fábrica desse produto em Sorocaba e, pouco depois, outra em Capão Bonito de Paranapanema, hoje Capão Bonito (SP), na mesma região, como desdobramento de sua atividade comercial no campo. Adquiria pessoalmente a matéria-prima nos locais de criação de Itapetininga (SP), o que, junto com seu pioneirismo, permitiu que estabelecesse uma competição desigual com seus rivais quando estes surgiram. Antecipando-se a eles e contando com a lealdade dos fornecedores, comprava a matéria-prima a preços mais baratos, conseguindo assim uma posição vantajosa frente aos competidores. A indústria da banha foi o ponto de partida para

o sucesso de Matarazzo. Após a súbita paralisação na importação do produto norte-americano, que chegava em barris de madeira, fundou uma terceira fábrica em Porto Alegre e, segundo suas próprias palavras, “inundou” o Brasil com uma novidade: a banha em lata, já utilizada nos Estados Unidos.

Em 1890 associou-se a seus dois irmãos José (Giuseppe) e Luís (Luigi), que já se encontravam no Brasil, e fundou a Matarazzo & Irmãos, com o objetivo de expandir suas atividades. Era a época do “encilhamento”, crise decorrente da política financeira instituída no governo provisório de Deodoro da Fonseca, que conduziu a um surto febril de negócios, especialmente financeiros, os quais resultaram em muitas empresas de vida efêmera, além de inflação incontrolável e comprometimento do crédito do país no exterior. Seguindo orientação contrária à tendência dominante entre os investidores paulistas, que adquiriam grande número de estabelecimentos industriais e bancários, Matarazzo desmobilizou parte de seu capital industrial para aplicá-lo no comércio.

Em setembro do mesmo ano transferiu-se para São Paulo e encarregou o irmão André (Andrea), que chegara um mês antes ao Brasil e a quem não se associara, de liquidar os negócios em Sorocaba. Manteve a fábrica de banha em Capão Bonito e estabeleceu-se em uma casa na rua 25 de Março, na praça do Mercado, que registrou como sendo de comissões e consignações. Em 1891, com o nome de F. Matarazzo e Companhia Limitada, este passou a ser seu principal estabelecimento.

Em março desse ano organizou-se a Companhia Matarazzo, sociedade anônima composta por 43 acionistas que adquiriu as empresas da Matarazzo & Irmãos, então dissolvida. Dessa época até 1895 a empresa desenvolveu suas características comerciais sem contudo extinguir seu ramo industrial, passando a ser predominantemente importadora até 1900. Trabalhou em larga escala com farinha de trigo dos Estados Unidos e arroz da Cochinchina (atualmente parte do Vietnã), beneficiado no Brasil.

No ano de 1898 sobreveio a Guerra Hispano-Americana, que dificultou a importação de farinha de trigo dos Estados Unidos. Valendo-se da situação de escassez do produto, Matarazzo fretou um navio e importou farinha argentina, com a qual abasteceu durante muito tempo o mercado nacional.

A situação de desequilíbrio no balanço de pagamentos e o elevado montante da dívida externa no país também criaram dificuldades à importação e propiciaram estímulo ao

desenvolvimento de indústrias locais. Nesse contexto, Matarazzo, que já era membro da diretoria da Associação Comercial de São Paulo, decidiu iniciar a construção de um moinho, conseguindo os créditos necessários para o empreendimento junto a um banco inglês que possuía filial na capital do estado. Em 1899 adquiriu na Inglaterra o equipamento mais moderno da época e em 15 de março do ano seguinte inaugurou seu moinho no Brás, experiência pioneira em São Paulo.

Em maio de 1900 Matarazzo participou da fundação e se tornou um dos cinco diretores do banco *Commerciale Italiano di São Paulo*, constituído por 116 acionistas, na maioria imigrantes italianos. Em 1901 comprou novos equipamentos, dobrando a capacidade produtiva de seu moinho. Por essa época, segundo José de Sousa Martins, “já era um homem rico e possuía seu palacete na recém-aberta avenida Paulista”, onde residiam grandes fazendeiros, comerciantes e industriais.

A partir da fabricação da farinha de trigo no Brasil, os negócios de Matarazzo experimentaram notável expansão, observando uma integração vertical que os tornaria cada vez mais interdependentes e aumentaria em escala crescente sua autossuficiência em relação a outros fornecedores de bens ou serviços. Decidindo fabricar a sacaria para sua farinha, abriu um cotonifício. Mais adiante, observando que as mulheres do campo utilizavam os sacos para confeccionar roupas, comprou máquinas para estampar o tecido, criando depois a Tecelagem de Algodão Mariangela. Segundo Warren Dean, talvez tenha sido Matarazzo o primeiro a “empregar essa inovação em São Paulo, e sua estampa foi a única paulista que operou lucrativamente antes da Primeira Guerra Mundial”.

O desenvolvimento das atividades têxteis levou à compra de algodão em rama e de máquinas para beneficiá-lo, o que forneceu a matéria-prima para a montagem de uma fábrica para extração de óleo de caroço do algodão. Essa operação inspirou a manufatura de outro subproduto da semente, aparecendo uma fábrica de sabão para lavagem. O sebo, a estearina e a glicerina envolvidos na produção do sabão propiciaram a criação de uma empresa de velas, e, para suprir a necessidade de encaixotamento de todos estes produtos, foram montadas serrarias em São Paulo e Paraná, que por sua vez criaram as condições para o início de uma indústria de móveis e para a produção própria de pregos. Os óleos exigiam latas. Assim, a oficina mecânica que pertencia a Matarazzo desde 1901, depois de transformada em uma pequena fábrica metalúrgica em 1902, deu origem à Metalúrgica

Matarazzo, dotada de equipamento de litografia para todos os tipos de invólucros metálicos. Além disso, como os negócios da farinha de trigo dependiam de matérias-primas importadas, Matarazzo comprou alguns navios de cabotagem e passou a fazer o transporte desses produtos por conta própria.

Em meio a esse processo foi organizado, em novembro de 1905, o banco Italiano del Brasile, de composição semelhante ao anterior mas com o preço da ação reduzido à metade para tornar sua compra mais acessível aos pequenos investidores. Francisco Matarazzo foi eleito para a presidência, onde permaneceu pouco tempo. Segundo José de Sousa Martins, a “provável competição pelos capitais” decorrente da crise bancária em curso, e a disputa entre Matarazzo, Giuseppe Pugliese (do moinho Santista) e Egídio Pinotti Gamba (dos moinhos Gamba e secretário da diretoria do banco) no setor da moagem de trigo, levariam à organização de um terceiro banco italiano em 1910.

Nesse ano, a firma F. Matarazzo & Cia. foi transformada na Sociedade Anônima Indústrias Reunidas Fábrica Matarazzo (IRFM), continuando porém a existir a “potentíssima casa comercial que tem relações de negócios em todo o mundo”, como afirmou Antônio Piccarolo. Matarazzo dissociou-se de Pugliese e organizou nas IRFM uma seção bancária com a concessão do monopólio das remessas de vendas dos imigrantes italianos fixados em São Paulo para seu país de origem.

MATARAZZO E O MOVIMENTO OPERÁRIO

Em 1912, a elevação do custo de vida provocou manifestações em São Paulo. No dia 1º de maio, várias organizações operárias promoveram comícios, e duas semanas depois eclodiu uma greve que paralisou o setor têxtil. Entre as fábricas atingidas encontravam-se as duas maiores do ramo, a Mariangela e a Santana (dirigida por Jorge Street), que, segundo jornais da época, contavam respectivamente com três e dois mil operários, o que não confere com os dados do Boletim do Departamento Estadual do Trabalho (São Paulo, 1912), que indica 1.900 trabalhadores na primeira e 2.700 na segunda. Os operários exigiam aumento salarial de 25% e redução da jornada diária de trabalho de dez horas e meia para nove horas, mas não tiveram suas reivindicações atendidas.

Em 1915, Matarazzo montou novos moinhos em Antonina (PR), e em 1917 adquiriu a Companhia Metal Gráfica Aliberti. Nesse mesmo ano, em reconhecimento aos serviços e

contribuições prestadas à Itália durante a Primeira Guerra Mundial, recebeu do rei Vítor Emanuel o título de conde.

Ainda em 1917, a suspensão das exportações de trigo argentino para o Brasil, o aumento contínuo do custo de vida e as denúncias feitas contra os intermediários e açambarcadores de mercadorias contribuíram para produzir um ambiente de tensão. Os Matarazzo eram alguns dos acusados, pela imprensa e por deputados, de desviar produtos para a exportação e estocar gêneros alimentícios com fins especulativos. Em meados do ano, eclodiu uma greve no Cotonifício Crespi, que se ampliou em julho a partir da morte do sapateiro anarquista Martinez às portas da Tecelagem Mariangela, para onde se dirigira o piquete grevista. O movimento se generalizou, forçando Matarazzo, Alexandre Siciliano, Jorge Street, Rodolfo Crespi (que antes se negara a atender às reivindicações operárias), Pinotti Gamba e outros industriais a conceder 20% de aumento salarial.

Em 1919 foi fundado o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão de São Paulo (CIFTSP) para “tomar precauções contra uma possível competição perniciosa”. Matarazzo já possuía nessa época grande influência sobre os demais industriais. Em outubro desse ano, nova greve generalizou-se em São Paulo. Em face da reivindicação da jornada de oito horas de trabalho, a que se opunham muitos empregadores, inclusive o “paternalista” Jorge Street, Matarazzo observou em reunião no CIFTSP que os prejuízos advindos da redução da produção seriam compensados pelo consequente aumento dos preços.

MATARAZZO E O FASCISMO

Em 1920, dois anos depois do início das atividades de frigorificação e exportação de carne brasileira pelas empresas norte-americanas Swift e Armour, Matarazzo fundou o frigorífico de Jaguariaíva (PR). Segundo José de Sousa Martins, a única empresa nova legalmente separada do grupo foi a Sociedade Paulista de Navegação Matarazzo Ltda., composta de navios fretados para o transporte de trigo da Argentina a Santos (SP).

Segundo Dean, a partir de 1923 iniciou-se a identificação de Matarazzo com o fascismo, que ascendera ao poder na Itália no ano anterior. Voltou de uma viagem à Europa impressionado com o novo regime, afirmando à imprensa ter encontrado uma nova Itália e destacando “a consciência e disciplina patriótica” dos operários, além “dos trens, que sempre correm no horário”. Sua admiração por Mussolini, que o recebeu duas vezes,

também era intensa: “A impressão que de pronto nos vem é a de estarmos diante de um homem cuja força de vontade tem o dom de saber penetrar tudo aquilo a que é dirigida.”

Seu entusiasmo redobrou após as viagens feitas nos dois anos seguintes, quando reafirmou sua admiração pelo Duce e se declarou orgulhoso de ser fascista. Apesar disso, não se deixou envolver pelo incipiente Partido Fascista que começou a atuar em São Paulo subsidiado pelo consulado italiano, principalmente porque sua penetração entre os imigrantes foi reduzida e o apoio popular diminuto. Depois de sondado para aderir ao partido, manteve sua oposição “a qualquer campanha fascista ou agitação de qualquer natureza no Brasil. Isto só serviria para produzir um resultado contrário. Nossa atitude deve ser a seguinte: trabalhar, trabalhar bastante, apenas, trabalhar”.

Em 1926, o governo de Mussolini concedeu a Matarazzo a Ordem da Coroa da Itália, a Grã-Cruz e o Cordão, além de dar caráter hereditário a seu título de conde. Nesse ano, seu nome foi lembrado para o Senado italiano, sem que a nomeação se tenha efetivado. Entretanto, seu irmão Andrea obteve esse cargo.

A CONSOLIDAÇÃO DO GRUPO

Devido ao prestígio que possuía em todo o país, Matarazzo chegou a ser “representante do governo italiano no Brasil”, atuando como intermediário em transações entre os dois países. Entregou pessoalmente um memorial a Mussolini solicitando a liberação da emigração para o Brasil, que estava interrompida devido às informações sobre as precárias condições de trabalho nas fazendas. Sousa Martins ressalta que este assunto o interessava sobremaneira, visto que o volume das remessas de dinheiro dos imigrantes para a Itália variava na razão direta do seu número, e essas quantias passavam obrigatoriamente pela seção bancária do grupo Matarazzo.

Em 1926 renunciou à presidência do CIFTSP em protesto contra uma proposta de que seus membros limitassem a produção para manter artificialmente o nível dos preços. No ano seguinte, recebeu a Medaglia d’Oro di Benemerenzza dell’Opera Nazionale Balila, acompanhada de uma carta do Duce, e a Tessera d’Onore Fascista, em reconhecimento ao donativo de um milhão de liras (51 mil dólares) feito à Opera Nazionale Balila, órgão integrante do Movimento da Juventude Fascista.

Em janeiro de 1928 houve uma cisão na Associação Comercial de São Paulo, com a

apresentação de uma chapa dissidente encabeçada por Jorge Street e composta exclusivamente por industriais. Pouco depois estes fundaram sua própria associação, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), do qual Matarazzo foi o primeiro presidente, tendo Roberto Simonsen como vice. Durante sua gestão, que se estendeu até 1931, o CIESP apoiou a candidatura do conservador Júlio Prestes à presidência da República, combatendo o programa da Aliança Liberal formada em 1929.

Nessa época, quando se discutia o problema da revisão tarifária, Matarazzo declarou que uma das razões dos altos preços dos artigos brasileiros era o custo da mão de obra, pois “o Brasil... sempre adotou todas as conquistas liberais em favor do proletariado”. Matarazzo, em cujas fábricas os inspetores de trabalho haviam encontrado máquinas com a metade do tamanho das normais para uso das crianças operárias, tentou persuadir o público a aceitar a elevação das tarifas como meio de preservar os empregos dos “amimalhados” trabalhadores brasileiros.

Em 1929, a empresa principal do grupo passou a se chamar S.A. Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, concretizando a separação entre os interesses do conde e os de seu irmão Andrea. A solidez de seus negócios ficou mais uma vez evidenciada durante a crise que em 1930 atingiu as indústrias paulistas. Recebendo a visita de dois emissários de bancos ingleses, Matarazzo declinou da oferta que lhe fizeram de concessão de crédito ilimitado, abrindo ainda duas filiais na Argentina.

Em 1934, durante o governo de Vargas, com quem, segundo Sousa Martins, “não manteve as mesmas relações que estabelecera com o governo de Washington Luís”, Matarazzo perdeu os monopólios do raíom e de um sistema de desodorização do óleo do caroço do algodão para o grupo Votoratim. Tentou replicar baixando os preços dos tecidos sintéticos de 45 para dez mil réis, no que foi obstado pelo governo, que o ameaçou com uma lei antitruste. Na mesma época, não obteve as facilidades que foram dadas ao grupo Klabin-Lafer — o monopólio do papel —, através do Banco do Brasil.

Ainda em 1934, construiu uma destilaria de petróleo em Cubatão (SP), formando a Indústria Matarazzo de Energia, IMÊ S.A. No ano seguinte, adquiriu duas empresas nacionais atingidas pela crise: a Santa Celina S.A., instalada em 1932 no Rio de Janeiro, e a S.A. Tecelagem de Seda Ítalo-Brasileira, fundada em 1907. Nessa fábrica, Matarazzo diminuiu os salários dos operários em 20% e aumentou para nove horas a jornada de

trabalho.

No início de 1937 doou outro milhão de liras ao governo italiano, que sofria então um boicote imposto pela Liga das Nações devido à guerra de conquista contra a Abissínia (1935-1936).

Francisco Matarazzo faleceu em São Paulo no dia 10 de fevereiro de 1937. No dia seguinte, o *Jornal do Comércio* publicava no seu necrológio: “Deixa, em pleno grau de florescimento, uma vasta organização que se estende por todo o país, dispondo de vagões e navios próprios e abrangendo inúmeros ramos da indústria e comércio, possuindo cerca de 40 estabelecimentos fabris e mais de duzentas propriedades imobiliárias, inclusive fazendas, todas elas cedidas às suas indústrias. Nos meios financeiros calcula-se que o patrimônio total de suas indústrias ascende a setecentos mil contos.”

Casado com Filomena Sansivieri, teve 14 filhos.

Contendo textos de sua autoria, foram publicados *Memoriale del conte Francesco Matarazzo presentato a S. E. Mussolini, capo del gabinetto italiano* e *Scelta di discorsi e intervista del conte Francesco Matarazzo*, por Vincenzo S. Blancato (1926).

Sobre ele constam, entre outras, as seguintes obras: Vincenzo S. Blancato, *Conte Francesco Matarazzo* (1925); Donald H. Rust, “O conde Matarazzo e sua obra”, em *O conde Matarazzo aos 80 anos* (1934); *In memoriam, conde Francisco Matarazzo* (1937), Horácio Rodrigues da Costa; “Notas genealógicas da família Matarazzo de São Paulo (Brasil), originária de Castelabate (Itália) e do ramo estabelecido em Buenos Aires (Argentina)”, no Anuário genealógico latino, edição da Revista Genealógica Latina (1951); Roberto Moreira, *Um grande pioneiro (o conde Francisco Matarazzo), discursos comemorativos do centenário do conde Francisco Matarazzo* (1954) e *Al conte Francesco Matarazzo, gloria dell’ingegno e del lavoro* (1954); C. D’Agostino, *Matarazzo, in memoriam*; J. Oliveira Filho, *O conde Matarazzo*, e José de Sousa Martins, *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa: estudo de sociologia do desenvolvimento* (2ª ed. 1974; 1ª edição intitulada: *Empresário e empresa na biografia do conde Francisco Matarazzo*, 1967).

Sônia Dias

FONTES: CONSULT. MAGALHÃES, B.; DEAN, W. *Industrialização; Efemérides paulistas; Encic. Mirador*; FAUSTO, B. *Trabalho; Grande encic. Delta; Jornal do Comércio*, Rio (10, 11/2/1937); LEITE, A. *História*; LEME, M. *Ideologia*; LEVINE, R. *Vargas*; MARTINS, J. *Conde*; OLIVEIRA, C. *Do CIESP*; SCHLESINGER, H. *Encic.*

MATOS, Francisco de

*militar; dep. fed. BA 1892-1893.

Francisco de Matos nasceu na cidade de Salvador em 27 de setembro de 1864, filho de José Antônio de Matos e de Leopoldina Silvéria de Matos.

Iniciou suas atividades profissionais na Armada Nacional ainda muito jovem, num período conturbado por crises políticas ligadas à fundação da República. Formou-se ao lado do também baiano Custódio Melo, estabelecendo com ele grande amizade.

Na política, fez curta incursão, exercendo o mandato de deputado federal entre 5 de setembro de 1892 e 31 de dezembro de 1893. A morte de Saldanha da Gama em Campo Osório, encerrando a Revolução Armada, motivada pela oposição ao governo de Floriano Peixoto (1891-1894), levou os vencidos ao exílio, entre eles Francisco de Matos. Após o exílio, voltou ao Rio de Janeiro, retomou a carreira militar e chegou ao posto de almirante, no qual foi reformado.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1939.

Era casado com Amélia Cosme Pinto de Matos, com quem teve oito filhos.

Liliane de Brito Freitas/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes ; Tarde.* (23/2/1939).
Almirante Francisco de Mattos .

MATOS, José Américo de

*militar; dep. fed. DF 1894-1896.

José Américo de Matos nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império.

Assentou praça no Exército em 7 de março de 1883, passou a alferes-aluno em 19 de janeiro de 1889, foi promovido a segundo-tenente em 4 de janeiro e a primeiro-tenente em 7 de janeiro de 1890, e a capitão em 13 de janeiro de 1892. Como engenheiro militar, trabalhou na Estrada de Ferro Central do Brasil, uma das principais ferrovias do país.

Em 1892 foi eleito intendente (vereador) no Distrito Federal. Ocupou uma cadeira no Conselho Municipal até 1894, e nesse mesmo ano foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu mandato na Câmara dos Deputados durante toda a legislatura de 3 de maio de 1894 a 31 de dezembro de 1896.

Faleceu em 23 de maio de 1897.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); ASSEMB. LEGISL. RJ. *Inventário Analítico*. Disponível em: <http://www.alerj.rj.gov.br/center_arq_cons_munic_link5.htm>; ASSOC. NAC. PRES. FERROV. Disponível em: <www.anpf.com.br>; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); REIS, J. *Rio*.

MATOS, José Cândido de Azevedo Melo

*dep. fed. DF 1903-1908.

José Cândido de Azevedo Melo Matos nasceu na Bahia no dia 19 de março de 1864, filho do desembargador Carlos Espiridião de Melo Matos e de Cristália de Albuquerque Melo Matos.

Estudou no Externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em seguida matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde cursou os quatro primeiros anos. Transferiu-se no quinto ano para a Faculdade de Direito de Pernambuco, e aí se formou bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1887. Entre 1888 e 1889 foi promotor público na cidade de Queluz (MG) e, logo em seguida, entre 1889 e 1894, ocupou o mesmo cargo na cidade do Rio de Janeiro. Em 1897 foi nomeado presidente-geral da Assistência Jurídica, criada naquele ano pelo então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898). Permaneceu no cargo até março de 1903.

Ainda em 1903, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu mandato durante a legislatura que se estendeu de 14 de maio de 1903 a 31 de dezembro de 1905, e no ano seguinte foi reeleito. Cumpru novo mandato de 3 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908, e em 1909 concorreu ao Senado, mas não teve êxito. Desgostoso com a política, voltou a atuar como advogado.

Em 1910, durante a presidência de Nilo Peçanha (1909-1910), foi nomeado diretor do Externato Pedro II, onde estudara quando jovem. No ano seguinte, já no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), foi empossado como professor da cadeira de Instrução cívica e noções gerais de direito, criada pela reforma do ensino público de 1911. A reforma também reuniu o Externato e o Internato do Colégio Pedro II sob uma mesma direção, e determinou que a partir de então o diretor do colégio deveria ser eleito pela congregação dos professores. Ainda em 1911, José Cândido foi eleito diretor do Colégio Pedro II.

Também no governo do marechal Hermes da Fonseca foi escolhido jurisconsulto e encarregado de elaborar um projeto de Código Penal para o país. Até então, vigorava no

país o Código Penal de 1890, que foi logo alvo de duras críticas pelas falhas que apresentava, decorrentes da pressa com que fora elaborado. Apesar de alguns esboços nos anos subsequentes, um novo Código Penal só seria promulgado em 1940, já no governo de Getúlio Vargas.

José Cândido de Azevedo Melo Matos publicou *Questões prejudiciais à ação criminal* (1894); *Denunciação caluniosa* (estudo do artigo 264º do Código Penal, 1895); *Processo de calúnias impressas*, no *Jornal do Comércio* de 12 de abril de 1896 e no livro *Processo de calúnias impressas – Causa criminal e tribunal civil e criminal do Distrito Federal*, de Sousa Pitanga e Miranda Ribeiro (1896); e ainda *Código de polícia*; *Assistência jurídica*; *O Estado de sítio e os desterrados políticos de 1897*; *Plágio literário e científico*; *Crimes passionais*; *Higiene pública no direito constitucional e administrativo*; *Impostos interestaduais e Autonomia municipal*.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); COL. PEDRO II. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br>>; SOUSA, J. *Índice*.

MATOS, Lino de

*rev. 1924; rev. 1930; rev. 1932; sen. SP 1955; pref. São Paulo 1955-1956; sen. SP 1956-1971.

Juvenal Lino de Matos nasceu em Ipuatuba (SP) no dia 28 de março de 1904, filho de Bento Lino de Matos e de Elisa Conceição Matos.

Concluiu o primário no Grupo Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo, no estado de São Paulo. Ainda adolescente, trabalhou com seus pais, colonos de uma fazenda de café, na mesma cidade. Mais tarde transferiu-se para a capital paulista, matriculando-se no Instituto de Ciências e Letras, pelo qual se formou em ciências econômicas. Tornou-se professor desse instituto e posteriormente diretor e proprietário do mesmo estabelecimento.

Corretor de imóveis, foi diretor-geral da Escola Técnica de Comércio e da Escola Comercial de São Paulo. Participou, em seu estado, dos movimentos revolucionários de 1924 e de 1930. Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, tomou parte em combates e comandou tropas, sendo comissionado no posto de tenente-coronel. Com a derrota da revolução, engajou-se no movimento sindical de São Paulo, entre 1934 e 1937, chegando a presidente da União dos Sindicatos dos Trabalhadores. Após a implantação do Estado Novo (10/11/1937), foi também um dos responsáveis pela escolha de Ademar de Barros para interventor federal no estado, em abril de 1938.

Em janeiro de 1947 elegeu-se deputado à Assembléia Constituinte paulista na legenda do Partido Social Progressista (PSP), chefiado por Ademar. Participou dos trabalhos constituintes e, com a promulgação da nova Carta estadual e a transformação da Constituinte em Assembléia Legislativa ordinária, permaneceu no exercício do mandato. Ainda no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), atuou na campanha contra a intervenção federal em São Paulo. Reeleito deputado estadual em outubro de 1950 na legenda do PSP, no início de 1951 deixou a Assembléia para assumir, a convite do governador Lucas Nogueira Garcez, o cargo de secretário de Educação do estado de São Paulo. Mais tarde, ao retornar de uma viagem à Europa, voltou à Assembléia e liderou uma campanha contra o governador Lucas Garcez. Participou ainda do movimento de defesa da cafeicultura, da luta contra o confisco cambial e da defesa dos trabalhadores do campo e da cidade.

Em outubro de 1954 foi eleito senador por São Paulo, sempre na legenda do PSP.

Deixando o Legislativo estadual em janeiro de 1955, no mês seguinte assumiu uma cadeira no Senado. Em maio do mesmo ano elegeu-se prefeito de São Paulo em pleito extraordinário, convocado em virtude da eleição do prefeito Jânio Quadros para o governo paulista, e em junho afastou-se do Senado para assumir a prefeitura da capital. Em abril de 1956, entretanto, renunciou ao cargo, devido ao parecer contrário à acumulação dos dois mandatos emitido pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Substituído pelo vice-prefeito Vladimir de Toledo Piza, voltou a cumprir o mandato de senador.

Vice-líder do PSP em 1958, em 1960 foi designado para acompanhar, como observador do Senado, os trabalhos da XXXII Reunião do Conselho da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Roma. Foi membro das comissões de Finanças, de Reforma Constitucional, da Mudança da Capital da República, de Educação e Cultura e de Transportes, Comunicação e Obras Públicas do Senado. A convite do Parlamento italiano, participou da delegação de senadores brasileiros que em 1962 visitou a Itália. Ainda nesse ano, passou à liderança do Partido Trabalhista Nacional (PTN) no Senado, ao qual se vinculou, e em outubro reelegeu-se senador por São Paulo na coligação formada pelo PTN e pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Em 1963 voltou à liderança do PTN no Senado e, logo após o movimento político-militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente João Goulart, endossou a candidatura do general Amauri Kruel — comandante do II Exército, sediado em São Paulo — à presidência da República. O lançamento do nome de Kruel foi interpretado como uma tentativa de enfraquecer a candidatura do general Humberto de Alencar Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército e eleito afinal pelo Congresso ainda em abril. Entre junho de 1964 e meados de 1965, Lino de Matos foi líder do Bloco Parlamentar Independente no Senado.

Em março de 1965 candidatou-se à prefeitura de São Paulo, na última eleição direta realizada para a chefia do Executivo da capital paulista, mas foi derrotado pelo brigadeiro José Vicente de Faria Lima, que contou com o apoio do ex-presidente Jânio Quadros. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de apoio ao regime militar, sendo escolhido para presidir o diretório paulista da agremiação oposicionista.

Vice-líder do MDB no Senado a partir de março de 1967, concluiu o mandato de senador em janeiro de 1971. Em agosto de 1974, ainda como presidente do MDB paulista, disputou com Orestes Quércia e José Freitas Nobre a indicação da convenção do partido para concorrer ao Senado nas eleições de novembro seguinte, sendo derrotado por Quércia, que obteve 80% dos votos.

Participou de congressos educacionais em Portugal, Espanha, França, Suíça, Itália, Alemanha, Inglaterra, Bélgica, Holanda, Uruguai, Chile e Peru.

Faleceu em São Paulo, no dia 4 de junho de 1991.

Era casado com Leonilda Lino de Matos.

FONTES: CASTELO BRANCO, C. *Militares* (1); *Eleitos*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; *Maquis*; NÉRI, S. 16; SENADO. *Dados Biográficos dos Senadores*; SENADO. *Relação dos líderes*; *Veja* (12/6/1991).

MATOS, Manuel Gomes de

*dep. fed. PE 1900-1902.

Manuel Gomes de Matos nasceu em Icó (CE) no dia 8 de março de 1841, filho de Francisco Gomes de Matos Júnior e de Maria Cândida de Matos.

Quando tinha 13 anos sua família mudou-se para Recife, onde continuou seus estudos. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em março de 1868 e formou-se em 1872. Depois de formado, retornou ao Ceará, onde foi promotor público nas comarcas de Ipu e Crato. De volta a Recife, fundou com seus irmãos Francisco Gomes de Matos e Antônio Gomes de Matos a firma comercial Gomes de Matos e Irmãos. Por sua atividade comercial tornou-se sócio da Associação Comercial de Pernambuco, da qual foi diretor entre 1875 e 1876, além de secretário e presidente por diversos anos. Também fez parte, como secretário, da comissão que instalou a Caixa Econômica e Monte de Socorro do Recife.

Ainda durante o Império, fez parte da Comissão Redentora de Pernambuco, que lutava pela abolição dos escravos, e chegou a assumir a presidência da agremiação. A atividade da comissão recebeu elogios de grupos do parlamento nacional e do jornal chefiado por José do Patrocínio. Também foi presidente da Comissão Central Emancipadora do Recife e um dos redatores do jornal abolicionista *O Escrínio*. Em 1885 declarou-se republicano, sendo por isso considerado um dos republicanos históricos de Pernambuco.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), em abril de 1890 foi nomeado terceiro vice-governador de Pernambuco e, posteriormente, segundo vice-governador. Contudo, por desentendimentos políticos, renunciou ao cargo em julho do mesmo ano. Em 1892 foi eleito senador estadual, mas renunciou em julho por divergências quanto ao orçamento estadual, do qual foi relator.

Em 1899 foi eleito deputado federal por Pernambuco, no grupo divergente da facção política liderada por Francisco de Assis Rosa e Silva. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1900 e exerceu o mandato até o final da legislatura, em dezembro de 1902.

No campo jornalístico, foi também um dos proprietários do jornal *A Província*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*;
NASCIMENTO, L. *História* (v.2, 6).

MATOS, Mário Gonçalves de

*dep. fed. MG 1927-1930.

Mário Gonçalves de Matos nasceu em Santana do Rio São João Acima, atual Itaúna (MG), no dia 28 de setembro de 1891, filho de Antônio Pereira de Matos e de Maria Gonçalves de Sousa Matos.

Fez o curso secundário no município mineiro de Dolores do Indaiá e o preparatório nas cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora. Transferindo-se para a então capital federal, matriculou-se na Faculdade Livre de Direito. Ainda nos tempos de estudante começou a atuar no campo do jornalismo e das artes. Em 1912 escreveu seu primeiro texto teatral, intitulado *A chegada do presidente*. Dois anos depois terminou a peça *Seu Anastácio chegou de viagem*. Em 1915 começou a escrever para o jornal carioca *Gazeta de Notícias* e logo após para a *Revista ABC*, da qual se tornou redator-chefe. Em 1920, ano em que se formou, escreveu a peça *Itaúna em fraldas de camisa*.

Recém-formado, retornou a Itaúna, onde foi vereador e vice-presidente da Câmara Municipal. Eleito deputado estadual em 1923, exerceu o mandato na Assembleia Legislativa mineira até 1926, tendo sido vice-presidente da casa e membro da Comissão de Finanças. Em 1927 foi eleito deputado federal pelo Partido Republicano Mineiro e em maio tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. Reeleito em março de 1930, teve o mandato interrompido em outubro seguinte em decorrência da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país. Voltou então para Itaúna e passou a advogar.

Em fins de 1933 foi nomeado diretor da Imprensa Oficial de Minas Gerais e, em 1935, ministro do Tribunal de Contas mineiro. Em julho de 1939 assumiu a Secretaria do Interior e de Justiça do estado e em julho de 1940 foi nomeado desembargador do Tribunal de Apelação, corte da qual posteriormente se tornaria vice-presidente.

Foi ainda diretor da Escola Normal e do periódico *Centro de Minas*, em seu município de origem, e professor do Instituto de Educação, diretor do *Diário de Minas* e redator-chefe da *Revista Alterosa*, em Belo Horizonte. No Rio de Janeiro trabalhou na Imprensa Nacional e foi docente no Instituto Lafayette. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de

Minas Gerais, presidiu a Associação de Cultura Franco Brasileira e a Academia Mineira de Letras, e foi diretor da Associação Mineira de Imprensa.

Faleceu em Belo Horizonte em 28 de dezembro de 1966.

Casou-se com Elisa de Moura Matos e, posteriormente, com Hermelinda de Almeida Matos. Seu genro Paulo Campos Guimarães foi deputado estadual em Minas Gerais.

Em seu vasto número de publicações destacam-se *Discursos* (1927), *Ultimo canto da tarde*, *Machado de Assis: o homem e sua obra* (1939) e *O homem persegue o autor* (1945).

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 191); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 1, 2, p. 305-306; 404-405); PREF. MUN. ITAÚNA. Disponível em: <<http://www.itauna.mg.gov.br/>>. Acesso em: 21/9/2010.

MATOS, Pindaíba de

*magistrado; min. STF 1894-1910.

Eduardo Pindaíba de Matos nasceu na província do Maranhão no dia 11 de outubro de 1831.

Em 1851 graduou-se em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de Olinda. Iniciou a carreira na magistratura na província do Rio de Janeiro, ao ser nomeado juiz municipal e de órfãos do termo de Itaguaí, em 1854, e do termo de Mangaratiba, no ano seguinte. Em 1859 foi nomeado chefe de polícia do Rio Grande do Sul. Permaneceu nesse cargo até 1861, quando, de volta à magistratura, foi nomeado juiz de direito da comarca de Mogi-Mirim, na província de São Paulo. Exerceu cargo de chefe de polícia nas províncias de Minas Gerais (1862-1863), Espírito Santo (1864-1865), Pernambuco (1865-1866) e Rio de Janeiro (1867-1868). Depois de seu retorno à magistratura, foi designado para a comarca de Turiaçu, no Maranhão, e para as comarcas fluminenses de Resende e Barra Mansa. Foi vice-presidente da província do Rio de Janeiro de 1869 a 1870.

Em 1878, foi nomeado desembargador da Relação do Ceará, sendo removido, depois, para a Relação da Corte, em abril de 1880. Aí exerceu o cargo de procurador da Coroa, em 1885, nos assuntos relativos ao Ministério dos Negócios da Justiça. Foi ministro adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça em 1888, substituindo José Antônio de Magalhães Castro. Com o advento da República, foi nomeado, em novembro de 1890, juiz da Corte de Apelação do Distrito Federal, tribunal de segunda instância sucessor da antiga Relação da Corte. Em março de 1891 foi eleito, em sessão plenária desse tribunal, vice-presidente da corte.

Designado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) numa das últimas nomeações para a corte feitas pelo governo Floriano Peixoto (1891-1894), tomou posse na vaga decorrente da aposentadoria de Joaquim da Costa Barradas, em outubro de 1894. Exerceu a presidência do STF a partir de abril de 1908 até passar à inatividade, aposentado por decreto de dezembro de 1910.

Faleceu na cidade de Petrópolis (RJ) no dia 20 de fevereiro de 1913.

Foi casado com Emiliana Guimarães Pindaíba de Matos.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

MATOSO, Eusébio de Queirós Carneiro

*dep. fed. RJ 1894-1896.

Eusébio de Queirós Carneiro Matoso nasceu em Macaé (RJ). Era neto do célebre Eusébio de Queirós, ministro da Justiça de 1848 a 1852 e responsável pela Lei Eusébio de Queirós, que proibiu o tráfico negreiro para o Brasil.

Formado em medicina, começou a clinicar em sua cidade natal. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo 2º distrito do estado do Rio de Janeiro, e exerceu seu mandato de 3 de maio daquele ano até 31 de dezembro de 1896.

Após deixar a Câmara dos Deputados, transferiu-se para São Paulo, onde voltou a atuar como médico, agora na Santa Casa da Misericórdia. Chefiou o setor de oftalmologia da Santa Casa de 1899 a 1914 e dirigiu a primeira campanha oficial contra o tracoma no estado de São Paulo, contribuindo para a criação de postos antitracomatosos em cidades com maior incidência da doença no interior paulista. Durante sua gestão, os registros da Santa Casa apontam que o setor de oftalmologia teve o segundo maior número de consultas do hospital, além de se ter transformado em centro de treinamento para médicos do interior e referência no país.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CONS. REG. MED. SP.. Disponível em:

<<http://www.cremesp.org.br/?siteAcao=Revista&id=205>>.

MAVIGNIER, Alfredo

*dep. fed. MT 1912-1917.

Alfredo Otávio de Faria Mavignier nasceu em Recife no dia 20 de outubro de 1877, filho do coronel Luís Augusto Rubim de Mavignier e de Cecília dos Santos Mavignier.

Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife em 1896, colaborou nessa cidade no periódico *O Combate*. Depois de formado foi promotor e juiz municipal em Minas Gerais e, transferindo-se para Mato Grosso, aí também foi promotor, juiz de direito, procurador geral, chefe de polícia e desembargador. Colaborou também nos jornais *O Rebate*, *O Estado* e *A Coligação*.

Foi eleito deputado federal por Mato Grosso para as legislaturas 1912-1914 e 1915-1917. Na Câmara dos Deputados, foi membro da comissão de estudos do projeto do Código Civil.

João Edson Fanaia

FONTE: ABRANCHES, J. *Governos*.

MAXIMILIANO, CARLOS

*dep. fed. RS 1911-1914; min. Just. 1914-1918; dep. fed. RS 1918-1923; consult.-ger. Rep. 1932-1933; const. 1934; proc.-ger. Rep. 1934-1936; min. STF 1936-1941.

Carlos Maximiliano Pereira dos Santos nasceu em São Jerônimo (RS) no dia 24 de abril de 1873, filho de Acelino do Carmo Pereira dos Santos e de Rita de Cássia Pereira dos Santos.

Estudou humanidades no Seminário do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre. Aos 18 anos, antes dos estudos universitários, iniciou-se no magistério, lecionando ciências e línguas, e no jornalismo. Matriculou-se inicialmente na Faculdade de Direito de Ouro Preto, então capital de Minas Gerais, transferindo-se mais tarde para a Escola de Direito de Belo Horizonte, nova capital inaugurada em dezembro de 1897. Ainda como acadêmico, em 1896, começou a colaborar no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre. Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em abril de 1898 e logo após a formatura regressou ao Rio Grande do Sul, onde instalou banca de advogado em Cachoeira do Sul. Em 1899 transferiu-se para Santa Maria, passando a dedicar-se também à atividade de fazendeiro, sem no entanto abandonar a advocacia.

Durante algum tempo militou no Partido Federalista e foi editor-chefe do jornal *A Reforma*, órgão de divulgação do partido. Mais tarde, sempre radicado em Santa Maria, filiou-se ao partido dominante no estado, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). Em 1911 foi escolhido pelo senador João Gomes Pinheiro Machado para assumir uma cadeira na Câmara dos Deputados, ocupando a vaga aberta na bancada gaúcha com a morte do deputado Germano Hasslocher. Teve seu mandato renovado no ano seguinte para a legislatura 1912-1914, durante a qual integrou a Comissão de Constituição e Justiça, destacando-se por seus pareceres.

Ainda em 1912, por ocasião da votação do projeto de lei sobre os direitos do trabalhador — que, entre outros pontos, fixava a jornada de trabalho em oito horas diárias e proibia o trabalho noturno nas oficinas —, foi contrário à sua aprovação, alegando que a limitação do tempo de trabalho feria a liberdade contratual, infringindo portanto a Constituição vigente. Seu voto correspondia à orientação dada pelo presidente do Rio Grande do Sul e líder do PRR, Antônio Augusto Borges de Medeiros, à bancada gaúcha na Câmara: o governo

gaúcho, embora reconhecesse a questão social e a ela desse atenção, considerava que a regulamentação do trabalho era uma intervenção política inaceitável no setor, que, de acordo com os postulados positivistas da Constituição gaúcha, deveria ficar sob a responsabilidade da iniciativa privada. Embora tenha sido voto vencido na Comissão de Justiça da Câmara, na votação final Carlos Maximiliano foi acompanhado pela maioria, que rejeitou o projeto.

Em 1913, fez viagem de estudos à Europa.

NO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Em 1914, na fase de organização do governo do presidente eleito Venceslau Brás, Carlos Maximiliano teve seu nome indicado para ocupar a pasta da Justiça e Negócios Interiores, apesar da oposição de Pinheiro Machado, que preferia o nome de Rivadávia Correia (ministro da Justiça e da Fazenda durante o governo do marechal Hermes da Fonseca). Nomeado, Carlos Maximiliano tomou posse junto com todo o novo governo no dia 15 de novembro de 1914.

Durante sua gestão, foram organizados o alistamento e o processo eleitoral. Em 1915, referendou a lei que regulamentava o ensino secundário e superior no país, a qual ficou conhecida como Lei Maximiliano. No dia 1º de janeiro de 1916, foi promulgado o novo Código Civil Brasileiro, que referendara. Ainda em janeiro de 1916, assumiu interinamente a pasta da Agricultura, Indústria e Comércio, que acumulou com a da Justiça por menos de um mês. Antes de deixar o ministério em 15 de novembro de 1918, referendou ainda a consolidação das disposições legais e regulamentares relativas aos territórios das freguesias urbanas e suburbanas do Distrito Federal e a Lei do Saneamento.

Três dias depois do final do governo de Venceslau Brás, em 18 de novembro de 1918, Carlos Maximiliano assumiu, ainda pelo PRR, uma cadeira de deputado federal, com mandato até dezembro de 1920. Durante a legislatura, participou diversas vezes da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Reeleito para o triênio 1921-1923, nas eleições para o governo estadual gaúcho realizadas em 1922 discordou da candidatura de Borges de Medeiros, presidente do estado desde 1913 e anteriormente de 1898 a 1908. Em decorrência dessa atitude, não obteve o apoio de Borges nas novas eleições parlamentares e deixou de ser reeleito.

Afastando-se da política, tornou a radicar-se em sua fazenda de Santa Maria. Entretanto, em agosto de 1928 escreveu ao político mineiro Afrânio de Melo Franco, lastimando o afastamento entre o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, fato que atribuía aos erros da política do presidente Artur Bernardes (1922-1926). Mencionava também a desconfiança de Borges de Medeiros em relação à política mineira. Finalizava pedindo que Afrânio de Melo Franco guardasse reserva a respeito dos termos da carta, concordando apenas que transmitisse o que era dito ao presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada. Defendendo a união política dos dois estados, que considerava o único modo de enfrentar o que qualificava de “prepotência do Catete”, onde já se preparava a candidatura do paulista Júlio Prestes à sucessão do presidente Washington Luís (1926-1930), propunha o que viria a ser concretizado no ano seguinte, com o apoio da Paraíba. Entretanto, não participou da formação da Aliança Liberal, pois se encontrava na Europa em 1929. Apoiou, porém, a Revolução de 1930.

NA CONSTITUINTE DE 1933-1934

Em 1º de novembro de 1932, o governo provisório chefiado por Getúlio Vargas criou a Subcomissão do Itamarati, de modo a apressar os trabalhos da Comissão Constitucional criada em maio com a tarefa de elaborar o anteprojeto de Constituição. Carlos Maximiliano foi nomeado relator-geral dessa subcomissão, da qual faziam parte também Afrânio de Melo Franco (presidente), Temístocles Cavalcanti, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, Antônio Carlos, José de Castro Nunes, Prudente de Moraes Filho, Agenor de Roure, João Mangabeira, Francisco Solano Carneiro da Cunha e Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

No dia 4 de novembro, dias depois de constituída a subcomissão, Carlos Maximiliano foi nomeado consultor-geral da República. Em seguida, no dia 14 de novembro, foi também nomeado consultor jurídico do Ministério da Justiça.

Os trabalhos da Subcomissão do Itamarati se estenderam de novembro de 1932 a maio de 1933, quando foi aprovado o anteprojeto que propunha como pontos principais: um Legislativo composto de uma câmara única, a Assembleia Nacional, com a supressão do Senado e a criação do Conselho Federal; a eleição da assembleia pelo voto direto; a participação dos ministros de Estado no Legislativo; a rejeição da representação de classes;

a criação de uma legislação trabalhista e de segurança social, e a proteção e nacionalização da economia.

Ainda em maio de 1933 realizaram-se as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, e Carlos Maximiliano foi eleito representante do Rio Grande do Sul na legenda do recém-formado Partido Republicano Liberal. Com o início dos trabalhos da Constituinte (15/11/1933), deixou o cargo de consultor-geral da República e desde logo presidiu a Comissão Constitucional da Assembleia, também conhecida como Comissão dos 26, formada por um representante de cada bancada estadual e dos grupos profissionais. A comissão tinha até março de 1934 para apresentar seu substitutivo ao anteprojeto do governo.

Entre dezembro de 1933 e janeiro de 1934, contudo, os trabalhos da Constituinte ficaram seriamente prejudicados em vista da crise aberta pela renúncia de Osvaldo Aranha da função de líder da maioria. Após a escolha de seu substituto, o baiano Antônio Garcia de Medeiros Neto, desenvolveram-se esforços no sentido de apressar a elaboração do substitutivo pela Comissão dos 26. Além do novo líder da maioria, trabalharam nesse sentido o presidente da Assembleia, Antônio Carlos, o interventor gaúcho José Antônio Flores da Cunha e Carlos Maximiliano.

Ao cabo de uma série de reuniões, decidiu-se no dia 25 de janeiro que seria apresentada à Comissão dos 26 uma proposta de reorganização de seus trabalhos. Aprovada no dia seguinte, a proposta estabelecia a redução da comissão a apenas cinco ou seis membros fixos, entre os quais Carlos Maximiliano, enquanto os demais se organizariam em grupos responsáveis, cada um, por um capítulo do substitutivo. Cada um desses grupos teria um relator que, ao final de sua parte do trabalho, se reintegraria ao núcleo de membros fixos da comissão. Finalmente, no dia 14 de março de 1934, encerraram-se os trabalhos da Comissão dos 26 e, no dia seguinte, o substitutivo foi oficialmente apresentado ao plenário. Durante os debates que se seguiram, o capítulo que mais polêmica provocou foi o das disposições transitórias, as quais tratavam da ordem dos trabalhos da Assembleia e de sua transformação em Congresso ordinário. Carlos Maximiliano se empenhou intensamente nesse debate, defendendo os interesses do governo provisório. No dia 19 de junho, após várias articulações, os constituintes aprovaram a prorrogação da Assembleia, sem férias, até a instalação do Congresso, a ser escolhido em eleições realizadas até o dia 31 de dezembro.

Além disso, ficava vedado ao chefe do governo provisório baixar decretos-leis até a instalação do Congresso. A nova Constituição foi promulgada no dia 16 de julho, e no dia seguinte realizou-se a eleição para a presidência da República, da qual saiu vencedor Getúlio Vargas.

No mês seguinte, Carlos Maximiliano foi nomeado procurador-geral da República. Participou assim da sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) realizada em 21 de agosto de 1935, na qual foi negado o mandado de segurança impetrado pela Aliança Nacional Libertadora, a qual tivera seu funcionamento proibido pelo governo sob a alegação de promover atividades subversivas. Em abril de 1936, foi nomeado ministro do STF e deixou o cargo de procurador-geral. No Supremo, permaneceu até 13 de junho de 1941, quando se aposentou por limite de idade. Após sua aposentadoria retornou ao exercício da advocacia no Rio de Janeiro.

Faleceu no Rio de Janeiro em 2 de janeiro de 1960.

Era casado com Rosa Neves, espanhola, que adotou o sobrenome Maximiliano, como vieram a fazer os filhos do casal.

Deixou publicadas diversas obras jurídicas, entre pareceres, ensaios e comentários, destacando-se *Comentário à Constituição brasileira de 1891* (3v., 1918), *Hermenêutica e aplicação do direito* (1925), *Direito das sucessões* (3v., 1937) e *Condomínio: terras, apartamentos e andares perante o direito* (1944).

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; BALEEIRO, A. *Supremo*; BELEZA, N. *Evolução*; CALMON, P. *História*; CÂM. DEP. *Deputados*; CASTRO, M. *Rio*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. CONSULT. GER. REP.; CORRESP. PROC. GER. REP.; COSTA, E. *Efemérides*; COSTA, E. *Grandes*; *Cronologia da Assembléia*; *Encic. Barsa*; FRANCO, A. *Estadista*; GODINHO, V. *Constituintes*; *Grande encic. Delta*; *Ilustração Brasileira* (10/1922); LAGO, L. *Supremo*; LIMA, J. *Como*; MACEDO, R. *Efemérides*; MELO, L. *Subsídios*; MOREIRA, J. *Dicionário*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; SILVA, G.

Constituinte; SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1945;
VILAS BOAS, P. Notas.

MAYRINK, Francisco de Paula

*const. 1891; dep. fed. DF 1891-1893; dep. fed. MG 1894-1902; dep. fed. DF 1906-1908.

Francisco de Paula Mayrink nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 8 de dezembro de 1839, filho de José Carlos Mayrink e de Maria Emília Bernardes Mayrink.

Aos 14 anos foi enviado pelo pai, como castigo, para a antiga Escola Militar de Porto Alegre, onde permaneceu por pouco tempo. De volta ao Rio de Janeiro, matriculou-se na Escola Central. Ali se formavam não apenas oficiais do Exército, mas principalmente engenheiros, militares ou civis, pois tratava-se da única escola de engenharia existente no Brasil. Decidiu não seguir a carreira militar e passou a se dedicar ao comércio, atividade na qual iria se destacar e adquirir fortuna. Em 6 de maio de 1874 casou-se com Maria José Paranhos, com quem teria quatro filhas.

O EMPRESÁRIO

Por influência paterna, ingressou na atividade bancária e tornou-se secretário do Banco Comercial do Rio de Janeiro, do qual seu pai fora um dos fundadores. Percorreu toda a escala hierárquica do banco e, em 7 de agosto de 1876, foi eleito seu diretor, destacando-se entre os grandes financistas da época. Ainda em 1876 fundou a Companhia Brasileira de Navegação, estabelecendo a comunicação regular do Rio de Janeiro com outros portos do Brasil.

Em 30 de agosto de 1880, assumiu a direção da Estrada de Ferro Sorocabana, da qual já era vice-presidente, e que fora dirigida até maio anterior pelo húngaro Luís Mateus Maylasky. O principal objetivo da Sorocabana era a construção de uma estrada de ferro que ligasse São Paulo a São João de Ipanema (atual Sorocaba), para beneficiar uma fábrica de ferro ali existente. No comando da Sorocabana, solucionou os problemas financeiros, ampliou a rede e transformou a companhia em uma das maiores ferrovias do país. Em 1892, fundiria a Companhia Sorocabana e a Companhia Ituana, dando às duas empresas o nome de

Companhia União Sorocabana e Ituana. Até 1893 permaneceria à frente da empresa, que funcionaria até 1904, quando foi decretada sua falência.

Seu prestígio era tanto que, em 1882, foi escolhido pelo presidente da República do Chile, Domingo Santa Maria González (1881-1886), cônsul geral do Chile no Rio de Janeiro. No mesmo ano criou uma empresa de navegação no Espírito Santo e, mais tarde, organizou a Companhia Nacional de Navegação a Vapor. Em 9 de novembro de 1883, fundou a Estrada de Ferro Bahia e Minas, com o objetivo de escoar os produtos das Minas Gerais pelos portos baianos. Esta foi a primeira companhia férrea no Brasil a ligar duas províncias limítrofes. Em 1884, fundou a Companhia de Colonização Agrícola, a fim de promover a imigração europeia no Brasil, designando agentes em Portugal, Espanha, França, Alemanha e Polônia. Em 30 de agosto de 1885, inaugurou o Asilo Isabel, instalado em terreno e prédio por ele cedidos, em sessão solene que contou com a presença do imperador dom Pedro II. Já em dezembro de 1888, foi eleito primeiro vice-presidente do Clube de Engenharia, do qual foi também um dos fundadores. Em setembro de 1889, nas últimas eleições do Império, disputou sem êxito uma cadeira de deputado pelo 19º distrito de Minas Gerais, região fortemente influenciada pelo visconde de Ouro Preto, para quem já trabalhara.

Ainda no Império recebeu diversas condecorações internacionais, como a Grã-Cruz de Vila Viçosa de Portugal e a Legião de Honra da França, além do título de grande oficial da Ordem da Águia Negra da Rússia. Do imperador dom Pedro II, recebeu praticamente todas as ordens honoríficas, como a Grã-Cruz do Cruzeiro do Sul e o Grande Colar da Imperial Ordem da Rosa. Foi também designado coronel do regimento de artilharia da Guarda Nacional.

Em 16 de novembro de 1889, um dia após a proclamação da República e a instalação do governo provisório chefiado por Deodoro da Fonseca, o ajudante-general do Exército Floriano Peixoto ordenou a prisão de algumas figuras emblemáticas ligadas ao Império, temendo a restauração monárquica. Dado o prestígio de que desfrutava, Francisco de Paula Mayrink foi um dos detidos. No entanto, foi libertado no mesmo dia por seu amigo

Quintino Bocaiúva, jornalista e político que teve atuação destacada na proclamação da República e foi então nomeado ministro das Relações Exteriores.

Diretor de diversas empresas, nos mais variados segmentos da economia e em vários pontos do país, em outubro de 1890 Mayrink fundou em Sorocaba a Fábrica de Fiação e Tecidos Santa Rosália, então a maior da América do Sul. No mesmo ano, tornou-se concessionário da Empresa de Águas de Caxambu, em Minas Gerais, e passou a explorar as águas minerais da cidade. Além disso, adquiriu diversas propriedades em Caxambu, como o Palace Hotel (ainda em funcionamento), e terminou de erigir a capela de Santa Isabel, cujas obras haviam sido iniciadas em 1868 pela princesa Isabel, quando de sua visita à cidade acompanhada de seu esposo, o conde D’Eu. Posteriormente, a capela passou a ser conhecida como “Capela Mayrink”, em homenagem ao bem-feitor da cidade. Mayrink foi ainda o responsável pela chegada da primeira estrada de ferro a Caxambu e trabalhou ativamente pela emancipação político-administrativa da cidade.

Ainda em 1890, Mayrink fundou, às margens da Estrada de Ferro Sorocabana, a Vila Mayrink, inicialmente habitada por operários da Companhia Sorocabana e por agricultores. A vila foi inaugurada em 27 de outubro de 1890, inicialmente com cem casas, um pequeno comércio e uma escola para os filhos dos trabalhadores. Em 1893, a estação de trem local passou a se chamar Estação Mairinque; em 1897, a estação teve seu nome alterado para Manduzinho, em referência ao apelido de Manuel da Costa Nunes, antigo dono da fazenda que fora comprada por Mayrink para a instalação da vila. Contudo, em 1900, a estação de trem voltou a ter o nome de Mairinque. Em 1904 a vila foi elevada à categoria de distrito judicial; em 1909 tornou-se o distrito de paz de Mairinque, subordinado a São Roque; e finalmente, em 1958, o distrito foi desmembrado de São Roque e elevado à categoria de cidade, tornando-se sede do município de Mairinque.

O POLÍTICO

Em 15 de setembro de 1890 Francisco de Paula Mayrink foi eleito deputado pelo Distrito Federal ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro

seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e a partir de junho, com o início da legislatura ordinária, passou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados, com mandato até 31 de dezembro de 1893.

Concomitantemente à sua atuação como deputado federal, seguiu ampliando sua vasta rede de investimentos. Em 1891, a Empresa Territorial Fluminense, da qual era presidente, encarregou-se do saneamento na Baixada Fluminense. Ainda no início da República, Mayrink foi convidado por Rui Barbosa, então ministro da Fazenda, para organizar e presidir o Banco dos Estados Unidos do Brasil. A política econômica adotada pelo governo federal pretendia viabilizar o processo de industrialização no Brasil e consistia no incentivo à emissão de papel moeda, o que levou à desvalorização da moeda nacional e ao aumento vertiginoso da inflação. Após a chamada crise do Encilhamento, e diante das polêmicas e debates que ela provocou, Mayrink afastou-se da direção do banco, em 1893.

A partir de 1894, foi reeleito deputado federal, agora pelo estado de Minas Gerais, para três legislaturas consecutivas: 1894-1896, 1897-1899 e 1900-1902. Em 1905, cedeu para a prefeitura do Rio de Janeiro um grande número de prédios na rua dos Beneditinos (que era inteiramente sua) e em outras ruas adjacentes, para que a avenida Central (atual Rio Branco) se estendesse de mar a mar. Esta foi uma das principais obras realizadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906), que promoveu uma grande reforma urbanística na cidade. Voltaria ainda ser eleito deputado pelo Distrito Federal para a legislatura 1906-1908, mas não completaria o mandato, pois faleceu em 31 de dezembro de 1906.

Entre inúmeros empreendimentos nos mais diversos setores, Francisco de Paula Mayrink fundou o Banco de Crédito Real do Brasil, do qual foi o presidente; o Banco Construtor do Brasil; o Banco do Brasil-Norte América; a Companhia Frigorífica; o Lloyd Brasileiro; a Fábrica de Tecidos Santa Maria; a Companhia de Melhoramentos de Santos, responsável pela canalização da água potável e esgotos de toda a cidade; a Estrada de Ferro de Petrópolis, e as Estradas de Ferro do Rio Pardo, Cataguases, São Fidélis, Teresa Cristina,

Muzambinho e a Príncipe do Grão-Pará, que mais tarde fundiu-se com a Estrada de Ferro de Petrópolis. Auxiliou a implantação da indústria de laticínios no país, com a criação da Fábrica do Carmo do Rio Claro, e foi ainda um dos fundadores do primeiro jornal *O Globo* e de *O País*. Construiu o açude de Quixadá, no Ceará, destinado a combater a seca no Nordeste brasileiro. Fundou ou adquiriu diversos engenhos, como o famoso Moinho Fluminense; a Fábrica de Moer Trigos; os Engenhos Centrais de Parati e de Santa Leopoldina; o Café do Brasil; a Companhia Açucareira de Campos e a Pernambuco Industrial Açucareira.

Dirigiu ainda a Companhia Carris de Ferro de São Paulo e Santos. No Rio de Janeiro, possuía as empresas Carris Urbanos, Vila Isabel e Vila Guarani, tendo depois adquirido a linha de bondes que ligava Botafogo a Laranjeiras. Era dono da maioria das companhias de veículos de tração animal no Rio de Janeiro. Posteriormente, assinou contrato com a *Brasilianisch Electricitates Gesellschaft* para a eletrificação de todas as linhas de bonde no Rio de Janeiro, sendo, portanto, o precursor dos bondes elétricos na então capital federal. Contribuiu ainda para a pavimentação de ruas no Estácio e na Gamboa, e de alguns bairros nas zonas norte e sul do Rio de Janeiro. Também investiu na educação, tendo criado vários colégios, como o Mayrink, no Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, e colaborado para a instalação do Colégio Militar do Rio de Janeiro na rua São Francisco Xavier, local onde ainda hoje o colégio está instalado.

Era sócio benemérito do Real Gabinete Português de Leitura; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; da Sociedade Brasileira de Geografia; da Associação Protetora da Infância Desamparada; do Asilo das Órfãs de Barbacena; do Recolhimento de Santa Rita de Cássia; do Externato São José, em Taubaté; do Asilo Nossa Senhora do Amparo, em Petrópolis; da Associação Comercial do Rio de Janeiro; da Policlínica do Rio de Janeiro; da Academia do Comércio de Juiz de Fora; e do Sanatório da Gávea.

Em sua homenagem foi batizada a Capela Mayrink, localizada no Alto da Boa Vista, no Parque Nacional da Tijuca, no Rio de Janeiro. A capela foi construída em 1850, com o nome de Nossa Senhora de Belém, e pertencia originalmente ao visconde Antônio Alves

Souto. Em 1864 foi vendida ao barão de Mesquita e, posteriormente, foi comprada por Francisco de Paula Mayrink. O prédio foi abandonado por volta de 1890, quando a propriedade foi vendida. Em 1938, o arquiteto Wladimir Alves de Sousa reformou a capela e o paisagista Roberto Burle Marx desenhou os jardins em volta. Todo o conjunto foi reaberto ao público em 1944.

Em 8 de dezembro de 1942, foi inaugurada no Rio de Janeiro a Escola Conselheiro Mayrink, localizada na atual praça General Portinho, no bairro do Maracanã e pertencente à rede municipal de ensino. A escola foi construída no terreno deixado em testamento por Mayrink para a prefeitura do Rio de Janeiro. Em 1952, a escola tornou-se dependência do Instituto de Educação; em fins de 1953, teve seu nome alterado para Escola Barão Homem de Melo. Após os protestos da família Mayrink, o nome original da escola foi resgatado em 1954.

Francisco de Paula Mayrink também dá nome a um município no nordeste do estado do Paraná. Em 17 de maio de 1962, foi inaugurado seu busto em bronze na praça Afonso Pena, no bairro da Tijuca, no Rio de Janeiro. Ainda em sua homenagem, foi batizada a rua Conselheiro Mayrink, no bairro do Jacaré, também no Rio de Janeiro.

Em 1975, seu neto, Francisco de Paula Mayrink Lessa, publicou sua biografia sob o título *Vida e obra do conselheiro Mayrink*.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Escola Politécnica/ UFRJ. Disponível em: <http://www.poli.ufrj.br/politecnica_historia.php>; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIM. CONST. REP. *Relatório*; FERREIRA, J.; DELGADO, L. *Tempo*; IME. Disponível em: < <http://www.ime.eb.br>>; LESSA, F. *Vida*; *LEI n.º 2.832* (30/6/1999); Museu Imperial. Disponível em: <www.museuimperial.gov.br>; Palace Hotel/Caxambu. Disponível em: <

http://www.palacehotel.com.br/historico_palace.htm>; Parque das Águas/ Caxambu:
<<http://www.descubracaxambu.com.br/parquedasaguas>>; PREF. CONSELHEIRO
MAIRINCK PR. Disponível em: <<http://www.conselheiomairinck.pr.gov.br>>;
PREF. MAIRINQUE SP. Disponível em: <<http://www.mairinque.sp.gov.br/>>;
TEIXEIRA, M. *Rio de Janeiro*.

MEDEIROS FILHO, João da Silva

*magistrado; gov. SC 1922.

João da Silva Medeiros Filho nasceu em Laguna (SC) no dia 5 de maio de 1880, filho de João da Silva Medeiros e de Máxima Gonçalves da Silva Medeiros.

Formou-se advogado pela Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi nomeado promotor público da comarca de Florianópolis e posteriormente exerceu o cargo de juiz de direito em várias comarcas de Santa Catarina: Campos Novos, São Bento do Sul e São Francisco do Sul. Foi também chefe de polícia do estado em 1917, e no ano seguinte foi nomeado procurador geral. Em 1919, assumiu o cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, exercendo a função de presidente da entidade por diversas vezes. Em razão do exercício da presidência do tribunal, assumiu o governo do estado de 12 a 16 de agosto de 1922, na ausência do Raulino Horn, que por sua vez substituíra o governador Hercílio Luz.

Provedor da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos e do Hospital de Caridade, ambos em Florianópolis entre os anos de 1943 e 1975, aposentou-se em 1947 no cargo de desembargador.

Faleceu em Florianópolis no dia 1º de maio de 1975.

Era casado com Cora Esperança da Luz Medeiros, com quem teve filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: PIAZZA, W. *Dicionário*; STOETERAU, L. *Trajetória*; Wikipédia.
Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Walter_Piazza>.

MEDEIROS, Acir

*militar; rev. 1922; const. 1934.

Acir Medeiros nasceu em Santo Antônio de Porciúncula, no município de Itaperuna (RJ), no dia 13 de fevereiro de 1900, filho de Belmiro Medeiros e de Maria Sales Medeiros.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, transferindo-se em 1919 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde prestou o serviço militar no 3º Regimento de Infantaria. Participou da Reação Republicana, movimento que promoveu em 1921-1922 a candidatura de Nilo Peçanha à presidência da República em oposição à de Artur Bernardes, afinal eleito em março de 1922.

Servia ainda ao Exército quando eclodiu a Revolta de 5 de Julho de 1922. O movimento, que iniciou o ciclo de rebeliões tenentistas da década de 1920, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra as eleições de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo de Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta foi debelada no mesmo dia, tendo envolvido, no Rio de Janeiro, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar e, em Mato Grosso, o contingente do Exército local. Por haver aderido ao movimento, Acir Medeiros foi preso na fortaleza de São João, sendo depois transferido para o 1º Batalhão de Engenharia, na Vila Militar.

Em 1929 participou, no estado do Espírito Santo, da campanha da Aliança Liberal, movimento que reuniu forças políticas de vários estados em torno da candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República. Realizado o pleito em março de 1930, saiu-se vitorioso o candidato situacionista Júlio Prestes. Após a Revolução de 1930, movimento que depôs o presidente Washington Luís e colocou Vargas no poder, Acir Medeiros organizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porciúncula, o segundo do gênero criado no Brasil, tornando-se seu primeiro presidente.

Foi um dos organizadores e membro da comissão executiva do Partido Proletário do Rio de Janeiro, fundado em março de 1933 para concorrer à Assembléia Nacional Constituinte. O programa do partido propunha intensificar a propaganda de medidas de caráter reformista, com o objetivo de acelerar o advento do Estado socialista. Em junho de 1933 foi escolhido candidato-eleitor por seu sindicato à Convenção Nacional dos

Sindicatos do Brasil, reunida no Rio de Janeiro. No mês seguinte foi eleito representante dos empregados, tornando-se deputado classista à Constituinte.

Assumindo o mandato em novembro de 1933, participou dos trabalhos constituintes e, juntamente com outros deputados classistas, afirmou, através de declaração de voto, posição contrária à dos líderes da maioria, que davam preferência nos trabalhos da Assembléia à discussão de matéria constitucional. Essa posição era a seu ver atentatória ao exercício de sua atuação parlamentar em “prol do proletariado”, representando uma coação do Governo Provisório de Getúlio Vargas aceita pela Assembléia. Seu ponto de vista seria ratificado em outras ocasiões. Segundo Hélio Silva, por exemplo, Acir Medeiros, nos debates sobre a Lei de Imprensa, denunciou a permanência de proletários em presídios “apenas por haverem estes manifestado suas idéias em praça pública”. Em outras ocasiões alertou para a situação do trabalhador rural, impedido de votar livremente em virtude da pressão exercida pelos patrões através da força policial dos delegados por eles nomeados. Concluiu o mandato em maio de 1935.

Foi ainda presidente da Federação Proletária do Rio de Janeiro.

Escreveu *Curiosidades brasileiras*.

FONTES: ASSEMB. NAC. CONST. 1934. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados; Cronologia da Assembléia*; GODINHO, V. *Constituintes*; LEITE, A. *História*; SILVA, H. 1934.

MEDEIROS, Amauri de

*dep. fed. PE 1927-1928.

Amauri de Medeiros nasceu em Recife no dia 7 de dezembro de 1893, filho de Bianor de Medeiros e de Maria Cândida Góis de Medeiros.

Iniciou seus estudos no Ginásio Pernambuco e depois cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, diplomando-se em dezembro de 1915. No ano seguinte ingressou no Corpo de Bombeiros, tornando-se tenente-médico e, posteriormente, major-médico. Em 1917 ingressou na Cruz Vermelha Brasileira, onde se tornou secretário, professor da Escola de Enfermagem e chefe de serviços clínicos. Representou a instituição em 1919, no Congresso da Cruz Vermelha em Genebra, na Suíça, e no II Congresso Pan-Americano de Higiene, nos Estados Unidos. Em 1920, organizou a Cruzada da Cruz Vermelha contra a tuberculose.

Em 1922 foi nomeado por Sérgio Loreto, governador de Pernambuco e seu sogro, diretor do Departamento de Saúde e Assistência do estado. Durante sua gestão, que se estendeu até 1926, realizou muitas obras: reformou o sistema de atendimento médico no Recife e no interior, remodelou o Hospital Osvaldo Cruz e o Hospital de Doenças Nervosas e Mentais (Hospital da Tamarineira), criou a Inspetoria e o Corpo de Visitadores da Saúde e ainda a Inspetoria de Profilaxia da Tuberculose, ligada ao Serviço de Saneamento Rural. Por sua atividade profissional, participou dos quatro primeiros Congressos Brasileiros de Higiene, realizados no Rio de Janeiro (1923), Belo Horizonte (1924), São Paulo (1926) e Bahia (1928).

Em 1927 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, tornou-se membro da Comissão de Saúde Pública, na qual discutiu o problema da febre amarela e defendeu a gestão do diretor geral da Saúde Pública Clementino Fraga. Também defendeu em seus pronunciamentos o exame pré-nupcial e aprovou um projeto sobre o tema que obteve parecer favorável e passou em primeira discussão na Câmara.

Foi chefe da cadeira de clínica propedêutica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, um dos fundadores e professor da Faculdade de Medicina de Pernambuco, diretor médico do Preventório Santa Inês e médico da Companhia de Segurança Industrial.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 3 de dezembro de 1928, vítima de um acidente de avião durante as homenagens ao retorno de Santos Dumont ao Brasil.

Publicou: *Ferimentos pleuro-pulmonares* (1915), *O combate a ancilostomíase* (1919), *Um grito de alarme: o problema da tuberculose* (1920), *A organização da defesa e a preparação da ofensiva: um plano de combate à tuberculose* (1921), *O Estado não pode nem deve tomar a si todos os encargos da luta contra a tuberculose* (1922), *Cruzada sanitária – discursos* (1924), *Saúde e assistência – doutrinas, experiências e realizações* (1926), *O exame médico pré-nupcial. Um discurso, uma entrevista e um projeto* (1928), *O problema nacional da febre amarela* (1928), *Atos de fé – discursos* (1928).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GASPAR, L. Amaury; *Grande encic. Delta Larousse*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MEDEIROS, Antônio Inácio do Rego

*dep. fed. PE 1912-1913.

Antônio Inácio do Rego Medeiros nasceu em Pernambuco.

Foi professor e jornalista no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e também colaborador do periódico *O Pernambuco*. Em suas campanhas políticas e atividade jornalística, defendeu em 1910 a eleição do marechal Hermes da Fonseca para a presidência da República e, em 1911, a de Dantas Barretos para o governo do estado de Pernambuco.

Em 1912 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro em maio desse ano, mas não chegou a concluir o mandato, pois faleceu no dia 25 de maio de 1913.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3).

MEDEIROS, Bianor de

*dep. fed. PE 1924-1930.

Bianor Gadault Fonseca de Medeiros nasceu em Recife no dia 25 de agosto de 1865, filho de Manuel Fonseca de Medeiros e de Maria Amélia Gadault de Medeiros. Iniciou seus estudos no Ginásio Pernambucano e em 1884 ingressou na Faculdade de Direito do Recife. Ainda acadêmico, iniciou sua atividade profissional ao se tornar escrevente do Arsenal de Guerra, em 1885, e praticante dos Correios, em 1887, quando assumiu o posto de auxiliar de gabinete de um dos diretores. Defensor das causas abolicionista e republicana, formou-se em 1888 e no ano seguinte foi nomeado promotor público em Bom Jardim (PE). Em 1890 tornou-se juiz municipal em Anchieta, no Espírito Santo, e pouco tempo depois se transferiu para Vitória, mas em 1891 deixou esse estado para assumir o cargo de gerente da Empresa Fluvial de Navegação do São Francisco, com sede em Penedo, em Alagoas.

De volta a Pernambuco, em 1895 foi eleito deputado estadual. Sucessivamente reeleito até 1904, durante esses anos participou de várias comissões legislativas. No período seguinte, atuou junto à prefeitura de Recife. Em 1924 foi eleito deputado federal por Pernambuco e em maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito em 1927 e em 1930, mas teve seu mandato interrompido após a vitória da Revolução de outubro de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi também professor de diversas instituições: Ginásio Pernambucano, Escola Normal, Liceu de Artes e Ofícios e Escola Politécnica, todos no estado de Pernambuco. Na cidade do Rio de Janeiro, advogou, lecionou em muitos estabelecimentos (como o Instituto Comercial, a Academia de Altos Estudos e a Faculdade de Letras e Filosofia), foi inspetor escolar e diretor-gerente do Banco Popular do Brasil. No campo jornalístico, atuou em vários jornais e revistas literárias em Pernambuco e no Rio: *O Seis de Março*, *Homens e Letras*, *A Cultura Acadêmica: ciências e letras*, *Gazeta da Tarde*, *Tribuna Acadêmica*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *Gazetinha*, *Diário de Pernambuco*, *Jornal do Recife*. Fundou, ao lado de Celso de Sousa, o jornal *O Estado*. Foi fundador e sócio da Academia Pernambucana de Letras, sócio efetivo do Instituto Arqueológico de Pernambuco, sócio honorário da Sociedade de Artistas Mecânicos e Liberais de Pernambuco, e sócio benemérito da Sociedade Propagadora de Instrução Pública de Pernambuco.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 15 de julho de 1933.

Publicou *Contos mal contados*, *Ad lucem*, *Flores em profusão*, *Feições artísticas*, *Frei Caneca*, *Lastenia* e *Falando à mocidade*.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.6); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MEDEIROS, BORGES DE

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1892; pres. RS 1898-1908, 1913-1915 e 1916-1928; rev. 1930; rev. 1932; dep. fed. RS 1935-1937.

Antônio Augusto Borges de Medeiros nasceu em Caçapava do Sul (RS) no dia 19 de novembro de 1863, filho do desembargador Augusto César de Medeiros e de Miquelina de Lima Borges de Medeiros. Seu pai era originário de Pernambuco, de onde saiu em 1859 por motivos profissionais.

Iniciou o curso primário em Pouso Alegre (MG), para onde seu pai foi transferido na década de 1860, e concluiu-o em Cachoeira do Sul (RS), sempre em companhia da família. Entre 1878 e 1880 fez os estudos secundários no Colégio Sousa Lobo, em Porto Alegre, tornando-se colega de Fernando Setembrino de Carvalho (futuro ministro da Guerra do governo Artur Bernardes, entre 1922 e 1926) e de Germano Hasslocher (futuro deputado federal pelo Rio Grande do Sul, de 1900 a 1911). Viajando em seguida para São Paulo, ingressou na Faculdade de Direito dessa cidade, um dos principais centros de propaganda republicana do país. Atraído por essa pregação e pelos ideais positivistas de Augusto Comte, logo se filiou ao Clube Republicano Acadêmico de São Paulo, onde participou de vários debates. Em setembro de 1882, ajudou a fundar em Porto Alegre o Centro Rio-Grandense 20 de Setembro, adepto das idéias republicanas e dos princípios defendidos por Bento Gonçalves durante a Revolução Farroupilha (1835-1845). Em 1883, junto com Alberto Torres, Germano Hasslocher e outros, tornou-se redator da revista *A República*, ligada ao Clube Republicano Acadêmico. Em fins do ano seguinte transferiu-se para a Faculdade de Direito do Recife, e por ela se bacharelou em ciências jurídicas e sociais em 1885.

Formado, retornou a Cachoeira do Sul e abriu banca de advogado. Desde o início procurou conciliar a atividade profissional nos municípios da região com a propaganda republicana, a participação em conferências, a organização de clubes e a arregimentação de adeptos para a causa. Assim, em pouco tempo passou a chefiar a seção local do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), função que exerceria até 1892. Em 1888 participou do congresso do PRR realizado em Santa Maria (RS), no qual não ficou definida qualquer tática para a implantação da República. Esse passo só seria dado no ano seguinte, quando novo encontro

se realizou na fazenda da Reserva, pertencente a Júlio de Castilhos, importante líder do partido. Em janeiro de 1889 Borges de Medeiros casou-se com sua prima, Carlinda Gonçalves Borges.

A partir de junho de 1889, a ação antimonárquica ganhou novo impulso em virtude da posse do gabinete do visconde de Ouro Preto, ligado ao Partido Liberal, e da nomeação de Gaspar da Silveira Martins, também liberal, para o governo provincial gaúcho. Afastados havia muito tempo do poder no Rio Grande do Sul e temerosos ante a expansão do republicanismo, os liberais procuraram exercer o controle absoluto do governo, afastando toda a oposição, inclusive o Partido Conservador. Com isso, o PRR recebeu a adesão de um grande número de conservadores, justamente no momento em que Júlio de Castilhos, Joaquim Francisco de Assis Brasil, Borges de Medeiros e Ramiro Barcelos, entre outros, se dedicavam intensamente à propaganda antimonárquica nas regiões da campanha gaúcha e da fronteira. Essa pregação foi muito bem-sucedida e fez com que os republicanos obtivessem a segunda maior votação nas eleições parlamentares realizadas na província em 31 de agosto, suplantando o Partido Conservador. Mesmo assim, os republicanos gaúchos não chegaram a ter qualquer participação direta na proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. Quanto a Borges de Medeiros, três dias depois foi nomeado delegado de polícia de Cachoeira do Sul.

NA CONSTITUINTE DE 1891

Após assumir o governo provisório da República, o marechal Deodoro da Fonseca marcou eleições para a Assembleia Nacional Constituinte para o dia 15 de setembro de 1890. Em meados de julho, Júlio de Castilhos incluiu o nome de Borges de Medeiros nas chapas de candidatos a deputado federal e senador pelo Rio Grande do Sul, que seriam submetidas à apreciação das executivas municipais. Borges teve seu nome confirmado e, no pleito de setembro, foi eleito deputado à Constituinte.

O grupo de representantes do Rio Grande do Sul viajou em fins de outubro para o Rio de Janeiro para participar das reuniões preparatórias destinadas ao exame dos documentos eleitorais e à diplomação dos eleitos. No dia 9 de novembro, o plenário da Constituinte, reunido em sessão preparatória, aprovou parecer favorável ao reconhecimento dos 16 deputados gaúchos, liderados por Júlio de Castilhos. No dia 15 de novembro, a Constituinte

foi instalada.

Durante os trabalhos, a bancada gaúcha teve destacada participação no combate ao convênio tarifário com os Estados Unidos, que eliminava ou reduzia em 25% as taxas de importação sobre diversos artigos industriais e agrícolas provenientes desse país em troca da isenção para o café, o açúcar bruto e o couro cru brasileiros. A bancada gaúcha concentrou sua argumentação nos prejuízos que esse convênio acarretava para a economia de seu estado e para a incipiente indústria nacional, mas suas moções, apresentadas em fevereiro de 1891, foram derrotadas por manobras protelatórias que impediram a votação dentro do prazo legal.

A Constituição foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e no dia seguinte o marechal Deodoro foi eleito presidente da República. Nessa ocasião, verificaram-se os primeiros sintomas de ruptura na liderança exercida por Castilhos sobre a bancada gaúcha, pois um grupo de quatro deputados, liderado por Joaquim Francisco de Assis Brasil, votou em Prudente de Moraes. Borges de Medeiros manteve-se fiel à orientação castilhista, votando em Deodoro.

No início de março de 1891, os deputados gaúchos retornaram a seu estado, onde permaneceram pouco tempo, pois os mandatos de todos os constituintes eram válidos também para a legislatura ordinária que se iniciaria em 15 de maio. Nos meses seguintes, a relação entre os poderes Legislativo e Executivo foi tensa, culminando no fechamento do Congresso, decretado no início de novembro pelo marechal Deodoro com o apoio de Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, ministro da Fazenda e principal personalidade do governo. Ambos pretendiam garantir assim o veto presidencial ao projeto, aprovado pouco antes pelo Legislativo, que limitava os poderes do Executivo. A notícia do golpe provocou forte reação entre os gaúchos, mas Júlio de Castilhos, já então presidente eleito do Rio Grande do Sul, evitou no primeiro momento qualquer pronunciamento definitivo sobre o episódio. Em seguida, contudo, posicionou-se a favor do presidente da República.

Na capital federal, Borges de Medeiros foi um dos signatários do manifesto à nação encabeçado por Prudente de Moraes que acusava as medidas adotadas por Deodoro de inconstitucionais. Retornou em seguida ao Rio Grande do Sul, onde uma dissidência republicana articulava junto com os federalistas um movimento rebelde contra o governo

estadual. Na sequência dos acontecimentos Castilhos foi obrigado a renunciar, e uma semana depois, em 23 de novembro, o mesmo ocorreu com Deodoro, substituído pelo vice-presidente Floriano Peixoto, que reabriu o Congresso.

Borges de Medeiros retornou então ao Rio de Janeiro para reassumir seu lugar, enquanto em Porto Alegre o poder passava para uma junta governativa composta por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto Leite. Cinco dias depois, os dois primeiros renunciaram em favor do último, que passou a governar sozinho. Em 8 de junho de 1892, o general Barreto Leite foi substituído na presidência do estado por José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas. Nove dias depois, porém, um movimento articulado por Júlio de Castilhos derrubou o visconde de Pelotas e entregou o poder a Vitorino Carneiro Monteiro. Por sua vez, este o transferiu em 27 de setembro a Fernando Abbott. Castilhos foi novamente eleito presidente do estado e tomou posse em 25 de janeiro de 1893 com o apoio de Floriano Peixoto, mas teve que enfrentar logo depois a Revolução Federalista, que começou no Rio Grande do Sul e chegou a conflagrar também Santa Catarina e Paraná durante mais de dois anos e meio, envolvendo ainda remanescentes da Revolta da Armada (1893-1894).

DE VOLTA AO RIO GRANDE DO SUL

Ainda antes da posse de Júlio de Castilhos no governo gaúcho, no dia 31 de dezembro de 1892 Borges de Medeiros foi nomeado desembargador do recém-criado Superior Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul. Deixando a Câmara dos Deputados, transferiu-se então para Porto Alegre.

Em maio de 1893, estando em curso a Revolução Federalista, viajou para Cachoeira do Sul a fim de ajudar na organização de uma brigada civil comandada pelo coronel Joaquim Tomás dos Santos Filho. Participou dos combates contra os federalistas até a dissolução da brigada, em 6 de julho de 1894, e recebeu de Floriano Peixoto, em outubro seguinte, a patente de tenente-coronel do Exército.

De volta ao tribunal, exerceu as funções de desembargador até fevereiro de 1895, quando foi nomeado chefe de polícia do estado. Passou então a auxiliar Júlio de Castilhos na elaboração de leis ordinárias e na redação do anteprojeto do Código de Processo Penal. A

revolução terminou em agosto de 1895 com a vitória dos republicanos.

A SUCESSÃO DE CASTILHOS

Júlio de Castilhos deu início às articulações dentro do PRR para a escolha de seu sucessor em 1897, quando se aproximava o fim de seu mandato. Durante a fase de profunda instabilidade na política estadual, muitos líderes da campanha republicana no Rio Grande do Sul haviam abandonado o partido ou se afastado da política, mas Castilhos ainda contava com o apoio dos políticos mais expressivos, como o senador José Gomes Pinheiro Machado e Ramiro Barcelos. Sua escolha, no entanto, recaiu sobre Borges de Medeiros, o mais jovem dos republicanos tradicionais.

Segundo Sérgio da Costa Franco, os adversários de Castilhos e de Borges afirmavam que a escolha “decorreria da circunstância de ser o último mais acessível e mais dócil à continuidade da liderança do ‘patriarca’”. Além dessa versão, o autor aponta também a afinidade ideológica existente entre os dois líderes gaúchos — ambos de formação positivista — como um fator importante nessa definição.

Candidato único ao pleito de 25 de novembro de 1897, Borges de Medeiros foi eleito e tomou posse em 25 de janeiro de 1898. Poucos dias antes da sucessão, Castilhos enviou carta ao coronel João Francisco Pereira de Sousa demonstrando a certeza de que sua liderança no PRR não seria afetada com a posse do novo governo, o que veio a ser confirmado. O antigo presidente continuou como principal chefe político do estado e até morrer manteve relativo controle sobre a administração.

PRIMEIRA EXPERIÊNCIA DE GOVERNO

Ao assumir a presidência do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros encontrou a administração e a economia estaduais desorganizadas pelas revoluções e golpes havidos desde a proclamação da República. Júlio de Castilhos construíra uma nova estrutura política no estado, cabendo ao novo governo consolidá-la. Segundo Joseph Love, Borges procurou atingir esse objetivo através do fortalecimento do federalismo e da utilização da ortodoxia financeira; segundo Héglio Trindade, utilizou nesse processo um grande “senso de equilíbrio político” acoplado a um rígido controle da máquina partidária. Sua atuação garantiu um longo período de estabilidade no Rio Grande do Sul, que só seria rompido em

1923.

Borges de Medeiros teve que enfrentar desde logo as repercussões da crise econômica e financeira do país, agravada durante o mandato presidencial de Prudente de Moraes (1894-1898). Para isso, aperfeiçoou a estrutura administrativa e financeira do estado e fixou também os princípios básicos que orientariam a política tributária gaúcha durante toda a Primeira República. O sistema de impostos e taxas então adotado facilitou a exportação de produtos locais e criou as bases de uma arrecadação considerada por João Neves da Fontoura “racional e elevada”. Tudo isso contribuiu para que, já em 1901, se verificasse um significativo crescimento da legitimidade institucional do regime, cuja origem se encontrava no sólido apoio dado a Borges pela Câmara estadual, onde os deputados republicanos se mostravam profundamente articulados com suas bases locais.

Pela Constituição de 1891, cabia ao governo da União fixar os impostos sobre a importação, e aos estados, sobre a exportação. Esse sistema beneficiava os estados cuja economia estivesse baseada em produtos voltados para o mercado internacional, mas a produção gaúcha ficava onerada em demasia, dificultando a sua comercialização no exterior. Com base no princípio defendido por Augusto Comte, da superioridade dos impostos diretos sobre os indiretos, Borges instituiu em 25 de novembro de 1902 o imposto territorial, até então existente apenas em Minas Gerais e no Rio de Janeiro. Pretendia obter assim uma receita capaz de compensar a redução progressiva e a posterior supressão das taxas que incidiam sobre os produtos de exportação. O novo imposto foi majorado com alguma frequência no período seguinte, de maneira a compensar também a diminuição das taxas de transmissão de propriedades.

Borges de Medeiros procurou sempre, ao longo de seu governo, aplicar o princípio positivista que defendia a conciliação entre uma política de equilíbrio orçamentário com o estímulo ao crescimento de todos os ramos da economia. Nesse sentido, evitou conceder privilégios a qualquer setor e concentrou os investimentos públicos em áreas que beneficiassem todas as atividades produtivas do estado, como os transportes, cujo desenvolvimento foi uma das metas básicas de sua administração. Borges teve que enfrentar o problema da estrada de ferro Porto Alegre-Novo Hamburgo, de pequeno percurso mas de grande importância para a economia estadual. Segundo o contrato de construção assinado durante o Império, a companhia inglesa responsável pela obra teria sua

concessão assegurada até 1960 e deveria receber do governo gaúcho juros anuais à taxa de 7%. Júlio de Castilhos fracassara na tentativa de obter novo acordo com a concessionária, e, diante do impasse, Borges de Medeiros solicitou a intervenção do governo federal nas negociações, o que só viria a ocorrer muito mais tarde.

Ainda nesse seu primeiro mandato à frente do governo gaúcho, Borges cuidou também de implantar o plano de migração e colonização esboçado por Castilhos para atrair e fixar elementos considerados assimiláveis, incorporando-os às atividades normais da região. No setor de instrução superior, sua primeira administração foi responsável pela criação da Faculdade de Medicina em 1898 e, em seguida, da Faculdade Livre de Direito. Implantou também os códigos de Processo Penal e de Processo Civil e Comercial, obedecendo assim ao que ficara definido pela Constituição de 1891.

PRIMEIRA REELEIÇÃO

Em outubro de 1902, Júlio de Castilhos, na condição de presidente do PRR, lançou longo manifesto elogiando a atuação de Borges de Medeiros na chefia do governo estadual. Depois de se referir à “continuidade de vistas e de ação” existente entre ambos, recomendou sua reeleição. Em novembro seguinte, Borges foi novamente eleito sem enfrentar qualquer adversário, pois os federalistas se recusaram a participar do que consideravam uma fraude eleitoral, e os dissidentes do PRR ainda estavam fracos e desorganizados. O candidato único recebeu o voto de mais de 3/4 do eleitorado gaúcho, ultrapassando assim o mínimo exigido pela Constituição castilhista. Iniciou seu novo mandato em janeiro de 1903, sendo obrigado a afastar-se definitivamente do Superior Tribunal do Estado.

Júlio de Castilhos morreu em outubro de 1903. No manifesto do ano anterior, havia indicado Borges como seu sucessor na presidência do PRR, mas nem todos os líderes republicanos estavam de acordo com essa indicação, muito embora não chegassem a vetá-la explicitamente. No máximo, alguns defendiam a volta à direção colegiada. Mesmo assim, Borges não chegou a ter competidores ostensivos em sua indicação para sucessor de Castilhos na liderança do PRR, já que a própria existência de vários pretendentes em potencial acabou por levá-los a se excluir uns aos outros. O acordo feito com o senador Pinheiro Machado também foi decisivo para esse desfecho, pois estabeleceu duas esferas de

atuação política: ficou sob a responsabilidade do senador a orientação dos assuntos do estado no âmbito federal, cabendo a Borges cuidar das questões de governo e do partido no nível estadual. Esse acordo, que resguardava o grau de autonomia dos estados existente durante toda a Primeira República, expressava em termos gaúchos a chamada “política dos governadores”, instituída pelo presidente Manuel de Campos Sales (1898-1902).

Assumindo a direção suprema do PRR, Borges de Medeiros encontrou problemas crescentes e potencialmente capazes de produzir, no futuro, riscos à estabilidade política do estado. O mais importante deles era a desagregação do partido, mas sua gravidade era parcialmente atenuada pela debilidade das oposições gaúchas, cuja rigidez de princípios e de atuação vinha impossibilitando qualquer tipo de absorção dos elementos dissidentes do PRR. A consciência da crise interna latente, contudo, levou Borges de Medeiros a considerar a presidência do partido como um encargo temporário. Ele percebia que o problema era especialmente grave nos municípios, onde as dissidências dentro do próprio PRR ameaçavam mais do que as oposições. Os federalistas não dispunham de eleitorado suficiente para conquistar as prefeituras, mas o mesmo já não ocorria com os dissidentes republicanos, que poderiam mobilizar a insatisfação existente com as sucessivas reeleições de prefeitos indicados pelos chefes locais do partido.

O controle pessoal de Borges sobre a máquina do PRR tornou-se, com o tempo, absoluto. Já em fevereiro de 1905, estava em suas mãos o poder decisório sobre a escolha dos candidatos ao Legislativo estadual, até então incumbência da comissão executiva do partido. Além disso, assim como Castilhos, intervinha diretamente nas eleições locais e nos assuntos administrativos, pois, como presidente do estado, detinha o poder constitucional de anular as resoluções de autoridades locais que desafiassem as diretrizes da comissão executiva do PRR.

Em 1904, o Congresso Nacional aprovou uma reforma que garantia o direito de voto nas eleições estaduais aos cidadãos alistados de acordo com as disposições previstas no nível federal. Entretanto, Borges e outros chefes de executivos estaduais se recusaram a adotar essa modificação, alegando que o artigo 1º da nova lei era inconstitucional. Um dos mecanismos previstos pela lei federal era o voto cumulativo, que permitia ao eleitor escolher um número de candidatos correspondente às vagas do seu distrito ou concentrar todos os seus votos em um só nome, prática comum nas correntes de oposição. Borges

modificou esse sistema e, numa medida conciliatória em relação à oposição, garantiu a entrega, sem disputa, de 1/4 das cadeiras do Congresso estadual às minorias, já que sem esse mecanismo os republicanos continuariam não obter a quase totalidade das cadeiras. Borges deixou de lado também o critério adotado no nível federal para a organização das comissões de alistamento, argumentando que ele privilegiava os maiores contribuintes. Para substituí-lo determinou a utilização dos conselhos municipais. Essas modificações alcançaram grande repercussão na política estadual e levaram o Partido Federalista a não apresentar candidatos no pleito seguinte, sob a alegação de que o presidente gaúcho teria que se curvar às disposições da lei federal. A questão só foi decidida no Supremo Tribunal Federal, que se manifestou pela inconsistência do recurso dos federalistas.

AS ELEIÇÕES DE 1907

Em 1906 havia uma clara divisão no interior do PRR, em virtude do aumento do número de descontentes com a rigidez das diretrizes da política positivista adotada pela corrente ortodoxa do partido. Logo no início dos debates sobre a sucessão de Borges de Medeiros apareceu a candidatura do republicano dissidente Fernando Abbott, chefe político do município gaúcho de São Gabriel. Procurando evitar uma cisão que abalasse o partido, Borges de Medeiros desistiu de concorrer à segunda reeleição consecutiva e adotou uma solução intermediária. No início de 1907, escolheu como seu sucessor Carlos Barbosa Gonçalves, chefe político de Jaguarão, ex-presidente da Assembleia Constituinte estadual em 1891 e ex-vice-presidente do estado. Por outro lado, a oposição oficializou a candidatura de Abbott, que recebeu o apoio de Assis Brasil, das dissidências republicanas e de uma considerável facção do Partido Federalista, cuja adesão só não foi completa pela recusa do grupo de Francisco Antunes Maciel em apoiar um republicano.

Durante a campanha eleitoral, os estudantes da Faculdade de Direito de Porto Alegre, favoráveis a Carlos Barbosa Gonçalves, criaram o Bloco Acadêmico Castilhistas, que foi a primeira experiência política de Getúlio Vargas, João Neves da Fontoura, Firmino Paim Filho, Maurício Cardoso e outros que alcançariam projeção nacional a partir, sobretudo, da Revolução de 1930. Também participaram dessa entidade alguns estudantes da recém-criada Escola de Guerra de Porto Alegre, como Eurico Dutra, Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Salvador César Obino, que obteriam mais tarde renome no Exército e na

política.

Carlos Barbosa Gonçalves venceu o pleito de novembro de 1907 por larga margem de votos. No dia 24 de janeiro seguinte, véspera da posse do novo governo, Borges de Medeiros inaugurou a Escola Técnica Profissional, ligada ao Instituto de Engenharia. Deixando em seguida o cargo de presidente estadual, permaneceu na chefia do PRR. Fixou residência em Cachoeira do Sul, onde se dedicou ao cultivo de arroz na fazenda de Irapuazinho, que comprara de seu cunhado através de empréstimos. Arrendou ainda outras terras mais próximas de Porto Alegre, mas os lucros obtidos não foram suficientes para cobrir as dívidas contraídas no início do empreendimento.

Apesar da situação precária que passou a enfrentar depois dessa experiência fracassada com o cultivo de arroz, Borges sempre se recusou a reabrir sua banca de advogado por considerar inadequado defender causas perante os tribunais e, ao mesmo tempo, chefiar o partido situacionista do estado. A manutenção do controle sobre a política rio-grandense também o levou a declinar dos convites para ocupar o Ministério da Agricultura, feito por Nilo Peçanha em 1909, e o da Fazenda, feito por Hermes da Fonseca ao organizar seu gabinete no ano seguinte.

O RETORNO AO GOVERNO DO ESTADO

No início de 1912, quando se aproximava o fim do mandato de Carlos Barbosa Gonçalves, o senador Pinheiro Machado lançou o nome de Borges de Medeiros para chefiar o novo governo. Detentor de grande influência junto ao presidente Hermes da Fonseca e líder do Partido Republicano Conservador (PRC), formado em 1910 com o apoio de várias forças situacionistas de outros estados, o senador gaúcho tentava assim mobilizar o eleitorado de seu estado para neutralizar a disposição de um grupo de oficiais do alto escalão do Exército que, desde a posse de Hermes, se mostrava decidido a entrar na vida política com o objetivo de “salvar” seus estados nativos das oligarquias dominantes. Nessa época, circulava a notícia de que o novo ministro da Guerra, general Antônio Adolfo Mena Barreto, iria candidatar-se ao governo do Rio Grande do Sul, seu estado natal, com o apoio dos federalistas. Sentindo-se ameaçado, Pinheiro Machado conseguiu de Hermes da Fonseca a substituição de Mena Barreto por um oficial de sua confiança, o general Vespasiano de Albuquerque e Silva.

A indicação de Borges de Medeiros como candidato do PRR recebeu apoio imediato da representação republicana no Congresso Nacional e dos deputados da Assembleia estadual. Novamente concorrendo como candidato único, Borges foi eleito no pleito de novembro de 1912 e tomou posse em 25 de janeiro do ano seguinte. Segundo João Neves da Fontoura, começou então o período áureo dos 25 anos em que permaneceu à frente do governo do Rio Grande do Sul, época em que promoveu a consolidação das leis orgânicas do estado, decretou o Estatuto dos Funcionários e solucionou os principais problemas de transportes. Apesar de ter sido obrigado a aumentar o imposto territorial, que recaía sobre os pecuaristas, foi menos atacado nesse período pelas oposições, pois seu programa de governo atendia aos interesses dos grupos dominantes da economia gaúcha, o que lhe garantiu legitimidade e colocou o uso da força num plano secundário. Por outro lado, Borges procurou aproveitar as vantagens decorrentes da influência de Pinheiro Machado sobre o presidente Hermes da Fonseca, angariando maior auxílio da União para o estado e garantindo aos gaúchos um número maior de postos importantes na administração federal. Borges incentivou a introdução de melhoramentos e a expansão da pecuária, e apoiou a realização de congressos e a formação de entidades de classe. Empenhou-se ainda na criação do Frigorífico Rio Grande, principal reivindicação dos pecuaristas gaúchos, e ofereceu vantagens tributárias a companhias estrangeiras desse ramo, como a Armour e a Swift, que montaram suas instalações no Rio Grande do Sul antes do fim da Primeira Guerra Mundial. Para compensar a constante elevação do imposto territorial, determinou a redução das taxas de exportação para vários produtos originários da pecuária, como o charque, produtos frigoríficos e couros.

Para melhorar o desempenho de todos os setores da economia, Borges dedicou grande esforço à solução dos três principais pontos de estrangulamento do sistema de transportes do estado, a saber: o atraso das obras da barra e do cais de Rio Grande, a precariedade do cais de Porto Alegre e a deficiência dos serviços prestados pela Viação Férrea.

As obras da barra e do cais da cidade do Rio Grande estavam a cargo da Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, contratante dos serviços junto à União mediante onerosas concessões, inclusive a obrigatoriedade do pagamento de pesadas taxas pelo comércio local. Pretendendo livrar a economia gaúcha desses encargos, desde o início do novo mandato Borges de Medeiros empreendeu insistente campanha junto ao governo

federal para garantir a transferência da administração daqueles serviços para o estado. A campanha obteve êxito, levando à encampação das obras pela União, que pagou as despesas da barra e transferiu os contratos para o estado, o qual arcou com os custos do porto.

Nessa época, a capital do estado não possuía nenhum porto aparelhado para receber navios de maior calado, o que dificultava o comércio e o escoamento da produção estadual. Borges de Medeiros ordenou então a feitura de um projeto para a construção do porto e sua infraestrutura, abrindo em seguida concorrência pública para sua execução. Essa iniciativa provocou protestos da Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, que, com base nos contratos de concessão para as obras do porto de Rio Grande, julgava-se no direito à construção dos portos de Pelotas e da capital. O assunto foi levado para a alçada federal, e várias vezes Borges de Medeiros argumentou junto ao Ministério da Viação que Porto Alegre estava localizada no estuário do Guaíba, rio estadual, devendo a exploração do seu cais ficar, portanto, sob jurisdição local. Depois de ganhar a causa, o governo gaúcho iniciou as obras, que se estenderam por dois mandatos consecutivos de Borges.

Com a solução desse impasse, Borges de Medeiros baixou decreto estabelecendo o Plano de Viação Geral, que incluía as vias fluviais e as estradas de rodagem e de ferro. Estas últimas, administradas pela Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil, estavam em estado precário, e suas frequentes paralisações eram responsáveis por grandes prejuízos à produção local. Sua recuperação era uma das metas do plano.

Durante essa administração de Borges de Medeiros foram construídos também o Hospital São Pedro, o Arquivo Público, o Colégio Júlio de Castilhos, a Biblioteca Pública, o quartel-general da Brigada Militar e os prédios das secretarias da Fazenda e de Obras Públicas, entre outros.

Em maio de 1915 Borges foi obrigado a afastar-se do governo por motivo de doença, sendo substituído pelo vice-presidente, general Salvador Pinheiro Machado, irmão do senador Pinheiro Machado. Apesar de permanecer em sua fazenda, não se afastou por completo da chefia do PRR, tendo contado, para isso, com a colaboração do secretário do Interior, Protásio Alves, que se encarregava da maior parte das questões do partido. Nesse período, a política rio-grandense tornou-se novamente agitada, com a disputa de uma vaga no Senado Federal. Seguindo sugestão do senador Pinheiro Machado, Borges aceitou a indicação do

ex-presidente da República, marechal Hermes da Fonseca, o que provocou várias manifestações de desagrado entre seus próprios correligionários. Dias depois, Ramiro Barcelos, ex-senador pelo Rio Grande do Sul e membro da Assembleia Nacional Constituinte de 1891, decidiu concorrer contra Hermes. Não tendo obtido o apoio de Borges, Barcelos rompeu com o líder republicano e acusou o PRC de ser um veículo da ambição política de Pinheiro Machado. Depois das eleições, vencidas por Hermes, Ramiro Barcelos escreveu um poema épico-satírico intitulado *Antônio Chimango*, dirigido a Borges e sua máquina política. O personagem-título era um senhor todo-poderoso da “estância de São Pedro” (o Rio Grande do Sul), que elegia e depunha deputados e senadores. A Brigada Militar procurou impedir a circulação da obra, mas não pôde evitar sua divulgação clandestina. Como consequência, o termo “chimango” (ou “chimangada”) passou a ser empregado genericamente para designar Borges de Medeiros e seus liderados. Chimango ou ximango, nome de uma ave de rapina do Rio Grande do Sul, já havia designado no Império uma facção do Partido Liberal.

No âmbito da política nacional, o assassinato do senador Pinheiro Machado em setembro provocou um maior isolamento do Rio Grande do Sul e privou Borges do principal defensor dos interesses gaúchos junto ao governo federal.

Em maio de 1916, Borges reassumiu o governo.

AS GREVES DE 1917 NO RIO GRANDE DO SUL

A redução do nível de vida do operariado brasileiro durante a Primeira Guerra Mundial atingiu seu ponto mais agudo em 1917, provocando a eclosão de movimentos grevistas em diferentes estados. Em março, ocorreu a greve dos calceteiros gaúchos. Na ocasião, Borges de Medeiros insistiu junto ao chefe de polícia de Porto Alegre, Firmino Paim Filho, para que recebesse uma delegação da Federação Operária e se oferecesse como mediador do conflito.

O vasto movimento grevista deflagrado em São Paulo no mês de junho teve ampla divulgação no Rio Grande do Sul, principalmente através do órgão republicano *A Federação*. No dia 26 do mês seguinte chegou a Porto Alegre a notícia de que um grupo de operários de Santa Maria, principal entroncamento ferroviário do estado, se apossara de uma locomotiva e saíra propagandeando uma greve. O movimento chegou à capital no dia

1º de agosto, com a adesão dos empregados da Companhia Força e Luz, do Centro de Choferes e da maior parte das outras categorias profissionais, sob a liderança da Liga de Defesa Popular (LDP), cuja principal preocupação era desautorizar qualquer violência.

As autoridades estaduais reagiram de forma pouco comum para a época. No mesmo dia, Borges recebeu uma comissão de representantes da LDP e prometeu estudar as reivindicações contidas em um memorial que lhe entregaram. No dia seguinte, baixou dois decretos, imediatamente publicados, atendendo parte das reivindicações dos trabalhadores: o primeiro estipulava aumento salarial para todos os servidores do estado e o segundo regulava a exportação dos produtos alimentícios gaúchos, de modo a garantir a distribuição no mercado interno de uma quantidade suficiente para atender à demanda. Tratava-se, portanto, neste último caso, de uma medida contrária ao liberalismo clássico, então dominante na orientação econômica oficial.

Segundo Miguel Bodea, “embora o decreto tivesse um efeito direto apenas em relação aos empregados do próprio governo, o seu efeito de demonstração na verdade avalizava as reivindicações operárias, induzindo, desta forma, o setor privado a ceder também”. A fundamentação teórica das medidas adotadas pelo governo foi apresentada na edição de 2 de agosto de *A Federação*, onde se reconhecia a legitimidade de movimentos grevistas que, como o de Porto Alegre, buscavam finalidades justas, ligadas à melhoria das condições de vida do operariado. O mesmo artigo afirmava, entretanto, que as greves legais deveriam ser curtas e rápidas, para não desorganizar o funcionamento da sociedade como um todo, o que afetaria também os interesses da classe operária.

Apesar das medidas adotadas pelo governo, a greve continuou, pois as concessões haviam atingido apenas os funcionários estaduais. O patronato organizou então duas comissões: uma para estudar a possibilidade de baixar os preços dos alimentos e outra para procurar Borges de Medeiros, que pediu a colaboração dos empresários no esforço de negociação. No dia 4 de agosto foi estabelecido o tabelamento dos gêneros de primeira necessidade, e a Companhia de Força e Luz estendeu o aumento salarial a todos os seus funcionários, o que levou a LDP a propor aos trabalhadores, em assembleia, o retorno ao trabalho.

Quando o movimento grevista de Porto Alegre estava próximo do fim, surgiram novas mobilizações, ainda mais fortes, em várias cidades do interior do estado, como Santa Maria, Pelotas, Rio Grande, Bajé, Gravataí, Passo Fundo e Rio Pardo. Nessas cidades, contudo, os

trabalhadores tiveram que retornar às atividades após violenta intervenção das tropas federais, solicitada pela direção da Compagnie Auxiliaire.

Em outubro de 1917, estourou novo movimento grevista entre os ferroviários de Santa Maria, mais longo e violento do que o anterior. Devido à precariedade dos serviços prestados pela concessionária belga — cujas ações já estavam sendo transferidas para o grupo norte-americano Brazil Railway — os grevistas adotaram desde o início a bandeira do nacionalismo e obtiveram a simpatia da opinião pública, especialmente do setor comercial. Passaram então a pedir o apoio do próprio governo para o movimento, pois Borges de Medeiros já defendia nessa época a encampação da ferrovia pelo estado. O presidente gaúcho condicionou seu apoio à manutenção da ordem durante a paralisação.

A greve estava no auge quando, em 25 de outubro de 1917, as bancadas parlamentares estadual e federal do PRR lançaram um manifesto pedindo a reeleição de Borges para a presidência do estado. No dia seguinte, obedecendo à orientação traçada pela chefia do partido, *A Federação* defendeu a adoção de “soluções radicais” — como a estatização proposta por Borges — para o problema da rede ferroviária gaúcha. Segundo Miguel Bodea, o movimento dos ferroviários ajudou o governo estadual a sensibilizar a população para suas teses favoráveis à estatização dos serviços públicos.

No dia 27, a Federação Operária do Rio Grande do Sul ameaçou convocar uma greve geral no estado se as reivindicações dos ferroviários não fossem atendidas. Borges enviou então um emissário a Santa Maria para negociar, como representante dos grevistas, junto aos delegados do governo federal e da Compagnie Auxiliaire. Diante dessa intermediação, a Federação Operária comunicou a desistência da greve. Quatro dias depois, a comissão negociadora chegou a um acordo que contemplava quase todas as reivindicações, inclusive a substituição do inspetor-geral da companhia por um engenheiro brasileiro e a concessão de aumentos salariais entre 10% e 15% (inferiores à escala inicialmente pedida pelos operários, que variava entre 10% e 30%).

Nas eleições realizadas em 25 de novembro de 1917, Borges de Medeiros concorreu novamente como candidato único ao governo estadual e renovou seu mandato até 1923.

Em julho de 1920 Borges conseguiu que o estado arrendasse a viação férrea, que pouco antes fora encampada pela União. A partir daí, foi implementada a parte mais importante de seu antigo Plano de Viação Geral, com a remodelação das redes, a aquisição de novas

locomotivas e vagões, a construção de variantes, a substituição de trilhos e a instalação de grandes oficinas ferroviárias em Santa Maria.

A PARTICIPAÇÃO NA REAÇÃO REPUBLICANA

Em fins de abril de 1921, Borges de Medeiros foi consultado oficialmente pelo Partido Republicano Mineiro (PRM) sobre a possível candidatura de Artur Bernardes à sucessão de Epitácio Pessoa na presidência da República. Ao contrário das outras ocasiões, o governo gaúcho evitou qualquer pronunciamento sobre essa indicação e aproveitou a ocasião para criticar o processo de escolha de candidatos à chefia do governo federal, os quais só divulgavam seu programa depois da homologação da candidatura. Reagindo à chamada “política do café com leite” (que garantia a alternância de mineiros e paulistas na presidência da República), Borges passou a defender a prévia divulgação do programa de cada candidato, de modo que a convenção pudesse escolher o melhor, sem beneficiar necessariamente Minas ou São Paulo.

Segundo Joseph Love, as principais preocupações de Borges nessa época eram a estabilização da moeda, a manutenção de um preço competitivo para o charque em relação ao bacalhau e o desenvolvimento da rede nacional de transportes, para diminuir o peso relativo das estradas e ferrovias federais construídas nos dois estados tradicionalmente hegemônicos no governo da União. Politicamente, Borges temia que Artur Bernardes tentasse realizar uma reforma constitucional para fortalecer o governo federal, reduzindo a autonomia estadual e a força das correntes políticas dominantes em cada região.

A oposição gaúcha apoiou a indicação de Bernardes, dando nova dimensão à campanha presidencial no estado. A escolha do maranhense Urbano Santos para compor a chapa junto com o político mineiro provocou uma ruptura entre o governo federal e os estados da Bahia e de Pernambuco, os mais importantes do Nordeste, que se sentiram marginalizados. As forças dominantes desses dois estados se uniram então às do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, formando a Reação Republicana, que lançou a chapa oposicionista composta pelo fluminense Nilo Peçanha (indicado por Borges) e o baiano José Joaquim Seabra.

Nas eleições realizadas em 1º de março de 1922, Bernardes foi vitorioso em nível nacional, apesar de derrotado no Rio Grande do Sul por larga margem (11.632 votos contra 96.051

dados à Reação Republicana).

AS ELEIÇÕES ESTADUAIS DE 1922 E A REVOLUÇÃO DE 1923

A disputa travada no Rio Grande do Sul entre os republicanos e as oposições na campanha para o governo federal em 1922 esteve sempre ligada à questão estadual, pois em novembro daquele ano seria realizado o pleito para escolher o sucessor de Borges de Medeiros. A vitória de Bernardes garantiu o apoio do governo central às oposições gaúchas interessadas em derrotar o PRR. Borges evitou qualquer pronunciamento sobre a questão sucessória até meados de 1922, quando, devido à pressão das lideranças locais, foi obrigado a fazê-lo. Em agosto, constituiu uma comissão para avaliar as tendências de seus correligionários sobre o assunto. Essa comissão lançou um manifesto no dia 25 de setembro, expondo as razões pelas quais o PRR concordara em reapresentar o nome de Borges como candidato à reeleição: tratava-se, em última instância, de “proteger” o Rio Grande do Sul contra Bernardes.

Decidida a enfrentar a candidatura do líder republicano, a oposição buscou um nome capaz de unir suas três correntes principais: os federalistas, os antigos democratas de Assis Brasil e os republicanos dissidentes. Segundo Héglio Trindade, a reunificação das oposições, “embora tendo origem nos descontentamentos oriundos da crise na pecuária”, decorreu “muito mais de um esgotamento do sistema político autoritário do que da incapacidade do modelo de desenvolvimento republicano de enfrentar novos desafios da crise econômica mundial”. Ainda segundo o mesmo autor, a estruturação das oposições já estava em curso desde antes da crise que atingiu a economia agromercantil gaúcha depois da Primeira Guerra Mundial. Com a retração do mercado então ocorrida, os produtores solicitaram a intervenção do estado em sua defesa. Entretanto, Borges manteve sua orientação positivista, contrária ao protecionismo estatal e à concessão de privilégios a setores específicos da produção. Procurado ainda em 1922 por um grupo de pecuaristas que solicitavam a adoção de medidas protetoras de sua atividade econômica, limitou-se a receber o memorial que traziam e prometeu encaminhá-lo ao governo federal e à bancada do estado na Câmara.

O insucesso da intermediação de Borges de Medeiros junto ao governo de Epitácio Pessoa e as notícias de execuções de títulos de fazendeiros endividados criaram um

descontentamento entre os criadores gaúchos em relação ao presidente do estado, favorecendo a atuação das oposições gaúchas, que já contavam com o apoio de setores urbanos significativos. Segundo Maria Antonieta Antonacci, a arregimentação política oposicionista foi grandemente facilitada por esse desencontro verificado entre os setores ligados à pecuária e o governo de Borges de Medeiros.

Em meados de outubro de 1922, as oposições gaúchas divulgaram manifesto lançando a candidatura de Assis Brasil. O pleito, realizado no mês seguinte, foi precedido de boatos sobre a iminência de um levante contra Borges de Medeiros, e surgiram em seguida acusações de fraude partidas de ambos os lados. Foi a primeira eleição governamental contestada desde 1907, e a apuração, conduzida por uma comissão de três deputados (Getúlio Vargas, Ariosto Pinto e José de Vasconcelos Pinto), só foi concluída em 17 de janeiro, quando Borges foi declarado vencedor por 106.360 votos contra 32.216 dados a Assis Brasil. A maioria republicana na Assembleia reconheceu rapidamente esse resultado e proclamou a reeleição do antigo líder. Oficialmente, Assis Brasil só obteve maioria no município de São José, mas recebeu votação expressiva na região da campanha gaúcha (onde os federalistas sempre tiveram força) e na capital (onde, segundo Joseph Love, a fraude era mais difícil).

Logo após a divulgação dos resultados, Assis Brasil ainda tentou a criação de um tribunal arbitral constituído de quatro deputados estaduais, um federal e um senador de cada facção, e presidido por Artur Bernardes, para julgar a validade do pleito. Borges de Medeiros aceitou esse julgamento, exigindo entretanto que ele ficasse a cargo apenas de Bernardes, o qual, por sua vez, considerou seu envolvimento incompatível com o exercício da presidência da República. Assim, a sugestão da oposição foi afastada, mas Assis Brasil e seus partidários continuaram a alegar fraude e se rebelaram contra o governo a fim de provocar uma intervenção federal no estado. O movimento começou no dia da nova posse de Borges de Medeiros (25/1/1923), com uma série de levantes regionais que visavam a deposição do governo, o afastamento dos republicanos de todos os cargos e a anulação da Constituição castilhistas. Entretanto, desde o início a relação de forças militares era desfavorável aos rebeldes, que reuniram seis mil homens contra os 12 mil mobilizados por Borges de Medeiros nos efetivos da Brigada Militar e dos corpos provisórios. Assis Brasil viajou então ao Rio para tentar conseguir ajuda dos governos federal, paulista e mineiro,

mas não obteve êxito. Os presidentes dos dois estados se recusaram a intervir diretamente na política interna de um outro, e Artur Bernardes manteve-se evasivo porque sua relação com a oficialidade do Exército estava abalada desde o episódio das “cartas falsas”, publicadas em outubro de 1921, e havia divergências nos altos escalões militares quanto à situação do Rio Grande do Sul.

Isolados, os rebeldes tiveram que adotar a guerra de movimentos, evitando os combates diretos. Pretendiam, assim, sustentar a luta até a decretação da intervenção federal. Entretanto, a partir do momento em que se certificaram de que essa medida não viria e de que a derrota militar se aproximava, passaram a buscar uma paz honrosa que o próprio governo federal se empenhou em propor. Em fins de outubro de 1923, Bernardes nomeou o general Fernando Setembrino de Carvalho (ministro da Guerra) e Augusto Tavares de Lira (ex-ministro da Justiça) para atuarem em seu nome como pacificadores, visando com isso exercer maior controle sobre Borges (sem, contudo, tirá-lo do poder), evitar o alastramento do conflito e proporcionar aos rebeldes um acordo de paz que levasse em conta as suas reivindicações.

Setembrino de Carvalho procurou inicialmente Assis Brasil, que se encontrava na capital federal e cuja principal exigência, em nome das oposições gaúchas, foi o afastamento de Borges de Medeiros do governo estadual. O ministro, contudo, lhe mostrou que Bernardes havia reconhecido a legitimidade das eleições e, por isso, seria obrigado a sustentar o governo de Borges. Depois desses contatos iniciais, Setembrino viajou para o Rio Grande do Sul, onde constatou o pessimismo dos chefes militares rebeldes, pois suas forças estavam desarticuladas depois de sucessivas derrotas. No início de novembro, o emissário do governo federal conferenciou com Borges de Medeiros.

As negociações chegaram a um impasse nos primeiros dias de dezembro, ocasião em que Setembrino de Carvalho apelou para o deputado Antunes Maciel, partidário de Assis Brasil mas favorável à busca de um acordo que mantivesse Borges no poder. Segundo Hélio Silva, a intervenção de Maciel foi decisiva para a aceitação, por parte dos rebeldes, da nova proposta de paz apresentada pelo governo federal, que resultou na assinatura do Pacto de Pedras Altas em 14 de dezembro de 1923. O acordo, ratificado no dia seguinte por Borges de Medeiros, garantia sua permanência no governo, mas proibia nova reeleição e aceitava todas as outras exigências dos rebeldes, como a reforma da Constituição estadual no

capítulo referente à reeleição de presidentes, o fim do voto às claras e da nomeação dos vice-presidentes e vice-intendentes municipais.

O ÚLTIMO PERÍODO DE GOVERNO

Segundo Hégio Trindade, a Revolução Gaúcha de 1923 foi responsável pela institucionalização da oposição liberal, que até então ocupava um espaço marginal ao sistema político dominante. Ainda sob a liderança de Assis Brasil, as oposições gaúchas se uniram formalmente na Aliança Libertadora, em janeiro de 1924, para concorrer às eleições de deputados federais, tendo como objetivo principal a luta pela liberdade política e o combate ao domínio do PRR no Rio Grande do Sul. Por outro lado, o Pacto de Pedras Altas não conseguiu pôr fim à crise no estado. Os elementos oposicionistas, sentindo-se ainda perseguidos por Borges, passaram a ingressar no Exército e a estabelecer ligações com a jovem oficialidade revolucionária, isto é, o grupo dos “tenentes”.

Em 5 de julho de 1924, eclodiu em São Paulo, Sergipe e Amazonas a segunda revolta tenentista, ocasião em que os principais veteranos da Revolução de 1923 passaram a discutir, no exílio, a possibilidade de um novo levante no Rio Grande do Sul. Borges enviou batalhões de caçadores da Brigada Militar para auxiliar na repressão aos rebeldes que haviam ocupado a capital paulista. Depois de três semanas de combates, os revolucionários se retiraram para o interior e, em seguida, estabeleceram contato com os oposicionistas gaúchos para apressar a deflagração de novo levante que forçasse a divisão das forças legalistas. As articulações evoluíram e, no início de agosto, irrompeu a revolta do 2º Batalhão de Engenharia, sediado em Cachoeira do Sul. No dia 29 de outubro sublevaram-se elementos das guarnições federais sediadas nas cidades de Santo Ângelo, São Luís, São Borja, Uruguaiana e Alegrete, sob a coordenação do capitão Luís Carlos Prestes. Borges de Medeiros determinou então a mobilização imediata da Brigada Militar e de todos os corpos provisórios (tropas irregulares compostas de civis), que foram comandados por Firmino Paim Filho, Osvaldo Aranha e José Antônio Flores da Cunha, entre outros.

As forças rebeladas conseguiram manter durante dois meses uma base de apoio na região noroeste do estado, sendo forçadas em janeiro de 1925 a marchar para o norte. A junção, em abril seguinte, desses contingentes com as tropas paulistas rebeladas em julho de 1924

formou a Coluna Miguel Costa-Prestes, que percorreu o país em guerra de movimento até fevereiro de 1927, quando se internou em território boliviano.

Em fins de junho de 1925, Artur Bernardes apresentou aos líderes das bancadas parlamentares um anteprojeto de reforma da Constituição de 1891, visando a fortalecer o Poder Executivo e limitar certas franquias estaduais. Começou então uma série de contatos entre o presidente da República e os representantes das forças estaduais, realizados no palácio do Catete, nos quais Borges de Medeiros foi representado pelo deputado federal Getúlio Vargas. Os pontos da reforma impugnados pelo líder republicano gaúcho diziam respeito principalmente aos casos de intervenção federal nos estados, à fixação dos princípios constitucionais, à liberdade de ensino e de profissão, à competência para legislar sobre direito processual e às garantias do funcionalismo.

Ainda em 1925, Bernardes e os partidos republicanos de São Paulo e de Minas Gerais decidiram lançar a chapa Washington Luís-Fernando Melo Viana para concorrer à sucessão presidencial prevista para o ano seguinte. Ao contrário das vezes anteriores, contudo, o chefe do governo determinou que a convenção nacional fosse precedida de convenções municipais em cada estado. No Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros orientou o PRR a aceitar a fórmula paulista-mineira, visando assim preservar a política interna gaúcha de maiores atribulações. Também havia razões de ordem econômica e financeira para adotar esse posicionamento. Apesar de Artur Bernardes ter concedido algumas vantagens temporárias à indústria gaúcha do charque no mercado interno, os pecuaristas, os plantadores de arroz e os próprios produtores de charque estavam descontentes porque não contavam com apoio federal para enfrentar a crise que atingia seus setores. Borges de Medeiros já havia expressado diversas vezes seu interesse pela estabilidade dos preços no mercado interno, item que constava, ao lado da estabilização do câmbio, como ponto básico do programa econômico de Washington Luís.

Por esses motivos, a convenção gaúcha reunida em 30 de agosto de 1925 aprovou com facilidade a chapa oficial, homologada na convenção nacional em meados de setembro. No fim desse mês, contudo, eclodiu no Rio Grande do Sul mais uma revolta, comandada pelo caudilho Honório Lemes, visando derrubar Borges de Medeiros e hostilizar Artur Bernardes, considerado traidor pelos rebeldes por não ter decretado a intervenção federal no estado em 1923. As forças legalistas sufocaram rapidamente esse movimento.

Pretendendo fortalecer as relações entre o Rio Grande do Sul e a aliança São Paulo-Minas Gerais, Washington Luís escolheu Getúlio Vargas para ocupar o Ministério da Fazenda de seu governo, o que tornaria mais fácil a assistência econômico-financeira àquele estado. Na condição de presidente eleito, viajou em junho de 1926 a Porto Alegre, onde foi recebido por Borges de Medeiros e reafirmou sua solidariedade ao PRR. Em novembro, em protesto contra a posse do novo governo federal, o tenente Alcides Etchegoyen conseguiu sublevar sua guarnição, localizada no sudoeste do Rio Grande do Sul, território tradicionalmente “libertador”, mas, sem receber adesões, o movimento foi debelado no mesmo dia pelas tropas de Borges e passou a ser conhecido como “Coluna Relâmpago”.

Em 1927 tiveram início as articulações visando à sucessão do presidente gaúcho. Embora impossibilitado pelo Pacto de Pedras Altas e pela emenda constitucional de se candidatar à reeleição, Borges conservava a chefia do PRR, o que lhe garantia a escolha do seu substituto. Em agosto, ele comunicou oficialmente a Getúlio Vargas (então ministro da Fazenda) e a João Neves da Fontoura a escolha dos seus nomes para compor a chapa que seria apresentada pela direção do PRR à convenção estadual. Poucos dias depois, com a concordância desses políticos, o presidente gaúcho anunciou oficialmente a composição da chapa aos chefes locais e à bancada gaúcha na Câmara e no Senado.

Os libertadores se recusaram a apresentar uma chapa para concorrer com os republicanos. Candidato único, Getúlio Vargas foi eleito e tomou posse em 25 de janeiro de 1928. Logo depois da transmissão do cargo, Borges de Medeiros deixou Porto Alegre para uma rápida estada em Torres (RS), antes de seguir para a fazenda de Irapuazinho. Apesar de afastado do poder e da capital, continuou a exercer a chefia do PRR.

A FORMAÇÃO DA FRENTE ÚNICA GAÚCHA E DA ALIANÇA LIBERAL

Em março de 1928, os libertadores se organizaram em partido político, o Partido Liberal (PL), que foi atraído para colaborar com o governo de Vargas, mais liberal do que o anterior. A aproximação definitiva entre o PL e o PRR ocorreu em 1929, quando começaram a ser escolhidos os candidatos à sucessão de Washington Luís. Discordando da candidatura do paulista Júlio Prestes, as forças dominantes de Minas Gerais se aproximaram dos gaúchos para lançar uma chapa de oposição. Durante as negociações, Borges de Medeiros manteve intensa correspondência com João Neves da Fontoura (vice-

presidente do estado e líder da bancada republicana na Câmara dos Deputados), que, em 17 de junho de 1929, assinou um acordo com Francisco Campos e José Bonifácio de Andrada e Silva, representantes do PRM. Conhecido como Pacto do Hotel Glória, esse documento definiu o veto de Minas ao nome de Júlio Prestes, a retirada da candidatura mineira de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e o lançamento de um gaúcho — Borges de Medeiros ou Getúlio Vargas — para encabeçar a chapa oposicionista. Para referendar esse acordo, que viria a servir de base para a formação da Aliança Liberal, Borges estabeleceu algumas condições, entre as quais: Vargas deveria ser o candidato oposicionista, cabendo a Minas Gerais a iniciativa de seu lançamento público; Washington Luís deveria ser oficialmente avisado dessa articulação, e a homologação da chapa seria feita em uma convenção nacional. Posteriormente, o líder gaúcho abriu mão das duas últimas exigências, concordando com a realização de uma convenção normal do PRM em Belo Horizonte.

No dia 30 de julho, a comissão executiva do PRM lançou a chapa Getúlio Vargas-João Pessoa (presidente da Paraíba) para concorrer ao governo federal. Vargas condicionou sua indicação à obtenção do apoio do PL gaúcho, o que foi garantido através da formalização da Frente Única Gaúcha (FUG), integrada pelo PRR e pelo PL, no início de agosto. No dia 21 desse mês foi lançada a Aliança Liberal, que uniu o situacionismo dos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e as oposições locais dos outros estados em torno da candidatura de Getúlio Vargas. Essa iniciativa contou com o apoio público de Borges de Medeiros, que, em setembro, quebrou seu silêncio e concedeu entrevista negando qualquer conotação revolucionária do projeto.

Entretanto, a vitória de Júlio Prestes nas eleições de 1º de março de 1930 foi considerada fraudulenta por setores da Aliança Liberal, que passaram a organizar um levante armado contra o governo federal. Discordando de tal plano, outros oposicionistas achavam que as tarefas da coalizão estavam encerradas, opinião compartilhada por Borges de Medeiros. Sua entrevista publicada na edição de 19 de março do jornal *A Noite*, considerando o resultado eleitoral um fato consumado, provocou forte reação de João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e outros integrantes do PRR, enquanto o partido manteve uma posição indefinida.

A crise então vivida pelo PRR e a falta de definição da posição de Vargas dificultavam a atuação dos aliancistas e desorientavam a maioria da bancada parlamentar gaúcha, que

tendia dessa forma a aceitar o resultado da eleição. A existência de duas correntes antagônicas no interior do PRR se tornava cada vez mais visível, mas Borges de Medeiros insistia em buscar uma solução conciliatória capaz de evitar a cisão. Com o propósito de contornar a crise, Paim Filho sugeriu ao líder republicano a realização de uma convenção com a presença de senadores, deputados estaduais e federais, intendentos (atuais prefeitos) e chefes locais. Borges preferiu discutir diretamente com Vargas a atuação da bancada republicana gaúcha na Câmara. Nesse encontro, ficou decidido que João Neves — um dos políticos que defendiam abertamente a preparação de um levante armado — continuaria como líder da bancada, mas só poderia agir dali em diante com o consenso de seus liderados. Em caso de divergências políticas entre os parlamentares, Borges de Medeiros seria consultado, e, em caso de dúvidas sobre problemas administrativos, as consultas seriam feitas a Vargas.

A situação do PRR se complicou quando Borges, em nome da comissão central, enviou aos chefes locais do partido uma carta-circular comunicando a extinção da FUG e ameaçando reprimir as manifestações em contrário. Ao mesmo tempo em que Luís Aranha viajava para o Rio de Janeiro e Belo Horizonte a fim de informar aos líderes aliancistas que o PRR e o governo gaúcho estavam “decididos à luta até as últimas consequências”, Borges afirmava que deveriam ser feitos todos os esforços para evitar a deflagração da revolução e aconselhava Vargas a não apoiar o governo federal, mas também a não envolver o Rio Grande do Sul no movimento, mantendo em relação aos revolucionários uma “atitude passiva, porém simpática”. Para ele, qualquer tentativa de luta armada pelo poder colidia com a finalidade básica do Estado, isto é, manter a lei e a ordem.

A preparação do levante foi intensificada depois do assassinato de João Pessoa, ocorrido em Recife em 26 de julho. No início de agosto, o político gaúcho Maurício Cardoso foi enviado a Porto Alegre a fim de tentar obter a adesão de Borges de Medeiros ao movimento. Segundo João Neves, só em 25 de agosto o velho líder republicano decidiu apoiar o levante, cuja data foi marcada para 3 de outubro, com início simultâneo no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba.

A insurreição teve início em Porto Alegre às 17:30h do dia combinado, no exato momento em que terminava o expediente do general Gil de Almeida, comandante da 3ª Região Militar. Depois de dois dias de combates, o estado passou para o controle total dos

revolucionários, que iniciaram então sua marcha para o norte, atingindo em poucos dias os arredores de São Paulo. Os preparativos para o ataque a essa cidade foram suspensos no dia 24 de outubro, com a chegada da notícia da deposição de Washington Luís por um golpe desfechado pela alta hierarquia militar lotada no Distrito Federal. Formou-se então uma junta governativa provisória que em 3 de novembro seguinte transferiu o poder para Getúlio Vargas.

O GOVERNO PROVISÓRIO E A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932

Depois da vitória da revolução, a atuação dos partidos gaúchos ainda permaneceu estreitamente ligada à FUG. O interventor federal no estado, José Antônio Flores da Cunha, tentou evitar a todo custo a formação de um movimento de oposição que viesse a receber apoio de grupos oposicionistas existentes em outros estados. Mesmo assim, desde logo começaram a aparecer divergências dentro do PRR em relação ao encaminhamento do processo político nacional. Borges de Medeiros, ainda na chefia do partido, queria apressar o fim do regime de exceção implantado com a vitória da revolução, mas Flores e uma ala do PRR encaravam com otimismo os rumos do governo provisório chefiado por Vargas, e acreditavam que a volta ao regime constitucional ocorreria em pouco tempo.

No início de 1931, foram criadas em diversos estados do país as chamadas legiões revolucionárias, entidades voltadas para a defesa e o aprofundamento das reformas instituídas a partir da Revolução de 1930. No Rio Grande do Sul, a idéia de fundar a Legião de Outubro gerou muitos temores, devido ao desequilíbrio que poderia gerar na vida política estadual, ameaçando a existência dos partidos. Para Borges de Medeiros, o regime democrático não poderia existir sem essas agremiações, que organizavam as correntes de opinião e formavam as maiorias indispensáveis ao funcionamento do sistema representativo e à estabilidade: “longe de combater os partidos, sejam quais forem suas tendências e objetivos, devemos estimular sua formação”. Enquanto isso, Flores da Cunha apoiava incondicionalmente a formação de legiões revolucionárias e afirmava não considerá-las uma ameaça à existência dos partidos.

Ao longo do ano, esse debate sobre o papel dos partidos esteve relacionado, de forma crescente, com o tema da convocação de uma assembleia nacional constituinte,

reivindicada por importantes setores da política nacional. No Rio Grande do Sul, o PRR e o PL defendiam a reconstitucionalização do país, mas não chegaram a hostilizar o governo provisório durante quase todo o ano de 1931. Em novembro, Borges de Medeiros, Flores da Cunha e Raul Pilla (representante do PL) reuniram-se na cidade de Cachoeira do Sul e decidiram iniciar um movimento de solidariedade ao Partido Democrático de São Paulo, que se opunha havia vários meses ao poder dos “tenentes” ligados ao governo federal, reivindicando a devolução da autonomia estadual e a convocação de uma constituinte. Ao mesmo tempo, os três líderes gaúchos resolveram solicitar ao governo federal providências jurídicas e políticas para o início do processo de reconstitucionalização do país. Flores da Cunha escreveu a Vargas comunicando essas posições, e dias depois sua iniciativa foi seguida por Borges de Medeiros e Raul Pilla, que relataram também a preocupação da FUG com a evolução dos acontecimentos em São Paulo e com as notícias acerca das pressões exercidas sobre Lindolfo Collor (ministro do Trabalho), Assis Brasil (ministro da Agricultura) e João Batista Luzardo (chefe de polícia do Distrito Federal). Segundo o documento, o afastamento desses representantes gaúchos no governo federal acarretaria o rompimento da FUG com Vargas e a renúncia de Flores da Cunha à interventoria no Rio Grande do Sul. Pouco depois, Borges concedeu entrevista defendendo a união de gaúchos, paulistas e mineiros na luta pelo fim do regime de exceção. Mesmo assim, Vargas manteve seu ponto de vista de que a constitucionalização só deveria ser iniciada quando o governo provisório houvesse resolvido alguns problemas básicos, como a organização administrativa, o controle financeiro e a manutenção da ordem.

Diante desse posicionamento de Vargas e do agravamento da crise política em São Paulo, o PD divulgou um manifesto em janeiro de 1932 rompendo com o governo provisório. O PL lançou então uma nota de solidariedade aos democráticos paulistas, sendo imediatamente seguido pelo PRR. No mês seguinte, o empastelamento do jornal *Diário Carioca* por elementos ligados aos “tenentes” do Rio de Janeiro provocou o imediato pedido de demissão dos representantes gaúchos no governo federal, que desde algum tempo vinham mantendo uma posição crítica em relação a Vargas no tocante à necessidade de acelerar a constitucionalização.

A partir desse episódio, a liderança gaúcha decidiu assumir definitivamente uma aliança com as forças políticas paulistas, iniciando, inclusive, preparativos para um enfrentamento

militar com o governo federal, sem prejuízo da continuação das negociações. Na tentativa de apaziguar os dois lados, Assis Brasil sistematizou as exigências da FUG em um *Heptálogo*, que destacava a abertura de inquérito para punir os autores do atentado ao *Diário Carioca*, a garantia de liberdade de imprensa e a promulgação de um decreto restaurando os preceitos constitucionais de 1891 no tocante aos direitos do cidadão.

Diante da resposta evasiva de Vargas, Borges de Medeiros e Raul Pilla lhe enviaram um *Decálogo*, que reiterava as exigências já feitas e incluía o afastamento de Pedro Ernesto Batista da prefeitura do Distrito Federal e a realização de eleições para uma assembleia constituinte até 31 de dezembro de 1932. A atitude conciliadora de Flores da Cunha em relação ao governo federal nesses episódios mereceu a desaprovação dos políticos do PRR e do PL. Mesmo assim, com o objetivo de manter a FUG unida, os dois partidos lançaram um manifesto reafirmando sua solidariedade ao interventor e declarando que, se Vargas não atendesse às suas propostas, seriam rompidos todos os vínculos com o governo federal.

O agravamento das tensões acabou resultando na eclosão, em 9 de julho de 1932, da Revolução Constitucionalista de São Paulo, que, rapidamente vitoriosa nesse estado, deu início a uma guerra civil contra as forças do governo provisório deslocadas de outras regiões do país. Verificando que o interventor gaúcho não iria aderir ao movimento, Borges de Medeiros e Raul Pilla decidiram enviar uma carta aos paulistas, em nome da FUG, propondo o armistício. Os revolucionários, contudo, rejeitaram a sugestão gaúcha.

Flores da Cunha enviou tropas da Brigada Militar do Rio Grande do Sul para combater a revolução, rompendo assim, definitivamente, o compromisso assumido pelos gaúchos junto aos paulistas. Borges de Medeiros, Raul Pilla, Lindolfo Collor e Batista Luzardo discordaram dessa decisão e, recusando a posição de espectadores do esmagamento dos constitucionalistas, articularam a eclosão no Rio Grande do Sul de um movimento capaz de reter as forças legalistas do estado e diminuir a pressão sobre os paulistas. Promoveram então levantes em diversas localidades, como Santa Maria, Soledade e Júlio de Castilhos, mas não obtiveram o esperado apoio da Brigada Militar, conseguindo reunir apenas algumas centenas de homens mal armados. No dia 20 de setembro, os constitucionalistas gaúchos foram derrotados em Cerro Alegre, ocasião em que Borges de Medeiros foi aprisionado e os demais líderes da FUG tiveram que se exilar. Pouco antes de ser preso, o ex-presidente gaúcho passou a chefia do PRR e a direção do jornal *A Federação* a Maurício

Cardoso.

Por decreto de Vargas, todos os chefes republicanos e libertadores de maior destaque foram banidos e tiveram seus direitos políticos cassados, ficando impedidos de concorrer a cargos eletivos. Flores da Cunha intercedeu junto a Vargas para evitar o banimento de Borges de Medeiros, pois essa medida causaria um profundo mal-estar em todo o estado. As próprias tropas gaúchas que haviam combatido em São Paulo estavam retornando ao Rio Grande do Sul com um “espírito borgista muito acentuado”, chegando a comentar-se em Porto Alegre que elas pretendiam libertar o velho líder republicano. Flores da Cunha alegou também que Borges, sendo um homem sem recursos, enfrentaria inevitavelmente grandes dificuldades para se manter em um país estrangeiro. Ao mesmo tempo, liderando os dissidentes da FUG que se haviam oposto aos constitucionalistas, Flores fundou o Partido Republicano Liberal (PRL).

Após breve confinamento na ilha Rasa, no litoral do Rio de Janeiro, Borges de Medeiros, devido à interferência do interventor gaúcho, foi transferido para Pernambuco, onde foi inicialmente confinado na ilha do Rijo e depois permaneceu em liberdade vigiada na capital do estado. Nessa época, no decorrer de 1933, publicou o livro *O poder moderador na República presidencial*.

Depois de derrotar os paulistas e seus aliados, o governo provisório confirmou para março de 1933 eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, que se reuniu a partir de 15 de novembro seguinte. Em 28 de maio de 1934, durante os trabalhos da assembleia, Vargas decretou a anistia para os revolucionários de 1932, devolvendo a Borges de Medeiros seus direitos políticos. Mesmo assim, Maurício Cardoso permaneceu na chefia e na direção de *A Federação*, dedicando-se a articular a candidatura do antigo líder gaúcho à presidência da República, com o apoio da bancada paulista. Na eleição indireta, realizada pelos deputados constituintes em 17 de julho de 1934, Vargas recebeu 175 votos, e Borges de Medeiros ficou em segundo lugar com 59 votos.

Borges de Medeiros foi eleito deputado federal em 14 de outubro desse ano na legenda da FUG. A vitória das forças situacionistas nessas eleições reforçou a aliança entre as oposições de vários estados, levando à criação na Câmara, em janeiro de 1935, das Oposições Coligadas (ou Minoria Parlamentar), articulada havia três meses por Borges e João Neves, da FUG, Artur Bernardes, do PRM, e Otávio Mangabeira, da Liga de Ação

Social e Política (LASP) da Bahia, que procuravam criar um partido de âmbito nacional. Em maio, no início da legislatura, João Neves foi escolhido líder dessa coalizão, cujo diretório nacional passou a ser composto por Borges de Medeiros, Artur Bernardes, Otávio Mangabeira, Roberto Moreira, José Sampaio Correia, Sebastião do Rego Barros e José Bezerra de Menezes.

A CONSTITUINTE ESTADUAL E A POLÍTICA INTERNA GAÚCHA

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte do Rio Grande do Sul, desenvolvidos no primeiro semestre de 1935, tanto a FUG quanto Flores da Cunha e seu PRL iniciaram um movimento de pacificação política no estado. Com o desenvolvimento das negociações, a oposição concordou em apoiar o interventor na eleição indireta para a chefia do novo governo constitucional, que seria organizado de forma parlamentarista, conforme uma proposta elaborada por Raul Pilla e pelo jurista José Maria dos Santos. A chamada “Fórmula Pilla-Santos”, no entanto, teve que enfrentar muitos obstáculos, pois havia republicanos e libertadores hesitando em apoiar Flores da Cunha, cujas relações com o governo federal começavam a tornar-se conflituosas. Borges de Medeiros defendia enfaticamente um governo de coalizão no Rio Grande do Sul e a adoção do parlamentarismo também no nível nacional, afirmando que o regime presidencial havia fracassado no Brasil e se tornara o “criador de ditaduras ilegais”.

Em 16 de janeiro de 1936, Borges de Medeiros, Raul Pilla e Flores da Cunha assinaram um acordo entre a FUG e o PRL. Formou-se um governo de coalizão, que inaugurou o chamado *modus vivendi* gaúcho, a partir da aceitação por Flores da Cunha de várias reivindicações da FUG, como a liberdade de imprensa e de reunião, e a reconstrução de funcionários públicos removidos por motivos políticos. Em contrapartida, a FUG aceitava colaborar na manutenção da ordem política e concordava em participar do governo estadual, com Raul Pilla na Secretaria de Agricultura e Lindolfo Collor, do PRR, na Fazenda.

Em fins de maio de 1936, a discussão na Assembleia Legislativa gaúcha sobre o projeto de criação de uma guarda portuária desencadeou nova crise política no estado. Em seu violento combate a esse projeto, Maurício Cardoso atacou também o governo de Flores, cuja resposta provocou o pedido de demissão de Pilla. Junto a essas questões ligadas à

política estadual, também o problema da sucessão presidencial prevista para janeiro de 1938 interferiu nos desentendimentos que se sucederam. Flores atuava de modo a influir decisivamente na escolha do sucessor de Vargas, ao mesmo tempo em que este incentivava as dissidências da política interna estadual a fim de enfraquecer o governador. Os principais contatos entre o presidente e as oposições gaúchas eram feitos através de João Neves (líder da minoria na Câmara), Maurício Cardoso e Luzardo, contrários ao acordo entre a FUG e Flores.

Borges de Medeiros chegou a ser anunciado como um dos possíveis candidatos à presidência na edição do dia 22 de junho de 1936 do jornal gaúcho *Correio do Povo*. O sentido das negociações em curso entre a FUG e o governo federal era buscar a “pacificação nacional” através de uma candidatura capaz de unir Vargas e as oposições, mas os outros partidos que compunham a Minoria Parlamentar discordavam desse projeto, levando João Neves a renunciar à liderança da bancada oposicionista na Câmara. O nome de Borges Medeiros foi cogitado para substituí-lo, mas a escolha recaiu sobre Batista Luzardo.

O *modus vivendi* gaúcho foi finalmente rompido em outubro de 1936, ocasião em que Lindolfo Collor lançou um manifesto acusando a FUG (especialmente a direção do PRR) pela crise e rompendo com a cúpula republicana. Chamado a interferir, Borges de Medeiros assegurou seu apoio à direção do partido e, em resposta às acusações de Collor, contestou que o PRR tivesse esquecido o princípio anti-intervencionista. Em seu manifesto, afirmou que, a partir do segundo semestre de 1936, “o governador começou subitamente a criar corpos provisórios e toda uma série impressionante de circunstâncias graves que gerou no espírito público a convicção de que o Rio Grande do Sul se preparava para agredir o governo federal”. Enquanto isso, ainda segundo Borges, “a FUG, por força de deliberação coletiva com a qual Collor esteve plenamente de acordo, parlamentava no Rio de Janeiro com Vargas, por intermédio de Maurício Cardoso, no sentido da formação de um governo nacional que pacificasse as correntes políticas do Brasil”.

Durante o ano de 1937, o problema da sucessão presidencial foi o catalisador de todos os debates, alianças e crises políticas do país. As correntes de oposição a Vargas se articularam em torno da candidatura de Armando de Sales Oliveira, lançada pelo Partido Constitucionalista de São Paulo, enquanto as forças situacionistas lançavam José Américo

de Almeida. No Rio Grande do Sul, a campanha sucessória encontrou o *modus vivendi* rompido e os três partidos cindidos. O PRR e o PL, que desde 1932 se opunham abertamente a Vargas, passaram a apoiar, junto com dissidentes do PRL, as decisões do governo federal e o candidato situacionista. Por outro lado, Flores da Cunha, o PRL e dissidentes dos dois outros partidos defendiam o nome de Armando Sales. Durante o ano, a bancada do PRR na Câmara votou ao lado dos partidos situacionistas e apoiou as medidas tomadas por Vargas contra Flores, que em meados de outubro renunciou ao governo do estado.

Com a implantação do Estado Novo por Vargas em 10 de novembro de 1937, as eleições foram suspensas, e os órgãos legislativos suprimidos. Borges de Medeiros perdeu com isso seu mandato de deputado federal, mas, mesmo assim, divulgou cinco dias depois um manifesto a seus correligionários recomendando o apoio a Vargas, medida idêntica à que já havia sido tomada pela direção do PRR. Em seguida o velho líder decidiu afastar-se definitivamente da política e retornou ao Rio Grande do Sul, onde se fixou na fazenda de Irapuazinho.

Com a reorganização dos partidos políticos em 1945, Borges de Medeiros foi aclamado presidente de honra da seção gaúcha da União Democrática Nacional (UDN), que agrupava a oposição liberal ao Estado Novo. Permaneceu, entretanto, afastado das atividades políticas.

Em 1960, aos 97 anos de idade, Borges recebeu a condecoração de Grande Oficial da Ordem Nacional do Mérito, entregue pelo comandante do III Exército, general José Machado Lopes, a seu genro, Sinval Saldanha.

No ano seguinte, viúvo desde 1957, Borges de Medeiros faleceu em Porto Alegre no dia 25 de abril. De seu casamento com Carlinda Gonçalves Borges não teve filhos. O casal adotou uma sobrinha, Dejanira Godói de Medeiros, mais tarde casada com Sinval Saldanha, secretário do Interior do Rio Grande do Sul na época da Revolução de 1930 e interventor federal no estado de 27 de outubro a 18 de novembro desse ano.

A seu respeito, foram publicadas, entre outras, as seguintes obras: *Borges de Medeiros, subsídios para o estudo de sua vida e de sua obra* (1928), de João Pio de Almeida, e *Memórias: Borges de Medeiros e seu tempo* (1958), de João Neves da Fontoura.

Regina da Luz Moreira

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALMANAQUE DA BRIG. MILITAR; ALMEIDA, A. *Vultos*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BODEA, M. *Greve*; BRAGA, R. *Dic.*; CÂM. DEP. *Anais*; CÂM. DEP. *Deputados*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; *Correio do Povo* (27/7/1977); CORTÉS, C. Gaúcho; CRUZ, E. História do Pará; *Diário de Notícias*, Rio (26/4/1961); *Efemérides paulistas*; *Encic. Mirador*; FERREIRA FILHO, A. *História*; FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLYNN, P. *Legião*; FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, S. *Júlio*; *Grande encic. Delta*; *Grande encic. portuguesa*; *Jornal* (26/4/1961); *Jornal do Comércio*, Rio (26/4/1961); LEITE, A. *História*; LEVINE, R. *Vargas*; LOVE, J. *Regionalismo*; MAGALHÃES, B. *Artur, Moeda e Finanças*; MORAIS, A. *Minas*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; *Novo dic. de história*; OLIVEIRA, C. *Biografias*; PESAVENTO, S. *Política*; *Quem é quem no Brasil*; REIS JÚNIOR, P. *Presidentes RS*; SILVA, H. 1889; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; SILVA, H. 1945; SILVA, R. *Notas*; SPALDING, V. *Construtores*; TÁVORA, J. *Vida*; VAMPRÉ, S. *Memórias*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MEDEIROS, José Gonçalves Viriato de

*const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893.

José Gonçalves Viriato de Medeiros nasceu em Sobral (CE).

Formado em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Recife, mudou-se depois para a cidade de Paraíba do Sul (RJ), onde se envolveu em atividades políticas.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, e instalado o governo provisório liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca – de quem era amigo –, foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado pelo estado do Rio de Janeiro ao Congresso Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou da elaboração da Constituição promulgada em 24 de fevereiro de 1891 e a partir de 15 de junho, quando se iniciou a legislatura ordinária, tomou assento na Câmara dos Deputados, até 31 de dezembro de 1893. Retornou em seguida para Paraíba do Sul.

Foi casado com Sara Blackall, natural de Londres, com quem teve três filhos.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; COMISS. CONST. CENT. REP. PRIM. CONST. REP. *Relatório*; INEPAC. *Inventário das fazendas do Vale do Paraíba Fluminense*. Disponível em: <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/05/3_maravilha_pg-105-a-113.pdf>. Acesso em: 11/1/2011.

MEDEIROS, MAURÍCIO DE

*jornalista; dep. fed. RJ 1921-1922 e 1927-1930; min. Saúde 1955-1958.

Maurício Campos de Medeiros nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, em 14 de julho de 1885, filho do quarto casamento de Joaquim José de Campos da Costa de Medeiros, conselheiro do Império. Sua mãe, Maria Carolina Ribeiro de Medeiros, era viúva do caricaturista Henrique Fleuiss.

Órfão de pai aos sete anos, Maurício foi viver sob a tutela do irmão José Joaquim Medeiros e Albuquerque, escritor, jornalista e político (deputado federal por Pernambuco de 1894 a 1896, de 1901 a 1902 e de 1904 a 1911), que exerceu grande influência sobre suas idéias e atividades posteriores. Completou os estudos básicos no Ginásio Nacional, hoje Colégio Pedro II, e em 1901 matriculou-se na Faculdade de Medicina. Diplomou-se em farmácia em 1903 e foi escolhido delegado brasileiro ao I Congresso Internacional de Estudantes, reunido na cidade italiana de Milão em 1906. No ano seguinte, concluiu o curso de medicina.

Depois de formado, substituiu o irmão Medeiros e Albuquerque em uma seção diária da *Gazeta de Notícias*, iniciando longa militância na imprensa, continuada nos anos seguintes com colaborações no *Correio Paulistano* e *A Notícia*. Fez também várias viagens à Europa, frequentando cursos de especialização em histopatologia e fisiologia em Paris, Munique e Viena, e participando, em 1909, dos congressos internacionais de psicologia e de medicina realizados respectivamente em Genebra e Budapeste. A atuação permanente na medicina e no jornalismo marcaria toda a sua vida profissional. De volta ao Brasil, substituiu João do Rio como autor de uma crônica diária no jornal *A Noite*, intitulada “O momento”, e foi aprovado, em 1912, no concurso para livre-docência da cadeira de fisiologia na faculdade em que estudara. Dois anos depois, também através de concursos, tornou-se livre-docente das cadeiras de patologia geral na Faculdade de Medicina e de psicologia na Escola Normal do Distrito Federal, depois Instituto de Educação.

Pouco depois do início da Primeira Guerra Mundial, em 1914, tornou-se fundador e secretário-geral da Liga Pró-Aliados, que atuou até o fim do conflito. Em 1915 foi nomeado diretor-geral de Higiene do estado do Rio de Janeiro e no ano seguinte foi eleito deputado estadual na legenda do Partido Republicano, prosseguindo no *Correio da Manhã*

e em *A Época* sua pregação contrária à neutralidade adotada pelo Brasil diante da guerra. Era amigo e admirador de Nilo Peçanha, que foi nomeado ministro das Relações Exteriores em maio de 1917, pouco depois do afundamento de um navio mercante brasileiro pelos alemães. Esse fato desencadeou fortes pressões favoráveis à declaração de guerra contra a Alemanha, afinal assinada pelo presidente Venceslau Brás (1914-1918) em outubro seguinte. Sem perder seu mandato parlamentar, Maurício de Medeiros integrou a Missão Médica Militar que o Brasil enviou à França, sendo comissionado no posto de tenente-coronel-médico e lotado na chefia do serviço de neuropsiquiatria do Hospital Brasileiro de Paris, que funcionou nos últimos meses do conflito.

Considerando o parlamento “o único poder legitimamente representativo da opinião em uma democracia”, Maurício de Medeiros via no presidencialismo a raiz de todos os males da história republicana do Brasil, por conduzir frequentemente a “regimes autoritários e ditatoriais”. Defendia a forma federativa de governo e a autonomia estadual, “em nada contrários ao parlamentarismo”. Deixando a Câmara estadual fluminense em 1920, foi eleito no ano seguinte deputado federal pelo estado do Rio. Assumiu o mandato na Câmara dos Deputados em maio de 1921, mas em janeiro de 1922 afastou-se a fim de prestar concurso para professor da seção de patologia geral da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Aprovado, foi nomeado em setembro seguinte.

Em janeiro de 1923 foi secretário-geral do efêmero governo fluminense de Raul Fernandes (de 31 de dezembro de 1922 a 11 de janeiro de 1923), que foi substituído pelo interventor federal Aurelino Leal, nomeado pelo presidente Artur Bernardes (1922-1926). Em 1924 tornou-se redator-chefe do *Diário de Medicina*. Em 1927, durante o governo do presidente Washington Luís (1926-1930), foi novamente eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Na legislatura 1927-1929, integrou as comissões de Legislação Social e de Instrução da Câmara, foi delegado à Conferência Interparlamentar de Comércio, reunida em Versalhes, na França, em 1928, e votou a favor da concessão de anistia aos envolvidos nos levantes tenentistas de 1922 e 1924, que, segundo ele, haviam expressado um “sentimento de revolta contra o governo unipessoal” exercido por Epitácio Pessoa (1919-1922) e, depois, Artur Bernardes. A proposta recebeu apenas 18 votos favoráveis na Câmara, insuficientes para sua aprovação.

Reeleito deputado federal pelo estado do Rio em março de 1930, teve o mandato

interrompido pela revolução que em outubro depôs Washington Luís e levou à formação do governo provisório chefiado por Getúlio Vargas. Ainda em 1930 passou um mês na União Soviética, e no ano seguinte lançou um livro considerado simpático ao regime vigente nesse país. Foi então acusado pela imprensa governista de pertencer à Internacional Comunista, o que provocou a apreensão do livro por ordem de João Batista Luzardo, chefe de polícia do Distrito Federal.

No primeiro semestre de 1932, publicou outra obra, intitulada *Outras revoluções virão*, criticando “a falta de orientação doutrinária e de qualquer política sistematizada” por parte do governo provisório, o qual, segundo ele, incorria nos mesmos vícios do presidencialismo vigente na Primeira República, sufocando o Poder Legislativo. Como colaborador do *Diário Carioca* e do jornal paulista *A Gazeta*, frequentemente criticou os rumos tomados pela Revolução de 1930, publicando artigos contra, entre outras coisas, “o projeto ultrarreacionário de repressão ao comunismo”, o “espantoso decreto introduzindo o ensino religioso nas escolas” e as “tendências fascistas da Legião Liberal Mineira” liderada por Francisco Campos. Criticou também o Clube 3 de Outubro, “partidário da extrema violência”.

Apesar de afastado de atividades políticas desde 1930 e mundialmente conhecido por suas contribuições à psiquiatria, Maurício de Medeiros foi atingido pelas medidas repressivas adotadas pelo governo de Vargas depois da fracassada Revolta Comunista de novembro de 1935. Em abril do ano seguinte, foi demitido junto com vários colegas do cargo de catedrático de clínica propedêutica médica, que ocupava desde 1934. Só seria reintegrado nessas funções em maio de 1945, por sentença do Poder Judiciário. Voltou à faculdade na cátedra de clínica psiquiátrica em abril de 1946, durante a redemocratização do país que se seguiu à derrubada do Estado Novo, e em setembro desse ano foi nomeado diretor do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Representou o Brasil no Congresso Mundial de Psiquiatria, realizado em Paris em 1950, e nos dois primeiros congressos internacionais de neuropatologia, realizados respectivamente em Roma (1952) e Londres (1955). Aposentou-se por limite de idade em 1955, e em agosto desse ano tomou posse na cadeira nº 38 da Academia Brasileira de Letras.

Em 19 de novembro de 1955 foi nomeado ministro da Saúde pelo presidente Nereu Ramos,

que atendeu à indicação de Ademar de Barros, líder do Partido Social Progressista (PSP), ao qual era filiado. Foi mantido no cargo pelo presidente Juscelino Kubitschek, que tomou posse em 31 de janeiro de 1956, e em março de 1958 foi designado para integrar uma comissão, presidida pelo ministro da Viação Lúcio Meira, encarregada de coordenar o auxílio à região Nordeste, que sofria os efeitos de uma seca de grandes proporções. Deixou a pasta da Saúde em 3 de julho de 1958, sendo substituído por Mário Pinotti. Em 1962 começou a colaborar no jornal carioca *O Globo*, onde assinou uma coluna esporádica sobre assuntos políticos até morrer, em 23 de julho de 1966.

Teve três filhos de seu primeiro casamento, com Ana de Medeiros, e uma filha em segundas núpcias, com Denise de Medeiros.

Membro de inúmeras associações médicas e culturais, nacionais e internacionais, deixou publicadas diversas obras, notadamente sobre temas médicos, entre as quais: *Métodos em psicologia* (tese, 1907), *Fisiologia da secreção intestinal* (1913), *Partenogênese em patologia* (1913), *A reforma constitucional fluminense de 1920* (1922), *Coloidoclasia* (1923), *Peço a palavra!* (discursos, 1923), *O soro sanguíneo em patologia* (1925), *Ciência impura* (ensaios, 1928), *Supranormais* (1930), *Rússia: impressões de viagem* (1931), *Outras revoluções virão* (1932), *Psicoterapia* (1933), *Segredo conjugal* (novela, 1933), *Idéias, homens e fatos* (1934), *Pensamentos de Medeiros e Albuquerque* (1935), *Folhas secas* (1941), *Aspectos da psicologia infantil* (1941), *Temas falados* (1945), *Joaquim Nabuco* (ensaio, 1949), *No mundo do ensino* (1954), *O casamento* (1956), *O inconsciente diabólico* (1959) e *Homens notáveis* (1964).

Vera Calicchio

FONTES: ACAD. BRAS. LETRAS. *Anuário* (1960, 1961, 1962); ARQ. GETÚLIO VARGAS; BRINCHES, V. *Dicionário*; CORTÉS, C. *Homens*; COUTINHO, A. *Brasil; Encic. Mirador; Globo* (24/6/1966); *Grande encic. Delta; Jornal do Brasil* (24/6/1966); *Jornal do Comércio*, Rio (22/11/1955); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MEDEIROS, M. *Homens*; MEDEIROS, M. *Outras*; MEDEIROS, M. *Peço*; MEDEIROS, M. *Rússia*; MIN. GUERRA. *Almanaque*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; QUADROS, J. ; ARINOS, A. *História*; RIBEIRO FILHO, J. *Dicionário*.

MEDRADO, Sebastião Landulfo da Rocha

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1896.

Sebastião Landulfo da Rocha Medrado nasceu em Mucugê (BA) no dia 15 de setembro de 1865, filho de Reginaldo Landulfo da Rocha Medrado e de Amélia América dos Santos.

Diplomou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1887.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, quando das eleições para o Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890 logrou conquistar uma cadeira. Tomou posse em 15 de novembro seguinte e, depois de promulgada a nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891, passou em junho a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893. Foi reeleito para a legislatura 1894-1896.

Faleceu na cidade de Castro Alves (BA) em 14 de janeiro de 1937.

Jaime de Oliveira Nascimento

FONTES: BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (p. 55-86); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MEIRA JÚNIOR, João Alves de

*dep. fed. SP 1924-1926 e 1935-1937.

João Alves de Meira Júnior nasceu em Piraí, hoje Barra do Piraí (RJ), em 26 de setembro de 1875, filho de João Alves de Meira e de Margarida Rubião Alves Meira. Seu irmão Domingos Rubião Alves Meira foi reitor da Universidade de São Paulo de 1939 a 1941.

Após os estudos de humanidades, matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, bacharelando-se em ciências jurídicas e Sociais em 1895. Em seguida estabeleceu escritório de advocacia em Ribeirão Preto, onde fixou residência, tornando-se um dos advogados mais conhecidos da região. A partir de 1897 exerceu cargos públicos. Foi delegado de polícia e, depois, vereador e presidente da Câmara Municipal, respondendo pela administração da cidade.

Foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Companhia Cervejaria Paulista, estabelecida em 25 de abril de 1913. No ano seguinte voltou à Câmara Municipal de Ribeirão Preto e participou da aprovação do projeto que originou a construção do Palácio Rio Branco, na época chamado Paço Municipal, cuja fachada apresenta uma mescla de estilos barroco e moderno. O prédio sede da prefeitura e também da Câmara foi inaugurado em 26 de maio de 1917, ocupando Meira Júnior na ocasião o cargo de vice-presidente da edilidade.

Estando em curso a legislatura 1924-1926, em 21 de setembro de 1924 foi eleito deputado federal por São Paulo com 7.248 votos, para preencher a vaga aberta por Gabriel Ribeiro dos Santos, nomeado secretário da Agricultura no governo de Carlos de Campos. Reconhecido pela Comissão de Poderes do Congresso Nacional dia 4 de novembro, tomou posse na sessão de 3 de dezembro seguinte. Deixou a Câmara dos Deputados em 31 de dezembro de 1926, ao se encerrar a legislatura.

Com a morte do senador estadual Teodoro Dias de Carvalho, foi indicado para a sua vaga, sendo eleito em 30 de outubro de 1928, com 75.596 votos, pelo Partido Republicano

Paulista (PRP). Tomou posse em 29 de dezembro do mesmo ano e passou a integrar a Comissão de Agricultura, Terras Públicas e Minas. Teve o mandato interrompido pela Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e suprimiu os órgãos legislativos do país.

Ao longo desses anos esteve entre os idealizadores e construtores do Teatro Pedro II, em Ribeirão Preto, inspirado em casas de espetáculos europeias. O teatro foi inaugurado em 1930 e integrava um conjunto de obras que incluía um edifício comercial e um hotel. Na época, as obras ajudaram a dinamizar a economia local, contribuindo para enfrentar a crise econômica de 1929. Outro destaque na área cultural foi sua participação na fundação da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto.

Afastado da política desde 1930, em 1934 foi nomeado pelo presidente da República Getúlio Vargas juiz da Câmara de Reajustamento Econômico do Ministério da Fazenda, exercendo a função até 1935. Também em 1934 foi mais uma vez eleito deputado federal, agora na legenda do Partido Constitucionalista de São Paulo. Exerceu o mandato de 3 de maio de 1935 a 10 de novembro de 1937, quando da instauração do Estado Novo, que suprimiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Regional de Ribeirão Preto, entre 1937 e 1939, e voltou à presidência do órgão entre 1949 e 27 de julho de 1952, quando faleceu. Como manifestação de pesar, a Assembleia Legislativa de São Paulo suspendeu os trabalhos naquele dia.

Foi casado com Maria Antonieta Loiola Meira, com quem teve oito filhos.

Publicou, com a colaboração de Fabio de Sá Barreto e Camilo Matos, *O crime de Cravinhos* (1920).

Em 1955, a prefeitura de Ribeirão Preto construiu uma escultura do dr. João Alves Meira Júnior, em estilo neoclássico, que foi instalada na praça XV de Novembro daquela cidade.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: CALIMAN, A. *Legislativo; Correio Paulistano* (30/7/1952); *Folha da Manhã* (29/7/1952); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara; OAB*. Disponível em: <<http://www.oabrp.org.br/index.php>>; PREF. RIBEIRÃO PRETO. Disponível em: <<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br/scultura/arqpublico/monumentos/i14m-2-meirajunior.php>>; Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Senado_do_Congresso_Legislativo_do_Estado_de_S%C3%A3o_Paulo>.

MEIRA, Albino Gonçalves

*gov. PE 1890.

Albino Gonçalves Meira assumiu o governo de Pernambuco em 25 de abril de 1890 em substituição a José Simeão de Oliveira, que chegara ao poder em 12 de dezembro de 1889, pouco depois da proclamação da República (15/11/1889), mas deixara descontentes os líderes políticos locais que haviam lutado pela República. Liderados por José Isidoro Martins Júnior e Ambrósio Machado, grupos políticos pernambucanos queriam sua deposição, também motivados por sua aproximação com José Mariano Carneiro da Cunha, antigo líder liberal. Dessa forma, Henrique Pereira de Lucena, o barão de Lucena, usou de sua influência junto ao chefe do governo provisório, marechal Deodoro da Fonseca, para conseguir a deposição de Simeão.

Logo que assumiu o governo, Albino Gonçalves Meira recebeu o apoio de José Isidoro Martins Júnior, o que fez com que se acirrassem as divergências com José Mariano Carneiro da Cunha. Tal situação acabou por levá-lo à renúncia em 21 de junho de 1890, quando foi substituído por Ambrósio Machado da Cunha Cavalcanti. A crise política que marcou o estado de Pernambuco entre a proclamação da República e o ano de 1896 foi definida por Robert Levine como “uma sucessão de administrações repressivas, de vida curta, impostas do Rio de Janeiro literalmente para restabelecer a ordem e pôr cobro ao caos político”.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: GUERRA, F. *História*; LEVINE, R. *Velha*.

MEIRA, Rubião

*reitor USP 1939-1941.

Domingos Rubião Alves Meira nasceu em Piraí, hoje Barra do Piraí (RJ), em 3 de junho de 1879, filho de João Alves Meira e de Margarida Rubião Alves Meira. Seu irmão João Alves de Meira Júnior foi deputado federal por São Paulo de 1924 a 1926 e de 1935 a 1937.

Após os estudos regulamentares, fez os preparatórios no Rio de Janeiro e em 1894 matriculou-se na Faculdade de Medicina. Em 11 de dezembro de 1899 foi aprovado plenamente nos exames de clínica cirúrgica e propedêutica, diplomando-se com 21 anos. Doutorou-se em 1900, com a tese “Estudo semiótico do coma”. Depois de formado foi para Minas Gerais e exerceu a clínica médica por um curto período na cidade de Piuí. Em abril de 1901 foi para São Paulo, clinicou nas cidades de São Miguel Arcanjo e Jaboticabal e em seguida transferiu-se para a capital do estado, onde fixou residência.

Foi então nomeado chefe da clínica de medicina para homens na Santa Casa de Misericórdia, e em 1901 e 1902 foi examinador de física, química e história natural da Instrução Pública, órgão de ensino subordinado à secretaria de Interior do governo paulista. Presidiu a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, hoje Academia de Medicina de São Paulo, de 1905 a 1906, e em 1907 concorreu ao cargo de professor substituto na Faculdade Nacional de Medicina no Rio de Janeiro, mas não conseguiu ser nomeado. Em 1908 foi à Europa e, voltando ao Brasil prestou novamente concurso para professor na Faculdade Nacional de Medicina, sem lograr êxito. Retornou a São Paulo, fundou a *Gazeta Clínica* e passou a ministrar cursos médicos em sua enfermaria na Santa Casa de Misericórdia. Foi o primeiro a exercer a livre-docência de clínica médica em São Paulo, antes da fundação da Faculdade de Medicina e foi homenageado com o título de médico honorário da Santa Casa de Misericórdia. Também homem de letras, autor de contos, foi um dos fundadores, no dia 5 de outubro de 1909, da Academia Paulista de Letras, sendo titular da cadeira nº 28, da qual é patrono o educador e professor Caetano de Campos. Voltou a presidir a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo de 1911 a 1912. Por decreto de 10 de fevereiro de 1916, tornou-se professor catedrático da Faculdade de Medicina de São Paulo, posto que ocuparia até falecer.

Nas eleições de 20 de fevereiro de 1921, a comissão diretora do Partido Republicano Paulista (PRP) incluiu seu nome na chapa de candidatos a deputado federal pelo 1º Distrito de São Paulo, integrado pela capital e mais 63 municípios. Após debates na Comissão de Poderes e no próprio plenário da Câmara, foi reconhecida a eleição de seu concorrente, José Roberto Leite Penteado. Resolveu então dedicar-se exclusivamente à sua profissão, como professor e médico, e apoiou a fundação da Associação Paulista de Medicina, assinando a convocação para a assembleia geral, presidindo a reunião inaugural e sendo eleito presidente da instituição por quatro biênios.

Já sob o regime do Estado Novo, instaurado em 10 de novembro de 1937, Getúlio Vargas nomeou interventor federal em São Paulo, em 27 de abril de 1938, Ademar de Barros. Este, no dia 5 de abril de 1939, nomeou Rubião Meira reitor da Universidade de São Paulo (USP), substituindo Lúcio Martins Rodrigues. Rubião Meira tornou-se assim o primeiro professor da Faculdade de Medicina a ocupar o cargo.

Como reitor, Rubião obteve do interventor autorização para construir o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP. Ademar recomendou que o plano inicial apresentado pela comissão encarregada de estudar o assunto, integrada pelos médicos e professores Luís de Resende Puech, Ernesto de Sousa Campos e Benedito Montenegro fosse reduzido. O hospital constituía uma das contrapartidas exigidas pela Fundação Rockefeller para apoiar a Faculdade de Medicina. No governo de Carlos de Campos (1924-1927), em dezembro de 1925, o Congresso Estadual aprovava a concessão de uma verba que deveria ser repassada nos três anos seguintes para a construção do hospital, mas em abril de 1927 o presidente do estado morreu repentinamente, vítima de um derrame cerebral, não se concretizando o início da obra. A construção do Hospital das Clínicas começou somente 12 anos depois, sob a supervisão da Comissão de Instalação e Organização do Hospital das Clínicas, formada pelo secretário da Educação e Saúde Pública Mário Guimarães de Barros Lins, o reitor da USP Domingos Rubião Alves Meira, o diretor da Faculdade de Medicina Ludgero da Cunha Mota e o médico Odair Pacheco Pedroso. O engenheiro responsável pela obra foi Abraão Leite, auxiliado pelos engenheiros Guilherme de Amaral Lira e Valfredo de Albuquerque Cavalcanti, e pelo arquiteto João Serato. O projeto foi idealizado e construído pela Companhia Construtora Nacional S.A., sob a gerência comercial de Charles Kernem.

Com a substituição de Ademar de Barros paulista pelo ex-ministro da Agricultura Fernando de Sousa Costa em 4 de junho de 1941, assumiu a reitoria da USP o professor Jorge Americano, catedrático da Faculdade de Direito, e Rubião Meira retornou ao magistério na Faculdade de Medicina, onde era membro nato da comissão examinadora dos concursos de ingresso de livre-docência de clínica médica. Fez parte também, durante muitos anos, do corpo de jurados do Tribunal do Júri da comarca de São Paulo.

Correligionário de Ademar de Barros, com a redemocratização em 1945, Rubião foi um dos fundadores e vice-presidente da comissão executiva do Partido Republicano Progressista (PRP). Convocadas as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 2 de dezembro do mesmo ano, foi indicado pelo PRP para disputar uma cadeira de senador, mas não logrou êxito. As duas vagas disputadas acabaram sendo conquistadas por Getúlio Vargas e Alexandre Marcondes Machado Filho, ambos do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O ex-presidente acabou sendo eleito também senador pelo Rio Grande do Sul e, por decisão da Justiça Eleitoral, foi essa a cadeira que assumiu no ano seguinte.

Rubião Meira deixou grandes seguidores, mestres das novas gerações de médicos paulistas, entre eles seu filho João Alves Meira.

Faleceu em São Paulo em 13 de janeiro de 1946.

Foi casado com Margarida Rubião Alves Meira, filha de João Álvares Rubião Júnior, um dos próceres do PRP, constituinte de 1891, deputado federal de 1891 a 1893 e senador estadual em São Paulo. Teve quatro filhos.

Publicou *Valor dos novos métodos e processos de diagnóstico em clínica médica* (tese de livre-docência, Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, 1912); *Perfis e lutas* (discursos e escritos vários, 1913); *Trabalhos e lições de clínica médica* (1916); *Turbilhões* (contos, 1917); *Da tribuna* (discursos, 1920); *Médicos de outrora* (crônica biográfica de saudades 1936) e *In Memoriam do Dr. João Alves Meira – 1842-1916* (1942).

Foi titular e emérito da cadeira nº 21 da Academia de Medicina de São Paulo, que tinha como patrono o professor e médico Benedito Augusto de Freitas Montenegro, e seria posteriormente o patrono da cadeira nº 51.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ACAD. PAUL. MED. BEGLIOMINI, Hélio (2001); AMARAL, A. *Dicionário*; CÂM. DEP. *Anais*; CÂM. DEP. *Diário*; *Diário Oficial da União*; *Correio Paulistano* (15/1/1946); *Folha da Manhã* (15/1/1946); MOTOYAMA, S. *USP*.

MEIRA, Turiano Chaves

*gov. AM 1924.

Turiano Chaves Meira foi eleito deputado estadual no Amazonas em 1922. Assumindo sua cadeira na Assembleia Legislativa nesse mesmo ano, exerceu o mandato até 1924. Durante esse período foi presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas em substituição ao deputado Alfredo Augusto da Mata. Por ocupar tal posição, de acordo com Agnelo Bittencourt, assumiu o governo do estado quando o governador César do Rego Monteiro partiu para a Europa em 9 de janeiro de 1924.

Nesse ano, no dia 5 de julho, eclodiu em São Paulo a revolta tenentista liderada pelo general Isidoro Dias Lopes contra o presidente Artur Bernardes (1922-1926). Os rebeldes paulistas ocuparam a capital do estado durante três semanas, rumando em seguida para o interior, de onde seguiram para o sul. Nesse ínterim, levantaram-se as guarnições do Exército em Aracaju, no dia 12 de julho, e em Manaus, no dia 23. Na capital amazonense, os revoltosos, liderados pelos tenentes Alfredo Ribeiro Júnior e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, depuseram Turiano Meira e organizaram uma junta governativa, obtendo grande apoio da população. Foram, contudo, dominados pelas forças federais comandadas pelo general João de Deus Mena Barreto. Como Turiano Meira se recusasse a reassumir o cargo, o coronel Raimundo Barbosa, comandante da 8ª Região Militar, sediada em Belém, foi designado para substituí-lo em 30 de agosto, na condição de governador militar do estado.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: ASSEMB. LEGISL. AM. Disponível em: <<http://www.alean.gov.br>>; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 19/8/2010.

MEIRELES, SILO

*militar; rev. 1922; rev. 1935.

Silo Furtado Soares de Meireles nasceu em Ribeirão (PE) no dia 23 de outubro de 1900, filho de Francisco Ribeiro Soares de Meireles e de Rosa Furtado Soares de Meireles. Seu pai, engenheiro, construiu ferrovias e usinas açucareiras em Pernambuco, tendo exercido ainda o mandato de senador estadual. Sua bisavó materna, Maria Tomásia do Livramento Xerez Linhares, ficou conhecida na história do Ceará como a Libertadora, por seu papel na abolição da escravidão naquele estado. Entre os dez irmãos de Silo Meireles, figuram Ilvo Meireles, médico, integrante do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), e participante da revolta de 1935; Rosa Meireles, igualmente membro do PCB e casada com Carlos da Costa Leite, militar e membro da Aliança Nacional Libertadora (ANL); e José Meireles, piloto da marinha mercante falecido em 1942 durante o torpedeamento do *Aníbal Benévolo* por um submarino alemão.

Fez os primeiros estudos em sua cidade natal, completando-os no Ginásio do Recife, onde cursou também os preparatórios. Com a morte do pai em 1918, vítima da epidemia de gripe espanhola, transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e sentou praça no Exército em fevereiro de 1919, ingressando na Escola Militar do Realengo. Declarado aspirante a oficial da arma de infantaria em janeiro de 1922, foi designado para o 9º Regimento de Infantaria (RI), em Rio Grande (RS). Promovido a segundo-tenente em abril desse mesmo ano, retornou ao Rio de Janeiro em junho a fim de especializar-se no uso de armas automáticas com a Missão Militar Francesa.

No mês seguinte participou, na Escola Militar do Realengo, da Revolta de 5 de Julho de 1922, movimento que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. O levante irrompeu no Rio e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e contra as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. A revolta envolveu, na capital federal, o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, e em Mato Grosso, o contingente do Exército local. Foi debelada no mesmo dia, e Silo Meireles foi preso. Esteve recolhido em várias unidades militares e navios-presídios, na ilha Grande, no litoral fluminense, e na ilha de Trindade, no Espírito Santo,

como ocorreu a muitos dos rebeldes tenentistas. Apesar de haver sido sentenciado a uma pena de um ano e quatro meses, só foi libertado por meio de um *habeas-corpus* em janeiro de 1927.

Estabelecendo-se então em Recife, passou a colaborar no *Diário da Manhã*, dos irmãos Lima Cavalcanti, principal órgão da oposição em Pernambuco. Em junho do mesmo ano regressou porém ao Rio de Janeiro, onde participou das articulações entre “tenentes” e civis contrários ao regime que desembocariam na Revolução de 1930. Nesse período, escreveu em *O Globo*, *Correio da Manhã*, *A Manhã* e *A Esquerda*.

Em meados de 1930 seguiu para a Argentina ao encontro do ex-capitão Luís Carlos Prestes, um dos líderes do movimento tenentista que se mantinha exilado nesse país. Juntamente com Prestes, que recusara a chefia militar da revolução para não se associar às facções oligárquicas que comandavam o movimento, participou da fundação da Liga de Ação Revolucionária (LAR), que se propunha realizar a revolução agrária e antiimperialista. Apesar do alheamento de Prestes e de seu círculo, em outubro de 1930 ocorreu a deposição de Washington Luís, e Getúlio Vargas assumiu o poder no mês seguinte.

Como todos os rebeldes da década de 1920, Silo Meireles foi anistiado ainda em novembro de 1930 e promovido a primeiro-tenente. No entanto, recusou a anistia e preferiu permanecer no exterior, acompanhando Prestes na crítica à Revolução de 1930, resultado de uma aliança que consideravam inaceitável entre os “tenentes” e políticos comprometidos com o regime anterior. Em Montevideu, durante uma reunião com Prestes, Emídio Miranda e Aristides Lobo, Silo Meireles concordou com a dissolução da LAR diante da falta de condições naquele momento para realizar a revolução que pregavam. Seguiu então para a União Soviética, ainda acompanhando Prestes, a quem permaneceu ligado naquele país. Como consequência natural de seu posicionamento, ingressou no PCB.

Em 1935 regressaram ambos ao Brasil clandestinamente. Silo, já então membro do comitê central do PCB, atuou na estruturação da ANL, fundada em março daquele ano. A ANL constituiu uma frente ampla em que se reuniram representantes de diferentes correntes políticas — socialistas, comunistas, católicos e democratas — e de diferentes setores sociais — proletários, intelectuais, profissionais liberais e militares —, todos atraídos por um programa que se propunha lutar contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e a miséria. Seu presidente de honra era Luís Carlos Prestes.

Silo Meireles foi incumbido de organizar camponeses na região do São Francisco, e ali se instalou em maio. Em julho, a ANL foi declarada ilegal. A partir de então, preponderou em seu interior a influência da ala majoritária do PCB, que desejava a via insurrecional imediata. Silo ocupou-se assim da organização do levante no Nordeste. A revolta foi deflagrada no dia 23 de novembro de 1935 em Natal, onde os rebeldes tomaram o poder provisoriamente. Diante da aparente vitória, José Caetano Machado, um dos responsáveis pelo movimento na região, resolveu promover a sublevação também em Pernambuco, apesar das ponderações de Silo Meireles no sentido de esperar instruções do comando revolucionário, instalado no Rio de Janeiro. No dia 24, uma vanguarda sublevada do 29º Batalhão de Caçadores (29º BC), sediado na Vila Militar, no bairro de Socorro, marchou em direção ao centro de Recife. Ao chegar ao largo da Paz, ponto de acesso à capital pernambucana, tendo sob seu controle todo o percurso feito e já acrescida de civis armados, essa vanguarda entrou em combate com uma força legalista e manteve o controle da posição, enquanto se revoltavam focos isolados em Recife e Olinda. Entretanto, com o deslocamento do 22º BC, de João Pessoa, e do 20º BC, de Maceió, o levante foi contido no dia 25. Alguns rebeldes foram presos nas estradas do sertão, entre eles Silo Meireles. Os que se encontravam no largo da Paz se retiraram para Socorro, onde muitos depuseram as armas, e quase todos os chefes do movimento foram presos. No dia 27, enquanto os rebeldes se rendiam em Natal, outra tentativa insurrecional foi debelada pelas forças do governo no 3º RI e na Escola de Aviação Militar do Rio de Janeiro.

Preso, Silo Meireles teve cassada sua patente militar em abril de 1936 por decreto presidencial. Fugiu da prisão posteriormente, mas foi capturado em outubro de 1937 no Rio Grande do Sul, juntamente com outro rebelde de 1935, André Trifino Correia. Ambos haviam conseguido guarida no estado, então governado por José Antônio Flores da Cunha, que movia oposição a Vargas e pouco depois seria deposto e exilado. No mês seguinte, com a decretação do Estado Novo, foi instituído um regime ditatorial que duraria até 1945.

Silo Meireles permaneceu preso até 1941, quando obteve livramento condicional. Em maio de 1943 passou a trabalhar na Coordenação da Mobilização Econômica, organismo destinado a articular a economia em função do período de guerra, dirigido por João Alberto Lins de Barros, seu amigo desde os tempos do tenentismo. Com a criação da Fundação Brasil Central em outubro daquele ano, ainda sob a direção de João Alberto, transferiu-se

para o novo órgão, que visava o desenvolvimento e a colonização do interior do país, indo servir em Caiapônia (GO) em princípios de 1944. Em sua atuação na entidade, teve ocasião de defender os direitos dos indígenas brasileiros.

Passando a trabalhar em Uberlândia (MG), encontrava-se nessa cidade em 1945 quando se iniciou o processo de redemocratização do país. Com a decretação da anistia e a criação de novos partidos, o PCB recuperou sua legalidade e Prestes passou a defender a convocação de uma constituinte, com a permanência de Vargas no poder. Discordando dessa posição, Silo Meireles lançou uma carta aberta pedindo o apoio das correntes democráticas e socialistas aos líderes civis e militares que lutavam pelo afastamento de Vargas. Rompido com o PCB em função dessas discordâncias, permaneceu na Fundação Brasil Central, passando a servir em 1948 no Rio de Janeiro como secretário do presidente do órgão, general Francisco Borges Fortes de Oliveira.

Em janeiro de 1951 reincorporou-se ao Exército, sendo promovido retroativamente a capitão e a major. Coursou então a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em novembro de 1951 foi promovido a tenente-coronel, e em julho de 1952, a coronel. Transferido para Recife, aí serviu na Ajudância da 7ª Região Militar até 1956. Doente, retornou então ao Rio de Janeiro, onde faleceu no dia 3 de julho de 1957.

Era casado com Iracema Furtado Soares de Meireles, educadora, autora de um método de alfabetização muito difundido, e diretora de uma escola no Rio de Janeiro, a que deu o nome de Silo Meireles. O casal teve dois filhos.

De sua autoria, foi publicado postumamente *Brasil Central: notas e impressões* (1960).

FONTES: DULLES, J. *Anarquistas*; LEVINE, R. *Vargas*; MEIRELES, S. *Brasil*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935.

MELO FILHO, Carlos Peixoto de

* dep. fed. MG 1903-1911 e 1915-1917.

Carlos Peixoto de Melo Filho nasceu na cidade de Ubá (MG) em 1871, filho de Carlos Peixoto de Melo. Seu pai foi deputado geral e senador por Minas Gerais.

Formou-se em direito em 1890 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi prefeito de Ubá em 1896 e lutou para garantir a autonomia do município.

Em 1903, elegeu-se deputado federal por Minas Gerais para a legislatura 1903-1905. Reeleito para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, foi presidente da Câmara dos Deputados de 1907 a 1909. Partidário do civilismo, combateu a candidatura do marechal Hermes da Fonseca à presidência da república em 1910. Tornou a se eleger deputado federal em 1915, com mandato até 1917.

Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.

Faleceu na cidade de Ubá em 1917.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Carlos Peixoto de Melo Filho*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresidentesTabela.htm>>. Acesso em: 23/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 18/6/2010; HORTA, C. *Famílias*; INST. HIST. GEO. MG. *Sócios*. Disponível em: < <http://www.ihgmg.art.br/quadrosocial.htm> >. Acesso em: 23/6/2010; PREF. SP. *Carlos Melo Filho*. . Disponível em: < http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/subprefeituras/boletim/2007/fevereiro/boletim_cidadeademar_fev2007.pdf >. Acesso em: 23/6/2010; PREF. UBÁ. *Carlos Peixoto Filho*. Disponível em: < http://www.uba.mg.gov.br/mat_vis.aspx?cd=6579 >. Acesso em: 23/6/2010; Wikipédia. *Listas de presidentes da Câmara dos deputados do Brasil*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados>. Acesso em: 23/6/2010.

MELO FILHO, Júlio de

*dep. fed. PE 1897-1911 e 1915-1920.

Júlio de Melo Filho nasceu em Recife no dia 2 de abril de 1862, filho de Júlio de Melo.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e exerceu a advocacia nessa cidade até março de 1888. Transferindo-se para Belém, em abril seguinte foi nomeado secretário de governo na província do Pará. Permaneceu no posto até maio de 1889, quando retornou à cidade natal, onde voltou a advogar e a lecionar.

Após a proclamação da República (15/11/1889), foi secretário de governo no estado do Maranhão de agosto a outubro de 1890, na gestão do capitão-tenente Manuel Inácio Belfort Vieira. De novembro de 1890 a março de 1891, quando a chefia do Executivo maranhense foi exercida pelo vice-presidente estadual José Viana Vaz, foi chefe de polícia do estado. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, Distrito Federal, e foi delegado auxiliar de maio a outubro de 1891. De volta a Pernambuco, ocupou diversos cargos: foi chefe de polícia de julho de 1892 a novembro de 1894, secretário de Justiça de dezembro de 1894 a abril de 1896 e procurador geral do estado de julho de 1896 a junho de 1902.

Em 1897 foi eleito deputado federal por Pernambuco. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, em maio desse ano, foi reeleito para as legislaturas subsequentes e exerceu o mandato até de dezembro de 1911. Durante esse período foi primeiro-secretário da Mesa Diretora de 1897 a 1898, segundo vice-presidente nos dois anos seguintes e primeiro vice-presidente de 1903 a 1905. Voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados em 1915 e, duas vezes reeleito, exerceu o mandato até dezembro de 1923.

No campo jornalístico, foi diretor-proprietário do jornal *Correio de Recife*, fundado em 1903 na capital pernambucana.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.3).

MELO, Abelardo de

*dep. fed. RJ 1904-1905.

Abelardo Saturnino Teixeira de Melo nasceu em Campos (RJ) em 1866, filho de José Alexandre Teixeira de Melo.

Bacharel em direito, iniciou sua trajetória profissional como advogado e magistrado. Foi também vereador e presidente da Câmara Municipal de Campos e deputado estadual.

Após ter ocupado o cargo de secretário geral do estado do Rio de Janeiro no governo de Nilo Peçanha (1903-1906), e estando em curso a legislatura 1903-1905, candidatou-se a deputado federal em substituição a Lourenço Batista, o barão de Miracema, que havia renunciado ao mandato. Foi eleito em abril de 1904 e tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio. Não completou, porém, o mandato, que se encerraria em dezembro de 1905, pois faleceu em setembro desse ano.

Reconhecido por sua retórica, assinou diversos artigos em jornais do Rio de Janeiro.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 143-144); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 7); VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário* (v. 1, p. 23).

MELO, Antônio Alfredo da Gama e

*pres. PB 1896-1900; sen. PB 1903-1908.

Antônio Alfredo da Gama e Melo nasceu na cidade da Paraíba, posteriormente João Pessoa, no dia 1º de janeiro de 1849, filho de Severiano da Gama Melo e de Alexandrina Josefa D'Ávila.

Cursou a Faculdade de Direito do Recife, onde foi contemporâneo de Castro Alves, Cardoso Vieira e Tobias Barreto, e bacharelou-se em 1873. Iniciou sua vida política ainda durante o Império, quando se filiou ao Partido Liberal. Em 1878 foi eleito deputado provincial na Paraíba, para a legislatura 1878-1880. Nesse último ano tornou-se vice-presidente da província e permaneceu no posto em diferentes administrações até 1885. Durante esses anos, ocupou a presidência provincial em várias ocasiões. Foi também professor do Liceu Paraibano, onde lecionou latim, como seu pai, e retórica. Foi ainda diretor do Liceu, até o ano de 1893, quando se jubilou.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime. Apoiado pelo presidente estadual Álvaro Lopes Machado (1892-1896), foi eleito presidente do estado da Paraíba. Em 17 de maio de 1896, quando Álvaro Lopes Machado renunciou para concorrer a uma vaga no Senado, assumiu seu lugar o vice-presidente padre Valfredo Leal, que lhe transmitiu o governo em 22 de outubro. Exerceu o governo até 22 de outubro de 1900, quando foi substituído por José Peregrino de Araújo.

Voltou à vida política em 1903, quando foi eleito senador na legenda do Partido Republicano da Paraíba. Ocupou uma cadeira no Senado Federal até 1908 e durante esses anos fez parte das Comissões de Redação, Justiça e Legislação.

No campo jornalístico, colaborou com o *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, e foi fundador do periódico *A República*, na Paraíba. Foi também inspetor da Alfândega, inspetor do Tesouro e diretor da Instrução Pública no estado da Paraíba.

Faleceu na cidade da Paraíba no dia 10 de abril de 1908.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Grande encic. Delta Larousse*; LEITE NETO, L.

Catálogo biográfico; ACAD. PARAIBANA DE LET. Disponível em:
<<http://www.aplpb.com.br>>. Acesso em: 2/12/2010.

MELO, Antônio Diniz Dantas

*militar; junta gov. SE 1889.

Antônio Diniz Dantas Melo foi major, proprietário rural em Sergipe e defensor dos ideais republicanos.

Após a proclamação da República (15/11/1889), fez parte da primeira junta governativa de Sergipe no novo regime, ao lado de Antônio da Siqueira Horta e Antônio José de Siqueira Meneses. Essa junta assumiu o poder em 17 de novembro, mas, no dia seguinte, por incompatibilidade com as outras correntes republicanas do estado, foi desfeita. Na nova junta de governo, continuou sendo formada por Antônio José de Siqueira Meneses, mas agora era integrada também por Baltasar de Araújo Góis e Vicente Luís de Oliveira Ribeiro. Essa junta permaneceu no governo até o dia 13 de dezembro seguinte, quando assumiu Felisbello Firme de Oliveira Freire.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BITENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; SOUZA, T. *Impasses*.

MELO, Antônio Joaquim de

* dep. fed. RJ 1924-1927.

Antônio Joaquim de Melo nasceu no Rio de Janeiro.

Sua vida política teve início com a eleição para deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro para a legislatura 1924-1926. Assumiu sua cadeira em 3 de maio de 1924 e, reeleito para a legislatura seguinte, permaneceu na Câmara dos Deputados até 31 de dezembro de 1927.

Faleceu no Rio de Janeiro.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MELO, Carlos Vaz de

* dep. geral MG 1881-1885; dep. fed. MG 1894-1902; sen. MG 1903-1904.

Carlos Vaz de Melo nasceu em Vila Nova (MG) em 8 de setembro de 1842, filho de Fernando Vaz de Melo, engenheiro, e de Sofia Adelaide de Andrade. A família Vaz de Melo dominou o cenário econômico da região central de Minas Gerais. Seu irmão Cornélio Vaz de Melo foi prefeito de Belo Horizonte de 1914 a 1916 e deputado federal de 1918 a 1929. Outro irmão, Afonso Vaz de Melo, foi prefeito de Belo Horizonte de 1916 a 1922.

Em 1859, aos 17 anos de idade, entrou para a Faculdade de Direito de São Paulo. Três anos depois seu pai foi assassinado, o que o levou a trabalhar para sustentar seus estudos, taquigrafando as aulas de seus professores e organizando as matérias de seus colegas. Em 1864 bacharelou-se e regressou a Minas Gerais, onde exerceu a advocacia por um ano. Em janeiro de 1866 tornou-se juiz municipal da comarca de Ubá e delegado de polícia da mesma cidade. Dez anos mais tarde, foi designado juiz de Santa Rita do Turvo, atual Viçosa, cargo que ocupou até 1882.

Membro do Partido Liberal, foi deputado geral por Minas Gerais de 1881 até 1885 e prefeito de Viçosa de 1887 a 1890. Quando o presidente marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso em 3 de novembro de 1891, tomou parte no movimento revolucionário que rebentou em Viçosa, sendo anistiado sob o governo do marechal Floriano Peixoto, de quem se tornou partidário. Retornou ao cenário político em 1894, quando, filiado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), foi eleito deputado federal. Duas vezes reeleito, foi presidente da Câmara dos Deputados de 1900 a 1902, quando encerrou seu mandato. No ano seguinte foi eleito senador.

Fundou em Viçosa duas fábricas de tecidos e o semanário *Cidade de Viçosa*.

Faleceu em Viçosa em 3 de novembro de 1904, no exercício do mandato de senador, devastado pela tuberculose e pela morte de dois filhos, vitimados pela febre amarela.

Foi casado com sua prima Maria Augusta de Andrade. Entre seus 16 filhos destacaram-se Alice, educadora e enfermeira, Clélia, casada com Artur Bernardes e primeira dama do Brasil entre 1922 e 1926, e Washington Vaz de Melo, presidente do Superior Tribunal Militar. Ao morrer, deixou a política de Viçosa dividida em dois partidos: um dirigido por seu genro Artur Bernardes, e outro por seu amigo José Teotônio Pacheco.

.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ALENCAR, A. *Fatos*; ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas*

Gerais. Disponível em: < <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html> >. Acesso em: 4/5/2010; BERNARDES, A. *Discursos*; CÂM. DEP. *Bio*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresRepublica.htm>>. Acesso em: 25/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Genealogia mineira. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira/pessoa.asp?>>. Acesso em: 18/6/2010; HORTA, C. *Famílias*; PANIAGO, M. *Evolução*; PAVÃO, A. *Arthur*; PREF. JAHU. *Bio*. Disponível em: <http://www.jau.sp.gov.br/cemiterio/images/cemiterio_titulo.png>. Acesso em: 25/6/2010; SENADO. *Bio*. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1553&li=26&lcab=1903-1905&lf=26>. Acesso em: 25/6/2010; SUP. TRIB. MIL. *Bio*. *Washington Vaz de Mello*. Disponível em: < <http://www.stm.jus.br/institucional/biografias-ministros-desde-1808/dr.-washington-vaz-de-mello>>. Acesso em: 25/6/2010; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*; Wikipédia. *Bio*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Vaz_de_Melo >. Acesso em: 25/6/2010; Clécia Bernardes. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%A9lia_Bernardes >. Acesso em: 25/6/2010, *Listas de prefeito de Viçosa*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_Prefeitos_de_Vi%C3%A7osa_%28Minas_Gerais%29>. Acesso em: 23/6/2010, *Listas de presidentes da Câmara dos deputados do Brasil*. Disponível em: < http://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_da_C%C3%A2mara_dos_Deputados>. Acesso em: 23/6/2010.

MELO, CESÁRIO DE

*dep. fed. DF 1924-1926 e 1930; sen. DF 1935-1937.

Júlio Cesário de Melo nasceu em Recife no dia 6 de setembro de 1876, filho de José Cesário de Melo e de Vicentina de Paula Cesário de Melo.

Depois de formado em medicina, exerceu mandatos de deputado federal pelo Distrito Federal de novembro de 1924 a dezembro de 1926 e de maio a outubro de 1930, quando a revolução vitoriosa naquele mês levou à dissolução dos órgãos legislativos do país.

Filiado ao Partido Autonomista do Distrito Federal, em fevereiro de 1935 elegeu-se senador pelo voto dos deputados constituintes cariocas. Empossado em maio de 1935 para a legislatura que findaria em 1942, exerceu o mandato apenas até novembro de 1937, data da implantação do Estado Novo, que mais uma vez dissolveu os órgãos legislativos no país.

Seu filho, Júlio Cesário de Melo, foi vereador no Distrito Federal, eleito na legenda do Partido Socialista Brasileiro (PSB), de fevereiro de 1959 até morrer, em janeiro de 1963.

FONTES: *Boletim Min. Trab.* (5/1936); CÂM. DEP. *Deputados*; *Diário do Congresso Nacional*; NÉRI, S. 16; SENADO. *Anais* (1935); SENADO. *Dados biográficos dos Senadores*; TRIB. SUP. ELEIT. *Dados* (4).

MELO, Chateaubriand Bandeira de

*dep. fed. PB 1894-1896.

Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em São João do Cariri (PB).

Formou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Depois que o marechal Deodoro da Fonseca, sustentado por setores do Exército e por civis, depôs o gabinete de ministros do Império chefiado pelo visconde de Ouro Preto e instalou o regime republicano em 15 de novembro de 1889, aderiu à República. Em 1894 foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, de maio desse ano a dezembro de 1896, quando se encerrou seu mandato. Deixando a Câmara, dedicou-se à clínica médica em seu estado natal.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MELO, Cornélio Vaz de

*dep. fed. MG 1918-1929.

Cornélio Vaz de Melo nasceu em Uberaba (MG) em 1855, filho de Fernando Vaz de Melo, engenheiro, e de Sofia Adelaide de Andrade. A família Vaz de Melo dominou o cenário econômico da região central de Minas Gerais. Seu irmão Carlos Vaz de Melo foi deputado geral de 1881 a 1885, deputado federal de 1894 a 1902 e senador de 1903 a 1904. Outro irmão, Afonso Vaz de Melo, foi prefeito de Belo Horizonte de 1916 a 1922.

Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1884 e estabeleceu-se em Ouro Preto (MG), então capital de Minas Gerais, onde clinicou por longos anos, além de reger as cadeiras de anatomia e botânica da Escola de Farmácia. Ingressou na política já no período republicano ao ser eleito senador estadual em Minas Gerais em 1899. Reeleito nas legislaturas seguintes, permaneceu no Senado mineiro até 1914, quando renunciou por ter sido nomeado, em 7 de setembro, prefeito de Belo Horizonte da capital mineira pelo então presidente do estado, Delfim Moreira. À frente da prefeitura, ampliou a rede de esgotos e concluiu as pontes do Saco e da avenida Paraopeba; concluiu a galeria de águas pluviais entre as ruas Pernambuco e Tomé de Sousa; fez obras na Matriz de Nossa Senhora da Boa Viagem; instalou a Junta de Alistamento Militar e inaugurou a Maternidade Hilda Brandão. Concluiu sua gestão em 7 de setembro de 1916, quando foi substituído por seu irmão Afonso.

Em 1918 foi eleito deputado federal por seu estado natal e assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 6 de maio. Reeleito para as legislaturas subsequentes, permaneceu no Legislativo até 31 de dezembro de 1929.

Faleceu em Belo Horizonte em setembro de 1942.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ, HIST. *Senadores* Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Wikipédia. *Bio.* Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Corn%C3%A9lio_Vaz_de_Melo>. Acesso em:

11/11/2010, < http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Vaz_de_Melo >. Acesso em:
25/6/2010; VEIGA, J. *Revista*.

MELO, Custódio de

* militar; const. 1891; dep. fed. BA 1891; min. Mar. 1891-1893; min. Rel. Ext. 1891 e 1892; min. Guerra. 1892; rev. 1893.

Custódio José de Melo nasceu em Salvador (BA) no dia 9 de junho de 1840, filho do tenente-coronel José Francisco de Melo e de Maria Rosa Moreira da Silva.

Ainda jovem ingressou na Marinha, tornando-se aspirante a guarda-marinha em 1º de março de 1856 e guarda-marinha em 1º de dezembro de 1858. Promovido a segundo-tenente em 2 de dezembro de 1860, a primeiro-tenente em 2 de dezembro de 1862 e a capitão-tenente em 14 de março de 1868, teve participação destacada na Guerra do Paraguai (1864-1870), confronto entre a Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) e o Paraguai que representou um divisor de águas para a história desses países. No caso argentino e uruguaio, a guerra influenciou a consolidação de seus respectivos Estados nacionais. Para o Paraguai, o conflito deflagrou uma enorme crise econômica e social, tornando a economia paraguaia um satélite da economia da Argentina. Para o Brasil, a Guerra do Paraguai representou o apogeu da força militar brasileira, mas, paradoxalmente, acirrou as contradições da monarquia.

Por sua atuação na guerra, Custódio de Melo foi condecorado com a medalha argentina de comemoração da Campanha do Paraguai, a medalha comemorativa da Passagem do Humaitá e a medalha da Campanha do Paraguai. Além dessas medalhas, seria condecorado com a Legião de Honra do Governo da França e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Aviz e receberia os títulos de oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, comendador da Real Ordem Militar Portuguesa de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa e dignitário da Ordem do Cruzeiro.

No período que se seguiu à Guerra do Paraguai, foi promovido a capitão de fragata em 29 de dezembro de 1874 e a capitão de mar e guerra em 1º de dezembro de 1882. Ostentava essa patente quando, no dia 15 de novembro de 1889, um golpe militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca e apoiado por um pequeno grupo de republicanos civis

derrubou o Império e proclamou a República no Brasil. No mesmo dia foi instituído um governo provisório republicano, liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca. Menos de dois meses depois, em 8 de janeiro de 1890, Custódio de Melo foi promovido a contra-almirante.

Convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, encarregado de redigir a primeira Constituição republicana do Brasil, Custódio de Melo foi eleito deputado constituinte pelo estado da Bahia em 15 de setembro de 1890. A Constituinte instalou-se em 15 de novembro, e seus embates envolveram diferentes forças sociais, representantes de interesses diversos, fundamentalmente político-oligárquicos, que disputavam o direito e a legitimidade para elaborar a palavra constitucional normativa.

Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca foi eleito no dia seguinte presidente da República pelos deputados e senadores constituintes, os quais, a partir de junho, quando teve início a legislatura ordinária, passaram a exercer seus mandatos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. O governo constitucional iniciou-se sob forte tensão política, agravada pela crise econômica. Enfrentando séria oposição parlamentar, em 3 de novembro o presidente ordenou o fechamento do Congresso Nacional. Diante disso, a Marinha se rebelou e ameaçou bombardear a cidade do Rio de Janeiro. Entre os líderes do movimento estava o almirante Custódio de Melo.

MINISTRO DA MARINHA

A gravidade da crise política levou o marechal Deodoro a renunciar em 23 de novembro de 1891, apenas nove meses após ter iniciado o mandato presidencial. Com a renúncia de Deodoro, o vice-presidente marechal Floriano Peixoto assumiu a presidência da República, e Custódio de Melo foi nomeado ministro da Marinha no mesmo dia 23 de novembro, no lugar de Fortunato Foster Vidal. Assim sendo, renunciou ao mandato de deputado federal, deixando vaga a cadeira que seria ocupada no ano seguinte por Manuel Caetano Oliveira Passos. Além da pasta da Marinha, assumiu interinamente o Ministério

das Relações Exteriores, pois Constantino Paletta, que para ela fora nomeado, não aceitou o cargo. Respondeu pela pasta até 28 de novembro, quando Fernando Lobo Leite Pereira a assumiu efetivamente. Em 1892, após o pedido de exoneração do ministro José Simeão de Oliveira, assumiu também interinamente o Ministério da Guerra, de 2 de fevereiro a 2 de março, quando passou a pasta ao general Francisco Antônio de Moura.

O governo de Floriano Peixoto foi marcado pelo autoritarismo, por fortes tensões políticas e por uma perseguição implacável aos opositores. A Constituição de 1891 previa novas eleições caso a presidência ficasse vaga antes de decorridos dois anos da posse do titular. Contudo, Floriano Peixoto estava decidido a permanecer no cargo até o fim do período, o que provocou uma acirrada oposição em diversas esferas da sociedade. Em março de 1892, um grupo de 13 oficiais-generais do Exército e da Marinha assinou um manifesto, que ficou conhecido como “Manifesto dos 13 Generais”, exigindo a imediata convocação de eleições. Diante da ameaça de sedição, o presidente decretou o estado de sítio e reprimiu duramente o movimento, ordenando a prisão e a reforma de seus líderes.

Ainda em 1892, Custódio de Melo voltou a assumir interinamente o Ministério das Relações Exteriores, após a saída de Serzedelo Correia em 22 de junho. Permaneceu à frente da pasta até 17 de dezembro, quando Antônio Francisco de Paula e Sousa assumiu o lugar.

O governo de Floriano Peixoto continuava a sofrer implacável oposição, sobretudo por parte de segmentos da Marinha. Em pouco tempo, o próprio ministro Custódio de Melo passou a divergir fortemente do presidente. Assim, em 30 de abril de 1893, demitiu-se do Ministério da Marinha, sendo substituído por Filipe Firmino Rodrigues Chaves.

Durante sua gestão, Custódio de Melo priorizou a qualificação da mão de obra e investiu, entre outras coisas, na organização das escolas de torpedo e artilharia e na construção de escolas de tiro de fuzil, concomitantemente à reforma do ensino na Escola Naval – instituição resultante da fusão, em 26 de junho de 1886, da Escola da Marinha e do Colégio Naval. Outra medida importante foi a divisão do litoral brasileiro em três distritos (Norte, Centro e Sul), cada qual com seu arsenal, a fim de melhorar a organização das bases

de operações das forças marítimas nacionais. No que tange à renovação dos meios flutuantes, foram incorporados os cruzadores *República* e *Tiradentes*, o navio-escola *Benjamin Constant* e os brigues *Recife* e *Pirajá*.

Ao deixar o Ministério da Marinha, Custódio de Melo juntou-se aos opositores do governo, passando a liderar o grupo de altos oficiais que exigia a convocação de eleições. A posição do grupo também refletia sua insatisfação frente ao pequeno prestígio político da Marinha em comparação com o Exército. O resultado da movimentação foi o início da Revolta da Armada.

NA REVOLTA DA ARMADA

Sob o comando de Custódio de Melo, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro na madrugada do dia 6 de setembro de 1893. O bombardeio aos fortes do litoral fluminense e a intervenção de nações estrangeiras que tinham navios fundeados na baía de Guanabara levaram a um acordo em 5 de outubro, pelo qual os revoltosos cessariam o ataque ao Rio e Floriano não tomaria iniciativas contra eles.

Nos primeiros dias de novembro, Custódio de Melo e outros oficiais dirigiram-se para o Sul com o objetivo de se unir aos federalistas gaúchos, em guerra contra o governo do Rio Grande do Sul. Em dezembro, com a adesão do almirante Saldanha da Gama à revolta – o que lhe deu um tom monarquista –, o comando do movimento passou às mãos deste. O conflito entrou então em fase mais violenta. Finalmente, dada a precariedade do material bélico de que dispunham e a impossibilidade de sair pela barra rumo ao alto-mar, em 13 de março de 1894 os revoltosos buscaram asilo em navios portugueses.

Com a derrota da Revolta da Armada, Custódio de Melo partiu para Buenos Aires, só regressando ao país após ser anistiado. Já sob o governo do presidente Campos Sales (1898-1902) foi designado para uma comissão no estado do Amazonas. Como se recusasse a cumprir tal designação, foi preso e enviado para a ilha das Cobras, na baía de Guanabara, onde permaneceu por pouco tempo.

Durante sua longa carreira militar, comandou o encouraçado *Barroso*, o monitor *Pará*, as canhoneiras *Felipe Camarão* e *Ipiranga*, os encouraçados *Cabral* e *Lima Barros*, a fragata *Amazonas*, a corveta *Niterói* (interinamente), os encouraçados *Aquidã* e *Solimões*,

os cruzadores *Guarani* e *Almirante Barroso*, a Divisão de Encouraçados e a Capitania do Porto da Bahia. Foi ainda inspetor do Arsenal de Marinha da Província de Pernambuco e adido naval junto às delegações brasileiras em Londres, Paris, Viena (Áustria) e Berna (Suíça). Formou-se também nos cursos de Artilharia Naval e Artilharia e Armamento em Geral dos Navios de Guerra, ambos na Inglaterra.

Foi promovido a vice-almirante em 14 de março de 1902, e no dia seguinte faleceu no Rio de Janeiro.

Publicou *Relatório da Comissão de Estudos de Artilharia, nomeada pelo Ministério da Marinha por aviso de 14 de maio de 1872* (juntamente com o chefe de divisão João Mendes Salgado e o capitão de fragata Joaquim Antonio Cordovil, 1874); *Canhão-revólver Hotchkiss: réplica ao agente do Sr. Nordenfeldt no Rio de Janeiro* (1882); *Apontamento para a história da Revolução de 23 de novembro de 1891* (1895); *Vinte e um meses ao redor do planeta: descrição da viagem de circunavegação do cruzador Almirante Barroso* (1896). Postumamente teve publicado *O Governo Provisório e a Revolução de 1893: de 29 de novembro de 1889 a 5 de setembro de 1893* (1938).

Izabel Pimentel da Silva

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); *Biografias dos ministros*; BLAKE, A. *Diccionario*; COL. NAVAL. Disponível em: <<https://www.mar.mil.br/cn/colégio/historico.htm>>; DORATIOTO, F. *Maldita*; GUIMARÃES, A. *Diccionario*; PALHA, A. *Soldados*; SOUSA, J. *Índice*.

MELO, Demócrito Cavalcanti de Albuquerque

*min. TCU 1897-1903.

Demócrito Cavalcanti de Albuquerque Melo nasceu em Vitória do Santo Antão (PE) no dia 15 de fevereiro de 1850, filho de Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo e de Lisbela Cavalcanti de Albuquerque Melo.

Em 1873 formou-se bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife e em 1875 tornou-se doutor em ciências jurídicas e sociais. Entre 1874 e 1875, foi delegado de polícia em Pernambuco. Ainda em 1875, tornou-se ajudante de procurador e fiscal do Tesouro Nacional. Já em 1886, assumiu o cargo de secretário da presidência do Pará e, em 1889, o de inspetor da alfândega, também no Pará. Em 1890 tornou-se inspetor da Tesouraria de Pernambuco e em 1891 passou a diretor da Tomada de Contas do Tesouro Nacional. Foi também deputado provincial em várias legislaturas e atuou ainda como jornalista, tendo sido redator do jornal *O Tempo*, em Pernambuco.

Em 19 de junho de 1897 tomou posse como ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). O tribunal, criado pelo Decreto nº 966-A, de 7 de novembro de 1890, por iniciativa do então ministro da Fazenda, Rui Barbosa, e norteado pelos princípios da autonomia, fiscalização, julgamento, vigilância e energia, foi institucionalizado definitivamente pela Constituição de 1891, ainda por influência de Rui Barbosa. Contudo, sua efetiva instalação só ocorreu em 17 de janeiro de 1893, graças ao empenho de Serzedelo Correia, ministro da Fazenda do governo do presidente Floriano Peixoto (1891-1894). Originariamente o TCU era responsável pelo exame, revisão e julgamento de todas as operações relacionadas à receita e à despesa da União. A Constituição de 1891 conferiu-lhe competência para liquidar as contas da receita e da despesa e verificar sua legalidade antes de serem prestadas ao Congresso Nacional.

Exerceu o cargo de ministro do TCU até 1903.

Faleceu em 27 de dezembro de 1904.

Izabel Pimentel da

Silva

Fonte: Receita Federal/ Memória/ Administração Fazendária/ Tesourarias da Fazenda. Disponível em: <

http://www.receita.fazenda.gov.br/Memoria/administracao/reparticoes/1822a1970/te sou_fazenda.asp>; TRIB. CONT. UNIÃO. Disponível em:

<<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU>>; TRIB. CONT. UNIÃO.

Ministros do Tribunal.

MELO, Eduardo Rodrigues Tavares de

*dep. fed. PE 1918-1923.

Eduardo Rodrigues Tavares de Melo foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco em 1918. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e foi reeleito em 1921. Permaneceu na Câmara até dezembro de 1923, quando se encerraram seu mandato e a legislatura. No campo jornalístico, foi redator da revista *O Equador*, de Pernambuco.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; NASCIMENTO, L. *História* (v.6).

MELO, Eugênio Augusto de

*militar; junta gov. GO 1889-1890.

Eugênio Augusto de Melo nasceu em Pindamonhangaba (SP).

Militar de formação, em 1866 fez sua entrada na Guerra do Paraguai como tenente de artilharia. Participou dos combates durante nove anos e recebeu as comendas da Ordem da Rosa e de Cavaleiro de Cristo.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, o então presidente da província de Goiás Eduardo Augusto Montandon foi deposto em 6 de dezembro, e o governo provisório do marechal Deodoro da Fonseca nomeou para seu lugar o tenente-coronel Bernardo Vasques, comandante do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos. Este, porém, não chegou a tomar posse, pois os grupos políticos locais se articularam a fim de que uma junta representativa de seus interesses fosse nomeada para exercer provisoriamente o governo. A junta, composta por Joaquim Xavier Guimarães Natal, José Joaquim de Sousa e Eugênio Augusto de Melo, tomou posse em 7 de dezembro de 1889 e governou até 24 de fevereiro de 1890, quando foi substituída por Rodolfo Gustavo da Paixão, nomeado presidente de Goiás por Deodoro.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MELO, Eugênio da Cunha

*dep. fed. MG 1924-1926.

Eugênio da Cunha Melo nasceu em Visconde do Rio Branco (MG), município da Zona da Mata mineira. Em 22 de setembro de 1881, por meio da Lei Provincial nº 2.785, foram estabelecidos os foros de vila e município para o Presídio, que tinha sob sua jurisdição os atuais municípios de Visconde do Rio Branco, Guiricema, São Geraldo, Guidoal, Cataguases, Ubá, Paula Cândido, Muriaé, Miraí, Laranjal e Patrocínio do Muriaé. Visconde do Rio Branco recebeu esse nome em 1882, por iniciativa do deputado José Pedro Xavier Veiga, que, ao elevar a vila à categoria de município, homenageou José Maria da Silva Paranhos, o visconde do Rio Branco, autor da Lei do Ventre Livre.

Foi presidente da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco, com direitos de chefe do Poder Executivo, de 1908 a 1909. Buscou então melhorias para o município, como a construção da praça 28 de Setembro, que se tornou a maior área de lazer da cidade, e a instalação da iluminação elétrica. Em 1919 foi eleito deputado estadual. Assumindo sua cadeira na Assembleia Legislativa de Minas Gerais nesse mesmo ano, foi reeleito para a legislatura seguinte. Exerceu seu mandato até 1924, quando deixou a Assembleia mineira por ter sido eleito deputado federal. Sua cadeira no Legislativo estadual foi ocupada por Celso Porfírio de Araújo Machado. Empossado na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1924, nela permaneceu até dezembro de 1926, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; COSTA, J. *Toponímia*; ESC. EST. CELSO MACHADO. *Bio. Celso Porfírio de Araújo Machado*. Disponível em: <<http://www.eecmachado.xpg.com.br/2.html>> p. 376. Acesso em: 2/8/2010; HORTA, C. *Famílias*; PREF. VISCONDE DO RIO BRANCO. *História do*

Parque Municipal Carlos Peixoto Filho. Disponível em:
<http://www.viscondedoriobranco.mg.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=2827>. Acesso em: 2/8/2010; PREF. VISCONDE DO RIO BRANCO. *Visconde do Rio Branco.* Disponível em: <
<http://www.viscondedoriobranco.mg.gov.br/portall/municipio/historia.asp?iIdMun=100131852>>. Acesso em: 2/8/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

MELO, Garibaldi de Castro e

*dep. fed. MG 1921-1929.

Garibaldi de Castro e Melo era filho de Manuel Costa Melo e de Francisca Cândida de Castro.

Membro do Partido Republicano Mineiro (PRM), foi político de grande prestígio no município de Prata. Elegeu-se por quatro vezes consecutivas deputado estadual entre 1907 e 1921. Nesse último ano foi eleito deputado federal para a legislatura 1921-1923 e em maio tomou posse na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Reeleito para as duas legislaturas seguintes, exerceu o mandato até dezembro de 1929.

Foi também jornalista.

Casou-se com Elvira de Andrade Melo.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 101); *Jornal Brasileiro de Cultura*.

Disponível em: <<http://www.jbcultura.com.br/index.html>>. Acesso em: 13/8/2010;

MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 411).

MELO, Herculano Bandeira de

*dep. fed. PE 1895-1901; sen. PE 1901-1908; gov. PE 1908-1911.

Herculano Bandeira de Melo nasceu no engenho Tamataupe, no município de Nazaré da Mata (PE), em 23 de março de 1850, filho de Herculano Bandeira de Melo, coronel e senhor de engenho, e de Ana Joaquina Cavalcanti Bandeira de Melo.

Órfão de pai ainda na infância, foi orientado pela mãe, que se responsabilizou por sua educação e direcionou-o para o curso preparatório no Colégio do Recife. Concluiu o curso em 1866, quando tinha 16 anos, e em 1870 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife. Dois anos depois ingressou na política, sendo eleito vereador em Nazaré da Mata. Foi deputado provincial de 1876 a 1887 e no ano seguinte tornou-se juiz substituto da comarca de Nazaré da Mata.

Após a proclamação da República (15/11/1889), participou da Assembleia Constituinte pernambucana de 1891. Foi senador estadual em 1895 e nesse mesmo ano foi eleito deputado federal por Pernambuco. Reeleito em 1897 e 1900, renunciou à cadeira na Câmara em 1901 por ter sido eleito para o Senado. Exerceu o mandato de senador até 1908, quando também renunciou, por ter sido eleito governador de Pernambuco com o apoio de Francisco Rosa e Silva, líder político do estado. Tomou posse em 7 de abril de 1908, em substituição a Segismundo Antônio Gonçalves.

Sua gestão à frente do governo de Pernambuco foi marcada principalmente por sua dedicação à modernização de Recife. Contando com a colaboração de Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, planejou e implantou uma nova rede de esgotos e construiu avenidas para facilitar o escoamento das mercadorias do porto do Recife, que começou a ser ampliado após medidas tomadas em seu governo.

Aproximando-se a sua sucessão, já na presidência do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), a oposição pernambucana escolheu o ministro da Guerra, general Emídio Dantas Barreto, como candidato a governador do estado. O conselheiro Rosa e Silva lançou então seu próprio nome para disputar o governo com o general. Para facilitar a candidatura de Rosa e Silva, Herculano Bandeira de Melo renunciou ao governo em setembro de 1911, sendo substituído por Estácio Coimbra, então presidente da Assembleia Legislativa. Como, segundo a Constituição pernambucana, no caso de vacância do Executivo as eleições

deveriam processar-se no prazo de 60 dias, o pleito que normalmente se realizaria no dia 7 de dezembro foi antecipado para 5 de novembro. Com isso, a situação pretendia impedir que a candidatura de Dantas Barreto ganhasse mais terreno. Realizadas as eleições em 5 de novembro, Rosa e Silva, detentor de maior controle da máquina eleitoral, alcançou a vitória, mas tal resultado foi contestado pela corrente adversária sob a alegação de fraude. Às vésperas do reconhecimento de Rosa e Silva pelo Congresso estadual, ocorreu, segundo Afonso Arinos de Melo Franco, nova intervenção do Exército. Mesmo com suas tropas espalhadas pela cidade a pretexto de manter a ordem, a guarnição militar não conseguiu impedir uma série de depredações, saques e mortes em plena luz do dia.

A falta de controle da situação por parte do governo de Estácio Coimbra tornou-se tão grave que a maioria dos deputados e senadores estaduais foi obrigada a se refugiar. No dia 27 de novembro, o próprio Estácio Coimbra, a conselho de Rosa e Silva, se escondeu para não ser assassinado. Imediatamente, Dantas Barreto foi reconhecido presidente do estado pelo que restara do Congresso estadual, encerrando-se assim o domínio da oligarquia “rosista”. Diante do ocorrido, Herculano Bandeira retirou-se da vida pública.

Casado com Teresa de Moraes Bandeira de Melo, com quem teve quatro filhos, ainda em 1911 fundou junto com os filhos a Usina Mussurepe, no município de Paudalho, próximo a Nazaré da Mata.

Faleceu em Recife no dia 19 de março de 1916.

Juliana Sampaio

FONTES: BARBOSA, V. *Herculano*; COL. BRAS. GENEAL. Açúcar no Brasil, personalidades XIV Herculano Bandeira de Melo. In: CARLI, Gileno de. História de uma fotografia, Recife, 1985. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/baixar/acucar_no_brasil_14.pdf>; GOV. PE. *Galeria dos Governadores. Herculano Bandeira de Melo*. Disponível em: <<http://www2.pe.gov.br/web/portalpe/governadores?id=386>>; SENADO. *Herculano Bandeira de Mello*. Disponível em:

<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1740&li=25&lab=1900-1902&ll=25>; SILVA, J. *Herculano* (p. 229-231).

MELO, João da Silva Rego

*sen. AL 1894-1900.

João da Silva Rego Melo nasceu em Porto de Pedras (AL) ou em Maceió.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1861. Foi advogado em Porto Calvo, Camaragibe e outros municípios alagoanos.

Ainda no Império foi deputado provincial em Alagoas na legislatura 1868-1869, eleito pelo 1º distrito. Após a proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, foi constituinte estadual e participou da elaboração da primeira Constituição republicana de Alagoas. Promulgada a Carta Magna do estado, passou a exercer o mandato de senador estadual na legislatura 1891-1892.

Voltou a concorrer a cargo eletivo em 1894, quando foi eleito senador por Alagoas. Assumindo no mesmo ano sua cadeira no Senado Federal, no Rio de Janeiro, então capital da República, tornou-se membro da Comissão de Justiça e Legislação. Foi ainda procurador-geral do estado.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 9 de fevereiro de 1900, em pleno exercício do mandato.

Era casado com Castorina Botelho Rego Melo.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.2, p.1247/8).

MELO, João Soarino de

*militar; junta gov. SE 1924.

João Soarino de Melo nasceu em São Cristóvão (SE) no dia 25 de outubro de 1898.

Aos três anos de idade mudou-se para Estância (SE), pois seu pai, que era telegrafista, passou a trabalhar nessa cidade. Fez os estudos preparatórios em Salvador e ingressou na Faculdade de Engenharia da mesma cidade. Passou por dificuldades e teve que abandonar o curso, seguindo para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha em 1917. Em 1921 foi promovido a segundo-tenente e no mesmo ano retornou a Aracaju, onde passou a servir na 19ª Companhia de Metralhadoras, sediada no 28º Batalhão de Caçadores (28º BC) de Sergipe. Em 1923 conheceu Augusto Maynard Gomes, militar tenentista que participou da Revolta de 1922 no Rio de Janeiro.

João Soarino de Melo, ao lado de Maynard Gomes e Eurípedes Esteves de Lima, tornaram-se o núcleo de militares opositores à Primeira República em Sergipe. Quando o marechal e ex-presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914), que desfrutava de grande prestígio entre os jovens oficiais, faleceu, em setembro de 1923, o *Diário da Manhã*, jornal de Aracaju, comentou o fato de maneira que desagradou aos militares. Esses três militares, então, invadiram em plena luz do dia a redação do jornal, causando-lhe danos materiais.

Com a eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1924 em São Paulo, iniciaram-se em Sergipe articulações de solidariedade aos insurretos que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista. Diante da perspectiva de requisição da guarnição sergipana pelo governo federal para a repressão aos rebeldes no Sul e da impossibilidade de adesão em São Paulo, João Soarino de Melo, Eurípedes Esteves de Lima e Maynard Gomes aceleraram o movimento rebelde no 28º BC. Os três tornaram-se líderes do movimento, acertando sua deflagração para a madrugada do dia 13 de julho. Depois de conquistarem a adesão do segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça, intendente do 28º BC e

responsável pelo depósito de munições, comunicaram o plano a parte das tropas, prenderam os militares legalistas e assumiram o controle do quartel.

Desmembrado em três companhias comandadas pelos líderes do levante, o contingente do 28º BC tomou o palácio do governo, depondo o presidente do estado, Maurício Gracco Cardoso (1922-1926). A junta que assumiu a chefia do Executivo estadual era composta pelo primeiro-tenente João Soarino de Melo, o também primeiro-tenente Augusto Maynard Gomes, o capitão Eurípides Esteves de Lima e o segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça. Em seguida, ocuparam os principais postos estratégicos da capital, fizeram uma proclamação à população explicando seus motivos e organizaram a defesa dos espaços tomados. Contudo, o movimento foi derrotado 21 dias depois pelas tropas federais lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria.

Tentando fugir, João Soarino de Melo foi preso em 6 de agosto. Ficou detido em Aracaju e, com o decorrer do processo, teve sua prisão relaxada. Maynard Gomes, preso em São Paulo e transferido para Sergipe, continuou liderando o movimento rebelde de oposição ao governo e, com a passagem da Coluna Prestes pelos estados do Norte, a força dos oposicionistas aumentou.

Em 18 de janeiro de 1926, Maynard Gomes fugiu da prisão e deu início a um novo movimento, novamente liderando-o ao lado dos antigos companheiros. Voltaram a assumir o governo do estado por algumas horas. Nessa nova revolta, João Soarino de Melo, ao lado de Maynard Gomes, assumiram a liderança das tropas em combate, enquanto Eurípides Esteves de Lima assumiu o controle do 28º BC. Esse movimento foi dominado em cerca de quatro horas, tendo as tropas governistas novamente sendo lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria.

Após esses combates, João Soarino de Melo e os outros rebeldes foram transferidos para a Ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo. Na prisão, adoeceu e foi transferido, assim como Eurípides Esteves de Lima, para o Hospital Militar do Rio de Janeiro. Com a posse do presidente Washington Luís (1926-1930), em 15 de novembro de 1926, foi revogado o estado de sítio, presente em quase todo o governo de Artur Bernardes (1922-

1926). Assim sendo, os líderes rebeldes foram transferidos para Aracaju em setembro de 1927.

Recebidos com grande aclamação popular, João Soarino de Melo, Eurípedes Esteves de Lima e Maynard Gomes, os líderes do movimento rebelde, foram julgados em 1928 e condenados em primeira instância a 10 anos de prisão, obtendo depois redução da pena no Supremo Tribunal Federal para dois anos. Julgados novamente em 1929 — agora pelo levante de 1926 — foram condenados a um ano e quatro meses de reclusão, tempo inferior ao período já cumprido na prisão.

Ainda sem a liberdade garantida, João Soarino de Melo apoiou a Revolução de 1930 e, após a vitória do movimento, assumiu por alguns meses o comando do 28º BC, já com Maynard Gomes como interventor federal do estado (1930-1935).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; DANTAS, J. *História*; DANTAS, J. *Tenentismo*.

MELO, Joaquim Batista de

*dep. fed. MG 1912-1914.

Joaquim Batista de Melo nasceu em Varginha (MG). Era filho adotivo de Joaquim Elói Mendes, o barão de Varginha, e de Mariana Bárbara da Conceição. Herdou do pai, além da situação econômica, o prestígio político que o fez se destacar na região. Ingressou na política ao ser eleito chefe do Executivo do município de Varginha para o período de 1895 a 1897. Foi o responsável pela criação do estatuto da Câmara dos Vereadores. Além disso, buscou difundir o gosto pela leitura no município, reformando e ampliando a biblioteca pública e incentivando concursos literários. Encerrada sua gestão, afastou-se da vida pública para administrar os negócios da família. Retornou à política em 1912 ao ser eleito deputado federal. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 3 de maio do mesmo ano e exerceu o mandato até 31 de dezembro de 1914, quando se encerrou a legislatura. Fundou o jornal *Aurora* da cidade de Elói Mendes (MG), onde faleceu.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES:ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; CÂM. MUN. VARGINHA. *Bio*. Disponível em: <<http://www.camaravarginha.mg.gov.br/web3/principal.php?go=7>>. Acesso em: 13/9/2010; Elói Mendes. *Bio. Joaquim Eloy Mendes*. Disponível em: <<http://www.eloimendes.com/eloimendes.htm>>. Acesso em: 13/9/2010; Genealogia Brasileira. Disponível em: < http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C. *Famílias* (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; PREF. ELÔI MENDES. *História*. Disponível em: < <http://www.eloimendes.mg.gov.br/historico.php>>. Acesso em: 13/9/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*.

MELO, Joaquim Cardoso de

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1893.

Joaquim Cardoso Pereira de Melo, futuro *barão de São Marcos*, nasceu na cidade de Salvador em 3 de maio de 1837, filho de Antônio Cardoso Pereira de Melo e de Felicidade Perpétua Cardoso de Lacerda, descendentes de famílias da nobreza portuguesa. Seu pai lutou na Guerra da Independência na Bahia. Sua irmã Laurinda Cardoso de Melo casou-se com o coronel Domingos José Freire de Carvalho, de grande poder econômico e larga influência política.

Ingressou na Armada como aspirante a guarda-marinha em 29 de novembro de 1855 e prosseguiu na carreira até atingir o posto de contra-almirante. Distinguiu-se como capitão da 13ª Companhia do Corpo da Marinha Imperial, mais tarde recebendo o comando do navio *Leão*. Também comandou a corveta *Bajé* e, depois, quando capitão de fragata, o encouraçado *Bahia*. Participou da Guerra do Paraguai (1864-1870), servindo na esquadra em operação no rio da Prata. Aos 30 anos foi designado capitão dos portos da província do Maranhão, na baía de São Marcos. Ocupava esse posto quando o governo imperial de dom Pedro II outorgou-lhe o título de barão de São Marcos. Pela campanha do Paraguai recebeu as medalhas de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro, cavaleiro da Ordem de São Bento de Assis, da Campanha Oriental e de oficial da Imperial Ordem Rosa. Couberam-lhe também as graças honoríficas de comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Viçosa e de oficial da Ordem Militar de Avis. Em virtude de suas origens recebeu ainda carta de brasão de nobreza e fidalguia, passada por dom Luís I de Portugal em 1º de maio de 1879.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, como herói de guerra, foi eleito em setembro de 1890 deputado pela Bahia à Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro seguinte, participou dos trabalhos constituintes e exerceu o mandato ordinário até dezembro de 1893. Logo após, ocupou os postos de capitão dos portos da Bahia e de comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros. Aos 65 anos de

idade foi reformado no posto de almirante graduado.

Faleceu em Salvador no dia 31 de janeiro de 1906.

Casou-se com Ilídia Júlia Leite de Melo, filha de Tomas José Leite e de Emília Romana Lopes Leite.

Liliane de Brito Freitas

FONTES: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (263 p.58-59);

Roots Web. Disponível em:

<<http://archiver.rootsweb.ancestry.com/th/read/Brazil/1999-11/0941878927>>.

Acesso em: 18/2/2009; Wikipédia. . *Joaquim Cardoso Pereira de Melo*. Disponível

em: <wikipedia.org/wiki/pt>. Acesso em: 18/2/2009.

MELO, Joaquim Daniel Pereira de

*dep. fed. PE 1924-1926.

Joaquim Daniel Pereira de Melo foi eleito deputado federal pelo estado de Pernambuco no ano de 1924. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e exerceu seu mandato até dezembro de 1926.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MELO, Joaquim Dias Bandeira de

*dep. fed. PE 1921-1926 e 1930.

Joaquim Dias Bandeira de Melo foi eleito deputado federal por Pernambuco em 1921. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e, reeleito em 1924, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1926.

Em 1927, durante o governo de Estácio Coimbra (1926-1930), tornou-se secretário de finanças do estado de Pernambuco. Em 1930 voltou a ser eleito deputado federal e assumiu em maio sua cadeira na Câmara, mas teve o mandato interrompido em outubro seguinte com a vitória da Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEVINE, R. *Velha*.

MELO, José Alves Ferreira de

*dep. fed. MG 1915-1926.

José Alves Ferreira de Melo nasceu em Vila Nova de Lima, atual Nova Lima (MG), em 15 de agosto de 1866, de família procedente do clã político dos Vaz de Melo.

Ainda criança mudou-se com os pais para a cidade de Pará de Minas (MG). Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889 e regressou a Pará de Minas, onde advogou até 1898. Também foi promotor de justiça e juiz municipal.

Ingressou na política em 1899, elegendo-se deputado estadual pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Reeleito para as legislaturas seguintes, permaneceu no Legislativo estadual até 1914. Foi devido a seu empenho enquanto deputado estadual que a Estrada de Ferro Oeste de Minas construiu sua ligação com Divinópolis (MG) e a variante rumo a Pará de Minas, trazendo desenvolvimento para essas cidades. Também foi um dos maiores incentivadores da fixação da indústria têxtil em Minas Gerais, ao lado do coronel Américo Teixeira Guimarães, atuando não só como acionista fundador de várias indústrias têxteis, mas também como advogado desses empreendimentos.

Em 1915 foi eleito deputado federal por seu estado natal e em 3 de maio assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Conseguiu se reeleger para as três legislaturas seguintes, e exerceu o mandato até dezembro de 1926.

Faleceu em Minas Gerais.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: ARQ. HIST. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 7/8/2010; ARRUDA, M. *Mitologia*; BARBOSA, W. *História*; BERNARDES, A. *Discursos*; CÂM. DEP. *Bio. Carlos Vaz de Melo*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/infDoc/HistoriaPreservacao/Presidentes/PresRepublica.htm>>. Acesso em: 25/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Genealogia Brasileira. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/titulosperdidos/cantagalo_ptbetim.htm>. Acesso em: 13/6/2010; HORTA, C.

Famílias (p.111-142); NOGUEIRA, G. *Genealogias*; PREF. JAHU. *Bio. Carlos Vaz de Melo*. Disponível em: <http://www.jau.sp.gov.br/ceimiterio/images/ceimiterio_titulo.png>. Acesso em: 25/6/2010; Revista do Museu. *Bio.* Disponível em: <<http://revistadomuseu.wordpress.com/2009/02/03/jose-alves-ferreira-de-melo/>>. Acesso em: 19/9/2010, *História da família Vaz de Melo*. Disponível em: <<http://revistadomuseu.wordpress.com/2009/02/03/os-vaz-de-melo/>>. Acesso em: 19/9/2010; SUP. TRIB. MIL. *Bio. Washington Vaz de Mello*. Disponível em: <<http://www.stm.jus.br/institucional/biografias-ministros-desde-1808/dr.-washington-vaz-de-mello>>. Acesso em: 25/6/2010; VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; VISCARDI, C. *Elites*; Wikipédia. *Bio. Carlos Vaz de Melo*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_Vaz_de_Melo>. Acesso em: 25/6/2010, *Bio. José Alves Ferreira de Melo*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Alves_Ferreira_de_Melo>. Acesso em: 19/9/2010, *Clélia Bernardes*. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%A9lia_Bernardes>. Acesso em: 25/6/2010.

MELO, José Maria de Albuquerque

*gov. PE 1891.

José Maria de Albuquerque Melo assumiu o governo de Pernambuco por poucos dias do mês de novembro de 1891, em um momento da história pernambucana caracterizado por Robert Levine como “uma sucessão de administrações repressivas, de vida curta, impostas do Rio de Janeiro literalmente para restabelecer a ordem e pôr cobro ao caos político”. Por ser o presidente da Assembleia Legislativa estadual, quando José Antônio Correia da Silva, então governador do estado, renunciou em 27 de novembro de 1891, organizou a transição do poder, assumindo o governo e transferindo-o três dias depois ao vice-governador Antônio Epaminondas de Barros Correia, o barão de Contendas.

Durante o governo de Alexandre José Barbosa Lima (1892-1896), fez oposição ao governo e por isso foi perseguido. Escondeu-se por quase um ano e, através de correspondência, continuou denunciando os desmandos do governador e relatando as ameaças de morte que sofria. Beneficiado por uma anistia proposta pelo governo, saiu da clandestinidade, mas foi assassinado por três oficiais de polícia. Os três foram absolvidos em um júri regional, apesar dos protestos dos opositores do governo.

Raimundo Helio Lopes

FONTE: GUERRA, F. *História*; LEVINE, R. *Velha*.

MELO, Manuel Leite de Novais

*dep. fed. ES 1892-1893.

Manuel Leite de Novais Melo nasceu em Pão de Açúcar (AL) a 10 de junho de 1849, filho de João Machado de Novais Melo, barão de Piaçabuçu, e de Maria José de Novais Melo.

Formou-se pela Escola de Medicina da Bahia em 1872. No ano seguinte foi nomeado médico da Colônia do Rio Novo, na província do Espírito Santo, cargo que ocupou até 1875. Transferiu-se então para Cachoeiro de Itapemirim, onde exerceu a clínica médica e teve uma farmácia. Simultaneamente, fez carreira política: foi deputado provincial (1875-1876) e vereador na Câmara Municipal de Cachoeiro, da qual foi presidente. Em 1º de janeiro de 1878 casou-se com Maria Bárbara de Sousa Monteiro (Maricota), irmã mais velha de Jerônimo e Bernardino Monteiro, que seriam governadores do Espírito Santo, e de dom Fernando de Sousa Monteiro, bispo do Espírito Santo de 1902 a 1916.

Na República, filiou-se ao Partido Republicano Construtor (PRC), fundado após uma cisão dos republicanos, reunindo a maioria deles a políticos oriundos dos partidos Liberal e Conservador do período imperial. O rival do PRC era a União Republicana Espírito-Santense (URES), que também aliava políticos dos três partidos do final do Império. Antes da divisão dos republicanos, os dois principais líderes da propaganda em Cachoeiro, Bernardo Horta e Antônio Aguirre, eram vice-governadores, e a Intendência Municipal do município era ligada a eles. Quando houve a divisão, os dois líderes de Cachoeiro deixaram seus cargos e passaram a fazer forte oposição ao governo de Afonso Cláudio. Como até então os governos do estado e dos municípios eram nomeados, Afonso Cláudio depôs a Intendência de Cachoeiro e nomeou novos membros, do PRC, entre eles Novais Melo (4 de agosto de 1890). Porém a instabilidade política era alta naquele início da República e, em março de 1891, o governo do PRC, àquela altura exercido por Henrique Coutinho, foi deposto. Foi nomeado para o cargo Antonio Aguirre, da URES. Outra vez foram trocados os membros da Intendência, substituídos por correligionários de Aguirre. O PRC voltou ao

poder a 18 de dezembro daquele ano, quando foi deposto o governo da URES, então exercido pelo barão de Monjardim, e assumiu uma junta governativa. Esta realizou eleições para a Constituinte estadual, que aprovou a Constituição e elegeu Muniz Freire, chefe do PRC, presidente do estado (2 de maio de 1892).

Como a Constituição Federal aprovada em 1891 aumentara o número mínimo de deputados federais para quatro, o Espírito Santo, que tinha somente dois, realizou eleições para preencher as duas novas vagas em 1892. Foram candidatos do PRC Novais Melo e José Horácio Costa, ambos eleitos. Seus mandatos se encerraram em dezembro de 1893. Nessa ocasião, Novais Melo já se tornara dissidente, em oposição ao partido e ao governo. Em Itapemirim e em Cachoeiro, dissidentes e unionistas se aliaram para apresentar uma chapa nas eleições federais que se realizariam então, e nela Novais Melo era o candidato a senador, mas o partido do governo foi vencedor. Nos anos seguintes, a oposição cresceu no estado, e Novais Melo esteve a ela integrado. Mudou-se, porém, para o Rio de Janeiro em 1895 e foi se afastando da política capixaba. Faleceu em 12 de setembro de 1898, no então Distrito Federal.

Entre seus filhos destacam-se Henrique de Novais, engenheiro que fez importante carreira na política e na administração capixaba, Maria Stela de Novais, professora, botânica e historiadora, e Benvindo Novais, engenheiro agrônomo com atuação relevante na administração federal e na estadual.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ARQ. MARIA STELLA DE NOVAIS (conservado no Arquivo Público do Estado do Espírito Santo); *Cachoeirano* (1898); *Comércio do Espírito Santo* (1896-1897); *Estado do Espírito Santo* (1890-1895); SANTOS, A. *Republicano*; Scribd. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/28814483/Teses-Da-Faculdade-de-Medicina-Da-Bahia-1840-a-1928>>. Acesso em: 7/2010.

MELO, NÉLSON DE

*militar; rev. 1924; rev. 1930; interv. AM 1933-1935; ch. pol. DF 1943-1944; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1956-1961; comte II Ex. 1961-1962; min. Guerra 1962; rev. 1964.

Nélson de Melo nasceu em Santana do Livramento (RS) no dia 20 de agosto de 1899, filho de Francisco Antônio de Siqueira e Melo, oficial do Exército, e de Maria Isabel de Aguiar Melo.

Após cursar o Colégio Militar de Porto Alegre, sentou praça em março de 1917 matriculando-se na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Declarado aspirante a oficial em janeiro de 1922, foi classificado no 27º Batalhão de Caçadores, sediado em Manaus, onde foi promovido a segundo-tenente em abril. Em novembro foi transferido para o 11º Regimento de Infantaria (RI), em São João del Rei (MG), e ali permaneceu até setembro de 1923, quando, promovido a primeiro-tenente, foi transferido para o 7º RI, em Santa Maria (RS). Em 1924 foi transferido para o 4º RI, em Quitaúna (SP).

DE 1924 A 1930

Em julho de 1924, aderiu ao movimento revolucionário deflagrado em São Paulo pelo general Isidoro Dias Lopes. Na madrugada do dia 5, tomou o quartel de Quitaúna, juntamente com os tenentes Orlando Ribeiro e Custódio de Oliveira. Os rebeldes, depois de ocupar a capital paulista por três semanas, deslocaram-se para o interior, até o oeste do Paraná. Cercado em Catanduvas (PR) após quatro meses de combates contra o general Cândido Rondon, Nélson de Melo foi preso em março de 1925, quando o reduto revolucionário caiu, depois de esgotados alimentos e munição.

Conduzido a São Paulo, ficou preso dois anos, enquanto aguardava o desfecho do processo a que foi submetido por deserção e rebelião. Julgado em 1927, foi condenado a dois anos de prisão, mas foi solto por já ter cumprido a pena. Em liberdade, viajou para o Rio de Janeiro e ali foi novamente preso, porque a promotoria recorrera ao Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de cumprir mais de um ano de prisão na fortaleza de Santa Cruz, o Supremo confirmou a pena anterior, e foi novamente posto em liberdade. De volta às fileiras do Exército, tomou parte na Revolução de 1930, conspirando no Rio de Janeiro e

em Minas Gerais e participando das operações militares neste último estado.

DE 1930 A 1945

Vitorioso o movimento de 1930, integrou o Clube 3 de Outubro, entidade organizada em 1931 para aglutinar as correntes tenentistas. Servia na época no 2º RI no Rio. Em agosto, foi promovido a capitão e transferido para Pernambuco, onde, a convite do interventor federal Carlos de Lima Cavalcanti, assumiu a Secretaria de Segurança Pública. Com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo, solidarizou-se por telegrama com o chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, e ofereceu tropas para marchar contra os insurretos. Deixando Pernambuco, no dia 25 de julho incorporou-se às forças em operação no setor de Parati (RJ), participou de combates e comandou interinamente o Destacamento João Alberto. Derrotada a revolução, retornou a Pernambuco.

Em setembro de 1933, a convite de Vargas, tornou-se interventor federal no Amazonas em substituição a Antônio Rogério Coimbra, demissionário por motivo de saúde. Após uma administração caracterizada pela austeridade, foi substituído em fevereiro de 1935 por Álvaro Botelho Maia, eleito governador pela Assembleia Constituinte estadual dentro do processo de reconstitucionalização dos estados.

De volta ao Rio de Janeiro, matriculou-se ainda em 1935 na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e cursou a Escola de Infantaria. Em janeiro de 1936, foi designado para o 14º RI, em São Gonçalo (RJ), de onde saiu em 1937 para exercer a função de assistente de gabinete do general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, no Estado-Maior do Exército.

Promovido a major por merecimento, em setembro de 1937 foi designado para o comando do 9º Batalhão de Caçadores, em Caxias do Sul (RS). No ano seguinte, serviu no estado-maior da 3ª Divisão de Infantaria (DI), em Porto Alegre. Estagiou na Escola de Aviação Militar e cursou, entre 1939 e 1940, a Escola de Estado-Maior do Exército, no Rio. Em 1941, foi subcomandante do 14º RI, em São Gonçalo. Em maio de 1942 foi promovido a tenente-coronel por merecimento, ainda nesse ano comandou o Batalhão de Guardas do Distrito Federal. Em janeiro de 1943 regressou ao 14º RI, agora como comandante. Em agosto foi nomeado chefe de polícia do Distrito Federal, em substituição ao general Alcides Etchegoyen.

Embora fosse sua função reprimir manifestações oposicionistas, acompanhando o processo de desagregação do Estado Novo, pôde contemporizar com relação a algumas diretrizes governamentais. As atividades da Sociedade Amigos da América (SAA) foram um exemplo desse comportamento. Entidade oposicionista organizada em torno de um programa democrático, a SAA pôde, durante o período em que Néelson de Melo foi chefe de polícia, trabalhar livremente, conforme ela própria reconheceu em manifesto de março de 1945, quando foi fechada por Vargas.

O órgão que dirigia foi transformado em março de 1944 no Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Promovido a coronel por merecimento em junho seguinte, Néelson de Melo foi obrigado a deixar a chefia de polícia por força de um aviso recente que estabelecia a incompatibilidade entre oficiais promovidos por merecimento e cargos civis. No depoimento que prestou ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc), explicou que desde a divulgação do *Manifesto dos mineiros* (outubro de 1943) temia que Vargas ordenasse a prisão de seus signatários, hipótese que não lhe agradava. Sua promoção teria sido, portanto, um bom pretexto para deixar o cargo sem precisar pedir exoneração.

Em setembro de 1944, embarcou para a Itália integrando um dos escalões da Força Expedicionária Brasileira (FEB). A partir de novembro, no comando do Destacamento Néelson de Melo, participou das tentativas e da tomada de Monte Castelo, finalmente consumada no dia 21 de fevereiro de 1945. Designado pouco depois comandante do 6º RI, conhecido como Regimento Ipiranga, participou da ofensiva do vale do Pó, que resultou na rendição incondicional da 148ª Divisão de Infantaria alemã, dos remanescentes da 90ª Divisão Panzer e da Divisão Bersaglieri Itália, totalizando mais de 16 mil prisioneiros. Regressou com a FEB ao Brasil em julho de 1945.

Ainda em 1945, assumiu o comando do 2º Regimento de Infantaria, no Distrito Federal, posto em que permaneceria até o ano seguinte, quando foi designado para a chefia do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria (1ª DI), também na capital da República. Em setembro de 1945, participou de uma reunião na casa de João Alberto Lins de Barros, então chefe de polícia do Distrito Federal, à qual compareceram, entre outros oficiais, o ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, os generais Newton Estillac Leal, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora e o tenente-coronel Jurandir de Bizarria

Mamede. Preocupados com a forma como se daria a transição do regime ditatorial do Estado Novo para um regime democrático, os oficiais discutiram a conveniência da realização das eleições presidenciais previstas para dezembro.

Nélson de Melo, entre outros, foi simpático ao golpe militar que depôs Vargas em outubro de 1945. De 1946 a 1950, chefiou o estado-maior da Zona Militar Leste — precursora do atual I Exército — e da 1ª Região Militar, ambas sediadas no Distrito Federal.

A DÉCADA DE 1950

Promovido a general de brigada em abril de 1950, Nélson de Melo concorreu por essa época às eleições para a presidência do Clube Militar na chapa encabeçada por Cordeiro de Farias e Emílio Ribas Júnior, contra a chapa formada por Estillac Leal e Júlio Caetano Horta Barbosa. O grande tema da campanha foi a política do petróleo no país. A chapa apoiada por Nélson de Melo defendia a participação do capital estrangeiro na exploração do petróleo nacional, enquanto seus adversários postulavam a implantação do monopólio estatal da indústria petrolífera. A disputa transcendeu o âmbito da corporação militar, representando uma definição da oficialidade a respeito de um tema que, naquele momento, antagonizava as principais correntes de opinião no país. A vitória da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa contribuiu para intensificar a participação dos militares na definição de uma política petrolífera nacional.

Ainda em 1950, Nélson de Melo foi nomeado comandante da 2ª Brigada Mista, sediada em Corumbá (MT), e assumiu o subcomando interino da 9ª Região Militar, também em Mato Grosso. Exerceu essas funções até o ano seguinte, quando, em março, foi designado subcomandante da 4ª DI, em Minas Gerais. Em 1951, representou o governo brasileiro na cerimônia de inauguração da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia.

Em maio de 1952, participou novamente das eleições no Clube Militar, dessa vez como candidato à vice-presidência na chapa encabeçada pelo general Alcides Etchegoyen, autodenominada Cruzada Democrática, concorrendo com a chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, candidatos à reeleição caracterizados como nacionalistas. Após intensa campanha eleitoral, mais uma vez centrada nos problemas da exploração do petróleo e do capital estrangeiro, a chapa de Nélson de Melo saiu vitoriosa, com cerca do dobro de votos da concorrente.

Nélson de Melo cursou a Escola Superior de Guerra, diplomando-se em novembro de 1952. Em dezembro, assumiu o comando da Infantaria Divisionária da 1ª DI, na Vila Militar do Rio de Janeiro, até o ano seguinte. A convite do governo dos Estados Unidos, visitou aquele país em junho de 1954.

Com a crise político-militar deflagrada pelo envolvimento da guarda pessoal do presidente Getúlio Vargas no atentado da Tonelero, que visava o jornalista Carlos Lacerda e vitimou o major-aviador Rubens Vaz, Nélson de Melo foi cogitado, no dia 5 de agosto de 1954, data do crime, pelo chefe do Gabinete Civil, Lourival Fontes, para ocupar a chefia de polícia do Distrito Federal em substituição ao general Armando de Moraes Âncora, desgastado no cargo. A proposta teria o apoio do vice-presidente João Café Filho, identificado com a oposição, mas não chegou a se concretizar. Na ocasião, segundo F. Zenha Machado, Nélson de Melo esteve para ser preso pelo ministro da Guerra, general Zenóbio da Costa, em virtude de uma informação prestada pelo ministro da Aeronáutica, brigadeiro Epaminondas Gomes dos Santos, segundo a qual não estaria disposto a defender o presidente da República em caso de sublevação militar.

Em março de 1955 Nélson de Melo assumiu a Diretoria de Recrutamento do Exército, no Rio, e em junho, o comando da 5ª DI, sediada em Ponta Grossa (PR). Em 11 de novembro, apoiou o movimento militar liderado pelo general Henrique Lott que, visando assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek, provocou o impedimento dos presidentes da República Carlos Luz, em exercício, e Café Filho, licenciado, e empossou na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos. Tendo sido decretado pouco depois o estado de sítio em todo o país, Nélson de Melo exerceu a função de delegado executor dessa medida constitucional no Paraná.

Com a posse de Juscelino Kubitschek na chefia do governo, Nélson de Melo foi nomeado, em janeiro de 1956, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, função que exerceria durante toda aquela administração. Foi, assim, um dos coordenadores da ação militar que reprimiu em uma semana a Revolta de Jacareacanga, deflagrada em fevereiro de 1956 no Pará por uns poucos oficiais da Aeronáutica sob a liderança do major-aviador Haroldo Veloso e do capitão-aviador José Chaves Lameirão.

Promovido a general de divisão em novembro de 1956 e a general de exército em novembro de 1959, em dezembro desse ano ajudou a debelar o levante militar chefiado

pelo tenente-coronel aviador João Paulo Burnier e pelo major aviador Haroldo Veloso, os quais, à frente de uns poucos aderentes, apoderaram-se durante três dias de Aragarças, localidade de Goiás, em protesto contra os rumos políticos que tomava o governo de Juscelino.

Em fevereiro de 1961, Nélon de Melo passou a chefiar a delegação brasileira à Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a qual presidiu nessa mesma época. Durante a crise político-militar deflagrada em agosto com a renúncia do presidente Jânio Quadros e o veto dos três ministros militares — marechal Odílio Denis, almirante Sílvio Heck e brigadeiro Gabriel Grün Moss — à posse do vice-presidente João Goulart, integrou o grupo de generais do I Exército, sediado no Rio de Janeiro, que se declararam dispostos a acatar a decisão que o Congresso tomasse em relação ao problema sucessório. Integravam o grupo, entre outros, os generais Osvino Ferreira Alves, Ladário Pereira Teles, Amauri Kruehl, Teles da Costa, Carlos Flores de Paiva Chaves e Idílio Sardemberg.

NO GOVERNO JOÃO GOULART

Equacionado o problema da sucessão presidencial com a aprovação da emenda parlamentarista em setembro de 1961, Nélon de Melo foi nomeado no mês seguinte, pelo presidente João Goulart, comandante do II Exército, sediado em São Paulo, principal centro industrial do país e palco de intensa atividade política e sindical. Em março de 1962, foi procurado pelo general Olímpio Mourão Filho, o qual, conforme registro em seu diário, colocou-o a par do golpe militar que vinha articulando no Sul do país com o objetivo de depor o governador gaúcho, Leonel Brizola, e em seguida marchar para São Paulo e Rio. Convidado a aderir, Nélon de Melo teria respondido: “Estamos no mesmo barco. Aqui em São Paulo já há uma intranquilidade imensa.”

Em julho de 1962, Nélon de Melo foi nomeado ministro da Guerra. Naquele momento, intensificava-se a campanha do presidente João Goulart e das forças que o apoiavam pela restauração dos poderes presidenciais, limitados pela adoção do sistema parlamentarista. A política nacional passou a gravitar em torno da forma de governo que se manteria no país. O primeiro-ministro Francisco Brochado da Rocha tentou antecipar a convocação do plebiscito que decidiria a questão, previsto pela emenda parlamentarista para começo de 1965. Em agosto de 1962, os ministros militares, até então refratários à ideia da antecipação

do plebiscito, declararam apoiá-la. Logo em seguida, refletindo as divergências que a questão suscitava nas forças armadas, Nélson de Melo recebeu do general Jair Dantas Ribeiro, comandante do III Exército, sediado no Rio Grande do Sul, o aviso de que não poderia garantir a ordem “se o povo se insurgir contra o fato de o Congresso recusar o plebiscito para antes ou, no máximo, simultaneamente com as eleições de outubro próximo”. Esta era exatamente a posição defendida por João Goulart. Nélson de Melo respondeu, reivindicando para si a competência para, como ministro da Guerra e membro do conselho de ministros, opinar sobre a fixação da data do plebiscito. Afirmou ainda, diante do telegrama do general Dantas Ribeiro, que “manifestações dessa natureza, partidas de escalões subordinados, não se coordenam com a disciplina”.

Mourão Filho também registrou em seu diário que, na época em que se discutia a convocação do plebiscito, o general Amauri Kruel, chefe do Gabinete Militar da Presidência da República, teria planejado um golpe militar, com o fechamento do Congresso e a edição de um ato institucional conferindo poderes excepcionais ao presidente João Goulart. Contrário à idéia, Nélson de Melo teria sido pressionado por Brochado da Rocha a exonerar-se. De fato, o próprio primeiro-ministro renunciou no dia 14 de setembro, provocando a queda de todo o gabinete e, em consequência, a de Nélson de Melo, substituído pelo general Amauri Kruel.

O plebiscito, realizado em janeiro de 1963, determinou o retorno ao sistema presidencialista, devolvendo ao presidente João Goulart a plenitude dos poderes que a emenda parlamentarista limitara. Diante da decisão resultante do voto popular, intensificaram-se as articulações visando derrubar o governo. Um dos líderes da conspiração era o general Odílio Denis, em cuja residência se realizavam muitas reuniões, frequentadas por Nélson de Melo e outros oficiais, como o marechal do ar Eduardo Gomes e o general Osvaldo Cordeiro de Farias, além de civis, como o jurista Francisco Campos e o juiz Antônio Neder. Segundo Hélio Silva, Nélson de Melo participou, por volta de outubro, de uma reunião no Rio na casa de José Monteiro de Castro, deputado federal da União Democrática Nacional (UDN), na qual o governador de Minas Gerais, José de Magalhães Pinto, se teria prontificado a “colocar Minas em condições de promover a rebelião armada contra os desmandos do governo federal”. Juntamente com outras personalidades de projeção nos meios militares, como os generais Cordeiro de Farias, Golberi do Couto e

Silva e Artur da Costa e Silva, Nélson de Melo frequentou a casa do marechal Eurico Dutra, onde os líderes da conspiração no Rio de Janeiro buscavam orientação política.

Em dezembro de 1963, Nélson de Melo foi transferido para a reserva no posto de marechal. No dia 19 de março de 1964, participou da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu em São Paulo mais de quinhentas mil pessoas em protesto contra o governo João Goulart.

No dia 31 de março de 1964, segundo depoimento de Herman de Moraes Barros, civil integrante do grupo conspirador de São Paulo, Nélson de Melo chegou ao Rio de Janeiro, vindo de Belo Horizonte, para, juntamente com o general Cordeiro de Farias, organizar uma frente com o objetivo de enfrentar o III Exército, comandado pelo general Benjamim Rodrigues Galhardo, que se mantinha fiel ao governo João Goulart.

Nélson de Melo foi reformado em junho de 1969. Em 1970, passou a integrar a diretoria da empresa Ericson do Brasil, com matriz na Suécia. Tornou-se também membro do conselho consultivo do Grupo Safra e do Banco Safra S.A. Foi ainda membro do conselho fiscal e sócio benfeitor da Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 3 de janeiro de 1989.

Era casado com Odete Guimarães Santos Melo, com quem teve uma filha.

O arquivo de Nélson de Melo encontra-se depositado no Cpdoc da Fundação Getúlio Vargas.

Renato Lemos

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; BARROS, J. *Memórias*; BRAYNER, F. *Verdade*; CASTELO BRANCO, C. *Introdução*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; CORRESP. GAB. MIL. PRES. REP.; CORRESP. SECRET. GER. EXÉRC.; CORTÉS, C. *Homens; Efemérides Paulistas; Encic. Mirador*; ENTREV. GUEDES, P.; FICHÁRIO PESQ. M. AMORIM; FRANCO, A. *Escalada; Globo* (8/4/1983, 4, 5, 10/1/1985); *Grande encic. Delta; Jornal do Brasil* (29, 31/1, 19/3, 27/7/1976, 4/1/1989); KUBITSCHKE, J. *Meu* (3); MACHADO, F. *Últimos*; MIN. GUERRA. *Almanaque* (1958); *Ministros da Justiça*; MORAIS, J. *FEB; Opinião* (13/12/1974); POPPINO, R. *Federal*; SILVA, H. 1945; SILVA, H. 1964; SODRÉ, N. *História militar; SODRÉ, N. Memórias*; SOUSA, J. *Índice*.

MELO, Paulo Júlio de

*dep. fed. ES 1909-1917.

Paulo Júlio de Melo nasceu em Pernambuco no dia 30 de dezembro de 1869.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife e mudou-se para o Espírito Santo, onde foi juiz substituto nas comarcas de Santa Leopoldina e Viana. Iniciou sua carreira política no governo municipal de Santa Leopoldina, que chefiou de 1908 a 1915 como aliado dos Monteiro, que então dominavam a política capixaba – Jerônimo Monteiro presidiu o estado de 1908 a 1912, e seu aliado e sucessor Marcondes Alves de Sousa, de 1912 a 1916. Simultaneamente, foi deputado estadual e presidiu a Assembleia Legislativa em 1908 e 1909.

Em 1909 foi eleito para uma das poucas e cobiçadas vagas de deputado federal pelo Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por Jerônimo Monteiro. Assumiu em 29 de novembro sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e foi reeleito em 1912 e 1915. Porém em 1916, quando Bernardino Monteiro, irmão de Jerônimo Monteiro, foi apresentado como candidato à presidência do estado, uniu-se à bancada federal capixaba, dirigida pelo senador João Luís Alves e pelo deputado federal Torquato Moreira, na oposição a essa candidatura. Os opositores apresentaram uma chapa formada por José Gomes Pinheiro Júnior, antigo adversário dos Monteiro, e por Alexandre Calmon, como candidato a vice, e conseguiram inicialmente o apoio do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918). Desencadeou-se então a mais grave crise política da Primeira República no Espírito Santo, conhecida como Revolta do Xandoca, apelido do coronel Alexandre Calmon, chefe político de Colatina e um dos principais líderes do movimento.

Diante do conflito, muitas vezes violento, em muitos municípios, e da forte repressão policial à oposição em Vitória, centenas de pessoas se refugiaram em Minas e no estado do Rio de Janeiro. A 23 de maio de 1916, quando terminou o mandato de Marcondes Alves de Sousa, havia duas assembleias, ambas se declarando legítimas, e cada uma delas

reconheceu e empossou um presidente do estado: Bernardino Monteiro recebeu o mandato de Marcondes de Sousa e ocupou o palácio, enquanto a oposição instalou seu governo em Colatina e recorreu ao governo federal, pedindo a intervenção no estado. O caso passou ao Congresso Nacional, onde os parlamentares de oposição, entre os quais Paulo de Melo, todos antigos aliados dos Monteiro, fizeram sérias acusações a estes nas acaloradas sessões em que o tema foi discutido, entre maio e agosto. Venceslau Brás recuou no apoio à oposição e, finalmente, no dia 17 de agosto, foi recusada a intervenção federal no estado, o que garantiu a posse de Bernardino Monteiro. Dias depois, foi aprovada a anistia a todos os envolvidos.

Paulo de Melo concluiu seu mandato na Câmara dos Deputados em dezembro de 1917, e, diante da vitória dos Monteiro, sua carreira política de se encerrou.

Nara Saletto

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção nos estados* (v.10); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CHEQUER FILHO, N. *Revolta; Jornal Oficial* (1907).

MELO, Raul Cardoso de

*dep. fed. SP 1912-1923.

Raul Renato Cardoso de Melo nasceu em São Paulo no dia 25 de fevereiro de 1875. Era descendente dos Lemes, que estavam em São Paulo desde o século XVI. Já os Cardoso chegaram com Joaquim José de Cardoso, integrante da comitiva que acompanhou a família real portuguesa em 1808 e se estabeleceu na vila de Areias.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais, foi promotor público da comarca de Piraju (SP) de 24 de dezembro de 1896 a 10 de janeiro de 1898. Estabeleceu escritório de advocacia em São Paulo, e aí foi também delegado de polícia, professor catedrático de direito comercial da Faculdade de Direito, diretor-presidente da Empresa de Eletricidade de Bauru e da Companhia de Diversões.

Iniciou a carreira política elegendo-se deputado federal por São Paulo na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP), para a legislatura 1912-1914. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1912, foi reeleito para a legislatura 1915-1917, e integrou na Câmara a Comissão de Finanças e a Comissão Especial de Justiça Militar. Voltou a ser reeleito para as legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, mas renunciou ao mandato nesse último ano para assumir uma cadeira no Senado paulista. Integrou a Comissão de Indústria, Comércio e Obras Públicas e a Comissão de Estatística de São Paulo, e concluiu o mandato em dezembro de 1924.

Morreu em São Paulo no dia 11 de outubro de 1929.

Era casado com Ismênia Guedes Cardoso de Melo, com quem teve dois filhos. A família Melo teve diversos representantes nas áreas jurídica e política de São Paulo, entre eles José Joaquim Cardoso de Melo Neto, professor da Faculdade de Direito, prefeito de São Paulo em 1930, constituinte de 1934 e várias vezes deputado federal, governador e interventor em São Paulo de 1937 a 1938.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); ADDUCI, C. *Pátria*; Almanaque Folha. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_19fev1921.htm>; CALIMAN, A. *Legislativo; Folha da Noite* (19/2/1921); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; LEME, L. *Genealogia*; MELO, L. *Dicionário*; Migalhas. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mig_amanhecidas.aspx?cod1=73405>; PUC SP. Disponível em: <http://www.pucsp.br/neils/downloads/v11_12_cassia.pdf>; Zé Moleza. Disponível em: <http://www.zemoleza.com.br/noticia/520643/entrelinha_-_15/09/2008.html>.

MELO, Serapião de Aguiar e

*sen. SE 1913-1914; dep. fed. SE 1915-1917.

Serapião de Aguiar e Melo nasceu em Sergipe no dia 17 de julho de 1865.

Formou-se em farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia em 1887. Mudou-se para estado do Amazonas e em 1898 foi eleito deputado estadual, permanecendo no Legislativo amazonense até 1900.

Retornou a Sergipe e tornou-se farmacêutico em Aracaju.

Em fevereiro de 1911 ingressou na política sergipana, candidatando-se a vice-presidente na chapa encabeçada por Antônio José de Siqueira Meneses, ex-membro da junta governativa de Sergipe (1889). Apoiado por José Gomes Pinheiro Machado, então senador gaúcho (1890-1915), um dos principais nomes da política nacional e líder do Partido Republicano Conservador (PRC), Siqueira Meneses teve sua candidatura lançada no contexto da Política das Salvações, posta em prática pelo presidente da República Hermes da Fonseca (1910-1914) e Pinheiro Machado, que consistiu em desalojar do poder nos estados velhas oligarquias, colocando em seu lugar uma aliança entre militares e oligarquias fiéis ao governo federal.

Com o objetivo de evitar o fortalecimento da oposição a sua política, o PRC fez um acordo com o então senador sergipano Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão (1907-1914) para que este retirasse sua candidatura à presidência estadual e desse o seu apoio a qualquer outro candidato, apoiando assim Siqueira Meneses. Em troca, Serapião de Aguiar e Melo perdeu o posto de candidato a vice-presidente para Pedro Freire de Carvalho, aliado político de Oliveira Valadão.

Em 1912 foi eleito deputado estadual e logo assumiu a presidência da Assembleia Legislativa, posto em que permaneceu até o final de 1913. Em 14 de dezembro desse ano foi eleito senador pelo estado de Sergipe na vaga aberta com a renúncia do senador José Luís Coelho e Campos, devido sua nomeação para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Assumiu, em maio do ano seguinte, sua cadeira no Senado Federal no Rio de

Janeiro, então Distrito Federal, na qual permaneceu até o final dessa legislatura. Em 1915 foi eleito deputado federal por Sergipe. Assumiu, em maio desse ano, sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro e cumpriu seu mandato até dezembro de 1917. Foi também secretário de Segurança Pública de Sergipe, presidente do Tribunal Eleitoral do estado e presidente do Tribunal de Justiça local.

Faleceu no dia 20 de novembro de 1928.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; FRANCO, J. *Política*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26/7/2011.

MELO, Veríssimo de

*dep. fed. RJ 1915-1923.

Inácio Veríssimo de Melo nasceu em Resende (RJ) no dia 24 de julho de 1873, filho de Veríssimo José de Melo e de Rosa Louzada Melo.

Transferindo-se com a família para Nova Friburgo (RJ), aí iniciou seus estudos com professor particular e mais tarde no Liceu Nacional. Em 1891 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas no ano seguinte mudou-se para a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da cidade do Rio de Janeiro, pela qual se diplomou em 1894.

Recém-formado, deu início à carreira profissional em 1895, ao assumir por 12 anos a promotoria pública da cidade fluminense de Macaé, onde também foi inspetor escolar por oito anos. Em 1903, quando as comarcas de Santa Maria Madalena, Barra de São João, São Francisco de Paula e São Sebastião do Alto, foram anexadas a Macaé, sua jurisdição a elas se estendeu. Foi ainda curador geral de órfãos, de ausentes e de massas falidas nessas localidades. Em 1907, no governo de Alfredo Augusto Guimarães Backer (1906-1910), assumiu a chefia de Polícia do estado do Rio de Janeiro. Enquanto esteve no cargo, criou a delegacia auxiliar e o gabinete de identificação na capital, além da inspetoria de veículos. Em 1909 foi nomeado secretário geral do estado do Rio, cargo no qual permaneceu até o fim do mandato de Alfredo Backer.

Em 1915 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro para a legislatura 1915-1917. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, em maio do mesmo ano e foi reeleito para as duas legislaturas seguintes, exercendo o mandato até dezembro de 1923. Na Câmara, foi membro das comissões do Código Civil e do Código das Águas.

Representou a Fundação Afonso Pena no acordo celebrado entre a instituição e o Departamento Nacional de Assistência Pública, visando à incorporação de todo o acervo da fundação ao patrimônio do departamento, consagrada pelo Decreto-Lei nº 19.923, de 27 de abril de 1931, assinado pelo presidente da República Getúlio Vargas (1930-1945).

Faleceu em 1933. Logo após sua morte, seu nome foi dado a uma praça no município de Macaé.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*.(v.2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976, p. 115); CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 12/12/2010); GOV. EST. RJ. Disponível em: <<http://www.governo.rj.gov.br/>>. Acesso em: 11/12/2010); PLANALTO. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12/12/2010; PREF. MUN. MACAÉ. Disponível em: <<http://www.macaerj.gov.br/>>. Acesso em: 11/12/2010.

MELRO, HERMÍLIO DE FREITAS

*dep. fed. AL 1924-1929; interv. AL 1930-1931.

Hermílio de Freitas Melro nasceu em Gararu, antiga vila de Curral das Pedras (SE), no dia 30 de setembro de 1880, filho do coronel Antônio de Freitas Melro e de Maria da Conceição Melro.

Fez os estudos primários em sua cidade natal, transferindo-se em seguida para Penedo (AL), onde estudou no Colégio São João, do professor Manuel Jácome Calheiros. Ingressou em 1898 na Faculdade de Medicina da Bahia e diplomou-se em dezembro de 1903, defendendo a tese *Das injeções, soro artificial em altas doses*.

De volta a Penedo, aí passou a exercer a medicina. Iniciou-se na política em 1914, tornando-se intendente (cargo correspondente ao atual prefeito) da cidade. Ocupou o cargo até 1918, acumulando-o com a função de subinspetor de Saúde do Porto, e em 1915 instalou a rede elétrica em Penedo. Senador estadual, foi vice-governador de Alagoas durante a gestão de José Fernandes de Barros Lima (1921-1924), e em 1923 assumiu a administração do estado.

Em fevereiro de 1924 elegeu-se deputado federal por Alagoas. Exerceu o mandato de maio daquele ano a dezembro de 1926 e foi reeleito em 1927. No novo mandato, de maio seguinte a dezembro de 1929, aderiu à Aliança Liberal. Em seguida apoiou a Revolução de 1930.

Após a vitória da revolução, ainda em outubro de 1930, indicado por Juarez Távora, comandante geral dos rebeldes no Norte, assumiu o cargo de governador provisório de Alagoas. Sucedeu ao major Reginaldo Teixeira, substituído por quatro dias do governador deposto, Álvaro Correia Pais. Em novembro foi confirmado no governo como interventor federal. Demitiu-se em agosto de 1931, sendo substituído pelo tenente-coronel Luís de França Albuquerque.

Em outubro de 1934 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte de Alagoas. Participou dos trabalhos constituintes e, após a promulgação da nova Carta estadual e a eleição do governador e dos senadores, permaneceu no exercício do mandato. Presidiu a Assembleia Legislativa e deixou a casa em novembro de 1937, quando, com o advento do Estado Novo, foram suprimidos todos os órgãos legislativos do país. Durante o Estado Novo (1937-1945)

exerceu por quatro anos a prefeitura de Penedo, nomeado pelo interventor Osman Loureiro (1937-1940).

Foi também médico e delegado de higiene municipal em Penedo, além de sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Faleceu em Penedo no dia 27 de julho de 1957.

Era casado com Cândida de Medeiros Melro.

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados*; *Grande encic. Delta*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; MERO, E. *História*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; *Rev. Arq. Públ. AL*.

MENDES, Álvaro de Assis Osório

*magistrado; sen. PI 1900-1904; gov. PI 1904-1907.

Álvaro de Assis Osório Mendes nasceu na cidade de Oeiras (PI) em 31 de maio de 1853, filho de Simplício de Sousa Mendes e de Francisca de Assis Osório Mendes. Seu pai foi presidente da província do Piauí durante o Império.

Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1874 e concluiu o curso em 1878. Promotor público na cidade de Barreirinhas (MA) em 1879, foi em seguida removido para São José dos Matões (MA), onde ocupou o mesmo cargo até 1885. Após esse período, advogou em Amarante (PI) e tornou-se promotor na mesma cidade em 1887. Nesse ano voltou para São José dos Matões como promotor e depois foi juiz de direito em São João do Piauí, até 1890. Em 1891 tornou-se desembargador do Tribunal de Justiça do Piauí, até 1895, quando renunciou.

Em 1895 começou sua atividade política concorrendo sem sucesso a uma vaga no Senado. Passando a residir no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi promotor público em Resende (RJ) e tesoureiro da Imprensa Nacional de 1898 e 1899. Em 1900 novamente concorreu ao Senado, e dessa vez foi eleito. Em 1904, antes do fim do mandato, renunciou por ter sido eleito governador do estado Piauí, sucedendo a Arlindo Francisco Nogueira.

Empossado em 1º de julho de 1904, durante seu governo reformou diversos prédios públicos, como o Liceu Piauiense e o Fórum de Justiça. Criou o primeiro bispado do Piauí, que teve como bispo dom Joaquim Antônio de Almeida. Além disso, destacaram-se em sua gestão a instalação do serviço telefônico de Teresina, a inauguração do serviço de água e a revisão dos limites do estado. Em 1906, ainda sob a sua administração, o estado do Piauí recebeu a visita do então presidente da República Afonso Pena.

Faleceu em 5 de dezembro de 1907, na cidade de Teresina, ainda no cargo de governador. Seu sucessor foi Areolino Antônio de Abreu.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CHAVES, J. *Apontamentos*; GONÇALVES, W. *Grande*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

MENDES, Álvaro Teixeira de Sousa

*dep. fed. PI 1909-1911.

Álvaro Teixeira de Sousa Mendes foi eleito deputado federal pelo Piauí em 1909. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, permaneceu no Legislativo até dezembro de 1911, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MENDES, João

* min. STF 1916-1922.

João Mendes de Almeida Júnior nasceu em São Paulo no dia 30 de março de 1856, filho de João Mendes de Almeida e de Ana Rita Fortes Leite Lobo. Seu pai foi advogado, magistrado, jornalista e político, ligado aos conservadores do Império. Teve atuação destacada em diversas legislaturas, como deputado geral por São Paulo e pelo Maranhão.

Bacharel em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1877, e doutor em 1880, nesse ano foi eleito vereador à Câmara Municipal paulista, que presidiu no biênio 1881-1882. Após a realização de concurso em 1889, tornou-se lente substituto da Faculdade de Direito de São Paulo, passando a reger as cadeiras de direito eclesiástico, criminal e civil. Em março de 1891 tornou-se lente catedrático da mesma faculdade. Eminente processualista, nesse mesmo ano presidiu comissão encarregada de organizar as bases doutrinárias e legais para a elaboração de dois códigos de processo, um civil e outro criminal, dado que no Brasil estavam em vigor os Regulamentos 737 e 738, de 1850, diplomas processuais adstritos ao Código Comercial, portanto, arcaicos para a realidade jurídica brasileira de então. De 1910 a 1916 foi diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Após carreira dedicada ao magistério e à advocacia, em dezembro de 1916 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo presidente Venceslau Brás, para ocupar vaga aberta com o falecimento de Eneias Galvão. Após deixar a direção da Faculdade de Direito de São Paulo, tomou posse em janeiro de 1917. Aposentado por decreto em outubro de 1922, retirou-se da vida pública.

Foi casado com Leontina Novais.

Faleceu em 25 de fevereiro de 1923 na cidade do Rio de Janeiro.

Autor de vasta obra sobre todos os domínios do direito, publicou, em sucessivas edições, *Elementos de lógica e da psicologia – uma sinopse da história da filosofia*, *Noções ontológicas de Estado, soberania, autonomia, federação, fundação e Órgãos da fé pública*.

Em sua homenagem, o Poder Judiciário paulista deu seu nome ao fórum central da comarca da capital, construído na década de 1950.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

MENDES, PACHECO

*dep. fed. BA 1918-1920.

Antônio Pacheco Mendes nasceu em Aracati (CE) em 24 de fevereiro de 1855, filho de José Mendes e de Quitéria Pacheco Mendes.

Em 18 de dezembro de 1880 colou grau de doutor pela Faculdade de Medicina da Bahia. Durante dois anos especializou-se em anatomia patológica e clínica cirúrgica em universidades da Europa, e durante muito tempo prestou serviços de clínica médica como interno do Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Catedrático por concurso de anatomia e fisiologia patológicas a partir de 1883, foi transferido em 1890 para a cátedra de clínica cirúrgica, disciplina que lecionaria até 1913. Em 1906 instalou o serviço de cirurgia asséptica no Hospital Santa Isabel, pertencente à Santa Casa de Misericórdia, o primeiro no Norte e Nordeste do país a ter esse serviço, que reduziu sobremodo as infecções decorrentes de intervenções cirúrgicas.

Na política, exerceu o mandato de deputado estadual no período 1891-1892 e o de deputado federal pela Bahia na legislatura de 1918 a 1920. Foi senador estadual de 1913 a 1916, quando renunciou por ter sido nomeado intendente da capital. Assumiu o cargo num momento em que reinava em Salvador um clima generalizado de insatisfação, conflito e insegurança. Vários fatores contribuíram para isso, como as disputas de poder entre as diversas facções políticas; a profunda crise financeira do estado; o alto custo dos gêneros alimentícios, que contribuiu para aumentar a situação de penúria da maior parte da população; as greves, e as transformações urbanas que desalojaram grupos sociais inteiros, tudo isso agravado pelas dificuldades geradas no decorrer da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). No seu discurso de posse, ressaltou a importância do apoio da oposição para uma melhor administração pública, a necessidade de cortar as despesas urgentemente, e a adoção de um plano de construção econômica e financeira, no que mostrava sua preocupação com a dívida externa. Contudo, sua maior preocupação estava voltada para a questão educacional popular. No entanto, em decorrência dos fatos acima apontados, e por

ser um autêntico seabrista, sua administração sofreu profundas e constantes críticas das correntes anti-seabristas, que se manifestavam principalmente através das colunas do jornal *A Tarde*.

Foi sócio correspondente do Instituto do Ceará e foi também maçom pela Loja Caita União e Segredo.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 31 de outubro de 1941, aos 86 anos.

Deixou vários trabalhos científicos, inclusive em francês, destacando-se: *Contribuição ao estudo do biriberi*; *Contribuição para o estudo da patologia tropical*; *Um caso de hérnia estrangulada*; *Morte pelo clorofórmio*; *Du catheterisme retrograde*; *Sobre um processo para atingir os abscessos subdiafragmaticos do fígado*; *Laparatomias na Bahia, 1907-1908*; *Memória histórica da Faculdade de Medicina na Bahia, no ano letivo de 1907*; *Um caso de compressão cerebral por cisto sebáceo, curado pela intervenção cirúrgica*; *Contribuição a um novo tratamento biológico das perturbações neuro-sexuais "Medicamenta"*.

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: Aracati Net. Dr. Antonio Pacheco Mendes. Disponível em: <<http://aracati.net/web2/index.php?option=com>>. Acesso em: 26/2/2009; ARAGÃO, Antonio de Araújo. *Relembrando o Velho Senado Baiano. Palestra realizada no Instituto Histórico Geográfico* (1956); BULCÃO SOBRINHO, A. *Histórico*; CÂM. DEP. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/>>. Acesso em: 20/2/2009; COL. BRAS. GENEAL. *Arquivos Genealógicos*. Disponível em: <http://www.cbg.org.br/arquivos_genealogicos_m_03.html>. Acesso em: 26/2/2009; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (1923, p.489); MENDES, Antonio. *Relatório* (p.1-4); OLIVEIRA. E. *Memória* (p.351-353). *Revista do Instituto*

Histórico e Geográfico Brasileiro (263, p.77); *Revista Trimestral do Instituto do Ceará* (p.417-422);

MENDES, Sousa

*magistrado; min. STJ 1888-1890; min. STF 1891-1892.

Antônio de Sousa Mendes nasceu na província do Piauí em 1823, filho de Francisco Antônio Mendes e de Maria do Rosário de Sousa Martins.

Graduou-se em direito pela Faculdade de Olinda em 1848 e, no ano seguinte, foi nomeado juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Campo Maior e Barros, em sua província natal, iniciando assim a carreira na magistratura. Em 1854 exerceu suas funções nos termos de Oeiras e Valença, também no Piauí. Em 1857, foi nomeado juiz de direito da comarca de São Gonçalo, sendo removido, ainda no mesmo ano para Teresina e, em 1866, para Viana, no Maranhão. Em 1873 foi nomeado desembargador da Relação de Cuiabá, e no ano seguinte foi transferido para a Relação de Belém, de onde seguiu para a de Fortaleza, em 1875. Na Relação de Fortaleza, exerceu o cargo de procurador da coroa, soberania e fazenda nacional, em julho de 1880. Foi, ainda, primeiro vice-presidente da província cearense em 1885.

Nomeado ministro do Supremo Tribunal de Justiça do Império, na vaga proveniente da aposentadoria de Luís Gonzaga de Brito Guerra, barão de Açu, tomou posse em novembro 1888. Com a proclamação da República, seguiu para o Supremo Tribunal Federal (STF), corte constitucional criada em outubro de 1890, segundo o modelo da Suprema Corte norte-americana. Foi dos ministros do antigo Supremo Tribunal de Justiça do Império que seguiram para o STF e após a instalação definitiva do tribunal, em fevereiro de 1891. Permaneceu, contudo, pouco tempo na corte, sendo aposentado em maio de 1892, no contexto da reforma feita durante o governo Floriano Peixoto com o objetivo afastar os magistrados provenientes do antigo tribunal da monarquia.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 11 de dezembro de 1905.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*;
RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em:
<<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

MENDONÇA, CARNEIRO DE

*militar; rev. 1922; interv. CE 1931-1934; interv. PA 1935; interv. MA 1936; min. Trab. 1945-1946.

Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 13 de dezembro de 1894, filho de Carlos Carneiro de Mendonça e de Francisca Araújo Carneiro de Mendonça. Seu pai era médico e foi o principal auxiliar de Osvaldo Cruz durante a campanha pela erradicação da febre amarela, iniciada no governo do presidente Rodrigues Alves (1902-1906).

Concluiu o curso primário no Colégio Cruzeiro do Sul, no Rio. O prestígio de seu pai fez com que, embora filho de civil, tivesse preferência para ingressar no Colégio Militar. Coursou depois a Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, onde foi chefe do corpo de alunos. Tornou-se aspirante em abril e segundo-tenente em dezembro de 1918, passando então a integrar a Comissão de Limites Brasil-Peru até 1920. Em setembro desse ano, foi promovido a primeiro-tenente.

Participou da Revolta de 5 de Julho de 1922 juntamente com vários oficiais da Escola Militar do Realengo, sob a chefia do coronel João Maria Xavier de Brito Júnior. O movimento, que iniciou a série de revoltas tenentistas da década de 1920, irrompeu no Rio de Janeiro e em Mato Grosso em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas pelo governo Epitácio Pessoa aos militares, com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca.

Sufocada a revolta, Carneiro de Mendonça foi preso e deportado para a ilha de Fernando de Noronha, de onde seria transferido quatro anos depois para a ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo. Em abril de 1928, o juiz Sá e Albuquerque proferiu sentença condenando-o a um ano e quatro meses de reclusão, pena inferior ao tempo que já havia passado preso.

Beneficiado pela anistia decretada depois da Revolução de 1930, foi reincorporado às fileiras do Exército e promovido a capitão em novembro do mesmo ano. Filiou-se no ano seguinte ao Clube 3 de Outubro, que congregava as correntes tenentistas partidárias da manutenção e do aprofundamento das reformas instituídas pela revolução. Ainda em 1931, de junho a agosto, foi oficial de gabinete do ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro.

Em 21 de agosto de 1931, um tribunal revolucionário presidido por Osvaldo Aranha (então ministro da Justiça) o designou para substituir Manuel do Nascimento Fernandes Távora no cargo de interventor no estado do Ceará, já que as divergências entre este e a guarnição federal de Fortaleza haviam chegado a um impasse. No exercício do cargo, começou a discordar da orientação que o governo federal estava imprimindo ao processo político nacional, polarizado em torno das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Em julho de 1932, chegou a redigir uma carta de demissão a Getúlio Vargas, mas a eclosão da Revolução Constitucionalista em São Paulo fez com que retrocedesse, declarando seu apoio ao governo federal.

Superada a crise, retomou a posição anterior. Em nova carta, datada de 2 de fevereiro de 1933, expôs a Vargas seu ponto de vista “em relação à organização de um partido político-revolucionário, por intermédio do qual a revolução defenderá nas urnas a ideologia implantada pelo movimento vitorioso em outubro de 1930”. Justificando sua posição, frisava: “Alistando-me nas fileiras revolucionárias desde o movimento de 5 de julho de 1922, do qual fui o mais humilde soldado, filiei-me à corrente que intransigentemente combateu e combate a interferência dos governos na organização de partidos políticos, pois sempre considerei como dos maiores males a criação de partidos oficiais, geradores das chamadas máquinas eleitorais, corrompido aparelho sobre o qual os chefes e chefetes assentam seu prestígio político.”

Embora reconhecesse que os revolucionários se empenhavam na rearticulação partidária com objetivos renovadores, apontava semelhanças entre os processos que estavam sendo adotados e os do período anterior a 1930. Não discordava da formação de partidos, mas do modo de fazê-lo, pois entendia que “a organização e direção dos mesmos cabem a elementos revolucionários que não disponham, no momento, de cargos de mando, para que a liberdade se exercite em toda a sua plenitude”. Declarava-se ainda convicto de que “a melhor propaganda para a revolução é agirem seus delegados — os interventores —, bem como as autoridades em geral, administrando alheados da política, para que o povo, livre da pressão fácil, constatando a justiça do atual regime, por um rápido exame, escolha entre o passado e o presente”.

O governo federal, entretanto, encarregava os interventores de organizar as bases partidárias em seus estados. Em função dessa divergência, Carneiro de Mendonça deixou

definitivamente a interventoria do Ceará no dia 28 de agosto de 1934. Promovido a major em setembro, serviu como oficial de gabinete do ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, de outubro de 1934 a abril de 1935. Em seguida, foi encarregado por Vargas de solucionar a crise política no estado do Pará.

Nesse estado, o interventor, major Joaquim de Magalhães Barata, tentava se eleger governador com o apoio do Partido Liberal. Realizadas as eleições, situação e oposição proclamaram a vitória de seus candidatos. Diante do impasse, o Tribunal Superior Eleitoral requereu ao governo federal a indicação de um novo interventor. Carneiro de Mendonça tomou posse no cargo em 12 de abril de 1935, e oito dias depois enviou um telegrama urgente a Vargas informando que havia conseguido que o candidato da oposição, Mário Chermont, apoiasse José Carneiro da Gama Malcher, que pouco depois foi eleito governador com o apoio integral das forças oposicionistas, da Frente Única Paraense e das dissidências oligárquicas. Afinal, em 4 de maio Gama Malcher tomou posse como governador.

Em 14 de junho de 1936 Carneiro de Mendonça voltou a assumir o cargo de interventor, agora no estado do Maranhão, que também vivia uma crise política que levava à queda do governador Aquiles de Faria Lisboa. A União Republicana, partido de oposição, conquistara a maioria na Assembleia Legislativa e promulgara unilateralmente a Constituição estadual em novembro de 1935. Depois de conseguir um acordo com os grupos dirigentes, em agosto de 1936 Carneiro de Mendonça transmitiu a chefia do Executivo estadual a Paulo Martins de Sousa Ramos, eleito pela Assembleia Legislativa maranhense naquele mesmo mês.

Em dezembro ainda de 1936, foi delegado plenipotenciário do Brasil à Conferência Interamericana de Paz, realizada em Buenos Aires. Reformado no posto de major em março de 1937, assumiu a direção da Carteira de Redescostos do Banco do Brasil, da qual se exonerou em 1944, solidário com Osvaldo Aranha, vice-presidente da Sociedade Amigos da América, então fechada por Vargas. Durante esse período, assumiu interinamente a presidência do banco entre 5 de outubro e 27 de novembro de 1940.

Com a deposição de Vargas (29/10/1945) e a posse em seu lugar do presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, Carneiro de Mendonça foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante sua gestão, tomou várias iniciativas no sentido de

transformar as leis trabalhistas: transformou a Câmara de Previdência Social do Conselho Nacional do Trabalho em Conselho Superior de Previdência Social, converteu o Departamento de Previdência Social em Departamento Nacional de Previdência Social e reorganizou o Departamento Nacional de Propriedade Industrial. Criou a Comissão Nacional de Sindicalização, englobando as comissões de enquadramento sindical, técnica de orientação sindical e do imposto sindical, e alterou dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho referentes à organização sindical, tentando inclusive, entre outras medidas, estabelecer o pluralismo sindical, o que não se concretizou devido à forte resistência dos setores trabalhistas.

Ainda em 1945, Carneiro de Mendonça apoiou o candidato da União Democrática Nacional (UDN) à presidência da República, brigadeiro Eduardo Gomes, associando-se assim a antigetulistas de todos os matizes. Entretanto, o brigadeiro Eduardo Gomes foi derrotado pelo marechal Eurico Dutra e, com a posse deste (31/1/1946), Carneiro de Mendonça deixou o ministério.

Faleceu no Rio de Janeiro em 12 de abril de 1946.

Renato Lemos

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; CNI *Notícias*; CORRESP. GOV. EST. PA; CORRESP. MIN. TRAB.; *Cronologia da Assembléia*; *Documentário foto-biográfico*; *Encic. Mirador*; *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos* (1945); *Jornal do Comércio*, Rio; LIMA, J. *Como*; MEIRELES, M. *História*; MONTEIRO, F. *Banco*; MONTEIRO, F. *Discurso*; MUSEU DO BANCO DO BRASIL; PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1945; TÁVORA, J. *Vida*.

MENDONÇA, DEODORO DE

*dep. fed. PA 1929-1930 e 1935-1937; const. 1946; dep. fed. PA 1946-1963.

Deodoro Machado de Mendonça nasceu no sítio Santa Clara, em Cametá (PA), no dia 23 de agosto de 1889, filho do coronel Basílio Lopes Correia de Mendonça e de Lídia Machado de Mendonça.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e cursou o secundário nos ginásios Pais de Carvalho e Paraense, em Belém. Ingressou a seguir na Faculdade de Direito do Pará, cujo Centro Acadêmico presidiu, bacharelando-se em 1912.

Ainda nesse ano ingressou na política como chefe de gabinete do intendente (cargo correspondente ao de atual prefeito) de Belém, Virgílio Martins Lopes de Mendonça, seu tio. Eleito intendente de Cametá em 1923, foi secretário-geral do estado do Pará durante os governos de Antônio Emiliano de Sousa Castro (1921-1925), de Dionísio Bentes (1925-1929) e de Eurico de Freitas Vale (1929-1930).

Eleito suplente de deputado federal pelo Pará no pleito de 1927, assumiu o mandato em maio de 1929 e concluiu-o ao final da legislatura, em dezembro de 1929. Em março de 1930 foi eleito deputado federal e voltou à Câmara dos Deputados, mas teve o mandato suspenso com o advento da Revolução de 1930. Passou então a dedicar-se à extração e ao comércio de castanhas.

Preso em 1932 durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, elegeu-se mais uma vez deputado federal pelo Pará no pleito de outubro de 1934 na legenda da Frente Única Paraense. Assumiu o mandato em maio do ano seguinte e pouco depois criou a União Popular, para fazer frente ao Partido Liberal. Foi delegado de seu novo partido em abril de 1937, na convenção de lançamento da candidatura de José Américo de Almeida à presidência da República no pleito previsto para 1938, mas, com o advento do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, a situação mudou: seu mandato foi novamente interrompido, as eleições foram suspensas e os partidos foram extintos.

Após vencer a resistência de Getúlio Vargas ao seu nome, segundo Ricardo Borges, ocupou o cargo de secretário-geral do governo paraense a convite do interventor José Carneiro da Gama Malcher (1937-1943), integrando a Comissão de Estudos Econômicos, criada por Malcher como órgão consultivo. Atuou também ao lado deste na reunião dos interventores

da I Região Geoeconômica (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí), realizada em Belém.

Com a desagregação do Estado Novo, elegeu-se no pleito de dezembro de 1945 deputado a Assembleia Nacional Constituinte, na legenda do Partido Popular Sindicalista (PPS), do qual foi um dos fundadores. Assumindo o mandato em março do ano seguinte, participou dos trabalhos constituintes como membro da subcomissão “Da discriminação de rendas”, da Comissão de Constituição, encarregada de redigir o anteprojeto da Constituição. Com a promulgação da nova Carta (18/9/1946) e a transformação da Constituinte em Congresso ordinário, continuou a exercer o mandato, integrando as comissões de Finanças, Especial de Valorização da Amazônia, Especial de Leis Complementares da Constituição e Mista de Leis Complementares.

No pleito de outubro de 1950 elegeu-se deputado federal pelo Pará na legenda da Coligação Democrática Paraense, constituída pelo Partido Social Progressista (PSP), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL) e o Partido Social Trabalhista (PST). Na nova legislatura tornou-se líder do PSP na Câmara em 1952. Reeleito em outubro de 1954, assumiu a vice-liderança de seu partido na Câmara a partir de abril de 1957. Novamente eleito na mesma legenda em outubro de 1958, concluiu o mandato em janeiro de 1963. Considerado como o “decano dos deputados”, aposentou-se em 1964, não mais voltando a concorrer a cargos legislativos.

Diretor de *O Estado do Pará* e do *Jornal do Comércio*, foi membro da Academia Paraense de Letras e seu presidente por vários anos, além de membro do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais e do Instituto dos Advogados. Promotor público, exerceu ainda a função de professor catedrático de história da civilização na Escola Normal do Pará.

Faleceu em Belém no dia 16 de agosto de 1968.

Publicou *Pelo Tocantins paraense* (viagens) e *Problemas do Tocantins*.

FONTES: ARQ. NAC. *Relação* (2); *Boletim Min. Trab.* (5/1936); BORGES, R. *Vultos*; CÂM. DEP. *Anais* (1960-1); CÂM. DEP. *Deputados*; CÂM. DEP. *Relação dos dep.*; CÂM. DEP. *Relação nominal dos senhores*; CISNEIROS, A. *Parlamentares*; *Correio do*

Povo (30/12/1930); CORTÉS, C. *Homens*; CRUZ, E. *História do Pará*; *Diário de Notícias*, Rio (26/5/1937); *Diário do Congresso Nacional*; *Estado de S. Paulo* (19/9/1976); FREIRE, G. *Ordem*; *Grande encic. Delta*; *Personalidades*; ROQUE, C. *Grande*; SILVA, G. *Constituinte*.

MENDONÇA, José de Barros Wanderley de

*dep. fed. AL 1903-1905.

José de Barros Wanderley de Mendonça nasceu em Porto Calvo (AL) no dia 27 de agosto de 1868.

Engenheiro, exerceu suas atividades profissionais na Estrada de Ferro de Caruaru (PE), na Estrada de Ferro da Bahia, na Estrada de Ferro de Ribeirão (PE) e na Estrada de Ferro de Maceió a Leopoldina (AL). Ainda no Império, foi deputado provincial em Alagoas na legislatura de 1870 a 1871, eleito pelo 1º distrito.

Proclamada a República pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, aderiu ao novo regime e foi eleito deputado estadual para a legislatura de 1895 a 1896. Foi intendente de Maceió de 1901 a 1903, e nesse último ano foi eleito deputado federal por seu estado natal. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1903, exerceu o mandato até dezembro de 1905, quando se encerrou a legislatura.

Foi ainda membro do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MENDONÇA, Lúcio de

*magistrado; min. STF 1895-1907.

Lúcio de Mendonça nasceu em Piraí, província do Rio de Janeiro, no dia 10 de março de 1854, filho de Salvador Furtado de Mendonça e de Amália de Meneses Drumond de Mendonça.

Graduou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo em novembro de 1877 e ainda nesse mesmo ano iniciou a carreira como promotor público de Itaboraí, no Rio de Janeiro. No ano seguinte, foi transferido para São Gonçalo de Sapucaí, em Minas Gerais, onde esteve até 1885. Nesse ano mudou-se para Valença, na província fluminense, instalando banca de advocacia e colaborando em jornais da cidade, ocasião em que se mostrou adepto das idéias republicanas e positivistas. Fundou o Clube Republicano de Valença, a exemplo do que já fizera em Minas Gerais, instalando clubes republicanos nas comarcas onde atuava como promotor.

Em 1888, transferiu-se para a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império. Proclamado o regime republicano em 15 de novembro de 1889, foi nomeado secretário do ministro da Justiça, cargo no qual se dedicava ao exercício de funções burocráticas e de que foi exonerado, a pedido, em janeiro do ano seguinte, por haver sido nomeado curador das massas falidas da capital federal. Em fevereiro de 1891 foi nomeado diretor-geral da Secretaria da Justiça e aí permaneceu até março de 1895, data em que foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em substituição a Afonso Augusto Moreira Pena, que não aceitou a nomeação. Tomou posse em abril do mesmo ano, sendo o primeiro ministro do STF nomeado pelo presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Exerceu a função de procurador-geral da República em 1897, quando o ocupante do cargo era escolhido entre os membros do STF.

Um dos idealizadores da Academia Brasileira de Letras, ajudou a fundar entidade em 1897, junto com outros intelectuais de seu tempo. Atribui-se a ele a atuação de bastidores junto aos órgãos do governo republicano a fim de obter apoio para a instalação da Academia, fato que lhe valeu ser referido entre os confrades como “O fundador”. Ocupou a cadeira 11,

para a qual escolheu como patrono o poeta romântico Fagundes Varela.

Foi o relator do pedido de *habeas corpus* impetrado em 1907 por dom Luís de Orleans e Bragança, neto do imperador deposto em 1889, que pretendia, em viagem que fazia aos países platinos, desembarcar no Rio de Janeiro, não obstante proibição expressa do governo federal. Tal proibição se dera pelo temor de que a presença do herdeiro do trono brasileiro pudesse inflamar a facção restauradora ainda viva e ser causa de desordem pública. Lúcio de Mendonça decidiu não conceder a ordem ao impetrante, sob o argumento de que o decreto de banimento da família real não fora derogado pela Constituição de 1891. Com isso, dom Luís não pôde desembarcar no Rio de Janeiro, sendo saudado no convés do navio em que viajava por simpatizantes da restauração capitaneados pelo conselheiro Lafaiete. Apenas os ministros Alberto Torres e Amaro Cavalcanti julgaram favoravelmente às pretensões do príncipe.

Foi aposentado como ministro do STF em outubro de 1907.

Sua obra foi vasta. Entre poemas, contos e romances, publicou: *Névoas matutinas* (1872); *Alvoradas* (1875); *Visão do abismo* (1888); *O escândalo* e *Esboços e perfis* (1889); *Lições de política positiva, conferências* (1893); *Canções de outono* (1896); *Horas do bom tempo* (1901) e *Murmúrios e clamores* (1902), além da coletânea de trabalhos realizados no campo do direito intitulada *Páginas jurídicas, estudos, pareceres e decisões* (1903).

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 23 de novembro de 1909.

Foi casado com Anita Sussekind de Mendonça.

Eduardo Junqueira

FONTES: MATTOSO, P. *Supremo Tribunal*; MELLO FILHO, J. *Notas*; RODRIGUES, L. *História*; SUP. TRIB. FED. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/ministros>>

MENDONÇA, Manuel Messias de

*militar; junta gov. SE 1924.

Manuel Messias de Mendonça nasceu no ano de 1894.

Foi militar e lutou nas rebeliões tenentistas de Sergipe na década de 1920.

Em julho de 1924, com o posto de segundo-tenente, era o intendente do 28º Batalhão de Caçadores (28º BC) sediado em Aracaju e o responsável pelo depósito de munições da unidade. Com a eclosão da Revolta de 5 de Julho de 1924 em São Paulo, iniciaram-se em Sergipe articulações de solidariedade aos insurretos que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, ocuparam a capital paulista. Diante da perspectiva de requisição da guarnição sergipana pelo governo federal para a repressão aos rebeldes no Sul e da impossibilidade de adesão em São Paulo, João Soarino de Melo, Eurípedes Esteves Lima e Augusto Maynard Gomes, líderes do movimento militar opositor à Primeira República em Sergipe, aceleraram o movimento rebelde no 28º BC. Os três tornaram-se líderes do movimento, acertando sua deflagração para a madrugada do dia 13 de julho. Para tanto, conseguiram a adesão de Manuel Messias de Mendonça, que nesse momento tornou-se um dos líderes do movimento, e assumiram o controle do quartel.

Desmembrado em três companhias comandadas pelos líderes do levante, o contingente do 28º BC tomou o palácio do governo, depondo o presidente do estado, Maurício Gracco Cardoso (1922-1926). A junta que assumiu a chefia do Executivo estadual era composta pelo segundo-tenente Manuel Messias de Mendonça, pelo capitão Eurípedes Esteves de Lima, pelo primeiro-tenente Augusto Maynard Gomes e o também primeiro-tenente João Soarino de Melo. Em seguida, ocuparam os principais postos estratégicos da capital, fizeram uma proclamação à população explicando seus motivos e organizaram a defesa dos espaços tomados. Contudo, o movimento foi derrotado 21 dias depois pelas tropas federais lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria.

Tentando fugir, Manuel Messias de Mendonça foi preso em 9 de agosto, em uma estação de trem na cidade de Laranjeiras (SE). Ficou detido em Aracaju e com o decorrer

do processo, teve sua prisão relaxada. Maynard Gomes, preso em São Paulo e transferido para Sergipe, continuou liderando o movimento rebelde de oposição ao governo e com a passagem da Coluna Prestes pelos estados do Norte, a força dos oposicionistas aumentou.

Em 18 de janeiro de 1926, Maynard Gomes fugiu da prisão e deu início a um novo movimento, novamente liderando-o ao lado dos antigos companheiros. Voltaram a assumir o governo do estado por algumas horas. Nessa nova revolta, Manuel Messias de Mendonça teve uma atuação mais discreta do que a dos outros líderes rebeldes Maynard Gomes, Eurípedes Esteves de Lima e João Soarino de Melo. Mesmo assim, quando o movimento foi dominado em cerca de quatro horas depois de seu início, tendo as tropas governistas novamente sendo lideradas pelo general Marçal Nonato de Faria, foi preso e transferido com os outros envolvidos para a Ilha da Trindade, no litoral do Espírito Santo.

Com a posse do presidente Washington Luís (1926-1930), em 15 de novembro de 1926, foi revogado o estado de sítio presente em quase todo o governo de Artur Bernardes (1922-1926), sendo assim transferido, ao lado dos outros líderes rebeldes, para Aracaju em setembro de 1927.

Recebidos com grande aclamação popular, Manuel Messias de Mendonça, João Soarino de Melo, Eurípedes Esteves de Lima e Maynard Gomes, os líderes do movimento rebelde, foram julgados em 1928 e condenados em primeira instância a dez anos de prisão, obtendo depois redução da pena no Supremo Tribunal Federal para dois anos. Julgados novamente em 1929 — agora pelo levante de 1926 — foram condenados a um ano e quatro meses de reclusão, tempo inferior ao período já cumprido na prisão.

Ainda sem a liberdade garantida, Manuel Messias de Mendonça foi um dos que apoiaram a Revolução de 1930 em Sergipe.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BELOCH, I.; ABREU, A. *Dicionário*; DANTAS, J. *História*; DANTAS, J. *Tenentismo*.

MENESES, Ajuricaba de

*dep. fed. AM 1926-1929.

Ajuricaba Aprício de Meneses candidatou-se a deputado federal pelo estado do Amazonas em 1924, mas não foi eleito. Em 1926, ao lado de Joaquim Tanajura, médico e posteriormente prefeito de Manaus, e do vereador Júlio Verne, entre outros, participou da inauguração da sala de cinema O Popular, em Manaus, pertencente à empresa J. Fontenelle & Cia., de propriedade de Jonas Fontenelle.

Estando em curso a legislatura 1924-1926, em 11 de outubro de 1926 assumiu uma cadeira de deputado federal pelo Amazonas na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, com mandato até 31 de dezembro seguinte. No início de 1927 foi reeleito para a legislatura 1927-1929. Em 1928 abriu seu próprio cinema, o Ideal Cine-Teatro, no bairro de Aparecida, em Manaus. Deixou a Câmara em 31 de dezembro de 1929, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Jus Brasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1836375/dou-secao-1-28-02-1924-pg-24>>.

Acesso em: 16/2/2011, 17/3/2011; Skyscrapercity. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1253403&page=7>>. Acesso em: 16/2/2011, 17/3/2011.

MENESES, Alexandre Stocler Pinto de

*const. 1891; dep. fed. MG 1891-1893.

Alexandre Stocler Pinto de Meneses nasceu em Campanha, na então província de Minas Gerais, em 4 de setembro de 1863, filho de Alexandre Pinto de Meneses, fazendeiro, e de Maria Elvira Garção Stocler.

Fez os preparatórios no curso anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, e graduou-se em 1887 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ativista dos ideários abolicionista e republicano, foi atuante em reuniões estudantis em seu tempo de faculdade e em concentrações políticas promovidas por Silva Jardim, Lopes Trovão e Quintino Bocaiúva. Atuou também na propaganda republicana.

Proclamada a República e convocadas eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado por Minas Gerais em 15 de setembro de 1890 e tomou posse em 15 de novembro seguinte. Após a promulgação da Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou em maio a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893, voltando-se principalmente para problemas da pequena e grande lavoura. Foi também um dos defensores da mudança da capital mineira de Ouro Preto para a localidade de Curral Del Rei, hoje Belo Horizonte, em dezembro de 1893.

Como médico, clinicou em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. Morreu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 2 de junho de 1934.

Foi casado com a escritora Albertina Berta, filha do conselheiro Lafayette Rodrigues Pereira.

Vanessa Lana

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; MONTEIRO, N. *Dicionário*; SENNA, L. *Médicos*.

MENESES, João

*dep. fed. SE 1918-1920.

João Meneses nasceu no engenho Cabral, nas proximidades de Japarutaba (SE), em 11 de outubro de 1866, filho de Jorge Palatem de Meneses e de Eusébia do Espírito Santo. Educado pelo tio, coronel João Nepomuceno de Meneses, e pelo padrinho de batismo, coronel de José de Barros Acióli de Meneses, começou a trabalhar ainda muito jovem, como tipógrafo em Aracaju. Fez os estudos preparatórios em Salvador, mas não prosseguiu os estudos superiores. Na capital baiana, começou a atuar na imprensa em 1887. Colaborou no *Jornal do Povo* e na *Gazeta da Tarde*, este último um órgão republicano e abolicionista para o qual escreveu uma série de versos humorísticos intitulada “Bródio dos estudantes”, com o pseudônimo de Lisandro.

Com a proclamação da República ingressou na política, eleito deputado estadual em Sergipe no pleito de 1891. Participou da primeira Assembleia Estadual Constituinte sergipana, dissolvida juntamente com a derrubada do presidente estadual Vicente Ribeiro. Após esses acontecimentos, residiu durante um curto período no Rio de Janeiro, tendo nesse momento ingressado no quadro de funcionários da prefeitura do Distrito Federal. Pediu exoneração do cargo que ocupava e disputou, com sucesso, uma vaga na Assembleia Legislativa de Sergipe para o período de 1892-1894. Reeleito, cumpriu mais um mandato de deputado estadual, entre 1894-1896. Aliado do então presidente sergipano, coronel Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, dele recebeu a indicação para diretor do *Diário Oficial* do estado. No segundo período administrativo de Oliveira Valadão (1914-1918), ocupou o posto de diretor da Secretaria Geral do Estado, sendo aposentado por decreto de 29 de outubro de 1917.

Eleito deputado federal por Sergipe, representou seu estado na Câmara dos Deputados entre 1918 e 1920.

Faleceu em Aracaju no dia 18 de outubro de 1924.

Sérgio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

MENESES, José Raimundo Teles de

*dep. fed. MG 1897-1899.

José Raimundo Teles de Meneses nasceu em Santo Amaro (BA) no dia 15 de setembro de 1859, filho de José Teles de Meneses e de Ursulina Muniz Fiúza.

Médico diplomado em 1883 pela Faculdade de Medicina da Bahia, fixou-se em Minas Gerais e ingressou na política em 1897, quando foi eleito deputado federal por esse estado. Tomou posse na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse mesmo ano e exerceu o mandato até 1899. Voltou a exercer novo mandato eletivo em 1905, quando foi eleito vereador em Diamantina (MG).

Foi ainda professor em Diamantina e provedor do Hospital Nossa Senhora da Saúde. Em Belo Horizonte foi diretor da Escola de Reforma Alfredo Pinto e médico do Juizado de Menores.

Faleceu em Belo Horizonte no dia 13 de setembro de 1942.

Era casado com Ana Teles de Meneses.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 161); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 423).

MENESES, Josino

*gov. SE 1902-1905; dep. fed. SE 1907-1909.

Josino Odorico de Meneses nasceu na cidade de Laranjeiras (SE) em 17 de janeiro de 1866, filho de Joaquim Anastácio de Meneses e de Francelina Meneses.

Fez os estudos primários em sua cidade natal e os preparatórios em Aracaju. Concluiu bacharelado em farmácia pela Faculdade de Medicina de Salvador, em 1886. Enquanto acadêmico se interessou pelas idéias científicas e evolucionistas que circulavam no final do século XIX e entrou em contato com a filosofia de Tobias Barreto. Regressando a Laranjeiras logo depois de formado, montou a Farmácia Americana. Motivado pelo abolicionismo e o republicanismo, participou da imprensa local, primeiro como colunista do jornal *O Horizonte*, e depois como fundador dos jornais *O Laranjeirense* e *O Republicano*. Mudou-se em 1888 para Penedo, cidade localizada ao norte do estado de Sergipe, onde abriu uma nova farmácia. Fundou o Clube Republicano daquela cidade, além de continuar ativo no jornalismo político. Assinou a coluna republicana do jornal *União Liberal*, publicado em Propriá, e foi também redator dos jornais *Sul de Alagoas*, *O Democrata* e *Tribuna Popular*.

Com o advento da República, ingressou definitivamente na política e exerceu diversos cargos públicos. Foi intendente municipal em Penedo (1890-1891), diretor da Biblioteca Pública de Sergipe (1890), Secretário da Seção de Estatística Comercial de Sergipe (1891-1893). Eleito deputado estadual para a legislatura 1893-1894, tornou-se vice-presidente da Assembleia Legislativa e em seguida obteve um segundo mandato, para a legislatura 1894-1896. Ingressou então no funcionalismo do Ministério da Fazenda, afastando-se dos cargos eletivos e de confiança anteriormente exercidos. Escriurário das Alfândegas de Uruguaiana, Penedo e Aracaju, trabalhou também como delegado fiscal da Bahia e escriurário da Recebedoria Federal do Rio de Janeiro.

Regressando à atividade política na administração do monsenhor Olímpio de Sousa Campos (1899-1902), líder do Partido Republicano Sergipense (PRS) e representante da fração mais conservadora da oligarquia local, consolidada no poder durante presidência de Campos Sales, exerceu o cargo de secretário-geral dos Negócios Públicos. Indicado por Olímpio Campos para seu sucessor, sua eleição, no entanto, desagradou a antigos correligionários do monsenhor, como Leandro Maciel e José Luís Coelho e Campos, que criaram o jornal *O Momento* e passaram a fazer campanha contra o predomínio do olimpismo. Empossado no governo de Sergipe em 24 de outubro de 1902, mostrou-se leal ao seu chefe político e deu continuidade às obras iniciadas no governo anterior. Entre as suas iniciativas teve destaque a criação do Banco de Sergipe (1905). As maiores

dificuldades enfrentadas em seu período administrativo estiveram na área da saúde, tendo ocorrido surtos de varíola e peste bubônica.

Candidato ao Senado em 1905, apesar de vitorioso, não foi reconhecido. Essa circunstância viria a favorecer o concorrente, José Luís Coelho e Campos, naquele momento rompido com Olímpio Campos. Apesar do fortalecimento da oposição, Josino de Meneses teve como sucessor no governo sergipano o desembargador Guilherme Campos, irmão mais velho do monsenhor e seu preposto político. O descontentamento com essa sucessão radicalizou a oposição, que criou o Partido Progressista (PP) e levou adiante uma revolta armada que derrubou Guilherme Campos em agosto de 1906. O prestígio do olimpismo junto ao governo federal fez o presidente Rodrigues Alves intervir em Sergipe para reprimir os revoltosos. Na retomada do palácio do governo, a resistência do deputado progressista Fausto Cardoso o levaria à morte. Meses depois, Olímpio Campos seria assassinado pelos filhos de Fausto Cardoso, que o consideraram responsável pela morte do pai.

Com a abertura da vaga de Fausto Cardoso na Câmara dos Deputados, Josino Meneses foi eleito deputado federal e foi diplomado em maio de 1907. Concluído o mandato em dezembro de 1908, afastou-se da política. Voltou para o quadro de funcionários do Ministério da Fazenda, nele encerrando suas atividades profissionais.

Obteve o título de bacharel em ciências jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 1916, após ter cursado os três primeiros anos na Faculdade de Direito do Recife.

Sérgio Montalvão

FONTES: BITTENCOURT, L. *Sergipanos*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; SOUZA, T. *Impasses*.

MENESES, Manuel Ribeiro Barreto de

*junta gov. AL 1889 e 1891.

Manuel Ribeiro Barreto de Meneses fez parte da junta governativa instalada em Alagoas no dia 18 de novembro de 1889, três dias após a proclamação da República. A junta, presidida pelo major Aureliano Augusto de Azevedo Pedra, e integrada ainda pelo também major Ricardo Brennand Monteiro, respondeu pelo governo de Alagoas até o dia 21 seguinte, quando tomou posse o governador provisório Tibúrcio Valeriano de Araújo. Voltou a integrar outra junta governativa em 23 de novembro de 1891, em substituição ao governador Manuel de Araújo Góis. Essa junta era composta ainda por dois militares, o tenente-coronel José Correia Teles e o capitão Carlos Jorge Calheiros de Lima, e pelo civil Jacinto de Assunção Pais de Mendonça Castelo Branco. No dia 28 seguinte, a junta passou o governo a Manuel Gomes Ribeiro, barão de Traipu.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

MENESES, Siqueira

*militar; junta gov. SE 1889; pres. SE 1911-1914; sen. SE 1915-1923.

Antônio José de Siqueira Meneses nasceu em São Cristóvão, antiga capital da província de Sergipe, no dia 7 de dezembro de 1852, filho de Manuel Tavares de Meneses Andrade e de Ana Maria de Siqueira.

Frequentou o primário e parte do secundário em sua cidade natal, completando-o em Laranjeiras (SE), onde começou a se preparar nas matérias do curso de humanidades que iria continuar em Aracaju. Iniciou a carreira militar aos 18 anos de idade, quando sentou praça no Exército em 12 de dezembro de 1870, chegando a cadete um ano depois. Em 1874 inscreveu-se no curso superior da Escola Militar da Corte. Nomeado alferes em 1876, no ano seguinte atingiu o posto de segundo-tenente do Regimento Militar de Artilharia. Completou o curso de engenharia militar em 1878 e foi promovido a tenente. Depois de um ano no posto, passou a capitão. Acumulou, entre 1881 e 1885, as funções de ajudante de ordens da presidência e de encarregado das obras militares da província de Sergipe, prosseguindo na primeira por mais seis anos.

Teve a sua primeira experiência política na transição da monarquia para a República, participando das juntas de governo de Sergipe entre 15 de novembro e 13 de dezembro de 1889. No primeiro triunvirato, teve a seu lado o tenente-coronel Antônio de Siqueira Horta e o major Antônio Dinis Dantas de Melo. No segundo, dividiu o comando do Executivo estadual com o coronel Vicente Luís de Oliveira Ribeiro e Baltasar de Góis, até a nomeação de Felisbello Freire pelo presidente Deodoro da Fonseca.

Depois dessa breve passagem pela vida pública, retomou as atividades militares. Foi nomeado, em 1891, diretor das obras militares da Bahia. No decorrer do ano tornou-se comandante interino do 1º Batalhão de Engenharia desse estado. Em 1892, promovido tenente-coronel, assumiu o comando da Escola Militar do Ceará. Em 1897, tornou-se chefe da comissão de engenharia que serviu na Guerra de Canudos. Sua participação no confronto armado entre o Exército e os seguidores de Antônio Conselheiro valeu-lhe uma citação no

livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, na parte 6 (O assalto) do capítulo Quarta Expedição, em que o escritor narra os episódios da ação comandada pelo general Savaget.

Em 1898, Siqueira Meneses alcançou o posto de coronel. No ano seguinte serviu como chefe da 3ª Seção da Repartição do Estado-Maior do Exército e, logo depois, no comando do 3º Distrito Militar. Em 1902, passou a delegado militar do Estado-Maior junto ao comando do 3º Distrito da Bahia. Por indicação do Exército, em 1904, após a assinatura do decreto que organizou o território do Acre, incorporado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis em novembro de 1903, foi nomeado prefeito de Alto Purus. Nessa região, fundou a cidade de Sena Madureira, assim batizada em homenagem ao coronel Antônio Sena Madureira, ex-combatente da Guerra do Paraguai. Voltou à Bahia em 1905, mas pouco depois seguiu para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, indicado para o comando da Brigada Militar da capital da República. Encerrou a carreira militar como general de brigada.

Em 1911, favorecido pela “política das salvações” do marechal Hermes da Fonseca, presidente da República de 1910 a 1914, Siqueira Meneses foi eleito presidente de Sergipe na mais disputada das eleições nacionais da Primeira República até aquele momento, obtendo 57,9% dos votos e superando a chapa formada por Rui Barbosa e Albuquerque Lins. Em Sergipe, a “política das salvações” interrompeu o predomínio do “olimpismo”, no poder desde 1899, quando o monsenhor Olímpio Campos venceu as eleições para a presidência estadual e, durante 11 anos, mesmo depois de seu falecimento em 1906, estabeleceu o continuísmo do Partido Republicano Sergipense (PRS), só encerrado no governo de José Rodrigues da Costa Dória (1909-1911). Nesse contexto, empossado em 24 de outubro de 1911, Siqueira Meneses governou procurando manter-se distante das facções políticas, pró e contra o “olimpismo”, ao mesmo tempo em que reprimia toda e qualquer manifestação pública.

Nos primeiros dois anos de governo enfrentou um violento surto de varíola, que afetou principalmente as cidades de Laranjeiras, Propriá, Itabaiana, Riachuelo e Aracaju, deixando registrados 740 óbitos. Apresentou um extenso programa de obras públicas, incluindo o

saneamento da capital, serviços de água e iluminação elétrica, construção de prédios, pontes, represas e açudes. Contraiu para tanto dois empréstimos, que totalizaram 10,5 mil contos de réis, mas não entregou ao final do seu triênio a maior parte do que havia prometido. Reformou a Constituição estadual e, entre as alterações promovidas, ampliou o mandato dos governadores sergipanos de três para quatro anos.

O governo de Siqueira Meneses alterou o rumo político de Sergipe e permitiu o retorno de Manuel de Oliveira Valadão, figura de importância na década de 1890, quando foi presidente do estado, depois marginalizada pela ascensão de Olímpio Campos. Filiado ao PRC e prestigiado junto a Pinheiro Machado, o general Valadão, após breve interinidade de Pedro Freire de Carvalho, sucedeu a Siqueira Meneses em 24 de outubro de 1914, num acordo que permitiu a entrada deste último no Senado da República, com um mandato de nove anos, encerrado em 1923.

Faleceu em Salvador no dia 6 de fevereiro de 1931.

Sérgio Montalvão/Gabriel Machado

FONTES: CARVALHO, J. *Três*; CARVALHO, M. *Crise*; CUNHA, E. *Sertões*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

MESQUITA, Elpídio Pereira de

*dep. fed. BA 1906-1911 e 1915-1920.

Elpídio Pereira de Mesquita nasceu em Monte Alto (BA) no dia 20 de setembro de 1857, filho de João Pereira de Mesquita e de Adélia Carolina de Freitas.

Em 1882 diplomou-se pela Faculdade de Direito do Recife e dois anos depois foi eleito deputado provincial na Bahia para a legislatura 1884-1885. Liberal e abolicionista, participou ativamente da campanha pela abolição da escravidão, publicando artigos na imprensa, principalmente no *Diário da Bahia*, e proferindo discursos em comícios populares.

Já na República, foi eleito deputado federal para as legislaturas 1906-1908 e 1909-1911, e em decorrência mudou-se para a cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Tendo perdido as eleições para a legislatura 1912-1914, retornou à Câmara dos Deputados nos períodos 1915-1917 e 1918-1920. Foi autor dos decretos que organizaram o setor jurídico da Marinha, na capital federal. Nos últimos anos de sua vida, radicou-se no Rio de Janeiro e passou a exercer a advocacia. Faleceu no dia 29 de outubro de 1926.

Deixou dois trabalhos de cunho historiográfico importantes: *Africanos livres* (coletânea de artigos editoriais que publicou no *Diário da Bahia* tratando da aplicação da lei de 7 de fevereiro de 1881, editada em 1887) e *Aspectos de um problema econômico. Navegação e colonização na Bahia* (1909). Esta última obra foi dedicada a José Marcelino de Sousa e João Ferreira de Araújo Pinho, governadores da Bahia que trataram desses problemas.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BEVILAQUA, C. *História* (v.I); BLAKE, A. *Diccionário* (v.2); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (263, p.55-86); *Diário da Bahia*. Perde a Bahia um dos seus filhos mais ilustres, Dr. Elpídio Mesquita; O enterro do Dr. Elpídio Mesquita (30, 31/10/1926); *Diário Oficial do Estado da Bahia* (1923, p.

488); *Imparcial*. Faleceu no Rio o Dr. Elpídio Mesquita (30/10/1926);
MESQUITA, E. *Aspectos*; NOGUEIRA, O.; FIRMO J. *Parlamentares*.

MESQUITA, Joaquim Teixeira de

*sen. ES 1927-1928.

Joaquim Teixeira de Mesquita nasceu a 6 de dezembro de 1853 em Barra do Piraí (RJ), filho de Camilo Teixeira de Mesquita e de Ana Teixeira de Mesquita, modestos proprietários rurais.

Fez seus primeiros estudos no município natal e os preparatórios em Nova Friburgo (RJ), no famoso colégio mantido pelo barão de Tautphoeus, que o recebeu como bolsista. Em seguida, cursou a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, dando aulas particulares e, a partir do terceiro ano, trabalhando como interno do Hospital da Polícia e, depois, do Hospital Central da Marinha. Diplomado em 1878, passou a clinicar no Turvo de Piraí e, em seguida, em Barra Mansa (RJ), onde foi um dos fundadores do Clube Republicano local.

Após a proclamação da República (15/11/1889), foi membro do governo municipal de Barra Mansa, que chegou a presidir. Pertencia ao grupo político do governador Francisco Portela e, quando este caiu em dezembro de 1891 diante de uma revolta contra os partidários de Deodoro da Fonseca, também deixou o cargo. Em 1893, transferiu-se para Cachoeiro de Itapemirim (ES), onde exerceu a medicina, conquistando excelente reputação. Em 1904 foi eleito membro do governo municipal de Cachoeiro pelo Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA), governista, com mandato até 1908. Fazia parte do grupo político de José Gomes Pinheiro Júnior, que em 1908 se opôs à candidatura de Jerônimo Monteiro à presidência do estado, e passou à oposição, na qual atuou até 1920. Durante todo esse período, ficou afastado dos cargos políticos. Pinheiro Júnior voltou ao poder estadual após a crise sucessória ao final do governo de Bernardino Monteiro (1916-1920), na qual Jerônimo foi derrotado, e Teixeira de Mesquita foi eleito deputado estadual para a legislatura 1924-1926.

Em 1927 foi eleito senador, em oposição a Jerônimo Monteiro, que pleiteava a reeleição contra a máquina partidária do único partido existente, o Partido Republicano Espírito-

Santense (PRES), presidido por Bernardino. No ano seguinte foi eleito vice-presidente do estado, em chapa com Aristeu Borges de Aguiar, e deixou o Senado, abrindo vaga para Florentino Avidos, que encerrava seu mandato à frente do governo estadual. A Revolução de 1930 pôs fim à presidência de Aristeu e à vice-presidência de Teixeira de Mesquita.

Faleceu em Cachoeiro de Itapemirim em 18 de julho de 1944.

Era casado com Maria Júlia de Moraes Mesquita, com quem teve cinco filhos, sendo um deles, Brício de Moraes Mesquita, também médico e político.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CASTRO, A.; CASTAGNINO, A. *Senado* (p.150); MORAES, P. *Dicionário*; WANICK, F. *Presidente*.

MESQUITA, Júlio de

* jornalista; dep. fed. SP 1892-1894.

Júlio César Ferreira de Mesquita nasceu em Campinas (SP) no dia 18 de agosto de 1862, filho de Francisco Ferreira de Mesquita e de Maria da Conceição Ferreira de Mesquita, imigrantes portugueses.

Quando contava três anos de idade, seus pais resolveram retornar a Portugal, onde fez os primeiros estudos. Em 1870 a família regressou ao Brasil, fixando residência novamente em Campinas. Frequentou a escola primária de Malaquias Guirlanda, e depois os colégios Caldeira, Morton e Ipiranga. Fez o secundário e os cursos preparatórios no Colégio Culto à Ciência e em 1878 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Ainda estudante iniciou-se no jornalismo, como redator de *A República*, órgão do Clube Republicano Acadêmico fundado em julho de 1876. Encontrava-se em Campinas, em recesso da faculdade, quando, em 5 de janeiro de 1882, o Partido Republicano Paulista (PRP) organizou no Teatro São Carlos um banquete em homenagem a Manuel Ferraz de Campos Sales, Prudente de Moraes – dois futuros presidentes da República –, Francisco Rangel Pestana, Ângelo Pinheiro Machado, Gabriel Piza e Almeida, e Martinho da Silva Prado Júnior. Deveria discursar, saudando os próceres da propaganda republicana, Augusto César de Miranda Azevedo, mas, como este não pôde comparecer, foi designado para substituí-lo e fez um discurso sobre questões jurídico-políticas que teve grande repercussão, merecendo elogios da *Gazeta de Campinas*.

Após bacharelar-se em 1883, voltou a morar em Campinas e aí se casou, em 1884, com Lucila Cerqueira César, filha de José Alves Cerqueira César. De início foi trabalhar no escritório de advocacia do republicano e abolicionista Francisco Quirino dos Santos, mas lá permaneceu pouco tempo, preferindo colaborar na *Gazeta de Campinas*, também de propriedade de Quirino dos Santos. Na redação trabalhou com Alberto Sales, irmão de Manuel Ferraz de Campos Sales. Em 1885, a convite de Alberto Sales, que no ano anterior se tornara sócio e diretor-gerente de *A Província de São Paulo*, tornou-se redator político

desse jornal. Entretanto, o antilusitanismo de Alberto Sales quase levou o jornal à falência, pois todos os anunciantes portugueses boicotaram a empresa. Sob pressão, Alberto Sales acabou se retirando, e *A Província de São Paulo* acabou sendo salva por Júlio Mesquita, que, como filho de portugueses, habilmente conseguiu trazer de volta os clientes.

JORNALISTA E POLÍTICO

Além do jornalismo, Júlio Mesquita também se iniciou na política, aceitando a indicação para vereador na Câmara Municipal de Campinas no período 1887-1890. Fez parte da Comissão de Justiça, e entre seus pronunciamentos destacou-se aquele em que fez a defesa da proteção aos escravos. Ainda em 1887, a conselho médico, empreendeu viagem à Europa em companhia da esposa e regressou ao Brasil somente em fins de 1888. Nesse ano, *A Província de São Paulo* passou a pertencer à firma Rangel Pestana & Cia, e Júlio Mesquita, além de redator, tornou-se gerente do órgão.

Republicano, com o fim da monarquia em 15 de novembro de 1889, foi nomeado no dia seguinte secretário-geral do novo governo provisório de São Paulo, chefiado pela junta formada por Prudente de Moraes, Francisco Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa. No mesmo dia em que assumiu suas funções, *A Província de São Paulo* estampou na primeira página apenas o título “Viva a República”. Permaneceu na secretaria do governo até janeiro de 1890, quando retornou à redação do jornal, que teve seu nome alterado para *O Estado de São Paulo*. Substituiu na direção do órgão Rangel Pestana, que foi para o Rio de Janeiro para trabalhar na elaboração do anteprojeto da nova Constituição. No fim ano, quando Rangel Pestana, eleito senador, foi participar do Congresso Constituinte na capital federal, tornou-se diretor efetivo do jornal. A primeira medida que tomou foi contratar uma agência internacional de notícias, o que fez grande diferença em relação aos outros jornais da época.

Por decreto de Prudente de Moraes, que em dezembro de 1889 fora nomeado governador de São Paulo pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, foi indicado para o Conselho de Intendentes da capital paulista. Em 30 de abril de 1891 foi eleito para o Congresso Constituinte paulista e em seguida foi escolhido pelos constituintes secretário da Mesa Diretora. Após a promulgação da Constituição do estado, em 14 de julho, passou a exercer o mandato de deputado estadual. Diante do golpe de Deodoro, que

em 3 de novembro dissolveu o Congresso Nacional, e da aprovação pela Câmara estadual de uma moção de apoio a este, bem como ao então presidente de São Paulo Américo Brasiliense, solidarizou-se ao protesto do deputado Vicente de Carvalho, seu cunhado, e, como ele, renunciou ao mandato parlamentar, junto com Cincinato Braga, Gonçalves Bastos, Bueno de Andrada, José Francisco de Paula Novais, Rivadávia Correia e Eduardo Guimarães.

A reação contrária ao ato arbitrário de Deodoro acabou por levar o marechal a renunciar em 23 de novembro. Também Américo Brasiliense foi obrigado a fazê-lo, após um grave atrito entre manifestantes e a polícia no centro da capital paulista no dia 14 de dezembro, que resultou em mortos e feridos. Na madrugada do dia 15, Brasiliense redigiu um documento endereçado ao inspetor das forças policiais de São Paulo, major Sérgio Tertuliano de Castelo Branco, passando-lhe o governo estadual, e abandonou o palácio. Reunidos no Grande Hotel de França, estavam o vice-presidente do estado Cerqueira César – sogro de Júlio Mesquita –, e a junta formada por Campos Sales, Bernardino de Campos e o próprio Júlio Mesquita. Até eles veio o coronel Frederico Sólton de Sampaio Ribeiro, acompanhado de Castelo Branco, que concordou em passar o governo a Cerqueira César. Desde 23 de novembro a presidência da República era exercida pelo vice-presidente Floriano Peixoto.

Em 27 de abril de 1892, exercendo as funções de redator-chefe de *O Estado de São Paulo*, Júlio Mesquita foi eleito para ocupar a vaga de deputado federal aberta com a renúncia de Rodolfo Miranda. Seguindo para o Rio de Janeiro, deixou seu posto na redação do jornal para Manuel Ferreira Garcia Redondo. Na Câmara dos Deputados, foi indicado relator da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça. Fez parte, em 30 de julho de 1893, da reunião realizada nas dependências da Câmara em que foi fundado o Partido Republicano Federal (PRF), tendo à frente Francisco Glicério. Reeleito em 1º de março de 1894 para a legislatura de 1894-1896, renunciou ao mandato meses depois para retornar a São Paulo, sendo substituído na Câmara por Antônio Manuel Bueno de Andrada.

Desde abril de 1892, um novo auxiliar passara a colaborar no *Estado de São Paulo*, escrevendo versos: Euclides da Cunha. Em 1894, passou a colaborar na redação política do jornal Alfredo Pujol. Em 1895, a propriedade do jornal passou para J. Filinto & Cia. Em 1896, a tiragem atingiu dez mil exemplares, e foi publicado o primeiro *Almanaque do Estado*.

Além do jornal, Júlio Mesquita manteve-se ligado à política. Novamente eleito deputado estadual no pleito de 1º de dezembro de 1894 para o período 1895-1897, tomou posse em 7 de abril de 1895 e foi indicado líder da maioria na Câmara estadual. Na época tornou-se também membro da comissão diretora do PRP, ao lado de Bernardino de Campos, Francisco Glicério e João Batista de Melo Oliveira. Em 1896, resolveu abrir um escritório de advocacia em sociedade com Alfredo Pujol, Eugênio Egas e Augusto Ribeiro de Loiola. Quando da cisão do PRP em 1897, tomou a defesa do presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898) na tribuna da Câmara estadual e nas páginas do *Estado de São Paulo*, contra Francisco Glicério, chefe do PRF. Também em 1897, um ano antes de falecer, seu pai Francisco Mesquita, então próspero negociante, associou-se à firma J. Filinto & Cia, tornando-se coproprietário do *Estado de São Paulo*. Nesse mesmo ano Euclides da Cunha passou a colaborar como correspondente da Guerra de Canudos, e, devido ao grande interesse que o assunto despertou no público leitor, a tiragem do jornal atingiu 18 mil exemplares diários.

Júlio Mesquita foi reeleito deputado estadual para as legislaturas 1898-1900 e 1901-1903. Em 1901, quando se discutia a sucessão de Rodrigues Alves na presidência de São Paulo, a candidatura de Cerqueira César, prestigiada por Prudente de Moraes, parecia vitoriosa dentro do PRP, mas Campos Sales, então presidente da República (1898-1902), resolveu apoiar Bernardino de Campos, que acabaria sendo eleito no ano seguinte. A crise resultou no movimento dissidente de 1901, passando Júlio Mesquita novamente para a oposição aos governos federal e estadual. Um manifesto endereçado aos republicanos de São Paulo, assinado pelos dissidentes Prudente de Moraes, Cerqueira César, Manuel de Moraes Barros, Adolfo Gordo, Alfredo Guedes e Júlio Mesquita, contra a chamada “política dos governadores” de Campos Sales, condenava “o incondicionalismo cego, absoluto, de que o presidente da República queria que se formasse o apoio, não às instituições, mas à situação que dirigia, e, igualmente, às suas ideias e à sua pessoa”.

Os dissidentes eram também a favor da revisão constitucional. Júlio Mesquita defendeu assim, nas páginas do *Estado* e na tribuna da Câmara estadual, o movimento revisionista, cujo chefe era seu sogro Cerqueira César. Contra a revisão estava o general Artur Oscar, comandante das tropas que atacaram Canudos, com quem travou séria

discussão pelo jornal.

PROPRIETÁRIO DO *ESTADO DE SÃO PAULO*

Em 1902, Júlio Mesquita tornou-se o único proprietário do *Estado de São Paulo*, permanecendo José Filinto da Silva como gerente. Não quis renovar o mandato de deputado estadual na legislatura 1904-1906, pois, por motivo de doença de sua filha Rute, partiu para a Europa com a família. Sua filha faleceu durante a viagem, e, abalado, permaneceu em Portugal até outubro de 1906. De volta ao Brasil, foi mais uma vez eleito deputado estadual para o período 1907-1909 e logo depois, por escolha unânime de seus pares, tornou-se líder da maioria na Câmara de São Paulo.

Em 27 de dezembro de 1907 a empresa proprietária do *Estado de São Paulo* passou a ser uma sociedade anônima, com Júlio Mesquita como maior acionista, fazendo parte também sua esposa Lucila, suas filhas Maria, Raquel e Ester, e seus sogros José Alves de Cerqueira César e Maria do Carmo César. No ano seguinte uma nova máquina foi adquirida e o jornal passou a ser composto por linotipos.

Em 1909, quando Euclides da Cunha foi assassinado no Rio de Janeiro, o próprio Júlio Mesquita escreveu seu necrológio, que saiu com destaque na primeira página do jornal. Nesse mesmo ano, foi um dos articuladores da candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, em oposição à do marechal Hermes da Fonseca. Iniciava-se a Campanha Civilista, à qual *O Estado de São Paulo* deu todo o apoio a partir de agosto. Entretanto, realizadas as eleições em 1º de março de 1910, Rui foi derrotado. *O Estado* publicou um manifesto de seu candidato, denunciando as irregularidades praticadas.

Em fevereiro de 1910 Júlio Mesquita foi reeleito deputado estadual para a legislatura 1910-1912. Em agosto de 1910 faleceu sua mãe. Já doente e abalado com a perda, embarcou nos mês de setembro com a família para a Europa, de onde só retornou em fevereiro de 1911. Em julho seguinte morreu seu sogro Cerqueira César, que ocupava uma cadeira no Senado estadual. Foi eleito para substituí-lo em 1º de março de 1912, mas, por se encontrar na Europa para tratamento de saúde, só tomou posse em 30 de dezembro de 1913, com mandato até 1915. Na sua ausência, o jornalista Nestor Pestana, que ocupava o

cargo de secretário, assumiu interinamente o de chefe de redação, e a gerência foi ocupada temporariamente por seu genro Armando de Sales Oliveira, e em seguida por Ricardo Figueiredo.

Com a invasão da França e da Bélgica por tropas do Império Alemão em agosto de 1914, defendeu os países agredidos, criticou a atitude germânica e passou a escrever crônicas semanais sobre o conflito mundial. O boicote ao jornal das firmas alemãs, que cortaram seus anúncios, acabou acarretando a maior crise financeira vivida pelo *Estado de São Paulo*, que, apesar das pressões, manteve sua posição contrária ao militarismo alemão.

No mês de janeiro de 1916, foi lançada a *Revista do Brasil*, publicação mensal ligada à cultura que tinha como diretores Luís Pereira Barreto, Alfredo Pujol e Júlio Mesquita e como redator-chefe Plínio Barreto. No mês de maio foi lançada a edição vespertina do *Estado de São Paulo*, chamada de *O Estadinho*, de grande sucesso editorial. Entre seus colaboradores figuravam Monteiro Lobato e Júlio de Mesquita Filho, que então iniciava sua carreira de jornalista. A publicação deixaria de circular em dezembro de 1920.

Em fins de 1916, ao ser fundada a Liga Nacionalista de São Paulo, Júlio Mesquita apoiou a iniciativa e abriu as páginas de seu jornal para a entidade. Durante a grande greve de 1917 em São Paulo, defendeu o direito dos operários de fazer o movimento e pronunciou-se contra a prisão de manifestantes. Em 1918, quando da disputa por uma cadeira no Senado estadual, defendeu a candidatura de Luís Pereira Barreto, lançada pelos estudantes de direito, contra o candidato do PRP, o cônego Valois de Castro, conhecido por suas posições germanófilas. Em 1919, *O Estado* apoiou novamente a candidatura de Rui Barbosa à presidência da República, que viria a ser derrotada por Epitácio Pessoa.

Em 1922, a revolta tenentista do Forte de Copacabana recebeu de Júlio Mesquita e de seu jornal apoio e simpatia. Assim também, em 1923, por sua amizade com Assis Brasil, seu colega de Faculdade de Direito, Júlio Mesquita apoiou a revolução deflagrada no Rio Grande do Sul contra Borges de Medeiros. Diante da Revolta de 5 de julho de 1924, comandada pelo general Isidoro Dias Lopes, que ocupou a cidade de São Paulo por 23 dias, *O Estado* manteve uma posição de neutralidade, concordante com as críticas dos revolucionários ao governo federal, mas discordante da sublevação militar. Em 29 de julho, um dia após os revoltosos terem deixado a cidade, Júlio Mesquita foi preso e levado para o Rio de Janeiro, sem que houvesse qualquer acusação formal contra ele, e *O Estado* foi

proibido de circular até o dia 16 de agosto. Em 1929 o jornal ganharia uma ação por perdas e danos contra a União por essa suspensão temporária de sua circulação.

Em 1926, com a fundação do Partido Democrático (PD) por membros da dissidência perrepista e políticos independentes, Júlio Mesquita formalizou seu combate aos caciques do PRP através da via partidária. O conselheiro Antônio Prado foi eleito primeiro presidente do PD em reunião na qual se destacou o pronunciamento do então jovem Francisco Mesquita, filho de Júlio Mesquita, que na época já trabalhava no jornal com o gerente Ricardo Figueiredo. O novo partido defendia reformas no arcaico e viciado sistema eleitoral, entre elas o advento do voto secreto e do voto feminino.

Júlio Mesquita faleceu na cidade de São Paulo em 15 de março de 1927.

De seu casamento com Lucila Cerqueira César Mesquita, teve dez filhos. Júlio de Mesquita Filho foi jornalista e diretor do *Estado de S. Paulo*. Francisco Mesquita foi jornalista, constituinte estadual em 1934 e deputado estadual em São Paulo de 1935 a 1937.

Entre as homenagens que recebeu estava a Legião de Honra, concedida pelo governo da França. Em 1948 foi criado por lei estadual aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo o município de Júlio Mesquita.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* SP (16/3/1927); DUARTE, P. *Julio Mesquita*; *Estado de S. Paulo* (16/3/1927); *Estado de S. Paulo*. Suplemento do Centenário 1975; *Folha da Manhã* SP (16/3/1927); RIBEIRO, J. *Chronologia*; SILVA, E.; EWIGKEIT, J. *Precursores*.

METELO JÚNIOR, José Maria

*dep. fed. DF 1912-1914 e 1918-1919; sen. DF 1919-1921; dep. fed. DF 1921-1923.

José Maria Metelo Júnior nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 26 de abril de 1882, filho de José Maria Metelo e de Francisca Chichorro Galvão Metelo. Seu pai foi eleito deputado geral pela província de Mato Grosso em 1885, na legenda do Partido Liberal, e também foi senador de 1900 a 1917.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e em 1902 passou a atuar como advogado. Entre janeiro e outubro de 1907, foi delegado da polícia do Rio de Janeiro, no distrito de Irajá; a partir de outubro de 1907, passou a exercer o mesmo cargo no distrito de Santa Rita, onde permaneceu até fevereiro de 1910. A partir de então, foi superintendente de Limpeza Pública e Particular, até novembro de 1910.

Em 1912, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu mandato de 21 de maio de 1912 a 31 de dezembro de 1914. Voltou à Câmara dos Deputados em 1918, mas no ano seguinte passou a ocupar uma cadeira no Senado Federal, onde permaneceu até 1921. Após deixar o Senado foi mais uma vez eleito deputado federal, e exerceu seu mandato de 7 de maio de 1921 a 31 de dezembro de 1923.

Além de advogado e político, foi também jornalista. Foi redator da *Gazeta da Tarde* e de *A Imprensa*, redator-chefe de *A Noite*, redator-secretário de *O País*, além de ter colaborado para o *Malho* e a *Tribuna*.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores do Rio de Janeiro*; *Senado Federal*.

METELO, José Maria

*dep. geral MT 1885; sen. MT 1900-1917.

José Maria Metelo nasceu em Cuiabá no dia 10 de julho de 1853, filho do major José Caetano Metelo, grande proprietário de terras, e de Maria da Conceição Metelo.

Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife, foi juiz municipal em Corumbá (MT), juiz substituto no Rio de Janeiro e, novamente em Corumbá, desembargador e presidente do Tribunal da Relação. Filiado ao Partido Liberal, em 1885 foi eleito deputado geral.

Durante o governo provisório republicano foi intendente em Cuiabá. Posteriormente foi eleito deputado estadual constituinte e presidiu os trabalhos de elaboração da Constituição estadual, ocupando uma cadeira na Assembleia entre 10 de outubro de 1891 e 10 de agosto de 1893. Em 1899 foi candidato ao governo de Mato Grosso, mas foi derrotado pelo candidato apoiado por Generoso Ponce. Participou ativamente nesse mesmo ano do movimento armado que reverteu o quadro político no estado e elegeu Antônio Pedro Alves de Barros. Eleito e reeleito senador por Mato Grosso, ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1900 a 1917.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 16 de abril de 1920.

Casado com Francisca Chichorro Galvão Metelo, era pai de José Maria Metelo Júnior, que foi deputado federal (1912-1914, 1918-1919, 1921-1923) e senador (1919-1921) pelo Distrito Federal.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CASTRO, A.; CASTGNINO, A. *Senado*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

MIBIELLI, PEDRO AFONSO

*magistrado; min. STF 1912-1931.

Pedro Afonso Mibielli nasceu em Encruzilhada do Sul (RS) no dia 6 de julho de 1866, filho de Afonso Mibielli da Fontoura e de Leopoldina Prates da Fontoura.

Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo e bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais em dezembro de 1886. Iniciou sua vida profissional em 1887 como promotor público em Uruguaiana (RS). Em dezembro de 1890 foi nomeado juiz de direito em Itaquí (RS). Exerceu a mesma função em Uruguaiana até 1903, quando foi removido para Porto Alegre, onde integrou o Tribunal de Relação do Estado e chefiou a polícia gaúcha.

Em outubro de 1912 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e no mês seguinte tomou posse. Após a Revolução de 1930, foi aposentado discricionariamente, junto com mais cinco magistrados, em fevereiro de 1931.

Foi também redator de *O Republicano* e de *O 14 de Julho*, periódicos de Uruguaiana, e professor da Faculdade de Direito de Porto Alegre, além de deputado à Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul em duas oportunidades.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 8 de setembro de 1945.

FONTES: BALEEIRO, A. *Supremo*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; COSTA, E. *Grandes*; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Supremo*; MACEDO, R. *Efemérides*; SILVA, H. 1931.

MILANEZ FILHO, Abdon Felinto

*dep. fed. PB 1903-1905.

Abdon Felinto Milanez Filho nasceu na cidade de Areias (PB) no dia 10 de agosto de 1858, filho de Abdon Felinto Milanez e de Gioconda Cotegipe Milanez. Seu pai foi senador pela Paraíba entre os anos de 1894 e 1902. Seu irmão Prudêncio Cotegipe Milanez foi deputado federal pela Paraíba de 1909 a 1911.

Formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1880. Depois de formado, foi ajudante do engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Conde D'Eu, em janeiro de 1881; auxiliar técnico na Estrada de Ferro Dom Pedro II, também em 1881; fiscal da construção da Estrada de Ferro do Corcovado, em 1882; membro da Comissão Fiscal dos Carris Urbanos do Rio de Janeiro, em 1883; ajudante do engenheiro fiscal da Estrada de Ferro Teresa Cristina, em 1885; auxiliar da Inspetoria Geral das Terras e Colonização, em 1888; secretário da Superintendência de Imigração na Europa, em 1892; superintendente geral de Imigração na Europa, em 1894; engenheiro fiscal da Estrada de Ferro de Resende a Areias no estado do São Paulo, em 1897; e superintendente geral de Limpeza Pública no Rio de Janeiro, em 1900.

Em 1903 deixou de lado as funções de engenheiro para se dedicar à política. Foi eleito deputado federal pela Paraíba e exerceu o mandato de 1903 a 1905. De volta às atividades profissionais, foi oficial técnico do Serviço de Povoamento do Solo, em 1907; delegado da Comissão de Expansão Econômica na Europa, em 1907; e comissário do Ministério da Agricultura para o Serviço de Expansão Econômica e Propaganda dos Produtos Brasileiros na Europa, em 1912. Por essa última atividade, trabalhou na Itália e residiu por algum tempo na Suíça.

De volta ao Brasil, tornou-se diretor do Instituto Nacional de Música, entre os anos de 1916 e 1922. Durante toda a sua vida compôs óperas, polcas, músicas, hinos, marchas e peças teatrais, como *Meninas de hoje* e *Primizzie*, encenadas em teatros do Rio de Janeiro. Foi também o compositor do Hino da Paraíba.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 1927.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; *Grande encic. Delta Larousse*; VELHO SOBRINHO, J. *Dicionário*.

MILANEZ, Abdon Felinto

*sen. PB 1894-1902.

Abdon Felinto Milanez nasceu na província da Paraíba no ano de 1830.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então capital do Império, em 1857. Ainda durante o Império, foi deputado provincial na Paraíba em duas legislaturas, entre 1878 e 1881. Nos dois primeiros anos, foi presidente da Assembleia Legislativa. Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito senador pelo estado da Paraíba em 1894 com mandato até 1902.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 7 de janeiro de 1903.

Era casado com Gioconda Cotegipe Milanez. Seu filho Abdon Felinto Milanez Filho foi engenheiro, músico, deputado federal pela Paraíba (1903-1905) e diretor do Instituto Nacional de Música (1916-1922). Seu outro filho Prudêncio Cotegipe Milanez foi deputado federal pela Paraíba de 1909 a 1911.

Publicou *Polêmica médica sobre o diagnóstico da moléstia do sr. tenente-coronel Francisco Antônio Aranha Chacon* (1877).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ALMEIDA, H. *Contribuição*; ASSEMB. LEGISL. PB. Disponível em: <<http://www.al.pb.gov.br/>>. Acesso em: 18/11/2010; *Grande encic.Delta Larousse*.

MILANEZ, João Lourenço da Silva

*militar; junta gov. MA 1889.

João Lourenço da Silva Milanez era capitão do Exército quando integrou a junta governativa do Maranhão que assumiu o poder logo após a proclamação da República pelo marechal Manuel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889. A junta governou o estado de 18 de novembro a 17 de dezembro seguinte. Era composta ainda pelo tenente-coronel João Luís Tavares, que a presidiu, pelo capitão-tenente Cândido Floriano da Costa Barreto, pelo tenente Augusto Frutuoso Monteiro da Silva, pelo tenente-coronel Francisco Xavier de Carvalho e pelos civis José Francisco de Viveiros e Francisco de Paula Belfort Duarte. Foi substituída pelo governador nomeado Pedro Augusto Tavares Júnior.

Alan Carneiro

FONTE: Culturatura. Disponível em:
<<http://www.culturatura.com.br/estados/ma/governos.htm>>. Acesso em: 3/10/2008.

MILANEZ, Prudêncio Cotegipe

*dep. fed. PB 1909-1911.

Prudêncio Cotegipe Milanez nasceu na cidade de Areia (PB) no dia 13 de fevereiro de 1863, filho de Abdon Felinto Milanez e de Gracinda Cotegipe Milanez. Seu pai foi senador pela Paraíba de 1894 a 1902. Seu irmão Abdon Felinto Milanez Filho foi engenheiro, músico, deputado federal pela Paraíba (1903-1905) e diretor do Instituto Nacional de Música (1916-1922).

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife em 1889. Depois de formado, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde se tornou funcionário do Ministério da Guerra em janeiro de 1891. Em 1892 foi eleito deputado estadual na Paraíba, mas teve que renunciar ao cargo devido à incompatibilidade, prevista na Lei Eleitoral vigente, entre o mandato e o emprego no Ministério da Guerra. Continuou com sua carreira nesse ministério, no qual foi promovido e, em 26 de novembro de 1907, nomeado chefe de sessão. Ali conheceu o escritor Lima Barreto, com quem travou forte amizade. Lima Barreto lhe dedicaria o livro *Histórias e sonhos*, publicado em 1920, poucos anos depois de seu falecimento.

Em 1908 foi novamente eleito deputado estadual na Paraíba, mas no ano seguinte renunciou ao cargo, pois foi eleito deputado federal. Assumiu o mandato em maio de 1909 e representou a Paraíba na Conferência Açucareira promovida no Rio de Janeiro, em 1910, pela Sociedade Nacional de Agricultura. Em 1911, foi um dos organizadores de outra conferência nos mesmos moldes, agora na cidade de Campos (RJ). Concluiu seu mandato no final desse ano.

Também foi capitão honorário do Exército, com honras de tenente-coronel, graças ao cargo que ocupou no Ministério da Guerra, e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; INST. HIST. GEO. PARAIBANO. Disponível em: <<http://www.ihgp.net>>. Acesso em: 8/12/2010.

MILTON, Aristides

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1904.

Aristides Augusto Milton nasceu em Cachoeira (BA) no dia 29 de maio de 1848, filho do major Tito Augusto Milton e de Leopoldina Clementina Milton.

Fez os primeiros estudos em Cachoeira e seguiu para Salvador para estudar no Ginásio Baiano, dirigido por Abílio César Borges, barão de Macaúbas, onde teve como companheiros Castro Alves e Rui Barbosa. Matriculou-se em 1864 na Faculdade de Direito do Recife e em 1869 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais, sendo o orador da turma. Também nos bancos acadêmicos de Recife foi amigo de Castro Alves e Rui Barbosa na roda de estudantes de que participavam entre outros Antônio Alves Carvalhal e Plínio de Lima. Depois de formado retornou a Salvador e aí trabalhou como redator no *Correio da Bahia* (1872-1876), além de colaborar em outros jornais, como *O País*, *A Tribuna* e *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, e *A Ordem*. Em sua cidade natal, fundou o *Jornal da Cachoeira*.

Em 1881 foi nomeado presidente da província de Alagoas. No curto período de sua gestão realizou ações importantes, como a fundação do Asilo de Santa Leopoldina e a construção da ponte de desembarque de Maceió. Foi também chefe da polícia de Sergipe, juiz municipal em Lençóis e em Maracás e juiz de direito no Piauí. Filiou-se ao Partido Conservador e foi eleito deputado provincial; logo em seguida, foi eleito deputado geral para a legislatura 1886-1889.

Proclamada a República, e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado pela Bahia em 15 de setembro de 1890 e empossado em 15 de novembro seguinte. Colaborou com destaque na elaboração da Carta Magna, honrando as tradições de cultura e civismo da Bahia, ao lado de J. J. Seabra e outros. Promulgada a Constituição em 24 de fevereiro de 1891, passou em junho a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Em seguida foi reeleito para mais quatro legislaturas. Como deputado federal, fez parte da Comissão do Projeto do Código Penal.

Fundou e presidiu várias instituições, como o Monte Pio dos Artistas Cachoeiranos, a Irmandade da Candelária do Rio de Janeiro, da qual era irmão benemérito, e particularmente a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeira, onde prestou serviços até a sua morte. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e fundador do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 26 de janeiro de 1904, quando ainda exercia o mandato de deputado federal.

Foi autor das seguintes obras: *Efemérides cachoeiranas*, *Campanha de Canudos*, *A República e a Federação no Brasil*, *A Constituição do Brasil* e *Federação dos Guanais*.

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (p.132); ALVES, M. *Intelectuais* (p. 102-103); *Diário Oficial do Estado da Bahia* (1923, p. 486); *Diário de Notícias e A Bahia* (27, 28/1/1904). Dr. Aristides Milton; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (n.68, 25-26, n.263, p.55-60); SOUZA, A. *Baianos* (p.175 - 176); *Tarde*. Centenário (29/5/1948).

MINDELO, FREDERICO

*militar; rev. 1922.

Frederico Mindelo Carneiro Monteiro nasceu em Itabaiana (PB) no dia 26 de maio de 1904, filho de Heráclito Cavalcanti Carneiro Monteiro e de Luísa Mindelo Carneiro Monteiro. Seu pai foi desembargador no estado da Paraíba e tornou-se conhecido por liderar, na política regional, a oposição ao governo do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922).

Fez os estudos primários entre 1910 e 1914 e os secundários de 1915 a 1920, no Liceu Paraibano, na capital do estado. Em março de 1922 ingressou na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, como cadete da arma de cavalaria, mas pouco depois foi expulso por ter participado da Revolta de 5 de Julho, que iniciou o ciclo de levantes tenentistas da década de 1920. Durante o movimento, integrou um pelotão de alunos sob o comando do primeiro-tenente Odílio Denis.

Em 1929, quando trabalhava no Banco do Brasil, em Vitória, fez o exame vestibular para o curso de ciências jurídicas e sociais da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, e matriculou-se no primeiro ano. Anistiado em dezembro de 1930, após a vitória do movimento revolucionário que em 3 de novembro conduziu Getúlio Vargas ao poder, regressou ao Exército como segundo-tenente, sendo no mesmo dia comissionado no posto de primeiro-tenente. Em 1931 concluiu na Escola Militar Provisória o curso iniciado na Escola Militar do Realengo.

Entre julho e outubro de 1932, combateu a Revolução Constitucionalista de São Paulo, integrando o destacamento do general Manuel Rabelo, que atacou os paulistas pelo nordeste do estado, nos limites de Minas Gerais. Em março de 1933 foi efetivado como primeiro-tenente. Promovido a capitão em outubro de 1934, foi transferido para Recife, onde cursou até o quarto ano de direito.

Designado subcomandante do 29º Batalhão de Caçadores (29º BC), sediado na Vila Militar de Socorro, próxima à capital pernambucana, opôs-se ao levante deflagrado em 24 de novembro de 1935 em seu próprio batalhão. O episódio foi encerrado na noite de 25 com a chegada do 22º BC, de João Pessoa, e do 20º BC, de Maceió, fiéis ao governo federal. A sublevação, promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e o Partido Comunista

Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), fora antecedida por uma rebelião no dia 23, em Natal, e viria a se estender ao Rio de Janeiro, no dia 27, com o levante do 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha.

Depois de combater o levante comunista, Frederico Mindelo foi convidado pelo governador Carlos de Lima Cavalcanti para chefiar a Secretaria de Segurança Pública de Pernambuco, onde permaneceu de 1936 a 1937. Após o golpe do Estado Novo (10/11/1937), retornou ao Rio de Janeiro. No início de 1938, como não era permitida a transferência de matrícula, conseguiu permissão para cursar o quinto ano e fazer as provas finais na Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ainda em maio de 1938, como comandante da Companhia de Guardas da Escola de Aviação Militar, combateu o levante integralista, que, deflagrado naquele mês no Rio, visava à deposição de Vargas. Em janeiro de 1939 bacharelou-se afinal pela Faculdade de Direito do Recife.

Em 1940 fez o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais do Exército. Entre 1940 e 1941 foi subcomandante do 26º BC, sediado em Belém, e, nesse último ano, ingressou no curso da Escola de Estado-Maior, concluindo-o em 1943. Em seguida, serviu na 7ª Divisão de Infantaria, em Recife.

Promovido a major em junho de 1944, foi diretor da Divisão de Ordem Política e Social da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, na gestão de Coriolano de Góis. De 1945 a 1948, foi adjunto do adido militar junto à embaixada do Brasil em Washington, assessor da Junta Americana de Defesa e assessor da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos.

Em junho de 1951 recebeu a patente de tenente-coronel e em dezembro de 1954 concluiu o Curso de Comando e Estado-Maior na Escola Superior de Guerra (ESG). Promovido a coronel em março de 1955, foi designado para o comando do 11º Regimento de Infantaria, em São João del Rei (MG), função que exerceu até o início de 1956. De março desse ano até 1959 foi presidente da Comissão Federal de Abastecimentos e Preços, e em seguida foi nomeado para a diretoria comercial da Companhia Siderúrgica Nacional, onde permaneceu até o início do governo Jânio Quadros, em janeiro de 1961. Foi então designado comandante do 19º BC, em Salvador, e em 1962, já no governo de João Goulart, retornou ao Rio de Janeiro, para servir no Estado-Maior das Forças Armadas.

Em fevereiro de 1964 viajou ao Nordeste, onde constatou, segundo declarações suas, a grave situação lá existente, provocada pela ação das Ligas Camponesas, lideradas pelo deputado Francisco Julião com o apoio do “governo paracomunista de Miguel Arrais”. Em março, embora sem ter tido participação direta, foi favorável ao movimento político-militar que, no dia 31, depôs o presidente João Goulart. Em julho foi promovido a general de brigada e, por ter atingido o limite de idade, passou para a reserva com a patente de general de divisão.

Em 1974 fez o curso de atualização da ESG e em 1975 foi eleito diretor da Associação Comercial do Rio de Janeiro e admitido como assessor especial da direção da Companhia de Materiais Sulfurosos — Cimento Montes Claros.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 24 de novembro de 1996.

Era casado com Mercedes Nicolussi Mindelo Carneiro Monteiro, com quem teve quatro filhos.

Publicou *Vendo, ouvindo, narrando* (1952) e *Depoimentos biográficos* (1978). Traduziu para o português a obra *La conception de la victoire chez les grands genereaux*, de Claude Dervieu.

FONTES: CURRIC. BIOG.; *Movimento de 5*.

MINDELO, Tomás de Aquino

*junta gov. PB 1889.

Tomás de Aquino Mindelo nasceu na província de Pernambuco em 1842.

Desde os oito anos de idade passou a residir na província da Paraíba, onde ingressou no Exército e se dedicou ao magistério. Foi professor do Liceu Paraibano por 37 anos. Ainda durante o Império foi deputado provincial.

A notícia da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca, em 15 de novembro de 1889, só chegou à Paraíba dois dias depois. No mesmo dia 17 de novembro, Eugênio Toscano de Brito, um dos líderes republicanos locais, fundou um clube cívico para montar um governo provisório republicano. Nesse momento, o coronel Honorato Cândido Ferreira Caldas, comandante do 27º Batalhão de Infantaria, sediado na Paraíba, organizou os militares em torno da causa republicana e passou a debater com o até então presidente da província, Francisco Luís da Gama Rosa, sua deposição. Durante as negociações, foi sugerida a formação de uma junta governativa liderada pelo antigo líder monarquista e ex-presidente da província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, o barão de Abiaí, e composta também por Artur José dos Reis Lisboa, Francisco de Lima Filho, Eugênio Toscano de Brito e Honorato Cândido Ferreira Caldas. Líder das forças militares paraibanas, o coronel Honorato Caldas recusou a interferência do barão ligado ao Império e não reconheceu a autoridade da junta. Por intermédio de alguns líderes republicanos estaduais que procuraram evitar o conflito, formou-se então uma junta governativa liderada pelo próprio coronel Honorato Caldas e composta também pelos capitães João Claudino de Oliveira Cruz, Manuel de Alcântara de Sousa Cousseiro e Tomás de Aquino Mindelo, e por Antônio da Cruz Cordeiro Sênior, Artur José dos Reis Lisboa, e Manuel Carlos de Gouveia.

Essa junta ficou no poder de 17 de novembro a 2 de dezembro de 1889, quando o coronel Honorato Caldas foi deposto por se recusar a passar o poder a Venâncio Neiva, nomeado presidente do estado pelo chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca (1889-1891). Em seu lugar, assumiu o capitão João Claudino de Oliveira Cruz,

que em 6 de dezembro seguinte passou o governo a Venâncio Neiva.

Tomás de Aquino Mindelo faleceu na cidade de Paraíba do Norte, posteriormente chamada de João Pessoa, em 1890.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: MARIZ, C. *Apanhados*; ODILON, M. *Pequeno*; PINTO, L. *Síntese*.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Órgão instituído após a proclamação da República pelo Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890, poucos meses antes, portanto, da promulgação da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. O decreto, que emanou do Congresso Constituinte, dispôs sobre a organização judiciária da União e, no Capítulo VI, incluiu o Ministério Público como órgão do Estado, sem o caráter de instituição dotada de autonomia, mas com funções específicas.

No quadro do direito monárquico português, muitas das funções que ao longo de tempo foram sendo atribuídas aos membros do Ministério Público ficavam a cargo de funcionários denominados procuradores dos feitos da fazenda, promotores de justiça, procuradores do rei, ouvidores e curadores. Em síntese, pode-se dizer que as funções desses especialistas do direito, que atuavam de maneira esparsa e fora do abrigo de um órgão comum, consistiam em representar os interesses da monarquia e servir como fiscais do interesse coletivo, em processos judiciais ou não.

Após a Independência, a Constituição de 1824 não fez qualquer menção ao órgão. Mas, no Código Penal de 1830 e no Código de Processo Penal de 1832, as funções dos promotores de justiça foram sistematizadas, no campo do procedimento judicial. Segundo aqueles dois diplomas, haveria um promotor de justiça encarregado de oferecer a denúncia e atuando em cada uma das comarcas do Império e junto aos juízes de paz.

O Decreto nº 848, que resultou de trabalhos dirigidos pelo Ministério da Justiça sob o comando de Campos Sales, inseriu-se no contexto de ampla reforma institucional levada a efeito logo após a inauguração do regime republicano. O decreto determinou que o Ministério Público da União tivesse atribuições de titular da ação civil, além de responsável por verificar o cumprimento e a execução das leis. Pelo decreto, haveria um procurador-geral, escolhido entre os ministros do Supremo Tribunal Federal e os procuradores seccionais, de livre nomeação do presidente da República.

Ainda na esteira dessa importante reforma que visava a redesenhar o quadro institucional legado pelo Império, o Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890, cuidou da

organização judiciária do Distrito Federal. Esse decreto dedicou integralmente seu Título III ao Ministério Público, definindo suas funções na esfera daquela unidade federativa, além de criar os cargos de procurador-geral, subprocuradores, curadores e promotores adjuntos, para atuar em cada uma das recém-criadas varas judiciais do Distrito Federal. O artigo 164 definia que “o Ministério Público é perante as justiças constituídas o advogado da lei, o fiscal de sua execução, o procurador dos interesses gerais do Distrito Federal e o promotor da ação publica contra todas as violações do direito”.

Na prática, as funções dos membros do Ministério Público da União, dos estados e do Distrito Federal eram quase idênticas, diferenciando-se apenas quanto à competência territorial de cada um deles. Cumpre lembrar que cabia aos promotores que atuavam nos júris promover a ação penal pública, ocasião em que teoricamente representavam a sociedade nos processos penais movidos contra os acusados de cometer crimes contra a vida. Foi justamente nessa função que os membros do Ministério Público ganharam alguma projeção social.

A promulgação da Constituição de 1891 não trouxe qualquer modificação no âmbito das disposições legais que tratavam do Ministério Público. Na nova Carta, a instituição não mereceu sequer um artigo, tendo apenas o capítulo relativo ao Poder Judiciário feito menção à figura do procurador-geral. Nos diplomas legais que surgiram após o início do século XX, o Ministério Público ora apareceu na parte relativa ao Poder Judiciário, ora na parte relativa à organização do Estado, o que foi causa da confusão em definir a que poder o Ministério Público estava ligado, além de deixar a maioria das pessoas sem saber sobre o lugar e a natureza das funções do Ministério Público no panorama institucional do país.

Com a entrada em vigor do Código Civil de 1916, foram definidas as matérias na área cível onde o Ministério Público deveria atuar, e a partir da Emenda Constitucional de 1926 consolidaram-se as garantias legais das magistraturas estaduais, o que ainda estava longe de ocorrer com os membros dos Ministérios Públicos da União, dos estados e do Distrito Federal.

Eduardo Junqueira

FONTES: BRASIL. *Coleção de Leis* (1889-2000, on line); CAMPANHOLE, A. *Constituições*; JUNQUEIRA, E. *Breve*.

MIRANDA FILHO, Antônio Passos de

*dep. fed. PA 1903-1911 e 1915-1917.

Antônio Passos de Miranda Filho foi eleito deputado federal pelo Pará para a legislatura 1903-1905. Assumindo seu mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 6 de maio de 1903, foi reeleito para as duas legislaturas seguintes e ocupou sua cadeira até 31 de dezembro de 1911. Voltou a ser eleito deputado federal em 1915 e exerceu seu mandato de 3 de maio desse ano a 31 de dezembro de 1917.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MIRANDA, Antônio Félix de

*dep. fed. RJ 1915-1917.

Antônio Félix de Miranda nasceu no Rio de Janeiro.

Sua vida política teve início com a eleição para deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro em 1915. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados em 4 de junho desse mesmo ano e nela permaneceu até 31 de dezembro de 1917, quando se encerrou a legislatura.

Foi também professor de história natural.

Faleceu no Rio de Janeiro.

Ioneide Piffano Brion de Souza

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros; Diário Oficial da União* (27/7/1895).

Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1652586/dou-secao-1-27-07-1895-pg-12>>. Acesso em: 4/12/2010.

MIRANDA, Bento José de

*dep. fed. PA 1915-1929.

Bento José de Miranda foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo Pará na legenda do Partido Republicano Federal para a legislatura 1915-1917. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 3 de maio de 1915, foi reeleito para as quatro legislaturas seguintes. Permaneceu na Câmara até 31 de dezembro de 1929, quando se encerrou seu último mandato.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MIRANDA, Cordeiro de

*dep. fed. BA 1930.

José Cordeiro de Miranda nasceu em Tucano (BA) no dia 19 de março de 1889, filho de Marcelino Pereira de Miranda e de Mariana Cordeiro da Silva. Seu irmão Antônio Cordeiro de Miranda foi deputado estadual (1935-1937) e deputado federal pela Bahia (1946-1951).

Fez o curso de humanidades e os preparatórios em Salvador e em seguida matriculou-se na Faculdade Livre de Direito da Bahia, recebendo o grau de bacharel em ciências sociais e jurídicas em 1908. Depois de formado, foi juiz preparador em Pilão Arcado e em outras comarcas da Bahia. Foi também promotor público.

Embora fosse uma forte liderança política na região do São Francisco, evitou por muito tempo candidatar-se a um cargo eletivo, dedicando-se a seus negócios como agricultor. Aliado político do governador J. J. Seabra, foi acusado, em 1924, de tentar levantar os coronéis sertanejos contra a ascensão do grupo político liderado pelos irmãos Antônio, Francisco e Miguel Calmon, e de trabalhar pela consequente derrocada do grupo seabrista. Indignado, desafiou publicamente, através da imprensa, seus detratores a provar o que afirmavam, garantindo que caso assim o fizessem renunciaria à vida pública.

Em 1927 conquistou uma cadeira na Câmara dos Deputados como representante da Bahia, mas não teve o diploma reconhecido por fazer parte da oposição ao grupo político dominante no estado, liderado pelos irmãos Calmon. Mais tarde, nas eleições de 1929, foi eleito e reconhecido deputado federal para a legislatura 1930-1932. Não chegou porém a completar o mandato devido à dissolução do Congresso Nacional, em 24 de outubro de 1930, em decorrência da vitória da Revolução de 1930. Resolveu então retirar-se definitivamente da política, fixando residência na cidade do Rio de Janeiro, onde passou a se dedicar à advocacia.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 27 de novembro de 1931.

Era casado com Adélia Cordeiro de Miranda, com quem teve seis filhos.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: ABREU, A. *Dicionário* (p. 3811); BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (263, p.55-86); CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros* (p.762); *Cartas de Ontem*; *Diário de Notícias* (11/1/1924). É uma injúria; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (2004, p. 481- 493); FARIAS, C. *Linhas; Imparcial* (28/11, 1/12/1931). Faleceu na capital da República o ex-deputado Cordeiro de Miranda e Cordeiro de Miranda; SAMPAIO, C. *Partidos; Tarde* (27/11, 1/12/1931). Faleceu no Rio o ex-deputado Cordeiro de Miranda e Dr. Cordeiro de Miranda.

MIRANDA, EMÍDIO DA COSTA

*militar; rev. 1922; rev. 1924; Col. Prestes; rev. 1930.

Emídio da Costa Miranda nasceu na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 7 de fevereiro de 1902, filho de Diniz Francisco de Miranda e de Elvira da Costa Miranda.

Estudou no Colégio Militar do Rio de Janeiro de 1912 a 1919, quando sentou praça na Escola Militar do Realengo, também no Rio. Em julho de 1922 participou, como elemento de ligação entre os alunos e o general Joaquim Inácio, do levante da Escola Militar em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e as punições impostas aos militares pelo governo Epitácio Pessoa (1919-1922), com o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca. O movimento, que iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920, envolveu ainda o forte de Copacabana e os efetivos da Vila Militar, no Rio de Janeiro, além dos contingentes do Exército de Mato Grosso, tendo sido debelado no mesmo dia.

Preso e expulso da Escola Militar em 1922, tornou-se praticante de piloto no navio mercante *Itaguaçu*, e no ano seguinte, através de suas viagens, passou a estabelecer ligações entre os revolucionários do Norte e do Sul. Em 1924, participou da Revolta de 5 de Julho irrompida em São Paulo. Sob o comando de Isidoro Dias Lopes, os rebeldes ocuparam a capital por três semanas, deslocando-se posteriormente para o interior, onde se juntaram em abril de 1925 ao grupamento que se havia sublevado no Rio Grande do Sul em outubro de 1924 e formaram a Coluna Prestes. Emídio Miranda participou do 4º Destacamento da coluna, chefiado por Osvaldo Cordeiro de Farias. Liderada por Luís Carlos Prestes e Miguel Costa, a coluna percorreu o interior do país através de 13 estados, dando combate às tropas legais, até internar-se, em 1927, na Bolívia e no Paraguai.

Participou da Aliança Liberal (1929-1930) — setor centro-sul — e da Revolução de 1930. Recebeu a patente de segundo-tenente em novembro do mesmo ano, após ter sido anistiado pela revolução. Promovido a primeiro-tenente em abril de 1932, tomou parte nos preparativos para a Revolução Constitucionalista de São Paulo, passando depois, no entanto, para o lado do governo federal. Capitão em outubro de 1934, foi designado em 1935 para o 13º Regimento de Cavalaria Independente, em Jaguarão (RS).

Em 1937, às vésperas da implantação do Estado Novo, foi requisitado pelo comandante da 3ª Região Militar, general Manuel de Cerqueira Daltro Filho, para auxiliar as tropas gaúchas no combate ao então governador do Rio Grande do Sul, José Antônio Flores da Cunha, que se preparava para resistir ao golpe, finalmente deflagrado em 10 de novembro.

Em agosto de 1942 o governo brasileiro, após o torpedeamento de vários navios seus pelos alemães, reconheceu o estado de guerra contra a Alemanha e a Itália. A criação da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, no entanto, só se daria em agosto do ano seguinte. Nessa ocasião, Emídio Miranda foi enviado aos Estados Unidos, em operação de treinamento. Já em setembro de 1943 recebeu a patente de major. Com a partida do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para incorporar-se ao V Exército norte-americano na Itália, em junho de 1944, Emídio Miranda atuou como adjunto da 2ª seção do estado-maior brasileiro, sob o comando do general Odílio Denis.

Promovido a tenente-coronel em junho de 1948, participou em 1950 do conselho deliberativo do Clube Militar. Em setembro de 1952 passou a coronel e em julho de 1955 assumiu interinamente o comando da 1ª Divisão de Cavalaria e da guarnição de Santiago (RS). Já na reserva foi promovido a general de brigada.

Faleceu no dia 5 de novembro de 1981.

Foi casado com Maria Moura Miranda, com quem teve dois filhos.

FONTES: ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; ENTREV. BIOG.; *Jornal do Brasil* (10/11/1981); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1958); *Movimento de 5*; *Rev. Clube Militar* (6/1950); *Rev. Militar Brasileira*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1926.

MIRANDA, Joaquim Pontes de

*const. 1891; dep. fed. AL 1891-1893.

Joaquim Pontes de Miranda formou-se na Faculdade de Direito do Recife. Foi professor do Ginásio de Maceió, bem como do Liceu Alagoano.

Ainda no Império ingressou na política e foi eleito deputado provincial em Alagoas na legislatura 1876-1877. Proclamada a República em 15 de novembro de 1889 e convocadas as eleições para o Congresso Nacional Constituinte, foi eleito deputado por Alagoas em 15 de setembro de 1890 e tomou posse em 15 de novembro seguinte. Após a promulgação da Carta Magna em 24 de fevereiro de 1891, em junho passou a exercer o mandato na legislatura ordinária da Câmara dos Deputados. Permaneceu no Legislativo até 31 de dezembro de 1893, quando se encerrou a legislatura.

Voltou a concorrer a um cargo legislativo em 1899, quando foi eleito senador estadual. Reeleito em 1901, licenciou-se do mandato para ser nomeado secretário de Fazenda no governo Euclides Vieira Malta (1900-1903). Exerceu esse cargo até 1903, quando retornou ao Senado estadual, para o qual foi reeleito. Obteve novo mandato em 1905 e permaneceu nessa casa legislativa até o ano seguinte, quando se encerrou a legislatura. Com o retorno de Euclides Vieira Malta ao governo de Alagoas (1906-1909), foi novamente nomeado secretário de Fazenda do estado em 1907. Permaneceu no cargo até o ano seguinte.

Faleceu em Maceió no dia 31 de julho de 1909.

Era casado com Fernandina Viegas Pontes de Miranda. Seu filho Raimundo Pontes de Miranda foi deputado federal por Alagoas de 1900 a 1911 e de 1921 a 1923, e senador por esse mesmo estado de 1912 a 1921.

Publicou *Elementos de aritmética* (1872), além de relatórios atinentes às funções de secretário estadual.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MIRANDA, Otávio da Rocha

*dep. fed. DF 1918-1920.

Otávio da Rocha Miranda nasceu em 1884, filho do banqueiro, industrial e engenheiro Luís da Rocha Miranda.

Em 1905, durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos no Rio de Janeiro, então Distrito Federal (1902-1906), fundou, juntamente com Raul Kennedy de Lemos, a Companhia Construtora Ipanema, com a finalidade de dar prosseguimento às obras de urbanização da Vila Ipanema. A partir de então, novas ruas foram abertas e lotes foram vendidos. A valorização imobiliária foi enorme e, em alguns anos, Ipanema se tornaria um dos bairros mais nobres e sofisticados do Rio de Janeiro.

Em 1908, por sua iniciativa, foi inaugurada a primeira linha de ônibus para a Zona Sul do Rio de Janeiro, ligando o Centro da cidade ao bairro da Urca. Em 1916, a família Rocha Miranda adquiriu a Fazenda do Sapê, localizada na Zona Norte da capital federal e cujo proprietário, no século XIX, fora o barão de Mesquita. A partir de então, os Rocha Miranda promoveram o loteamento da região, com a abertura de várias ruas com nomes de pedras preciosas, já que a área era conhecida como o Bairro das Pedras Preciosas, devido às atividades garimpeiras realizadas no rio que cruza a região. A estação de trem da linha auxiliar, que fora inaugurada em 17 de março de 1905 com o nome de Sapê, recebeu posteriormente o nome de Rocha Miranda, com o qual também foi batizado o bairro, em homenagem à família que promoveu o loteamento da região no início do século XX.

Em 1918, Otávio da Rocha Miranda foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu mandato até o final da legislatura, em 1920.

Seu pai era também sócio benemérito do Hospital Pro Matre, inaugurado em 1918 no bairro da Saúde. Após sua morte, o filho deu continuidade à ajuda financeira ao hospital, contribuindo para a manutenção do atendimento gratuito às classes menos favorecidas.

Faleceu em 1954.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: GEORIO. Disponível em: <<http://portalgeo.rio.rj.gov.br/bairroscariocas>>;
SIND. EST. GUIAS TUR. RJ. Disponível em:
<<http://sindegtur.org.br/2010/index.asp>>.

MIRANDA, Pedro Giselar Chermont de

*dep. fed. PB 1918-1930.

Pedro Giselar Chermont de Miranda foi eleito deputado federal pelo estado da Paraíba em 1918. Assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano e foi sucessivamente reeleito até 1930. Teve o mandato interrompido devido à vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MIRANDA, Raimundo Pontes de

*jornalista; dep. fed. AL 1900-1911; sen. AL 1912-1921; dep. fed. AL 1921-1923.

Raimundo Pontes de Miranda nasceu em Recife no dia 11 de abril de 1868, filho de Joaquim Pontes de Miranda e de Fernandina Viegas Pontes de Miranda. Seu pai foi constituinte de 1891 e deputado federal por Alagoas de 1891 a 1893.

Bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Recife em 1892. Antes, porém, já havia ingressado na política, filiando-se em 1889 ao Partido Republicano Conservador (PRC), em cuja legenda foi eleito deputado em 1891 à Constituinte estadual que iria elaborar a primeira Constituição republicana de Alagoas. Na Constituinte foi relator da Comissão de Redação. Promulgada a Constituição estadual, exerceu seu mandato até o fim da legislatura em 1893.

Defendeu sua tese de doutoramento em 1895 com o título *Qual das escolas criminais merece preferência sob o ponto de vista da ciência e dos interesses da repressão*. No ano seguinte defendeu nova tese: *Sobre um ponto pouco estudado do direito, isto é, sobre as responsabilidades decorrentes do uso do nome de família*. Nesse mesmo ano foi nomeado procurador-geral do estado de Alagoas, lecionou inglês no Liceu de Penedo e tornou-se redator do jornal *Penedo*. Permaneceria nesse jornal até 1905, ano em que se tornaria redator do *Evolucionista*.

Voltou a disputar um cargo eletivo em 1900, quando foi eleito deputado federal por Alagoas. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio desse ano, foi reeleito para as três legislaturas subsequentes. Permaneceu no Legislativo federal até dezembro de 1911. No ano seguinte, com o término do mandato de Joaquim Paulo Vieira Malta, foi eleito senador federal por seu estado. Assumindo sua cadeira no Senado em maio de 1912, passou a integrar as comissões de Poderes e de Justiça e Legislação. Exerceu seu mandato até 1921, quando findou a legislatura. Nesse mesmo ano voltou a ser eleito deputado federal por Alagoas, retornando

à Câmara em maio. Exerceu seu mandato até dezembro de 1923, quando se encerrou a legislatura.

Foi também professor no Liceu Alagoano e ocupou ainda o cargo de chefe de Polícia em seu estado.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 15 de março de 1929.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4, p.2397/8).

MIRANDA, Rodolfo

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893; min. Agric. Ind. e Com. 1909-1910.

Rodolfo Nogueira da Rocha Miranda nasceu em Resende (RJ) no dia 8 de novembro de 1860, filho de Luís da Rocha Miranda Sobrinho e de Amélia da Rocha Miranda, barões do Bananal. Era neto do coronel Antônio José Nogueira, revolucionário de 1842, e sobrinho do conselheiro João da Silva Carrão, presidente da província de São Paulo, ministro da Fazenda da Coroa e senador do Império.

Embora fosse de família tradicionalmente vinculada ao Partido Liberal, destacou-se como propagandista da República. Ainda bem jovem, escreveu nos jornais *Eco Juvenil* e *Iracema*, defendendo o regime republicano, e esteve presente na Convenção de Itu, realizada de 1873. Em 1880 viajou para a Europa e aí fez seus estudos superiores, no Colégio de França e na Sorbonne, em Paris. Retornando em 1883, fixou-se em sua grande fazenda de café nas proximidades de São Simão (SP) e logo se transformou na principal liderança republicana da região. Nesse período, escreveu diversas *Cartas ao Diário Popular*. Em 1885 foi eleito para a Câmara de São Simão, até então dominada pelos conservadores e liberais. Em janeiro de 1888 conseguiu aprovar uma moção defendendo a abolição da escravidão no município.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, assumiu o governo municipal de São Simão, mas ainda no mesmo ano voltou para a Europa. Regressando ao Brasil no ano seguinte, na eleição de 15 de setembro foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte como representante de São Paulo. Tomou posse em 15 de novembro, tornando-se, com 29 anos, o parlamentar mais jovem no plenário. Durante os trabalhos, destacou-se na defesa de questões agrícolas. Encerrou o mandato em dezembro de 1893.

No governo de Nilo Peçanha (1909-1910) foi ministro da Agricultura, Indústria e Comércio. Durante sua gestão, organizou a pasta e introduziu novas políticas para a modernização da agricultura. Foi então que, em 20 de outubro de 1910, Nilo Peçanha assinou o Decreto nº 8.319 criando o ensino agrônômico, o que daria origem à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, instalada em 1911 no palácio do Duque de

Saxe, no Maracanã, Rio de Janeiro. No ministério, reorganizou também o Jardim Botânico e o Museu Nacional, favoreceu a cafeicultura, e criou as escolas de aprendizes artífices e estabelecimentos de base para a instalação de matadouros modelos. Foi ainda responsável pela remodelação da Escola de Minas de Ouro Preto (MG) e pela criação da Bolsa de Corretores e Mercadorias, do Serviço de Veterinária e do Serviço de Aprendizados Agrícolas. Também foi fundador da Estação Experimental de Cana, em Campos (RJ), e promoveu ampla reorganização do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil e da Escola de Agricultura.

Destaque particular mereceu sua participação na criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localizações dos Trabalhadores Nacionais, ocorrida em 20 de junho de 1910, através do Decreto nº 8.072. A medida tinha por finalidade afastar a Igreja Católica da catequese e transformar o índio num trabalhador nacional. A iniciativa baseou-se nos trabalhos das Comissões de Linhas Telegráficas em Mato Grosso, dirigidos por Cândido Mariano da Silva Rondon, que seria dirigente do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) por longos anos.

Membro da comissão diretora do Partido Republicano Paulista (PRP), voltou a ocupar cargo eletivo ao ser eleito senador estadual em 1919 e reeleito em 1928. No Senado paulista, foi presidente da Comissão de Indústria, Obras Públicas e Estatística. Em 1929 fez vários discursos defendendo a candidatura de Júlio Prestes à presidência da República, e em outubro de 1930, com a vitória da Revolução, afastou-se da atividade política.

Proprietário de enormes glebas na zona da Alta Paulista, em 1925, enquanto estava no Senado estadual, foi um dos fundadores da povoação de Alto Cafezal, hoje cidade de Marília (SP). Em 1928, juntamente com o irmão e sócio Luís Miranda, derrubou 250 hectares de matas entre os rios Peixe e Feio, para a criação de uma cidade. Em 17 de setembro desse ano, a nascente povoação foi elevada a distrito de paz, com o nome de Patrimônio de Otomânia; em dezembro, passou a se chamar distrito de Pompéia, em homenagem à esposa de Rodolfo Miranda, Aretuza Pompéia da Rocha Miranda. Em 1938, o distrito foi elevado à condição de cidade de Pompéia.

Jornalista, escreveu para o jornal *Correio Paulistano* e tornou-se um de seus proprietários.

Seu nome também está associado à Escola de Comércio Álvares Penteado, de São Paulo, da qual foi fundador e primeiro presidente.

Faleceu em São Paulo em 13 de novembro de 1943, aos 81 anos.

Teve um casal de filhos. Luís Rodolfo Miranda foi presidente do conselho superior das Caixas Econômicas, deputado estadual e senador, de 1948 a 1951.

Foi homenageado com a denominação do município de Mirandópolis (SP), situado a 73 km de Araçatuba, em reconhecimento pela ajuda que a povoação recebeu em seus primeiros anos do então ministro da Agricultura.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ASSOC. COM. EMPR. Disponível em:
<<http://www.acepompeia.com.br/cidade.php>>; CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM.
DEP. SP; CAM. MUN. POMPÉIA. Disponível em:
<<http://www.pompeia.sp.gov.br/index2.php?pag=historia>>; *Folha da Manhã*
(14/11/1941); Folha de região. Disponível em:
<<http://www.folhadaregiao.com.br/noticia?54578>>; FONSECA, A.; FONTES
JUNIOR, A. *Câmara*; FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; PREF.
INCONFIDENTES. Disponível em:
<<http://www.inconfidentes.mg.gov.br/cidade.php?codigo=1>>; SENADO.
Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=2047&li=38&lcab=1937-1946&lf=38>; Sérgio de Freitas. Disponível em:
<<http://www.sfreinobreza.com/NobB.htm>>; UFRRJ. Disponível em:
<<http://www.ufrrj.br/cem-anos/paginas/home.php?id=Reitor>>. VAMPRÉ, S.
Memórias; WIGKEIT, J. *Precursores*.

MIRANDA, Rogério Correia de

*dep. fed. PA 1903-1914.

Rogério Correia de Miranda foi eleito pela primeira vez deputado federal pelo Pará para a legislatura 1903-1905 e tomou posse em maio de 1903. Reeleito em 1906, 1909 e 1912, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até dezembro de 1914.

Adrianna Setemy

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MIRANDA, Veiga

*dep. fed. SP 1918-1921; min. Marinha 1921-1922.

João Pedro da Veiga Miranda nasceu em Campanha (MG) em 11 de abril de 1881, filho de Manuel Inácio de Miranda e de Josefina Carolina da Veiga.

Iniciou os estudos secundários na cidade de Barbacena (MG) e concluiu-os em São Paulo, para onde se mudou em 1896. Ingressou na Escola Politécnica, formando-se engenheiro civil em 1904. Foi auxiliar do gabinete de física da Politécnica e professor da Escola de Comércio Álvares Penteado até 1907, quando foi nomeado professor do ginásio recém-criado em Ribeirão Preto (SP). Em 11 de maio de 1905 casou-se com Albertina Vilela de Andrade Junqueira, com quem viria a ter três filhos.

Iniciou sua carreira política como vereador na Câmara de Ribeirão Preto na legislatura 1908-1911, e prefeito municipal de 1908 até agosto de 1909, quando renunciou. Foi reeleito vereador para outros três mandatos seguidos, ocupando uma cadeira na Câmara Municipal até 1920. Concomitantemente, foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), para a legislatura 1916-1918, e integrou, no Congresso Legislativo de São Paulo, a Comissão de Comércio, Indústria e Obras Públicas. De 1915 a 1917 foi também presidente da Sociedade Recreativa, clube tradicional de Ribeirão Preto.

Em 1º de março de 1918 foi eleito deputado federal, também na legenda do PRP, para a legislatura 1918-1920. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito para a legislatura 1921-1923, mas não completou o mandato, afastando-se por ter sido nomeado ministro da Marinha pelo presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). Exerceu o cargo de 12 de setembro de 1921 a 15 de novembro de 1922, quando findou o governo de Epitácio Pessoa e teve início o de Artur Bernardes (1922-1926). Foi o segundo ministro civil a ocupar uma pasta militar no governo Epitácio, e combateu a Revolta tenentista de 5 de julho de 1922. Durante sua gestão no Ministério da Marinha foram construídas diversas bases navais e foi instalado o Arsenal de Marinha na ilha das Cobras, no Rio de Janeiro.

Foi também professor de italiano no Ginásio do Estado Otoniel Mota e na Escola de

Comércio Álvares Penteado. Foi ainda membro da Sociedade Rural Brasileira e defensor da política de valorização do café. Jornalista, escreveu em vários periódicos, como o *Jornal do Comércio* de São Paulo, e o *Correio Paulistano*, vinculado ao PRP. Pertenceu à Academia Paulista de Letras.

Faleceu em Bonfim Paulista, então distrito da cidade de Ribeirão Preto, no dia 17 de fevereiro de 1936.

Escreveu vários livros de contos, romances e peças teatrais, entre as quais *Pássaros que fogem* (1908), *Redenção* (1913), *Mau olhado* (1917), *A prancha*, *Concurso de robustez* e *A eterna canção*.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: CALIMAN, A. *Legislativo*; FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara; São Paulo e seus homens no centenário*.

MISSÃO MILITAR FRANCESA

Missão contratada em setembro de 1919 pelo governo brasileiro para auxiliar na instrução e modernização do Exército. As negociações para o contrato ocorreram em Paris, entre o adido militar brasileiro na França, coronel Malan d'Angrogne, e o ministro da Guerra francês, Georges Clemenceau (1917-1920). Já naquele momento o chefe designado, general Maurice Gamelin, se encontrava em missão de reconhecimento no Brasil. O contrato foi assinado poucos meses depois na capital francesa e ratificado logo em seguida no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Os termos do contrato estipulavam que oficiais franceses comandariam durante quatro anos as escolas de Estado-Maior (EEM), de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), de Intendência e Veterinária; e que o Brasil se comprometia a privilegiar a indústria francesa em suas compras de armas e equipamentos militares com a condição de que o material oferecido, o prazo de entrega e os preços fossem no mínimo equivalentes aos de outros países fornecedores. Embora tenha sido contratada por quatro anos, a missão se estendeu por 20 anos: seu contrato foi renovado seis vezes. Sua atuação, embora se concentrasse no Distrito Federal, teve impacto nacional.

A tendência à modernização e profissionalização das forças armadas latino-americanas surgiu entre o final do século XIX e início do século XX. O Peru foi um dos primeiros a receber uma missão francesa, entre 1897 e 1912. Missões alemãs foram contratadas pela Argentina e pelo Chile em períodos análogos. Contudo, as mais emblemáticas não foram a missões na América Latina, e sim a missão francesa na Tchecoslováquia, entre 1918 e 1922, cujo chefe assumiu em 1922 o comando do Estado-Maior do Exército daquele país, e as missões militares alemãs no Império Otomano, entre 1880 e 1913.

No Brasil, já antes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) o então ministro da Guerra Hermes da Fonseca (1906-1909) tomou iniciativas no sentido de transformar o ensino militar e enviou alguns grupos de oficiais para estagiar no Exército alemão. A esse grupo de tenentes e capitães deu-se o nome de “jovens turcos”, devido a seu projeto modernizador e por analogia aos jovens oficiais otomanos que haviam estagiado no Exército alemão e

regressado à Turquia dispostos a modernizar o Exército e o regime. Contudo, foi necessário o conflito europeu para que correntes internas e externas ao Exército brasileiro tomassem iniciativas no sentido de transformar as bases da instituição. Com efeito, a Primeira Guerra Mundial trouxe à tona mais uma prova da necessidade de desenvolver a indústria bélica, assunto que começou então a ser encarado como decisivo e intimamente vinculado à segurança interna da nação. Poucos meses após a conclusão do conflito, o ministro da Guerra, Caetano de Faria (1916-1919), tomou a primeira medida de impacto no sentido de reformar profundamente o ensino militar, com a nomeação de jovens oficiais impregnados de ideais reformadores para o comando da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro. Ao grupo que passou a comandar a escola deu-se o apelido de “missão indígena”, pois era composto unicamente por oficiais brasileiros.

APOGEU E DECLÍNIO DA PRESENÇA MILITAR FRANCESA NO BRASIL

A opção pela França naquele momento não significou que houvesse um consenso dentro do Exército. A decisão resultou, entre outros, de fatores políticos e conjunturais externos. Devem-se citar aqui ao menos cinco fatores: a presença do influente senador paraibano Epitácio Pessoa na Conferência de Paz de Paris, aberta em 18 de janeiro de 1919, que sancionou a Alemanha e limitou o desenvolvimento de seu exército; a presença em Paris desde 1917 de uma importante missão de compra de material bélico e de oficiais que combateram nas fileiras do Exército francês; a influência de importantes políticos do estado de São Paulo, que desde 1905 contavam com uma missão militar francesa para treinar a Força Pública estadual; o vínculo pessoal entre o então ministro da Guerra, Pandiá Calógeras (1918-1922), e a França; e o fato, mais contundente, de ter o Brasil declarado guerra à Alemanha.

Desde sua chegada no Brasil, os oficiais franceses contaram com o apoio de grande número de oficiais e políticos brasileiros. No âmbito institucional o diálogo se estabeleceu com o ministro da Guerra, porém o chefe do Estado-Maior do Exército (EME) era um importante interlocutor. Durante os primeiros anos de atuação, devido aos poucos recursos financeiros

das forças armadas, à crescente insatisfação de militares diante do governo Artur Bernardes (1922-1926) e à conjuntura de lutas políticas dentro do Exército, a Missão Militar Francesa respondeu apenas parcialmente às primeiras cláusulas do contrato: modernizou parte do equipamento e reformou pequena parcela da oficialidade. Maurice Gamelin, então chefe da missão (1920-1925), encontrou dificuldades para implementar o projeto francês. Contudo, pôde estudar detalhadamente os planos de defesa nacional e propor um novo projeto, que não foi adotado, mas serviu para orientar as manobras militares de treinamento que se sucederam.

Observava-se também a influência restrita da missão na Escola Militar, situação que só se modificou com a intervenção de Setembrino de Carvalho, ministro da Guerra (1921-1926), ao frisar a importância de se colocar a escola sob a influência da Missão Francesa. Também na EsAO houve oposição à presença francesa. Embora o curso fosse orientado para um público de coronéis e generais, poucos foram os que se apresentaram à escola. Muito se especulou sobre essa ausência e, de forma geral, a literatura militar concorda que os generais se recusaram a se apresentar ao sentirem seu prestígio ameaçado por jovens oficiais de espírito renovador, e por estrangeiros veteranos da maior guerra que o mundo conheceria até então.

Para melhorar essa situação, em 1923 foram inseridas novas cláusulas que especificavam a posição dos franceses na hierarquia e definiam seus papéis como consultores técnicos. Aliás, o chefe do EME e o ministro da Guerra discutiram então acerca da autoridade dos oficiais franceses, e optaram por restringir a participação destes na elaboração dos planos de defesa nacional.

Poucos anos depois, ocorreram modificações que facilitaram as relações entre o chefe da missão e o alto comando do Exército: a Gamelin sucedeu o general Frédéric Coffec (1925-1927), e a Setembrino de Carvalho substituiu Nestor Sezefredo dos Passos (1926-1930). Coffec estava mais disposto a assumir a missão no sentido desejado pelo Estado-Maior, ou seja, diminuindo os privilégios e a patente de seus subordinados e aumentando seu número. Durante esse período, o general Augusto Tasso Fragoso, chefe do EME (1922-1929),

buscou meios de reduzir a influência dos franceses dentro do EME. A atuação de Fragoso também foi no sentido de melhor orientar os trabalhos da missão: limitou suas prerrogativas a fim de que estas se concentrassem nas atividades de auxílio, excluindo-a do comando das escolas militares; promoveu a modernização do equipamento com uma política de compra de material bélico mais ativa; por fim, afastou os franceses de questões políticas que poderiam então envolvê-los. Apesar das dificuldades de entendimento entre Fragoso e Coffec, o ministro da Guerra insistia na necessidade de incrementar o diálogo entre a Missão Francesa e o EME, e inseriu no novo contrato, assinado em maio de 1927, o artigo 26, que confiava a dois oficiais brasileiros os cargos de chefia da 1ª e 4ª divisões da missão, encarregadas das questões relativas à mobilização e às transmissões. Foi também estipulado que determinados oficiais franceses realizariam viagens a guarnições distantes junto com oficiais brasileiros, com o intuito de estender a influência francesa. Já àquela altura foi determinado por acordo bilateral que oficiais que se tivessem destacado nas escolas militares fossem enviados para aperfeiçoamento na França. Ao regressar, muitos assumiram a direção dos cursos na Escola Militar e, progressivamente, na EEM e na EsAO.

Em meio à Revolução de 1930 e ao movimento constitucionalista de 1932, os trabalhos do EME e de suas escolas ressentiram-se com o envolvimento político de seus comandantes, e, em decorrência, a Missão Francesa perdeu muita influência. O general Joseph Spire (1927-1930), que soubera preservar a neutralidade diante da intensa atividade política dos oficiais brasileiros, foi substituído pelo general Charles Huntziger (1930-1933). Contrariamente às recomendações dos generais que se sucederam na chefia do EME, entre outubro de 1930 e setembro de 1932, Huntziger, recém-chegado ao Brasil, não soube preservar a neutralidade dos oficiais franceses. Alguns deles tomaram parte no levante paulista de 1932, ao oferecerem seus serviços à Missão Francesa para a Força Pública do Estado de São Paulo, então comandada pelo tenente-coronel Hauchecorne (1929-1933). De fato, a Força Pública de São Paulo contou com oficiais franceses nas operações militares que marcaram a revolta paulista. A atitude dúbia da missão, pois uma parte de seus integrantes mantivera-se neutra, contribuiu para enfraquecê-la. Até a nomeação de um novo chefe, em 1933, ela enfrentou a

oposição de influentes oficiais que ocupavam cargos de confiança no EME, como o tenente-coronel Juarez Távora. A missão periclitou, mas seu contrato ainda assim foi renovado.

Somente com a nomeação do coronel Jules Baudouin (1933-1935), personalidade mais experiente, integrante da Missão Francesa desde 1927, se normalizaram as relações entre os chefes do EME e da missão. No entanto, quando da renovação do contrato, o efetivo da missão foi sensivelmente reduzido e dez oficiais retornaram à França, levados tanto pela necessidade de preencher exigências legais para a ascensão na carreira, quanto por problemas internos ao funcionamento da missão.

Ao final de 1934, somente cinco oficiais franceses estariam atuando no Brasil, e nenhum com a patente de general. Na Escola do Realengo, um único instrutor francês participava das atividades escolares, enquanto as aulas eram integralmente ministradas por capitães e maiores brasileiros. Em 1935 oito oficiais compunham a missão, e seu número estabilizou-se em torno de seis em 1938. O general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, chefe do EME (1937-1943), restringiu drasticamente a presença militar francesa no Brasil, pois considerava que os oficiais brasileiros já estavam aptos a transmitir os ensinamentos da missão. Estava claro que, naquele momento, o contrato da missão não mais representava a liderança francesa no mercado militar. A Baudouin sucedera o general Pol Noel (1935-1938), que se encarregara de transmitir a doutrina francesa ao Exército de forma mais sutil, através da difusão de ampla bibliografia e do auxílio técnico nas reformas do Exército. O último chefe da missão foi o general Georges Chadebec de la Valade (1938-1940), que, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assistiu do Brasil à derrota do Exército francês comandado pelo general Gamelin, em junho de 1940.

Em setembro de 1940, quando a França, então ocupada pela Alemanha, assinou o armistício, os franceses tiveram de renunciar à missão. O contrato foi honrado até outubro daquele ano, quando a missão foi extinta, e seus membros repatriados.

PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS PELA MISSÃO MILITAR FRANCESA

Para o Brasil, o contrato representou um grande passo na direção da profissionalização e modernização de seu Exército e contribuiu para fortalecer seu poder militar. Por outro lado, a principal motivação da diplomacia francesa dava indícios de ser principalmente mercantil, vinculada à obtenção de concessões e privilégios de mercado. A presença francesa na América do Sul se fortaleceu, e a assinatura do contrato foi encarada como uma vitória sobre a rival alemã.

Com a chegada dos primeiros elementos da missão, refundiu-se o ensino militar de aperfeiçoamento. Sua atuação foi mais sensível na EEM, na EsAO e na Escola de Aviação Militar, nos cursos de Oficiais Intendentes, Saúde, Veterinária, Equitação e Educação Física. Assim, os missionários franceses encarregavam-se de reorientar a doutrina do Exército, elaborar novos regulamentos e aperfeiçoar o ensino e a instrução militar. Sua ação resultou na reformulação das missões do EME e na criação da Escola de Aviação Brasileira.

A influência militar francesa concretizou-se ainda, em 1921, com a adoção de novos regulamentos destinados à Direção e Emprego das Grandes Unidades, ao Exercício e Emprego da Artilharia e ao Serviço de Estado-Maior em Campanha. Algumas realizações marcaram sua atuação: a instituição do culto ao patrono do Exército, Duque de Caxias, em 1923; a entrada em função sob seu comando, em 1927, da Diretoria de Aviação Militar, da Escola de Aviação Militar e do Depósito Central de Aviação; a criação no mesmo ano do Conselho de Defesa Nacional, que embora não fosse efetivo àquela altura, transformou-se em 1938 no Conselho de Segurança Nacional, encarregado da elaboração dos planos de defesa nacional. E sem dúvida o fato mais relevante foi a reforma do EME de 1938, que o definiu como órgão de planejamento estratégico encarregado de preparar as decisões do ministro da Guerra e de elaborar as ordens e instruções concernentes à organização do Exército, à mobilização, à instrução e à preparação para a guerra. Foi instituída, pela mesma reforma, a 2ª Seção do EME, encarregada das Informações, das Missões Militares, da Cifra e Decifração de Documentos e da ligação com o Ministério das Relações Exteriores.

Os resultados mais visíveis da Missão Militar Francesa traduziram-se na constituição de um Estado-Maior efetivo, centralizador do comando nacional do Exército e encarregado de elaborar as grandes diretrizes a serem aplicadas à totalidade da instituição. Colocou-se em prática a ideia, então dominante, de que a finalidade principal do Exército era o preparo das forças nacionais para a guerra, e assim foi viabilizado o enquadramento do potencial militar. Ademais, a mobilização militar passou a ser encarada como uma mobilização nacional.

Rodrigo Nabuco de Araújo

FONTES: ARQ. HIST. EX. Pastas K180-184; BASTOS J. *Missão*; BELLINTANI A. *Exército*; DOMINGOS M. *L'influence*; MALAN A. *Missão*; SERVICE HISTORIQUE DE LA DÉFENSE (Vincennes - Paris). Pastas 7N3391-3399.

MISSÃO MONTAGU

Missão financeira inglesa chefiada por Edwin Samuel Montagu que chegou ao Rio de Janeiro em 30 de dezembro de 1923, durante o governo de Artur Bernardes (1922-1926). O objetivo era avaliar o estado das finanças do Brasil, que solicitava um empréstimo aos banqueiros ingleses.

ORIGENS E RESULTADOS

Diante das dificuldades financeiras que o país vinha enfrentando desde o final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o governo de Artur Bernardes, logo após tomar posse em 15 de novembro de 1922, formulou um programa de política econômica para restaurar as finanças e a economia do país. Os principais pontos do programa eram a liquidação da dívida com o Banco do Brasil, a implementação do Plano de Defesa Permanente do Café e a criação de um banco central para gerir a volta ao padrão-ouro e a revalorização da taxa de câmbio corrente. A criação de um banco central ajudaria a viabilizar os outros pontos do programa. De acordo com Winston Fritsch, “o projeto consistia em conceder ao Banco do Brasil poderes exclusivos de emissão de moeda, devendo as emissões ser lastreadas parte por ouro – um terço de seu valor – e parte por títulos comerciais. Por outro lado, o esquema contribuía para a redução da dívida do governo com o Banco do Brasil, pois o lastro em ouro das emissões seria constituído pelas reservas de ouro do Tesouro”. O projeto também viabilizaria financeiramente o Plano de Defesa do Café.

A persistência das dificuldades, com fortes pressões sobre o câmbio, levou o governo, em setembro de 1923, a propor aos banqueiros de Londres um empréstimo de 25 milhões de libras com a finalidade de liquidar a dívida flutuante e colocar as finanças brasileiras em ordem. Os banqueiros ingleses condicionaram o empréstimo a uma avaliação do estado das finanças, a ser feita por representantes ingleses. Foi assim que surgiu a idéia de uma missão que viria ao Brasil para estudar as modificações que deveriam ser feitas na estrutura

institucional e operacional de implementação das políticas monetária, fiscal e do café, para que o país tivesse condições de amortizar a dívida externa. Na verdade, o objetivo da missão era fornecer informações aos banqueiros para que eles se habilitassem a prestar assistência ao governo brasileiro.

Os membros da missão foram escolhidos pelo **banqueiro** Rothschild. O chefe da missão, **Edwin Samuel Montagu**, era o antigo secretário das Finanças do Tesouro e secretário de Estado para a Índia, coautor das reformas constitucionais do pós-Primeira Guerra naquele país. Os outros membros eram Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Bank; Lord Lovat, homem com **interesses em terras e plantações de algodão**; Hartley Withers, antigo editor de *The Economist*, e Sir William McLintock, sócio de uma das maiores firmas inglesas de contabilidade e auditoria. Por outro lado, Sir Henry Lynch, industrial inglês e representante permanente dos Rothschild no Rio de Janeiro, atuou como elemento de ligação entre a missão e o governo brasileiro, servindo de intérprete durante as negociações.

As negociações entre Montagu e Sampaio Vidal, ministro da Fazenda, e Cincinato Braga, presidente do Banco do Brasil, levaram a missão a propor, entre outras medidas, introduzir um novo sistema de procedimentos orçamentários, ou seja, reformar as técnicas do orçamento federal de modo a permitir que o governo efetivamente implementasse uma política fiscal mais restritiva. A missão acreditava ser importante uma redução definitiva nos gastos públicos. Uma segunda preocupação dos ingleses era diminuir o endividamento externo excessivo dos estados e municípios. Pretendiam que o governo brasileiro exercesse alguma forma de controle sobre os empréstimos externos públicos não federais, proposta que encontrou forte oposição dos estados. A terceira questão era a política brasileira do café. Os Rothschild não simpatizavam com a política de sustentação dos preços, a não ser em circunstâncias especiais. A quarta questão que iria ser tratada pela missão seria a possibilidade de um tratado comercial anglo-brasileiro com cláusula de nação mais favorecida, proposta que já havia sido apresentada em outros momentos e recusada pelo Brasil. Os ingleses queriam que suas mercadorias tivessem um tratamento mais favorável.

Essa questão foi abandonada pela missão.

Outro tema tratado foi como minimizar o valor total em libras do empréstimo solicitado, dada a quantia de que o Brasil necessitava. Para os ingleses, a solução estaria em induzir o governo a levantar o que pudesse através de uma emissão interna de títulos em mil-réis e a alienar alguns de seus ativos vendáveis. Havia um interesse especial da missão no Lloyd Brasileiro e na Central do Brasil. No entanto, o governo brasileiro não tinha intenção de vender ou arrendar essas duas companhias, pois isso despertaria forte oposição interna. Preocupava também a missão o controle exercido pelo governo sobre o valor dos fretes ferroviários. As estradas de ferro inglesas não tinham conseguido a elevação de seus fretes para compensar a redução de lucros em libras causada pela forte desvalorização cambial pós-Primeira Guerra. Outra questão discutida foi como mudar o plano siderúrgico do governo. A criação de uma indústria siderúrgica **estatal**, que tinha em Bernardes um de seus grandes defensores, era condenada pelos **ingleses, para quem o empreendimento deveria ser realizado com capital privado nacional e recursos externos, sem qualquer ingerência do Estado**. Outra recomendação da missão foi a modificação da regulamentação do imposto de renda, **que seria** consubstanciada no Decreto nº 17.390, de 26 de julho de 1926. Foram incorporadas àquele tributo as rendas provenientes de atividades agrícolas, das indústrias extrativas de produtos vegetais e animais e os capitais imobiliários. Até então, todo o setor rural estava excluído do processo fiscal. Por último, o ponto mais importante para Montagu era encontrar algum modo de controle, pelos banqueiros, sobre a política financeira brasileira.

Um dos pontos que retiveram a atenção da missão foi a possibilidade de influência inglesa sobre o Banco do Brasil. A idéia era propor a venda da participação de 52% que o governo mantinha no banco como forma de impor uma disciplina orçamentária. Os banqueiros ingleses queriam evitar novas desvalorizações cambiais, já que o banco tinha, em épocas normais, influência decisiva sobre os mercados brasileiros de câmbio. Como o governo brasileiro desejava financiar sua dívida – que era basicamente devida ao Banco do Brasil –, a venda das ações do governo poderia ser empregada para saldá-la. Ao serem informados

da proposta de Montagu, os banqueiros ingleses responderam que seria excelente o Banco do Brasil ser independente do governo; entretanto, não aconselharam tal solução, pois seria muito impopular no Brasil existir um Banco do Brasil de propriedade de estrangeiros. Recomendaram que a proposta fosse feita pelo governo brasileiro.

No dia 29 de junho de 1924, o *Diário Oficial* publicou o relatório da Missão Montagu com suas principais recomendações. Violenta foi a reação interna ao relatório, da parte dos grupos de oposição e da imprensa. O diagnóstico foi considerado uma ingerência na vida do país. O Brasil estaria recebendo o mesmo tratamento que a Inglaterra dispensava às suas colônias.

No momento em que governo brasileiro tentava uma reforma constitucional para viabilizar a implementação, com algumas adaptações, das medidas propostas pela missão, recebeu a informação de que o empréstimo tinha sido bloqueado, como consequência indireta de uma decisão política interna do governo inglês: o embargo ao lançamento de títulos de governos estrangeiros em Londres, visando ao fortalecimento da libra para preparar seu retorno ao padrão-ouro, à paridade de antes da guerra. Diante do recuo dos ingleses, da elevação do custo de vida e da posição externa brasileira vulnerável, o governo Bernardes decidiu tomar medidas de ajuste deflacionário. Ficou decidido, como mostra Winston Fritsch, “o recolhimento das notas do Tesouro em circulação – juntamente com um corte drástico no volume de operações de redesconto do Banco que colocaria as emissões de suas notas novamente dentro dos limites legais durante o primeiro semestre de 1925 e seria implacavelmente seguido nos 20 meses seguintes. Até novembro de 1926, quando essa política seria finalmente abandonada, a base monetária seria reduzida em 14%, causando uma contração de 11% no volume de meios de pagamento”.

Outra alteração introduzida pelo governo Bernardes em novembro de 1924, relacionada às recomendações da Missão Montagu, foi a transferência de toda a responsabilidade pelo financiamento e controle da sustentação do café para o estado de São Paulo. O encargo financeiro de sustentar os estoques ficou sob a responsabilidade exclusiva dos fazendeiros. Essa decisão contraria as interpretações que atribuem aos interesses do café o controle

absoluto do aparelho de Estado na Primeira República. De acordo com Fritsch, “as mudanças de política econômica de 1924 não podem ser consideradas, de modo algum, como tendo sido favoráveis aos interesses do café ou de São Paulo e, de fato, foram realizadas apesar deles”.

Segundo Fritsch, a opção deflacionista de 1924 teve efeitos desastrosos sobre o desempenho futuro da economia. “A redução de 11% no volume de meios de pagamento efetuada em 1925/26 foi a causa imediata da crise e estagnação que marcaram o período. A produção industrial, que se recuperava fortemente desde 1922, em consequência da proteção extra concedida pelo colapso cambial do início da década e de uma política monetária francamente expansionista, iria estacionar durante 1925/26 ao nível de 1924. O investimento industrial em termos reais, medido por um índice de *quantum* de importações de bens de capital para a indústria, que crescia continuamente desde 1923, sofreria uma redução de nada menos do que 26% em 1926”.

Outra consequência da vinda da Missão Montagu foi o desenvolvimento do cultivo do algodão no norte do Paraná, com a instalação da Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltd. Quando a Missão Montagu chegou, em 1924, Lord Lovsat, técnico em agricultura e reflorestamento, adquiriu duas glebas de terra para instalar fazendas e máquinas de beneficiamento de algodão. A novidade introduzida pela Companhia foi a repartição dos terrenos em lotes relativamente pequenos, oferecendo aos trabalhadores sem posses a oportunidade de adquirir os pequenos lotes com formas de pagamento adequadas às condições de cada comprador. A cidade de Londrina, no Paraná, surgiu em 1929 como primeiro posto avançado desse projeto inglês. A criação do município ocorreu em 1934.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: MONTEIRO, N. *Dicionário* (Verbete Artur Bernardes, v.1); FRITSCH, W. 1924; Londrina convention. Disponível em: <<http://www.londrinaconvention.com.br/suahistoria.aspx>>.

MOACIR, Antônio Pereira da Silva

*dep. fed. BA 1924-1930; sen. BA 1947-1951.

Antônio Pereira da Silva Moacir nasceu no dia 14 de abril de 1880 em Riacho de Santana (BA), filho de João Pereira da Silva e de Maria Amélia Pereira da Silva.

Estudou no Colégio João Florêncio e em seguida cursou a Faculdade de Medicina e Farmacologia da Bahia, formando-se em medicina e farmácia em 1900. Ainda como estudante foi médico residente em diversos hospitais, entre os quais o Hospital de Sangue de Canudos, região que na época virara palco de sangrento conflito envolvendo sertanejos liderados por Antônio Conselheiro e combatidos por tropas dos governos estadual e federal. Formado, exerceu a medicina geral por vários anos na região do rio São Francisco, especialmente na cidade de Bom Jesus da Lapa. Em decorrência do trabalho desenvolvido na região, foi eleito prefeito, deputado estadual e senador estadual. Em 1910 casou-se com Maria Rosa de Moncorvo Moacir, filha de Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, que foi presidente da província da Bahia no Império.

Eleito deputado federal para a legislatura 1924-1926, tomou posse na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal em maio de 1924. Foi reconduzido à Câmara nas legislaturas 1927-1929 e 1930-1932, mas esta última foi interrompida em 23 de outubro de 1930, com a vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e dissolveu os órgãos legislativos do país.

A partir de 1930, afastou-se da política por 15 anos. Nesse período dedicou-se ao comércio de algodão, tornando-se o maior comprador do produto no eixo Norte-Nordeste e o maior exportador, principalmente para a Inglaterra. Duas vezes eleito provedor da Santa Casa de Misericórdia em Salvador, restabeleceu o equilíbrio financeiro da instituição, fez construir um anexo ao hospital, o Pavilhão Manuel Vitorino, e instalou o Asilo Ernestina Guimarães. Na primeira metade da década de 1940, assumiu a presidência da Bolsa de Mercadorias da Bahia. O tino administrativo levou-o à superintendência da Comissão de Abastecimento na interventoria de Pinto Aleixo (1942-1945), num período difícil, em decorrência da Segunda

Guerra Mundial.

No início de 1945, estando ainda o país sob a ditadura do Estado Novo (1937-1945), mas estando também em debate entre os interventores a criação de um partido político nacional de apoio ao governo tendo em vista a redemocratização do país, foi convidado pelo interventor Pinto Aleixo para organizar na Bahia o Partido Social Democrático (PSD). O PSD foi lançado nacionalmente em 17 de julho de 1945, o Estado Novo caiu em 29 de outubro, e em 2 de dezembro foram realizadas eleições para a presidência da República e para a Assembleia Nacional Constituinte. Secretário-geral do PSD baiano, Pereira Moacir foi eleito senador pela Bahia nas eleições de janeiro de 1947 e assumiu o mandato em abril do mesmo ano. Durante sua permanência no Senado integrou, entre outras, a Comissão de Saúde, e foi vice-presidente da comissão especial de inquérito sobre a indústria têxtil. Fez também diversos discursos sobre a exploração do petróleo na Bahia. No dia 3 de outubro de 1950 candidatou-se a deputado federal na legenda Coligação Baiana, que reunia o PSD, o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Social Trabalhista (PST), e obteve uma suplência, o que fez com que, ao fim da legislatura, em janeiro de 1951, se afastasse definitivamente da vida parlamentar.

Também em 1951 foi convidado a assumir a presidência do Instituto do Cacau da Bahia. Permaneceu no cargo até 1955, quando foi afastado por Antônio Balbino de Carvalho Filho, recém-empossado no governo do estado (1955-1959). Foi ainda membro do Conselho Consultivo do Banco do Nordeste.

Faleceu aos 86 anos de idade, em Salvador, no dia 5 de dezembro de 1966.

De seu casamento com Maria Rosa de Moncorvo Moacir, teve uma filha. Era tio do desembargador Evandro Pereira de Andrade e do promotor Abelardo Moacir de Andrade.

Liliane de Brito Freitas/Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABREU, A; BELOCH, I. *Dicionário; Diário de Notícias* (6/12/1966; p. 3). Sepultamento do ex-senador Pereira Moacir; *Diário Oficial do Estado da Bahia*

(p.491); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (p.325-326); *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (263, p. 80); SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp>. Acesso em: 18/6/2009; SENADO. *Dados biográficos dos senadores baianos*; *Tarde* (5/4/1980, 5/12/1966). Faleceu o ex-Senador Pereira Moacir, O centenário de Pereira Moacir.

MOACIR, Pedro

*dep. fed. RS 1894-1896 e 1906-1914; dep. fed. RJ 1915-1917.

Pedro Gonçalves Moacir nasceu em Porto Alegre no dia 29 de junho de 1871.

Concluiu os estudos preparatórios em Porto Alegre em 1885 e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. A partir de 1892 passou a advogar na capital gaúcha, e de 1892 a 1894 foi redator chefe do jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Ainda em 1892 foi eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, tornando-se primeiro secretário da Mesa Diretora da Assembleia.

Em 1894 casou-se com Francisca Vieira Alves de Oliveira e renunciou ao mandato estadual, pois foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR. Antes do término da legislatura, em 1896, rompeu com Júlio de Castilhos, então presidente do estado (1893-1898), e passou a defender a revisão constitucional da Constituição positivista gaúcha. Em 1897 fundou o jornal *A República*, do qual seria redator-chefe até 1899. Participou também da comissão organizada com o intuito de aprovar o projeto de programa e regimento do Partido Federalista, que havia sido fundado em 31 de março de 1892 em oposição ao PRR. Essa comissão, formada também por Rafael Cabeda, Alcides Lima e Barros Cassal, aprovou as novas propostas em 1901.

Em 1906 foi novamente eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, porém na legenda do Partido Federalista, que agora se opunha aos republicanos liderados por Borges de Medeiros, novo presidente do estado (1898-1908). Permaneceu como representante gaúcho na Câmara dos Deputados por três legislaturas, até 1914. Em março de 1908, com o objetivo de reunir todos os grupos descontentes com o controle do PRR sobre a política estadual, alguns membros da comissão diretora do Partido Federalista, entre os quais Pedro Moacir e Rafael Cabeda, encontraram-se com Assis Brasil na cidade de Bajé. Durante a reunião, chegou-se a redigir uma proposta unificadora das oposições gaúchas, sugerindo-se que o Partido Federalista, por conveniência política, deixasse em suspenso suas teses

parlamentaristas. Esse documento, contudo, não conseguiu promover a fusão, pois a facção federalista de Francisco Antunes Maciel, então deputado federal (1906-1911), se recusou a aceitar a incorporação por entender que isso significaria o sacrifício da doutrina parlamentar e o desaparecimento do próprio partido.

Em 1915 Pedro Moacir renovou seu mandato parlamentar, até 1917, agora eleito pelo estado do Rio de Janeiro e apoiado pelo então presidente fluminense Nilo Peçanha (1914-1917). Durante seus mandatos, fez parte das comissões mais importantes da Câmara, entre elas a Comissão de Constituição e Justiça, emitindo pareceres próximos a monografias por sua profundidade e extensão.

No campo jornalístico, foi redator de *O País* e *Diário de Notícias*, ambos no Rio de Janeiro. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de junho de 1919.

Publicou *O conflito das leis eleitorais da União e do estado do Rio Grande do Sul* (1908), *A revogação da neutralidade do Brasil* (1918), *Discursos parlamentares 1906-1908* (1925).

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, p.605, 606).

MONJARDIM, José Francisco

*dep. fed. ES 1900-19059.

José Francisco Monjardim nasceu em Vitória no dia 2 de dezembro de 1870, filho de Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o barão de Monjardim, e de Laurinda Luísa Pinto Pereira. Pertencia a uma família de poderosos políticos do Espírito Santo: seu bisavô, Inácio João Monjardim, foi capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo; seu avô, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, foi vice-presidente da província e deputado provincial numerosas vezes; seu pai foi também vice-presidente da província e deputado provincial e geral no Império, além de presidente do estado em 1891 e um dos mais importantes líderes da política capixaba nas primeiras décadas republicanas.

Estudou em Vitória, onde fez os preparatórios no Ateneu Provincial, e depois ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas transferiu-se para a de Recife e por ela se formou em 1891. Voltou a Vitória e abriu banca de advogado, profissão que exerceu por toda a vida, destacando-se como criminalista. Era um homem culto e admirado como excelente orador. Logo se engajou na política, inicialmente como redator do *Comércio do Espírito Santo*, jornal do partido presidido por seu pai, a União Republicana Espírito-Santense (URES). Quando o barão de Monjardim deixou essa agremiação e fundou o Partido Autonomista (PA), tornou-se redator do seu periódico, *O Autonomista* (1894). Em 1895 elegeu-se governador municipal de Vitória e, reeleito, exerceu o cargo até 1898.

Até então participava da oposição, mas em 1896 o Partido Autonomista, presidido por seu pai, fundiu-se ao Partido Republicano Construtor (PRC), no governo desde 1891, daí resultando o Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA). Tornou-se membro do diretório da agremiação, redator do seu jornal, *O Estado do Espírito Santo*, e em 1898 foi eleito deputado estadual. Ao terminar o mandato, foi incluído na chapa governista para o Congresso Nacional, onde exerceu dois mandatos sucessivos de deputado, entre 1900 e 1905. Nesse último ano, no governo de Henrique Coutinho, o ambiente político do estado foi agitado por um conflito entre o presidente estadual e o principal líder do partido

governista, o senador Muniz Freire. O rompimento entre os dois chefes dividiu o partido, as bancadas parlamentares e toda a política capixaba. A família Monjardim ficou ao lado de Muniz Freire, e no ano seguinte, nas eleições para o Congresso Nacional, os munizistas apresentaram uma chapa dissidente, em oposição à do governo estadual, incluindo José Monjardim como candidato à reeleição. Essa chapa foi reconhecida pela Comissão de Verificação de Poderes, ao invés da chapa governista, e José Francisco obteve um terceiro mandato, de 1906 a 1908, agora em oposição ao governo do estado.

Ao longo desses nove anos na Câmara de Deputados, José Francisco Monjardim teve uma atuação relevante ao participar dos debates, apresentar projetos de interesse do estado, compor a Comissão de Obras Públicas, que presidiu, a comissão de revisão do projeto de tarifas e, notadamente, integrar a Comissão dos 21, que elaborou o Código Civil Brasileiro, do qual foi autor da parte referente ao “pátrio poder, tutela e curatela”. Quando, em 1908, o governador Jerônimo Monteiro reuniu a quase totalidade das forças políticas capixabas em torno da fundação de um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), em substituição ao PRC, os Monjardim o acompanharam.

Em 1910, foi criada pelo governo federal a Escola de Aprendizes Artífices em Vitória, e posteriormente sua sede foi construída em terreno doado pela família Monjardim. José Francisco foi nomeado diretor escola, cargo que ocupou durante muitos anos (1910-1932). Esse estabelecimento tornou-se depois a Escola Técnica Federal do Espírito Santo, atualmente Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes).

José Monjardim exerceu o magistério, foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, e conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Espírito Santo. Teve participação importante no movimento maçônico capixaba a partir da Loja União e Progresso, fundada em Vitória no ano de 1872, em atividade até hoje, por ele presidida, no cargo de venerável, em 1898, 1899 e de 1915 a 1918.

Faleceu em Vitória, a 11 de agosto de 1944.

Casou-se duas vezes: a primeira em 1896 com Olinda Tovar, com quem teve 12 filhos, e,

após o falecimento desta, com Nadir Martins, com quem teve mais cinco filhos.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção; Comércio do Espírito Santo* (1896-1897); *Estado do Espírito Santo* (1898-1900); FRAGA, C. *Loja; Jornal Oficial* (1906-1907); MONJARDIM, L. *História*.

MONJARDIM, Manuel Silvino

*dep. fed. ES 1918-1923; sen. ES 1924-1930.

Manuel Silvino Monjardim nasceu em Vitória no dia 17 de fevereiro de 1876, filho de Alfeu Adelfo Monjardim de Andrade e Almeida, o barão de Monjardim, e de Laurinda Luísa Pinto Pereira. Pertencia a uma família de poderosos políticos do Espírito Santo: seu bisavô, Inácio João Monjardim, foi capitão-mor governador da capitania do Espírito Santo; seu avô, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, foi vice-presidente da província e deputado provincial numerosas vezes; seu pai foi também vice-presidente da província e deputado provincial e geral no Império, além de presidente do estado em 1891 e um dos mais importantes líderes da política capixaba nas primeiras décadas republicanas.

Estudou em Vitória e em seguida na Faculdade de Medicina da Bahia, durante três anos, transferindo-se depois para a do Rio de Janeiro, onde se diplomou em 1899. Voltou a Vitória e iniciou uma longa carreira de médico: assistiu aos empregados da Estrada de Ferro Vitória a Minas durante a construção da ferrovia e prestou serviços profissionais na Santa Casa de Misericórdia de Vitória, no Serviço de Saúde do estado, enviado para combater epidemias por diversas vezes, e no Serviço Médico da Polícia estadual. Muito querido por seus clientes, ricos ou pobres, conhecido pelo apelido de doutor Duquinha, conquistou grande popularidade. Foi também professor da Escola Normal em Vitória.

Ingressou na política, seguindo o pai e os irmãos mais velhos, José Francisco, então deputado federal, e Argeu Hortêncio, vice-governador do estado, todos no Partido Republicano Construtor Autonomista (PRCA), que resultara da fusão do Partido Republicano Construtor (PRC) com o Partido Autonomista (PA), presidido pelo barão de Monjardim. Foi eleito membro do governo municipal de Vitória em 1901, e deputado estadual de 1904 a 1907. Durante seu mandato houve a divisão do partido, resultado de um conflito entre o presidente do estado, Henrique Coutinho, e o principal líder partidário, Muniz Freire, a quem os Monjardim apoiaram. Manuel Silvino fez parte de uma chapa dissidente que contestou o resultado da eleição de 1907, mas a chapa governista foi

reconhecida, e ele ficou fora do Legislativo estadual naquela legislatura. Em 1908, Jerônimo Monteiro, então no governo do estado, promoveu a união de quase todos os grupos políticos capixabas para fundar um novo partido sob sua direção, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), em substituição ao PRCA, e os Monjardim dele participaram. A partir de 1910, Manuel Silvino foi eleito para mandatos sucessivos de deputado estadual até 1918, quando foi incluído na chapa de candidatos a deputado federal. Eleito para a legislatura 1918-1920, reelegeu-se para um segundo mandato e, findo este em 1923, foi eleito senador. Ocupou uma cadeira no Senado até a Revolução de 1930 e participou das comissões de Saúde Pública, Estatística e Colonização e de Diplomacia, Tratados e Legislação Social.

Foi membro da Guarda Nacional e da Loja Maçônica União e Progresso de Vitória, da qual foi venerável.

Faleceu no Rio de Janeiro, a 3 de agosto de 1966.

Casou-se com Ursulina Guaraná, e um de seus filhos, Alcebíades, foi deputado estadual e federal no período pós-1930.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção*; DERENZI, L. *Caminhos*; FRAGA, C. *Loja*; *Jornal Oficial* (1906-1907); MONJARDIM, L. *História*; SENADO. *Dados biográficos dos senadores do Espírito Santo*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=2078&li=35&lcab=1930-1930&lf=35>. Acesso em: 8/2010.

MONTE, Helvécio da Silva

*dep. fed. CE 1894-1899.

Helvécio da Silva Monte nasceu em Penedo (AL) no dia 28 de novembro de 1840, filho do cearense João José do Monte e da sergipana Rosa da Silva Travassos.

Fez o curso primário na vila de Japaratuba (AL) e daí seguiu para Salvador, onde fez o curso de humanidades. Em 1858 matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia e colou o grau de doutor em 1864. Em 1865 foi clinicar em Sobral (CE), onde trabalhou como médico na Estrada de Ferro. Nessa cidade casou-se com Ernestina Monte, sua prima, com quem teve quatro filhos.

Filiado ao poderoso Partido Liberal cearense, comandado à época pelo poderoso Senador Pompeu, foi eleito deputado provincial quando transferiu residência para Fortaleza. Em 1878 foi eleito presidente da Assembleia. Em 1889 foi nomeado professor catedrático de ciências naturais do Liceu do Ceará, cargo que só deixaria com a reforma que se seguiu à República, quando foi nomeado catedrático de biologia no mesmo Liceu.

Em 1892 foi eleito deputado estadual constituinte do Ceará. Em 1894 foi deputado federal para a legislatura 1894-1896, sendo reeleito para a legislatura 1897-1899. Em 1902 foi nomeado chefe da Saúde Pública do Distrito Federal, tendo papel de destaque na campanha promovida pelo médico Osvaldo Cruz para a erradicação da febre amarela. Aposentou-se nesse cargo em 1910. Em 1920 tornou-se sócio correspondente do Instituto do Ceará.

Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de fevereiro de 1940, aos cem anos de idade.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p.283).

MONTE, Manuel Clementino do

*dep. fed. AL 1894-1896, 1913-1914 e 1927-1929; sen. AL 1930.

Manuel Clementino do Monte nasceu em Penedo (AL) no dia 17 de março de 1859.

Fez o curso primário em sua cidade natal e o secundário na Bahia e no Liceu de Maceió. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1877, e em 1880 se transferiu para São Paulo, bacharelando-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco em 1881. Depois de formado regressou a Penedo e ingressou na política filiando-se ao Partido Liberal do Império. Nessa legenda foi eleito, no ano seguinte, deputado provincial em Alagoas para a legislatura de 1882 a 1883. Reeleito para as três legislaturas seguintes (1884 a 1889), presidiu a Assembleia Legislativa estadual nesse último ano.

Já após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, tornou-se redator e diretor da revista *O Direito*, no Rio de Janeiro, em 1893. No ano seguinte foi eleito deputado federal por Alagoas. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio de 1894, exerceu seu mandato até dezembro de 1896, quando terminou a legislatura.

Por um período abandonou a política e montou escritório de advocacia no Rio de Janeiro. Retornou a Alagoas em 1911 e passou a combater o governo de Euclides Malta (1906-1912). Voltou a assumir uma cadeira de deputado federal em agosto de 1913, tendo exercido o seu mandato até dezembro do ano seguinte. Após algum tempo sem concorrer a cargo eletivo, foi novamente eleito deputado federal por Alagoas em 1927, assumindo seu mandato em maio desse ano. Em 15 de abril de 1928 ingressou como sócio no Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas. Permaneceu na Câmara dos Deputados até dezembro de 1929, quando se encerrou a legislatura.

Em 1930 foi eleito senador por Alagoas. Assumiu sua cadeira em maio, mas permaneceu no Senado só até outubro, quando, após a vitória da Revolução de 1930, todos os órgãos legislativos do país foram dissolvidos.

Foi ainda membro da comissão diretora do Partido Economista Democrático de Alagoas.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 7 de março de 1948.

Publicou *Breve resenha dos fatos de Penedo (AL)*, no tricentenário de 12 de abril de 1636 a 12 de abril de 1936 (1936) e *Memória sobre Fernandes de Barros (Dr. Manuel Joaquim Fernandes de Barros)* (1940), além de várias apelações.

Reynaldo de Barros

FONTES: BARROS, F. *A B C das Alagoas*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.4, p.1967/8).

MONTEIRO, Augusto

*magistrado; dep. fed. RN 1912-1914.

Augusto Carlos de Vasconcelos Monteiro nasceu em Goianinha (RN) no dia 12 de outubro de 1881, filho de Matias Carlos de Vasconcelos Monteiro e de Genuína Adelaide de Vasconcelos Monteiro.

Ingressou na Escola Militar do Ceará em 1897, mas desistiu de continuar os estudos e retornou ao Rio Grande do Norte, onde completou os preparatórios no Ateneu Norte-Rio-Grandense, em Natal. Em 1898 ingressou na Faculdade de Direito do Recife, concluindo o curso em 1902. Em janeiro de 1903, de volta ao estado natal, foi nomeado promotor público de Canguaretama. Em novembro de 1906 assumiu o posto de juiz de direito de Acari e em 1907 foi removido para Caicó. Ali exerceu a magistratura até 1911, dirigindo a seção local do Partido Republicano em sintonia com a corrente “pedrovelhista”, que dava continuidade às orientações de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, chefe político falecido em 1907.

No início de 1912 foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Norte. Terminado o mandato em 1914, em abril do ano seguinte foi nomeado prefeito do Alto-Acre, então um dos quatro departamentos em que estava dividido o Acre, por influência de Augusto Tavares de Lira, que fora responsável pela reorganização administrativa do território quando ministro da Justiça e Negócios Interiores. Ocupou a prefeitura até janeiro de 1919, quando, em viagem do Acre para Natal, morreu na cidade de Belém, vitimado pela gripe espanhola, no dia 9 de março de 1919.

Foi casado duas vezes: a primeira com Amália Adelaide Simonetti de Vasconcelos Monteiro, com quem teve três filhos, e a segunda com Maria Vale Monteiro, com quem teve duas filhas.

Renato Amado Peixoto

FONTES: CALIXTO, V. *Resumo*; CÂMARA, J. *Aspecto* (p.104-167); CENTENO, C. *Dever*; LIRA, C. *Tavares*; SOARES, A. *Dicionário*.

MONTEIRO, Bernardino de Sousa

*sen. ES 1909-1916; pres. ES 1916-1920; sen. ES 1920-1930.

Bernardino de Sousa Monteiro nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) a 6 de outubro de 1864, filho de Francisco de Sousa Monteiro e de Henriqueta Rios de Sousa. Seu pai, mineiro de nascimento, mudou-se para o Espírito Santo nos primeiros tempos da expansão do café no vale do rio Itapemirim e se tornou um grande fazendeiro, com atuação política no município de Cachoeiro. Em Minas, trabalhara para o comerciante Bernardino Ferreira Rios, que também migrou para o Espírito Santo na mesma época e se estabeleceu com fazenda e grande comércio em Cachoeiro. Francisco casou-se com uma filha dele, Henriqueta, com quem teve 11 filhos, quase todos ligados à vida pública do Espírito Santo: Jerônimo, Bernardino, Antônio e José foram políticos, Fernando foi bispo do Espírito Santo, Maria casou-se com o deputado federal Manuel Leite de Novais Melo, Bárbara foi mãe de Carlos Lindenberg, governador do estado e senador, e Henriqueta casou-se com Florentino Ávidos, que seria presidente do estado e senador após a morte dela. A família Monteiro liderou a oligarquia capixaba durante a maior parte da Primeira República.

Bernardino foi criado na fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região, junto aos pais e irmãos. Quando chegou a hora de iniciar os estudos secundários foi enviado para o Caraça, colégio de irmãos lazaristas famoso pela rigidez de sua disciplina, em Minas Gerais. Terminado o curso, em 1886, passou ao Seminário São José, no Rio de Janeiro, em companhia do irmão Fernando, mas não completou a formação, pois desistiu da carreira eclesiástica, e ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, na qual se formou em 1893. Voltou para Cachoeiro, iniciou o exercício da advocacia e casou-se com Iná, filha do então senador pelo Espírito Santo Gil Goulart, que havia sido uma importante liderança política em Cachoeiro no Império. O casal foi residir na chácara de Goulart, que se mudara para o Rio de Janeiro, e lá formou uma numerosa família.

Em 1896, Bernardino se elegeu para o Conselho Municipal de Cachoeiro, pelo Partido Republicano Construtor (PRC), que governava o estado, em eleição contestada pela

oposição e somente decidida com a intervenção do presidente Muniz Freire e da Corte de Justiça. Naquele ano, iniciou-se um forte movimento de oposição no estado e no âmbito federal, e Bernardino e Gil Goulart dele participaram. Como oposicionista, reelegeu-se em 1900 e em 1904. No ano seguinte houve uma grande mudança na política capixaba, com a divisão das forças governistas entre o presidente do estado Henrique Coutinho e Muniz Freire, até então a principal liderança do PRC. Bernardino posicionou-se ao lado do presidente Coutinho, e passou a integrar a base governista e o PRC. Em 1906 integrou a chapa do partido como candidato a deputado federal, porém o Congresso Nacional reconheceu a chapa dissidente, encabeçada por Muniz Freire, candidato a senador, e não a do governo estadual. No ano seguinte, Bernardino foi eleito deputado estadual (1907-1910), acumulando esse mandato com o de conselheiro municipal, que renovou em 1908, o que era permitido na época.

Também em 1908, seu irmão Jerônimo foi eleito presidente do estado e promoveu a reunião da maior parte das forças políticas estaduais em torno da criação de um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC, que foi extinto. Em 1909, Bernardino foi eleito senador. No Senado, travou em 1912 uma rumorosa polêmica com Muniz Freire, saindo em defesa de Jerônimo, contra o qual aquele parlamentar apresentara sérias denúncias.

Em 1916, Bernardino foi lançado candidato à presidência do estado, e sua candidatura provocou a mais séria crise política da Primeira República no Espírito Santo. Vários aliados, incluindo a bancada capixaba no Congresso Nacional – exceto ele próprio e Jerônimo, então deputado –, o líder do governo na Assembleia Legislativa, o vice-presidente do estado e numerosos governos municipais promoveram um forte movimento de oposição, acusando os Monteiro de procurar consolidar uma oligarquia familiar no estado e de terem levado as finanças estaduais a uma situação de insolvência. Entre os parlamentares, o senador João Luís Alves e o deputado Torquato Moreira dirigiram a oposição e conseguiram o apoio do presidente da República Venceslau Brás (1914-1918), que estava empenhado no saneamento financeiro do país e procurou em vão demover os

Monteiro daquela candidatura, dando suporte, no início, à oposição. Contra Bernardino, foi lançado José Gomes Pinheiro Júnior, antigo adversário dos Monteiro e também político de Cachoeiro, para a presidência do estado, e Alexandre Calmon, chefe político de Colatina, para a vice-presidência. O conflito se estendeu a numerosos municípios, em muitos casos com grande violência, e provocou a fuga de centenas de pessoas para Minas Gerais e para o estado do Rio de Janeiro.

Realizadas as eleições, as duas facções proclamaram eleitos e empossaram seus candidatos pelas duas Assembleias que funcionavam, cada qual se declarando legítima. Bernardino tinha a vantagem de ocupar o palácio; a oposição fixou a sede de seu governo em Colatina e recorreu à instância federal, pedindo a intervenção no estado e o reconhecimento de seus candidatos. A violência se agravou e só não foi maior porque os rebeldes foram ludibriados numa compra de armas que fizeram, o que deixou suas forças inferiorizadas diante dos governistas, que dispunham da polícia, além de tropas de coronéis. O episódio ficou conhecido como Revolta do Xandoca, apelido de Alexandre Calmon.

No Congresso Nacional travaram-se longas discussões, nas quais os parlamentares rebeldes faziam pesadas acusações aos Monteiro, particularmente a Jerônimo, e ao governo. O caso se arrastou por alguns meses e terminou com a vitória dos Monteiro, mas eles saíram desgastados do episódio, principalmente Jerônimo, dadas as denúncias apresentadas por seus ex-aliados. No dia 17 de agosto foi recusada, pela Câmara, a intervenção no Espírito Santo, o que garantia a posse de Bernardino, e a 1º de setembro foi aprovada uma anistia a todos os envolvidos.

A primeira tarefa de Bernardino era a pacificação do estado e, com ela, a governabilidade, o que ele conseguiu realizar paulatinamente, com habilidade. A crise econômica foi revertida com o fim da Primeira Guerra Mundial, em 1918, e a alta acentuada do preço do café causou uma receita recorde em 1919 permitindo desafogar as finanças estaduais. Porém Bernardino encampou o Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, assumindo uma nova e pesada dívida. A economia começava a se diversificar, beneficiando-se das indústrias de açúcar e de tecidos no vale do Itapemirim, do aumento da exportação de

madeira e do impulso dado pelo governo à produção de cacau. A principal realização de seu governo foi a elaboração e o início da execução de um projeto de viação para o estado, incluindo as primeiras rodovias destinadas ao tráfego automotivo e uma ferrovia ligando Cachoeiro ao porto de Itapemirim.

Ao final do mandato, em 1920, Bernardino enfrentou nova crise sucessória, dessa vez dividindo os Monteiro. Ele e Jerônimo entraram em choque a respeito do candidato a sua sucessão. O senador Nestor Gomes foi escolhido como candidato de conciliação, e as eleições se realizaram sem problemas, embora em clima tenso, pois os partidários de Jerônimo acusavam o governo de perseguir seus aliados. Após o pleito a situação se agravou, com os jeronimistas denunciando demissões de funcionários nomeados por Jerônimo e invasões policiais violentas de fazendas de seus aliados. Em maio, aproximando-se o final do mandato de Bernardino, os jeronimistas decidiram não reconhecer a eleição de Nestor. A Assembleia Legislativa se dividiu em duas, cada qual se reunindo separadamente e se declarando legítima. A Assembleia jeronimista elegeu Etienne Dessaune presidente da Casa, negou o reconhecimento da eleição de Nestor e, ficando assim vago o cargo de presidente do estado, a 23 de maio empossou Dessaune como presidente. A Assembleia bernardinista não tinha o quorum mínimo necessário para dar posse a Nestor, nem o controle da sede e dos livros da Assembleia, em mãos dos jeronimistas, mas se reuniu no palácio, acrescentou nomes de adversários à ata, e empossou Nestor.

Nessa altura, o conflito já se tornara armado, e a polícia se rebelara contra seus chefes governistas e saíra em apoio a Jerônimo, ficando Bernardino e Nestor apenas com a guarda do palácio e capangas dos coronéis. A posse de Nestor se deu no palácio sitiado, onde se entrincheiravam seus partidários. Começou o tiroteio, pondo em pânico a capital. No dia 27 de maio o presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) decretou intervenção federal no estado, e as tropas do Exército assumiram o controle da cidade. O caso passou ao Congresso Nacional, que confirmou a posse de Nestor Gomes.

Bernardino saíra vitorioso e daí em diante se tornou o político mais poderoso do estado,

controlando a máquina do PRES. Porém teve que aceitar a presença de antigos adversários, como Pinheiro Júnior, no diretório do partido. Por seu lado, Nestor Gomes, bem como seus sucessores, exerciam o poder que lhes dava o cargo e não foram submissos a ele. Bernardino voltou ao Senado no mesmo ano e nele permaneceu até 1930, quando faleceu a 12 de maio, antes de tomar posse após uma nova reeleição.

De seu casamento com Iná Goulart teve 11 filhos, um dos quais, Nelson Goulart Monteiro, fez longa carreira política, iniciada na Primeira República como deputado estadual (1919-1930) e continuada após 1930 como deputado estadual, secretário de governo e deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD) em duas legislaturas.

Nara Saletto

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção* (1917, 1923); *Caso do Espírito Santo: como nasceu*; *Caso do Espírito Santo: pela verdade*; CHEQUER FILHO, N. *Revolta*; MONTEIRO, Bernardino de Souza. *Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo* 13/9/1917, 16/10/1918, 12/10/ 1919); NOVAES, H. *Memórias*; NOVAES, M. *Jerônimo*; SANTOS, A. *Republicano*.

MONTEIRO, Bernardo

* jornalista; dep. fed. MG 1903-1910; sen. MG 1910-1923.

Bernardo Pinto Monteiro nasceu em Ubá, na então província de Minas Gerais, no dia 11 de novembro de 1857, filho de José Mariano Pinto Monteiro, major da Guarda Nacional, e de Carolina Duarte Monteiro.

Estudou humanidades no Seminário de Mariana (MG) e no Colégio Progresso, em Juiz de Fora (MG). Após cursar os preparatórios no Externato Arquino, no Rio de Janeiro, então capital do Império, bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1885. Ainda como estudante de direito, engajado no movimento político de sua época, trabalhou como revisor da *Gazeta de Notícias*. Assim que se formou, transferiu-se para Ouro Preto (MG) para exercer a advocacia. Nesse município foi secretário do diretório do Partido Liberal, redator de *O Liberal Mineiro* e líder da campanha abolicionista, a favor da emancipação dos escravos.

Iniciou suas atividades políticas elegendo-se deputado geral pelo estado de Minas Gerais no dia 3 de outubro de 1889. Pouco mais de um mês depois, com a proclamação da República, foi convidado pelo então governador do estado de Minas Gerais, José Cesário de Faria Alvim (1889-1890), para ocupar a função de secretário estadual. Recusou, contudo, o convite e foi eleito vereador, presidente da Câmara e agente executivo municipal de Ouro Preto. De 12 de setembro de 1899 a 7 de setembro de 1902, durante o governo de Francisco Silviano de Almeida Brandão (1898-1902), foi prefeito de Belo Horizonte.

Eleito deputado federal para as legislaturas 1903-1905, 1906-1908 e 1909-1911, deixou a Câmara dos Deputados em agosto de 1910 e foi eleito senador. Assumiu sua cadeira no Senado em maio de 1911 e, reeleito, nela permaneceu até 1923. No Senado, presidiu a Comissão de Poderes e integrou as Comissões de Finanças, de Constituição, de Diplomacia, de Obras Públicas e de Empresas Privilegiadas. Foi ainda relator do Orçamento do Ministério do Exterior.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 24 de julho de 1924.

Foi casado com Jesuína Andrade Monteiro.

Vanessa Lana

FONTES: MONTEIRO, N. *Dicionário*; SENADO. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1518&li=28&lcab=1909-1911&lf=28>. Acesso em: 7/11/2008.

MONTEIRO, Carneiro

*const. 1891; dep. fed. RS 1891-1907; pres. RS 1892; sen. RS 1907-1920.

Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro nasceu em Alegrete (RS) no dia 26 de abril de 1859, filho do tenente-general Vitorino José Carneiro Monteiro, barão de São Borja, e de Benevenuta Carneiro Monteiro. Seu avô, brigadeiro Bento Manuel Ribeiro, foi um importante militar com grande destaque na Guerra Cisplatina e na Guerra dos Farrapos. Matriculou-se na Escola Militar e cedo se manifestou republicano, contrariando as tradições conservadoras da família e de seu irmão mais velho, Severino Ribeiro, conservador militante e chefe político em Alegrete. Além de cursar a Escola Militar, bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1883.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito em 15 de setembro de 1890 deputado federal constituinte pelo Rio Grande do Sul na legenda do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), liderado por Júlio de Castilhos. Assumiu sua cadeira em 15 de novembro, quando foi instalado o Congresso Nacional Constituinte, e participou da elaboração da Constituição que foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. No dia seguinte, quando a Assembleia elegeu o presidente da República, manifestaram-se sintomas de ruptura na liderança exercida por Castilhos: embora a orientação dada pelo PRR fosse de apoio à candidatura do marechal Deodoro da Fonseca, Vitorino Carneiro Monteiro, Assis Brasil, Manuel da Rocha Osório e Alcides Lima votaram em Prudente de Moraes.

Em 3 de maio de 1891, ao ter início a legislatura ordinária, Carneiro Monteiro tomou assento na Câmara dos Deputados. Em 15 de julho, eleito pela Constituinte estadual, Júlio de Castilhos assumiu o governo do Rio Grande do Sul. Em 3 de novembro, diante das dificuldades políticas que enfrentava, o marechal Deodoro da Fonseca decidiu fechar o Congresso Nacional, provocando protestos em vários pontos do país. Júlio de Castilhos de início não se manifestou, mas no dia 12 de novembro acabou por declarar-se a favor de Deodoro. No dia seguinte foi obrigado a renunciar, entregando o poder a uma junta governativa formada por Assis Brasil, João de Barros Cassal e o general Domingos Barreto

Leite. Cinco dias depois, Assis Brasil renunciou, passando Barreto Leite e Barros Cassal a se revezar no comando do estado. Em 23 de novembro, diante da ameaça de oficiais da Marinha de bombardear o Rio de Janeiro, o próprio Deodoro renunciou, sendo substituído pelo vice-presidente marechal Floriano Peixoto.

A instabilidade no Rio Grande do Sul prosseguiu durante todo o ano de 1892. Em 8 de junho Barros Cassal foi substituído no governo por José Antônio Correia da Câmara, o visconde de Pelotas, que por sua vez foi derrubado nove dias depois por um movimento articulado por Júlio de Castilhos. Este, contudo, depois de vitorioso, não assumiu o poder. Apesar das divergências anteriores envolvendo a eleição de Deodoro, preferiu entregar o governo a Carneiro Monteiro, que o exerceu até 27 de setembro e o transferiu então a Fernando Abbott, secretário do Interior. Abbott conduziu as eleições que mais uma vez levaram Júlio de Castilhos ao poder e em 25 de janeiro de 1893 transmitiu-lhe o governo. No mês seguinte, eclodiu a Revolução Federalista.

Durante o conflito entre os federalistas (maragatos), de um lado, e os republicanos castilhistas e mais o governo federal de Floriano Peixoto, de outro, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, Carneiro Monteiro foi nomeado ministro plenipotenciário no Uruguai. Nessa função, assinou em Montevideu, em fevereiro de 1894, protocolo sobre as reclamações do governo Oriental pela morte de uruguaios na fronteira durante a Revolução Federalista. Mesmo como ministro, foi reeleito deputado federal em 1894. Deixou o posto em Montevideu em março de 1895, tomou assento na Câmara dos Deputados e, quatro vezes reeleito, nela permaneceu até o ano de 1907. Na Câmara, foi membro da Comissão de Finanças e aliado do senador gaúcho Pinheiro Machado.

Em 3 de março de 1907 foi eleito senador pelo Rio Grande do Sul, na vaga aberta com a renúncia de Ramiro de Barcelos, e permaneceu no Senado Federal até o ano de 1920.

Faleceu a bordo do navio *Itapuca*, indo para o Rio de Janeiro, em 30 de maio de 1920.

Raimundo Hélio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BELOCH, I. ; ABREU, A. *Dicionário*;
O'DONNELL, F. *Apparício*.

MONTEIRO, César Resende do Rego

*magistrado; gov. AM 1921-1924.

César Resende do Rego Monteiro foi desembargador no Amazonas. Assumiu a presidência do Tribunal de Justiça do estado no ano de 1899 e ocupou o cargo até 1901.

Em 1920 foi eleito governador do Amazonas, sucedendo a Pedro de Alcântara Bacelar.

Tomou posse no dia 1º de janeiro de 1921 e passou o governo no dia 9 de janeiro de 1924 ao presidente da Assembleia Legislativa amazonense, Turiano Chaves Meira.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: BITTENCOURT, A. *Dicionário*; CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 16/9/2010; SUP. TRIB. JUST. AM. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em: 16/9/2010.

MONTEIRO, Esperidião

*dep. fed. SE 1916-1917.

Esperidião Ferreira Monteiro nasceu na vila de Santo Amaro (SE) em 16 de julho de 1868, filho de Francisco de Paula Monteiro e de Rosa Amélia Monteiro.

Estudou humanidades no Ateneu Sergipense e fez os estudos superiores na Faculdade de Direito do Recife, obtendo o grau de bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1889. Concluído o curso de direito, exerceu os cargos de intendente municipal e promotor público da comarca de Limoeiro (PE), tendo fundado um colégio de instrução secundária na cidade. Posteriormente, assumiu a promotoria das comarcas pernambucanas de Bezerros e Gravatá. Nomeado juiz de direito da comarca de Glória de Goitá (PE), foi destituído pela legislação que anulou a organização judiciária do estado. Abriu então um escritório de advocacia na cidade da Vitória (PE) e, depois, transferiu-se para a capital pernambucana. Posteriormente, fixou residência nos Estados Unidos e, em 1899, passou a viver em Paris. Impedido de advogar na Europa, devido à condição de estrangeiro, passou a intermediar negociações que tinham como foro Brasil e Portugal.

De regresso ao país em 1907, estabeleceu-se no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e deu prosseguimento à carreira de advogado. Nesse período, negociou com um sindicato norte-americano a exploração de riquezas minerais localizadas nos estados de Minas Gerais, Sergipe e Bahia.

Estando em curso a legislatura 1915-1917, foi eleito deputado federal por Sergipe em 1916, na vaga aberta pelo falecimento de Felisbello Freire. Exerceu o mandato até dezembro de 1917.

Faleceu no Rio de Janeiro em 16 de julho de 1918.

Escreveu *Processo por crime de calúnias* e *O estado de Sergipe e o seu progresso*.

Cláudia Calmon

FONTES: GUARANÁ, M. *Dicionário*.

MONTEIRO, Henrique Borges

*dep. fed. RJ 1903-1911 e 1921-1925.

Henrique Borges Monteiro nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 11 de janeiro de 1869, filho de Isidro Borges Monteiro e de Augusta Rosa da Silva.

Bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1889 e no ano seguinte assumiu a promotoria pública da comarca de Cachoeira (SP). Posteriormente tornou-se promotor público em Vassouras (RJ), onde também manteve um escritório de advocacia, foi juiz de direito, superintendente de ensino e vereador. Fixando-se no estado do Rio de Janeiro, de 1898 a 1902 exerceu o mandato de deputado estadual.

Em 1903 foi eleito deputado federal pelo estado do Rio. Tomou posse na Câmara dos Deputados, no Distrito Federal, em maio do mesmo ano, e foi reeleito para as duas legislaturas seguintes, exercendo o mandato até dezembro de 1911. Foi membro das comissões de Legislação e Justiça, de Tarifas, de Reforma Eleitoral e de Agricultura da Câmara. Voltou a exercer mandato eletivo em 1921, quando foi novamente eleito deputado federal. Reelegeu-se em 1924, mas faleceu antes do fim da legislatura, em 4 de março de 1925.

Foi casado com Ilídia Correia de Araújo e teve nove filhos.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2, p. 145-146); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 108). GeneAll. Disponível em: <<http://www.geneall.net/>>. Acesso em: 11/12/2010; GeneaMinas. Disponível em: <<http://www.geneaminas.com.br/genealogia-mineira>>. Acesso em: 11/12/2010.

MONTEIRO, Jerônimo

* dep. fed. ES 1897-1899; pres. ES 1908-1912; dep. fed. ES 1915-1917; sen. ES 1918-1927.

Jerônimo de Sousa Monteiro nasceu em Cachoeiro de Itapemirim (ES) a 4 de junho de 1870, filho de Francisco de Sousa Monteiro e de Henriqueta Rios de Sousa. Seu pai, mineiro de nascimento, mudou-se para o Espírito Santo nos primeiros tempos da expansão do café no vale do rio Itapemirim e se tornou um grande fazendeiro, com atuação política no município de Cachoeiro. Em Minas, trabalhara para o comerciante Bernardino Ferreira Rios, que também se mudou para Cachoeiro na mesma época, lá se fixando com fazenda e estabelecimento comercial. Francisco casou-se com sua filha, Henriqueta, e formaram numerosa família.

Jerônimo nasceu e passou a infância na fazenda Monte Líbano, uma das mais ricas da região, e fez seus primeiros estudos numa escola de Cachoeiro. Passou depois para o Caraça, famoso colégio de Minas Gerais, onde já estudavam seus irmãos mais velhos, porém um ano depois foi transferido para o Colégio São Luís, em Itu (SP), onde completou os estudos secundários. Coursou a seguir a Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se diplomou em 1894. Antes mesmo de formado atuou como promotor público em Cachoeiro. Em 1895 foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Construtor (PRC), que governava o Espírito Santo. Foi um deputado ativo, apoiando o governo. Ao final de seu mandato, em 1897, foi eleito deputado federal na chapa governista para a legislatura 1897-1899, porém no ano seguinte, num momento de divisão e radicalização da política capixaba, rompeu com seu partido, o PRC. Para a eleição estadual de 1900, fundou uma nova agremiação, o Partido da Lavoura (PL), e lançou candidato próprio à presidência do estado, Ramiro de Barros Conceição, com o apoio de toda a oposição. Mas o PRC já se havia fortalecido em torno da candidatura de Muniz Freire para um segundo mandato, e saiu vitorioso do pleito.

Derrotado, Jerônimo se afastou da política capixaba. Mudou-se para Santa Rita do Passa

Quatro (SP), comprou uma fazenda, exerceu a advocacia e o jornalismo e envolveu-se na política local. Casara-se com Cecília, filha do comendador Cícero Bastos, mineiro de nascimento, que passara alguns anos no Espírito Santo e se tornara um empresário bem-sucedido e bem relacionado em Piracicaba (SP), e a quem Jerônimo foi muito ligado. Em sua ausência, a família Monteiro tornou-se mais influente no Espírito Santo: seu irmão Fernando tornou-se bispo, enquanto outro irmão, Bernardino, projetou-se como chefe político em Cachoeiro de Itapemirim e casou-se com uma filha do senador Gil Goulart. Em 1906, o presidente do estado Henrique Coutinho (1904-1908) resolveu vender a Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo e confiou a tarefa a Cícero Bastos. Este, por sua vez, encarregou Jerônimo Monteiro de realizar a operação. Jerônimo recebeu também a missão de negociar o pagamento de uma dívida do estado com o Banco do Brasil. Realizadas as duas operações, projetou-se junto à oligarquia capixaba.

DE PRESIDENTE DO ESTADO A SENADOR

A política estadual, na ocasião, estava dividida entre o presidente Coutinho e o senador Muniz Freire, que, até entrar em choque com Coutinho em 1905, havia sido a principal liderança do partido governista, o PRC. A acirrada luta política que travavam desgastava a ambos. Ao final do mandato de Henrique Coutinho, Jerônimo se lançou candidato à sua sucessão e conseguiu o apoio do presidente da República, Afonso Pena (1906-1909), que procurava pacificar a política capixaba e encarregou o deputado mineiro João Luís Alves, que tinha relações pessoais com Jerônimo, de negociar uma candidatura com esse objetivo.

Aprovado seu nome na convenção do PRC com pequena oposição, Jerônimo tratou de promover cuidadosamente sua candidatura, fazendo visitas a Santa Rita do Passa Quatro, onde foi recebido com festas, ao presidente de São Paulo, a quem manifestou seu interesse em conhecer os serviços públicos do estado a fim de se inspirar para realizar reformas no Espírito Santo, e ao presidente da República, no Rio de Janeiro, sempre acompanhado de políticos influentes, com ampla cobertura da imprensa. Em janeiro de 1908, lançou um

Manifesto Político, praticamente um programa de governo, no qual analisava os problemas do estado e propunha políticas para solucioná-los, além de prometer respeitar os princípios liberais da Constituição.

A eleição se realizou a 2 de fevereiro de 1908, sendo Jerônimo candidato único à presidência do estado. Eleito, empreendeu novas viagens: a São Paulo, onde fez contato com autoridades do governo e se informou sobre a organização dos serviços públicos, e a Minas Gerais, onde foi recebido com homenagens pelo presidente do estado, João Pinheiro, e se hospedou na casa do deputado João Luís Alves. Empossado a 23 de maio, iniciou, com intensa atividade, um governo de múltiplas realizações nas mais diversas áreas. Reorganizou a administração e os serviços públicos, incluindo uma ampla reforma do sistema educacional, acompanhada da construção de novas escolas, criou o Arquivo Público estadual e a Prefeitura Municipal de Vitória, com o prefeito nomeado pelo presidente etc.

Com a colaboração de Cícero Bastos, contratou o engenheiro paulista Augusto Ramos para elaborar um projeto de desenvolvimento para o vale do rio Itapemirim que promovesse a instalação de indústrias com utilização de recursos locais e estimulasse a produção agrícola para fornecer matéria-prima. O projeto compreendia a construção de uma usina elétrica, uma usina de açúcar, uma fábrica de tecidos, uma de cimento, outra de óleos vegetais, uma serraria e uma fábrica de papel. Para financiar a construção das indústrias, contratou com um banqueiro francês a criação do Banco Hipotecário e Agrícola do Espírito Santo, para o qual o banqueiro forneceria o capital e o estado daria garantia de juros. O Banco Hipotecário e Agrícola e a Companhia Industrial do Itapemirim, por ele administrada, criariam graves problemas para o estado, e a industrialização do vale do Itapemirim ficaria muito aquém do planejado, mas isso só se tornaria evidente após o fim do governo.

Sua realização de maior impacto foi a instalação dos serviços de abastecimento de água, esgoto e energia elétrica em Vitória, empreendimentos que governos anteriores haviam tentado executar sem sucesso. O governo beneficiou-se do fim da crise do café, que devastava as finanças do estado, da venda da Estrada de Ferro Sul e de um empréstimo

vultoso contraído na França por Henrique Coutinho no último mês de seu mandato, mas, ainda assim, deixou as finanças estaduais em condições difíceis.

Logo no início do governo, Jerônimo reuniu sob sua liderança quase todas as forças políticas do estado em torno da fundação de um novo partido, o Partido Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC, que foi extinto. Com esse amplo apoio e a popularidade que seu governo conquistou, presidiu o estado quase sem oposição. Apesar do apoio político de que desfrutava, porém, enfrentou dificuldades para impor a candidatura de Marcondes Alves de Sousa à sua sucessão. Despertou um forte movimento de oposição, mas conseguiu vencê-lo e deixou o governo ao final do mandato, em 23 de maio de 1912.

Em seguida, elegeu-se deputado estadual na vaga aberta pelo falecimento de seu irmão Antônio, foi presidente da Assembleia em 1913, e dois anos depois foi eleito deputado federal para a legislatura 1915-1917. Em 1916, na sucessão de Alves de Sousa, ao impor a candidatura do irmão Bernardino, então senador, desencadeou uma rebelião, conhecida como Revolta do Xandoca, que conflagrou o Espírito Santo. Conseguiu dominá-la, mas a luta política no Congresso Nacional, onde a questão foi decidida, provocou um forte desgaste em sua reputação, dadas as acusações apresentadas contra ele e contra o governo do estado por parlamentares até então aliados, que lideraram a revolta. Bernardino foi confirmado presidente, e os revoltosos foram anistiados pelo Congresso.

Em 1918, Jerônimo foi eleito senador. Assumiu sua cadeira no Senado em 29 de agosto e passou a integrar as comissões de Redação, Justiça e Legislação, e Obras Públicas e Empresas Privilegiadas. Dois anos depois, envolveu-se em nova crise sucessória, dessa vez dividindo os Monteiro: Jerônimo e Bernardino entraram em choque a respeito da escolha do candidato à presidência do estado. Foi apresentada uma candidatura de conciliação, do senador Nestor Gomes, e as eleições ocorreram sem problemas, embora em clima de tensão entre as duas facções. Depois do pleito, os partidários de Jerônimo denunciaram a ocorrência de perseguições policiais violentas contra eles, com a invasão de fazendas, inclusive a Monte Líbano, da família Monteiro, em mãos de jeronimistas, e a demissão de

funcionários ligados a Jerônimo. Recusaram-se, então, a reconhecer a eleição de Nestor.

O conflito rebentou em maio de 1920, ao final do mandato de Bernardino, e se travou inicialmente na Assembleia Legislativa, que se dividiu em duas, cada qual se reunindo separadamente e se proclamando legítima. A de Jerônimo tinha uma escassa maioria de 13 deputados, e ocupava as instalações próprias; a de Bernardino tinha 12 deputados, mas um deles era o candidato à vice-presidência, e não podia participar do reconhecimento do resultado da eleição. A Assembleia jeronimista elegeu Etienne Dessaune presidente da Casa, não reconheceu a eleição de Nestor e, ficando vago o cargo quando terminou o mandato de Bernardino, empossou Dessaune na presidência do estado (23 de maio de 1920). A Assembleia bernardinista reuniu-se no palácio do governo, então sitiado, e empossou Nestor Gomes. O conflito já se tornara armado, envolvendo capangas de coronéis, os soldados da polícia se rebelaram contra seus chefes, ligados ao governo, e entraram em apoio a Jerônimo. Apenas a guarda do palácio permaneceu com Bernardino. O palácio foi atacado, e o tiroteio pôs em pânico a população da capital. No dia 27, o presidente Epitácio Pessoa decretou a intervenção federal no estado, e as forças do Exército assumiram o controle da cidade. O caso passou à decisão do Congresso Nacional, onde, depois de pouca discussão, a posse de Nestor Gomes foi aprovada pela Câmara, a 16 de junho, e pelo Senado, a 11 de julho.

Jerônimo foi assim derrotado. Seu caráter combativo e audacioso levou-o a aproveitar a primeira oportunidade que surgiu para continuar a luta. Foi a Reação Republicana (1921-1922), movimento que reuniu os estados ditos de segunda grandeza, Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, ao Rio Grande do Sul, em contestação aos métodos de escolha do candidato à presidência da República então vigentes, que consagravam a hegemonia das oligarquias paulista e mineira, e apresentou uma candidatura alternativa, de Nilo Peçanha, contra o governista Artur Bernardes. A Reação Republicana organizou uma campanha eleitoral com características inovadoras, formando comitês eleitorais nos estados e procurando mobilizar a população. Jerônimo foi seu líder no Espírito Santo, animando a campanha que os comitês promoviam, para a qual foi criado inclusive um jornal, *O Estado*.

Depois de um período de intensa luta política, a Reação Republicana, derrotada, se desfez, e a posição de Jerônimo no estado se tornou ainda mais fraca, pois seus aliados mais combativos deixaram a Assembleia Legislativa. Ele conservou o mandato de senador e uma grande popularidade, mas o Poder Executivo e a máquina partidária estavam nas mãos de seus adversários. Quando terminou seu mandato, em 1927, concorreu à reeleição como candidato avulso, mas foi vencido pelo PRES. O mesmo aconteceu no ano seguinte, quando o senador eleito no ano anterior Joaquim Teixeira de Mesquita assumiu a vice-presidência do estado, e o presidente que deixava o cargo, Florentino Avidos, se elegeu senador.

A Aliança Liberal, movimento surgido em 1929 em oposição à candidatura de Júlio Prestes à presidência da República e em apoio às candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa, procurou atraí-lo, mas ele não se colocou claramente a favor do movimento, afinal vitorioso com a Revolução de 1930, embora alguns de seus partidários tenham se engajado e ocupado posição de destaque após a vitória.

Procurado por seu sobrinho e aliado nas lutas do início dos anos 1920, Carlos Lindenberg, para integrar o partido governista que se formava, recusou-se a participar, mas acabou concorrendo como candidato avulso na eleição para a Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, e foi eleito com grande apoio popular. Não chegou a tomar posse, porém, pois faleceu a 23 de outubro, no Rio de Janeiro, onde residia.

Jerônimo Monteiro foi, sem dúvida, o mais importante político capixaba da Primeira República, tanto pelo poder que exerceu durante um longo período, apoiado nas relações familiares, como pela popularidade que conquistou em seu governo e manteve, mesmo depois do declínio.

Do casamento com Cecília Bastos teve oito filhos, um dos quais, Jerônimo Monteiro Filho, foi senador pelo Espírito Santo de 1935 a 1937. Seu sobrinho Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foi revolucionário de 1930, constituinte de 1934, deputado federal pelo Espírito Santo de 1935 a 1937, constituinte de 1946, governador do Espírito Santo de 1947 a 1950 e de 1959 a 1962, e senador de 1951 a 1959 e de 1967 a 1975.

Nara Saletto

FONTES: ACHIAMÉ, F. *Espírito Santo; Cachoeirano* (1900; 1912-1913); CHEQUER FILHO, N. *Revolta; Comércio do Espírito Santo* (1898; 1900; 1908-1912); *Diário da Manhã* (1908; 1927-1928); *Estado* (1921-1922); *Jornal Oficial* (1906-1907); MONTEIRO, J. *Mensagem* (24/9/1908, 14/9/1909, 23/9/1910, 3/10/1910); NOVAES, H. *Memórias*; NOVAES, M. *Jerônimo*; SOUZA, M. *Mensagem* (15/10/1914).

MONTEIRO, Ricardo Brennand

*junta gov. AL 1889.

Ricardo Brennand Monteiro integrou a Sociedade Libertadora Alagoana, instituição fundada em 1881 para divulgar os ideais abolicionistas. Posteriormente, tornou-se um dos nomes mais populares da propaganda republicana na província de Alagoas.

Logo após a proclamação da República em 15 de novembro, fez parte da junta governativa instalada em Alagoas no dia 18 de novembro, presidida pelo major Aureliano Augusto de Azevedo Pedra e integrada ainda por Manuel Ribeiro Barreto de Meneses. A junta respondeu pelo governo de Alagoas até o dia 21 seguinte, quando tomou posse o governador provisório Tibúrcio Valeriano de Araújo. Foi, ainda, um dos membros da junta governativa que tomou posse na intendência de Maceió em 30 de janeiro de 1890, e exonerou-se em junho do mesmo ano.

Reynaldo de Barros

FONTE: BARROS, F. *A B C das Alagoas*.

MONTEIRO, Tobias

* jornalista; sen. RN 1921-1923.

Tobias do Rego Monteiro nasceu em Natal no dia 29 de julho de 1866, filho de Jesuíno Rodolfo do Rego Monteiro e de Maria Inácia do Rego Monteiro.

Transferiu-se em 1886 para o Rio de Janeiro, a capital do Império, para cursar a Faculdade de Medicina com o auxílio de uma pensão que lhe foi atribuída pela Assembleia Provincial do Rio Grande do Norte. A pensão fora votada por iniciativa de seu protetor, José Bernardo de Medeiros, chefe político da região do Seridó e um dos líderes do Partido Liberal. Indicado pelo conselheiro Manuel Pinto de Sousa Dantas, ligou-se profissional e politicamente a Rui Barbosa, interrompendo o curso de medicina no quarto ano para secretariá-lo e trabalhar como jornalista. Após a proclamação da República (15/11/1889), quando Rui Barbosa se tornou ministro da Fazenda do governo provisório, tornou-se seu oficial de gabinete e, por indicação do jurista, trabalhou também no *Diário Oficial*.

Em 1892, quando Pedro Velho de Albuquerque Maranhão assumiu o governo do Rio Grande do Norte, sua vaga de deputado federal foi reivindicada por José Bernardo para Janúncio da Nóbrega Filho. Contudo, Pedro Velho indicou seu irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão, que venceu a eleição, mas não foi homologado pelo Congresso Nacional. Marcadas novas eleições para 1893, Tobias Monteiro foi então convocado para enfrentar Augusto Severo em nome da oposição unida, mas foi derrotado. Nesse ano, quando os inimigos de Pedro Velho cogitaram derrubá-lo à força, Tobias Monteiro foi contra a ideia.

Quando da Revolta da Armada (1893-1894), era secretário do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro. Na ocasião, acompanhou Rui Barbosa, redator-chefe desse periódico, ao exílio em Buenos Aires. Na volta, sabendo de uma ordem de prisão contra Rui Barbosa, avisou-o e escondeu-se em um navio que o deixou na Bahia, onde foi preso dois meses depois. Em 1894 voltou a se candidatar a deputado federal pelo Rio Grande do Norte contra a chapa “pedrovelhista” e foi novamente derrotado. Em 1897 apoiou a fundação do Partido Republicano Constitucional no Rio Grande do Norte, sendo eleito delegado da agremiação na capital federal.

Redator político do *Jornal do Comércio* entre 1894 e 1902, tornou-se um dos mais influentes e prestigiosos jornalistas do país. Redator da coluna “Várias”, que desde o Segundo Reinado tinha o poder de derrubar ministérios, apoiou os governos dos presidentes Prudente de Moraes (1894-1898) e Campos Sales (1898-1902). Em 1898 foi enviado como correspondente para acompanhar a viagem que Campos Sales fez à Europa em busca de um acordo com os bancos credores do Brasil antes de sua posse na presidência. Deixando o

Jornal do Comércio em 1902, aceitou o cargo de secretário geral do Centro Industrial do Brasil. Tornou-se depois diretor de um estabelecimento bancário e consultor de investimentos.

Seu retorno à vida política ocorreu anos depois, no começo da década de 1920. Em 1921, foi eleito senador pelo Rio Grande do Norte na legenda do Partido Republicano, vindo a ocupar a vaga aberta pela indicação do senador Joaquim Ferreira Chaves Filho para o Ministério da Marinha e depois para o Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Essa composição teria sido expressamente articulada pelo próprio presidente da República, Epitácio Pessoa.

Em 1923, acontecimentos ligados à sucessão no governo do Rio Grande do Norte levaram Tobias Monteiro a renunciar ao mandato. Naquele ano, Ferreira Chaves havia obtido a indicação do Partido Republicano para concorrer pela terceira vez à chefia do Executivo estadual. Entretanto, a chamada “facção do Seridó” – reorganizada pelos deputados Juvenal Lamartine de Faria e José Augusto Bezerra de Medeiros, neto de José Bernardo, e apoiada pelo presidente Artur Bernardes – conseguiu demover Ferreira Chaves de suas pretensões e indicar José Augusto para governador. Por conseguinte, Ferreira Chaves voltou para o Senado, ocupando a vaga de Tobias Monteiro.

Como escritor, Tobias Monteiro recebeu o Prêmio Machado de Assis, da Academia Brasileira de Letras, pelo conjunto da obra. Além dos jornais já citados, colaborou em *A República*, *Gazeta da Tarde*, *Correio Paulista*, *O País* e *Diário de Notícias*. Foi ainda sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Faleceu em Petrópolis (RJ) no dia 4 de agosto de 1952.

Publicou *O Sr. Campos Sales na Europa, notas de um jornalista* (1900); *Cartas sem título* (1902); *Do Rio ao Paraná* (1903); *Pesquisa e depoimentos para a história* (1913); *Funcionários e doutores* (1917); *As origens da guerra e o dever do Brasil* (1918); *História do Império: a elaboração da Independência* (1927); *História do Império: o Primeiro Reinado* (1939). Sobre sua vida e obra foram publicados *Tobias Monteiro, jornalista e historiador* (1942) e *Tobias Monteiro* (1966?).

Renato Amado Peixoto

FONTES: CARDOSO, R. *Memórias*; CASCUDO, L. *História*; MEDEIROS, J. *Rio Grande do Norte*; SOUZA, E. *Tobias*; SOUZA, I. *República*; SPINELLI, J. *Da oligarquia*.

MONTENEGRO, Augusto

*dep. fed. PA 1892-1900; gov. PA 1901-1909.

Augusto Montenegro nasceu no Pará.

Em 1882 seguiu para Pernambuco a fim de estudar na Faculdade de Direito do Recife. Em 1886 bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais e em 1889 voltou para o Pará como promotor público da capital.

Já na República, depois de encerrados os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte e de promulgada a primeira Constituição republicana, e estando em curso a legislatura 1891-1893, foi eleito deputado federal pelo Pará em eleição suplementar realizada em 1892. Assumiu uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 22 de junho daquele ano e foi reeleito para as legislaturas 1894-1896, 1897-1899 e 1900-1902. Deixou contudo a Câmara em 1900, por ter sido eleito governador do Pará, sucedendo a José Pais de Carvalho.

Assumiu o governo paraense em 1º de fevereiro de 1901, com mandato até fevereiro de 1905. Uma reforma na Constituição do estado, votada pelo Congresso estadual em 1904, permitiu porém que concorresse à reeleição. Em dezembro desse ano foi assim reeleito e permaneceu no governo até fevereiro de 1909, quando cedeu o lugar ao sucessor João Antônio Luís Coelho. Ao longo do governo realizou obras públicas e ampliou a rede escolar no estado.

Adrianna Setemy

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Potyguar. *Governadores do Pará*.

Disponível em: <http://potyguar.com.br/para/index_arquivos/governadores.htm>.

Acesso em: 26/3/2009); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em:

<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MONTENEGRO, Tomás

*dep. fed. BA 1894-1905.

Tomás Garcez Paranhos Montenegro nasceu em Mata de São João (BA) no dia 22 de janeiro de 1839, filho de José Garcez da Rocha Vasconcelos Montenegro e de Maria Joaquina da Silva Paranhos.

Em 1857, diplomou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito do Recife. Iniciou a carreira política ainda no Império, elegendo-se deputado provincial na Bahia para as legislaturas 1860-1861 e 1866-1867.

Já na República, participou da fundação do Partido Nacional (PN) em 24 de julho de 1890, ao lado de Almeida Couto, Freire de Carvalho, Carneiro da Rocha, Araújo Pinho, César Zama, Cícero Dantas, barão de Jeremoabo, e coronel Temístocles da Rocha Passos. Integrou o conselho, que, em conjunto com o diretório, compunha a estrutura de atuação do partido. Nas eleições de 15 de setembro de 1890, foi indicado para uma vaga de deputado no Congresso Nacional Constituinte, tanto pelo PN quanto pelo Centro Republicano Democrata. Contudo, a vaga pretendida ficou com J. J. Seabra, que havia sido indicado pelo Partido Republicano Federal, da situação, e pelo Centro Republicano Democrata.

Foi sob sua presidência que, a 17 de fevereiro de 1891, se realizou a primeira reunião do corpo docente da Faculdade Livre de Direito da Bahia, fundada oficialmente no dia 9 daquele mês. Integrou a primeira congregação da faculdade, como lente catedrático das cadeiras de processo criminal, civil e comercial, ao lado dos mais respeitados intelectuais da época, entre os quais Leovigildo Filgueiras, Inácio Tosta, Severino Vieira e Carneiro da Rocha, entre outros.

Eleito deputado federal pela Bahia para a legislatura 1894-1896, em 15 de abril de 1894 participou de reunião presidida por Manuel Vitorino Pereira nos salões do antigo Clube Militar, que organizou o Partido Republicano Federal. Reeleito, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados entre 1897 e 1905.

Durante muitos anos de sua vida, dedicou-se à magistratura. Em 1910 foi promovido a

desembargador do Tribunal de Justiça da Bahia.

Faleceu na cidade de Salvador no dia 18 de junho de 1914.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BEVILAQUA, C. *História*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (n. 263, 55-86); *Diário Oficial do Estado da Bahia* (. p. 102-105; 485 e 350); GIDI, A. *Anotações*; *O Poder judiciário brasileiro na Monarquia e na República, sua evolução na Bahia*; SAMPAIO, C. *Partidos* (p.61/62/68).; *Tribunal de Justiça da Bahia* .

MORAIS FILHO, Hermenegildo Lopes de
*dep. fed. GO 1894-1918; sen. GO 1918-1925.

Hermenegildo Lopes de Moraes Filho nasceu em Santa Rita do Paranaíba (GO) no dia 6 de outubro de 1870, filho do coronel Hermenegildo Lopes de Moraes e de Francisca Carolina de Nazaré Moraes. Seu pai, dono de uma das maiores fortunas de Goiás, foi deputado federal de 1894 a 1899, de 1906 a 1911 e de 1915 a 1917. Sua irmã, Amélia Lopes de Moraes, casou-se com José Xavier de Almeida, deputado federal de 1900 a 1901 e presidente de Goiás de 1901 a 1905. Seu irmão Alfredo Lopes de Moraes foi deputado federal por Goiás de 1927 a 1929 e presidente de Goiás de 1929 a 1930.

Matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo em 1888 e concluiu o curso em 1891. Logo após a formatura, foi residir em Morrinhos (GO) e passou a se dedicar à indústria. Iniciou a carreira política em 1900, quando foi eleito deputado federal por Goiás. Na Câmara dos Deputados, foi nomeado para a comissão encarregada do estudo do Código Civil. Reeleito em 1903, exerceu o mandato até 1905.

Ao final do seu mandato na Câmara, foi eleito senador pelo estado de Goiás, para a legislatura de 1918 a 1927. No Senado, foi quarto secretário da mesa, de 1919 a 1920, terceiro secretário, de 1921 a 1922, e membro da Comissão de Diplomacia e Tratados.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de dezembro de 1925, no exercício do mandato de senador.

Foi casado com Maria Amabini Paranhos e não teve filhos.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1); LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (p. 1105/6); Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MORAIS FILHO, Prudente de

* dep. fed. SP 1912-1926.

Prudente de Moraes Barros Filho nasceu em Piracicaba (SP) no dia 29 de dezembro de 1874, filho de Prudente José de Moraes Barros e de Adelaide Benvinda de Moraes Barros. Seu pai foi várias vezes deputado provincial, deputado geral por São Paulo em 1885, membro da junta provisória que governou São Paulo em 1889, governador do estado de 1889 a 1890, constituinte de 1891, senador de 1891 a 1894 e presidente da República de 1894 a 1898. Seu tio Manuel de Moraes Barros foi constituinte de 1891, deputado federal por São Paulo de 1891 a 1895 e senador de 1895 a 1902. Seu primo Paulo de Moraes Barros foi deputado federal de 1909 a 1911 e de 1927 a 1929, revolucionário de 1930, ministro da Viação e da Agricultura em 1930, revolucionário de 1932 e senador de 1935 a 1937. Outro primo, Pedro de Moraes Barros, foi embaixador do Brasil no Peru de 1941 a 1945 e na Itália de 1945 a 1949.

Iniciou seus estudos no Colégio Piracicabano, transferindo-se em 1890 para Escola Militar, no Rio de Janeiro, então capital federal. De volta a São Paulo, fez o curso preparatório no Colégio Costa e no Ginásio Sílvio de Almeida. Em 1893 matriculou-se na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, mas por motivo de saúde transferiu-se para a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, pela qual se formou em 1897. Foi aluno de notáveis juristas, como Pedro Lessa, Lima Drummond, Batista Pereira, Inglês de Sousa e Bulhões Carvalho, entre outros.

Concluído o curso de direito, foi designado oficial de gabinete de seu pai, então presidente da República. Ao término do governo, foi nomeado em 1899, pelo presidente Campos Sales, auxiliar do procurador da República, mas não aceitou o cargo. Passou a dedicar-se exclusivamente à carreira de advogado no escritório de Inglês de Sousa, seu antigo professor, político, jornalista, escritor, e um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras.

Membro da dissidência do Partido Republicano Paulista (PRP), que tinha como um de seus líderes o jornalista e deputado Júlio Mesquita, teve seu nome incluído na lista de candidatos a deputado federal e foi eleito em 30 de janeiro de 1912 para a legislatura 1912-1914. Ainda em 1912 empreendeu viagem à Europa, sendo recebido com demonstrações de

apreço por várias instituições jurídicas, entre as quais o Instituto de Direito Comparado de Bruxelas, na Bélgica, que o elegeu sócio correspondente. Em 1914 foi nomeado professor substituto da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, recebendo o grau de doutor.

Reeleito para a legislatura 1915-1917, por diversas vezes integrou como membro efetivo a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Pertenceu também à Comissão Especial do Código Civil brasileiro, que estudou e aperfeiçoou o projeto do Executivo que seria promulgado pelo presidente Venceslau Brás (1914-1918) através da Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Em 1917, quando da entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial, colaborou com Afrânio de Melo Franco, autor do projeto de lei sobre o estado de sítio que foi debatido no Congresso Nacional, inclusive por Rui Barbosa, o qual apresentou emendas referentes à limitação jurídica durante o conflito.

Também em 1917 esteve presente à sessão do Supremo Tribunal Federal que julgou o habeas corpus contra o pedido de expulsão dos estrangeiros envolvidos na greve realizada em São Paulo. O governo paulista se empenhou para que os envolvidos fossem expulsos do país, o que acabou ocorrendo, apesar de decisões anteriores do tribunal em sentido contrário. Ainda em 1917 foi promovido a professor catedrático da cadeira de direito civil da faculdade onde lecionava.

Em 1918, após a morte de Inglês de Sousa, abria sua própria banca, tornando-se um dos mais renomados advogados do Rio de Janeiro. Reconduzido à Câmara dos Deputados na legislatura 1918-1920, fez parte de um seleto grupo de legisladores que congregava Pedro Moacir, Arnolfo de Azevedo, Justiniano de Serpa, Francisco da Cunha Machado, Afrânio de Melo Franco, Luís Domingues, Raul Soares, João Mangabeira e Francisco Campos. Reeleito para as legislaturas 1921-1923 e 1924-1926, apresentou um substitutivo à proposta que regulava as relações de trabalho, ocupando-se de temas como duração da jornada, acidentes e idade mínima. O substitutivo, contudo, não prosperou, por decisão da Câmara. Vários desses pontos só iriam ser tornar objeto de lei quando a da instituição da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943.

Ao término do mandato parlamentar no final de 1926, deixou a Câmara e dedicou-se à advocacia. Jurisconsulto dos mais renomados do país, trabalhou para importantes instituições e empresas brasileiras. Na então capital da República especializou-se em

litígios territoriais, advogando na defesa dos interesses de vários estados brasileiros.

Na eleição para presidente da República realizada em 1º de março de 1930, na qual Júlio Prestes derrotou o candidato da Aliança Liberal Getúlio Vargas, apesar de não ser candidato, teve seu nome lembrado por eleitores e acabou recebendo votos.

Pelo Decreto nº 21.076, assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 24 de fevereiro de 1932, foi instituído o Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Da nova corte, instalada solenemente em 20 de maio na sala de sessões do Supremo Tribunal Federal, faziam parte o ministro Hermenegildo de Barros, presidente; o ministro José Soriano de Sousa Filho, vice-presidente; o desembargador Renato de Carvalho Tavares, procurador-geral; o ministro Carvalho Mourão, o desembargador José Linhares e os advogados Afonso Pena Júnior, Afonso Celso e Prudente de Moraes Filho.

Em 30 de setembro de 1932, quando se discutia o cessar fogo entre as tropas paulistas e federais na Revolução Constitucionalista, o ministro das Relações Exteriores Afrânio de Melo Franco, em audiência com o presidente Getúlio Vargas, propôs a nomeação de Prudente de Moraes Filho para interventor em São Paulo. No dia seguinte, contudo, um acordo secreto do governo federal com o comando da Força Pública paulista fez com que esta empossasse no governo do estado o próprio comandante geral da polícia, coronel Herculano de Carvalho e Silva, que nele permaneceu até a chegada das autoridades militares federais à capital paulista. Pouco depois, por seu notório saber jurídico, Prudente de Moraes Filho foi designado por Getúlio Vargas para integrar a Comissão encarregada de elaborar o anteprojeto a futura Constituição, que se reuniu pela primeira vez em 11 de novembro de 1932.

Foi primeiro-secretário e vice-presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, e fez parte por diversos anos da Irmandade da Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, da qual se tornou irmão benemérito. Fez parte também da Sociedade Brasileira de Direito Internacional.

Faleceu em Piracicaba em 2 de maio de 1943.

Casou-se com Blandina Mendes de Moraes, sua prima, filha do marechal Mendes de Moraes. Seu filho Prudente de Moraes Neto foi jornalista, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), e escritor, com o pseudônimo de Pedro Dantas.

Entre seus trabalhos publicados destacam-se: *A Justiça Militar* (discurso proferido na

Câmara); *O Código Civil na Câmara dos Deputados* (discurso); *As terras devolutas do estado de São Paulo*; *A posse dos direitos pessoais*; *As garantias do Ministério Público*; *Novação subjetiva*; *Cessão de crédito por procuração em causa própria*; *Limites entre S. Paulo e Minas* (em parceria com João Pedro Cardoso, 1920); *Coletânea* (1943), e *Fronteira ocidental do Pará*, entre outros.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Correio Paulistano*. SP (4/5/1943); *Folha da Manhã*. SP (4/5/1943); LOPREATO, C. *Espírito*; MELO, L. *Dicionário*; *Noite*. RJ (3/5/1943); VARGAS, G. *Diário*.

MORAIS JÚNIOR, Floriano

*dep. fed. SP 1900.

Floriano Antônio de Moraes Júnior nasceu em Itatiba (SP) em 11 de julho de 1868, filho do coronel Floriano Antônio de Moraes e de Maria da Silveira Campos.

Fez seus estudos preparatórios em São Paulo, cursou a Faculdade de Direito e formou-se em 1891. Nesse mesmo ano estabeleceu escritório de advocacia na capital.

Fazendeiro de café com propriedades em Jundiaí (SP), desfrutava de grande prestígio político e era o líder do Partido Republicano Paulista (PRP) na região. Eleito vereador, foi escolhido presidente da Câmara Municipal em sucessivas legislaturas e respondeu pela administração da cidade. Em 1900 mudou-se para Santos, onde estabeleceu casa de comissões de café e abriu escritório de advocacia. Seguiu carreira política sendo eleito o deputado federal com mais votos em São Paulo para a legislatura 1900-1902. Não chegou, contudo, a completar o mandato, pois ainda em 1900 faleceu.

Era casado com Leonídia Alves de Moraes, com quem teve uma filha.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); LEME, L. *Genealogia 1903-1905* (v.7).

MORAIS, Albérico Dias de

*dep. fed. DF 1924-1929.

Albérico Dias de Moraes foi eleito pela primeira vez intendente do Conselho Municipal do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1911. Nesse mesmo ano integrou a Comissão Permanente do Orçamento, Fazenda e Patrimônio. Sucessivas vezes reeleito a partir de 1913, exerceu o mandato até 1925. Nos anos de 1913 e 1914 foi primeiro-secretário da Mesa Diretora do Conselho.

Filiado ao Partido Republicano do Distrito Federal, nessa legenda foi eleito deputado pelo Distrito Federal em 1924. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados no dia 12 de junho do mesmo ano, foi reeleito para a legislatura seguinte em 1927. Permaneceu no Legislativo até 31 de dezembro de 1929, quando se encerraram o seu mandato e a legislatura.

Evelyn Morgan Monteiro Paiva

FONTES: *Arquivo IHGB*. Fundo Paulo de Frontin; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; CONS. MUN. DF. *Anais* (1911-1925)

MORAIS, Alfredo Lopes de

* dep. fed. GO 1927-1929; pres. GO 1929-1930.

Alfredo Lopes de Moraes nasceu em Morrinhos (GO) no dia 23 de novembro de 1880, filho de Hermenegildo Lopes de Moraes e de Francisca Carolina Nazaré Moraes. Seu pai, dono de uma das maiores fortunas de Goiás, foi deputado federal de 1894 a 1899, de 1906 a 1911 e de 1915 a 1917. Sua irmã, Amélia Lopes de Moraes, casou-se com José Xavier de Almeida, deputado federal de 1900 a 1901 e presidente de Goiás de 1901 a 1905. Seu irmão, Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, foi

Cursou a Faculdade de Direito de São Paulo. Advogado e fazendeiro, iniciou sua vida pública em julho de 1917, como secretário do Interior e Justiça do governo de João Alves de Castro (1917-1921). Deixou o cargo em março de 1918 para assumir a intendência de sua cidade natal. Eleito em 1923 para a vaga no Senado estadual aberta com o falecimento do senador Possidônio Rabelo, deixou a intendência de Morrinhos e assumiu o mandato de senador. Foi reeleito em 7 de setembro de 1924, para a legislatura 1925-1929. Em 2 de março de 1925, quando Brasil Ramos Caiado foi eleito presidente de Goiás, elegeu-se primeiro vice-presidente do estado. Ainda em 1925, participou de uma resistência organizada por Antônio Ramos Caiado para deter o avanço da Coluna Prestes (1924-1927) dentro do estado de Goiás. A chamada Coluna Caiado, “batalhão patriótico” composto de voluntários, concentrou-se na Serra Dourada e afugentou a Coluna Prestes. Esta, por sua vez, mudou de rota e seguiu em direção a Anápolis (GO), onde travou violenta batalha com as forças legalistas.

Em 1926, renunciou ao mandato de senador estadual para candidatar-se a deputado federal na legenda do Partido Democrata no pleito de fevereiro de 1927. Eleito, assumiu o mandato em maio de 1927, mas renunciou antes de completar a legislatura para candidatar-se a presidente do estado de Goiás na eleição 2 de março de 1929. Mais uma vez bem-sucedido, tomou posse em 14 de julho de 1929. Um ano depois, em 11 de agosto de 1930, afastou-se da presidência do estado, sendo substituído pelo primeiro vice-presidente Humberto Martins Ribeiro, e não mais retornou, em virtude da instalação, em outubro, do governo

revolucionário resultante da Revolução de 1930. Em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN).

Faleceu em Morrinhos em 16 de junho de 1954.

Era casado com Maria Marques Otero.

Adrianna Setemy

FONTES: Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em:

<<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MORAIS, Domingos de

* const. 1891; dep. fed. SP 1891-1896; pres. SP 1901, 1902, 1903 e 1904.

Domingos Correia de Moraes nasceu em Tietê (SP) no dia 12 de maio de 1851, filho de Joaquim Correia de Moraes e de Teresa de Campos Melo.

Após realizar os primeiros estudos em São Paulo, foi ainda muito jovem para os Estados Unidos, onde se formou em engenharia civil pela Universidade de Cornell, em Ithaca, estado de Nova Iorque, no ano de 1877. Regressando ao Brasil, empregou-se em São Paulo como engenheiro auxiliar da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos, responsável pelo abastecimento de água potável para a população paulistana. Na ocasião foi construído o primeiro reservatório da capital, no bairro da Consolação. Chegou a chefe de seção e trabalhou na empresa até a conclusão das obras, em 1883. No ano seguinte, viajou em companhia da esposa por vários países da Europa e para os Estados Unidos. Quando regressou, foi eleito diretor e posteriormente presidente da companhia de bondes de São Paulo, exercendo esses cargos durante três anos.

Iniciou sua vida política ainda no Império, elegendo-se vereador à Câmara Municipal de São Paulo para o período de 1887-1888. Republicano desde estudante, atuou decisivamente na implantação do novo regime no Brasil. Com o advento da República, foi eleito em 15 de setembro de 1890, pelo Partido Republicano Paulista (PRP) – de cuja comissão diretora estadual foi membro de 1899 a 1890 – deputado ao Congresso Constituinte. Foi um dos signatários da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e passou então a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Não concordando com o golpe de 3 de novembro de 1891, quando o presidente da República marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional, ficou ao lado dos legalistas. Em sua residência na rua Santo Amaro, no Rio de Janeiro, então Distrito federal, foi realizada importante reunião de senadores e deputados, ameaçados de prisão, na qual foi discutido, aceito e aprovado um manifesto dirigido à nação contra a arbitrariedade

praticada. Coube-lhe a missão de levar o documento a São Paulo, fazendo-o publicar no jornal *Correio Paulistano*, órgão do PRP, ante a impossibilidade de fazê-lo na capital federal. A publicação resultou na apreensão de exemplares e na censura policial no jornal por várias semanas, mas atingiu seu intento, com a renúncia de Deodoro da Fonseca em 23 de novembro, após o ultimato do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear com os navios da Marinha de guerra sob seu comando a cidade do Rio de Janeiro. Com a saída de Deodoro, assumiu o poder seu substituto legal, o vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que reabriu as casas legislativas.

Em 28 de janeiro de 1892, Domingos de Moraes foi procurado pelo senador Luís Pereira Barreto, antigo presidente da Assembléia Constituinte estadual de São Paulo, que o alertou que estava em curso um movimento revolucionário com o objetivo de destituir os presidentes estaduais que estavam apoiando o marechal Floriano Peixoto. Entre eles estava o presidente em exercício de São Paulo, José Alves Cerqueira César. Barreto solicitou que Moraes fosse ao palácio e pedisse que este deixasse o cargo e assim evitasse derramamento de sangue. Após ouvir as palavras de Domingos de Moraes, Cerqueira César se recusou a deixar o cargo, e ainda afirmou que “desde aquele momento começava a esperar os acontecimentos com a calma de quem se julga bem apoiado”. Assim que a notícia da intimação correu, vários amigos e correligionários surgiram armados no palácio para defender o governo e repelir qualquer ataque de adversários.

Ainda em 1892, com a eclosão da revolução Federalista no Rio Grande do Sul, o governo de São Paulo, tendo à frente o presidente Bernardino de Campos, tomou medidas para evitar que os insurgentes invadissem o território paulista. Domingos de Moraes colocou-se à disposição, fazendo parte da comissão organizadora dos corpos de voluntários de São Paulo que foram defender a divisa com o Paraná. Por ocasião da revolta da Armada, em 1893, mais uma vez colocou-se na linha frente em defesa do regime, integrando novamente a comissão organizadora dos corpos de voluntários paulistas que seguiram para vários pontos do interior do estado ameaçados de invasão por rebeldes vindos do Sul do país.

Em 1º de março de 1894, foi reeleito deputado federal para a legislatura 1894-1896.

Deixando a Câmara dos Deputados ao fim do mandato, em 1º de dezembro de 1897 foi eleito senador estadual. Exerceu o novo mandato de 5 de abril de 1898 até 30 de abril de 1900, quando renunciou por ter sido eleito, em 15 de fevereiro, vice-presidente de São Paulo ao lado de Rodrigues Alves, eleito presidente do estado. Ambos foram empossados em 1º de maio de 1900. No período seguinte Domingos de Moraes assumiu o governo do estado: de 21 a 28 de outubro de 1901. Diante da renúncia de Rodrigues Alves para concorrer à presidência da República nas eleições de março de 1902, Domingos de Moraes assumiu o governo de 13 de fevereiro a 3 de julho de 1902. Nessa data tomou posse Bernardino de Campos, eleito para completar o mandato de Rodrigues Alves, permanecendo Domingos de Moraes como vice. Com o afastamento do titular por motivo de saúde, novamente assumiu o governo, de 4 de maio a 8 de julho de 1903, e de 10 de janeiro a 31 de março de 1904.

Após deixar o cargo de vice-presidente do estado em 1º de maio de 1904, data da posse de Jorge Tibiriçá como novo presidente estadual, retirou-se da vida pública, passando a residir em sua importante propriedade agrícola na cidade de Batatais e dedicando-se aos seus negócios. Foi diretor-secretário da Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais, posteriormente Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Faleceu em São Paulo no dia 15 de dezembro de 1917.

Era casado com Carolina de Queirós Moraes, filha dos barões de Limeira, com quem teve quatro filhos.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (16/12/1917); EGAS, E. *Galeria* (v.3); RIBEIRO, A. *Governos*; RIBEIRO, J. *Chronologia*.

MORAIS, FELICIANO MENDES DE

*militar; ch. Gab. Mil. Pres. Rep. 1906; min. STM 1919-1931.

Feliciano Mendes de Moraes nasceu na cidade de São Paulo no dia 20 de junho de 1858, filho de Frederico José de Moraes Barros e de Maria Mendes Ferraz. Seu tio, Prudente de Moraes Barros, foi presidente do estado de São Paulo de 1889 a 1890, senador pelo mesmo estado de 1891 a 1894, e presidente da República de 1894 a 1898. Seu irmão Luís Mendes de Moraes foi presidente de Sergipe de 1890 a 1891, ministro do Superior, então Supremo Tribunal Militar (STM) de 1909 a 1914 e ministro da Guerra em 1909.

Sentou praça em janeiro de 1876, ingressando na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Declarado alferes aluno em dezembro de 1879, foi promovido a segundo-tenente em maio de 1881, a primeiro-tenente em dezembro de 1883, a capitão em janeiro de 1890 e a major em março de 1892. Nesse posto participou da repressão à Revolta da Armada, levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto que teve início em setembro de 1893 sob a chefia do almirante Custódio de Melo e envolveu a esquadra fundeada na baía da Guanabara, no Rio de Janeiro, já Distrito Federal. Foi ferido em janeiro de 1894 na tomada de Mocanguê, em Niterói, dois meses antes da derrota do movimento, que era então liderado pelo almirante Luís Filipe Saldanha da Gama.

Promovido a tenente-coronel em julho de 1894 e a coronel em outubro de 1903, exerceu em 1906 a chefia do Gabinete Militar da Presidência da República, durante o governo do presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906). Em julho de 1908 foi promovido a general de brigada e no ano seguinte viajou à Europa, integrando a Comissão de Compras do Exército. De 1914 a 1916 foi presidente do Clube Militar e em dezembro desse ano foi promovido a general de divisão.

Em setembro de 1919 foi nomeado ministro do STM. Reformado no posto de marechal em janeiro de 1920, permaneceu em atividade no STM, cuja presidência ocupou de dezembro de 1926 a junho de 1927. Em dezembro de 1928 tornou-se vice-presidente do tribunal, condição em que se manteve até novembro de 1931, quando foi posto em disponibilidade.

Foi também diretor de Material Bélico do Exército, diretor de Obras Públicas do estado do Paraná, membro da Comissão de Elaboração da Carta Geral do Brasil, embaixador extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil na Argentina, provedor da Irmandade

da Cruz dos Militares e presidente do Círculo dos Oficiais Reformados.

Oficial da arma de engenharia, ao longo de sua carreira militar fez ainda os cursos de infantaria e cavalaria, de estado-maior e artilharia. Formou-se também em matemática e ciências físicas.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 28 de junho de 1942.

FONTES: BIJOS, G. *Clube*; CORRESP. SUP. TRIB. MILITAR; *Efemérides paulistas*; *Grande encic. Delta*; LAGO, L. *Conselheiros*; LAGO, L. *Generais*; LEITE, A. *História*.

MORAIS, Hermenegildo Lopes de

*dep. fed. GO 1894-1899, 1906-1911 e 1915-1917.

Hermenegildo Lopes de Moraes nasceu em Curralinho, atual Itaberaí (GO), no dia 13 de abril de 1833.

Em 1886, ainda durante o Império, foi nomeado vice-presidente da província de Goiás e tornou-se coronel da Guarda Nacional.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, os políticos goianos, numa tentativa de superar as disputas do período imperial, organizaram-se em torno do Centro Republicano, do qual Hermenegildo de Moraes foi um dos fundadores em 1890, ao lado de nomes como Leopoldo Bulhões e Antônio José Caiado. Entretanto, logo os desentendimentos afloraram, levando à formação de outros partidos, como o Partido Católico, liderado pelo cônego Inácio Xavier da Silva, e o Partido Republicano de Goiás, liderado por Sebastião Fleury Curado. Na eleição para a Constituinte estadual goiana, realizada em 1891, o Centro Republicano elegeu a maioria dos deputados constituintes, entre eles Hermenegildo de Moraes. Apesar das divergências, a família Bulhões, à frente do Centro Republicano, controlaria a política goiana durante toda a década de 1890.

Em 1894 Hermenegildo de Moraes foi eleito deputado federal. Reeleito em 1897, com mandato até 1899, em 20 de maio de 1898 foi eleito terceiro vice-presidente, enquanto Urbano Coelho de Gouveia, aliado dos Bulhões, era eleito presidente do estado. Na sucessão de Urbano Gouveia, também com o apoio dos Bulhões, foi eleito José Xavier de Almeida, em março de 1901. Mais uma vez Hermenegildo foi escolhido terceiro vice-presidente estadual.

Ao iniciar sua gestão, Xavier de Almeida procurou mostrar-se leal aos Bulhões, mas poucos meses após ter sido empossado começou a decepcioná-los. Os Bulhões esperavam consolidar sua aliança política casando-o com uma descendente da família, mas não tiveram êxito, pois em 5 de junho de 1902 Xavier de Almeida casou-se com Amélia Lopes de Moraes, filha de Hermenegildo de Moraes, àquela altura considerado um dos homens de maior fortuna de Goiás e dono de grande prestígio político na região. A ruptura sobreveio

em fins de 1903 e início de 1904. Em 1905 Xavier de Almeida conseguiu fazer o sucessor, Miguel da Rocha Lima, derrotando o candidato dos Bulhões. Em 1906 Hermenegildo de Moraes conquistou novo mandato deputado federal, que renovaria em 1909.

A ocasião que os Bulhões esperavam para retornar à cena política goiana veio em 1908, quando tiveram início as articulações relativas às eleições para o governo do estado e para o Senado Federal. Xavier de Almeida apoiou a candidatura ao governo de seu sogro, Hermenegildo Lopes de Moraes. Hermenegildo foi eleito em 2 de março de 1909, mas teve sua eleição repelida pela oposição, que se aglutinou fortemente diante da eleição para o Senado do próprio Xavier de Almeida. A insatisfação cresceu a ponto de transformar-se em um movimento armado para depor o presidente em fim de mandato Miguel da Rocha Lima. Os adversários de Xavier de Almeida arregimentaram homens, compraram armas e formaram um contingente diante do qual a força policial do estado se viu impotente. Miguel da Rocha Lima renunciou à presidência do estado em 11 de março, e assumiu seu lugar o primeiro vice-presidente Francisco Bertoldo de Sousa. No dia 1º de maio, sob o comando de Eugênio Jardim, os revolucionários percorreram a cavalo a cidade de Goiás, na chamada Revolução de 1909. O movimento, liderado por Leopoldo Bulhões com o apoio das lideranças pecuaristas do estado, tomou o governo e liquidou o domínio político do grupo de Xavier de Almeida. Francisco Bertoldo de Sousa entregou a presidência de Goiás ao segundo vice-presidente José da Silva Batista, e este governou até 24 de julho, quando foi empossado o presidente nomeado pelos revolucionários, Urbano de Gouveia.

Após encerrar seu mandato na Câmara dos Deputados em dezembro de 1911, Hermenegildo de Moraes foi ainda uma vez eleito para a legislatura de 1915 a 1917.

Faleceu na cidade de Morrinhos (GO).

Foi casado com Francisca Carolina de Nazaré Moraes e, além da filha Amélia Lopes de Moraes Xavier, teve quatro filhos. Entre eles destacaram-se na política Alfredo Lopes de Moraes, que foi deputado federal de 1927 a 1929 e presidente de Goiás de 1929 a 1930, e Hermenegildo Lopes de Moraes Filho, que foi deputado federal de 1900 a 1905 e senador

de 1918 a 1925.

Adrianna Setemy

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; Projeto de imagem de publicações oficiais brasileiras do Center for Research Libraries e Latin-american Microfilm Project. *Mensagens dos Presidentes de Província (1830-1930)*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33>>. Acesso em: 8/1/2009.

MORAIS, Jorge de

*dep. fed. AM 1905-1908; sen. AM 1909-1911; dep. fed. AM 1927-1930.

Jorge de Moraes nasceu em Manaus no dia 18 de julho de 1872, segundo Dunshee de Abranches, ou 1878, de acordo com Agnelo Bittencourt.

Cursou a Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador, na qual se destacou obtendo altas notas. Depois viajou pela Europa, fazendo cursos de especialização em vários países, como Alemanha, Suíça, Áustria e Itália, e demorando-se em Paris para aprofundar os estudos. De volta a Manaus, casou-se, mas sua esposa faleceu pouco tempo depois.

Durante a Guerra de Canudos (1896-1897) voltou à Bahia e foi contratado como cirurgião pelo Hospital de São Bento, em Salvador. Em 1898 foi nomeado médico legista da chefatura de polícia da capital amazonense e médico do estado. Também em Manaus tornou-se cirurgião da Beneficência Portuguesa e da Santa Casa de Misericórdia, bem como médico do Instituto Benjamin Constant. De 1904 a 1905 integrou a Comissão de Saneamento de Manaus.

Nesse último ano, estando em curso a legislatura 1903-1905, foi eleito deputado federal pelo Amazonas em pleito suplementar, para ocupar a cadeira deixada vaga pela renúncia de Antônio de Sá Peixoto, que havia sido eleito senador. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1º de julho de 1905, formulou projetos para a campanha em prol da educação física e da higiene militar. Foi reeleito no ano seguinte e exerceu seu mandato até 31 de dezembro de 1908, quando se encerrou a legislatura. Em 1909 foi eleito senador pelo Amazonas, em nova vaga aberta por Sá Peixoto, que havia sido eleito vice-governador do estado. Assumiu em 27 de maio sua cadeira no Senado Federal e passou a integrar a Comissão de Instrução Pública. Em setembro de 1910 proferiu o discurso de agradecimento ao político francês Georges Clemenceau, que se encontrava em visita ao Brasil. No mês seguinte, em meio à forte crise política enfrentada pelo governo amazonense, apoiou o governador Antônio Bittencourt (1908-1913) e tomou parte na defesa de Manaus contra o bombardeio das forças federais.

Permaneceu no Senado até abril de 1911, quando renunciou ao mandato por ter sido eleito o primeiro superintendente municipal (prefeito) constitucional de Manaus, apoiado por Bittencourt. Assumiu o cargo em substituição a Adrião Ribeiro Nepomuceno. Ao longo de sua gestão, enfrentou dificuldades financeiras, tendo que lidar com um magro orçamento municipal. Permaneceu à frente do Executivo municipal até 1913, quando foi substituído por Henrique Ferreira Pena de Azevedo.

Após algum tempo sem cargo eletivo, voltou a ser eleito deputado federal pelo Amazonas em 1927. Assumiu em maio desse ano sua cadeira na Câmara dos Deputados e foi reeleito em 1930, mas teve o mandato interrompido em outubro, com a vitória do movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Foi ainda professor da Escola Normal de Manaus, do Ginásio Amazonense e da Universidade do Amazonas, diretor do Laboratório de Análise do estado e um dos fundadores da Academia Amazonense de Letras, onde criou a cadeira de Osvaldo Cruz.

Faleceu no Rio de Janeiro em março de 1947.

Inoã Pierre Carvalho Urbinati

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BITTENCOURT, A. *Dicionário*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.3, p. 1455/6); Wikipédia. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_prefeitos_de_Manaus>. Acesso em: 29/7/2011.

MORAIS, José Antônio de

*dep. fed. RJ 1918-1920 e 1924-1930.

José Antônio de Moraes nasceu na fazenda Santo Inácio, em São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes (RJ), filho de Trajano de Moraes e de Darcília Marques da Cruz de Moraes. Seu avô paterno, também chamado José Antônio de Moraes, o visconde de Imbé, foi grande proprietário rural e cafeicultor na região de São Francisco de Paula. Seu avô materno, Joaquim Marques da Cruz, era médico em Cantagalo (RJ). Seu pai, também proprietário rural, criou a Companhia Estrada de Ferro Barão de Araruama; por conta das atividades empresariais, deixou as terras da família e instalou-se no Rio de Janeiro. Seu primo Raul de Moraes Veiga foi deputado federal de 1909 a 1917, presidente estado do Rio de Janeiro de 1918 a 1922 e novamente deputado federal de 1927 a 1930.

José de Moraes ingressou na política em 1906, ao ser eleito deputado estadual no estado do Rio de Janeiro. Tinha suas bases políticas no município de São Francisco de Paula, da mesma forma que Raul Veiga. Os dois integravam o grupo que então se consolidava sob a liderança de Nilo Peçanha, presidente do estado de 1903 a 1906, presidente da República de 1909 a 1910, e novamente presidente estadual de 1914 a 1917. Foi reeleito deputado estadual em 1910 e 1915, e a seguir foi eleito deputado federal, em 1918, mesmo ano em que Raul Veiga foi eleito presidente estadual (1918-1922). Contudo, ao final da legislatura, em 1920, devido a divergências com o grupo de Nilo Peçanha, não foi reeleito. A origem do desentendimento foi a transferência da sede do município de São Francisco de Paula de Trajano de Moraes para Aurora, mais tarde Visconde de Imbé, para atender aos interesses de Raul Veiga.

Após a derrota do grupo nilista nas eleições presidenciais de 1922, José de Moraes voltou à cena aliado ao presidente estadual Feliciano Sodré (1923-1927). Passou a integrar a comissão executiva do Partido Republicano Fluminense (PRF) e elegeu-se deputado federal para três legislaturas consecutivas, em 1924, 1927 e 1930. Durante seus anos como parlamentar, fez parte da Comissão de Obras Públicas. Teve o mandato interrompido em

outubro de 1930 pela revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país, e a partir de então retirou-se da política, passando a residir na fazenda Santo Inácio.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; FERREIRA, M. *Histórias*; FERREIRA, M. *República*.

MORAIS, Luís Mendes de

* militar; pres. SE 1890-1891; min. STM 1909-1914; min. Guerra 1909.

Luís Mendes de Moraes nasceu na cidade de Itu, na antiga província de São Paulo, no dia 13 de julho de 1850, filho de Frederico José de Moraes Barros e de Maria Mendes Ferraz. Seu tio, Prudente de Moraes Barros, foi presidente do estado de São Paulo de 1889 a 1890, senador pelo mesmo estado de 1891 a 1894, e presidente da República de 1894 a 1898. Seu irmão, general Feliciano Mendes de Moraes, foi ministro do Supremo Tribunal Militar (STM) entre 1919 e 1931.

Assentou praça quando tinha apenas 17 anos de idade, em 19 de janeiro de 1867. Mais tarde matriculou-se na Escola Militar da antiga Corte e em 13 de março de 1872 foi nomeado alferes-aluno. Formou-se em matemática e ciências físicas e em engenharia. Seguiram-se as promoções a segundo-tenente em 25 de janeiro de 1873, a primeiro-tenente em 21 de março de 1874, e a capitão em 13 de junho de 1876. Nesse último ano, exerceu a função de professor da segunda cadeira do primeiro ano do curso de cavalaria e infantaria da província do Rio Grande do Sul. Em 1880, foi nomeado para servir na comissão de engenharia daquele mesmo estado, sendo incumbido de dirigir os trabalhos de fundação Vila Militar do Alto Uruguai. Em 2 de janeiro de 1882 foi promovido a major e, já na República, em 7 de janeiro de 1890, a tenente-coronel.

Entre 4 de outubro de 1890 e o início do ano seguinte, foi presidente do estado de Sergipe, cargo em que teve como antecessor o tenente-coronel Antônio de Siqueira Horta e, como sucessor, o coronel Vicente Luís de Oliveira Ribeiro. Foi promovido a coronel por merecimento em 7 de julho de 1891.

No governo de Prudente de Moraes (1894-1898), foi chefe da Casa Militar da Presidência da República e um dos que defenderam o presidente quando do atentado contra ele cometido em 5 de novembro de 1897 no pátio do Arsenal de Guerra, que resultou na morte do ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt. Também ferido no incidente, foi promovido a general de brigada em 15 de novembro seguinte.

No governo de Rodrigues Alves (1902-1906) comandou o 4º Distrito Militar e foi promovido a general de divisão em 4 de julho de 1903. Já durante a presidência de Afonso Pena (1906-1909), exerceu a chefia do Estado-Maior do Exército e o comando da 1ª Região Militar (1906-1909). Além dessas funções, foi nomeado ministro Supremo Tribunal Militar

em 25 de fevereiro de 1909, cargo em que tomou posse em 17 de março. Em 27 de maio do mesmo ano assumiu o Ministério da Guerra, sucedendo ao marechal Hermes da Fonseca, mas em 14 de junho demitiu-se, em decorrência da morte do presidente Afonso Pena. Contudo, permaneceu no exercício do cargo até 18 de junho, já na presidência de Nilo Peçanha (1909-1910), quando transmitiu a pasta a Carlos Eugênio de Andrade Guimarães. Reformou-se como marechal a 27 de maio de 1914 e faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de junho do mesmo ano.

Possuía a medalha de ouro do mérito militar.

Casou-se com Cecília Ferreira Rangel, filha de Justo de Azambuja Rangel, presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1889, e prima de Bento Gonçalves da Silva, líder da Revolução Farroupilha (1835-1845). Teve com ela um único filho, o advogado Justo Mendes de Moraes, que em 1933 exerceu o papel de conciliador entre o governo federal e o estado de São Paulo, cujas relações encontravam-se estremecidas por conta da Revolução Constitucionalista de 1932. Justo Mendes de Moraes indicou a Getúlio Vargas o nome de Armando de Sales Oliveira para interventor naquele estado e foi deputado federal de 1935 a 1937.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, p. 170-171); *Encyclopedia e Diccionario Internacional*. (v. 12, p. 7246); *Jornal do Brasil* RJ (21/6/1914, p. 9); *Jornal do Comércio*, RJ (21/6/1914, p. 7); LAGO, L. *Estado-Maior* (p. 43); LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 166); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1909); 1.^a REGIÃO MILITAR. *Galeria*. Disponível em: <<http://www.lrm.eb.mil.br/index.php/galeria.html>>. Acesso em: 30/4/2011; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do STM (1808-2011)*. Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011.

MORAIS, Manuel Jacinto Vieira de

*dep. fed. SP 1894-1896 e 1903-1905.

Manuel Jacinto Vieira de Moraes nasceu em São Paulo.

Formou-se na Faculdade de Direito da capital paulista e depois de formado advogou em Pirassununga (SP), onde se tornou líder municipal do Partido Republicano Paulista (PRP).

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi eleito em 1892 senador estadual em São Paulo. Em 1894 renunciou ao mandato, por ter sido eleito deputado federal na legenda do PRP. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, exerceu o mandato até o final da legislatura, em dezembro de 1896. Mais uma vez eleito deputado federal por São Paulo, voltou a ocupar uma cadeira na Câmara dos Deputados entre maio de 1903 e dezembro de 1905, quando se encerraram seu mandato e a legislatura.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MORAIS, Prudente de

* dep. geral SP 1885; junta gov. SP 1889; gov. SP 1889-1890; const. 1891; sen. SP 1891-1894; pres. Rep. 1894-1898.

Prudente José de Moraes Barros nasceu em um sítio próximo a Itu (SP) no dia 4 de outubro de 1841, filho de José Marcelino de Barros e de Catarina Maria de Moraes. Seu irmão Manuel de Moraes Barros se tornaria senador da República.

José Marcelino morreu assassinado por um escravo quando o menino Prudente José contava apenas três anos. Catarina casou-se em segundas núpcias com o major Caetano José Gomes Carneiro, e pouco mais tarde a família passou a residir em Piracicaba, antiga Constituição. O menino Prudente aprendeu as primeiras letras com a mãe, o que indica que esta teria um razoável nível de instrução, por sua vez fator indicativo de favorecimento social na sociedade da época. Apenas aos 14 anos Prudente ingressou no Colégio Delgado, que no ano seguinte fechou suas portas. Seguiu então para São Paulo, para cursar os preparatórios para a Faculdade de Direito, onde ingressou em 1859.

A Faculdade de Direito de São Paulo havia sido criada por decreto de 1827, juntamente com a de Pernambuco. Era uma escola de leis que, além de formar advogados, formava especialmente políticos. Quase todos os políticos do período imperial e da Primeira República passaram pelos bancos dessa academia. Havia na Faculdade de Direito paulista uma sociedade secreta fundada pelo alemão Júlio Frank. Era a *Burschenschaft*, chamada de *Bucha* pelos estudantes que dela participavam. Como vários próceres da República, Prudente de Moraes também foi bucheiro. A orientação política da *Bucha* preconizava a luta pelo liberalismo, o abolicionismo e o republicanismo, ideais que iriam marcar toda a ação política de Prudente.

Formado em 1863, Prudente voltou a Piracicaba, abriu um escritório de advocacia e ingressou na política. Filiado ao Partido Liberal, foi eleito vereador para o quadriênio 1865-1868 e escolhido presidente da Câmara Municipal, cargo que ao tempo implicava exercer as funções executivas no município.

Em maio de 1866 casou-se com Adelaide Benvinda da Silva Gordo, filha de Antônio José da Silva Gordo. Seu irmão mais velho, Manuel, já era casado com Maria Inês, irmã de Adelaide. O irmão caçula de Adelaide, Adolfo Afonso da Silva Gordo, advogado e político republicano, casou-se em primeiras núpcias com Ana, neta do senador Nicolau Vergueiro, e depois com Albertina Vieira de Carvalho, filha do

professor de direito Joaquim José Vieira de Carvalho e irmã de Arnaldo Vieira de Carvalho, fundador da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Em 1867, Prudente foi eleito deputado à Assembleia Provincial. Entretanto, com a queda do gabinete liberal e sua substituição pelo ministério conservador chefiado pelo visconde de Itaboraí, novas eleições foram convocadas, e o Partido Liberal decidiu nelas não concorrer. Em 1869, membros do Partido Liberal dele se desligaram, fundando o Partido Radical. Desse grupo fazia parte Prudente de Moraes.

Sopravam então os primeiros ventos republicanos. Em 3 de dezembro de 1870 foi lançado no Rio de Janeiro o *Manifesto Republicano*, marco inicial da campanha republicana, assinado por 56 cidadãos, entre os quais os paulistas Francisco Rangel Pestana e Miranda de Azevedo. Publicado no primeiro número do jornal *A República*, o documento propunha a adoção de uma linha de “evolução pacífica”, pretendendo a mudança do regime pelas armas da discussão. A esse grupo de republicanos que se formava, uniram-se radicais paulistas.

Em reunião realizada em São Paulo a 17 de janeiro de 1872, foi decidida a criação do Partido Republicano, dentro da orientação do *Manifesto Republicano* de 3 de dezembro. Estavam presentes 14 cidadãos, egressos todos eles do liberalismo radical. No ano seguinte, realizou-se a Convenção de Itu a 18 de abril, e foram aprovadas as bases para a organização do Partido Republicano da província. A partir de então, o movimento organizado da Propaganda Republicana se intensificou, e Prudente logo se tornou um de seus chefes.

LUTANDO PELA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA

Falar de Prudente de Moraes é falar da República: da luta para a implantação, da organização e da consolidação do regime. Nessas três fases, seu papel foi fundamental. Alguns traços sobressaem em sua ação, delineando o perfil do estadista.

No tempo do Império, a luta pela implantação da República significava um sonho: a República era um regime democrático no qual privilégios não teriam lugar. Para um paulista como Prudente de Moraes, a descentralização proposta pela República significava também a possibilidade de maior desenvolvimento para a província de São Paulo, que se afirmava economicamente pelo promissor florescimento da cultura cafeeira.

Os republicanos se reuniam anualmente em um congresso, para o qual cada município enviava um representante eleito. Eram estabelecidas as orientações da

campanha republicana, aprovado e divulgado um manifesto e eleita uma comissão permanente para conduzir sua ação. Prudente presidiu a comissão em várias ocasiões.

O movimento que em São Paulo se tornou conhecido como a Propaganda Republicana usou de vários meios para a divulgação de suas idéias, pois desejava chegar à República de forma pacífica, usando as “armas da discussão”: recorreram os propagandistas à imprensa, fizeram publicações, organizaram comícios em praça pública, conferências em salões. Recorreram também à participação no processo eleitoral, como uma forma de influir no processo decisório.

Um dos chefes da Propaganda, Prudente proferiu inúmeras conferências em municípios da província. Em São Carlos, em 1884, abordou a questão servil, posicionando-se a favor da autonomia de cada província para legislar sobre a locação de serviços; declarou que os projetos abolicionistas deveriam ser aceitos desde que acompanhados de medidas tendentes a atrair mão de obra livre, facilitando a imigração; defendeu a liberdade de consciência e de cultos, o casamento civil, a secularização dos cemitérios e a grande naturalização (*Diário Popular*, 19/11/1884). Esses eram temas frequentes, juntamente com a descentralização e a adoção do federalismo.

Para a participação no processo eleitoral, Prudente de Moraes era um dos nomes de que o Partido Republicano dispunha, dado que já tinha experiência anterior como vereador, presidente da Câmara de Piracicaba e deputado provincial.

Nesse tempo, a representação parlamentar na Assembleia Geral e nas assembleias provinciais se fazia através de voto distrital, e a província de São Paulo estava dividida em dez distritos eleitorais. Os distritos nos quais os republicanos conseguiam maior penetração eleitoral eram justamente aqueles que correspondiam às zonas cafeeiras, nas quais as propostas republicanas tinham maior aceitação, como os de Campinas, Rio Claro e Casa Branca.

No 8º distrito eleitoral, que tinha como cabeça a cidade de Rio Claro e incluía Piracicaba, o candidato era Prudente. Em 1877, os republicanos Prudente, Campos Sales e Martinho Prado conseguiram integrar a chapa liberal para as eleições provinciais. Já em 1878, o próprio Partido Republicano apresentou seus candidatos, e Prudente foi eleito deputado provincial pelo 8º distrito, sendo novamente eleito em 1881, 1883, 1885 e 1887. Para a Assembleia Geral, apenas em 1884 o Partido Republicano conseguiu eleger dois deputados, Prudente de Moraes e Campos Sales.

A ação dos republicanos nas assembleias seguia as orientações do partido. Os republicanos haviam adotado o sistema de expor, em conferências e manifestos, o

conjunto de suas ideias políticas e de suas posições diante dos problemas que então agitavam o país. No Congresso de 1881, essas normas foram sintetizadas em um documento, o *Programa dos candidatos*, que estabelecia os princípios e linhas de ação do Partido Republicano. Os candidatos se comprometiam a, se eleitos, pautar sua ação parlamentar por ele. Esse compromisso com um programa foi uma grande novidade em uma época em que os partidos monárquicos, o Liberal e o Conservador, se revezavam no poder; esses partidos tinham seus programas, mas na prática do sistema, segundo se dizia, nada os diferenciava.

Foi grande a participação de Prudente de Moraes nas legislaturas para as quais foi eleito, destacando-se sua atuação em favor de projetos abolicionistas. Como deputado provincial, trabalhou em projeto que proibia a entrada de escravos na província e estabelecia um imposto sobre os escravos possuídos, que reverteria em um pecúlio para os cativos. Na Assembleia Geral, batalhou em favor da libertação dos sexagenários sem indenização. Ao lado da medida proibindo a importação de escravos, lutavam os republicanos paulistas por medidas destinadas a promover a imigração de trabalhadores livres. Em 1884 foi fundada a Hospedaria dos Imigrantes, que funcionou como ponto de encaminhamento dos recém-chegados para as fazendas. Esse preparo foi bem-sucedido, pois quando foi assinada a Lei Áurea, a 13 de maio de 1888, o número de trabalhadores livres já era grande, e o trabalho da lavoura cafeeira paulista não se desorganizou, como teria ocorrido no Rio de Janeiro.

No primeiro discurso proferido na Assembleia Geral, em 11 de maio de 1885, Prudente reafirmou seu compromisso com o programa republicano. São suas estas palavras: “O meu programa político está no manifesto de 3 de dezembro de 1870, que o país todo conhece. O meu ‘desideratum’, o objetivo que visa o meu partido e para cuja consecução trabalha com dedicação e patriotismo, é a substituição da monarquia pela república federativa. Trabalhamos franca e resolutamente para isso, por estarmos convencidos de que só a república fará a felicidade da nossa pátria. No regime atual, nós os republicanos só podemos aceitar os atos dos poderes públicos que se conformarem com os verdadeiros interesses sociais, e só podemos apoiar as reformas que consubstanciarem idéias democráticas. Trabalhando para estabelecer e firmar a república pela eliminação da monarquia, desde que não aceitamos a revolução como meio, ao menos por enquanto, é nosso dever representar as funções públicas como cooperadoras de reformas que operem, por partes, essa eliminação. ... Esta será a norma da nossa conduta.”

Um dos traços da ação de Prudente de Moraes foi sem dúvida a coerência. Já em 1878, o conselheiro Sinimbu, que presidia o Ministério de 5 de Janeiro, convidara Prudente para a presidência de uma das províncias do Norte. Prudente recusou o convite, por achar que não poderia aceitar cargo de confiança do governo da monarquia, regime que combatia.

GOVERNADOR DE SÃO PAULO E CONSTITUINTE

A 6 de novembro de 1889, os republicanos paulistas receberam carta de Aristides Lobo relatando os entendimentos que estavam sendo mantidos entre republicanos e militares para a mudança do regime, cujo desfecho se afigurava próximo. Prudente de Moraes foi imediatamente chamado de Piracicaba para a reunião dos chefes de São Paulo. Foi decidido que Francisco Glicério seguiria então para o Rio, acompanhado por Adolfo Gordo. No dia 9, houve uma reunião secreta na casa do marechal Deodoro da Fonseca para traçar os planos da revolução.

Nessa mesma noite, o imperador oferecia um baile na Ilha Fiscal em homenagem à oficialidade do encouraçado chileno *Almirante Cochrane*. Segundo os cronistas da época, foi uma festa deslumbrante. Enquanto a monarquia dançava, republicanos e militares conspiravam, acertando os ponteiros para o novo tempo que pretendiam impor.

No dia 15, deu-se a proclamação da República, instituindo-se o governo provisório chefiado pelo marechal Deodoro da Fonseca. O evento foi comemorado pelos republicanos paulistas com grande júbilo, e os propagandistas foram aclamados. Instalou-se um triunvirato no governo paulista: Prudente de Moraes, Rangel Pestana e o tenente-coronel Joaquim de Sousa Murça. Mas, a 3 de dezembro, Prudente de Moraes foi nomeado governador de São Paulo, cargo que exerceria até 18 de outubro de 1890, quando o transmitiu a Jorge Tibiriçá.

Em São Paulo, a aceitação pacífica do novo regime não resultou da indiferença do povo quanto à forma de governo, mas deveu-se à ação organizada da Propaganda Republicana com o claro intuito de preparar a receptividade popular às novas idéias.

O primeiro ministério do novo regime foi integrado por Campos Sales, no Ministério da Justiça; Aristides Lobo, do Interior; Rui Barbosa, da Fazenda; Quintino Bocaiúva, das Relações Exteriores; Benjamin Constant, da Guerra; Demétrio Ribeiro, da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Eduardo Wandenkok, da Marinha. Uma controvertida orientação do governo provisório foi a política financeira implementada

pelo ministro Rui Barbosa, que instituiu a reforma bancária, substituindo o ouro como lastro das emissões por títulos da dívida federal. Ao fracasso do plano, que resultou em onda inflacionista, desastre da bolsa e descalabro das finanças públicas, deu-se o nome de Encilhamento, crise cujas consequências tiveram de ser enfrentadas pelos governos posteriores.

O governo provisório chefiado por Deodoro convocou eleições para a Assembleia Constituinte. O Partido Republicano Paulista (PRP) apresentou uma chapa com três senadores e 22 deputados, sendo Prudente candidato a senador juntamente com Campos Sales e Rangel Pestana. Foram todos eleitos. A Assembleia iria trabalhar a partir de um projeto de Constituição previamente elaborado por uma comissão presidida por Saldanha Marinho e revisto por Rui Barbosa.

Reunida a 15 de novembro de 1890, a Assembleia Constituinte elegeu Prudente de Moraes seu presidente. Discussões e votações foram conduzidas com firmeza, para que no mais curto período o país tivesse uma Constituição. A Constituição promulgada a 24 de fevereiro de 1891 incorporou pontos importantes defendidos pelos republicanos paulistas que integravam o Programa dos Candidatos, especialmente centrado na federalização e autonomia das províncias. Assim, o sistema tributário adotado atribuía às províncias, agora estados, o imposto de exportação, o que significava para São Paulo o imposto sobre o café exportado, fonte de riqueza do estado.

A Assembleia procedeu em seguida à eleição do presidente e vice-presidente da República. Para a presidência foi eleito o marechal Deodoro da Fonseca com 129 votos, tendo Prudente, também candidato, obtido 97 sufrágios. Para a vice-presidência foi eleito Floriano Peixoto com 153 votos, indicando já certa desconfiança do Congresso quanto ao presidente eleito.

De fato, graves dissidências ocorreriam entre o governo e o Congresso. Deodoro, através de decretos, acabou por dissolver o Congresso e impor estado de sítio em 3 de novembro do mesmo ano, quando os edifícios da Câmara e do Senado foram cercados por forças militares. Da conspiração desencadeada a partir de então contra Deodoro participaram os parlamentares paulistas, contando com a cumplicidade de Floriano Peixoto. A esquadra se amotinou, e antes do início das hostilidades chegou a notícia da renúncia de Deodoro, que foi substituído na presidência pelo vice Floriano Peixoto.

O período de Floriano foi marcado por crises, tendo-se desencadeado sérias revoltas: a Revolta da Armada (1893-1894), rebelião promovida por unidades da

Marinha do Brasil contra o governo, supostamente apoiada pela oposição monarquista, e a Revolta Federalista (1893-1895), luta armada no Rio Grande do Sul em oposição a Júlio de Castilhos, buscando a autonomia estadual frente ao poder federal e opondo os “maragatos” ou federalistas aos “pica-paus” que estavam no poder; a luta atingiu também os estados de Santa Catarina e Paraná.

Ainda em 1893 foi fundado o Partido Republicano Federal (PRF), liderado por Francisco Glicério, para congregar no Congresso a ação dos vários partidos republicanos estaduais. O novo partido foi definido como “uma catedral aberta a todos os credos”, por englobar opções ideológicas as mais diversas. Seria dissolvido em 1896 após grave crise parlamentar.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Ao término do período regimental, em 1º de março de 1894 realizaram-se eleições diretas para a presidência da República, apesar da oposição de Floriano, que desejava permanecer no cargo em clara manobra continuísta. Prudente de Moraes foi eleito o primeiro presidente civil da República, apoiado pelo PRF.

A posse estava marcada para 15 de novembro. Prudente chegou ao Rio de Janeiro no dia 2, acompanhado de poucos familiares. Na estação, ninguém para recebê-lo. Dirigiu-se para o Hotel dos Estrangeiros, onde se hospedou. Apenas no final da tarde recebeu a visita de um emissário do governo para dar-lhe boas vindas. Solicitou então uma audiência com Floriano Peixoto para tratar de assuntos administrativos, mas Floriano não encontrou uma data para o encontro.

No dia 15, protocolarmente vestido, Prudente aguardava no salão do hotel que o viessem buscar. Ninguém apareceu, e foi num calhambeque alugado que chegou ao palácio Conde dos Arcos para prestar o juramento. Para o Itamarati, onde se daria a transmissão do cargo, foi na carruagem do representante da Inglaterra, sem qualquer escolta oficial. As portas estavam abertas, os salões vazios. Floriano não compareceu, e a transmissão foi feita em seu nome pelo ministro Cassiano do Nascimento. Mas Prudente não se deixou abater e tratou de reunir seu ministério.

Prudente iniciou seu governo em um clima de revoltas e tensão. Eram os jacobinos que tinham Floriano como ídolo, e a Revolução Federalista no Rio Grande do Sul, que só terminou no seu primeiro ano de governo, quando conseguiu que a paz fosse assinada, concedendo anistia aos revoltosos.

Dentro do próprio governo, Prudente enfrentava a oposição do vice-presidente Manuel Vitorino. Por motivo de doença, teve de passar o governo a Vitorino em 11 de novembro de 1896, partindo para uma temporada de cura em Teresópolis. Vitorino já considerava o afastamento definitivo. No ministério, colocou quatro conterrâneos entre os sete ministros, mas o paulista Bernardino de Campos, que substituíra Rodrigues Alves no Ministério da Fazenda, permanecia no cargo, e através dele Prudente acompanhava o andamento do governo. Já restabelecido e sabendo de uma conspiração que contra ele se armava, em 4 de março de 1897 voltou ao Rio sem qualquer aviso prévio, chegou ao palácio e mandou um mensageiro à casa de Vitorino, comunicando que reassumira a presidência.

Também em novembro de 1896 teve início no interior da Bahia a Guerra de Canudos, epopéia tão bem descrita por Euclides da Cunha n' *Os sertões*. Tratava-se de movimento messiânico de fanáticos reunidos em torno do beato Antônio Conselheiro. Contestava o regime republicano e o valor dos impostos cobrados, sendo também motivado pelas precárias condições de vida do povo. A insurreição popular de cunho sócio-religioso foi vencida com muita dificuldade pelo governo de Prudente de Moraes. Depois de árdua luta, apenas na terceira expedição, em 1897, o movimento de fanáticos foi derrotado pelo Exército.

No dia 5 de novembro de 1897, encontrava-se Prudente no cais do Arsenal de Guerra, para recepcionar o comandante da coluna expedicionária que conseguira submeter Canudos. Sabia-se que sua vida corria perigo, ameaçada por jacobinos que idolatravam Floriano Peixoto. Durante a cerimônia, um anspeçada do 10º Batalhão de Infantaria, Marcelino Bispo, saiu subitamente das fileiras de seu contingente e encostou uma pistola no peito do presidente, que, com a cartola, afastou o cano da arma. O anspeçada foi dominado, e a arma tomada. Marcelino Bispo sacou então sua espada e golpeou o ministro da Guerra, marechal Carlos Machado Bittencourt, que buscou segurá-lo. Bittencourt morreu. Prudente, apesar de saber que sua vida corria perigo, fez questão de comparecer ao enterro daquele que perdera a vida tentando salvar a sua.

Seu governo enfrentou grandes dificuldades econômico-financeiras decorrentes do Encilhamento, que produzira enormes dívidas com credores estrangeiros. Com a assessoria dos ministros da Fazenda Rodrigues Alves e Bernardino de Campos, negociou com banqueiros ingleses o chamado *funding loan* para a consolidação da dívida externa. No tocante à política externa, a questão dos limites com a Argentina foi resolvida favoravelmente ao Brasil, tendo sido arbitrada pelo presidente Cleveland, dos

Estados Unidos, e negociada pelo barão do Rio Branco, ministro das Relações Exteriores; as relações com Portugal foram restabelecidas, e os desentendimentos com a Itália solucionados, conseguindo-se também pôr fim às divergências com a França em relação ao Amapá. Com o Japão, assinou o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em novembro de 1895, com o objetivo de incentivar a vinda de imigrantes japoneses.

Prudente de Moraes tinha a perfeita noção da separação entre o público e o privado, o que demonstrou inúmeras vezes. Quando, por exemplo, sua esposa ficou muito doente na estância de Poços de Caldas onde se encontrava, foi-lhe oferecido um vagão especial no trem para trazê-la para São Paulo. O presidente recusou o oferecimento, alegando que a doença da esposa era um problema de sua vida pessoal, e a solução seria procurada por ele nesse mesmo nível.

O período presidencial de Prudente de Moraes foi certamente bem-sucedido. Foi um período de consolidação do regime republicano. Ao final do quadriênio, pôde Prudente transmitir o governo ao também paulista e republicano histórico Manuel Ferraz de Campos Sales, que tinha como vice o pernambucano Francisco de Assis Rosa e Silva, político de grande expressão no Norte. Como vivo contraste com a fria recepção recebida por ocasião da posse, ao passar o governo ao sucessor, Prudente foi delirantemente aclamado.

Findo o mandato, retornou a Piracicaba e de lá acompanhava o desenrolar da política. Inúmeras cartas enviadas da Fazenda Pau d'Alho a seu cunhado Adolfo Gordo bem o demonstram. Quando, em 1901, formou-se a dissidência dos republicanos paulistas, Prudente figurou entre os signatários do Manifesto Inaugural do Partido Republicano Dissidente de São Paulo, datado de 3 de setembro. A cisão ocorreu por não aceitarem os dissidentes a orientação política que o então presidente Campos Sales estava imprimindo a seu governo e ao encaminhamento sucessório, contrariando princípios democráticos republicanos.

Prudente de Moraes simboliza a realização de um ideal político: dotado de qualidades raras, passou de subversivo a executivo na tarefa de implantação, organização e consolidação do regime republicano. A austeridade era sua marca. Os fatos acima referidos mostram a coerência de sua ação política, refletindo os ideais abraçados ainda na juventude: o liberalismo, o abolicionismo, o republicanismo – ideais da *Bucha*. Poucos homens tiveram na vida a oportunidade e a experiência de lutar por um ideal político e realizá-lo de modo tão completo como o fez Prudente de Moraes, cuja vida se entrelaça com o ideal republicano.

Faleceu em Piracicaba, em 3 de dezembro de 1902.

Seus filhos, genro e sobrinhos também foram políticos: foi o caso de Prudente de Moraes Filho, Paulo de Moraes Barros e João Sampaio.

Deixou escritos Discursos na assembléia de São Paulo, Relatório dos trabalhos do Senado Federal: 1892-1894 e Mensagens presidenciais: 1895, 1896, 1897, 1898

Alice Beatriz da Silva Gordo Lang

FONTES

BELLO, José Maria. *História da República*. 1889-1954. Síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976 (sétima edição)

CARONE, Edgard. *A República velha (evolução política)*. São Paulo: Difusão Européia de Livro, 1971

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista (1889-1926)*. São Paulo: Brasiliense, 1987

CASTRO, Sertório. *A República que a revolução destruiu*. Brasília: Editora Universitária, 1982 (Coleção Temas Brasileiros, 50)

DEBES, Célio. *O Partido Republicano na Propaganda (1872-1889)*. Edição restrita em “off set”.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Rio de Janeiro: José Olímpio / São Paulo: EDUSP, 1973 (2vol.)

FREITAS, Leopoldo de. *O Dr. Prudente de Moraes - Esboço político e biographico*. São Paulo: Typographia Brazil de Carlos Gerke & Cia., 1902

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. *Adolpho Gordo, Senador da Primeira República. Representação e Sociedade*. Brasília: Senado Federal, 1989

-----, *A Propaganda Republicana na Província de São Paulo*. São Paulo:

CERU/FFLCH-USP, 1995 (Col. Textos, 6)

-----, “Prudente de Moraes”. Palestra na Loja Maçônica Prudente de Moraes em 6 de dezembro de 1996

LOVE, Joseph. *A locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira – 1889-1937*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 1982

MOTA FILHO, Cândido. “Prudente de Moraes” in *Homens de São Paulo*. São Paulo: Martins Editora, 1955

PEIXOTO, Silveira. “*A tormenta que Prudente de Moraes venceu*”. São Paulo: IMESO, 1990 (2^a edição)

SILVA, Hélio. *1889: a República não esperou o amanhecer*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972

VIANA, Oliveira. *O ocaso do Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1933 (2^a edição)

www.senado.gov.br/sp/senadores_biografias.asp

MORATO, FRANCISCO

*dep. fed. SP 1927-1929; rev. 1930; rev. 1932.

Francisco Antônio de Almeida Morato nasceu em Piracicaba (SP) no dia 17 de outubro de 1868, filho de Antônio Morato de Carvalho e de Ambrosina de Almeida Morato.

Em 1879 mudou-se para a capital de São Paulo, onde estudou humanidades no Colégio Moretzsohn. Ingressou em 1884 na Faculdade de Direito, bacharelou-se em 1888 e retornou a Piracicaba, onde foi inspetor escolar, provedor da Santa Casa de Misericórdia, promotor público e vereador por nove anos. Exerceu também a advocacia, trabalhando em colaboração com seu cunhado, o barão de Resende, e com Paulo de Moraes Barros. Celebrizou-se como advogado em sua terra natal, sobretudo após a defesa e absolvição do acusado pelo assassinio do famoso pintor paulista José Ferraz de Almeida Júnior, morto em 1899.

De volta a São Paulo, começou a trabalhar no escritório de advocacia de Estevão de Almeida. Em 1916, foi um dos fundadores do Instituto dos Advogados de São Paulo. Tendo presidido as assembleias preparatórias para a elaboração dos estatutos, foi o primeiro presidente eleito da entidade, posto em que permaneceu até 1922. Concomitantemente, após prestar concurso no qual conquistou também o grau de doutor, tomou posse como professor-substituto da Faculdade de Direito de São Paulo em novembro de 1917. Em outubro de 1922, assumiu a cátedra de teoria e prática do processo civil e comercial da faculdade.

Reconduzido à presidência do Instituto dos Advogados para o triênio 1925-1927, ainda em 1925 defendeu na Justiça Federal o prefeito de São Paulo, Firmiano Pinto, acusado de não ter oposto resistência aos revoltosos que, sob o comando de Isidoro Dias Lopes, tomaram a capital paulista em julho de 1924. O julgamento teve grande repercussão política em São Paulo.

CARREIRA PARLAMENTAR

Francisco Morato foi um dos fundadores do Partido Democrático (PD) de São Paulo, tendo participado da comissão que, em fevereiro de 1926, redigiu as linhas básicas do programa do partido. Dele constavam a revisão da Constituição, a instituição do voto

secreto, a autonomia do Judiciário e outras medidas de caráter liberal-democrático. Fez parte, também, desde o início, do diretório central do PD. O partido aglutinou em São Paulo a oposição liberal ao governo, dominado tanto em nível estadual quanto nacional pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Chefiado pelo conselheiro Antônio da Silva Prado, o PD nasceu numa época de intensa fermentação social, o que lhe possibilitou encontrar grande receptividade: menos de 90 dias depois de formado, já contava com cerca de 20 mil adesões.

No pleito de 1927, Francisco Morato foi um dos três deputados federais por São Paulo eleitos na legenda do PD. Durante seu mandato (1927-1929), combateu ativamente a política cafeeira do presidente Washington Luís, além de criticar os procedimentos políticos do governo, que qualificava de fraudulentos.

No mesmo ano de sua eleição, participou, junto com Paulo Nogueira Filho, de uma reunião com o líder gaúcho Joaquim Francisco de Assis Brasil realizada no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Objetivando formar um partido de âmbito nacional, o encontro teve seu projeto realizado em 21 de dezembro de 1927, com a constituição do Partido Democrático Nacional (PDN), que adotou o mesmo programa do PD paulista. Sob a presidência de honra do conselheiro Antônio Prado, o PDN teve seu primeiro diretório constituído por Morato, Assis Brasil, Paulo de Moraes Barros, Adolfo Bergamini, José Adriano Marrey Júnior, Plínio Casado e João Batista Luzardo.

Em fevereiro de 1928, o PD paulista foi derrotado nas eleições estaduais. Na Câmara dos Deputados, Morato e Marrey Júnior pronunciaram veementes discursos em que denunciaram fraudes praticadas pelo PRP. Inconformados, os democráticos procuraram reforçar sua articulação nacional, e em março seguinte Morato compareceu com essa finalidade ao congresso de formação do Partido Libertador, realizado em Bajé (RS).

Em outubro de 1928, realizaram-se em São Paulo novas eleições, dessa vez municipais. Novamente o PD alegou ter sido prejudicado por fraude, e a partir de então alguns setores do partido puseram de lado a idéia de disputar o poder pela via legal, passando a inclinar-se por uma solução revolucionária.

Em julho de 1929, Francisco Morato, líder da bancada oposicionista de São Paulo na Câmara, foi um dos representantes do PD nas articulações realizadas no Rio de Janeiro com a finalidade de conquistar a adesão do partido à Aliança Liberal. Em agosto Morato já

discursava na Câmara como aliancista, e em setembro compareceu à convenção da Aliança Liberal que lançou a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República, contra o candidato oficial, o perrepista Júlio Prestes.

Segundo Aureliano Leite, após as eleições municipais de outubro de 1928 Morato teria promovido entendimentos com Assis Brasil e Batista Luzardo para fundar a Aliança Liberal. Em seguida, ainda segundo Aureliano Leite, Assis Brasil teria procurado o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, para propor-lhe a idéia. Só depois os governos do Rio Grande do Sul e da Paraíba teriam aderido à iniciativa. Conclui o autor: “Pertence, pois, ao professor Francisco Morato a iniciativa dos trabalhos em prol da fundação da Aliança Liberal.”

Em janeiro de 1930, a convenção do PD incluiu o nome de Francisco Morato entre seus candidatos à Câmara dos Deputados nas eleições de março. Entretanto, Morato não obteve a reeleição. Com a derrota de Vargas para Júlio Prestes no mesmo pleito, intensificaram-se os preparativos para o movimento revolucionário que já vinha sendo articulado por participantes dos movimentos tenentistas da década de 1920.

A REVOLUÇÃO DE 1930 E A CRISE PAULISTA

Em 1930 Morato assumiu a presidência do PD e, com a aceleração das articulações revolucionárias, passou a chefiar os preparativos dentro do partido, enviando elementos a Minas Gerais e ao Rio Grande do Sul a fim de manter contato com as lideranças nacionais do movimento, enquanto ele próprio permanecia em São Paulo para coordenar os trabalhos. Após a vitória da revolução, no dia 24 de outubro a junta militar que depôs o presidente Washington Luís nomeou provisoriamente o general Hastínfilo de Moura, comandante da 2ª Região Militar, para a chefia do governo paulista. Entretanto, o PD esperava que, em consideração pela atuação do partido e pelo prestígio moral de Francisco Morato, este fosse designado para governar São Paulo.

Entre 25 e 26 de outubro, Paulo de Moraes Barros, membro do PD escolhido pela junta para assumir os ministérios da Viação e da Agricultura, Indústria e Comércio, tomou a iniciativa de comunicar ao general Hastínfilo que Morato havia sido designado interventor em São Paulo, informando ainda que o general Isidoro Dias Lopes já se encontrava a caminho da capital paulista para empossá-lo. Morato, contudo, decidiu tomar posse só quando fosse

expressamente nomeado por Getúlio Vargas, a quem reconheceu como chefe revolucionário.

Entretanto, a nomeação de Morato foi sustada pelos líderes tenentistas, especialmente João Alberto Lins de Barros e Miguel Costa. Vargas procurou resolver o caso pessoalmente por ocasião de sua passagem por São Paulo, nomeando João Alberto delegado militar do governo provisório no estado no dia 30 de outubro e autorizando o líder tenentista a oferecer a Morato a pasta da Justiça, em compensação pela escolha de outro governante para São Paulo. Em sua resposta a João Alberto, Morato afirmou: “Senhor tenente João Alberto, eu não estou aqui mendigando emprego. Tenho uma banca de advocacia que é das mais rendosas da República. Estou aqui reivindicando para São Paulo o direito de se governar a si próprio, salientando que, não fora a ação do Partido Democrático, de que sou chefe, não haveria revolução, ou esta estaria derrotada e o senhor continuaria um simples tenente no exílio.”

Continuando a tentar a conciliação, Vargas comprometeu-se a nomear Morato presidente provisório de São Paulo ao cabo de 15 dias, o que não se concretizaria. Embora a presença de João Alberto suscitasse desconfianças, a direção do PD emitiu ainda no dia 30 de outubro nota em que afirmava sua disposição de colaborar inteiramente com o governo provisório. Mesmo depois do descumprimento da promessa feita a Morato e da nomeação de João Alberto para a interventoria no dia 25 de novembro, o PD reafirmou esse compromisso, em nota do dia 8 de dezembro.

Entretanto, pouco durou a colaboração entre o PD e o governo estadual. O partido via com maus olhos o crescimento do poder do interventor, a quem acusava de estimular a atividade da Legião Revolucionária, organização liderada por Miguel Costa, incentivando-a a promover perseguições ao PD e a atacar suas sedes, seus líderes e o jornal do partido. Responsabilizava também o interventor pela marginalização de “ilustres figuras” paulistas e pelo favorecimento de elementos de fora do estado. Pouco a pouco o relacionamento entre o PD e João Alberto foi-se deteriorando, e em 6 de abril de 1931 verificou-se o rompimento através de um manifesto do PD assinado entre outros por Morato.

Mesmo após a demissão de João Alberto (julho de 1931) em consequência das pressões paulistas, a crise subsistiu. O PD não se conformava com a intervenção federal em São Paulo e se ressentia do apoio dado pelo governo federal à ação de Miguel Costa no

comando da Força Pública e da Legião Revolucionária, que o PD chegou a qualificar de organização pró-comunista. As divergências se aprofundaram ainda mais, e no dia 13 de janeiro de 1932 o PD divulgou um manifesto — entre cujos signatários se encontrava mais uma vez Francisco Morato — rompendo com o governo federal, apontado como responsável por uma política econômica desastrosa, defendendo a constitucionalização do país e reivindicando a entrega do governo dos estados aos próprios estados.

A partir de então, Francisco Morato redobrou seus esforços no sentido de ampliar a oposição ao governo federal, promovendo intensas negociações com o PRP, antigo adversário de seu partido, para a formação de uma aliança oposicionista. Em 16 de fevereiro de 1932, era divulgado o manifesto de fundação da Frente Única Paulista (FUP), redigido pelo próprio Morato em colaboração com o perrepista Altino Arantes.

A formação da FUP, aclamada por manifestações populares, fortaleceu a oposição paulista. Várias tentativas foram feitas para solucionar a crise com o governo provisório, entre elas uma fórmula apresentada por Morato juntamente com os líderes paulistas Altino Arantes, Júlio de Mesquita e os gaúchos Raul Pilla e Batista Luzardo. Segundo essa proposta, a Frente Única daria apoio a um governo paulista que contasse com a participação de membros da FUP, ou ainda à nomeação de um elemento do PD para a interventoria. Nenhuma das condições foi aceita pelo governo provisório, e progrediram as articulações paulistas visando, por um lado, à luta contra o governo federal, e por outro, à conquista do apoio de políticos de outros estados para a causa paulista.

ÀS VÉSPERAS DA REVOLUÇÃO DE 1932

Em maio de 1932, após as grandes manifestações populares realizadas em São Paulo contra a visita de Osvaldo Aranha ao estado, a oposição paulista adotou uma linha de ação mais radical, que culminaria no levante armado de 1932. Morato passou a colaborar diretamente com o MMDC, organização que teve grande importância na fase preparatória da luta. Esteve ainda entre os políticos que se reuniram com o interventor Pedro de Toledo para formar um secretariado integralmente constituído por membros da FUP, finalmente empossado no dia 24 de maio.

Morato participou ainda de articulações da FUP com políticos de outros estados, especialmente Minas Gerais e Rio Grande do Sul, procurando obter apoio para as

reivindicações paulistas de autonomia e constitucionalização ou, em caso de impasse, para o movimento militar em preparação. Nesse sentido, chegou inicialmente a um acordo com o ex-presidente Artur Bernardes, líder mineiro.

No dia 7 de junho, foi ao Rio de Janeiro e conferenciou com os mineiros Mário Brant, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, Djalma Pinheiro Chagas e Teodomiro Santiago. Na noite do mesmo dia, reuniu-se no palácio Guanabara com Getúlio Vargas e Valdemar Ferreira, secretário da Justiça do novo governo paulista. Ao final da conferência, chegou-se a um acordo segundo o qual Getúlio comprometia-se a não modificar o novo secretariado de São Paulo e, em troca, obtinha garantias de que a ordem seria mantida no estado. Morato permaneceu mais alguns dias no Rio, prosseguindo nas articulações políticas, e retornou a São Paulo no dia 12 de junho convencido da possibilidade de se chegar a uma solução pacífica para a crise. Mantivera no Rio contatos com João Neves da Fontoura, líder da Frente Única Gaúcha, que em seguida encaminhara a Vargas a proposta de reformar o gabinete, compondo um ministério “de concentração nacional” que incorporasse as frentes únicas de oposição e acelerasse a constitucionalização do país. Cogitava-se inclusive do nome de Morato para ocupar a pasta da Justiça.

Entretanto, o otimismo de Morato não se justificou. Vargas obteve para si, nos dias seguintes, o apoio incondicional do governo de Minas Gerais e, assim fortalecido, protelou a formação do novo gabinete. A inquietação em São Paulo crescia, e no dia 17 de junho Morato retornou ao Rio, a chamado de João Neves, para novas negociações. Reuniu-se com o próprio João Neves da Fontoura, com Osvaldo Aranha, com o interventor gaúcho Flores da Cunha, com diversos outros políticos e, finalmente, com Getúlio Vargas. No dia 19, de volta a São Paulo, julgava que a situação estava em vias de solução pacífica, acreditando ainda na reforma ministerial e na indicação de seu nome para a pasta da Justiça.

Entretanto, no dia 22 o governo federal anunciou que só faria alterações parciais no gabinete, preenchendo apenas as vagas existentes nas pastas da Justiça e da Agricultura com elementos das frentes únicas paulista e gaúcha. A reação foi forte. Os convidados a integrar o ministério, respectivamente Flores da Cunha e o democrático paulista Paulo de Moraes Barros, recusaram a nomeação, e a tensão cresceu em todo o país.

Em 25 de junho, embora ainda procurasse negociar uma solução política, Morato escrevia ao coronel Euclides de Figueiredo, reforçando a conspiração para o movimento armado. No

dia 1º de julho, convocado por Getúlio, Morato chegou novamente ao Rio. Ao longo do dia manteve entendimentos com João Neves e Paulo Nogueira Filho, e à noite reuniu-se com o chefe do governo provisório, que, a exemplo do que já fizera com representantes gaúchos e mineiros, cobrou-lhe o compromisso de observar a manutenção da ordem em seu estado. “Acuado por Getúlio”, segundo Paulo Nogueira Filho, Morato esquivou-se de dar garantias, ficando São Paulo à margem do acordo de pacificação que já envolvia gaúchos e mineiros.

Morato retornou a São Paulo no dia 2 de julho, ainda decidido a tentar a conciliação em uma conferência que deveria ocorrer em Minas no dia 6. Entretanto, tal encontro não chegaria a realizar-se, e São Paulo se viu isolado.

No dia 5 de julho, inaugurou-se em São Paulo o VIII Congresso do Partido Democrático. Morato, ainda presidente do partido, proferiu o discurso de abertura dos trabalhos. No congresso a causa paulista esteve sempre em debate, sem que contudo se fizesse qualquer menção ao movimento armado, até então articulado em segredo. Temendo imprevistos, Morato conduziu os trabalhos com prudência, pois ao mesmo tempo fervia a crise político-militar desencadeada pelo general Klinger em Mato Grosso. Dirigindo ao novo ministro da Guerra, general Augusto Espírito Santo Cardoso, um ofício em termos injuriosos, Klinger estava provocando sua exoneração, o que havia sido previsto pela FUP como *casus belli*, ou seja, fator determinante do início da luta armada.

No dia 7 de julho, Morato participou de uma reunião com diversos líderes civis e alguns militares paulistas, na qual se decidiu que o levante era inevitável e deveria ocorrer em data posterior ao dia 15 do mesmo mês.

Entretanto, o general Klinger foi exonerado de seu comando no dia 8, e no dia seguinte eclodiu o movimento armado, segundo Paulo Nogueira Filho “à revelia de homens como Pedro de Toledo e Francisco Morato”. Prossegue Nogueira Filho: “O velho e ereto piracicabano... diante do irremediável da revolução, estaria em suas primeiras linhas... Bateu-se leoninamente pela conciliação, na paz; por São Paulo, na guerra.” Um dos líderes do movimento, Morato integrou a junta revolucionária na qual também tomaram parte o interventor paulista Pedro de Toledo, Antônio de Pádua Sales e os generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger.

No dia 12, a junta lançou manifesto à nação, esclarecendo os propósitos constitucionalistas

do movimento e suas ligações com correntes políticas e com as milícias estaduais do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais. Anunciava também o objetivo de instalar uma junta governativa nacional, composta de cinco membros, representando o Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais, o Distrito Federal e o Norte do país. Ainda no dia 12, Morato recebeu do Rio Grande do Sul um telegrama em que Raul Pilla e Borges de Medeiros lhe propunham encaminhar negociações por um armistício com o governo provisório. Morato, contudo, recusou, e se manteve na liderança do movimento até sua derrota para as forças legalistas em 2 de outubro de 1932.

DE VOLTA DO EXÍLIO

Após a rendição dos paulistas, Morato exilou-se na Europa, passando um ano entre Lisboa e Paris. Retornou ao Brasil em 1933, e em 1934, durante a interventoria de Armando de Sales Oliveira, foi delegado e árbitro paulista na questão das fronteiras entre São Paulo e Minas, pendente havia anos. Do lado mineiro o representante foi Milton Campos, e o acordo resultante das negociações foi assinado no dia 28 de setembro de 1936. Em 1940, em plena vigência do Estado Novo, Morato organizou as comemorações do primeiro centenário do nascimento do conselheiro Antônio Prado, fundador do PD. O interventor em São Paulo, Ademar de Barros, acusou os promotores do evento de pretenderem transformar sua comissão executiva num novo MMDC. A denúncia foi publicada no jornal *Correio Paulistano*, e em consequência Morato e outros foram presos. O caso ganhou maior amplitude quando Ademar de Barros, segundo Aureliano Leite, para justificar a intervenção no jornal *O Estado de S. Paulo*, acusou ainda a existência de uma conspiração que partia do jornal. O inquérito, iniciado no dia 10 de abril de 1940, foi encaminhado ao Tribunal de Segurança Nacional, que considerou passíveis de julgamento apenas seis dos indiciados, entre os quais Aureliano Leite e três líderes ausentes, no exílio: Armando Sales, Paulo Nogueira Filho e Otávio Mangabeira. Os demais 41 presos, entre os quais Morato, foram postos em liberdade. Após dois julgamentos, os réus que se encontravam no Brasil foram absolvidos, mas *O Estado de S. Paulo* permaneceu sob intervenção até dezembro de 1945, um mês depois do fim do Estado Novo. Encerrado o período ditatorial, Morato foi convidado a assumir a secretaria estadual do Interior e Justiça de São Paulo, no governo do interventor José Carlos de Macedo Soares.

Nomeado em 8 de novembro de 1945, aos 77 anos de idade, exonerou-se ainda no primeiro semestre do ano seguinte.

Francisco Morato possuía terras na região de Piracicaba, onde era fazendeiro. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e presidente do Tribunal de Ética Profissional. Na década de 1920, foi diretor interino da Faculdade de Direito de São Paulo por três anos. A mesma faculdade lhe conferiu o título de professor emérito, que pela primeira vez e só a ele foi concedido.

Faleceu em São Paulo no dia 21 de maio de 1948.

Foi casado com Maria Conceição Morato, com quem teve uma filha.

Além de inúmeros trabalhos forenses, pareceres e artigos, publicou: *Os dez mandamentos do civismo* (1918), *Da carta testemunhável* (1923), *Defesa do sr. Firmiano Pinto, prefeito de São Paulo, no processo relativo à Revolta de 5 de Julho de 1924* (1925), *Em defesa do dr. Firmiano Pinto — embargo do acórdão do Tribunal de Contas* (1928), *À nação — manifesto político* (1931), *Novo manifesto* (1932), *Sociedade Territorial Ubá Ltda.* (1935), *O papel do jurista* (1935), *As divisas de São Paulo - Minas Gerais* (1937), *Da prescrição nas ações divisórias*, *Miscelânea jurídica* (1945) e *Discursos e conferências*.

Jorge Miguel Mayer

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; ARQ. GETÚLIO VARGAS; CALMON, P. *História*; DEL PICCHIA, M. *Revolução*; DULLES, J. *Getúlio*; *Efemérides paulistas*; *Encic. Mirador*; *Estado de S. Paulo* (22/5/1948); FIGUEIREDO, E. *Contribuição*; FLEISCHER, D. *Thirty*; *Folha da Manhã*, SP (22/5/48); FONTOURA, J. *Memórias*; FRANCO, A. *Estadista*; *Grande encic. portuguesa*; JARDIM, R. *Aventura*; LEITE, A. *História*; LEITE, A. *Memórias*; MELO, L. *Dicionário*; MORAIS, A. *Minas*; MOREIRA, J. *Dicionário*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais* (1 e 3); SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1931; SILVA, H. 1932; VAMPRÉ, S. *Memórias*.

MOREIRA, Artur Quadros Colares

*pres. MA 1908-1909; dep. fed. 1910-1926.

Artur Quadros Colares Moreira nasceu em São Luís do Maranhão no dia 1º de dezembro de 1866.

Formou-se pela Faculdade de Direito do Recife e, de volta à província natal, foi nomeado promotor público da comarca de Rosário em 1888. Em 1890 tornou-se juiz substituto em São Luís e, em 1891, juiz municipal em Rosário. Nesse mesmo ano passou a juiz de direito em Alto Mearim e, a partir de em 1893, em Rosário.

Iniciou sua vida política ainda no Império, quando militou no Partido Conservador. Com a proclamação da República, afastou-se da política. Após passar um período em Pernambuco e na Paraíba, retornou ao Maranhão em 1903 e, com o apoio de Benedito Pereira Leite, foi eleito deputado estadual. Em 1906, quando Benedito Leite foi eleito presidente do estado, foi eleito segundo vice-presidente. Com o afastamento de Benedito, que em 25 de maio de 1908 embarcou para Europa para tratar de problemas de saúde, assumiu seu lugar e governou o estado até 25 de fevereiro de 1909. Nessa data viajou para a Paraíba e para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para tratar de assuntos particulares e políticos, visando às próximas eleições estaduais. Como o primeiro vice-presidente, Antônio Teixeira Belfort Roxo, também estava no Rio de Janeiro, e o terceiro, Raimundo Nogueira da Cruz e Castro, havia falecido poucos meses antes, o coronel da Guarda Nacional e presidente da Assembleia Legislativa Mariano Martins Lisboa Neto assumiu o governo. Pouco depois, em 6 de março 1909, Benedito Leite faleceu na Europa.

Ao regressar a São Luís em 12 de junho de 1909, enfrentou a oposição de Mariano Martins Lisboa Neto, que se recusou a lhe entregar o governo, afirmando que havia perdido o mandato quando saiu do estado sem autorização do Poder Legislativo local. A contenda só foi resolvida com a intervenção de políticos importantes no cenário nacional, como Nilo Peçanha e Pinheiro Machado. Ficou decidido então que Mariano Martins Lisboa Neto renunciaria à presidência do Congresso estadual e Artur Quadros Colares Moreira à vice-presidência do estado, passando o governo, dessa forma, em 29 de junho de 1909, ao novo chefe do Legislativo estadual, Américo Vespúcio Reis. Durante toda essa disputa, o deputado federal Luís Antônio Domingues da Silva teve papel relevante, articulando no Rio de Janeiro e no Maranhão o fim das tensões. Assim, nas eleições seguintes, foi eleito presidente do estado para o quadriênio de 1910 a 1914.

Depois dessas disputas, Artur Quadros Colares Moreira foi eleito deputado federal na vaga do novo presidente do estado do Maranhão, Luís Antônio Domingues da Silva. Foi sucessivamente reeleito até 1926 e chegou a vice-presidente da Câmara dos Deputados.

Após deixar a Câmara, foi desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal e, entre os anos de 1933 e 1937, foi ministro do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 25 de abril de 1954.

Publicou o livro *Gomes de Castro, Benedito Leite e Urbano Santos* (1939).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Grande encic. Delta Larousse*; MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*.

MOREIRA, Colares

*pres. MA 1902-1906; sen. MA 1909-1910.

Alexandre Colares Moreira Júnior nasceu em Codó (MA) no dia 8 de fevereiro de 1849, filho de Alexandre Colares Moreira e de Maria Isabel de Assis Moreira.

Cursou o secundário no Liceu Maranhense, em São Luís. Foi juiz de paz de 1874 a 1881, e também em 1874 elegeu-se deputado provincial no Maranhão. Exerceu o mandato até 1879 e foi membro da Comissão de Orçamento da Assembleia Provincial. Voltou a ser eleito deputado provincial em 1889, mas teve o mandato interrompido com a proclamação da República em 15 de novembro.

Em 1890 foi nomeado inspetor do Tesouro Público do Maranhão por Pedro Augusto Tavares Júnior, primeiro governador do estado no período republicano. Foi também um dos organizadores do diretório do Partido Republicano Conservador do Maranhão, a primeira agremiação partidária do estado criada sob o novo regime. Eleito vereador em São Luís, exerceu o mandato até 1892. Em 1897 foi nomeado intendente da capital maranhense, função que exerceu até dezembro de 1900.

Em 1902 foi eleito primeiro vice-presidente do estado do Maranhão, enquanto Manuel Lopes da Cunha era eleito presidente. Quando este adoeceu e se licenciou do governo em 19 de novembro, foi substituído por poucos dias pelo terceiro vice-presidente, Raimundo Nogueira da Cruz e Castro, já que o primeiro e o segundo vices se encontravam ausentes do estado. Logo em seguida Colares Moreira retornou e assumiu o governo até o fim do quadriênio, em 1906, quando foi substituído pelo novo presidente estadual Benedito Pereira Leite. Durante esses anos, o estado do Maranhão, em especial a capital São Luís, foi assolada por uma epidemia de peste bubônica que cobriu o último trimestre de 1903 e se prolongou até a metade do ano de 1904. Também em sua administração foi criada a Repartição de Obras Públicas, Viação, Indústria, Terras e Colonização, em 1905.

Foi novamente intendente de São Luís entre 1906 e 1909. Nesse último ano foi eleito senador pelo Maranhão para preencher a vaga aberta pela morte do senador e conselheiro Augusto Olímpio Gomes de Castro. Ficou no Senado até início do ano de 1910, quando renunciou. Voltou ao Maranhão e tornou-se presidente do diretório do Partido Republicano Conservador. Em 1912 foi novamente eleito intendente da capital maranhense, assumindo o

cargo em janeiro de 1913. Durante essa gestão, assinou contrato para obras de saneamento da cidade, fez estudos sobre a limpeza de rios e mananciais, e proibiu a construção de cortiços e a circulação de animais, como gado e aves, no perímetro urbano. Também na sua administração foram recebidos os restos mortais do escritor Odorico Mendes, em 26 de novembro de 1915. Em dezembro do mesmo ano, sua gestão encerrou-se.

Foi também coronel comandante da Guarda Nacional em São Luís, diretor do Banco do Maranhão, da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, do Expediente do Tesouro Público e de Obras Públicas do Maranhão.

Faleceu em São Luís no dia 1º de outubro de 1917.

Alan Carneiro/Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico* (v.1, p.113/4); MARQUES, C. *Dicionário*; MEIRELES, M. *História*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/senadores/senadores_biografia.asp?codparl=1374&li=28&lcab=1909-1911&lf=28>. Acesso em: 22/9/2008.

DELFIM, Moreira

* dep. fed. MG 1909-1910; gov. MG 1914-1918; pres. Rep. 1918-1919.

Delfim Moreira da Costa Ribeiro nasceu na fazenda da Pedra, no município de Cristina, no sul de Minas Gerais, em 7 de novembro de 1868, filho de Antônio Moreira da Costa, fazendeiro e membro da Guarda Nacional, e de Maria Cândida Ribeiro. Seu primo Venceslau Brás foi deputado federal por Minas Gerais de 1903 a 1908, presidente estadual de 1909 a 1910, vice-presidente da República de 1910 a 1914 e presidente da República de 1914 a 1918.

Estudou no Colégio Santa Rita e no Colégio Mendonça, em Pouso Alegre (MG), e fez o curso preparatório para o ensino superior em duas instituições: no Seminário de Mariana (MG) e no Colégio Joaquim Carlos, em São Paulo. Em 1886 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, e em 1890 obteve o título de bacharel em ciências jurídicas e sociais. Foi colega de turma de Venceslau Brás e de Estevão Lobo Leite Pereira e ainda nos tempos de faculdade organizou com eles, e com Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um clube republicano chamado Acadêmico Mineiro. Fundou também um jornal intitulado *República Mineira*, na cidade de São Gonçalo do Sapucaí, localizada no sul de Minas. Mesmo morando em São Paulo, procurava não se desligar do republicanismo mineiro, escrevendo artigos para um dos mais destacados jornais republicanos de Minas, *O Colombo*, dirigido pelo republicano histórico da cidade de Campanha, Lúcio de Mendonça, além de colaborar com outros jornais republicanos da província e fora dela.

Depois de formado, tornou-se em 1891 promotor público em Santa Rita do Sapucaí, passando a juiz municipal da mesma cidade no ano seguinte, presidente da Câmara e agente executivo do município. Em 1893 voltou a exercer o cargo de promotor público, agora na cidade de Pouso Alegre. Sua trajetória política foi facilitada pela implantação do regime republicano e por suas ligações familiares com Venceslau Brás, politicamente leal à importante liderança sul-mineira de Silviano Brandão. Tal conjuntura garantiu-lhe espaço para que pleiteasse uma vaga na Assembleia Legislativa. Assim sendo, em 1894 foi eleito

deputado estadual e depois reeleito para a legislatura seguinte.

Enquanto exercia o mandato, teve participação destacada nas articulações políticas que resultaram na pacificação dos conflitos que dividiam a elite mineira desde a proclamação da República. Tão logo o regime fora instituído no Brasil, republicanos históricos, adesistas e monarquistas, separados ideologicamente e, sobretudo regionalmente, dividiram-se em grupos a disputar o controle político sobre o estado. A oposição nacional entre deodoristas e florianistas e, mais tarde, entre gliceristas e prudentistas teve efeitos avassaladores sobre a estabilidade política de Minas Gerais, só recuperada após a recriação de um novo Partido Republicano Mineiro (PRM), que possibilitou a indicação de Silviano Brandão à vice-presidência da República em 1898. Delfim Moreira fez parte da Comissão dos 15, especialmente nomeada pela Assembleia Legislativa para rearticular a composição política de Minas. A conciliação que resultou desse rearranjo político passou pelo afastamento de grupos considerados mais radicais e que assumiam posturas separatistas em razão de suas ligações com o florianismo. A afirmação política de Prudente de Moraes sobre os florianistas jacobinos em nível nacional contribuiu para o afastamento dos grupos oposicionistas mineiros, garantindo ao PRM uma estabilidade que se prolongaria por muitos anos, sob a hegemonia política do sul do estado.

Em 1902, Delfim Moreira foi convidado por Francisco Sales para compor o seu secretariado e tornou-se secretário do Interior, cargo em que permaneceu até 1906. A pasta era uma das mais importantes da administração pública, pois cabia a seu titular ocupar-se de inúmeras funções relevantes, tais como eleições, administração da justiça, educação, saúde e política imigratória, criação de municípios e distritos, recrutamento militar, segurança e assistência pública, e ainda das relações entre Minas Gerais e os demais estados da Federação.

Ao deixar a Secretaria do Interior foi facilmente eleito senador estadual, com apenas 38 anos de idade. Optou por não assumir o mandato, afastando-se provisoriamente da política ao fixar residência em uma fazenda em Santa Rita do Sapucaí. Para alguns de seus biógrafos, tal afastamento foi reflexo de problemas de saúde que já o afetavam e o levariam

à morte anos mais tarde. Em 1908 assumiu sua cadeira no Senado, e no ano seguinte elegeu-se deputado federal pelo PRM. Empossado em maio de 1909, exerceu o mandato até 1910, quando retornou à Secretaria do Interior de Minas Gerais, agora no governo de Júlio Bueno Brandão (1910-1914).

COMPROMISSO COM A EDUCAÇÃO

Nos dois períodos em que foi secretário do Interior de Minas Gerais, Delfim Moreira teve destacada participação no campo da educação. Integrava o rol de preocupações das elites intelectuais brasileiras, no período em que foram formadas, especialmente nas carreiras ligadas à medicina e ao direito, o estudo da criminologia, que envolvia discussões em torno de suas causas e de seus efeitos. Conforme relata variada literatura produzida no Brasil sobre o tema, a elite dirigente considerava a educação uma das principais ferramentas capazes de atenuar os inconvenientes gerados por uma natureza que predispunha às anomias sociais. A criação de instituições disciplinadoras para crianças e adultos constituía-se em almejada política pública, capaz de amortecer o instinto agressivo, natural de algumas raças, evitando que indivíduos potencialmente criminosos se deixassem levar por outros caminhos que não os da ordem e da disciplina.

Tais valores, largamente compartilhados por inúmeras gerações formadas na Faculdade de Direito de São Paulo, integraram o universo intelectual de Delfim Moreira. Seus compromissos com a educação refletiam uma insatisfação pessoal com as condições do ensino em seu estado. Considerava o número de escolas insuficiente, os professores mal formados e os métodos de ensino extremamente antiquados. A ausência de inspeção agravava o problema. A frequência de alunos era muito baixa, o que apontava para um suposto desinteresse deles pelas enfadonhas aulas ministradas por professores mal remunerados e, conseqüentemente, desinteressados. Além disso, Delfim Moreira preocupava-se com a ausência de um sistema unificado de educação em nível nacional.

Como alternativas, apostava na necessidade de mudanças curriculares, que passavam pela introdução de uma educação menos teórica e mais profissionalizante. O ensino da prática

agrícola e comercial deveria ser prioritário para atender à demanda por profissionais no estado. Os currículos deveriam ser uniformizados, muito embora mais complexos nos polos urbanos e mais simples nos distritos rurais, e a expansão do ensino deveria ser meta prioritária.

De acordo com essas preocupações, tão logo assumiu a Secretaria do Interior de Minas, Delfim Moreira incumbiu-se de realizar ampla reforma educacional no estado, com base em premissas discutidas e aprovadas por uma comissão por ele criada a fim de debater o tema e propor soluções. Tal comissão, chefiada por Estevam de Oliveira e composta por membros do Conselho Superior de Educação Pública, reuniu-se e apresentou em 1903 uma proposta de reforma baseada em dois eixos de sustentação principais: a profissionalização do professor e a introdução de mudanças no processo de formação dos alunos.

Em relação ao primeiro eixo, foi proposta a flexibilização do princípio da “inamovibilidade dos professores”, regulamento que garantia a estabilidade do profissional no emprego, editado nos anos iniciais da República. Delfim Moreira compartilhava a tese de que inúmeros professores mineiros, mal formados ou acomodados em suas longas carreiras no magistério, pouco contribuíam para o cumprimento dos objetivos precípuos da educação, que eram o saneamento moral e a preparação dos jovens para o mercado de trabalho. A nova proposta ia ao encontro de uma concepção que asseverava que o profissional do ensino deveria ser mais bem formado para o exercício de sua profissão. Para isso, a reforma encaminhada por Delfim à apreciação do Congresso mineiro envolvia a criação de institutos de formação do professor – as escolas normais –, já que na maioria dos casos tal formação não existia ou se dava de forma deficiente. A criação de um Instituto Normal Superior apresentava-se como o ponto alto da proposta de reforma. Caberia ao Instituto conferir maior profissionalização à carreira e ampliar o número de professores do estado.

Em relação ao segundo eixo, a disseminação de grupos escolares pela capital e pelo interior se fazia necessária para que a educação pública se universalizasse. A legislação em vigor no período vinculava a representação ao número de eleitores alfabetizados em cada estado. Minas Gerais orgulhava-se de ter o maior número de eleitores e, conseqüentemente, a

maior bancada federal do país, e se esforçaria para manter tal supremacia. Por essa razão, desde 1900 o ensino primário tornara-se obrigatório em Minas Gerais, e a proliferação dos grupos escolares era preocupação de muitos gestores públicos mineiros. Além desse aspecto, a proposta incluía mudanças significativas nos conteúdos a serem ministrados nas escolas, prevendo a substituição de um ensino bacharelesco por um currículo de cunho mais profissionalizante. Crianças e jovens deveriam ter uma educação voltada para o mercado de trabalho rural e urbano. A criação de institutos agrícolas se encarregaria de disseminar parte desse modelo. A proposta de reforma foi amplamente debatida na Assembleia Legislativa mineira e aprovada em meados de 1906.

A Constituição de 1891 havia delegado aos estados a responsabilidade pela organização da instrução primária, requisito indispensável à expansão da cidadania, tendo em vista a manutenção do voto capacitário. A oferta da educação em Minas Gerais era compartilhada pelo o governo do estado, as municipalidades e a iniciativa privada. As escolas privadas, sobretudo de caráter confessional, recebiam subvenções do estado, desde que passassem por um processo de “equiparação”, o que implicava adotar como procedimento padrão o modelo público-estatal. Mas a tarefa e o volume de investimentos necessários a tal fim extrapolavam a disponibilidade da vontade política e dos recursos financeiros dos dirigentes de ocasião. O número de vagas no ensino primário era ainda muito pequeno, o que se constituía em óbice para que o decreto de universalização do ensino fosse posto em prática.

Em 1910, quando Delfim Moreira voltou à secretaria do Interior, o número de matrículas no ensino primário do estado era de 114.634, enquanto o número de grupos escolares era 93. Novos prédios foram então construídos, e o governo iniciou uma política de distribuição gratuita de material didático para os alunos carentes. Ao fim de sua gestão o número de alunos manteve-se próximo dos duzentos mil, matriculados nos cem grupos escolares mantidos pelo estado, um crescimento de mais de 74% do número de alunos.

Como a frequência ainda era muito baixa, próxima dos 60% dos matriculados, Delfim investiu na criação de caixas escolares. Tais institutos forneciam alimento, vestuário e

remédio às crianças pobres, desde que frequentassem a escola. Além dos socorros aos necessitados, ofereciam prêmios para os alunos mais assíduos. Em 1911 as caixas tornaram-se obrigatórias nos grupos escolares e facultativas nas escolas privadas. Em 1915 chegou a haver 199 caixas escolares por todo o estado, tendo havido considerável aumento da verba a elas destinada no período em que Delfim esteve à frente da secretaria.

Por outro lado, até 1904, o ensino normal era ministrado em dez escolas. Após rigorosa avaliação, várias delas foram fechadas. Delfim concentrou o ensino em três escolas municipais e nove equiparadas por decreto, após minucioso exame prévio das pretendentes. Em 1907, um projeto antigo de Delfim havia sido concretizado, com a construção de uma escola normal modelo na capital. A escola era exclusivamente voltada para o público feminino, e o curso tinha duração de quatro anos. Em seguida, foi criada outra escola modelo estadual, a de Ouro Fino, que inovou por aceitar homens como alunos. Ao fim de sua gestão, o ensino normal era ministrado por 36 escolas entre públicas e “equiparadas”, responsáveis pela formação de 5.372 normalistas.

Com vistas à expansão do ensino agrícola, Delfim criou cinco fazendas-modelo. Os resultados, porém, não correspondiam aos investimentos feitos, porque o número de alunos era ainda muito pequeno. Em vão, tentou arrendar algumas fazendas, mas a ausência de interessados inviabilizou o projeto. A saída encontrada foi subvencionar fazendas particulares para que elas se comprometessem a instruir os interessados. Tal saída foi igualmente malsucedida, porque os contratos não foram cumpridos, e o governo do estado teve que cortar as subvenções. O ensino agrícola profissionalizante teria muitas dificuldades em se consolidar.

PRESIDENTE DE MINAS

Vencidas as lutas internas que dividiam o estado, três grupos passaram a disputar a hegemonia do PRM. De um lado, os “silvianistas”, que se agregavam em torno da liderança de Silviano Brandão e que, após a sua morte em 1902, passaram a se chamar “viuvinhas”. De outro, os “biistas”, reunidos em torno da liderança de Bias Fortes. E por fim os

“salistas”, fiéis à liderança de Francisco Sales. Delfim Moreira, na condição de integrante das hostes sul-mineiras, manteve vinculações com o salismo.

A hegemonia sul-mineira sobre as demais regiões do estado prolongar-se-ia até 1918 e seria responsável pela projeção política de vários membros da elite regional, entre eles Delfim Moreira, que, ao término de sua segunda gestão na Secretaria do Interior, foi alçado pelo seu grupo de sustentação no PRM à presidência de Minas Gerais. Delfim Moreira governou Minas entre 1914 e 1918, período em que seu primo Venceslau Brás era o presidente da República, e na mesma época, a partir de 1917, passou a integrar a comissão executiva do PRM, onde permaneceria até a sua morte, em 1920.

À frente do governo do estado, Delfim Moreira deu continuidade aos seus compromissos com a educação, já aprovados anteriormente na reforma por ele proposta. Dessa forma, disseminou ainda mais os grupos escolares por Minas Gerais e criou novos institutos profissionalizantes, ampliando consideravelmente a rede escolar. Dando cumprimento a seu compromisso com a difusão do ensino agrícola, foram criados em 1915 os aprendizados agrícolas oficiais nas cidades de Ouro Fino e Uberaba. Além disso, introduziu o ensino das artes manuais no estado, criando 18 novos estabelecimentos de educação técnica.

Na ausência de políticas sociais de amparo aos desvalidos, o governo do estado se limitava a subsidiar as instituições de caridade. Em 1915, autorizado pelo Congresso, o governo organizou a Loteria Mineira e contratou a sua extração em benefício dessas entidades. Mas um ano depois teve que suspendê-la, uma vez que não foram cumpridas todas as cláusulas previstas. Assim, as entidades pias ficaram sem o recurso. Até o fim de seu mandato Delfim não conseguiria resolver o problema.

Ainda no campo da assistência pública construiu, em 1917, um pavilhão para acolhimento de leprosos na Santa Casa de Sabará. No que diz respeito à atenção aos alienados, criou, em 1915, uma colônia anexa ao manicômio de Barbacena para o suprimento da crescente demanda do estado, tendo em seguida ampliado suas instalações para que pudessem abrigar cerca de 600 pacientes. Instituiu a Diretoria Estadual de Higiene, que passou a ser responsável pela gestão de um grande número de postos de saúde então criados. Entre as

obras públicas realizadas destacaram-se o considerável aumento da malha viária do estado e o investimento na mecanização da agricultura. Para tanto realizou pequena reforma administrativa, que separou as atividades relacionadas à agricultura, terras e colonização, das atividades de viação, obras públicas, indústria e comércio.

Seu governo foi relativamente prejudicado pela conjuntura de guerra internacional, mas facilitado pelo fato de estar na presidência da República um outro mineiro, Venceslau Brás. Apesar das ameaças que se delineavam, o período foi marcado pela expansão das exportações cafeeiras em Minas, atingindo um volume ainda maior que as exportações feitas entre 1907 e 1910, o que surpreendeu a todos os contemporâneos.

Ao longo do quadriênio as receitas públicas cresceram muito, em razão do aumento das exportações do café e de outros produtos. Dessa forma, os orçamentos foram, em sua maioria, superavitários. Nota-se pelos dados dos relatórios presidenciais o constante crescimento do conjunto das exportações mineiras, a diversificação de sua pauta produtiva e o consequente aumento das receitas públicas. Ao longo do período, Minas Gerais sozinha foi responsável por 31,35% do conjunto das exportações nacionais.

Durante o seu mandato o café ainda se constituía no principal item da pauta de exportação do estado, muito embora a policultura começasse a se desenvolver mais celeremente. Delfim Moreira nunca teve dúvidas acerca da necessidade de protegê-lo, ciente de sua importância para a receita fiscal de Minas. Para isso propunha a redução dos fretes ferroviários, muito embora não pudesse se responsabilizar diretamente por tais medidas, já que a maior parte das ferrovias mineiras era de propriedade federal. Apostava igualmente na redução da taxa sobre o trabalho e a produção, propondo uma reforma fiscal que passasse pela taxa das grandes fortunas ou pelo aumento do imposto territorial, diminuindo o peso sobre os produtores e exportadores de café. Mas reconhecia, tal como muitos contemporâneos, a urgente necessidade de reduzir a dependência financeira dos lucros da rubiácea, para que as rendas públicas não ficassem à mercê das oscilações comuns ao mercado.

No tocante aos minérios de Minas Gerais, em 1914 a extração encontrava-se estacionária,

mas no ano seguinte houve um considerável crescimento da produção de manganês, que passou a ser exportado para os países beligerantes. Na ocasião, Minas dispunha de três pequenas siderúrgicas, responsáveis pela fabricação do ferro gusa. Nova companhia siderúrgica veio reforçar a mineração industrial do estado em 1917. Tratava-se da Companhia Siderúrgica Mineira em Sabará, cujo alto forno era capaz de produzir 20 toneladas diárias, com uso de tecnologia majoritariamente nacional.

Uma contribuição positiva da guerra foi a dinamização da indústria pastoril no estado. Até 1915 só se produzia para o consumo interno, mas posteriormente o gado tornou-se fonte de lucro. Como forma de investir nessa nova modalidade econômica, tão lucrativa para os cofres mineiros, Delfim Moreira cuidou de construir matadouros e frigoríficos para viabilizar a exportação da carne mineira para os Estados Unidos e a Europa. Os censos pecuários nacionais de 1912 e de 1916 colocavam Minas Gerais como o principal produtor do país, secundado pelo Rio Grande do Sul. A exportação de carne chegou a superar a de café no ano de 1917.

O desenvolvimento industrial promovido pela substituição de importações ao longo e depois da Primeira Guerra Mundial foi muito visível em Minas Gerais, sobretudo em relação à indústria têxtil. Até 1912 o estado possuía 52 fábricas de tecido. Em 1915 o número de fábricas têxteis em Minas Gerais passava de 60 unidades, reunindo 8.572 trabalhadores, uma média aproximada de 140 operários por unidade fabril.

Em razão do contínuo crescimento da indústria têxtil, o governo teve que investir no plantio do algodão, uma vez que Minas importava a matéria-prima de outros estados brasileiros. Para isso, contrataram-se técnicos que assessoravam os lavradores e subsidiaram-se iniciativas com vistas à autossuficiência do produto. Em 1916 o governo do estado chegou a contratar um especialista norte-americano para assessorar o aperfeiçoamento da cultura do algodão, em razão da crescente demanda. Mas o problema da falta de mão de obra qualificada dificultava a expansão da indústria no estado.

A proibição da emigração para o Brasil, decretada pelo governo italiano, havia diminuído muito o fluxo de trabalhadores para Minas Gerais. Tal fato levou Delfim a dispensar o

superintendente de imigração, mantido por Minas na Europa desde 1898, e a suspender o serviço de imigração subsidiada no estado. Muito embora a política imigrantista tenha sofrido considerável refluxo em razão da guerra, 708 imigrantes chegaram a Minas Gerais no ano de 1914, e há referências à chegada de muitos imigrantes japoneses na região do Triângulo. Para recebê-los o governo construiu na capital uma hospedaria, mas o relatório de governo de 1916 informa que o estado adiou a sua inauguração, porque não havia corrente imigratória suficiente. O governo adquiriu igualmente oito fazendas para a fundação de novos núcleos coloniais, que vieram a se somar às 16 outras já existentes no estado. Tais colônias agregavam cerca de 26 mil trabalhadores rurais.

No que diz respeito à segurança, a Força Pública mineira, embora uma das maiores do Brasil, não tinha um efetivo suficiente para cobrir toda a demanda do estado. Em 1914 seu efetivo chegava a aproximadamente 2.500 homens, e a demanda era de, pelos menos, quatro mil. Delfim tratou de contratar instrução militar da Suíça, prática comumente estabelecida no Brasil por outras polícias, além de ter tentado ampliar o número de policiais, sem muito sucesso. O policiamento da capital ficava a cargo da Guarda Civil, que possuía um contingente de 200 homens. A partir de 1916 a polícia mineira responsabilizou-se pelo serviço de identificação, produzindo carteiras de identidade para os eleitores, em cumprimento das exigências nacionais.

O governo de Delfim Moreira introduziu uma série de modificações na polícia que, em sua maioria, não agradaram aos militares. Com o fim de conferir apoio ao governo federal, tornou a Força Pública de Minas Gerais uma força auxiliar do Exército nacional, o que implicou alterações na carreira dos policiais e aproximou por demais a polícia do Exército. Os instrutores e comandantes das tropas da polícia mineira poderiam ser recrutados pelo Exército e os reservistas do Exército poderiam fazer parte do quadro da polícia mineira. Essa junção em nada agradou os efetivos, nem na base nem no topo da hierarquia militar.

As medidas no campo da saúde pública limitaram-se ao combate às epidemias que grassavam no interior e à retenção dos alienados, objeto constante de preocupação dos guardiões da ordem pública. O serviço de proteção aos alienados teve grande incremento no

estado após o ano de 1900, com a criação do hospital-colônia em Barbacena. A partir daí, todos os esforços se deram no sentido de ampliar a instituição, dado que a demanda por vagas superava em muito a oferta de leitos nos raros hospitais existentes.

Para viabilizar o combate às epidemias, Minas Gerais se valia do socorro do Instituto Manguinhos, já que não dispunha de meios para a fabricação de suas próprias vacinas, o que era um projeto muito acalentado por Delfim Moreira, mas não concretizado até o fim de seu mandato. Em 1916 o governo do estado tentou implementar um acordo com a Fundação Rockefeller, com o fim de obter seu auxílio no combate à ancilostomose, uma das epidemias mais alastradas por Minas. A fundação já conferia seu apoio à capital da República, e seu caráter filantrópico isentava o estado dos altos gastos com o combate a doença.

No decorrer de seu mandato, Delfim Moreira teve que enfrentar a resolução de problemas de limites entre Minas e os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e, principalmente, Espírito Santo, este último judicialmente, dada a ausência de acordo. Para garantir a posse da região contestada, Delfim instalou nela algumas comarcas judiciárias, o que agravou as relações entre as duas unidades federadas. Em 1914 a velha questão dos limites que opunha os estados de Minas e Espírito Santo foi finalmente resolvida, a favor dos mineiros, por decisão judicial.

Ao longo de seu governo Delfim manteve-se fiel à liderança de Francisco Sales, presidente da poderosa comissão executiva do PRM, a “Tarasca”. Pouco pôde interferir sobre sua própria sucessão. Interessado em indicar Américo Ferreira Lopes, então seu secretário do Interior, teve que rapidamente abrir mão de seu nome em prol da indicação de Artur Bernardes, nome proposto por Raul Soares, um de seus mais destacados secretários de estado.

DE MINAS À NAÇÃO

A sucessão presidencial de 1918 foi uma das menos traumáticas da Primeira República. A morte de Pinheiro Machado em 1915 em muito contribuiu para que as

articulações políticas se processassem sem que um de seus principais atores políticos – o estado do Rio Grande Sul – postulasse uma vaga. Ao mesmo tempo, o envelhecimento de uma primeira geração de republicanos também contribuiu para o esvaziamento da disputa, sem contar a conjuntura de guerra na qual se processaram as articulações, marcada pela incerteza política internacional e pelos desafios econômicos que assombravam nossa economia, extremamente dependente do fluxo de capital externo para a sua sobrevivência. Tais acontecimentos conduziram à mais rápida disputa sucessória ocorrida ao longo de toda a Primeira República.

A chapa Rodrigues Alves-Delfim Moreira, construída pelos principais atores políticos da ocasião, projetaria Delfim para o cenário nacional. Delfim foi eleito com 382.491 votos, cerca de quatro mil votos a menos que o presidente paulista que encabeçava a chapa. O seu nome, proposto por Nilo Peçanha, servia para aquietar divergências políticas mineiras, não inteiramente satisfeitas com a indicação de Rodrigues Alves para o cargo.

O destino colocaria nas mãos de Delfim o tão almejado posto presidencial. Rodrigues Alves foi impedido de tomar posse por estar doente, e assim, em 15 de novembro de 1918, Delfim assumiu a presidência da República. A doença de Rodrigues Alves – para seus biógrafos ele foi vítima da gripe espanhola – não o impediu de manter o controle sobre a gestão do país. Residindo no Rio de Janeiro, próximo ao palácio do Catete, recebia diariamente visitas de Delfim Moreira para discutir medidas a serem tomadas. O ministério por ele indicado foi mantido, apenas com uma modificação, ocorrida posteriormente: o banqueiro João Ribeiro de Oliveira e Sousa ocupou a pasta da Fazenda após a demissão de Amaro Cavalcanti, que não mantinha boas relações com Delfim Moreira.

O inesperado falecimento de Rodrigues Alves, em 16 de janeiro de 1919, veio alterar esse quadro. Segundo previa a Constituição de 1891, nova eleição deveria ser realizada, e assim foi feito, saindo vitorioso Eptácio Pessoa. Delfim Moreira, portanto, presidiu o país entre 15 de novembro de 1918 e 28 de julho de 1919.

Em 1918, os déficits orçamentários resultantes da conjuntura de guerra foram muito agravados. Para Delfim era urgente que a União aumentasse suas receitas, e para isso

propôs uma majoração das tarifas alfandegárias. Para o cumprimento das despesas, o governo federal teve que emitir títulos de dívida interna e externa, além de realizar emissões sem lastro. Delfim estava consciente de que o equilíbrio orçamentário só viria a partir de uma profunda redução dos gastos públicos.

Ao longo de sua breve passagem pela presidência da República, com pouco tempo e recursos, concentrou suas ações sobre a capital federal. Era então prefeito do Rio de Janeiro Paulo de Frontin, com o qual estabeleceu parceria para a realização de importantes obras urbanas, que incluíram a abertura de novas avenidas, a melhoria no sistema de abastecimento de água e a construção de estradas que ligavam o Rio a outras cidades brasileiras. A realização de tais obras expressava o interesse de Rodrigues Alves em dar continuidade às reformas urbanas iniciadas em seu primeiro governo (1902-1906). Não faltou também a repressão aos movimentos populares, que marcaram tão intensamente a primeira passagem de Rodrigues Alves pelo poder.

A iluminação pública da capital federal havia ficado seriamente comprometida com a guerra, por conta da falta de gás. Para resolver o problema, o governo federal autorizou a fabricação do gás misto ou a substituição pela iluminação elétrica, quando possível. A pretendida reforma de toda a iluminação da cidade do Rio de Janeiro não pôde, porém, ser concretizada.

Delfim Moreira enfrentou com violência várias greves gerais que assolaram a capital federal e a cidade de Niterói. No período, abusou da repressão, determinando o fechamento dos sindicatos e a expulsão de lideranças estrangeiras anarquistas. Tal como inúmeras outras lideranças de sua geração, Delfim Moreira considerava o movimento grevista como “caso de polícia”. Como exemplo dessa prática, extinguiu, em 1918, a União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Segundo Delfim, a organização era nociva à ordem pública, e seus membros, na maioria estrangeiros, “constituíam um núcleo de agitadores, descambando para o terreno da anarquia”.

É sabido que o aumento do custo de vida após a deflagração da Primeira Guerra havia contribuído muito para a disseminação dos protestos populares. Delfim, em seu relatório,

destacou as cidades de Petrópolis e Juiz de Fora como as mais agitadas. Como forma de combate à carestia, o governo criou um serviço de fiscalização comercial para controle de preços, através da imposição de uma tabela com preços máximos para alguns produtos, mas não deixou de reprimir os movimentos populares.

O presidente em exercício congratulou-se com o Congresso Nacional pela aprovação da Lei nº 3.724, de 15 de janeiro de 1919, que regularizava as indenizações por acidente de trabalho. Segundo Delfim, o grande avanço da lei consistia em equiparar a moléstia profissional aos acidentes. Segundo seu relato, sua intervenção foi decisiva no preenchimento das lacunas da lei, fazendo com que a indenização fosse paga mediante acordos entre patrões e empregados, desde que homologados pelo juiz. Para a garantia de seu pagamento, a lei passou a prever a contratação de seguros junto a companhias ou sindicatos profissionais, sujeitos à rigorosa fiscalização do governo. No entanto, lamentou a exclusão que fazia de algumas categorias de trabalhadores, como a dos mineiros e operários de pedreiras, e a falta de multas contra a sua não aplicação, problemas esses que só poderiam ser resolvidos pelo Legislativo, mas que Delfim solicitava fossem apreciados o mais breve possível.

Uma importante reforma administrativa por ele realizada, ainda no campo da regulamentação do trabalho, consistiu na transformação da Diretoria do Serviço de Povoamento em Departamento Nacional do Trabalho, com atribuições atinentes às questões operárias, inspeção do trabalho, imigração, colonização, patronato agrícola, e ainda às terras devolutas do Acre.

Ao longo de seu mandato Delfim viveria um sério enfrentamento político, que o levou a colocar em prática o artigo 6º da Constituição federal, decretando intervenção no governo de Goiás com o fim de dirimir divergências políticas internas. Dessa forma, em 1918, o governo federal interveio em Goiás, a pedido do presidente do estado, com o fim de restabelecer a ordem.

Entre suas realizações ainda podem ser destacados os investimentos no Exército, os quais consistiram na construção de cinco novos alojamentos para as escolas militares e na

tentativa de aumentar o efetivo, fazendo cumprir a lei do sorteio militar obrigatório, que encontrou, porém, muita resistência por parte dos sorteados. No que tange às relações exteriores, como um dos resultados da guerra, o Brasil passou a fazer parte do conselho executivo da então criada Liga das Nações. O país também ganhou armamentos da Inglaterra destinados a sua Marinha de Guerra. Ao fazer-se representar na Conferência de Paz em Paris, enviou uma delegação, presidida pelo senador paraibano Epiácio Pessoa, da qual este retornaria já indicado candidato à sucessão presidencial que se aproximava.

Entre outras ações à frente da presidência destacaram-se a reforma administrativa do Acre e as inúmeras alterações feitas no Código Civil, escrito em 1916, mas que ainda demandava uma série de ajustes. Em 1918 foram editados cinco mil exemplares do Código Civil corrigido. Em 1918 Delfim incorporou à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro o patrimônio da Maternidade do Rio de Janeiro. O governo adquiriu também nova aparelhagem para a Escola de Minas de Ouro Preto com o fim de aprimorar o ensaio sobre minérios, equipando melhor seus laboratórios.

Em que pesem as realizações de sua gestão, Delfim Moreira pouco participou delas. Vítima de uma esclerose precoce, que o levava a alternar períodos de lucidez com atitudes insanas, manteve-se afastado das principais deliberações de seu governo. Por ter delegado poder ao seu ministro da Viação, o mineiro Afrânio de Melo Franco, o período foi qualificado pelos contemporâneos como o da “regência republicana”, em alusão ao período regencial monárquico. Muito embora a imprensa fizesse larga campanha difamatória contra a gestão de Delfim Moreira, sua sustentação política estava garantida por amplo leque de forças em Minas, temerosas de que na sua ausência fosse alçado ao poder, conforme previa a Constituição, o vice-presidente do Senado, o mato-grossense Antônio Azeredo, leal aos interesses paulistas.

Em razão de seus problemas de saúde, Delfim Moreira pouco participou das articulações que resultaram na escolha de Epiácio Pessoa para seu sucessor, limitando-se a se opor ao nome de Rui Barbosa, também pretendente ao cargo. Outras lideranças mineiras tiveram participação mais ativa nesse processo, a exemplo de Artur Bernardes e de Raul Soares.

Epitácio Pessoa foi afinal eleito em 13 de abril de 1919 e tomou posse na presidência em 28 de julho seguinte.

Delfim Moreira faleceu em 1º de julho de 1920, em Santa Rita do Sapucaí. Presidente do Senado desde que assumira a vice-presidência da República, foi ali substituído pelo mineiro Francisco Álvaro Bueno de Paiva.

Casado com sua prima Francisca Ribeiro de Abreu, teve seis filhos. Um deles, Delfim Moreira Júnior, foi deputado federal entre 1934 e 1937.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

FONTES: ABRANCHES, D. *Como*; CARVALHO, D. *Francisco*; CASASANTA, G. *Correspondência*; CENT. INF. ACERVO. PRES. REP. Disponível em: <http://www.an.arquivonacional.gov.br/crapp_site/presidente.asp?rqID=28>; Center for Research Libraries. *Relatórios de presidentes provinciais, Minas Gerais e de presidentes da República*. Disponível em: <<http://www.crl.edu/brazil>>; FRANCO, A. *Estadista*; FRANCO, A. *Rodrigues Alves*; GONÇALVES, I. *Bacharel*; INST. BRAS. GEO. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/arquivos_pdf/representacao_politica/1966/rep_polit1966bn_01.pdf>; MONTEIRO, N. *Dicionário*; REIS, M. *Trajetória*; RESENDE, M. *Formação*; SENADO. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/presidentes/p_rep_Delfim_Moreira.asp>, <http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=2880&li=31&lcab=1918-1920&lf=31>; VISCARDI, C. *Força*; VISCARDI, C. *Teatro*.

MOREIRA, Guilherme José

*militar; gov. AM 1891.

Guilherme José Moreira, futuro *barão de Juruá*, nasceu em Salvador no ano de 1835, filho de Sebastião José Moreira e de Maria José Moreira.

Em junho de 1854 chegou ao Amazonas, onde abriu uma firma comercial ao lado do irmão, coronel Emílio José Moreira. Em maio de 1876, já afastado das atividades comerciais, foi nomeado membro da comissão fiscal da Caixa Econômica da Província do Amazonas. Em 26 de fevereiro de 1878 tomou posse como segundo vice-presidente da província, durante a gestão do presidente Agesilau Pereira da Silva (maio de 1877 - março de 1878). Em abril de 1879 tornou-se presidente da Câmara Municipal de Manaus e em setembro de 1881 tomou posse como coronel comandante superior da Guarda Nacional nas comarcas Manaus e Rio Negro. Em 16 de fevereiro de 1884, já como tenente-coronel do Exército, foi nomeado primeiro vice-governador da província, no governo do presidente José Lustosa da Cunha Paranaguá (março de 1882 - março de 1884). Foi agraciado com o título de barão de Juruá.

Após a proclamação da República (15/11/1889), assumiu temporariamente o governo do Amazonas em duas situações. A primeira delas foi em virtude de um arranjo político no ano de 1891. No dia 12 de abril chegou a Manaus a instrução vinda do governo federal para que assumisse o poder o coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo. Contudo, Eduardo Gonçalves Ribeiro, governador na ocasião, ofereceu resistência a tal determinação. O governo federal não aceitou a permanência de Eduardo Ribeiro e, no dia 5 de maio de 1891, mandou dar posse a Guilherme José Moreira, enquanto era enviado do Rio de Janeiro um interventor. Vinte dias depois, quando chegou à capital amazonense, o interventor Antônio Gomes Pimentel assumiu o governo.

Em 27 de junho de 1891, em seguida à promulgação da Constituição do Estado do Amazonas pelo Congresso Constituinte estadual, Guilherme José Moreira foi eleito vice-governador, enquanto Taumaturgo de Azevedo era eleito governador. Três dias depois assumiu temporariamente o governo, pela segunda vez, a fim de aguardar a chegada de Taumaturgo de Azevedo, que se encontrava fora do estado na ocasião. Organizou então os serviços públicos e a magistratura do estado, e presidiu a sessão solene para a instalação do

Superior Tribunal de Justiça de Manaus. No início de julho baixou decretos nomeando os funcionários da secretaria do Superior Tribunal de Justiça e assim também os juízes de direito, juízes municipais e promotores das comarcas do estado. Deixou o cargo com a chegada a Manaus de Taumaturgo de Azevedo, que tomou posse em 1º de setembro de 1891.

Faleceu em Salvador no ano de 1899.

Maria Eugenia Bertarelli

FONTES: CASA CIVIL. GOV. AM. Disponível em: <<http://www.casacivil.am.gov.br>>. Acesso em: 28/2/2010; SOUZA, A.; MENEZES, A.; COELHO, J. *Amazônia*; TRIB. JUST. AM. Disponível em: <<http://www.tjam.jus.br>>. Acesso em: 20/2/2010.

MOREIRA, Joaquim

* dep. fed. RJ 1921-1924; sen. RJ 1924-1929.

Joaquim Francisco Moreira nasceu em Vassouras (RJ) em 24 de agosto de 1853, filho de João Francisco Moreira e de Maria Madalena de Castro Moreira, em tradicional família conservadora.

Cursou o primário no Colégio Folleti, em Petrópolis (RJ), e o secundário no Colégio Aquino, na capital do Império. Em seguida, entrou para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1876 formou-se e passou a clinicar em sua cidade natal.

Originalmente membro do Partido Conservador do Império, mais tarde filiou-se ao Partido Republicano. Sua inclinação republicana fez-se sentir ainda durante o curso de medicina, quando se destacou por sua ação nas campanhas do abolicionismo e da República. Após formar-se, continuou a tomar parte ativa nas lutas pela abolição e pela causa republicana, tendo exercido o mandato de vereador em Vassouras e chegado a presidente da Câmara Municipal. Pouco depois, desgostoso com a proeminência de políticos que aderiram à causa republicana às vésperas da mudança do regime, afastou-se da vida política.

Transferindo-se para Petrópolis, reiniciou a carreira médica. Durante essa fase, destacou-se por amparar as associações beneficentes do município, em especial o Hospital de Santa Teresa, do qual foi médico e benfeitor. Logo, porém, retornou à vida política. Com a eleição de José Tomás da Porciúncula para presidente do estado do Rio de Janeiro (1892-1894), tomou parte ativa, juntamente com Sebastião de Lacerda e Alfredo Teixeira Leite, entre outros, nas ações dos denominados republicanos históricos do estado. Por influência de Porciúncula, foi nomeado suplente de juiz federal em Petrópolis. Tornou-se por fim um chefe político de alto prestígio na região e fundou o Partido Municipal de Petrópolis.

No governo Epitácio Pessoa (1919-1922), sua proximidade com o presidente e seus anos de luta pela causa republicana lhe permitiram o ingresso no cenário da política nacional. Elegeu-se deputado federal para a legislatura 1921-1923 e passou a tomar parte ativa no processo da sucessão presidencial de 1922. Membro da situação política no nível federal, e

da oposição, no estadual, foi um ativo defensor da candidatura de Artur Bernardes à presidência da República (1922-1926), e crítico da Reação Republicana, dissidência oligárquica que lançou a candidatura presidencial de Nilo Peçanha, senador da República e chefe da situação política no estado do Rio de Janeiro.

Também em 1922, decidiu concorrer às eleições para a prefeitura de Petrópolis. Concluída a apuração, recorreu contra o resultado, que dava a vitória a Artur Alves Barbosa. Sua ação fez com que a prefeitura da cidade fosse exercida pelos presidentes da Câmara Municipal, José de Barros Franco Júnior, entre 23 de setembro de 1922 e 31 de janeiro de 1923, e, em seguida, Alcindo Sodré, que permaneceu no cargo até 7 de março, data em que Joaquim Moreira, em virtude do ganho de causa que lhe concedeu o Tribunal de Relação do Estado, tomou posse como prefeito. Tal investidura não ocorreu, no entanto, de forma natural. Durante o processo e em face da acirrada disputa política no estado do Rio, Joaquim Moreira teve que superar recursos e artifícios oposicionistas até que seu direito fosse garantido legalmente. Por último, como a Câmara Municipal negava-se a lhe dar o quórum necessário à posse, tal solenidade foi realizada perante o juiz de direito de Petrópolis.

No mesmo ano de 1922, também foram realizadas eleições para presidência do estado do Rio de Janeiro e, a exemplo do que havia ocorrido em relação às disputas federal e municipal, sobreveio uma crise política. Houve o reconhecimento de duas assembleias legislativas e de dois presidentes do estado. Um parlamento proclamou a vitória de Raul Fernandes, enquanto o outro, composto pela maioria dos deputados, declarou a vitória de Feliciano Sodré. Raul Fernandes, de quem Joaquim Moreira era partidário, garantiu-se em um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal e em forças militares postas à sua disposição e, em 31 de dezembro de 1922, assumiu a presidência do estado. Contudo, sua eleição não contava com o reconhecimento do governo do presidente Artur Bernardes, que, em 10 de janeiro de 1923, retirou a força do Exército que permanecia em Niterói. Sem o amparo das forças federais, Raul Fernandes abandonou o cargo. Na mesma data, o presidente Artur Bernardes nomeou Aurelino Leal interventor no Rio de Janeiro. Este, procurando resolver a crise político-oligárquica instaurada no estado, através do Decreto nº

1.975, de 22 de agosto de 1923, dissolveu as prefeituras e câmaras municipais, e no dia seguinte nomeou Oscar Azevedo Marques prefeito de Petrópolis, em substituição a Joaquim Moreira, que retornou então ao Congresso para concluir seu mandato.

Reeleito deputado federal para a legislatura que se iniciou em 3 de maio de 1924, Joaquim Moreira não concluiu o mandato. Primeiro, candidatou-se novamente à prefeitura de Petrópolis. Realizado em 18 de maio, o pleito deu-lhe a vitória sobre Eugênio Barcelos, mas, em virtude da morte de Nilo Peçanha, ocorrida em 31 de março daquele ano, fora aberta uma vaga de senador. Candidato único, Joaquim Moreira foi eleito em 29 de junho de 1924, e em 11 de agosto teve sua escolha reconhecida pelo Senado. No dia primeiro do mês seguinte, tomou posse como prefeito de Petrópolis e, no mesmo instante, passou o cargo para Oscar de Azevedo Marques, presidente da Câmara Municipal, alegando que não poderia acumular a prefeitura com o mandato de senador. Tal ato, porém, não representou uma total abdicação da chefia do Executivo da cidade serrana. Durante os recessos de verão do Senado, retornava à prefeitura de Petrópolis para, depois, entregá-la ao vereador credenciado. Assim, reassumiu a chefia do Executivo municipal em três períodos: de 2 de janeiro a 8 de abril de 1925, de 28 de janeiro a 30 de abril de 1926, e de 10 de janeiro a 25 de abril de 1927.

Na Câmara dos Deputados, foi membro da Comissão de Saúde e, no Senado, da Comissão de Saúde Pública, Estatística e Colonização. Nas duas casas, além de ter-se dedicado a questões relativas à saúde pública, tomou posição em defesa dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, principalmente nas respostas dos presidentes às revoltas de 1922, primeira ação tenentista conhecida como Os 18 do Forte, e de 1924, quando a cidade de São Paulo foi bombardeada por aviões a mando do governo federal com o objetivo de debelar a segunda rebelião dos tenentes, iniciada em 5 de julho, data do aniversário do movimento de dois anos antes.

Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 28 de julho de 1929.

Casou-se com Isabel Nóbrega Moreira e teve quatro filhos.

Seu bisneto Márcio Moreira Alves, jornalista, escritor e deputado federal eleito pelo

Movimento Democrático Brasileiro (MDB) em 1966, pronunciou célebre discurso em 2 de setembro de 1968, no qual conclamou a população a não participar dos festejos comemorativos da Independência do Brasil. Tal pronunciamento foi utilizado como pretexto por militares para um maior endurecimento do regime ditatorial instaurado em 1964, o que se deu através da edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, e resultou na cassação do mandato do parlamentar.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

Fontes: CÂM. DEP. *Anais* (1921-1924); CÂM. MUN. PETRÓPOLIS. *História da Câmara*. Disponível em: <<http://www.cmp.rj.gov.br/historia.html>>. Acesso em: 21/1/2011; COHEN, I. *Bomba; Globo* (29/7/1929, p. 2); *Jornal do Brasil* (29/7/1929, p. 12); *Jornal do Comércio*, RJ (29/7/1929, p. 4); LEITE NETO, L. *Catalogo*; SENADO. *Anais* (1924-1926).

MOREIRA, José Meireles Alves

*dep. fed. DF 1914.

José Meireles Alves Moreira nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império. Foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal em 8 de fevereiro de 1914, na vaga aberta com a morte do deputado Raimundo Penaforte Caldas, falecido em 15 de dezembro de 1913. Sua eleição foi oficialmente reconhecida em 13 de junho de 1914, quando tomou posse na Câmara dos Deputados. Exerceu seu mandato até o final da legislatura em 31 de dezembro de 1914.

Além de deputado federal, foi também funcionário da Prefeitura do Distrito Federal.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1, 2); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*.

MOREIRA, Manuelito

*dep. fed. CE 1927-1930.

Manuelito Moreira da Rocha nasceu em Fortaleza no dia 18 de julho de 1885, filho de José Moreira da Rocha e de Brasília Costa Moreira.

Fez os estudos preparatórios no Liceu do Ceará. Coursou até o quinto ano da Faculdade de Medicina da Bahia, transferindo-se então para Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1907 com a tese “A felebotomia nas autointoxicações (Uremia e eclampsia puerperal)”. Em 1910 foi nomeado para substituir o pai no cargo de inspetor de Higiene dos portos do Ceará. No mesmo ano casou-se com Isabel Frota. Foi um dos sócios fundadores do Centro Médico Cearense em 1913, chegando à vice-presidência dessa associação.

Ingressou na política em 1927, ao ser eleito deputado federal pelo Ceará. Assumindo sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em maio do mesmo ano, foi reeleito em 1930. Teve contudo o mandato interrompido em outubro, após a vitória da Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu todos os órgãos legislativos do país.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTE: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; STUDART, G. *Dicionário* (v.2, p.429).

MOREIRA, Torquato Rosa

*dep. fed. ES 1894-1899 e 1906-1917; dep. fed. BA 1918-1923.

Torquato Rosa Moreira nasceu na Bahia em 1860, filho de José Ricardo Rosa Moreira e de Vitória da Luz Moreira.

Formado pela Faculdade de Medicina da Bahia em 1887, mudou-se no ano seguinte para Itapemirim (ES), onde exerceu a clínica médica e teve uma farmácia. Foi vereador naquele município e, com o vigário da freguesia, fundou um hospital.

Proclamada a República, envolveu-se ativamente na política capixaba, tendo papel destacado nos acontecimentos. Presidiu o congresso do Partido Republicano em maio de 1890, e participou da fundação do Partido Republicano Construtor (PRC), quando os republicanos se uniram a outros setores para criar uma agremiação mais ampla, sob a presidência de Muniz Freire. O PRC liderou a política capixaba no início da República, exercendo o governo do estado com Afonso Cláudio, Constante Sodré e Henrique Coutinho, e elegendo a bancada para o Congresso Nacional Constituinte. Contudo, em março de 1891 entrou em choque com o presidente da República, marechal Deodoro da Fonseca, e este demitiu o presidente estadual Henrique Coutinho, nomeando para o cargo Antônio Gomes Aguirre, da adversária União Republicana Espírito-Santense (URES).

O PRC voltou ao poder no final do mesmo ano, após a renúncia de Deodoro e a ida de Floriano Peixoto para a presidência da República. Com o apoio das forças do Exército sediadas no estado, depôs o governo da URES, ligado a Deodoro, na madrugada de 19 de dezembro, numa manifestação pública em frente ao palácio na qual o orador que estimulou a ação foi Torquato Moreira. Aclamada uma junta governativa formada por membros do PRC (Graciano Neves e Galdino Loreto) e pelo comandante do 32º Batalhão de Infantaria, coronel Inácio Henrique de Gouveia, Torquato foi nomeado chefe de polícia, cargo equivalente ao de secretário de Segurança Pública. A junta convocou eleições para uma Constituinte estadual, que foram realizadas em março de 1892, e Torquato Moreira foi eleito deputado. A Constituinte aprovou uma Constituição baseando-se num projeto

elaborado no governo de Afonso Cláudio, que vigorava como Constituição provisória nos governos do PRC, elegeu Muniz Freire presidente estadual e realizou intenso trabalho para regulamentar a Constituição e organizar o funcionamento do estado de acordo com o novo regime.

Em 1894, realizou-se a eleição para renovar a bancada no Congresso Nacional, e Torquato foi incluído na chapa do PRC como candidato a deputado federal. Eleito, iniciou ali longa carreira na Câmara de Deputados.

Em 1896, na ausência do líder que dava coesão ao PRC, Muniz Freire, que terminara seu mandato e se encontrava em missão oficial na França, o diretório do partido excluiu Torquato da chapa para a renovação da bancada federal. Torquato passou então à oposição, unindo-se a outros políticos influentes igualmente excluídos e a alguns que se haviam tornado dissidentes do partido por outros motivos. Aliaram-se todos à antiga oposição, que dissolveu a URES, e fundaram um novo partido, uma seção estadual do Partido Republicano Federal (PRF), primeira tentativa de criação de um partido nacional na Primeira República. Esse partido, fundado para eleger Prudente de Moraes (1894-1898) e dar apoio a seu governo, acabou se dividindo, com uma ala, liderada pelo paulista Francisco Glicério, entrando em conflito com o presidente. Essa facção reunia descontentes com o governo, inclusive florianistas, republicanos radicais e jacobinos, e radicalizou a oposição a Prudente de Moraes. A ela se aliou o PRF capixaba, presidido por Torquato Moreira, que encetou uma agressiva campanha contra o presidente estadual Graciano Neves, o diretório do PRC, e o governo federal. O PRF do Espírito Santo concorreu à eleição federal com chapa própria, que incluía Torquato Moreira como candidato a deputado. A eleição era com chapa incompleta, ou seja, cada partido apresentava uma lista de três candidatos para as quatro vagas, e o eleitor podia votar somente em três, de modo que uma vaga pudesse ser preenchida pela minoria. Foi o que ocorreu: o PRC elegeu o senador e três deputados, e a quarta vaga foi ocupada por Torquato Moreira na legislatura de 1897 a 1899.

A luta política radicalizada continuou, principalmente em nível federal, e culminou com um

atentado fracassado à vida de Prudente de Moraes, em novembro de 1897. Torquato foi diretamente envolvido no inquérito policial instaurado, acusado de ser um dos parlamentares que apoiaram o crime. O Congresso Nacional, porém, negou a licença para processar seus membros. De toda forma, o atentado mudou a correlação de forças na política nacional, jogando a opinião pública contra a oposição e fortalecendo Prudente, que pôde decretar o estado de sítio na capital e desencadear forte repressão aos principais envolvidos, especialmente os jacobinos. A oposição refluíu e, após alguns meses, a política nacional foi pacificada, com a eleição de Campos Sales para a presidência da República, em novembro de 1898.

O Espírito Santo atravessava um período tumultuado, cujos episódios mais visíveis foram a renúncia do presidente Graciano Neves, em setembro de 1897, a eleição de José Marcelino Pessoa de Vasconcelos para completar o mandato, e uma crise entre este e a Assembleia, que por pouco não levou a uma nova renúncia.

A volta definitiva de Muniz Freire ao estado, em abril de 1899, marcou o início de uma nova fase, de reunificação e fortalecimento do PRC em torno de sua candidatura a um novo mandato no governo do estado (1900-1904). A oposição concorreu com candidatura própria, porém agora sob outras lideranças, pois os oposicionistas do período anterior ou tinham se aliado a Muniz ou estavam enfraquecidos, como era o caso de Torquato Moreira, e foi derrotada. Na eleição para a renovação da bancada federal, Torquato foi incluído como candidato a deputado na lista oposicionista, mas a Comissão de Verificação de Poderes da Câmara de Deputados não lhe deu a vaga. Por duas legislaturas sucessivas (1900-1905) ficaria fora do Congresso Nacional. A ele voltaria em 1906, quando, após um conflito entre Muniz Freire e o presidente Henrique Coutinho, o primeiro apresentou uma chapa dissidente, na qual ele era candidato ao Senado e três de seus partidários à Câmara de Deputados, e a chapa foi reconhecida pelo Congresso, em detrimento dos candidatos governistas. A quarta vaga foi dada a Torquato.

Em 1908, Jerônimo Monteiro, novo presidente do estado, promoveu a união da grande maioria das forças políticas capixabas em torno da fundação de um novo partido, o Partido

Republicano Espírito-Santense (PRES), presidido por ele, em substituição ao PRC. Torquato Moreira dissolveu seu partido, o PRF, que se mantivera no estado após o fim da agremiação nacional, e integrou-se ao PRES. Voltou, assim, ao poder estadual, em posição fortalecida. No ano seguinte, foi reeleito para a Câmara de Deputados, na lista governista.

Porém a unidade política durou pouco. Quando Jerônimo Monteiro lançou a candidatura de Marcondes Alves de Sousa a sua sucessão na presidência do estado, provocou forte reação contrária, e muitos de seus aliados passaram à oposição. Torquato Moreira foi um dos principais chefes desse movimento, juntamente com Bernardo Horta e o barão de Monjardim, ambos deputados federais, e Muniz Freire, senador, que já estava na oposição. Apresentaram uma chapa dissidente ao governo do estado e ao Congresso Nacional, incluindo Torquato como candidato a deputado. Foram derrotados, mas Torquato foi reconhecido pela Câmara de Deputados e ocupou uma vaga, ao lado dos três candidatos governistas (1912-1914). Continuou na oposição ao governo estadual e foi reeleito em 1915, sempre da mesma forma.

Em 1916 ocorreu nova crise sucessória, a mais grave da Primeira República no Espírito Santo, contra a candidatura de Bernardino Monteiro à presidência do estado. Encabeçavam a oposição o senador João Luís Alves, três deputados federais, liderados por Torquato Moreira, o vice-presidente do estado, Alexandre Calmon (conhecido por Xandoca) e José Gomes Pinheiro Júnior, apresentado como candidato a presidente do estado. A oposição conseguiu o apoio do presidente Venceslau Brás (1914-1918), contestou o resultado da eleição, favorável ao governo, e pediu a intervenção federal. A Revolta do Xandoca, como ficou conhecida a luta, conflagrou o estado; centenas de pessoas se refugiaram em Minas e no estado do Rio. A questão foi enviada ao Congresso Nacional, onde a decisão se arrastou, e Torquato Moreira teve participação relevante, apresentando sérias denúncias contra a família Monteiro e o governo estadual. Porém Jerônimo Monteiro teve o apoio de influentes políticos mineiros, e Venceslau Brás recuou. O Congresso se manifestou contra a intervenção, reconheceu a legitimidade da eleição de Bernardino e concedeu anistia aos envolvidos.

Torquato Moreira concluiu seu mandato em 1917 e deixou a política capixaba. Exerceu seis mandatos federais pelo Espírito Santo, quase sempre pela oposição, o que não era comum na Primeira República, graças ao apoio que possuía na política federal, sem dúvida, mas também a uma forte liderança que exercia no estado. Quando apoiava o governo estadual, seu prestígio na Câmara levou-o a ocupar, de 1908 a 1911, a segunda vice-presidência da Casa.

Voltou ainda à Câmara como deputado pela Bahia, seu estado natal, nas legislaturas 1918-1920 e 1921-1923, e foi líder do governo de Eptácio Pessoa (1919-1922).

Além de político foi um jornalista combativo. Foi diretor político ou redator-chefe dos principais jornais de Vitória: *O Estado do Espírito Santo*, quando estava no PRC, e *Comércio do Espírito Santo*, quando no PRF e no PRES, além de escrever para a imprensa da capital federal.

De seu casamento com Helena Veloso, filha do desembargador Adolfo Mendes Veloso, muito influente no Espírito Santo, teve dois filhos. Concorreu para que seu cunhado, Thiers Veloso, participasse da política, na qual este teve atuação destacada.

Nara Saletto

FONTES: CÂM. DEP. *Intervenção; Cachoeiro de Itapemirim; Comércio do Espírito Santo* (1896-1900; 1907-1910); CHEQUER FILHO, N. *Revolta; Estado do Espírito Santo* (1890-1899); *Jornal Oficial* (1905-1908); MORAES, P. *Dicionário*; PEREIRA, A. *Homens*.

MOREIRA, Valdemiro

*dep. fed. CE 1906-1911.

Valdemiro Moreira nasceu em Granja (CE) no dia 9 de junho de 1856, filho do major Custódio Joaquim Moreira da Costa e de Eugênia Gomes Moreira.

Tornou-se advogado provisionado em 1881, com escritório em Fortaleza. Eleito deputado provincial, exerceu o mandato de 1884 a 1889, quando, com o advento da República, foi nomeado chefe da polícia do Ceará. Foi inspetor do Tesouro de 1890 a 1891 e secretário de estado dos negócios da Fazenda de 1891 a 1896. Foi presidente da Câmara Municipal de Fortaleza de 1896 a 1901 e exerceu o mandato de deputado estadual de 1901 a 1906. Durante esse período, foi também mordomo e provedor-mor da Santa Casa da Misericórdia de 1890 a 1906.

Nesse último ano foi eleito deputado federal pelo 1º distrito do Ceará, com sede em Fortaleza. Assumindo em maio sua cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, foi reeleito em 1909 e exerceu o mandato até dezembro de 1911, quando se encerrou a legislatura.

Faleceu no Rio de Janeiro em março de 1917.

Kleiton de Sousa Moraes

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; STUDART, G. *Dicionário* (v.3, p.218-219).

MORGAN, Edwin

*diplomata norte-americano; emb. EUA no Bras. 1912-1933.

Edwin Vernon Morgan nasceu na cidade de Aurora, estado de Nova Iorque (EUA), em 22 de fevereiro de 1865. Filho de uma influente família republicana, teve benefícios pelos laços de sangue. Seu avô fora eleito para a Câmara dos Representantes em 1852, e um primo para o governo de Nova Iorque durante a Guerra de Secessão (1861-1865). Socialmente importantes, os Morgan tinham alguma riqueza adquirida no mercado de crédito, incluindo participação na fundação da empresa American Express. Edwin sempre teve, portanto, meios financeiros além do modesto salário oferecido na época para diplomatas dos Estados Unidos.

Estudou história em Harvard, graduou-se em 1890 e no ano seguinte obteve o diploma de mestre. Em 1892 foi para a Alemanha estudar por 12 meses. Em 1895 tornou-se instrutor de história no Adelbert College, em Cleveland, Ohio (EUA).

Sua entrada no serviço diplomático estadunidense aconteceu em 1900. Tal emprego só foi conseguido devido a conexões políticas, como de costume na época. Morgan seria o retrato perfeito de um diplomata norte-americano que surgia no começo do século XX. Tais profissionais eram formados por uma das universidades da “Ivy League” (Liga da Hera, conjunto das universidades mais tradicionais do Nordeste dos EUA), entravam no Departamento de Estado aos 30 e poucos anos e escalavam a hierarquia até seu ápice profissional como embaixadores em uma grande capital europeia. Os primeiros cargos de Morgan foram na Coreia e na Rússia. Subiu rapidamente na escala profissional até conquistar o cargo de ministro em Cuba em 1905. Quatro anos depois foi transferido para o Uruguai, onde ocupou a mesma posição. Em 1911 nova mudança, dessa vez para o velho continente, para trabalhar em terras lusas. Finalmente, em 1912, aportou na baía de Guanabara para ser embaixador dos EUA no Brasil, posto que ocupou por 21 anos, até 1933, e que seria o último de sua carreira diplomática.

Chamado por seus colegas de “King of Rio”, tinha trânsito e importância no Rio de Janeiro,

então capital federal, em um período de crescente influência norte-americana em substituição à inglesa. Ficou famoso por organizar grandes recepções, e alguns historiadores lhe atribuem a criação da popular bebida caipirinha. De tão identificado com o Brasil, permaneceu em território verde e amarelo após a aposentadoria e foi atendido no desejo de que seus restos mortais ficassem em Petrópolis (RJ).

.

O REI DO RIO

De início, Edwin Morgan se viu navegando em mares agitados. Causava problemas diplomáticos a política brasileira de valorização do café, que era liderada pelo estado de São Paulo e consistia em queimar estoques e diminuir a oferta do produto no mercado internacional para subir seu preço. Os EUA, um dos principais importadores do produto, abriram uma investigação em seu Departamento de Justiça sobre o que chamavam de *trust* do café. O embaixador brasileiro em Washington à época protestou e reclamou de interferência em assuntos internos de seu país. A réplica foi ainda mais dura, e parecia que o incidente só crescia até a chegada da nova voz de Morgan. O novato lembrou aos dois lados a importância de uma boa relação: os EUA queriam exercer a liderança nas Américas, e o Brasil queria garantir o comércio, principal tópico de negociação internacional do país no início do século XX. Com as eleições presidenciais de 1912 e a vitória de Woodrow Wilson, Morgan sugeriu à nova administração que convidasse o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Lauro Müller, para uma visita a Washington. Com a atuação de Edwin Morgan, o confronto que se criava foi extinto.

Da visita de Lauro Müller, outro incidente, este menor, surgiu. Quando da volta do ministro ao Rio de Janeiro, o embaixador quis recebê-lo com uma festa. Porém os membros da Câmara dos Deputados não foram convidados, e surgiu um mal-estar, que, apesar de rapidamente resolvido por Morgan, chegou a ser notícia internacional no *New York Times*.

Das muitas festas e recepções que Morgan organizou, uma se destaca pela curiosidade. Stephen Duggs, educador norte-americano, parou no Brasil durante sua viagem à América

Latina para estudar a educação nos países da região. Dessa visita surgiu o atual Instituto Brasil-Estados Unidos (Ibeu). Ao voltar, Duggs escreveu um livro em que contava sobre sua viagem e citava algumas curiosidades sobre o embaixador que o recebera. Morgan era exímio conhecedor da história e da cultura brasileiras, e também da literatura e das instituições. O enviado também contou que Morgan era amado pelos brasileiros e estava tão inserido no ambiente carioca que os comerciantes dos EUA o acusavam de defender também os interesses do Brasil, às vezes em oposição aos norte-americanos. Mesmo assim, Duggs chamou Morgan de “Grande embaixador americano”.

A adaptação de Morgan foi também em parte facilitada por sua riqueza familiar. O uso da fortuna pessoal para o patrocínio das artes e para festas trouxe ao embaixador uma simpatia local ainda maior. No exercício da profissão, Morgan se destacava dos outros embaixadores pela facilidade de acesso às autoridades e pela influência junto ao governo. Tudo isso lhe trouxe a alcunha de “Rei do Rio”. Sua importância era tão grande já em 1913 que foi o único diplomata norte-americano a permanecer em cargo de embaixador depois da eleição dos democratas com Wilson.

Em 1919, a Conferência de Paris provocou uma disputa no Brasil sobre quem seria enviado como representante brasileiro. Rui Barbosa teve seu nome citado pela imprensa. O jurista já se tornara famoso internacionalmente pela destacada atuação em Haia, onde ganhou o respeito das mais importantes delegações por sua inteligência aguda e sua fluência em vários idiomas. Depois de muitas idas e vindas, muita disputa interna, Rui foi convidado e recusou, alegando ter sido o convite muito tardio. O senador Epiácio Pessoa chefiou a delegação, onde tratou, como de costume, de questões comerciais.

A intriga que envolveu o nome de Rui Barbosa e sua recusa deram espaço para acusações posteriores de que os EUA não teriam querido a presença do intelectual, pois o considerariam muito independente. Rui poderia não ser o “voto certo” para os norte-americanos. No entanto, Rui recusou o convite por orgulho próprio, pois não fora o primeiro nome lembrado e não queria se submeter aos comandos burocráticos de Domício da Gama no Itamarati.

O fato é que as relações entre Brasil e Estados Unidos melhoravam dia após dia. A estratégia da potência era aumentar o comércio e o investimento nos países latino-americanos. Maior estímulo era dado às exportações do Brasil para reverter a já histórica balança comercial desfavorável. O embaixador Morgan não era o mais ferrenho defensor desse tipo de esforço, chamado de diplomacia do dólar, mas atuava junto ao governo local e conseguiu menores tarifas para as exportações norte-americanas. Contudo, outro ponto foi mais importante: a decadência europeia. Enquanto os EUA surgiam como nova potência, as velhas caíam devido à Grande Guerra. O comércio externo europeu diminuía sensivelmente, e também a velha influência britânica na *terra brasilis*, abrindo um vácuo para os EUA.

O desejo dos EUA de vender esbarrou na fraca economia brasileira e na falta de segurança econômica, ameaçadas por políticas públicas que surgiam subitamente, como a da valorização do café. Morgan soube lidar com os dois lados, sempre reforçando as relações políticas. Com o passar do tempo, o embaixador começou a desejar ser reconhecido por sua competência e passar para o mesmo posto em um país europeu mais prestigiado. No entanto, o que foi reconhecido não foi tanto da capacidade de Morgan, e sim da dependência em relação a ele. Tal sentimento só aumentou quando, durante a Revolução de 1930, o embaixador estava de férias em Paris. Pego de surpresa, teve que voltar às pressas. Enquanto isso, a embaixada ficou sob a responsabilidade de um funcionário inexperiente.

Ao chegar, Morgan mais uma vez serviu brilhantemente de canal, dessa vez entre os americanos e os novos mandatários. O presidente Hoover, do alto do Distrito de Columbia, já ordenava embargos contra a revolução – curiosamente era a primeira vez que os EUA tomavam tal atitude contra um país sul-americano. Mal chegado de Paris, Morgan já começou a trabalhar a relação. Declarou que a junta militar que assumiu o poder após a queda de Washington Luís era de conhecidos seus e que as bandeiras vermelhas nas ruas significavam revolução, não comunismo. Mais um acerto do embaixador.

O tempo passava, novos governos assumiam nos Estados Unidos e não queriam substituí-lo. Morgan lutou, mas aceitou seu destino e ficou no Rio de Janeiro até sua aposentadoria e

morte, em 1934, e depois seus restos mortais foram guardados em Petrópolis. Nessa cidade, antes de morrer, Morgan morara no palácio do Grão-Pará.

Francisco Figueira

Fontes: BUENO, C.; CERVO, A. *Política*; DUGGS, S. *Professor*; GARCIA, E. *Brasil*; *New York Times* . Forgot to ask deputies (16/9/1913) Disponível em:

<http://query.nytimes.com/mem/archive-free/pdf?_r=1&res=9807E2D8123FE633A25755C1A96F9C946296D6CF>.

Acesso em: 11/11/2009; NOLAN, C. *Notable*; *Time Magazine*.. The Cabinet. (3/11/1930). Disponível em:

<<http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,882354,00.html>>. Acesso em: 11/11/2009.

MOTA JÚNIOR, Joaquim Inácio Silveira da

*pres. PR 1891.

Joaquim Inácio Silveira da Mota Júnior nasceu em Curitiba no dia 24 de agosto de 1844.

Fez os primeiros estudos no Liceu Paranaense cursou o preparatório no Colégio Fernão, ambos em Curitiba. Transferindo-se para São Paulo, matriculou-se em 1861 na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco e bacharelou-se em 1865. Recém-formado, retornou à capital paranaense e deu início à carreira de advogado. Ingressou na política em 1872, quando foi eleito deputado provincial no Paraná com mandato de dois anos. Em seguida foi nomeado juiz de direito na cidade de Lapa (PR) e aí residiu até 1879. Foi então transferido para São José dos Pinhais (PR), onde permaneceu por sete anos.

Volto a exercer cargo político após a proclamação da República (15/11/1889) e a promulgação da primeira Constituição republicana do Brasil (24/2/1891), quando, em junho de 1891, tomou posse na vice-presidência do Paraná ao lado de Generoso Marques dos Santos, eleito presidente estadual. Com a licença do titular, no mesmo mês assumiu interinamente a presidência do estado e em agosto inaugurou o Tribunal de Apelação do Paraná. Em 19 de novembro seguinte Generoso Marques reassumiu o governo. Contudo, após a renúncia do presidente da República Deodoro da Fonseca e a posse do vice-presidente Floriano Peixoto no dia 23 desse mês, os governantes estaduais foram destituídos. Generoso Marques foi deposto no dia 29, e o Paraná passou a ser governado por uma junta formada por Roberto Ferreira, José Bento Lamenha Lins e Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Expulso da magistratura por ato da junta governativa, Silveira da Mota retomou as atividades de advogado.

Ao longo de sua trajetória, foi ainda juiz de direito nos estados do Rio Grande do Sul e do Espírito Santo. Em Curitiba, foi também chefe de Polícia, promotor e desembargador do Tribunal de Justiça.

Faleceu em 25 de março de 1903.

Era casado com Etelvina de Oliveira Lima.

Luciana Pinheiro

FONTES: ARQ. PUB. PR. Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2010; CASA CIVIL PR. Disponível em: <<http://www.casacivil.pr.gov.br/>>. Acesso em: 12/10/2010.

MOTA, Apulcro

* militar; pres. SE 1898-1899.

Apulcro Mota Rebelo nasceu em São Cristovão (SE) no dia 7 de outubro de 1857, filho de Francisco Mota Rebelo e de Maria Angélica Mota Tojal.

Cursou humanidades no Ateneu Sergipano e seguiu a carreira ligada à administração financeira. Em 1879 tornou-se segundo escriturário da alfândega de Aracaju, chegando a tesoureiro interino em 1881. No ano seguinte foi nomeado primeiro escriturário da Tesouraria Geral de Sergipe e, em 1883, tornou-se procurador fiscal, passando a inspetor da alfândega em 1884. Em dezembro desse ano ocupou o mesmo cargo na cidade de Vitória, capital da então província do Espírito Santo.

Depois da proclamação da República (15/11/1889), foi nomeado secretário de governo durante a administração de Vicente Luís de Oliveira Ribeiro (1891). Ocupou o mesmo cargo interinamente em outubro de 1896, durante o governo de José Joaquim Lobo (1896), e em março de 1898, na administração de Martinho César da Silveira Garcez (1898). Em 8 de julho desse ano foi nomeado secretário geral do governo de Martinho Garcez.

Renunciou pouco tempo depois à secretaria geral para assumir seu mandato de deputado estadual, para a legislatura de 1898 a 1899. Na Assembleia Legislativa foi eleito presidente da Casa e, com a renúncia de Martinho Garcez em 14 de agosto de 1898, assumiu o governo do estado de Sergipe. Permaneceu na chefia do Executivo estadual até 24 de outubro de 1899, quando assumiu o Monsenhor Olímpio Campos (1899-1902), eleito para o cargo.

Reeleito deputado estadual em 1900, também foi eleito vice-presidente do estado, cargo que ocupou até 1902.

No campo jornalístico, fundou o periódico *Eco Liberal* e colaborou com o *Jornal de Sergipe*, *A Reforma*, *Gazeta de Sergipe* e *Diário da Manhã*.

Foi sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e coronel da

Guarda Nacional.

Faleceu em Aracaju no dia 25 de fevereiro de 1924.

Publicou: *O meu crime* (1887), *O desfalque da tesouraria da Fazenda* (1889), *José Faro – elogio fúnebre* (1889), *Memorial dos cargos ocupados até 27 de dezembro de 1889* (1890), *Relatório dos negócios do estado de Sergipe apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Daniel Campos pelo secretário geral do estado* (1898), *Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa pelo presidente do estado* (1899).

Raimundo Helio Lopes

FONTES: BITENCOURT, L. *Homens*; DANTAS, J. *História*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

MOTA, Cândido

*dep. fed. SP 1909-1917.

Cândido Nazianzeno Nogueira da Mota nasceu em Porto Feliz (SP) em 9 de maio de 1870, filho do educador Fernando Maria Nogueira da Mota e de Mariana Francisca da Mota. Seu primo Cesário Mota foi deputado federal por São Paulo de 1891 a 1899.

Quando ainda era menino a família mudou-se para Capivari (SP), e aí estudou humanidades com o pai. Em 1888 matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo e em 1891 formou-se em ciências jurídicas e sociais. Seguiu carreira jurídica, como promotor público em Amparo (1892-1896) e na capital do estado (1896). No governo Campos Sales em São Paulo, foi nomeado segundo delegado de polícia da capital (1896-1897). Foi também professor substituto de direito criminal da Faculdade de Direito de São Paulo de 1897 a 1908, na vaga deixada por Severino Prestes, passando depois a professor catedrático.

Obteve o primeiro mandato em 1898, quando foi eleito deputado estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP) para a legislatura 1898-1900. Integrou então as comissões de Instrução Pública e de Justiça, Constituição e Poderes da Câmara Estadual. Reeleito para o período 1901-1903, continuou membro desta última. Foi figura de destaque no Legislativo paulista, tendo participado intensamente dos debates e apresentado numerosos projetos, entre eles o do “Instituto Educativo Paulista”, que deu origem à lei estadual nº 844, de 10 de outubro de 1902, criando o Instituto Disciplinar de São Paulo. O instituto, instalado em 1903 no bairro do Tatuapé, na capital paulista, veio operacionalizar preceitos legais estabelecidos no Código Penal de 1890, que previam a inimputabilidade criminal da criança e seu recolhimento em estabelecimento disciplinar. Cabia-lhe “incutir hábitos de trabalho e educar, fornecendo instrução literária, profissional e industrial, especialmente agrícola, a menores vadios, vagabundos, abandonados e viciados”. A lei deu origem a vários estudos sobre segurança e trabalhos biográficos sobre Cândido Mota.

Em 1906 foi eleito vereador na cidade de São Paulo, mas no ano seguinte ganhou novo mandato de deputado estadual, na legislatura 1907-1909. Nesse período teve participação ativa nos debates sobre a reforma da Constituição do Estado de São Paulo, concluída em 1908. Foi também delegado oficial do Brasil no I Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Santiago, no Chile (25/12/1908 a 5/1/1909), sobre o qual publicou relatório. Participou ainda do I Congresso Jurídico Brasileiro, integrando comissão que representou a Faculdade de Direito de São Paulo. Publicou diversos artigos em jornais, como jurisconsulto.

Em 1909 foi eleito deputado federal para a legislatura 1909-1911 e, depois, reeleito para o período 1912-1914. Na Câmara dos Deputados participou de várias comissões, entre elas a comissão especial de Justiça Militar, na qual foi relator geral do projeto de reorganização da Justiça Penal Militar. Ainda integrou as comissões de Instrução Pública e de Poderes. Tratou da Campanha Civilista, da intervenção no estado do Rio de Janeiro e do “problema siderúrgico”, e em dezembro de 1912 foi nomeado membro da comissão especial encarregada da elaboração de um projeto de Código Penal Militar. Foi reeleito mais uma vez, para a legislatura 1915-1917, mas em maio de 1916 renunciou ao mandato para assumir a Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, no governo de Altino Arantes. Durante sua gestão, apresentou relatório onde já destacava a necessidade urgente de realizar obras no rio Tietê para combater as enchentes e os despejos residuais.

Em 29 de abril de 1922, foi eleito senador estadual com mandato até 1928. Foi escolhido primeiro-secretário do Senado Estadual e integrou a Comissão de Redação. Desde 1920, o antigo povoado de Parada do Jacu, no oeste do estado, então elevado à categoria de vila, passara a se chamar Cândido Mota, homenagem prestada pelo amigo e fundador do povoado, coronel Valêncio Carneiro de Castro. Em 1923 a vila foi transformada no município de Cândido Mota.

Faleceu em São Paulo no dia 16 de março de 1942.

Era casado com Clara do Amaral Mota, sua prima-irmã.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; *Correio Paulistano* (1/5/1916); FONSECA, A.; FONTES JUNIOR, A. *Câmara*; FONSECA, S. *Do abandonado*; LEME, L. *Genealogia*; LOIOLA, E.; SALLA, F. *Construção*; MOTTA, C. *Relatório*; VAMPRE, S. *Memórias*.

MOTA, Carvalho

*pres. CE 1912.

Antônio Frederico de Carvalho Mota nasceu em Granja (CE) em 1812, filho do coronel Francisco de Carvalho Mota. Seu pai foi agente dos Correios em Sobral, quando da instalação do serviço postal no Ceará.

Estabeleceu-se no comércio como sócio da firma Carvalho Mota & Irmão, sediada em Granja. Foi também nomeado tenente-coronel comandante do Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional da cidade. Transferindo-se para Fortaleza, foi diretor do Banco do Ceará e posteriormente seu presidente. Associou-se ainda a várias empresas lucrativas.

Em 1908 foi eleito vice-presidente do estado do Ceará, ao lado de Nogueira Acióli. Quando da deposição deste, em 24 de janeiro de 1912, assumiu o governo do estado a fim de completar o quadriênio. Em 12 de julho passou o governo ao presidente da Assembleia, coronel Belisário Cícero Alexandrino, que dois dias depois o transferiria ao novo presidente eleito, Franco Rabelo. Já grande empresário, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde faleceu em 3 de fevereiro de 1927, vítima de atropelamento de automóvel em Botafogo.

Kleiton de Moraes

FONTES: GUIMARÃES, H. *Deputados* (p. 175-176).

MOTA, Cesário

*const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893 e 1894-1899.

Cesário Nazianzeno de Azevedo Mota Magalhães Júnior nasceu em Porto Feliz (SP) em 5 de março de 1847, filho do médico Cesário Mota Magalhães e de Clara Cândida da Mota. Seu primo Cândido Mota foi deputado federal por São Paulo de 1909 a 1917.

Fez os primeiros estudos com seu tio, o professor Fernando Mota, completou os cursos preparatórios no Rio de Janeiro, e aí se formou na Faculdade de Medicina, aprovado com distinção na defesa de tese. Depois de formado voltou para Porto Feliz e em seguida mudou-se para Capivari, onde estabeleceu clínica e formou grande clientela. Ficou conhecido como o médico que atendia aos pobres.

Um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, destacou-se como propagandista da República e participou ativamente dos congressos que o movimento articulou em várias cidades paulistas. Gozando de grande prestígio, foi um dos primeiros republicanos a serem eleitos deputados provinciais em São Paulo, na legislatura 1878-1879. Junto com Martinho Prado e Prudente de Moraes, formou o chamado “triumvirato republicano” e ganhou destaque na Assembleia Provincial na defesa da Federação e da autonomia das províncias. Integrou a Comissão de Atos Legislativos e manifestou preocupação com a educação, apresentando projeto de criação de um Instituto de Ciências Naturais, com um curso geral, um curso de agricultura e um curso de farmácia. Participou também ativamente dos debates sobre saúde pública e higiene.

Após a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, foi eleito para a Assembleia Nacional Constituinte. Tomou posse em 15 de novembro de 1890 e, após a promulgação da Constituição, passou a exercer o mandato ordinário em maio de 1891, tendo mais uma vez participação destacada nos debates sobre educação e saúde. Em 3 de fevereiro de 1893 foi nomeado secretário do Interior de São Paulo, no governo de Bernardino de Campos, período em que foram realizadas amplas reformas em toda a estrutura de ensino público, com a criação do Jardim da Infância, da Escola Normal e da Escola Modelo do Carmo, a inauguração do Ginásio São Paulo e de diversas escolas em

idades do interior. A reforma incluiu ainda a fundação da Escola Politécnica, a primeira faculdade de engenharia de São Paulo, além de outras inovações no ensino secundário e superior que se tornaram referência na época. Cesário Mota também ganhou destaque na área da saúde, onde enfrentou duas grandes epidemias, de cólera e de febre amarela.

Foi reeleito deputado federal para as legislaturas 1894-1896, na vaga de Morais e Barros, e 1897-1899, mas não concluiu o mandato. Faleceu no Rio de Janeiro em 24 de abril de 1897. Na ocasião era membro da comissão Central do Partido Republicano Paulista e presidente o Instituto Histórico e Geográfico Paulista, do qual também foi fundador.

Devido ao grande prestígio de que desfrutava, o trem que transportava seu ataúde para São Paulo teve que parar em Taubaté, Jacareí, São José e Mogi das Cruzes, onde recebeu homenagens de professores e autoridades locais. O cortejo foi acompanhado por grande multidão em São Paulo, além das principais autoridades do estado. O jornal *Correio Paulistano* de 27 de abril de 1897 dedicou duas páginas à sua biografia e à descrição das homenagens que recebeu na ocasião de seu falecimento. Seu nome foi dado a uma biblioteca municipal em Porto Feliz, ao Museu Histórico e Pedagógico e a uma praça de Capivari, a uma escola estadual em Itu, além de ruas em São Paulo, Campinas, Santo André, Sorocaba, Ribeirão Preto e outras cidades do interior paulista.

Além dos tradicionais relatórios como secretário de estado, escreveu diversos trabalhos: *Das condições patognômicas da angina do peito* (tese de doutorado, 1876); *Resposta ao programa do Congresso Agrícola* (1878); *Porto Feliz e as monções para Cuiabá* (1884), entre outros.

Carlos Alberto Ungaretti Dias

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 2); AMARAL, A. *Dicionário*; CALIMAN, A. *Legislativo*; CÂM. DEP. SP. 1930; *Correio Paulistano* (27/4/1897); Itu. Colunistas. Disponível em:

<http://www.itu.com.br/colunistas/artigo.asp?cod_conteudo=6869>; LEME, L.
Genealogia; VAMPRÉ, S. *Memórias*.

MOTA, Gentil Tavares da

*dep. fed. SE 1922-1926.

Gentil Tavares da Mota nasceu em 11 de outubro de 1892 na cidade de São Paulo, filho do capitão João Tavares da Mota e de Ana Tavares da Mota.

Fez os estudos preparatórios no Ateneu Sergipense, habilitando-se em humanidades. Nessa época fundou e redigiu *O Necdalus*, órgão defensor dos interesses dos estudantes daquela instituição, e trabalhou como professor de línguas no colégio Esperanta Klobo, em Aracaju. Estudou engenharia civil na Escola Politécnica da Bahia, graduando-se em 1917. Ainda acadêmico, em 1914 recebeu a nomeação de ajudante-secretário da Diretoria de Obras Públicas daquele estado. Em 1916 solicitou exoneração do cargo para lecionar geometria descritiva no Ateneu Sergipense. Dirigiu a Imprensa Oficial de Sergipe de 20 de março de 1918 a 16 de maio de 1922, durante o governo de José Joaquim Pereira Lobo. Integrou também o Conselho Superior de Ensino a partir de 1918, na qualidade de suplente, e foi reconduzido ao cargo por mais um biênio em 1920.

Obteve o primeiro cargo eletivo em 1918, como deputado estadual em Sergipe, sendo reeleito em 1920. Em seguida representou o estado na Câmara dos Deputados em duas legislaturas consecutivas, 1922-1924 e 1924-1926.

Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e vice-presidente da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Foi também redator e diretor dos jornais *O Estado do Sergipe* e *Correio de Aracaju*. Colaborou ainda em jornais de outros estados. Na imprensa usou os pseudônimos *A. Moreira* e *Sílvio Silva*.

Faleceu na cidade de Aracaju em 17 de setembro de 1970.

Sérgio Montalvão

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; GUARANÁ, M. *Dicionário*.

MOTA, João Batista da

*militar; const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893 e 1911.

João Batista da Mota nasceu no estado do Rio de Janeiro.

Sentou praça no Exército 1884 e dois anos depois passou a alferes-aluno. Formando-se engenheiro militar, foi promovido a segundo-tenente e posteriormente a tenente.

Proclamada a República (15/11/1889), foi eleito deputado pelo estado do Rio de Janeiro ao Congresso Nacional Constituinte em 15 de setembro de 1890 e tomou posse em 15 de novembro. Participou da elaboração da primeira Constituição republicana brasileira, promulgada em fevereiro de 1891, e a partir de junho passou a exercer o mandato ordinário na Câmara dos Deputados, até dezembro de 1893.

Em abril de 1896 reformou-se, deixando a carreira militar. Estando em curso a legislatura 1909-1911, foi novamente eleito deputado federal em substituição a Oliveira Botelho. Tomou posse na Câmara em 11 de maio de 1911 e exerceu o mandato até 31 de dezembro.

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v. 1, p. 350); CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 122).

MOURA, Camilo Soares de

* dep. fed. MG 1903-1908; interv. MT 1917-1918; min. TCU 1918-1938.

Camilo Soares de Moura Filho nasceu em Ubá (MG) no dia 29 de outubro de 1869, filho de Camilo Soares de Moura, agricultor e coronel da Guarda Nacional, e de Amélia Peixoto Soares. Provinha de uma importante família de políticos da Zona da Mata de Minas Gerais, na qual também se destacou seu irmão Raul Soares, deputado federal em 1918, ministro da Marinha de 1919 a 1920, senador de 1921 a 1922, e presidente de Minas Gerais de 1922 a 1924. Seu tio Carlos Peixoto de Melo foi político do Império, e seu primo Carlos Peixoto Filho foi parlamentar de grande destaque, sobretudo no governo do presidente Afonso Pena (1906-1909)

Estudou no Seminário de Mariana, fez o ginásio em Barbacena e Ouro Preto, no estado natal, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. De volta a Minas, foi promotor, juiz municipal e juiz substituto na comarca de Ponte Nova, e juiz de direito em Bambuí e Manhuaçu.

Seguindo a tradição política da família, em 1898 elegeu-se agente executivo de Ponte Nova (MG) e, concomitantemente, deputado estadual em Minas Gerais. Em janeiro de 1901 foi eleito presidente da Câmara dos Vereadores de Ponte Nova, e em 1903, deputado federal por Minas Gerais. Reeleito, exerceu o mandato na Câmara dos Deputados até 1908, e em 1910 tornou-se prefeito de Caxambu (MG). Durante sua administração trabalhou pela urbanização do município investindo na abertura de ruas, na canalização de córregos e na pavimentação.

Em 9 de fevereiro de 1917 foi nomeado interventor federal em Mato Grosso em substituição ao presidente do estado Caetano de Albuquerque, de modo a pôr fim à grave crise que abalava a política local desde o ano anterior. Tentou moralizar as forças militares criando, através de decreto de 2 de junho, o Comando Geral, dois batalhões de infantaria e um esquadrão de cavalaria. Deixou a interventoria em 22 de agosto, sendo substituído por Cipriano da Costa Ferreira, mas voltou a ela entre 30 de novembro de 1917 e 22 de janeiro de 1918, quando tomou posse dom Francisco de Aquino Correia.

Em 14 de novembro de 1918 foi nomeado ministro do Tribunal de Contas da União (TCU). Foi presidente desse órgão nos anos de 1937 e 1938. Também foi diretor-geral dos Correios da República. Aposentou-se em 16 de julho de 1938.

Faleceu em Ubá em 9 de janeiro de 1945.

Era casado com Emília de Almeida Campos, com quem teve dez filhos.

Ioneide Piffano Brion de Souza/ João Edson Fanaia

FONTES: ARQ. HIST. MG. *Senadores e deputados de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://www.arquivohistorico-mg.com.br/deputadosesenadores.html>>. Acesso em: 4/5/2010; As Minas Gerais. *Genealogia de AnaBasília de Moura*. Disponível em: <<http://www.asminasgerais.com.br/site/familiamoura/catalogo09.htm>>. Acesso em: 18/6/2010; Bicas. *Raul Soares*. Disponível em: <http://www.bicas.mg.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=78:com-a-letra-r-&catid=50:ruas&Itemid=74>. Acesso em: 18/6/2010; CÂM. DEP. *Deputados Brasileiros*; Coluna do Zé Arnaldo. *Raul Soares*. Disponível em: <<http://www.zearnaldo.com/index.php?nome=Colunas&idioma=Portugues&edicao=118>>. Acesso em: 18/6/2010; Descubra Caxambu. *Cronologia da história de Caxambu*. Disponível em: <<http://www.descubracaxambu.com.br/cidade/cronologia-de-caxambu-1674-2001>>. Acesso em: 18/6/2010; Geneall. *Primeiras Famílias Lusitanas em Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=149434#vermsg>. Acesso em: 18/6/2010; Geocities. *Brazilian province of Mato Grosso* Disponível em: <http://geociti.es/CapitolHill/Rotunda/2209/Mato_Grosso.html>. Acesso em: 18/6/2010; GONÇALVES, M. *Centro*; INST. RAUL. MOURA. Bio. Disponível em: <<http://institutoraulsoares.blogspot.com/>>. Acesso em: 18/6/2010; Jornal da Canastra. *Histórico de Bambuí*. Disponível em: <http://jornaldacanastra.vilabol.uol.com.br/frame_especial_bambui.htm>. Acesso em: 18/6/2010; MOURA FILHO, C. Disponível em: <http://saber.sapo.ao/wiki/Camilo_Soares_de_Moura>. Acesso em: 18/6/2010; PLANALTO. Titulares dos

órgãos do poder legislativo. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/infger_07/tribunais/PR-TCU.htm>. Acesso em:
4/5/2010; Pontenet. *Os tempos do major Soares*. Disponível em: <
<http://www.pontenet.com.br/pontenova/major.html>>. Acesso em: 18/6/2010;
Pontenet. *Período Custódio Silva*. Disponível em: <
<http://www.pontenet.com.br/pontenova/political.html>>. Acesso em: 18/6/2010;
TRIB. CONT. UNIÃO. *Ex-presidentes do TCU*. Disponível em: <
<http://www.tcu.gov.br/institucional/ministros/ex-presidentes.html>>. Acesso em:
18/6/2010; TRIB. CONTAS UNIÃO. *Ministros*; Ubá Feacil. *Raul Soares de Moura*.
Disponível em: < <http://ubafacil.blogspot.com/>>. Acesso em: 18/6/2010;
VASCONCELOS, D. *História*; VEIGA, J. *Revista*; Wikipédia. *Raul Soares de
Moura*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/ Raul_Soares_de_Moura](http://pt.wikipedia.org/wiki/Raul_Soares_de_Moura)>.
Acesso em: 18/6/2010; World States Men. *Brazilian States*. Disponível em: <
[http://www.worldstatesmen](http://www.worldstatesmen.org/Brazil_States.html) .org/Brazil_States.html>Acesso em: 18/6/2010.

MOURA, Francisco Antônio de

* militar; min. Guerra 1892-1894.

Francisco Antônio de Moura nasceu no Rio de Janeiro, então capital do Império, no dia 29 de outubro de 1839, filho do major Antônio Luís de Moura.

Assentou praça voluntariamente no 1.º Batalhão de Artilharia a pé em 10 de janeiro de 1857, contando tempo de serviço de 12 de março de 1856, data em que se matriculou na antiga Escola Militar. Alferes-aluno em 14 de março de 1858, foi promovido a segundo-tenente em 2 de dezembro de 1861 e a primeiro-tenente em 2 de dezembro do ano seguinte. Concluído o curso de artilharia, de acordo com o que previa o Regulamento orgânico das Escolas Militares do Império, Decreto n.º 2.582, de 21 de abril de 1860, ficou adido ao batalhão em que assentara praça, passando a comandar a 5.ª Companhia.

Em 10 de janeiro de 1863 foi destacado para a fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, passando a comandar a 2.ª Companhia. Depois foi enviado para a fortaleza de São João, na mesma cidade, para servir como instrutor dos guardas nacionais ali aquartelados. Em 16 de julho do mesmo ano, passou a efetivo da 8.ª Companhia do 1.º Regimento de Artilharia a pé.

Em 1864, as disputas políticas no Uruguai resultaram em invasões de propriedades localizadas em solo brasileiro. As pressões dos estancieiros e os interesses políticos mais gerais que envolviam a região levaram o Império brasileiro a intervir na questão. Foi então organizada e, em 16 de outubro, iniciada uma operação de invasão daquele país. De modo a tomar parte na brigada expedicionária que partiria em direção a Montevideu em 26 de dezembro daquele ano, Francisco Antônio de Moura embarcou no vapor *Cruzeiro do Sul*. Em 5 de janeiro do ano seguinte, chegou a Fray Bentos, cidade que então fazia parte do departamento de Paysandú, no Uruguai.

Em pouco tempo as tropas brasileiras alcançaram seu objetivo: em 15 de fevereiro de 1865, o presidente uruguaio Atanasio Cruz Aguirre foi deposto, e no dia 20 foi assinada a Convenção de Paz entre o governo provisório instalado no Uruguai e o Império do Brasil.

Apesar dessa formalização, o início do conflito entre a Tríplice Aliança – formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai – contra o Paraguai fez com que as tropas brasileiras permanecessem em território uruguaio. Como integrante de tais forças, Francisco Antônio de Moura seguiu para o conflito em solo paraguaio. Em 21 de abril de 1865 foi transferido para o Corpo de Artilharia do Amazonas, cinco dias depois embarcou no vapor *Princesa*, e a 31 de maio desembarcou junto ao arroio Dayman, onde acampou com a tropa em operação. Passou para o território argentino no dia 30 de junho e assumiu o comando da Bateria de Foguetes de Guerra no dia 6 do mês seguinte.

Promovido a capitão em 22 de janeiro de 1866, foi designado para a 6.^a Companhia do 1.^o Batalhão de Artilharia a pé e em 26 de março marchou para o acampamento do Passo da Pátria. No dia 28 e seguintes, assistiu a ao bombardeamento das fortificações e baterias flutuantes do inimigo. Comandando a 6.^a Bateria, partiu em diligência em 5 de abril, com a meta de guarnecer a ilha fronteira da fortaleza de Itapiru, no rio Paraná, e tomou parte ativa nos bombardeios da que foi considerada a primeira posição tomada pelo Exército brasileiro. No dia 24 do mês seguinte, participou da batalha em Tuiuti. Tomou, ainda, parte em vários outros combates durante a campanha do Paraguai, tendo assistido à capitulação do forte de Angostura em dezembro de 1868. Em 14 de junho de 1870, poucos dias antes da assinatura do acordo preliminar de paz entre Brasil e Paraguai, embarcou com o batalhão com destino ao Rio de Janeiro, chegando à cidade em 14 de agosto.

Por conta de sua participação nas campanhas do Uruguai e Paraguai, foi condecorado como cavaleiro da Ordem da Rosa, por se ter distinguido no combate de 10 de abril de 1866; da Ordem de Cristo, pelos serviços prestados nos combates de julho de 1866; da Ordem Imperial do Cruzeiro, pelos serviços prestados na campanha das Cordilheiras; e como oficial da Ordem de São Bento de Aviz, por decreto de 8 de novembro de 1871. Recebeu, também, a medalha do mérito e bravura militar, por atos praticados em combate; a medalha de prata, concedida aos que fizeram parte da tropa comandada pelo marechal João Propício Mena Barreto na campanha do Uruguai, em 1865; e a medalha do Paraguai, por ter feito toda a campanha.

Foi graduado major a 14 de abril de 1871, com antiguidade de 6 de outubro de 1870, e efetivado no dia 18 de abril de 1874. Em 25 de julho de 1880, foi promovido por merecimento a tenente-coronel, sendo então nomeado diretor do Arsenal de Guerra do Pará. A 13 de maio de 1882 foi designado comandante do Batalhão de Engenheiros, e em 29 de abril de 1884, da Escola de Tiro de Campo Grande. Em 7 de março de 1885 foi promovido a coronel graduado, passando a efetivo em 14 de agosto do mesmo ano. Em 15 de dezembro seguinte foi nomeado comandante da Escola de Aprendizes Artilheiros e, a 8 de setembro de 1888, assumiu o comando da Escola Militar do Rio Grande do Sul, posição em que permaneceu até o ano seguinte.

Proclamada a República em 15 de novembro de 1889, foi graduado general de brigada em 8 de outubro de 1890 e passou a efetivo a 28 de julho de 1891. Antes, porém, por portaria de 31 de janeiro de 1891, foi nomeado presidente da comissão encarregada de rever e harmonizar os regulamentos da Escola Tática e de Tiro do Rio Grande do Sul e Geral de Tiro de Campo Grande. Em 11 de maio assumiu o comando geral da Artilharia, e em 3 de dezembro, o do 5.º Distrito Militar. Em 10 de fevereiro de 1892 foi novamente designado diretor geral da Artilharia.

MINISTRO DA GUERRA

Por decreto de 2 de março de 1892, do governo do marechal Floriano Peixoto (1891-1894), foi nomeado ministro secretário dos Negócios da Guerra. Sucedia ao ministro interino, almirante Custódio de Melo, que, com a exoneração de José Simeão de Oliveira em 2 de fevereiro, vinha acumulando o Ministério da Marinha com a pasta da Guerra.

Um mês antes de sua posse fora deflagrada Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Embora o conflito tivesse como pano de fundo uma questão local, já que as forças revolucionárias contestavam a eleição de Júlio de Castilhos para a presidência do estado, a luta e a instabilidade política e social ameaçavam a nascente República brasileira. Em face da gravidade da situação, o presidente Floriano Peixoto decidiu intervir em defesa do governo de Castilhos.

Assim, em 12 de abril de 1893, o ministro Francisco Antônio de Moura transferiu-se para o Rio Grande do Sul a fim de dirigir as operações contra os revolucionários federalistas. Durante o período em que esteve no Sul, ocupando-se da luta, responderam interinamente pela pasta da Guerra o marechal Antônio Eneias Gustavo Galvão, barão do Rio Apa, de 14 de abril de 1893 a 31 de janeiro de 1894, e o general Bibiano Sérgio de Macedo da Fontoura Costalat, de 31 de janeiro a 15 de novembro de 1894. Embora oficialmente só tenha pedido exoneração do cargo de ministro da Guerra em 10 de novembro de 1894, desde 13 de abril do ano anterior Francisco Antônio de Moura não mais desempenhou tais funções. Seu sucessor, já no governo Prudente de Moraes (1894-1898), seria o general Bernardo Vasques.

Ainda antes de deixar a pasta da Guerra, em 28 de julho de 1893 Francisco Antônio de Moura foi promovido a general de divisão. Em 8 de agosto de 1894 foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Militar. Tomou posse no cargo em 12 de dezembro e, dois dias depois, foi designado comandante do 6.º Distrito Militar e de todas as forças em operação no Rio Grande do Sul. Em 2 de maio de 1895 pediu exoneração desse comando. Reformou-se a pedido no posto de marechal em 30 de novembro de 1898.

Foi também diretor da Escola Militar do Rio de Janeiro e fundador e presidente do Clube Militar.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 5 de janeiro de 1911.

Era casado com Jovita Montenegro Cordeiro.

Cláudio Beserra de Vasconcelos

FONTES: BLAKE, A. *Diccionario* (v.2, p. 396); BRASIL. *Coleção de Leis* (v. 1, pt. II, 1860, p. 165); COL. MIL. PORTO ALEGRE. *Ex-alunos, ex-professores e ex-integrantes da Escola Militar do Rio Grande do Sul, da Escola Preparatória e de Tática, da Escola Preparatória de Porto Alegre e do Colégio Militar de Porto Alegre que se destacaram no cenário municipal, estadual e nacional*. Disponível em: <http://www.cmpa.tche.br/ex_integrantes_cmpa.pdf>. Acesso em: 30/4/2011; DONATO, H. *Dicionário; Jornal do Comércio* RJ (6/1/1911, p. 2); LAGO, L.

Estado-Maior (p. 34); LOPES, T.; TORRES, G. *Ministros* (p. 134-135); MIN. GUERRA. *Almanaque* (1897); SCHULZ, J. *Exército*; SUP. TRIB. MIL. *Ministros do STM* (1808-2011). Disponível em: <http://www.stm.jus.br/institucional/ministros-desde-1808/minSTM1808_2011.pdf>. Acesso em: 30/4/2011.

MOURA, Francisco Soares Peixoto de

*dep. fed. MG 1899-1902 e 1921-1930.

Francisco Soares Peixoto de Moura nasceu em Ubá (MG) no dia 5 de setembro de 1862, filho de Camilo Soares de Moura e de Amélia Peixoto Soares de Moura. Proveniente de tradicional família mineira, era sobrinho de Carlos Peixoto, senador no Império. Seus irmãos também fizeram carreira política: Raul Soares de Moura foi vereador em Visconde do Rio Branco (1910-1911), deputado estadual (1911-1914) e federal (1918), senador da República (1921-1922), presidente do estado de Minas Gerais (1922-1924) e ministro da Marinha no governo de Epitácio Pessoa; Camilo de Moura foi deputado estadual e federal; Carlos Soares de Moura exerceu a chefia política do município de Visconde do Rio Branco. Estudou no Colégio do Caraça, prestigiada instituição de ensino mineira, e bacharelou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1886. Logo depois de formado foi promotor público em Ubá e juiz municipal nas cidades mineiras de Pomba e de São Paulo do Muriaé. Ingressou na política como deputado provincial com mandato de 1888 a 1889, na última legislatura do Império.

Já na República, foi vereador e presidente da Câmara Municipal de Pomba. Em 1899 foi eleito deputado federal por Minas. Empossado em maio do mesmo ano, exerceu o mandato até o fim da legislatura, em dezembro de 1902. Em setembro de 1910 tornou-se diretor do Arquivo Público de Mineiro, mantendo-se à frente da instituição por uma década. Em 1921 voltou a ser eleito deputado federal por Minas Gerais, para a legislatura 1921-1923. Reeleito para as três legislaturas seguintes, ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até outubro de 1930, quando da vitória da revolução que levou Getúlio Vargas ao poder e extinguiu os órgãos legislativos do país.

Ao longo de toda sua trajetória foi também subprocurador geral do estado de Minas Gerais e serventuário da Justiça do Distrito Federal. Além disso, foi membro do Conselho Municipal de Belo Horizonte e colaborador dos jornais *O Farol*, *A Mata*, *Nova Era*, *O Correio da Mata*, *O Puritano* e *O Pombense*.

Faleceu no Rio de Janeiro em 17 de maio de 1955.

Foi casado com Bárbara Peixoto dos Reis Soares e, em segundas núpcias, com Presciliana Líbero Peixoto de Moura.

Luciana Pinheiro

FONTES: CAM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 97); HORTA, C. *Famílias*; MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 443); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 14/8/2010.

MOURA, HASTÍNFILO DE

*militar; comte 2ª RM 1926-1930; gov. SP 1930.

Hastínfilo de Moura nasceu em Itapicuru-Mirim (MA) no dia 22 de dezembro de 1865, filho de João Ribeiro de Moura.

Fez seus primeiros estudos em São Luís, no Colégio da Imaculada Conceição e no Liceu Maranhense. Em 1885 assentou praça e viajou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, ingressando na Escola Militar. Em 1888 foi declarado alferes aluno e desligado da Escola Militar pela reforma do ensino no Exército, sendo transferido para a Escola Superior de Guerra (ESG), criada naquele ano. Cursava a ESG quando tomou parte, ainda como alferes aluno, do movimento militar que resultou na instauração da República. Juntamente com outros alunos, assinou (11/11/1889) um compromisso em que estes se declaravam dispostos a seguir o líder republicano Benjamin Constant, professor da escola, “até o terreno da resistência armada”. A guarnição da ESG esteve à frente das unidades militares que se movimentaram no dia 15 de novembro.

Em 1890 foi promovido a segundo-tenente. Concluiu o curso de engenharia militar em 1892, e no mesmo ano foi colocado à disposição do Ministério da Viação para trabalhar como engenheiro na Estrada de Ferro Central do Brasil. Em 1893 foi promovido a capitão e transferido para a fortaleza de Santa Cruz. Teve então a oportunidade de participar de diversos combates contra as forças navais que se levantaram contra Floriano Peixoto na Revolta da Armada. Ao longo de um período de seis meses, as forças revoltosas procuraram, em diversas oportunidades e sem lograr êxito, romper a linha de fogo dos fortes legalistas e ganhar o alto-mar.

Em maio de 1894 integrou-se à Comissão do Planalto Central do Brasil, do Ministério da Indústria e Obras Públicas, encarregada de escolher e demarcar o local da construção da nova capital do país. Em 1907 foi nomeado membro de uma comissão do Ministério da Guerra na Europa, onde permaneceu por dois anos e meio. Nesse período, em 1908, foi promovido a major. Regressando ao Brasil, assumiu o comando da fortaleza de São João, no Rio de Janeiro.

Em 1911 foi promovido a tenente-coronel e em 1912 retornou à Europa na Comissão de Compras do Exército, passando a dirigir a seção da comissão em Berlim, na Alemanha. De

volta da Europa em 1914, assumiu em 1915 o comando da fortaleza de Laje. Em 1916 foi nomeado chefe de gabinete do diretor de Material Bélico do Exército, sendo promovido a coronel em 1917. No ano seguinte assumiu a direção do Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro, posto que ocupava quando foi nomeado (julho de 1919) chefe do Estado-Maior da Presidência da República, por ato do presidente Epitácio Pessoa. Ainda no governo de Epitácio Pessoa participou da repressão ao movimento revolucionário de julho de 1922. No fim do governo (novembro de 1922), promovido a general de brigada, assumiu o comando da 1ª Brigada de Artilharia. Em 1923, foi nomeado diretor do Material Bélico do Exército, participando ainda da Comissão de Promoções.

Promovido a general de divisão em 1926, foi nomeado comandante da 2ª Região Militar, em São Paulo. Exercia esse comando quando eclodiu a Revolução de 1930. As primeiras notícias sobre o início da revolução chegaram a São Paulo no próprio dia 3 de outubro, e já no dia 5 o comandante da 2ª RM deslocou tropas para guarnecer as divisas com Minas Gerais e com o Paraná, ameaçadas pelas forças revolucionárias.

No entanto, segundo o próprio general Hastínfilo, a deposição de Washington Luís, com a instalação de uma junta governativa (24/10/1930), somada à adesão ao movimento do comandante da Força Pública de São Paulo (a maior força militar do estado), tirou qualquer veleidade de reação do comandante da 2ª RM. Legalista e amigo de Júlio Prestes, presidente de São Paulo e eleito presidente da República, mas impedido pela revolução, o general Hastínfilo foi chamado ao palácio e convidado a assumir o governo do estado. Recusando num primeiro momento, cedeu afinal, com a condição de que Júlio Prestes e Heitor Penteado, vice-presidente do estado, fimassem um documento formalizando o apelo que lhe faziam. Assim, em 24 de outubro, depois de o presidente estadual e todo o secretariado terem assinado o termo de renúncia o general Hastínfilo assumiu o governo de São Paulo.

O relato desses acontecimentos feito por João Neves da Fontoura e Renato Jardim é algo diferente. Segundo essa versão, no dia 24 de outubro, o general Hastínfilo teria recebido um telegrama em que a junta governativa lhe transmitia a ordem de assumir o governo de São Paulo, mas ter-se-ia recusado a fazê-lo por não se julgar qualificado para tanto. Dirigindo-se então ao palácio do governo, ter-se-ia reunido com Júlio Prestes, Heitor Penteado e o comandante da Força Pública, Joviniano Brandão, e comunicado aos presentes o teor do

telegrama que recebera. Hastínfilo e Brandão teriam decidido solucionar a questão ordenando a deposição das armas na divisa do estado e o apoio às forças revolucionárias.

O fato é que ainda no dia 24 de outubro o general Hastínfilo assumiu o governo do estado, Heitor Penteado retirou-se livremente, e Júlio Prestes, sob a proteção de Hastínfilo, asilou-se no consulado inglês. O general enfrentou sérios problemas para a formação do secretariado, enfrentando pressões de membros do Partido Democrático de São Paulo que se consideravam os legítimos representantes da revolução no estado. No dia 28 de outubro, o general Hastínfilo recebeu um telegrama da junta provisória, determinando que o governo fosse entregue a Francisco Morato e que partisse imediatamente para o Rio de Janeiro. Já no Rio, Hastínfilo foi transferido para a reserva, a pedido, em 15 de novembro de 1930. A partir de então fixou residência no Rio, onde faleceu no dia 25 de junho de 1956.

A única obra que publicou foi *Da Primeira à Segunda República* (1936).

Robert Pechman

FONTES: ARAÚJO, A. *Chefes*; CONSULT. MAGALHÃES, B.; *Encic. Mirador*; FONTOURA, J. *Memórias*; *Grande encic. Delta*; JARDIM, R. *Aventura*; *Jornal do Comércio*, Rio (25, 26/6/1956); LEITE, A. *História*; NOGUEIRA FILHO, P. *Ideais*; SILVA, H. 1922.

MOURA, Landell de

*inventor.

Roberto Landell de Moura nasceu em Porto Alegre no dia 21 de janeiro de 1861, filho do capitão Inácio José Ferreira de Moura e de Sara Mariana Landell de Moura, descendente de escoceses. Foi o quarto de uma prole de 14 filhos.

Estudou as primeiras letras com o pai e em seguida cursou o Colégio de Nossa Senhora da Conceição em São Leopoldo (RS). Após a conclusão dos estudos de humanidades, transferiu-se para o Rio de Janeiro para cursar a Escola Politécnica. Em companhia do irmão Guilherme, seguiu para Roma, matriculando-se a 22 de março de 1878 no Colégio Pio Americano e na Universidade Gregoriana, onde estudou física e química. Completou sua formação eclesiástica em Roma formando-se em teologia, e foi ordenado sacerdote em 1886. Também em Roma iniciou as pesquisas que o levariam à invenção pioneira do rádio, na época denominada transmissão da voz à distância sem fio condutor.

Quando voltou ao Brasil, foi residir no Rio de Janeiro, no Seminário de São José. Foi algumas vezes substituto do coadjutor do capelão do Paço Imperial e manteve palestras de caráter científico com dom Pedro II. Em 20 de fevereiro de 1887 regressou ao Rio Grande do Sul. Foi nomeado capelão da igreja do Bonfim e, ao mesmo tempo, professor de história universal no Seminário Episcopal de Porto Alegre. Em 1892 foi para São Paulo, onde seria vigário nas cidades de Santos, Campinas e São Paulo, sucessivamente. Em Campinas continuou seus estudos científicos. Em 1893 foi ao Rio de Janeiro solicitar à Igreja subvenção para suas experiências de telegrafia e telefone sem fio. Não obteve os recursos solicitados.

Segundo Ernani Fornari, um de seus biógrafos, as primeiras experiências de transmissão e recepção sem fio efetuadas pelo padre Landell com pleno êxito ocorreram entre os anos de 1893 e 1894. Desse modo, Landell teria lançado o rádio um ano antes de Guglielmo Marconi. Seu invento cobria o dobro da distância do aparelho do físico italiano. Em 14 de junho de 1899, o *Jornal do Comércio* noticiava um invento de Landell utilizado nas

telecomunicações: o téléforo. Essas experiências não estão documentadas. Somente em 3 de junho de 1900, com a presença de autoridades, incluindo o cônsul inglês em São Paulo e a imprensa, foi feita a transmissão e recepção de sinais de voz entre a avenida Paulista e o alto do bairro de Santana. Em 9 de março de 1901 Landell obteve para seus inventos a patente brasileira número 3.279. Ao que tudo indica, utilizou-se de dois meios para a transmissão de sinais sonoros na experiência de 1900: seu transmissor de ondas e seu telefone sem fio, utilizando a luz como onda portadora da informação de som. Houve também a demonstração de transmissão e recepção de telegrafia.

Muitos foram os inventos de Landell de Moura, mas da maior parte não se tem especificações técnicas detalhadas, apenas a função a que se destinavam. Entre eles podem ser citados o gourdofônio-telegostomo, que transmitia a voz humana sem fios a uma distância de oito, dez ou 12 quilômetros; o teletiton, espécie de telegrafia fonética, sem fios, por meio do qual duas pessoas podiam conversar sem que fossem ouvidas por outras; o telaxiofônio, telefonia com fios que transmitia o som com muita clareza e vigor a grandes distâncias; o calefono, que trabalhava também com fios, e em vez de tocar a campainha para chamar, fazia ouvir um som articulado ou instrumental, e era apropriado para escritórios; o edífono, aparelho que servia para depurar, dulcificar a voz fonografada (segundo Landell este aparelho se tornaria amigo inseparável dos músicos compositores e oradores); e o anematofono, aparelho sem fios através do qual se obtinham todos os efeitos da telefonia comum, porém com muito mais nitidez e segurança visto funcionar com mau tempo e com vento.

Diante das dificuldades financeiras para desenvolver seus inventos, Landell decidiu ir para os Estados Unidos em 1901. Em 1904 conseguiu as patentes para um transmissor de ondas, para um telefone sem fio e para um télégrafo sem fio. Voltando ao Brasil, requisitou do presidente da República Rodrigues Alves dois navios para fazer a demonstração de seus aparelhos. O enviado do presidente comunicou-lhe que o pedido fora negado, pois fora considerado “maluco”. Ao tentar voltar aos Estados Unidos, teve seu pedido de viajar negado. Recolheu-se então à vida religiosa. Acusado de ter “parte com o demônio” por

falar através de caixas, foi perseguido e teve seus inventos destruídos pelos fiéis.

Faleceu em 30 de junho de 1928 em Porto Alegre, vitimado por uma tuberculose.

Em 1984 a Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec), em Porto Alegre, construiu uma réplica daquele que pode ser considerado o primeiro aparelho de rádio do mundo: o transmissor de ondas (*wave transmitter*), patente nº 771.917, de 11 de outubro de 1904. Essa réplica encontra-se em exposição. No estado de São Paulo foi instituída oficialmente a “Semana Roberto Landell de Moura”, a ser comemorada de 5 a 11 de novembro. No ano de 2011, quando completaria 150 anos, teve início uma campanha no Rio Grande do Sul e São Paulo, lançada por radioamadores e pesquisadores, para que o governo brasileiro reconheça Landell como o precursor das telecomunicações.

Alzira Alves de Abreu

FONTES: AMINHARADIO Uma paixão chamada Rádio. Roberto Landell de Moura Netto. Disponível em: <http://www.aminharadio.com/radio/biografia_landell>. Acesso em: 24/1/2011); *Estado de S. Paulo* (21/1/2011); FORNARI, E. *Incrível..*

MOURA, Marcolino de

*const. 1891; dep. fed. BA 1891-1905.

Marcolino de Moura e Albuquerque nasceu em Piatã (BA) no dia 21 de novembro de 1838, filho de Manuel Justiniano de Moura e Albuquerque e de Auta Rosa de Moura e Meira.

Diplomou-se em 1867 pela Faculdade de Direito do Recife. Em seguida, integrou as forças brasileiras na Guerra do Paraguai (1864-1870) como comandante do 22º Corpo de Voluntários. Destacou-se de tal forma que foi promovido a coronel do Exército brasileiro e condecorado com a Medalha do Mérito Militar. Ainda no Império, foi deputado provincial na Bahia entre 1868 e 1881. Obteve nomeação para o ambicionado posto de tabelião de notas, no Rio de Janeiro, e foi também inspetor geral da Inspetoria de Terras e Colonização. Já na República, quando das eleições para o Congresso Nacional Constituinte realizadas em 15 de setembro de 1890, logrou conquistar uma cadeira pelo 7º distrito. Empossado em 15 de novembro, após a promulgação da nova Constituição a 24 de fevereiro de 1891, passou em junho a exercer o mandato ordinário, até dezembro de 1893. Voltou à Câmara dos Deputados em 1894 e, obtendo sucessivas reeleições, nela permaneceu até 1905.

Faleceu no Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1908.

Escreveu *Elemento servil*, obra na qual reuniu discursos pronunciados na Câmara dos Deputados nas sessões de 4 de setembro e 12 de novembro de 1880, publicada em Salvador, 1881. Foi considerado por seus contemporâneos um dos mais eloquentes oradores do período, sendo seus discursos apreciados pela forma e pelo conteúdo.

Foi comendador da Ordem da Rosa.

Jaime Oliveira do Nascimento

FONTES: BARBUDA, J. *Evolução* (p. 86); BEVILÁQUA, C. *História*; BLAKE, A. *Diccionario*; BULCÃO SOBRINHO, A. *Representantes* (263, p. 55-86); *Diário de*

Notícias (9/1/1908). Dr. Marcolino Moura; *Diário Oficial do Estado da Bahia* (2/6/1923. p. 486-487); MEDRADO, J. *Memórias* (p. 79-81; 107-109).

MOURA, Maria

* anarquista, mov. feminista, escritora.

Maria Lacerda de Moura nasceu na fazenda de Monte Alverne, em Manhuaçu (MG), no dia 16 de maio de 1887, filha de Modesto de Araújo Lacerda e de Amélia de Araújo Lacerda.

Seus pais se mudaram em 1892 para Barbacena (MG), e aí iniciou seus estudos. Em 1904 formou-se na Escola Normal, passando a trabalhar como professora primária. Iniciou também um trabalho junto às mulheres da região, incentivando um mutirão para a construção de casas populares para a população carente da cidade. Em 1905 casou-se com Carlos Ferreira de Moura.

Fundou a Liga Contra o Analfabetismo, onde lecionava gratuitamente. Como educadora tomou contato com as idéias pedagógicas de Maria Montessori e de pedagogos anarquistas como Paul Robin e Sebastien Faure. Adotou a pedagogia do espanhol Francisco Ferrer y Guardia, quando passou a se interessar pelas idéias anticlericais e pedagógicas dos anarquistas. Foi também influenciada pela feminista e educadora sueca Ellen Key.

Em 1918 lançou o seu primeiro trabalho sobre educação. Em 1919 conheceu o professor e militante anarquista José Oiticica quando este visitou Barbacena, e a partir de então se estabeleceu uma grande amizade entre eles. Em 1920, no Rio de Janeiro, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, que se destacaria na luta em favor do voto feminino. Em 1921 mudou-se para São Paulo e tornou-se ativa colaboradora da imprensa operária, publicando em jornais como *A Plebe* e *O Combate*. Seu estilo era panfletário, baseado na emoção. Participou em 1922 da criação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, criada por Berta Lutz, mas não permaneceu nessa organização, deixando de participar no ano seguinte sob o argumento de que a luta pelo direito do voto era muito limitada para atingir a emancipação feminina.

Em 1923 lançou a revista *Renascença*, publicação cultural voltada para a divulgação do movimento anarquista. Em seus escritos tratava de temas como educação, educação

sexual dos jovens, direitos da mulher, exigência da virgindade feminina, amor livre, direito ao prazer sexual, divórcio, maternidade consciente, prostituição, combate ao fascismo e ao militarismo. Tornou-se conhecida não só no Brasil, como também na Argentina, Uruguai e Espanha, onde seus textos foram publicados em revistas anarquistas. Logo após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, em 1922, recebeu dos dirigentes vários convites para que ingressasse nas fileiras do partido, mas recusou-se em nome de uma visão de mundo de liberdade.

Em 1927 separou-se do marido. Entre 1928 e 1937 viveu em uma comunidade agrícola em Guararema (SP), formada principalmente por anarquistas individualistas e desertores espanhóis, franceses e italianos da Primeira Guerra Mundial. A repressão política durante o Estado Novo obrigou a comunidade a se desfazer, levando-a a vir para o Rio de Janeiro, onde trabalhou na Rádio Mayrink Veiga lendo horóscopos. Fez parte da maçonaria e da Rosa Cruz, mas se distanciou desta última publicamente, após saber que sua sede em Berlim havia sido cedida aos nazistas. Escreveu vários livros, denunciando as instituições clericais, burguesas, políticas e contra o Estado. Negou, através de seus artigos, ser anarquista, feminista, comunista ou sexóloga. Considerava-se uma individualista, defensora da razão, da liberdade interior, contrária à violência.

Adotou dois órfãos como filhos, uma menina e um menino, seu sobrinho.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 20 de março de 1945.

Entre suas obras destacam-se *Em torno da educação* (1918); *A fraternidade na escola* (1922); *A mulher moderna e o seu papel na sociedade atual* (1923); *A mulher é uma degenerada?* (1924); *Religião do amor e da beleza* (1926); *Amai e não vos multipliqueis* (1932); *Hans Ryner e o amor no plural* (1928); *Fascismo: filho dileto da Igreja e do capital* (s/d); “Autobiografia”, em *O Combate*, São Paulo, nº 5, 110, 3 de agosto de 1929; e *O silêncio* (1944).

Alzira Alves de Abreu

FONTES: LEITE, M. *Feminista*; LEITE, M. *Maria*; LEITE, M. *Outra*; RAGO, L. *Do Cabaré*; RAGO, L. *Ética* (v.1, p. 273-293).

MOURÃO, Abner Carlos

*def. fed. ES 1927-1929; sen. ES 1930.

Abner Carlos Mourão nasceu em São José do Calçado (ES) no dia 30 de agosto de 1890, filho de João Carlos Mourão e de Amélia Teixeira Nunes Mourão.

Ainda adolescente, mudou-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde passou a estudar e iniciou sua carreira de jornalista em *A Imprensa*, de Alcindo Guanabara. Trabalhou em alguns dos mais importantes jornais do país e foi por muitos anos redator-chefe do *Correio Paulistano*, além de ter colaborado em periódicos do Espírito Santo. Formado em direito, foi promotor público em São Paulo, mas sua atividade principal foi sempre o jornalismo.

Embora ligado à oligarquia paulista, fez carreira política no Espírito Santo: exerceu dois mandatos de deputado estadual entre 1916 e 1921, e em 1927 foi eleito deputado federal, numa conjuntura em que eram muito estreitas as ligações entre a oligarquia capixaba e a paulista, à qual pertencia o presidente da República Washington Luís (1926-1930). Assumindo em maio de 1927 sua cadeira na Câmara dos Deputados, foi indicado líder da bancada capixaba no governo de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Em maio de 1930, quando o senador Bernardino Monteiro faleceu antes de tomar posse para mais um mandato, em plena crise sucessória que levou à Revolução de 30, e Aristeu Borges de Aguiar enviou um emissário para ouvir Washington Luís a respeito da escolha do candidato à vaga aberta no Senado, a candidatura lançada foi a de Abner Mourão, que chegou a ser eleito, mas teve o mandato interrompido pela revolução.

Com a reconstitucionalização do país em 1934, em maio de 1935 assumiu o mandato de deputado estadual constituinte na legenda do Partido da Lavoura, na vaga aberta com a eleição de Jerônimo Monteiro Filho para o Senado. Defendeu na Assembleia Constituinte capixaba os interesses do comércio cafeeiro paulista. De 1935 a 1937, no curto interregno democrático, fez oposição ao governo de João Punaro Bley. Cumpriu seu mandato até 10 de novembro de 1937, quando todos os órgãos legislativos do país foram extintos após a

instauração do Estado Novo pelo presidente Getúlio Vargas.

Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e da Academia Espírito-Santense de Letras (AESL).

Faleceu em São Paulo no dia 27 de novembro de 1957.

Nara Saletto/Fernando Achiamé

FONTES: ACHIAMÉ, F. *Espírito Santo; Diário da Manhã* (1927-1930); *Gazeta* (1928-1930); WANICK, F. *Aristeu*.

MOURÃO, João Tolentino Guedelha

*dep. fed. MA 1897-1904.

João Tolentino Guedelha Mourão nasceu em Pastos-Bons (MA) em 1842, filho de João da Silveira Guedelha e de Eufrosina Mourão.

Após frequentar um seminário de padres na província natal, prosseguiu seus estudos eclesiásticos na Europa, onde colou grau na Universidade de Roma. De volta ao Brasil, residiu no Pará, onde colaborou no periódico católico *Boa Nova*, foi monsenhor, reitor do seminário de padres e depois bispo, em substituição de Antônio Macedo Costa. Retornou então ao Maranhão e fixou residência em São Luís. Aí fundou, em 1880, o jornal *Civilização*, no qual moveu forte campanha contra Tobias Barreto e o jornal *O Pensador*, de caráter anticlerical.

Após a proclamação da República filiou-se ao Partido Católico, que ajudou a fundar ao lado do líder político Luís Antônio Domingues da Silva – o partido se fundiria depois com os partidos Nacional e Republicano Constitucional. Foi deputado estadual constituinte e signatário da Constituição maranhense em 1892. Reeleito para outras legislaturas, chegou a assumir a presidência da Assembleia.

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Maranhão e em 17 de fevereiro de 1899 foi eleito bispo, em substituição a Antônio Cândido de Alvarenga. Ocupou a posição até 31 de outubro, quando foi substituído por Luís Francisco de Sales Pessoa. Reeleito deputado federal em 1900 e 1903, exerceu o mandato até 4 de dezembro de 1904, quando faleceu.

Foi também sócio correspondente Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor de italiano no Liceu Maranhense.

Publicou em folheto *Conferências pregadas na Igreja de S. Antônio* e *Oração fúnebre*, esta proferida quando da morte do papa Pio IX.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; MARQUES, C. *Dicionário*.

MOURÃO, José Martins de Carvalho

*dep. fed. MG 1894-1899.

José Martins de Carvalho Mourão nasceu em São João Del Rei (MG) no dia 18 de junho de 1847, filho do comendador João Antônio da Silva Mourão e de Ana Teresa de Jesus Mourão. Seu irmão Aureliano Martins de Carvalho Mourão foi deputado geral por Minas Gerais no Império. Seu sobrinho João Martins de Carvalho Mourão foi ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) de 1931 a 1940.

Médico diplomado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1877, atuou como clínico na Corte e em sua cidade natal. Membro do Partido Conservador do Império, iniciou sua carreira política em 1881 como vereador e presidente da Câmara Municipal de São João Del Rei.

Já na República, filiado ao Partido Republicano Mineiro, foi eleito em 1894 deputado federal por Minas Gerais e tomou posse em maio do mesmo ano na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal. Foi reeleito para a legislatura seguinte e exerceu seu mandato até dezembro de 1899.

Foi também juiz de paz e diretor da Escola Normal em São João Del Rei.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 11 de novembro de 1902.

Era casado com Maria Guilhermina da Silva Mourão.

Luciana Pinheiro

FONTES: CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (p. 158); MONTEIRO, N. *Dicionário* (v. 2, p. 446-447).

MÜLLER, Eugênio Luís

*gov. SC 1912; dep. fed. SC 1915-1920.

Eugênio Luís Müller nasceu em Itajaí (SC) no dia 13 de novembro de 1856, filho de Pedro Müller e de Ana Maria Michels Müller. Seu irmão Lauro Müller foi governador de Santa Catarina (1889-1890 e 1902), deputado federal (1891-1899), senador (1900-1902, 1907-1912 e 1917-1926), ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas (1902-1906) e ministro das Relações Exteriores (1912-1917).

Fez os primeiros estudos em Itajaí, trabalhando no comércio local. Aos 11 anos de idade veio para o Rio de Janeiro, então capital do Império, onde passou a trabalhar como caixeiro. Regressando a Itajaí, abriu sua própria casa comercial e passou a advogar. Também trabalhou como tabelião, escrivão, tesoureiro e agente.

Foi eleito deputado estadual em Santa Catarina para as legislaturas 1907-1909 e 1910-1912. Também em 1910 foi eleito vice-governador do estado, ao lado do governador Vidal Ramos, a quem substituiu de setembro a novembro de 1912. Em 1915 foi eleito deputado federal por Santa Catarina e em 1918 foi reeleito, exercendo o mandato até dezembro de 1920. Fixou residência no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e passou a trabalhar como tabelião.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 20 de maio de 1936.

Era casado com Guilhermina Büchelle Müller, com quem teve oito filhos.

Carolina Vianna Dantas

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; PIAZZA, W. *Dicionário*.

MÜLLER, FILINTO

*militar; rev. 1922; rev. 1924; rev. 1930; ch. pol. DF 1933-1942; sen. MT 1947-1951 e 1955-1973.

Filinto Müller nasceu em Cuiabá no dia 11 de julho de 1900, filho do comerciante Júlio Müller e de Rita Teófila Correia da Costa Müller. Durante a Primeira República, em diversas ocasiões seu pai exerceu o cargo de prefeito de Cuiabá. Seu irmão Fenelon Müller, após também ter sido prefeito da capital, foi nomeado interventor federal em Mato Grosso em 1935. Júlio Müller, outro irmão, foi interventor em Mato Grosso durante o Estado Novo (1937-1945).

Filinto Müller iniciou os estudos com professora particular, ingressando em seguida no Grupo Escolar de Cuiabá, onde terminou o primário. Fez o curso secundário nos liceus Salesiano São Gonçalo e Cuiabano, e em 1917 começou a trabalhar como auxiliar de revisor na Imprensa Oficial de seu estado. Também nesse ano participou como voluntário das manobras realizadas pelo 16º Batalhão de Caçadores, e em 1919 transferiu-se para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a fim de ingressar na Escola Militar do Realengo. Na Escola Militar entrou em contato com jovens oficiais intensamente ligados à vida política nacional. Conforme declarou à revista *Veja*, em 1921 “achava que todos os governantes eram corruptos” e que “a falta de liberdade, a estagnação econômica e a corrupção eram culpa de uma pequena comandita que tomava conta de tudo”. Para ele, “a saída... era uma ditadura que fizesse tábula rasa de tudo”.

OS LEVANTES TENENTISTAS

Declarado aspirante a oficial da arma de artilharia em janeiro de 1922, e tendo obtido o primeiro lugar da turma, Filinto Müller foi classificado no 1º Regimento de Artilharia Montada (1º RAM), sediado no Rio, e pouco depois, em abril, foi promovido a segundo-tenente. Servia no 1º RAM quando eclodiu a Revolta de 5 de Julho de 1922, em protesto contra a eleição de Artur Bernardes para a presidência da República e contra o fechamento do Clube Militar e a prisão do marechal Hermes da Fonseca, decretados pelo governo de Epitácio Pessoa (1919-1922). O movimento, que envolveu o forte de Copacabana, a Escola Militar e efetivos da Vila Militar, no Rio de Janeiro, e o contingente

do Exército estacionado em Mato Grosso, foi debelado no mesmo dia, mas iniciou o ciclo de revoltas tenentistas da década de 1920. Apesar de simpático aos rebeldes, Filinto Müller não chegou a entrar em ação devido às medidas preventivas adotadas pelas autoridades militares, que ordenaram o cerco a diversas unidades, inclusive ao 1º RAM. Mesmo assim, permaneceu preso durante cinco meses, acusado de participar da fase conspirativa do levante.

Transferido para o Regimento de Artilharia Misto, em Campo Grande, hoje capital do estado de Mato Grosso do Sul, foi promovido a primeiro-tenente em setembro de 1923. No ano seguinte foi lotado no 2º Grupo Independente de Artilharia Pesada, sediado em Quitaúna (SP), e participou da segunda Revolta de 5 de Julho, deflagrada nos estados de São Paulo, Sergipe e Amazonas contra o governo de Artur Bernardes (1922-1926). Integrou a artilharia rebelde de São Paulo, junto com os tenentes Eduardo Gomes, Henrique Ricardo Holl, Orlando Leite Ribeiro e Custódio de Oliveira, entre outros, utilizando uma bateria de sua unidade para bombardear a sede do governo estadual, enquanto o presidente do estado, Carlos de Campos, fugia para Moji das Cruzes, no interior do estado.

Os revolucionários comandados pelo general Isidoro Dias Lopes ocuparam a capital paulista durante três semanas, até serem forçados pela contraofensiva legalista a abandonar a cidade, e então rumaram em direção ao Paraná. Filinto Müller foi comissionado na patente de capitão pelo comando revolucionário e, durante a marcha pelo interior, atuou como chefe do estado-maior do tenente-coronel comissionado Newton Estillac Leal. Ambos conseguiram escapar de Catanduvás (PR) quando esse reduto revolucionário foi obrigado a se render às tropas legalistas em março de 1925. No início do mês seguinte, os remanescentes da revolta paulista fizeram junção no oeste do Paraná com o contingente gaúcho sublevado em outubro do ano anterior e formaram a Coluna Miguel Costa-Prestes. Poucos dias depois, Filinto Müller foi promovido a major “por capacidade de comando, bravura e inteligência”, conforme boletim assinado pelo general revolucionário Miguel Costa.

O encontro entre o contingente paulista, abalado pelo revés de Catanduvás, e o gaúcho, de um modo geral otimista em relação às possibilidades do movimento, gerou sérias divergências no interior do comando militar rebelde. Muitos soldados e oficiais — entre os quais Filinto Müller — optaram pelo exílio na Argentina, enquanto a coluna iniciava sua

longa marcha pelo interior do país. Segundo Aristides Correia Leal, médico da coluna, Filinto foi excluído do efetivo das forças rebeldes pelo Boletim Revolucionário nº 5, de 25 de abril de 1925, “por haver, covardemente, se passado para o território argentino, deixando abandonada a localidade de Foz do Iguaçu, que se achava sob sua guarda, resultando que os praças que compunham a mencionada guarda o imitaram nesse gesto indigno, levando armas e munição pertencentes à Revolução”. O comandante Herculino Cascardo, líder do levante do encouraçado *São Paulo* em 1924 e presidente da Aliança Nacional Libertadora em 1935, confirmou essa versão em entrevista ao jornal *A Plateia* em julho desse último ano, acrescentando que Filinto Müller teria fugido com o dinheiro sob sua guarda. Já Rubem Mendonça, autor do *Dicionário biográfico mato-grossense*, oferece outra versão. Segundo esse autor, Filinto foi desligado da coluna por Isidoro Dias Lopes para que pudesse “lutar pela vida até que as condições políticas lhe permitissem regressar ao Brasil”. Exilado em Buenos Aires, Filinto Müller trabalhou como lavador de automóveis, garagista, motorista de praça e corretor de imóveis. Na capital argentina, conheceu Consuelo Fernandez de Lastra, de tradicional família espanhola, com quem viria a ter duas filhas. De volta ao Brasil, foi preso em julho de 1927. Condenado a dois anos e meio de detenção, cumpriu a pena na fortaleza de Santa Cruz e no forte de São João, no Rio de Janeiro. Inconformado com a condenação imposta pelo Superior Tribunal Militar (STM), requereu, de próprio punho, um *habeas-corpus*. O tribunal aceitou os termos de seu pedido, o que lhe valeu a reconquista da liberdade três meses antes de expirar o prazo.

Os oficiais libertados por conclusão de pena ficaram adidos ao Departamento de Pessoal do Ministério da Guerra, devendo comparecer diariamente àquela repartição para assinar o livro de presença. Dessa forma, o próprio governo acabou promovendo o encontro diário de diversos oficiais adeptos dos ideais tenentistas, que aproveitavam a ocasião para trocar informações e manter acesa a conspiração. Nesse tempo, Filinto Müller era vendedor da loja de departamentos Mesbla.

CHEFE DE POLÍCIA DO DISTRITO FEDERAL

Filinto Müller não teve participação destacada na preparação do movimento revolucionário deflagrado em 3 de outubro de 1930 e nas ações militares subsequentes. Segundo sua entrevista à revista *Veja*, compareceu apenas a uma reunião na fase

conspirativa e participou do levante da Escola de Aviação do Campo dos Afonsos, no Rio, em 24 de outubro, dia da deposição do presidente Washington Luís (1926-1930).

Com a vitória da revolução, foi beneficiado pela anistia decretada pelo chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, e nomeado oficial de gabinete do novo ministro da Guerra, general José Fernandes Leite de Castro. Em 1931 tornou-se secretário do interventor federal em São Paulo, capitão João Alberto Lins de Barros, e ainda no mesmo ano retornou ao Rio de Janeiro, onde desempenhou as funções de inspetor da Guarda Civil até 1932. Entre julho e outubro desse ano participou das operações de combate à Revolução Constitucionalista de São Paulo, servindo na bateria de artilharia comandada por Newton Estillac Leal. Terminada a revolução paulista, foi promovido a capitão e nomeado delegado especial de Segurança Política e Social do Distrito Federal. Um mês depois, passou a chefe de Polícia interino, em substituição a João Alberto. Em abril de 1933 foi efetivado no cargo, por decreto assinado pelo chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, e pelo ministro da Justiça, Antunes Maciel. Ocuparia o cargo até julho de 1942, atravessando um período particularmente agitado da vida nacional, marcado, entre outros eventos, pela promulgação da Constituição de 1934, pela Revolta Comunista em 1935, pela decretação do Estado Novo em 1937, pela revolta integralista em 1938 e pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942.

Em novembro de 1933 foram abertos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, que em julho de 1934 promulgou a nova Constituição do país e elegeu Getúlio Vargas presidente da República. O processo de normalização da vida política nacional prosseguiu com a eleição, em outubro, das assembleias constituintes estaduais, encarregadas também de eleger os primeiros governadores desde a Revolução de 1930. Filinto Müller e sua família exerciam forte influência no estado de Mato Grosso, onde era grande o sentimento de oposição à administração do interventor Leônidas Antero de Matos, envolvida em sérias dificuldades financeiras. Filinto Müller foi lançado candidato ao governo estadual pelas forças de oposição articuladas pelo ex-governador Mário Correia da Costa, seu primo, e organizadas principalmente no Partido Evolucionista, cuja campanha eleitoral obteve grande repercussão e conseguiu atrair setores do Partido Liberal, situacionista. Pouco antes do pleito, o governo federal substituiu o interventor por César de Mesquita Serva.

A oposição elegeu 15 deputados contra nove vinculados ao Partido Liberal, invertendo

assim a relação de forças no estado. Em março de 1935, Vargas realizou nova alteração na interventoria de Mato Grosso, nomeando para o cargo Fenelon Müller, irmão de Filinto, que desistiu de sua candidatura ao governo estadual em benefício do novo interventor. A troca, contudo, não foi aceita pelas forças que o apoiavam, que passaram a articular, junto com a direção do Partido Liberal, a eleição de Mário Correia da Costa. Em agosto o general Newton Cavalcanti assumiu a interventoria, e no mês seguinte Mário Correia da Costa derrotou Fenelon Müller na disputa pelo governo estadual por 15 votos contra nove. Muitos anos mais tarde, Filinto afirmou à revista *Veja* que “queria ser governador... e fui eleito. Não tomei posse em 1935 porque Getúlio pediu que continuasse com ele”.

O processo sucessório mato-grossense desenvolveu-se em meio à radicalização do quadro político nacional após a promulgação da nova Constituição. Em fins de 1934 setores políticos e militares iniciaram articulações no sentido de implantar medidas restritivas das liberdades públicas, alegando a necessidade de combater manifestações perturbadoras da ordem. A fundação e o rápido crescimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos primeiros meses de 1935 apressaram a aprovação da primeira Lei de Segurança Nacional da história brasileira, promulgada em abril de 1935. A nova lei começou a ser aplicada imediatamente, com a apreensão do jornal oposicionista *A Pátria*, do Rio de Janeiro, que teve suas oficinas invadidas por agentes do Departamento de Polícia Política e Social. Filinto Müller foi responsabilizado judicialmente pela medida, mais tarde considerada ilegal pela Justiça.

Nos primeiros dias de julho de 1935, em meio ao crescimento das tensões políticas, Filinto Müller divulgou um relatório contendo acusações à ANL e, em entrevista ao *Correio da Manhã*, afirmou que o movimento mantinha relações com governos e organizações estrangeiras. Em resposta, o diretório nacional da ANL abriu um processo contra o chefe de polícia, que não chegou a ser julgado porque no dia 11 de julho o governo decretou o fechamento da entidade. No dia 13, as sedes da ANL e da União Feminina do Brasil foram ocupadas e lacradas por agentes da polícia.

A ANL era formada por diversas tendências políticas. Com a passagem para a ilegalidade, os comunistas que a integravam ampliaram sua influência no interior do movimento e começaram a preparar uma insurreição com vistas à tomada do poder. Filinto Müller mantinha um serviço de infiltração no Partido Comunista Brasileiro — então Partido

Comunista do Brasil (PCB) —, sendo informado regularmente da evolução dos acontecimentos no interior dessa organização. Segundo o historiador Hélio Silva, os agentes infiltrados não tinham acesso às instâncias decisórias superiores do partido, mas versões apresentadas posteriormente por alguns comunistas admitiram a existência de infiltração policial no próprio comitê central. No início de novembro de 1935, Filinto Müller informou aos comandos militares do Distrito Federal sobre a preparação do movimento armado que eclodiu nos dias 23, 24 e 27 desse mês em Natal, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente, e foi rapidamente sufocado pelas forças do governo.

Um mês depois da derrota do levante, Filinto Müller apresentou um relatório ao presidente da República, historiando a ação policial frente ao movimento e sugerindo a adoção de algumas medidas “dentro da Constituição” a fim de “restringir os perigos que a situação apresenta”. O chefe de polícia propunha: “1 – saneamento, na administração pública, forças armadas e estabelecimentos de ensino, de todos os elementos extremistas, pela ação direta, pelo apoio intelectual ou material que emprestem a movimentos dessa natureza; 2 – reforma da lei de expulsão de estrangeiro, tornando o seu processo mais rápido e fácil; 3 – decretamento de uma lei de retorno do estrangeiro, pela qual sejam reembarcados com destino ao seu país de origem todos aqueles que se encontrem desocupados pelo espaço mínimo de dois meses, uma vez que não possuam renda ou outro meio de subsistência; 4 – ... cumprimento rigoroso das leis sobre o trabalho, evitando no seu processo as delongas e complicações da burocracia que, presentemente, invalidam o esforço legal e pacífico do trabalhador para o reconhecimento de direitos já proclamados pelo governo; 5 – proteção ao trabalhador nacional; 6 – transformação gradativa dos sindicatos em associações de assistência e cooperativas; 7 – descongestionamento, nos centros urbanos, da massa de desocupados, rumo ao interior, sob assistência e localização do Estado; 8 – organização de Colônias de Trabalho (no tipo sugerido pela Sociedade de Amigos de Alberto Torres ou nos moldes adotados pelo Serviço de Colonização dos japoneses, no Brasil); 9 – reajustamento no quadro de todos os servidores públicos, no sentido de moralização e capacidade para o exercício das funções, mediante uma revisão geral; 10 – reforma da Lei de Imprensa tornando necessário um determinado patrimônio material para a fundação de qualquer jornal, e revisão no quadro dos atuais profissionais, com o fim de expurgar do meio jornalístico todos os elementos extremistas.” O relatório ressaltava ainda que o

governo e o regime estavam expostos a perigos devido à “carência de meios legais para um enérgico saneamento das causas e repressão rápida dos primeiros pronunciamentos subversivos”. Na citada entrevista à revista *Veja*, Filinto declarou: “Sobretudo depois de 1935, voltei a achar que era necessária uma ditadura.”

Depois da insurreição aliancista, a polícia brasileira foi convidada a visitar o serviço de combate ao comunismo montado na Alemanha nazista, sendo enviado para essa missão o capitão Afonso de Miranda Correia, um dos auxiliares de Filinto Müller. Também eram mantidos contatos com o Federal Bureau of Investigation (FBI), que incluíam troca de correspondência entre as duas chefias. O governo federal ampliou o alcance das medidas repressivas desencadeadas a partir da decretação do estado de sítio em novembro de 1935, prendendo indiscriminadamente liberais, socialistas e comunistas, entre os quais Luís Carlos Prestes, dirigente do PCB e presidente de honra da ANL. Em 30 de março de 1936 foi decretado o estado de guerra, sucessivamente prorrogado, enquanto a ação repressiva passava a atingir também os parlamentares, cuja perda de imunidades foi ratificada *a posteriori* pelo Congresso. O jornal norte-americano *New York Times*, citando dados fornecidos por Filinto Müller, calculou em sete mil o número de presos políticos na área federal depois de novembro de 1935, sem contar as prisões efetuadas pelas autoridades estaduais. *L’Humanité*, órgão do Partido Comunista Francês, fixou esse total em 17 mil, enquanto os comunistas brasileiros afirmavam existir 20 mil detidos em todo o país.

Getúlio Vargas apoiava integralmente a ação de Filinto Müller e, em carta a Osvaldo Aranha, embaixador brasileiro nos Estados Unidos, afirmou que seu chefe de polícia era “incansável... sereno e persistente..., obtendo resultados felizes sem necessidade de excessos”. A oposição, contudo, apresentava outra versão do trabalho de Filinto Müller, seguidamente acusado de ordenar prisões arbitrárias e utilizar torturas, além de conferir um caráter antissemita às deportações de estrangeiros. Causou grande impacto a extradição para a Alemanha nazista da esposa de Luís Carlos Prestes, Olga Benário, que viria a morrer em um campo de concentração, pela qual Filinto foi responsabilizado. Na realidade, Olga fora presa junto com Prestes em ação policial desencadeada após o levante comunista de 1935. Julgada pelo Tribunal de Segurança Nacional, que decidiu por unanimidade sua expulsão para o país natal, a Alemanha, foi deportada logo após a assinatura, em agosto de 1936, do decreto da expulsão, assinado pelo ministro da Justiça, Vicente Rao, e pelo

presidente Getúlio Vargas. Esta versão seria confirmada em outubro de 1985 por Heráclito Sobral Pinto, advogado de Luís Carlos Prestes por ocasião da expulsão de Olga do país.

Em março de 1936, o deputado federal Domingos Velasco, que se encontrava preso, prestou depoimento acusando Filinto Müller de envolvê-lo no levante da ANL como retaliação pessoal, pois o parlamentar alertara o presidente da República para o uso indevido de verbas da polícia e divulgara o boletim que em 1925 determinara a expulsão de Filinto Müller dos efetivos da Coluna Miguel Costa-Prestes.

Em junho de 1937, o chefe de polícia respondeu positivamente à consulta realizada pelo novo ministro da Justiça, José Carlos de Macedo Soares, sobre a conveniência de pedir nova prorrogação do estado de guerra que terminava no mês seguinte. Essa medida excepcional, no entanto, não foi renovada naquele momento.

A IMPLANTAÇÃO DO ESTADO NOVO

Em 27 de setembro de 1937 Filinto Müller participou de uma reunião realizada no gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, que contou com a presença dos generais Pedro Aurélio de Góis Monteiro (chefe do Estado-Maior do Exército), Almério de Moura (comandante da 1ª Região Militar), José Antônio Coelho Neto (diretor de Aviação) e Newton Cavalcanti (comandante da 1ª Brigada de Infantaria). Nessa reunião, discutiu-se o conjunto de medidas preventivas e punitivas necessárias para a deflagração de um golpe militar capaz de “anular a ação do comunismo antes que ela se desencadeie”. Filinto Müller sustentou a opinião de que as forças armadas deveriam patrocinar a mudança do regime mas permanecer fora do governo, “apenas como garantia do movimento e do próprio governo constituído”. Propôs também que os processos judiciais contra os oposicionistas fossem evitados e que, seguindo o exemplo de outros países, os presos não permanecessem na capital do país, mas fossem utilizados “em trabalhos públicos”, como a construção de estradas e canais. Manifestou-se ainda contrário a execuções de prisioneiros, sugerindo que os líderes comunistas inaproveitáveis nesses trabalhos fossem enviados para a ilha de Fernando de Noronha.

Três dias depois dessa reunião, o alto comando do Exército divulgou a apreensão do chamado Plano Cohen, supostamente elaborado pelos comunistas visando à tomada violenta do poder. Conforme comprovação posterior, tratava-se de um documento forjado,

utilizado pela alta cúpula militar, de acordo com a chefia do governo, para favorecer a concretização do projeto golpista. Com base nesse artifício, o estado de guerra foi reinstaurado em outubro de 1937, e Filinto Müller foi designado para executá-lo no Distrito Federal.

No dia 10 de novembro de 1937, foi desfechado o golpe que implantou o Estado Novo. Getúlio Vargas outorgou então uma nova Constituição de caráter centralizador, dissolveu os órgãos legislativos do país e decretou o fim da autonomia dos estados. Em seguida os partidos políticos foram fechados. Filinto Müller foi mantido em seu cargo.

REPRESSÃO AO INTEGRALISMO

Em sua atuação à frente da polícia do Distrito Federal Filinto Müller já adotara algumas medidas restritivas em relação à Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista que procurava aproximar-se do governo e colaborar no combate ao comunismo, anteriormente à implantação do Estado Novo. Porém, segundo Olbiano de Melo, importante dirigente da AIB, ele mantinha ligações com a chamada “ala burguesa” da organização. No fim de outubro de 1937, o chefe de polícia teria estado presente à reunião, na casa do ministro da Guerra, da qual também participaram Plínio Salgado e mais dois dirigentes integralistas. Na realidade, segundo Maria Luísa Müller, Filinto teria usado da mesma tática empregada no combate aos comunistas, mantendo agentes infiltrados na AIB, que lhe passavam informações sobre as atividades da organização.

Em 11 de maio de 1938, como parte de uma tentativa de golpe articulada pelos integralistas e apoiada por liberais e oficiais dissidentes, um grupo comandado pelo tenente Severo Fournier cercou o palácio Guanabara, residência presidencial, a fim de prender Getúlio Vargas. Embora tivessem enfrentado uma resistência bastante precária, organizada basicamente por familiares e auxiliares diretos do presidente, os atacantes decidiram esperar reforços, o que deu tempo para que Alzira Vargas, filha do presidente, entrasse em contato com Filinto Müller por telefone para pedir o envio de contingentes leais ao governo. Meia hora depois, em novo telefonema, o chefe de polícia afirmou que já deslocara uma tropa de choque da Polícia Especial para o palácio, espantando-se com a demora de sua chegada. Filinto comunicou-se com o ministro da Guerra, general Dutra, que comandou pessoalmente o efetivo que conteve e derrotou os atacantes.

Junto com o assalto ao palácio Guanabara, outros pontos estratégicos da capital e residências de autoridades foram atacados, mas a ocupação da Chefatura de Polícia, prevista pelos revoltosos, foi frustrada porque Filinto Müller guarneceu o prédio com metralhadoras. No mesmo dia, o golpe foi dominado.

Após a detenção dos envolvidos no levante de maio de 1938, Filinto Müller foi acusado por Fournier de participar de torturas contra os presos. Realizada uma sindicância, em junho Filinto exonerou o chefe da Seção de Segurança Política, delegado Emílio Romano, fazendo-lhe o mesmo tipo de acusação. De acordo com correspondência do próprio pai do tenente Fournier a Filinto, este teria ordenado que Fournier, tuberculoso de longa data, recebesse tratamento médico no Hospital da Polícia Militar, impedindo assim que fosse enviado para a prisão na ilha de Fernando de Noronha.

DIVERGÊNCIAS NO GOVERNO

Para tentar superar as resistências existentes no clero (particularmente entre os prelados simpáticos ao integralismo) em relação ao Estado Novo, Filinto Müller foi incumbido de conversar com o diretor-geral das Confederações Marianas do Brasil, monsenhor Dainese, da ordem dos jesuítas. Em carta dirigida a Vargas e datada de 26 de novembro de 1938, o chefe de polícia comunicou que, durante as negociações, reclamara da atuação de elementos do clero, como o padre Hélder Câmara, o cardeal Sebastião Leme e o próprio núncio apostólico, e solicitara que monsenhor Dainese tentasse convencer o cardeal a determinar “a todo o clero que nas suas pregações acentuasse a necessidade de ser cumprido o que manda a Igreja no que se refere ao respeito, à obediência e ao acatamento às autoridades constituídas”. Dessa negociação, resultou um estreitamento dos laços entre a Igreja e o governo, que culminou com a realização do II Concílio Brasileiro, em 1939.

Ainda em 1938, Filinto Müller bacharelou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito de Niterói. Em março de 1940 foi promovido a major e, em junho, assistiu ao discurso pronunciado por Vargas a bordo do encouraçado *Minas Gerais*, anunciando o fim da “época dos liberalismos estéreis”. O pronunciamento do presidente foi considerado por muitos como simpático às potências do Eixo, que estavam obtendo notáveis vitórias militares na Europa, e provocou forte apreensão nos Estados Unidos quanto à evolução da política externa brasileira. O ministério de Vargas estava dividido quanto à posição a adotar

diante do conflito mundial.

No início de 1942, depois de um período de indefinição, o Brasil se alinhou aos Aliados e anunciou o rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, o que provocou um aguçamento dos conflitos internos do governo e fortaleceu a posição dos setores favoráveis ao envio de tropas para a Europa. Pouco depois, a União Nacional dos Estudantes (UNE), defensora dessa proposta, resolveu promover uma gigantesca passeata no dia 4 de julho, data da independência dos Estados Unidos, e recebeu o apoio de Osvaldo Aranha (ministro das Relações Exteriores) e de Ernâni Amaral Peixoto (interventor federal no estado do Rio de Janeiro). Filinto Müller se dirigiu então ao gabinete do ministro da Justiça, Francisco Campos, a fim de propor a proibição do ato. Na ausência do titular da pasta, foi recebido por Vasco Leitão da Cunha, ministro em exercício e partidário dos Aliados na guerra, com quem teve violenta discussão e que ordenou sua prisão por desrespeito à autoridade. Eclodiu em seguida dentro do governo uma grave crise ligada à questão da participação brasileira na guerra, que levou ao afastamento de Filinto Müller, Vasco Leitão da Cunha, Francisco Campos e Lourival Fontes (chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda) de seus cargos. Filinto Müller pediu demissão a Getúlio, e este, no dia 17 de julho de 1942, enviou-lhe carta em termos corteses e altamente elogiosos à sua atuação como chefe de polícia, concedendo-lhe a exoneração. Seu substituto na chefia da polícia do Distrito Federal foi o tenente-coronel Alcides Etchegoyen. Em agosto, o governo brasileiro declarou guerra aos países do Eixo.

Ainda em 1942 Filinto Müller foi designado oficial de gabinete do ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, e exerceu a função até 1943, quando foi nomeado presidente do Conselho Nacional do Trabalho. Na presidência do órgão, apoiou e implementou o Serviço de Assistência Médica e Domiciliar de Urgência (SAMDU), além de ter aprofundado seus conhecimentos jurídicos, sobretudo aqueles referentes às questões sociais e à legislação trabalhista.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

No início de 1945, os sintomas de enfraquecimento do Estado Novo já eram evidentes, com o crescimento das pressões internas e externas pela redemocratização do país. Getúlio Vargas começou então a anunciar reformas políticas, tentando manter sob o

controle do regime a transição em curso na política nacional. Em abril de 1945, quando o processo de reorganização partidária estava avançado, Filinto Müller foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), formado principalmente em torno dos interventores federais nos estados, com o apoio de Getúlio Vargas.

A política reformista de Vargas não conseguiu, entretanto, impedir o aprofundamento da crise do Estado Novo e sua derrubada em outubro de 1945, por um golpe militar chefiado pelos generais Dutra e Góis Monteiro. Abriu-se em seguida um período de reorganização geral da vida política nacional, com a realização de eleições para a presidência da República (vencidas por Dutra) e a formação de uma Assembleia Nacional Constituinte, instalada em 1946. Nesse processo, desenvolveu-se uma campanha para a apuração dos crimes cometidos pela polícia durante o Estado Novo, que resultou na criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Atos Delituosos da Ditadura. Filinto Müller foi um dos principais alvos das sindicâncias realizadas, mas sua responsabilidade pessoal não chegou a ser comprovada pela investigação parlamentar. Na mesma época, foram examinadas detidamente as contas da Chefatura da Polícia do Distrito Federal. Como não foi encontrada nenhuma irregularidade, elas foram aprovadas pelo Tribunal de Contas da União.

Filinto Müller passou para a reserva no posto de tenente-coronel em setembro de 1946, e em seguida integrou a delegação brasileira à Reunião de Presidentes Americanos, realizada no Panamá. No ano seguinte foi eleito presidente do diretório regional do PSD mato-grossense e senador por esse estado para a primeira legislatura ordinária posterior ao Estado Novo. Participou das comissões de Justiça e de Trabalho e Previdência Social do Senado entre 1947 e 1950, ano em que concorreu ao governo de seu estado natal, sendo derrotado por seu primo, Fernando Correia da Costa, da União Democrática Nacional (UDN). Em novembro, foi promovido a coronel. Depois da derrota eleitoral, cumpriu seu mandato parlamentar até janeiro de 1951 e, segundo suas palavras ao *Jornal do Brasil*, marchou “triunfalmente para o ostracismo”. Afastado do Rio de Janeiro, dedicou-se a partir de então à consolidação de suas raízes políticas em Mato Grosso e ao fortalecimento do PSD no estado.

Filinto Müller opôs-se à conspiração político-militar que, em agosto de 1954, resultou no suicídio do presidente Getúlio Vargas, que voltara ao poder pelo voto direto em 1951.

Pouco depois, elegeu-se novamente para o Senado apoiado pela coligação das seções mato-grossenses do PSD e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 22 de novembro de 1955, integrou a maioria de parlamentares que votou a favor do impedimento do presidente da República, João Café Filho, o qual, estando licenciado por motivo de saúde, pretendia voltar ao cargo. A medida foi consequência do movimento militar deflagrado em 11 de novembro do mesmo ano sob a liderança do general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra demissionário, com o objetivo, segundo seus promotores, de barrar uma conspiração em preparo no governo e assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. O movimento provocou também o impedimento do presidente em exercício, Carlos Luz, e empossou interinamente na chefia da nação o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos.

Entre 1955 e 1960, Filinto Müller exerceu a liderança da bancada pessedista no Senado, que acumulou com outras funções. Em 1956 foi designado pelo presidente Juscelino Kubitschek líder do governo no Senado e, em 1957, tornou-se membro do conselho da União Interparlamentar, cujas reuniões frequentou nos anos seguintes. Entre 1959 e 1961, exerceu a vice-presidência de Senado e a liderança da bancada da maioria nessa casa, formada pelo PSD, o PTB e os partidos Social Progressista (PSP) e Republicano (PR).

Em 1960 representou o Senado nas comemorações do V Centenário do infante dom Henrique, em Lisboa, e em janeiro do ano seguinte presidiu a solenidade de posse de Jânio Quadros na presidência da República, realizada no Congresso Nacional. O novo presidente renunciou ao cargo em agosto seguinte, desencadeando grave crise política em virtude da resistência esboçada pelos ministros militares à posse de seu substituto legal, o vice-presidente João Goulart, comprometido com o programa de reformas de base e o movimento sindical. Em setembro, no início do governo Goulart, Filinto Müller foi reconduzido à liderança da maioria no Senado.

Em outubro de 1962 foi reeleito para o Senado apoiado pela coligação PSD-PTB, e continuou a exercer a liderança da maioria. Com a deposição de João Goulart pelo movimento político-militar de 31 de março de 1964 e a posse do general Humberto Castelo Branco na presidência da República, voltou à condição de líder do governo no Senado, mas renunciou a essa função em junho, depois da cassação do mandato do então senador Juscelino Kubitschek.

Em 1965 o Ato Institucional nº 2 dissolveu os partidos políticos e criou as condições para a implantação de um sistema bipartidário no país, concretizado pouco depois com a formação da Aliança Renovadora Nacional (Arena), situacionista, e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição. Filinto Müller foi um dos fundadores da Arena. Em longa carta escrita ainda esse ano, afirmou que tanto a deposição do presidente João Goulart como a dissolução dos partidos haviam sido dirigidas fundamentalmente contra o PSD. Quanto à sua nova opção partidária, escreveu: “Tendo que escolher entre a Arena e o MDB, escolhi a Arena porque ideologicamente não me sentiria bem no MDB. Haveria e há uma terceira posição: não pertencer a nenhuma das duas organizações. Não tendo que disputar eleições este ano, eu poderia ficar nessa terceira posição. Mas, e os meus amigos, companheiros leais de tantas campanhas?... Para mim, a Arena é o instrumento através do qual os meus amigos poderão candidatar-se, fazer propaganda, conquistar os cargos políticos a serem disputados neste ano.”

Filinto Müller assumiu a liderança da bancada arenista no Senado em 1966, desenvolvendo intenso trabalho para dotar o novo partido da estrutura e da unidade interna necessárias à sua consolidação. Permaneceu nessas funções até dezembro de 1968, quando o Congresso entrou em recesso por força da decretação do Ato Institucional nº 5 pelo presidente Artur da Costa e Silva. Com o reinício das atividades parlamentares em outubro de 1969 passou a exercer a liderança do governo no Senado em substituição a Daniel Krieger, que renunciara ao cargo. Pouco depois, foi eleito presidente nacional da Arena. Reeleito senador em novembro de 1970, passou a acumular em abril de 1972 a liderança do governo no Senado com a presidência da Arena, para a qual foi reeleito. No ano seguinte, exerceu concomitantemente a liderança do governo e a presidência do Senado. Sua atuação parlamentar nesse período influenciou decisivamente a evolução das relações entre os poderes Executivo e Legislativo, marcada pelos conflitos ocorridos nos anos anteriores.

Faleceu em pleno exercício do mandato, em Paris, no dia 11 de julho de 1973, vítima de desastre aéreo. No acidente, também perderam a vida sua esposa Consuelo e seu neto caçula, Antônio Pedro Müller S. Braga, de 16 anos. Seus restos mortais foram trasladados para Brasília, onde recebeu honras de chefe de Estado, tendo o governo decretado luto oficial por três dias. O corpo foi velado no Salão Negro do Congresso Nacional, na presença do presidente da República, general Emílio Garrastazu Médici (1970-1974),

ministros de Estado e parlamentares, inclusive da oposição, entre os quais o deputado paulista Ulisses Guimarães, presidente do MDB. Finalmente, o féretro foi transportado para o Rio de Janeiro, onde foi sepultado, com honras militares, ao lado da esposa e do neto.

O arquivo de Filinto Müller encontra-se depositado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas. Com base nesse material, Luciana Quillet Heymann elaborou a dissertação de mestrado *As obrigações do poder: relações pessoais e vida pública na correspondência de Filinto Müller* (Departamento de Antropologia — Museu Nacional, 1997).

Renato Lemos

FONTES: ARQ. CLUBE 3 DE OUTUBRO; ARQ. GETÚLIO VARGAS; ARQ. MIN. EXÉRC.; BARATA, A. *Vida*; BARROS, J. *Memórias*; CACHAPUZ, P. *Cronologia*; CAFÉ FILHO, J. *Do sindicato*; CARONE, E. *Estado*; CARONE, E. *República nova*; CARONE, E. *Terceira*; *Correio da Manhã* (14/2/1947); COUTINHO, A. *Brasil*; *Diário do Congresso Nacional*; *Globo* (4/2, 25/10/1985); *Grande encic. Delta*; HIRSCHOWICZ, E. *Contemporâneos*; INF. MARIA LUÍSA MÜLLER; LEVINE, R. *Vargas*; MACEDO, R. *Efemérides*; MAGALHÃES, I. *Segundo*; MELO, O. *Marcha*; MENDONÇA, R. *Dicionário*; NASSER, D. *Revolução*; PEIXOTO, A. *Getúlio*; *Perfil* (1972); SENADO. *Dados biográficos*; SENADO. *Relação*; SENADO. *Relação dos líderes*; SILVA, H. 1922; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1933; SILVA, H. 1935; SILVA, H. 1937; SILVA, H. 1938; SILVA, H. *História*; TÁVORA, J. *Vida*; VIANA FILHO, L. *Governo*.

MÜLLER, Juvenal

*dep. fed. RS 1903-1905.

Juvenal Otaviano Müller nasceu em Rio Grande (RS) no dia 13 de outubro de 1866, filho de Joaquim Carlos Müller e de Maria Bernardina de Araújo Müller.

Aos 12 anos deixou Rio Grande e ingressou no Colégio Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo (RS), onde estudou até 1880. Em 31 de julho de 1881 entrou na Escola Militar de Porto Alegre e lá permaneceu até 1890. Na escola foi redator de *A Denúncia*, órgão de propaganda republicana, e da *Revista Acadêmica*. Em *A Denúncia*, como mais tarde no *Correio do Povo*, assinava seus artigos sob o pseudônimo *Dr. Topsius*. Fez parte com outros alunos, sob a chefia de Augusto Pedro de Alcântara Júnior, do grupo de propagandistas da República. Em fevereiro de 1888, depois de servir nas fileiras do 17º Batalhão de Infantaria, prestou exame e se matriculou no curso do Estado-Maior e Engenharia. Casou-se em 13 de fevereiro de 1890 com Maria Inácia Rodrigues Barbosa e, após concluir o curso, foi servir como tenente no 3º Batalhão de Artilharia.

Em 1893, combateu a Revolução Federalista, guerra civil deflagrada pelos federalistas (maragatos) que se opunham ao governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul (1893-1898) e ao governo federal de Floriano Peixoto (1891-1894). Durante o conflito, que se estendeu de fevereiro de 1893 a agosto de 1895, atuou na Divisão Sul.

Em 1900 foi promovido a capitão do corpo de engenheiros e no ano seguinte foi eleito deputado estadual para a legislatura 1901-1904. Renunciou ao mandato em 1903, pois foi eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul na legenda do PRR. Ocupou uma cadeira na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até o ano de 1905. Em 1906, tomou posse no cargo de intendente de Rio Grande (RS), onde permaneceu até 1909. Entre os anos de 1908 e 1909 foi também vice-presidente do estado, na administração de Carlos Barbosa (1908-1913).

Também foi fundador, com João Simplício Alves de Carvalho, João Vespúcio de Abreu e Silva e Lino Carneiro da Fontoura, da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Faleceu no Rio de Janeiro em 9 de setembro de 1909.

Publicou *Professos* (1898), livro sociológico-filosófico baseado nos princípios de Augusto Comte.

Raimundo Helio Lopes

FONTES: AITA, C; AXT, G; ARAÚJO, V. *Parlamentares*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros*; Registro de casamento da Igreja do Rosário (livro 8, p. 77). Disponível no arquivo público de Porto Alegre; SPALDING, W. *Propaganda* .

MÜLLER, Lauro

*gov. SC 1889-1890; const. 1891; gov. SC 1891; dep. fed. SC 1891-1899; sen. SC 1900-1902; gov. SC 1902; min. Ind. 1902-1906; sen. SC 1907-1912; min. Rel. Ext. 1912-1917; sen. SC 1917-1926.

Lauro Severiano Müller nasceu em Itajaí (SC) no dia 8 de novembro de 1863, filho dos imigrantes alemães Peter Müller e de Ana Michels Müller. Seu pai chegou a Santa Catarina em 1829 junto com as primeiras famílias alemãs que se estabeleceram na província. Seu irmão Eugênio Luís Müller foi deputado estadual (1907-1910), vice-governador (1910-1914) e deputado federal por Santa Catarina (1915-1920). Seu primo Filipe Schmidt foi deputado federal por Santa Catarina (1891-1893), duas vezes governador do estado (1898-1902 e 1914-1918) e senador (1903-1914 e 1918-1926).

Educado em escolas particulares alemãs de Itajaí e Blumenau (SC), aos 16 anos mudou-se para Niterói, então capital da província do Rio de Janeiro, onde foi recebido por um tio comerciante. Em fevereiro de 1882, assentou praça no corpo de alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro. Promovido a alferes-aluno em 1885, foi um dos discípulos diletos do tenente-coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães, que exerceu influência marcante na formação de toda uma geração de jovens oficiais atraídos pela doutrina positivista e pelo ideal republicano.

Aderiu ao movimento abolicionista e foi co-autor do folheto *Ceará: homenagem dos alunos da Escola Militar*, publicado em comemoração à libertação dos escravos na província cearense. Foi colaborador da *Revista da Família Acadêmica*, junto com outros jovens colegas da escola, como Euclides da Cunha, Cândido Rondon e Tasso Fragoso. Após concluir os cursos de artilharia e estado-maior de primeira classe, formou-se engenheiro em 1888. Em janeiro de 1889, foi promovido a segundo-tenente e transferido para a recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG), sempre no Rio de Janeiro.

Participou do movimento de 15 de novembro de 1889 que derrubou a monarquia e desempenhou papel relevante na implantação da nova ordem política no país. Atuou na

sedição sob a liderança de Benjamin Constant, ídolo da mocidade militar republicana e uma das figuras de proa da conspiração contra o regime monárquico. Na semana que antecedeu o levante, junto com outros jovens oficiais do Exército, assinou declarações, que ficaram conhecidas como “pactos de sangue”, garantindo apoio incondicional a Benjamin Constant no embate contra o governo imperial.

Praticamente restrito ao Rio de Janeiro, o levante militar foi rapidamente vitorioso. Ao amanhecer do dia 15 de novembro, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu o comando das tropas que cercaram o quartel-general do Exército, no centro da capital. Ali se encontravam os principais líderes monarquistas e forças da polícia e da Marinha, mobilizadas para dar combate aos rebeldes. Não houve refrega. O único episódio sangrento do dia ocorreu justamente quando Lauro Müller e o tenente Adolfo Peña deram voz de prisão ao ministro da Marinha, José da Costa Azevedo, o barão de Ladário. O ministro reagiu e foi ferido a bala.

Deodoro da Fonseca assumiu a chefia do governo provisório e, por recomendação de Benjamin Constant e do líder republicano catarinense Antônio Justiniano Esteves Júnior, Lauro Müller foi nomeado governador de Santa Catarina.

GOVERNADOR DE SANTA CATARINA

Lauro Müller tomou posse do cargo de governador em 2 de dezembro de 1889, sucedendo à junta provisória formada por Raulino Horn, o coronel João Batista do Rego Barros Cavalcanti de Albuquerque e Alexandre Marcelino Bayma. No mês seguinte, dissolveu as câmaras municipais e criou os conselhos de intendentes. A maioria dos nomeados era de republicanos, o que gerou protestos de liberais e conservadores que haviam aderido ao novo regime.

Promovido a primeiro-tenente em janeiro de 1890 e, dois meses depois, a capitão, foi um dos 40 militares eleitos em setembro de 1890 para a Assembleia Nacional Constituinte e para a primeira legislatura do Congresso Nacional, sendo substituído no governo estadual pelos vice-governadores Raulino Horn e Gustavo Richard. Representante da bancada

catarinense na comissão de 21 membros que analisou o projeto de Constituição apresentado pelo governo provisório, destacou-se como defensor da autonomia dos estados e da lei de naturalização dos estrangeiros e como autor da proposta de transferência da capital da República para o Planalto Central, incorporada ao texto da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Na eleição indireta realizada ao término dos trabalhos da Constituinte, apoiou a candidatura vitoriosa de Deodoro da Fonseca a presidente da República.

Em 12 de junho de 1891, foi eleito governador de Santa Catarina pelos constituintes estaduais. Chegou a assumir o governo, mas optou por exercer o mandato de deputado federal, transmitindo a chefia do Executivo ao vice-governador Gustavo Richard em 29 de junho. Apoiou o chamado golpe de Deodoro, quando este dissolveu o Congresso Nacional em 3 de novembro, e pouco depois, em 10 de novembro, voltou a assumir o governo catarinense. Entretanto, sua permanência no cargo logo se tornou insustentável. A pressão civil e militar contra o golpe provocou a renúncia de Deodoro em 23 de novembro e a ascensão ao poder do vice-presidente Floriano Peixoto, que anulou a dissolução do Congresso. Seguiu-se, em vários estados, a deposição dos governadores deodoristas.

Em Santa Catarina, a oposição estadual moveu cerrada campanha contra Lauro Müller na capital – então chamada Desterro – e em vários municípios. Republicanos de Blumenau, liderados por Hercílio Luz, formaram uma coluna armada que se pôs a caminho da capital para defender o governador. Mas, sem a garantia das tropas federais, Müller avaliou que suas chances de resistência eram mínimas e renunciou ao governo em 28 de dezembro. Em seu lugar assumiu Firmino Lopes Rego, comandante da Guarnição Militar do Desterro, que governou Santa Catarina por um dia e em seguida transmitiu o governo a uma junta composta por Cristóvão Nunes Pires, coronel Luís dos Reis Falcão e Artur Deocleciano de Oliveira. Em 1º de março de 1892 foi nomeado interventor no estado Manuel Joaquim Machado, que em 15 de setembro seria eleito governador.

A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A RECONCILIAÇÃO COM FLORIANO PEIXOTO

Lauro Müller retomou o mandato de deputado em abril de 1892, por ocasião da reabertura dos trabalhos do Congresso Nacional. De imediato, integrou a minoria parlamentar de oposição, apoiando o fim das medidas repressivas contra militares e civis acusados de conspiração para a derrubada do governo Floriano Peixoto. Na mesma época, estabeleceu relações com dirigentes do Partido Operário Brasileiro, organizado pelo tipógrafo Luís França e Silva. Em maio, solicitou à Câmara que examinasse a representação do partido em favor da instituição das oito horas de trabalho.

Em 1893, reconciliou-se com Floriano Peixoto, apoiando o governo federal na luta contra a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. De todo modo, suas relações com Floriano permaneceram marcadas por uma desconfiança mútua, conforme revelou mais tarde a um jornalista. “O Floriano não gostava de mim; para ele, soldado só nas fileiras (...). Não queria saber de quem tivesse estudos (...). Nunca se referiu à minha patente; tratou-me sempre por doutor (...). Defendia-o na Câmara em discursos comedidos, sem desperdício de palavras, para lhe parecerem sinceras.”

Iniciada em fevereiro de 1893 no Rio Grande do Sul, a Revolução Federalista transformou-se no mais violento conflito armado da Primeira República, com milhares de mortos e prisioneiros degolados ou fuzilados. A revolução foi provocada pela acirrada disputa entre os partidários de Júlio de Castilhos, chefe do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), e os aliados de Gaspar Silveira Martins, que formaram o Partido Federalista. Defensores do parlamentarismo e da revogação da Constituição estadual positivista, os federalistas e dissidentes do PRR não se conformaram com a volta de Castilhos ao governo estadual – também ele, após a renúncia de Deodoro, havia sido deposto em 1891, mas voltara ao governo em janeiro de 1893 – e optaram pelo confronto armado. A luta só terminaria em agosto de 1895, no governo do presidente Prudente de Moraes.

Lauro Müller aplaudiu a intervenção de Floriano Peixoto no conflito e o envio de

tropas do Exército para o combate aos federalistas, também conhecidos como maragatos. Em julho de 1893 discursou na Câmara, denunciando a revolução que ameaçava “avassalar o país” e criticando a ideia do plebiscito nacional para a adoção do regime parlamentarista, advogada por Silveira Martins. Enquanto isso, em Santa Catarina, o governador Manuel Joaquim Machado se aproximava dos federalistas e rompia com o governo central, deixando o governo no mês de junho e sendo substituído pelo primeiro vice-governador Eliseu Guilherme da Silva.

Em setembro, teve início a Revolta da Armada no Rio de Janeiro. Com o apoio de um grupo de altos oficiais da Marinha, o almirante Custódio de Melo tentou forçar a renúncia de Floriano, sublevando diversas unidades encouraçadas na baía de Guanabara. Ante a resistência das forças de terra, o almirante deslocou parte da esquadra rebelde para Santa Catarina, aliando-se aos federalistas. Enquanto Eliseu Guilherme da Silva passava o governo ao segundo vice-governador, Cristóvão Nunes Pires, os revoltosos ocuparam Desterro e instalaram um governo provisório da República chefiado pelo capitão de mar e guerra Frederico Guilherme de Lorena.

No mês seguinte, Lauro Müller incorporou-se à força expedicionária legalista do general Francisco de Paula Argolo, incumbida de impedir o avanço da coluna revolucionária de Gumerindo Saraiva, proveniente do Rio Grande do Sul, sobre Santa Catarina. Mal equipadas e inferiorizadas numericamente, as tropas legalistas evitaram o combate direto, recuando para Curitiba. Os maragatos de Gumerindo Saraiva prosseguiram a ofensiva: conquistaram a capital paranaense, o porto de Paranaguá e a cidade de Lapa (PR), marchando em direção a Itararé (SP).

Müller retirou-se com as tropas legalistas para São Paulo e não participou das operações militares subsequentes contra os federalistas. Em março de 1894, as forças de Gumerindo deixaram o Paraná e recuaram para o Rio Grande do Sul. Em 22 de abril, o coronel Antônio Moreira César foi nomeado interventor federal em Santa Catarina, assumindo o controle da situação no estado. Seu governo,

marcado pela repressão implacável contra os federalistas, estendeu-se até setembro, quando Hercílio Luz foi empossado como primeiro governador eleito pelo voto direto. Um dos primeiros atos do governador foi a mudança do nome da capital estadual para Florianópolis, em homenagem a Floriano Peixoto.

Reeleito deputado federal, Lauro Müller retomou a atividade parlamentar em outubro de 1894. Tornou-se a figura de maior prestígio da política catarinense no cenário nacional, ao mesmo tempo em que Hercílio Luz se consagrava como principal chefe político no nível estadual. Na Câmara dos Deputados, integrou o grupo de parlamentares florianistas do Partido Republicano Federal (PRF) que, sob a liderança do deputado paulista Francisco Glicério, tentou, sem êxito, tutelar as ações do presidente Prudente de Moraes (1894-1898). Reeleito deputado em 1896, renunciou à Comissão de Orçamento em junho seguinte, em solidariedade a Francisco Glicério, derrotado na eleição para a presidência da Câmara pelo deputado baiano Artur Rios. Também em 1897, cuidou da organização do Partido Republicano Catarinense (PRC), juntamente com o governador Hercílio Luz, com quem acertou a composição dos principais diretórios municipais. De volta ao Rio de Janeiro, participou da convenção oposicionista que lançou o nome de Lauro Sodré às eleições presidenciais de março de 1898, vencidas por Campos Sales, ex-presidente do estado de São Paulo. A eleição para o governo catarinense ocorreu no mesmo ano, com a vitória do capitão Filipe Schmidt, deputado constituinte em 1891 e primo de Müller.

MINISTRO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Em 1899, Lauro Müller apoiou a reforma do regimento da Câmara dos Deputados, concebida pelo presidente Campos Sales (1898-1902) com o objetivo de assegurar a diplomação dos candidatos das situações dominantes em cada estado na legislatura seguinte. A reforma fazia parte do projeto político mais amplo de Campos Sales, tornando-se uma das peças básicas para a efetivação da

chamada “política dos governadores”. As primeiras eleições realizadas à sombra do pacto proposto por Campos Sales ocorreram em dezembro de 1899, e o reconhecimento dos diplomas dos deputados e senadores (um por estado, pois a renovação foi de apenas um terço) seguiu exatamente a regra proposta pelo presidente. Ao mesmo tempo em que encerrou seu mandato de deputado federal, Lauro Müller foi eleito senador por Santa Catarina, derrotando o general Alexandre Bayma.

Em 1901, atuou como mediador da crise no PRC entre a ala dissidente de Hercílio Luz, defensor da reconciliação com os federalistas, e o grupo do governador Filipe Schmidt, contrário à aproximação com a oposição estadual. Müller apoiou a ideia da reconciliação e conseguiu reunificar o partido. Proclamado chefe supremo do PRC, foi eleito governador de Santa Catarina em agosto de 1902. Empossado no mês seguinte, já em novembro passou a chefia da administração estadual ao vice-governador Vidal Ramos, acedendo ao convite do presidente eleito Rodrigues Alves (1902-1906) para integrar seu ministério.

Assumiu o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas em novembro de 1902, destacando-se como um dos principais responsáveis pela remodelação do porto do Rio de Janeiro, obra prioritária do programa de governo do presidente Rodrigues Alves. A modernização do porto e a reforma urbana liderada pelo prefeito Francisco Pereira Passos transformariam radicalmente a fisionomia da capital da República.

O plano das obras do porto do Rio de Janeiro ficou a cargo de uma comissão presidida por Müller e integrada pelos engenheiros Francisco Bicalho, Paulo de Frontin, Gabriel Osório de Almeida, José Freire Parreiras Horta, Manuel Maria de Carvalho e Domingos de Sabóia e Silva. No lugar dos antigos trapiches e desembarcadouros, o plano previu a construção de um cais de 3.300 metros de extensão, o aterro de uma faixa contígua para a instalação de armazéns e guindastes elétricos e a abertura da avenida do Cais (depois chamada Rodrigues

Alves). Também foi prevista a abertura de duas grandes vias para a comunicação do porto com a cidade: a avenida Central (depois denominada Rio Branco) e a avenida do Mangue (futura Francisco Bicalho).

Em maio de 1903, o governo brasileiro negociou um empréstimo de 8,5 milhões de libras com os banqueiros ingleses Rothschild para a construção do porto e as obras complementares. Ao câmbio da época, o empréstimo correspondia a 136 mil contos, quase metade do orçamento federal. No mês seguinte, Rodrigues Alves e os ministros Lauro Müller e Leopoldo Bulhões (Fazenda) promulgaram o Decreto nº 4.859, que criou a Caixa Especial dos Portos, estabelecendo um regime cambial especial para a execução das obras de melhoramentos dos portos em geral. As obras do porto do Rio foram contratadas com a firma inglesa C. H. Walker e tiveram início em março de 1904. O primeiro trecho do cais foi inaugurado em novembro de 1906, ao término do mandato de Rodrigues Alves. Os trabalhos foram concluídos cinco anos mais tarde.

O processo de reurbanização da capital federal ensejou acirrada disputa entre duas companhias interessadas na primazia do fornecimento de energia elétrica ao mercado carioca: a Guinle & Cia, empresa pertencente a Cândido Gaffrée e Eduardo Guinle, concessionários das Docas de Santos, e a The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, pertencente ao mesmo grupo de capitalistas canadenses e norte-americanos que controlavam a São Paulo Light, concessionária dos serviços de eletricidade na capital paulista.

Lauro Müller viu-se diretamente envolvido pela disputa entre a Guinle & Cia e a Rio Light. Em dezembro de 1904, em meio à luta nos bastidores entre as duas empresas, o ministro promulgou o Decreto nº 5.407, regulando “o aproveitamento da força hidráulica para transformação em energia elétrica aplicada a serviços federais”. Considerado o embrião da legislação brasileira sobre energia elétrica, o decreto estabeleceu basicamente os seguintes princípios: concessão sem privilégio no prazo de 90 anos; reversão para a União dos bens utilizados na

concessão; revisão da tarifa ao final do terceiro ano e, daí por diante, a cada cinco anos; redução tarifária sempre que os lucros líquidos de concessionário superassem a remuneração anual de 12% sobre o capital aprovado pelo governo; autorização para o concessionário promover desapropriação; e competência exclusiva da União para autorizar concessões de aproveitamentos hidrelétricos nos rios de domínio federal.

Após a promulgação do Decreto nº 5.407, o advogado Alexander Mackenzie solicitou permissão do governo para a Rio Light atuar no país. Lauro Müller rejeitou o requerimento. Sua negativa, abrindo espaço para a atuação da Guinle & Cia nas atividades de energia elétrica no Rio de Janeiro, rendeu acalorados debates na imprensa. Mackenzie e o empresário norte-americano Percival Farquhar agiram prontamente para fazer impor os interesses da Rio Light, contando com o auxílio do embaixador dos Estados Unidos no Brasil, David Thompson.

Em maio de 1905, Lauro Müller reviu sua posição e assinou o decreto que autorizou o funcionamento da Rio Light no país. A batalha jurídica e política de Eduardo Guinle e Cândido Gaffrée contra a Light durou vários anos. Apesar de algumas contramarchas, a empresa estrangeira garantiu o monopólio dos serviços de energia elétrica no Rio de Janeiro.

A construção ferroviária ganhou certo alento durante a gestão de Lauro Müller no Ministério da Viação. A extensão das linhas em tráfego teve um acréscimo de 1.560 quilômetros, atingindo o total de 17.240 quilômetros.

A Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) prolongou a chamada Linha do Centro, alcançando as cidades de Cordisburgo, Curvelo e Corinto, em Minas Gerais. O alargamento da bitola da EFCB no ramal de São Paulo, obra essencial para a ligação entre as duas maiores cidades do país, foi bastante adiantado.

Em outubro de 1904, Lauro Müller autorizou a Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil a promover a ligação entre Bauru (SP) e Cuiabá, levando em

conta a importância estratégica da comunicação ferroviária entre a região Sudeste e o estado do Mato Grosso. Posteriormente, o governo federal modificou as condições da concessão e o traçado da ferrovia. Formada por capitais brasileiros e franco-belgas, a Companhia Noroeste ficou encarregada da construção do trecho entre Bauru e a localidade paulista de Itapura, próxima ao rio Paraná. A implantação da ferrovia no território mato-grossense foi confiada a outra empresa. Em setembro de 1906, o primeiro trecho de cem quilômetros da Companhia Noroeste foi aberto ao tráfego em cerimônia que contou a presença de Müller, do presidente do estado de São Paulo, Jorge Tibiriçá, e vários políticos paulistas. Em junho de 1905, o Ministério da Viação promoveu concorrência para a implantação da ferrovia Madeira-Mamoré, vencida pelo engenheiro Joaquim Catramby. Importa assinalar que a assinatura do Tratado de Petrópolis em novembro de 1903 obrigara o Brasil a assumir os custos da construção da ferrovia, como forma de compensação à Bolívia pela perda do Acre. A concessão outorgada ao engenheiro Catramby foi adquirida pela Madeira-Mamoré Railway, empresa ligada à Brazil Railway, do empresário Percival Farquhar, que levou a cabo o empreendimento.

RAPOSA DE ESPADA À CINTA

Lauro Müller participou discretamente dos entendimentos para a sucessão do presidente Rodrigues Alves. A discussão em torno do problema sucessório começou em meados de 1904 e se prolongou até setembro de 1905, quando o vice-presidente Afonso Pena foi consagrado candidato oficial. O grande derrotado foi o próprio Rodrigues Alves que trabalhou, sem sucesso, pela indicação de Bernardino de Campos, ex-ministro da Fazenda e duas vezes presidente do estado de São Paulo.

Promovido a tenente-coronel em novembro de 1906, às vésperas da posse do governo Afonso Pena (1906-1909), Lauro Müller foi substituído no Ministério da

Indústria, Viação e Obras Públicas pelo engenheiro baiano Miguel Calmon. Em março de 1907, foi mais uma vez eleito senador, ocupando a vaga de Gustavo Richard, que fora eleito governador de Santa Catarina no ano anterior. Tomou posse do mandato em maio e viajou à Europa para um prolongado tratamento de saúde. Durante sua ausência, o senador Hercílio Luz entrou em conflito com Gustavo Richard, rompendo publicamente com o governador catarinense em fevereiro de 1908. Dois meses depois, Lauro Müller reuniu a bancada federal catarinense no Rio de Janeiro e renunciou à chefia do PRC. Tudo indica que sua renúncia era uma manobra calculada para ganhar tempo, fortalecer sua liderança e isolar Hercílio Luz. Seis meses depois, sem a participação do senador dissidente, uma assembleia do PRC reconduziu-o ao cargo de presidente do partido.

Considerado um político astucioso, militar de formação, mas diplomata por temperamento, Lauro Müller ganhou na época o apelido de “Raposa de espada à cinta” que lhe teria sido dado pelo senador gaúcho Pinheiro Machado.

Destacou-se como um dos articuladores da candidatura do marechal Hermes da Fonseca à sucessão presidencial de 1910. Sobrinho de Deodoro da Fonseca, o marechal assumira o Ministério da Guerra no início do governo Afonso Pena. Em maio de 1909, o movimento hermista passou a contar com o apoio dos senadores Pinheiro Machado, Francisco Sales (MG) e outros líderes de grande influência, em rota de colisão com o presidente da República e o grupo conhecido como “jardim de infância” que dava sustentação ao governo. Hermes da Fonseca pediu demissão do ministério no dia 14 de maio, e sua candidatura foi oficializada imediatamente em convenção de senadores e deputados presidida por Pinheiro Machado. Por sugestão de Lauro Müller, a convenção aprovou o nome do governador mineiro Venceslau Brás como companheiro de chapa do marechal Hermes.

A morte de Afonso Pena em junho de 1909 e a ascensão ao poder do vice Nilo

Peçanha, aliado de Pinheiro Machado, favoreceram em ampla medida a candidatura de Hermes. O senador baiano Rui Barbosa apresentou-se como concorrente, assumindo a liderança da Campanha Civilista de oposição. Hermes e Rui travaram a primeira disputa eleitoral acirrada da história republicana. A Campanha Civilista teve grande repercussão junto às classes médias urbanas, logrando boa votação em vários estados, inclusive Santa Catarina, onde contou com o apoio de Hercílio Luz.

Tal como esperado, Hermes venceu as eleições presidenciais e tomou posse em novembro de 1910. Em 1911, Müller proferiu discurso de saudação ao primeiro ano do governo Hermes, publicado em edição do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, sob o título *Os ideais republicanos*.

SUCESSOR DE RIO BRANCO

Lauro Müller interrompeu a carreira parlamentar em fevereiro de 1912, ao ser designado ministro das Relações Exteriores pelo presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), logo após o falecimento de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, grande nome da história diplomática brasileira e chefe do Itamaraty desde 1902. Rio Branco comandou a política externa brasileira durante o governo de quatro presidentes (compôs o ministério de Rodrigues Alves juntamente com Müller) e foi o idealizador da “aliança especial” com os Estados Unidos como linha mestra da diplomacia nacional. Continuador da política americanista, Lauro Müller manteve-se à frente do Itamaraty durante o restante do governo Hermes e parte do governo de Venceslau Brás (1914-1918). Ainda em setembro de 1912 foi eleito para a vaga do barão do Rio Branco na Academia Brasileira de Letras.

Em diversos episódios, demonstrou o desejo de acompanhar a posição norte-americana nas questões internacionais. Em fevereiro de 1912, recém-nomeado chanceler (na mesma época foi promovido a coronel), instruiu o embaixador brasileiro em Washington, Domício da Gama, a consultar o Departamento de Estado sobre um levante ocorrido no Paraguai,

acrescentando que o fazia por desejar sempre marchar de acordo com os EUA. Em sua resposta, o embaixador afirmou que o Brasil não devia subordinar seu comportamento na América do Sul à audiência e, muito menos, à aprovação do governo norte-americano.

Outro momento de independência demonstrado por Domício da Gama ocorreu quando da denominada questão do truste do café. Em maio de 1912, o Departamento de Justiça dos EUA propôs ação contra um dos principais executivos do comitê de valorização do café de São Paulo, por violação da Lei Sherman antitruste, requerendo a venda imediata de 950 mil sacas de café estocadas em Nova Iorque. O embaixador Domício da Gama considerou a ação contrária ao direito de São Paulo manter contratos internacionais e criticou desabridamente a posição norte-americana em discurso na Pan-American Society. Lauro Müller desaprovou o discurso, procurando solucionar a questão por via diplomática. O Departamento de Justiça norte-americano aceitou as negociações, mas condicionou-as à venda, no mercado livre, do estoque de café pelo comitê de valorização até abril do ano seguinte. A ação judicial foi suspensa. Em janeiro de 1913, foi revelado que o comitê de valorização havia retirado todo o estoque de café que se encontrava nos EUA.

Primeiro chanceler brasileiro a viajar para o exterior em missão oficial, Lauro Müller visitou Washington e outras cidades norte-americanas em junho de 1913. Foi recebido pelo presidente Woodrow Wilson e recebeu o grau de doutor *honoris causa* da Universidade de Harvard.

Müller também deu continuidade ao esforço do barão do Rio Branco para amenizar as tensões com a Argentina. A seu pedido, o ex-presidente Campos Sales cumpriu uma breve missão como ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires em maio e junho de 1912. Em retribuição, o ex-presidente argentino Júlio Roca também foi designado para cumprir no Rio de Janeiro funções de ministro em missão especial no mesmo ano.

Em agosto de 1914, quando o marechal Hermes da Fonseca declarou a neutralidade do Brasil diante da guerra recém-conflagrada na Europa, Lauro Müller estava licenciado do Itamaraty por motivo de saúde. Reassumiu o posto logo em seguida e expediu novas instruções para garantir a neutralidade e salvaguardar os interesses do país. No mesmo ano,

foi promovido a general de brigada.

Em maio de 1915, visitou o Uruguai, Argentina e Chile. Juntamente com o presidente uruguaio Feliciano Vieira, inaugurou o marco divisório de Aceguá, dando cumprimento ao tratado sobre os limites de domínio da lagoa Mirim e do rio Jaguarão, celebrado pelos dois países em outubro de 1909. Em Buenos Aires, assinou com os chanceleres da Argentina e Chile o tratado sobre arbitragem de disputas conhecido como Tratado do ABC. O documento previa que as controvérsias entre Argentina, Brasil e Chile, ou entre dois deles, seriam submetidas a uma comissão permanente que se reuniria em Montevideu. Os três países obrigavam-se a não praticar atos de hostilidade enquanto a comissão não tivesse apresentado seu parecer.

Lauro Müller viajou novamente aos EUA em junho de 1916, dessa vez para tratamento de saúde. Visitou uma estação de águas no estado de Indiana e, por sugestão de Alexander Mackenzie, estendeu a viagem ao Canadá. Durante sua ausência de cinco meses, o embaixador Luís Martins de Sousa Dantas chefiou interinamente o Itamaraty.

O desenrolar da Primeira Guerra Mundial e a campanha pela entrada do Brasil na guerra contra a Alemanha acabariam provocando seu pedido de demissão do Itamaraty. Em janeiro de 1917, o governo alemão optou pela guerra submarina total, autorizando o afundamento de navios mercantes que mantivessem comércio com a Inglaterra, França e Itália. O chanceler brasileiro protestou contra o bloqueio marítimo, mas insistiu na posição de neutralidade, ao passo que os EUA optaram, de imediato, pelo rompimento de relações com a Alemanha.

Em 11 de abril, o governo brasileiro rompeu relações com o Império Alemão, em decorrência do torpedeamento do vapor *Paraná* na costa francesa e sob pressão da forte campanha de solidariedade aos países aliados, liderada por Rui Barbosa. Cinco dias antes, o presidente norte-americano Woodrow Wilson assinara a declaração de guerra contra a Alemanha. O rompimento de relações com Berlim não bastou, porém, para acalmar os ânimos que se exaltavam no país. A ascendência germânica de Müller foi invocada para colocá-lo em situação desconfortável no Itamaraty. Em virtude da oposição de

parlamentares e jornalistas, Müller renunciou à pasta no dia 3 de maio, sendo substituído por Nilo Peçanha. Em junho, o governo brasileiro revogou a lei da neutralidade, invocando a solidariedade continental e amizade tradicional com os EUA.

Lauro Müller voltou ao Senado em outubro de 1917, a tempo de votar favoravelmente à entrada do Brasil na Primeira Guerra Mundial ao lado dos EUA e países aliados. Sua volta foi assegurada pela renúncia do senador Abdon Batista e a realização de eleição extraordinária, à qual concorreu como candidato do PRC.

No ano seguinte, apoiou a indicação de Abdon Batista para a sucessão do governador Felipe Schmidt, enfrentando, porém, a oposição de Hercílio Luz e outras lideranças estaduais. Diante do impasse, aceitou encabeçar a chapa do PRC, ficando acertado que Hercílio Luz, candidato a vice, assumiria o governo do estado. O acordo foi cumprido à risca. Müller foi eleito governador, mas abdicou do cargo, perdendo a condição de principal líder do PRC para Hercílio Luz.

Reeleito senador em fevereiro de 1921, desempenhou papel secundário na campanha de Artur Bernardes nas eleições presidenciais do ano seguinte.

Faleceu no Rio de Janeiro em 30 de julho de 1926.

Foi casado com Luísa de Andrade Müller, com quem teve três filhos. Um deles, Antônio Pedro de Andrade Müller, foi deputado estadual em Santa Catarina (1919-1930). Seu sobrinho José Eugênio Müller foi deputado federal por Santa Catarina (1934-1937) e pelo estado do Rio de Janeiro (1957).

O nome de Lauro Müller foi dado a um município da zona carbonífera de Santa Catarina.

Paulo Brandi Cachapuz

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; ABRANCHES, J. *Como*; BANDEIRA, L. *Presença*; BARRETO FILHO, F. *Sucessores*. v. 1; BEIGUELMAN, P. *Pequenos*; BELLO, J. *História*; BOITEUX, L. *Notas*; BUENO, C. *Política*; CABRAL, O. *Santa Catharina*; CÂM. DEP. *Anais* (10/6 – 31/7/1891, 28/7/1891. p. 587-589, 1-

3/11/1891, 3/11/1891, p. 41, 1- 31/7/1893, 26/7/1893, p. 489-492, 1-31/10/1894, 2/10/1894, p. 46, 3/6/1897, p. 75, 2-31/10/1899, 13/10/1899, p. 286-287, 23/10/1899, p. 590); CARONE, E. *República Velha*; CORRÊA, L. *Origens*; CARVALHO, J. *Forças armadas*; CASTRO, C. *Militares*; CASTRO, C. *Proclamação*; *Diário do Congresso Nacional* (XII, nº 1, 1/5/1900, p. 1-4, XIX, nº 2, 5/5/1907, XIX, nº 8, 12/5/1907, XXVIII, nº 127, 29/9/1917, p. 2.681, XXVIII, nº 150, 27/10/1917, p. 3.506); *Enc. Simpozio*. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/EncReg/EncSC/MegaHSC/SC%20Primeira%20Republica/91sc2015-2041.htm>>; FERREIRA, M. *República*; FRANCO, A. *Rodrigues*; GAULD, C. *Farquha*; GHIRARDELLO N. *Beira*; GOMES, A. *Invenção*; KONDER, M. *Lauro*; LAMARÃO, S. *Capital*; LAMARÃO, S. *Dos*; LAHMEYER, E.; LEVY, M. *Estudos*; LEMOS R. *Benjamin*; LENZI, C. *Partidos*; MCDOWALL, D. *Light*; Mensagem do coronel Gustavo Richard (29/9/1891); OCTAVIO FILHO, R. *Lauro*, p. 172-188; PAULI, E. *Hercílio*; . SOUZA, M. *Processo*; *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (Tomo 99, v. 153 1/1926), p. 494-498.; TELLES, P. *História*; VILLELA, A; SUZIGAN W. *Política*.

MUNIZ, Antônio

*dep. fed. BA 1912-1915; gov. BA 1916-1919; sen. BA 1921-1930.

Antônio Ferrão Muniz de Aragão, conhecido como *Antônio Muniz*, nasceu no dia 30 de maio de 1875 em Salvador, filho do vice-almirante Francisco Muniz de Aragão e de Laurinda Augusta Freire Muniz. Seu pai também atuou na política nos primeiros anos da República. Seu primo Antônio Muniz Sodré de Aragão, conhecido como Muniz Sodré, foi deputado federal de 1912 a 1920, senador de 1920 a 1927 e novamente deputado federal em 1930.

Oriundo de tradicional família baiana, ingressou em 1892 na Faculdade de Direito da Bahia, graduando-se em 1896. Ainda estudante, começou a colaborar em jornais, especialmente na *Gazeta de Notícias* e no *Correio do Brasil*, dos quais foi redator, e no *O Norte* e *Gazeta do Povo*, de que foi redator-chefe. Iniciou-se no serviço público em 1895 como primeiro oficial da secretaria da Assembleia estadual, cargo no qual se aposentaria dez anos depois. Foi também professor da Escola Politécnica da Bahia, lecionando economia política.

Em 1909 foi eleito deputado estadual na Bahia pela primeira vez, pelo 1º distrito (Salvador). Desde o início de sua atuação política, esteve ligado ao grupo de José Joaquim Seabra, ao qual também estava vinculado seu pai. Na Assembleia estadual, atuou como porta-voz do seabrismo, defendendo a candidatura do marechal Hermes da Fonseca nas eleições presidenciais de 1910, contra a candidatura de Rui Barbosa. Com a vitória do marechal Hermes, os seabristas fortalecidos articularam a fundação do Partido Democrata, de cuja comissão executiva fez parte, inicialmente como secretário e depois, como vice-presidente. Em 1912, com a ascensão de J. J. Seabra ao governo da Bahia (1912-1916), elegeu-se deputado federal para a legislatura 1912-1914 e foi reeleito em 1915.

Após consolidar seu poder e desarticular a oposição, o governador J. J. Seabra precisava indicar um sucessor para assumir o governo baiano. Sua preferência recaía no deputado Antônio Muniz, considerado um de seus mais fiéis aliados. A escolha desagradou a outras

correntes da política estadual, desejosas de indicar o candidato. Ao ser consultado, Rui Barbosa considerou “ridículo” o partido governista não ter outro nome para apresentar e, ante a confirmação da candidatura de Antônio Muniz, rompeu com Seabra. Otávio Mangabeira, até então seabrista, renunciou à liderança da bancada na Câmara dos Deputados, sendo substituído por Antônio Muniz. Devido à força política de Seabra, a convenção homologou o nome do candidato por ele escolhido. Conflitos políticos marcariam, porém, o governo do sucessor.

Antônio Muniz assumiu o governo do estado no dia 29 de março de 1916. Seu mandato (1916-1920) coincidiu com o aprofundamento da crise econômica vivida pela Bahia em decorrência da Primeira Guerra Mundial. A dificuldade de exportar cacau e fumo para a Alemanha debilitou mais ainda a frágil economia baiana, provocando aumento nos preços dos gêneros de primeira necessidade. O descontentamento da população desencadeou movimentos populares contra a carestia, cobrando providências do governador. Em 1917, mas principalmente em 1919, Salvador foi abalada por uma onda de greves. No interior, o governador também enfrentou forte oposição. Sem a habilidade política e o carisma de seu antecessor, tentou submeter os coronéis à sua autoridade através de intervenções armadas que, malsucedidas, lhe angariaram poderosos inimigos.

Ao fim do governo, como esperado, Antônio Muniz indicou como sucessor J. J. Seabra. A oposição, reforçada pela adesão de ex-seabristas, e organizada sob a liderança de Rui Barbosa, lançou o nome do juiz federal Paulo Fontes. Em meio à disputa eleitoral, um movimento armado de coronéis contra o governo estadual, estimulado por oposicionistas, provocou pânico no estado. A expectativa era de que a chamada Reação Sertaneja, como o movimento ficou conhecido, provocasse uma intervenção federal na Bahia, única maneira de impedir a posse do candidato governista. O presidente Epitácio Pessoa (1919-1922) decretou a intervenção, mas, ao contrário do que esperava a oposição, ela foi a favor do governador, para ajudá-lo a manter a ordem. Em decorrência, Antônio Muniz pôde transmitir o governo a Seabra, chefe do seu grupo político, que governou a Bahia por mais quatro anos, até 1924, quando, confrontando-se com o então presidente Artur Bernardes

(1922-1926), entrou em declínio político.

Após deixar o governo, Antônio Muniz foi eleito senador em 1921 na vaga de Seabra, exercendo o mandato até março de 1930, quando o seabrismo já não gozava de prestígio político. No entanto, Antônio Muniz foi um dos poucos a se manter fiel a Seabra até o fim. No Senado, passou a fazer oposição aos governos estadual e federal. Em 1930 candidatou-se a deputado federal, mas não conseguiu se eleger, passando a dedicar-se apenas ao jornalismo no Rio de Janeiro. Nomeado para a 5ª Pretoria do Distrito Federal em dezembro de 1930, ali permaneceu por curto tempo, vindo a falecer no dia 6 de janeiro de 1931.

Além de político e advogado, foi professor e jornalista, e um dos fundadores da Academia de Letras da Bahia. Sua obra mais importante é o livro *A Bahia e seus governadores na República*, relevante estudo histórico dos primeiros tempos republicanos no estado, publicado em 1923. Produziu também as seguintes obras: *Direito constitucional brasileiro* (1914), *Discurso no V Congresso Brasileiro de Geografia*, *Elementos da matemática*, *Impedimentos matrimoniais* (prefácio de Afrânio Peixoto, 1901) e *A evolução da Bahia* (1926), além das mensagens escritas e discursos proferidos quando governador.

Foi casado com Clementina Muniz de Aragão, com quem teve duas filhas.

Silvia Noronha Sarmento/ Consuelo Novais Sampaio

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.2, p. 387); ARAGÃO, A. *Bahia* (p. 596-695); CASTRO, R. *Fundadores* (p.37); *Inventário de Antonio Muniz de Aragão*.(Arquivo do Estado da Bahia, 28/4/2009);SAMPAIO, C. *Partidos* (p.129-181); SENADO. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>. Acesso em: 14/10/2005.

MURAT, Luís

*jornalista; const. 1891; dep. fed. RJ 1891-1893 e 1909-1911.

Luís Norton Barreto Murat nasceu em Itaguaí (RJ) no dia 4 de maio de 1861, filho de Tomás Norton Murat e de Antônia Pereira Barreto Murat.

Realizou seus primeiros estudos no Imperial Colégio de Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Transferindo-se para a capital paulista, iniciou sua carreira literária em 1879, no *Ensaio Literário*, órgão do clube Curso Anexo, redigido por ele e outros colegas. Matriculou-se no curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade de Direito de São Paulo, pela qual se bacharelou em 1886.

Recém-formado, retornou ao Rio de Janeiro e passou a residir na capital do país. No dia 10 de julho de 1886, em parceria com Artur Azevedo, fundou o jornal *Vida Moderna*, no qual teve como colaboradores vários dos seus amigos, como Araripe Júnior, Alcindo Guanabara, Coelho Neto e Raul Pompeia. No contexto de transição do Império para a República, publicou artigos em periódicos cariocas como *A Rua* e *Gazeta de Notícias*, posicionando-se favoravelmente aos ideais abolicionistas e republicanos.

Após a instauração da República, proclamada pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, em setembro do ano seguinte ingressou na política e foi eleito deputado federal constituinte pelo Rio de Janeiro. Tomou posse em 15 de novembro de 1890 e participou dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que elaborou a primeira Constituição republicana brasileira promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em maio seguinte, assumiu sua cadeira na Câmara dos Deputados no Rio de Janeiro, agora denominado Distrito Federal, iniciando seu mandato ordinário.

Em setembro de 1893, no contexto da Revolta da Armada, Luís Murat foi perseguido por haver publicado no periódico *Cidade do Rio* um manifesto do almirante Custódio de Melo contrário ao então presidente da República, marechal Floriano Peixoto. Além disso, Murat integrou a esquadra revoltosa. Em consequência, foi preso, julgado e absolvido por unanimidade no estado do Paraná. Esse movimento foi um levante de oposição ao presidente Floriano Peixoto (1891-1894), sob a chefia do almirante Custódio de Melo e mais tarde do almirante Luís Felipe Saldanha da Gama, que exigia a convocação de um

pleito para eleição de novos governantes. Ele se estendeu de setembro de 1893 a março de 1894, envolvendo a Esquadra sediada na baía da Guanabara. A insurreição, que incluiu a tomada da capital de Santa Catarina por destacamentos rebeldes, encerrou-se com o asilo dos revoltosos em embarcações portuguesas fundeadas no Rio de Janeiro. Em dezembro de 1893 Luís Murat concluiu seu mandato na Câmara dos Deputados. Em 1897 participou da fundação da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira nº 1.

Voltou a exercer novo mandato eletivo em 1909, quando foi novamente eleito deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro. Tomou posse de sua cadeira na Câmara dos Deputados na cidade do Rio de Janeiro em maio desse mesmo ano e exerceu seu mandato no Legislativo federal até dezembro de 1911, quando se encerrou a legislatura.

Foi ainda secretário geral do governo fluminense e escrivão vitalício da provedoria da capital federal. Como poeta parnasiano, impregnado de romantismo, sofreu influências de Victor Hugo, Théophile Gautier e do sueco Emanuel von Swedenborg. Utilizando por vezes o pseudônimo Franklin, escreveu também para os jornais *O Diário Ilustrado*, *O Combate* e outros jornais cariocas.

Faleceu no Rio de Janeiro no dia 3 de julho de 1929.

Dentre sua vasta obra publicada destacam-se *Quatro poemas* (1885); *Poesias* (1892), *A última noite de Tiradentes - poema dramático* (1890); *Ondas - 1ª. série* (1890), *Ondas - 2ª. série* (1895); *Sarah - poema* (1902); *Centenário de Bocage* (1905); *O Estado do Rio na Câmara: discursos proferidos pelo deputado* (1909); *Ondas - 3ª. série* (1910); *Félix Pacheco* (1915); *Poesias escolhidas* (1917) e *Ritmos e ideias* (1920).

Luciana Pinheiro

FONTES: ABRANCHES, J.. *Governos* (v.1, p. 349); . ACAD. BRAS. LET. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/>>. Acesso em: 18/1/2011; ARQ. HIST. MUN. RESENDE. Disponível em: <<http://arquivoresende.blogspot.com/2009/05/efemerides-de-maio.html>>. Acesso em: 15/09/2011; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); Infopédia. Disponível em: <[http://www.infopedia.pt/\\$luis-murat](http://www.infopedia.pt/$luis-murat)>. Acesso em: 15/9/2011.

MURSA, Joaquim de Sousa

* militar; junta gov. SP 1889; const. 1891; dep. fed. SP 1891-1893.

Joaquim de Sousa Mursa nasceu em Pelotas (RS) no ano de 1828.

Mudando-se ainda jovem para o Rio de Janeiro, então capital do Império, ingressou na Escola Militar em 8 de março de 1849. Assentou praça no Exército em julho de 1850, passou aspirante a aluno em abril de 1851, foi promovido a segundo-tenente em julho de 1853, e a primeiro-tenente em dezembro de 1855. Com a transferência da Escola Militar para as dependências do Forte da Praia Vermelha, no bairro da Urca, em 1858, aí fez o curso completo de engenharia pelo regulamento militar de 1845, bacharelando-se também em matemática. Em dezembro de 1858 foi promovido a capitão.

Logo depois de formado, como oficial agregado ao Estado-Maior do Exército brasileiro, foi por designação oficial fazer o curso de especialização em ciências montanísticas e metalúrgicas na Escola de Freiberg, na Alemanha, a mais antiga universidade especializada em minério e metalurgia do mundo, fundada em 1765. Aí permaneceu de 1860 a 1865. Regressando ao Brasil, por ser considerado o mais capacitado para o posto, foi designado pelo ministro da Guerra do Império, senador Ângelo Muniz da Silva Ferraz, do gabinete parlamentarista do marquês de Olinda, diretor da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema. Foi promovido a major em outubro de 1871, e em junho de 1873 viajou para a Europa, visitando a cidade Liège, na Bélgica, a Alta Silésia, na Polônia, a Suécia, e as cidades de Copenhague na Dinamarca, e Viena na Áustria, à procura de pessoal técnico para a fábrica que dirigia. Esteve na Exposição Internacional de Viena e foi ainda para Schemnitz, na Hungria, onde visitou a Escola de Minas, e para Paris, na França, fazendo pesquisas e comprando e maquinaria para a Fábrica de Ipanema. Regressou ao Brasil em janeiro de 1874, e em outubro de 1875 foi promovido a tenente-coronel.

Defensor das idéias republicanas, quando da proclamação da República em 15 de novembro de 1889, seu nome, juntamente com os de Prudente de Moraes e Francisco Rangel Pestana, foi lembrado por Américo de Campos, irmão de Bernardino de Campos, para compor o triunvirato designado para governar São Paulo no novo regime. Os três foram unanimemente aclamados pelos republicanos, mas Mursa, ausente da capital – estava em Sorocaba dirigindo a Fábrica de Ipanema – só assumiria dias depois. Entre os atos que

foram assinados pela junta estava a adesão do estado de São Paulo à República brasileira. A junta exerceu sua função por um curto período, de 16 de novembro a 14 de dezembro de 1889, quando o chefe do governo provisório da República, marechal Deodoro da Fonseca, resolveu nomear Prudente de Moraes governador do estado.

Ao término de sua missão, o tenente-coronel Joaquim de Sousa Mursa reassumiu a direção da Fábrica de Ferro de Ipanema, mas, instado pelos republicanos, aceitou o convite para participar da chapa do Partido Republicano Paulista (PRP) como candidato a deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Foi assim eleito constituinte em 15 de setembro de 1890, ao lado de nomes como Prudente de Moraes, Manuel Ferraz de Campos Sales, Francisco Glicério, Domingos de Moraes, Rodolfo Miranda, Francisco de Paula Rodrigues Alves e Martinho da Silva Prado Júnior, entre outros. Em virtude da eleição, em 11 de outubro de 1890 solicitou ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Francisco Glicério, a quem estava subordinado, sua exoneração da direção da Fábrica de Ferro de São João do Ipanema, que ocupou por 25 anos. Passou em seguida para a reserva no posto de general de brigada do Exército brasileiro.

Indo para o Rio de Janeiro, assumiu sua cadeira em 15 de novembro de 1890 e participou dos trabalhos da elaboração da nova Constituição da República. Foi um dos que assinaram, em 23 de janeiro de 1891, a petição que requereu ao governo provisório da República que o nome de Benjamin Constant, que havia falecido no dia anterior, figurasse permanentemente no Almanaque do Exército no posto de general de brigada, como homenagem ao fundador da República brasileira, o que passou a ocorrer desde então. Foi também um dos signatários da primeira Constituição republicana do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, e ao término dos trabalhos tornou-se deputado federal na legislatura 1891-1893.

No dia 3 de novembro de 1891, quando o marechal Deodoro da Fonseca fechou o Congresso Nacional e decretou o estado de sítio em vários estados da Federação, não concordando com o golpe, ficou ao lado dos legalistas e participou no Rio de Janeiro de uma reunião de senadores e deputados oposicionistas, ameaçados de prisão, na qual foi discutido, aceito e aprovado um manifesto à nação contra a arbitrariedade praticada. O documento seria publicado em São Paulo, no jornal *Correio Paulistano*, órgão do PRP, ante a impossibilidade de fazê-lo na capital federal. A publicação resultou na apreensão de exemplares e na censura policial ao jornal por várias semanas, mas conseguiu seu intento,

com a renúncia de Deodoro em 23 de novembro, após o ultimato do contra-almirante Custódio de Melo, que ameaçou bombardear com os navios da Marinha de guerra sob seu comando a cidade do Rio de Janeiro. Assumiu então poder o vice-presidente marechal Floriano Peixoto, que reabriu as casas legislativas.

Durante a crise, a esposa do general Mursa serviu de emissária entre os parlamentares paulistas e o marechal Floriano Peixoto, que tinha sua residência extremamente vigiada por militares partidários de Deodoro da Fonseca, os quais impediam a aproximação daqueles que pretendiam conversar com Floriano. O estratagema para que ela tivesse livre acesso, e pudesse penetrar na residência, foi se passar por professora dos filhos do vice-presidente. Afastando as suspeitas, pôde assim levar e trazer a correspondência entre os envolvidos na defesa do regime.

Em virtude da Revolta Federalista, que envolveu o Rio Grande do Sul em uma verdadeira guerra civil no início de 1893, Mursa, por ser gaúcho, separou-se politicamente da bancada paulista na Câmara dos Deputados, mas ético, não foi sentar-se com a minoria.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 21 de outubro de 1893, em pleno exercício do mandato de deputado federal.

Antônio Sérgio Ribeiro

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; *Correio Paulistano* (23/10/1893). EGAS, E.

Galeria; RIBEIRO, A. *Governantes*; RIBEIRO, J. *Chronologia*; SALES, C. *Propaganda*.

MURTINHO, Joaquim

* const. 1891; sen. MT 1891-1896; min. Ind. Viação e Obras Públicas 1896-1897; min. Faz. 1898-1902; sen. MT 1902-1911.

Joaquim Duarte Murtinho nasceu em Cuiabá no dia 7 de dezembro de 1848, terceiro filho do médico baiano José Antônio Murtinho e de Rosa Joaquina Murtinho. Seu pai foi presidente da província de Mato Grosso durante o Império. Seu irmão Manuel Murtinho foi presidente de Mato Grosso de 1891 a 1895 e ministro do Supremo Tribunal Federal de 1897 a 1917. Outro irmão, José Antônio Murtinho, foi deputado federal pelo Distrito Federal de 1897 a 1899 e de 1907 a 1908, e senador por Mato Grosso de 1912 a 1930.

Aos 13 anos de idade, Joaquim Murtinho se deslocou para o Rio de Janeiro, então capital do Império, numa viagem longa e tortuosa, feita à época de forma precária, no lombo de animais e, em alguns trechos, a pé. Matriculou-se em 1861 no Colégio Kopke, em Petrópolis (RJ), mas posteriormente foi transferido para o Colégio Episcopal São Pedro de Alcântara, também conhecido como Colégio dos Padres Paiva, no Rio de Janeiro. Cedo demonstrou habilidade para as ciências naturais e já em dezembro de 1863 iniciou exames parcelados para uma vaga na Escola Central do Rio de Janeiro, onde, aos 17 anos, se matriculou no curso de engenharia civil. Durante estada em fazenda de parentes em Mendes (RJ), recuperando-se de uma moléstia que o acometia, entrou em contato com a terapêutica homeopática, através da leitura dos livros *Organon* e *Matéria médica pura*, de Samuel Hahnemann. Era o encontro com outra vocação profissional. O entusiasmo com o sucesso da homeopatia o levou a matricular-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, quando ainda cursava a terceira série do curso de engenharia.

A maior parte de seus biógrafos, como Virgílio Correia Filho e Nícia Vilela Luz, considera que se teria formado em engenharia civil pela Escola Central em 1872, mas segundo Fernando Faria é mais provável que se tenha graduado em ciências físicas e naturais. Ainda em 1872, iniciou a carreira no magistério. Quando, em 1874, a Escola Central foi reorganizada e transformada na Escola Politécnica, era lente da cadeira de zoologia do primeiro ano do curso de ciências físicas e naturais. Ocupou-se ainda das disciplinas de química orgânica e biologia industrial. Ficou nessa última cadeira até 1879, quando foi substituído pelo médico francês Louis Couty, convidado a ocupá-la pelo imperador dom

Pedro II. Enquanto exercia o magistério formou-se em medicina, doutorando-se com a tese *Do estado patológico em geral: acústica, acupressura, respiração*, em que ressaltava a orientação homeopática. Entre os anos de 1882 e 1887 assumiu a direção dos *Anais da medicina homeopática*. Com base nessa atuação, tornou-se um dos fundadores do Instituto Hahnemaniano. Como clínico ganhou prestígio, tendo entre seus mais ilustres clientes o marechal Deodoro da Fonseca.

LIBERALISMO ECONÔMICO

Na época em que fez os estudos superiores, deparou-se com um ambiente intelectual impregnado das filosofias científicas do século XIX, particularmente o positivismo, o evolucionismo e o darwinismo social. O pensamento de Augusto Comte era muito presente na Escola Politécnica, onde lecionaram homens como Benjamin Constant, um dos introdutores do positivismo no Brasil. Mas foram as teorias de Charles Darwin e, mais ainda, de Herbert Spencer, que seduziram o jovem Joaquim Murtinho, que aderiu à idéia da “sobrevivência dos mais aptos”. Teixeira Mendes, um dos mais importantes positivistas ortodoxos, foi aluno de Murtinho na Escola Politécnica e, sob a influência deste, foi levado a ler *Primeiros princípios* de Spencer. Essa base teórica marcaria toda a trajetória de Murtinho, que combinou seus pressupostos com os da economia política clássica, a qual também teve a oportunidade de conhecer como disciplina do currículo da Escola Central, assentando as bases de seu pensamento econômico.

Em decorrência dessa formação, seu liberalismo econômico manifestou-se desde o fim dos anos 1870, quando começaram a ganhar corpo algumas idéias básicas que o acompanhariam pelo resto da vida, como a da não intervenção estatal direta na economia e a do aparelhamento da infraestrutura, com a construção de ferrovias e o incremento dos meios de comunicação, além de uma posição ortodoxa em relação à circulação monetária. Com tais idéias, Murtinho seria um crítico das políticas pró-industrialização baseadas no protecionismo estatal, que segundo ele acabavam criando “indústrias artificiais”. As “indústrias naturais”, no seu entender, seriam aqueles empreendimentos que conseguiram viabilidade sem as interferências do poder público, sendo mais adequadas para a realidade nacional as indústrias agrícolas. Na verdade, Murtinho não era propriamente um opositor do desenvolvimento industrial do Brasil, mas tão somente das indústrias que só poderiam

existir com base na criação de um ambiente artificial pela intervenção estatal; como liberal ortodoxo, defendia a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho, que na troca desigual deveria comparecer com produtos primários. As idéias econômicas de Joaquim Murtinho seriam expostas pela primeira vez em um relatório de 1878, apresentado ao diretor da Escola Politécnica, o visconde do Rio Branco, onde figurava a condenação à interferência do governo na economia.

Em sua trajetória, Joaquim Murtinho também se destacou como homem de negócios, com atividades bancárias e ligadas à indústria ervateira no Mato Grosso. O novo regime republicano favoreceu o desenvolvimento de empreendimentos industriais, ligados ao incremento da infraestrutura nacional, fazendo concessões públicas a determinados grupos econômicos para que estes explorassem a construção de linhas férreas através do Decreto nº 862, de 16 de outubro de 1890. A família Murtinho foi favorecida por esse decreto, como pode ser observado no parágrafo 4º do artigo 1º, que concedeu ao engenheiro Francisco Murtinho e ao Banco Construtor do Brasil o direito de construir e explorar uma estrada de ferro que partiria de Catalão, passando por Goiás, Cuiabá e chegando até a área limítrofe com a Bolívia. A família Murtinho também se tornaria proprietária do primeiro estabelecimento de crédito do Mato Grosso, o Banco Rio e Mato Grosso, com sede na capital da República e presidido por Joaquim Murtinho. Sob a gestão de Murtinho, não sem sua influência política no estado, o Banco Rio e Mato Grosso comprou em 1892 as ações da indústria ervateira de Tomás Laranjeiras, um dos pioneiros no ramo e possuidor do quase monopólio da produção local. Segundo a historiadora Nícia Vilela Luz, é provável que a ambição da família Murtinho e a ação de Joaquim Murtinho tenham sido decisivas para que Laranjeiras decidisse passar as ações daquele lucrativo empreendimento. Para controlar o negócio, criou-se a Companhia Mate Laranjeira, com o capital parcelado em 15 mil ações, que valiam 100 mil réis cada uma, das quais 14.540 pertenciam ao banco da família Murtinho.

O início da República foi marcado no âmbito da economia pelo Encilhamento, política que, levada a cabo pelo ministro da Fazenda do governo de Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa, consistiu na descentralização das emissões monetárias – dividindo o país em três regiões bancárias e multiplicando os bancos emissores, com a substituição do lastro-ouro pelos títulos da dívida federal –, inspirada na experiência financeira norte-americana. O fim do

trabalho escravo e a introdução do trabalho livre, também impulsionado pela imigração de europeus para a lavoura cafeeira, implicavam a necessidade de expansão do papel-moeda em circulação, e já em 1888 foi aprovada uma reforma monetária para dar cabo desse problema. Entretanto, foi só com o novo regime republicano que foram dadas as condições políticas para a implementação dessas mudanças. A essa expansão do sistema bancário também esteve ligada a nova lei sobre sociedades anônimas, através do Decreto nº 164, de 1890, pelo qual as empresas, com apenas 10% do seu valor depositado, poderiam constituir uma sociedade e lançar seus títulos na Bolsa de Valores. Como é bastante conhecido, um dos resultados de tal política econômica foi uma escalada da inflação e uma onda de especulação na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro durante o biênio de 1890-1891, já que muitas empresas foram criadas apenas para que seus títulos fossem negociados. O que é certo é que, também à época, muitos foram os opositores da política do Encilhamento, sendo patente o caso de Joaquim Murtinho. De qualquer modo, assistia-se também a uma valorização do café no mercado internacional que garantiu os lucros do setor interno agrário-exportador.

SENADOR E MINISTRO

Com o advento da República, teve também início a ascensão política de Joaquim Murtinho, que em 1890 foi eleito para representar Mato Grosso no Senado Federal, no contexto de elaboração da nova carta constitucional. Sua atuação pautou-se no sentido de dotar o Executivo federal de condições para arrendar estradas de ferro de propriedade da União e na aplicação dos recursos provenientes dessas operações no resgate do papel-moeda de curso-forçado.

Quando o presidente Prudente de Moraes, empossado em 15 de novembro de 1894, se afastou da presidência por motivo de doença em novembro de 1896, o vice-presidente Manuel Vitorino Pereira convidou Joaquim Murtinho para assumir a pasta da Indústria, Viação e Obras Públicas, o que ocorreu no dia 20 daquele mês. Um parecer escrito por ele no Senado para a Comissão de Obras Públicas e Empresas Privadas teria impressionado positivamente Manuel Vitorino, que elogiou suas idéias “avançadas” sobre a “incapacidade do Estado como administrador e explorador industrial”. O ano em que assumiu a pasta ministerial coincidiu com o início da crise internacional do mercado do café, que deteriorou

ainda mais as condições econômicas no país. O relatório que Murinho escreveu sobre sua participação na pasta – que só deixou em 1º de outubro de 1897, já estando Prudente de Moraes de volta ao governo – é uma importante fonte para observar seus pontos de vista sobre a política econômica que vinha sendo praticada. Havia nele muitas condenações à prática do emissionismo desenfreado, particularmente pelo fato de estar ligado ao desejo de criar “indústrias artificiais”. Murinho condenava, caracterizando-a como “errônea” e “antissocial”, a idéia de que a grandeza do país dependia sobretudo de sua libertação em relação aos produtos fabricados no estrangeiro. Denota-se em tal documento o espírito anti-industrialista do autor, contrário a qualquer tipo de protecionismo, além da visão extremamente negativa do que foi o Encilhamento.

Os efeitos inflacionários legados pelo Encilhamento se combinariam à queda do preço do café no mercado internacional em 1896 (gerando a primeira crise de superprodução do produto no Brasil), aprofundando as dificuldades econômicas da jovem República brasileira. Ao mesmo tempo, alguns compromissos herdados desde os tempos do Império já vinham dificultando a possibilidade de o país continuar mantendo o serviço da dívida externa, que consistia basicamente no pagamento dos juros e amortizações de empréstimos – aliado ao pagamento de subsídios da garantia de juros destinados aos proprietários de empresas ferroviárias, em sua maior parte estrangeiros, franceses e ingleses. Segundo esses acordos, tais pagamentos deveriam ser feitos em ouro (ou em divisas conversíveis). Desde meados dos anos 1850 os superávits comerciais crescentes haviam permitido que o país honrasse tais compromissos, mas a partir de 1894 iniciou-se um período de declínio dessas contas, e o Brasil não conseguiu mais cobrir os gastos do serviço da dívida. Com o desenvolvimento de tais elementos, tornou-se premente para o novo regime renegociar as condições com as quais o país mantinha seus compromissos com os credores internacionais.

Foi então que o governo de Prudente de Moraes, através do ministro da Fazenda Bernardino Campos, chegou a sondar a Casa Rothschild, um dos maiores credores do país, sobre a possibilidade de suspensão do pagamento da dívida externa. Contudo, um representante de outro importante credor, o London & River Plate Bank, veio à capital federal para apresentar ao governo brasileiro um plano para manter os compromissos do Brasil com o pagamento da dívida. Tal plano foi modificado a partir das contribuições do

ministro da Fazenda e do presidente eleito Campos Sales, que, após a eleição realizada em março de 1898, viajou à Europa para discutir o mesmo tema com os banqueiros ingleses e alemães. Em tais negociações também teve importância a atuação de Rodrigues Alves, que por duas vezes já havia ocupado a pasta da Fazenda (de novembro de 1891 a agosto de 1892, na primeira vez, e entre novembro de 1894 e novembro de 1896, na segunda) e também por duas vezes presidiu a Comissão de Finanças do Senado (de maio de 1893 até novembro de 1894, e entre agosto de 1897 e dezembro de 1899), experiência que lhe garantiu fácil trânsito junto aos credores ingleses, particularmente a Casa Rotschild.

O resultado de tais negociações foi o *Funding loan*, o primeiro plano de consolidação da dívida externa brasileira, calçado em um saneamento financeiro que visava, em primeiro lugar, o resgate do papel moeda. Nesse sentido, implicava o controle das emissões para garantir o restabelecimento do equilíbrio financeiro da União, diminuindo as despesas públicas e reformando a legislação tributária. Pelo acordo, as amortizações da dívida externa ficariam suspensas até junho de 1911. Os juros da dívida externa e das dívidas resultantes da construção de ferrovias seriam pagos pelos *funding bonds*, títulos-ouro lastreados pelo crédito aberto por Londres ao Brasil, no valor de 10 milhões de libras esterlinas. Mas, para conseguir tal empréstimo, o governo brasileiro teve de hipotecar as rendas da Alfândega do Rio de Janeiro e de outros pontos do país. Ainda segundo o acordo, a partir do ano de 1899 o Brasil depositaria o equivalente ao seu valor, em papel-moeda, no London & River Plate Bank, London & Brazilian Bank e no Banco Alemão, que se encarregariam de incinerar as cédulas recolhidas.

Iniciado o governo Campos Sales em 15 de novembro de 1898, Joaquim Murtinho foi nomeado ministro da Fazenda. À frente da pasta, cumpriu à risca os termos do acordo, apesar das fortes pressões oriundas dos setores pró-industrialização. De outra parte, as idéias econômicas de Murtinho estavam em pleno acordo com os termos do *Funding loan*, baseado em princípios ortodoxos de equilíbrio monetário, como já havia demonstrado em seu *Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas* (1897). Celso Furtado, em *Formação econômica do Brasil*, aponta que Murtinho também foi influenciado pelo livro de J. P. Wileman, *Brazilian Exchange*, uma das primeiras análises objetivas do desequilíbrio externo da economia brasileira.

As medidas adotadas por Murtinho ampliaram a recessão econômica, aumentando sua

impopularidade ao longo da gestão. Em 1900 houve uma crise bancária resultante da suspensão dos pagamentos pelo Banco da República, gerando em setembro um processo deflacionário. Entre novembro e dezembro de 1901, o ministro da Fazenda foi alvo de forte polêmica provocada pela publicação de uma série de artigos do engenheiro e industrial carioca Luís Rafael Vieira Souto no jornal *Correio da Manhã*. Vieira Souto lançava mão da teoria econômica latina para polemizar com a ortodoxia de Murtinho. Enquanto este defenderia o equilíbrio entre o meio circulante e a produção de riqueza, Vieira Souto enfatizava a velocidade da circulação monetária e ironizava o fato de as idéias econômicas do seu interlocutor serem baseadas em David Hume, Adam Smith e Jean Baptist Say, autores considerados ultrapassados pelo industrial carioca.

Em setembro de 1902 Murtinho deixou o ministério para concorrer ao Senado por seu estado natal, sendo consagrado nas urnas. Exerceu a vice-presidência da Casa de 1905 a 1906, quando renunciou por discordar da criação da Caixa de Conversão, mecanismo de política cambial de defesa do café que contrariava seus princípios liberais ortodoxos, representando uma forma de intervenção direta do Estado na economia. Reeleito para o Senado em 1907, ocuparia sua cadeira até o fim da vida. Durante seu último mandato, participou da Comissão de Finanças do Senado em 1908, 1910 e 1911 e, a pedido do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), chefiou em 1910 a delegação brasileira à 4ª Conferência Internacional Americana em Buenos Aires.

INFLUÊNCIA EM MATO GROSSO

Foi por sua atuação no Rio de Janeiro, e principalmente no Ministério da Fazenda, que Joaquim Murtinho ampliou de modo significativo seu raio de ação, influenciando na política mato-grossense de forma decisiva ao lado de seus dois irmãos, Manuel Murtinho e José Murtinho. A preeminência dos Murtinho fora do estado de Mato Grosso durante a Primeira República só rivalizou com o prestígio político do senador Antônio Azeredo. Mesmo os governadores que alcançaram destaque no estado e tiveram trânsito junto ao governo federal não lograram atingir o mesmo patamar de importância. A família caracterizava muito bem uma parcela das elites mato-grossenses que definiam como seu campo de ação política privilegiado a proximidade com o governo federal. Ao mesmo tempo em que possuíam uma sólida base de apoio no estado, esses grupos se utilizavam dos

aportes financeiros e humanos do poder federal para definir o quadro político estadual.

Joaquim Murtinho influenciou a distância na política de Mato Grosso e foi co-responsável, ao lado de Antônio Azeredo e de Generoso Ponce, pela deposição do presidente do estado Antônio Maria Coelho, que em 15 de fevereiro de 1891 foi substituído, por decisão do presidente da República Deodoro da Fonseca, pelo coronel Frederico Sólón. Em 1899 rompeu com o antigo aliado Generoso Ponce e, juntamente com Antônio Pais de Barros, conhecido como Totó Pais, fez-lhe ferrenha oposição, vencendo-o no confronto que culminou com o cerco da Assembleia Legislativa em Mato Grosso e a eleição de Antônio Pedro Alves de Barros para a presidente do estado. Já no ano de 1906, em face do reatamento de relações com Ponce, apoiou a luta armada contra Totó Pais, embate que culminou com o assassinato do governador.

Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 18 de novembro de 1911.

Em sua produção bibliográfica destacam-se o *Relatório do Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas* (1897) e os *Relatórios do Ministério da Fazenda* (1899, 1890 e 1891).

Demian de Melo/ João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; BULHÕES, A. *Ministros*; CARDOSO, F. *Dos governos*; CASTRO, A.; CASTGNINO, A. *Senado*; CORRÊA Filho, V. *Joaquim*; FANAIA, J. *Elites*; FARIA, F. *Aparte*; FARIA, F. *Joaquim Murtinho* (v.1); FARIA, F. *Os vícios*; FURTADO, C. *Formação*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*; LUZ, N. *Joaquim* (p.21-66); MIN. FAZ. *Ministros*; PÓVOAS, N. *Galeria*; PRADO JR., C. *História*; SZMRECSÁNYI, T. *Origens* (p.5-22).

MURTINHO, José

*dep. fed. DF 1897-1899 e 1907-1908; sen. MT 1912-1930.

José Antônio Murtinho nasceu em Cuiabá no dia 15 de janeiro de 1847, filho de José Antônio Murtinho e de Rosa Joaquina Murtinho. Seu pai era médico e foi presidente da província de Mato Grosso durante o Império. Seu irmão Joaquim Murtinho foi constituinte de 1891, senador por Mato Grosso de 1891 a 1896, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1896 a 1897, ministro da Fazenda de 1898 a 1902 e novamente senador de 1902 a 1911. Outro irmão, Manuel Murtinho, foi presidente de Mato Grosso de 1891 a 1895 e ministro do Supremo Tribunal Federal de 1897 a 1917.

Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e bacharelou-se em matemática e ciências físicas e naturais pela Escola Politécnica. Republicano histórico, foi signatário do Manifesto Republicano de 1870.

Em 1897 foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal, para a legislatura 1897-1899. No curso da legislatura 1906-1908 voltou à Câmara dos Deputados entre 11 de maio de 1907 e 31 de dezembro de 1908. Em Mato Grosso, foi deputado estadual de 1909 a 1912. Eleito e reeleito senador por Mato Grosso, ocupou uma cadeira no Senado Federal de 1912 a 1930.

Faleceu em 11 de novembro de 1930.

João Edson Fanaia

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos*; CASTRO, A.; CASTGNINO, A. *Senado*; LEITE NETO, L. *Catálogo biográfico*.

MURTINHO, Manuel

*magistrado; pres. MT 1891-1895; min. STF 1897-1917.

Manuel José Murtinho nasceu em Cuiabá no dia 15 de dezembro de 1845, filho de José Antônio Murtinho e de Rosa Joaquina Murtinho. Seu pai era médico e foi presidente da província de Mato Grosso durante o Império. Seu irmão Joaquim Murtinho foi senador por Mato Grosso de 1890 a 1896, ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas de 1896 a 1897, ministro da Fazenda de 1898 a 1902 e novamente senador de 1903 a 1911. Outro irmão, José Antônio Murtinho, foi deputado federal pelo Distrito Federal de 1897 a 1899 e de 1907 a 1908, e senador por Mato Grosso de 1912 a 1930.

Fez os estudos preparatórios no Colégio Kopke, em Petrópolis (RJ), e depois no Colégio Episcopal São Pedro de Alcântara, também conhecido como Colégio dos Padres Paiva, no Rio de Janeiro, então capital do Império. Em 1869 bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. De volta a Mato Grosso, exerceu a magistratura em São Luís de Cáceres como juiz municipal e de órfãos, de abril de 1871 a novembro de 1875, e juiz seccional, de março de 1878 até 1889.

Filiado ao Partido Liberal do Império, em 8 de junho de 1889 foi nomeado pelo visconde de Ouro Preto primeiro vice-presidente da província de Mato Grosso. Pouco depois da proclamação da República pelo marechal Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889, foi mais uma vez nomeado, por decreto de 5 de fevereiro de 1890, primeiro vice-presidente do estado de Mato Grosso. Em junho seguinte foi enviado à comarca de Cuiabá e, em janeiro de 1891, nomeado juiz seccional. Filiado ao Partido Republicano, fundado por seu aliado Generoso Ponce, ainda nesse ano foi eleito deputado constituinte estadual, participou da elaboração da Constituição do estado e, em 15 de agosto, foi eleito o primeiro presidente constitucional de Mato Grosso, enquanto Ponce era eleito vice-presidente. Tomou posse no dia seguinte, mas, em virtude de um movimento armado comandado pelo ex-presidente estadual Antônio Maria Coelho, foi afastado em 1º de fevereiro de 1892. Graças à reação armada comandada por Generoso Ponce, foi reempossado no dia 20 de

julho do mesmo ano. Em 15 de agosto de 1895 transmitiu o governo a Antônio Correia da Costa.

Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em janeiro de 1897, na vaga aberta em decorrência do falecimento de Antônio de Sousa Martins. Foi eleito vice-presidente do tribunal em setembro de 1913.

Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no dia 22 de abril de 1917.

Era casado com Francelina Guedes Murtinho, com quem teve muitos filhos.

João Edson Fanaia/ Eduardo Junqueira

FONTES: CORREIA FILHO, V. *História*; FANAIA, J. *Elites*; PONCE FILHO, G. *Generoso*; MENDONÇA, E. *Datas*; MENDONÇA, R. *História das*.

MUTUALISMO

Movimento associativo que tem por objetivo precípua a prestação de socorros a seus integrantes em momentos de necessidade. As associações mutualistas em geral ofereciam pensões, indenizações, medicamentos ou atendimento hospitalar, e financiavam funerais. Ao mesmo tempo, constituíam-se em espaços de sociabilidade num período em que as alternativas de lazer não eram muitas. Para tanto, organizavam eventos de conagração entre seus membros e entre sócios de outras congêneres, tais como festas, jogos de futebol, concertos musicais, teatro, danças, missas, entre outros.

Existentes em boa parte dos países ocidentais, as mutuais foram criadas no Brasil na primeira metade do século XIX e se multiplicaram ao longo dos séculos XIX e XX. Seu progressivo esvaziamento se deu durante as décadas de 1930 e 1940 em razão da implantação das políticas de proteção social, que reduziram seu papel enquanto instrumentos de seguridade mútua. Algumas, porém, mantiveram-se em funcionamento após esse período, provendo aos sócios espaços de sociabilidade e lazer.

As coberturas oferecidas pelas associações dependiam dos recursos por elas arrecadados. Elas viviam das contribuições mensais dos sócios, de donativos e, em alguns casos, de subvenções públicas. Algumas realizavam promoções para o levantamento de fundos, como festas, quermesses, espetáculos artísticos etc.

No Brasil, as mutuais tinham majoritariamente base local ou regional. As de alcance nacional eram minoritárias ou definiam-se estatutariamente como seguradoras de pecúlio. Suas identidades eram variadas. Algumas se organizavam por etnia ou por grupo social, a exemplo das compostas por italianos, portugueses, as de escravos etc. Outras eram organizadas por local de trabalho, por categoria profissional ou mesmo mais amplamente, por trabalhadores de diversas profissões. Em sua maioria os sócios eram homens, jovens ou adultos. Mas existiam mutuais compostas exclusivamente por mulheres ou que aceitavam mulheres em seu corpo de associados.

O fenômeno do mutualismo tem sido interpretado como um movimento de setores médios

ou da aristocracia operária. Na maioria das vezes, não havia limite mínimo de renda para que uma pessoa pudesse se integrar a uma mutual, mas a exigência do pagamento regular de mensalidades implicava, necessariamente, a exclusão de setores sociais que estivessem fora do mercado formal de trabalho.

Além dos sócios regulares, as mutuais possuíam outras modalidades de associados. Os beneméritos eram aqueles responsáveis pela doação de expressiva quantidade de recursos para as sociedades. Muito embora não necessitassem usufruir dos benefícios oferecidos, obtinham em troca – numa relação de reciprocidade – o reconhecimento, o *status*, o prestígio ou o controle político sobre elas. Havia também os sócios remidos, que contribuía com uma grande soma no momento da fundação de uma sociedade e ficavam dispensados dos pagamentos mensais.

As mutuais possuíam estrutura hierárquica bastante semelhante. O poder deliberativo cabia a uma assembleia geral de sócios, e as tarefas eram executadas e coordenadas por uma diretoria. Ocorriam eleições para os cargos com periodicidade, mas tal prerrogativa formal não implicava necessariamente a renovação contínua de lideranças. Em muitas sociedades os diretores perpetuavam-se no poder, ou por assim desejarem, ou pela falta de nomes disponíveis para assumir responsabilidades.

Os recursos captados pelas associações destinavam-se prioritariamente à concessão de socorros previstos por seus respectivos estatutos. Eventualmente, uma associação poderia atuar filantropicamente em benefício de indivíduos não sócios ou de instituições que necessitassem.

Nos levantamentos disponíveis, percebe-se que o maior crescimento do número de mutuais no Brasil se deu entre 1920 e 1930, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Como a expansão do mutualismo ocorreu em regiões predominantemente urbanas e industriais, muitas cidades brasileiras viveram dinamicamente essa experiência associativa, nas mais diversas regiões do país.

Tendo em vista o período de proliferação do mutualismo no Brasil, infere-se que o movimento foi contemporâneo do sindicalismo. Em que pese esse fato, não há evidências

de que a experiência mutualista tenha dificultado o desenvolvimento pleno do movimento sindical. Ao contrário, algumas mutuais atuavam em parceria com os sindicatos, reforçando sua luta por conquistas, muito embora não fosse esse seu objetivo precípua. Ao se constituírem enquanto espaços de agregação de trabalhadores, acabavam por contribuir para a criação de uma cultura associativa, fundamental ao processo de formação da classe trabalhadora.

Vale ressaltar, porém, que as baixas remunerações praticadas no período dificultavam a dupla contribuição pecuniária, levando o trabalhador a ter que optar, em algumas ocasiões, entre associar-se a uma mutual ou a um sindicato. Nesse caso, corria-se o risco de os trabalhadores preferirem participar das mutuais, tendo em vista os benefícios mais imediatos que elas poderiam lhes proporcionar.

O que se observa nas pesquisas mais recentes é que as mutuais não se transformaram gradualmente em sindicatos, muito embora exceções possam ter existido. Tinham uma trajetória própria, objetivos específicos e identidades diferenciadas.

Os principais fatores que levaram à extinção das mutuais foram de ordem interna e/ou externa. Entre os primeiros se incluiu a falta de preparo técnico das lideranças para calcular riscos, o que levou muitas associações à falência. A ausência de estatísticas nacionais impedia que tais cálculos fossem realizados com êxito. Entre os segundos, destacou-se a instituição do amparo social de caráter público, que levou os trabalhadores a abandonar a seguridade mútua, acentuando o processo de esvaziamento de tais organizações. A criação de novos espaços de lazer como o cinema, o teatro, os clubes de dança, entre outros, contribuiu para o esvaziamento das mutuais enquanto espaços de sociabilidade e lazer. As mutuais podem ser conhecidas também como associações beneficentes ou sociedades de socorros mútuos.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

FONTES: BATALHA, C. *Culturas*; CORDERY, S. *British*; GIBAUD, B. *De la mutualité*; FONSECA, V. *No Gozo*; GOSDEN, P. *Self-help*; JESUS, R. *Associativismo* ; KUSCHNIR, B. *Baile*; LINDEN, M. *Social*; LUCA, T. *Sonho*; PUTNAM, R. *Comunidade*; SILVA JR. A. *Sociedades; Sociedades operárias*; SWAAN, A. *In care*; VISCARDI, C. *Experiências*; VISCARDI, C.; JESUS, R. *Experiência*.